



princípios

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

172

JAN./ABR. 2025

ANO 44 - R\$ 40,00

DOSSIÊ

SOCIALISMO E NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO

Roland Boer

▲ Nova formação socioeconômica?
Reflexões sobre o socialismo chinês

.....

- ▲ Uma teoria do valor para a economia do projetamento
- ▲ Mundo policêntrico e classes trabalhadoras do Terceiro Mundo
- ▲ O hibridismo de Lukács na construção da alternativa chinesa



ISSN 14157888



9 771415 788005

PORTAL GRABOIS

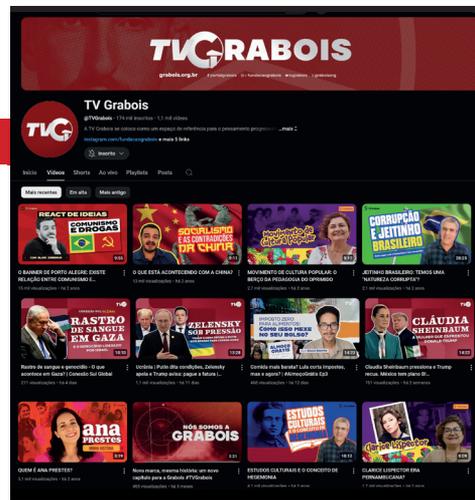


O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

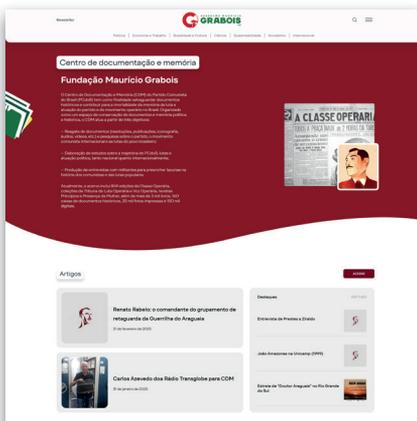
TV GRABOIS

A TV Grabois, canal da Grabois no YouTube, já conquistou mais de 170 mil inscritos, o que a posiciona como o maior canal de uma fundação partidária brasileira no YouTube. A TV Grabois entrou no ar em 5 de março de 2010 e já reúne centenas de conteúdos. Atualmente, todas as atividades da Fundação são transmitidas ao vivo pelo canal e também ficam disponíveis para acesso posterior.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.



DOSSIÊS ESPECIAIS

A equipe da Fundação Maurício Grabois já editou e disponibilizou no portal mais de uma dezena de dossiês especiais, reunindo conteúdo significativo sobre importantes pensadores marxistas como Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Althusser, Domenico Losurdo, João Amazonas, Clóvis Moura, entre outros.

A Fundação Maurício Grabois criou a Cátedra Claudio Campos para “estudar e discutir o pensamento e a teoria nacional-desenvolvimentista”. O jornalista Claudio Campos, que dá nome à cátedra, foi fundador do jornal *Hora do Povo* e secretário-geral do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) até seu falecimento, em 2005.



CÁTEDRA CLAUDIO CAMPOS

EDITORIAL

4

Uma nova teoria e uma nova gramática para a transição ao socialismo no século XXI

A new theory and a new grammar for the transition to socialism in the 21st century

DOSSIÊ

Socialismo e nova economia do projetamento

ARTIGOS

9

Uma nova formação socioeconômica?
Reflexões filosóficas sobre a “nova economia do projetamento” da China

A new socioeconomic formation?

Philosophical reflections on China’s “new projectment economy”

ROLAND BOER

36

Análise filosófico-econômica do conceito de projetamento no socialismo chinês do século XXI

Philosophical-economic analysis of the concept of projectment in 21st century Chinese socialism

GABRIEL LUIZ CAMPOS DALPIAZ | ELIAS JABBOUR

52

Dialética versus iluminopositivismo
O debate filosófico por trás da nova teoria do projetamento

Dialectics versus Enlightenment-based Positivism

The philosophical debate behind the new projectment theory

CRISTIANO CAPOVILLA

78

Emaranhamento entre valor de uso e valor

Uma teoria do valor para a nova economia do projetamento

Entanglement between use value and value

A theory of value for the new projectment economy

TIAGO CAMARINHA LOPES

102 **A China e o Iluminismo**
Do surgimento da ciência da economia política com os fisiocratas à economia do projetamento

China and the Enlightenment

From the emergence of the science of political economy with the physiocrats to the projectment economy

HUGO THOMAS DE ARAUJO ALBUQUERQUE

128 **Estrutura e superestrutura na nova economia do projetamento**

Base and superstructure in the new projectment economy

CAIO HENRIQUE CIRILLO

148 **O papel da nova economia do projetamento para uma ordem multipolar**

The role of the new projectment economy for a multipolar order

RUI MIGUEL DA CUNHA CAMPOS

174 **Elementos de economia do projetamento**

Key elements of projectment economy

MARCIO HENRIQUE MONTEIRO DE CASTRO

197 **Evolução do conceito de nova economia do projetamento**

Evolution of the concept of new projectment economy

RAFAEL BERNARDO SILVEIRA

ARTIGOS

216

TEORIA MARXISTA

Um prelúdio para o regresso do capital monopolista
O hibridismo de Lukács na construção da alternativa chinesa ao sistema do capital

A prelude to the return of monopoly capital

Lukács' hybridism in the construction of the Chinese alternative to the capitalist system

SAMUEL SPELLMANN

243

ECONOMIA

Um mundo policêntrico só será possível pela intervenção da “sexta grande potência”

A polycentric world will only be possible by the intervention of the “sixth great power”

PARIS YEROS

271

ECONOMIA

Políticas da Petrobras sob a perspectiva da regulação de empresas estatais

Petrobras policies from the perspective of state-owned enterprises' regulation

ALEXANDRE FAVARO LUCCHESI | HENRIQUE BRITO DE OLIVEIRA |
HENRIQUE PAVAN BEIRO DE SOUZA

297

POLÍTICAS PÚBLICAS

Transição demográfica e janela de oportunidade no Brasil

Demographic transition and window of opportunity in Brazil

JOSÉ ALDERIR DA SILVA | WILLIAM GLEDSON E SILVA |

THIAGO GEOVANE PEREIRA GOMES

RESENHA

318

Um panorama detalhado sobre o sucesso da erradicação da pobreza na China

A detailed overview about China's successful poverty eradication

ANDREA CÉSAR LÓPEZ

322

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE

326



Uma nova teoria e uma nova gramática para a transição ao socialismo no século XXI

A new theory and a new grammar for the transition to socialism in the 21st century

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.001>

P *rincípios* volta a abordar, nesta edição de número 172, o tema do projetamento, sobre o qual tem se debruçado uma equipe de pesquisadores liderada pelo professor Elias Jabbour (Uerj). Vértice de um conjunto de elaborações inovadoras, que tentam lançar luz sobre o fenômeno chinês e, de forma mais ampla, sobre a alternativa socialista na atualidade, o conceito de *nova economia do projetamento* foi objeto de uma chamada de artigos que recebeu generoso número de contribuições, resultando em um dossiê publicado em duas partes, ao longo de um par de edições consecutivas.

Se na edição anterior, a primeira dedicada ao tema, foram publicados estudos com forte componente empírico, voltados ao exame de aspectos específicos da vida chinesa, esta nova edição reúne artigos de teor mais teórico e conceitual, que trazem reflexões sobre o significado da nova economia do projetamento para os desafios da transição ao socialismo nesta primeira quadra do século XXI.

Profundas mudanças têm caracterizado, na última década, as economias dos países que se orientam pelo modelo socialista. Nesse processo, a experiência chinesa hoje desempenha papel protagonista, a ponto de inspirar reformas realizadas em outros países. Cada vez mais as discussões giram em torno da dinâmica de acumulação que emerge no país asiático, gerando discussões sobre qual tipologia seria a mais adequada para enquadrar o atual modelo chinês.

Evidentemente, existe uma relação entre o papel do sistema nacional de inovação tecnológica que se fortaleceu nos últimos anos — com as inovações disruptivas (5G, *big data*, inteligência artificial, internet das coisas, entre outras) — e o surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica no país. Dado o aprimoramento das relações entre ser humano e natureza, como resultante da elevação contínua da técnica, abre-se um amplo leque de problemas teóricos e político-práticos. Essa situação convida a pensar sobre a essência do movimento real em um país como a China, onde a centralidade da propriedade pública nos setores produtivos e financeiros, guiada por um poder político de novo tipo, apresenta-se como elemento distintivo em relação a outras formações econômico-sociais.

Percebe-se, no desenvolvimento desse processo, a descoberta de novas formas de governança. O socialismo se transforma em uma “sociedade de projetamento” na medida em que esse sistema se apresenta, cada vez mais, como uma forma histórica marcada pela transformação da razão em instrumento de governo. Ora, se em Lênin o planejamento é a

Os artigos partilham da preocupação comum em verificar até que ponto a nova economia do projetamento pode ser considerada uma teoria do socialismo para nossa época

transformação da razão em instrumento da política e em Ignácio Rangel a busca pela razão na relação custo-benefício enceta a superação da dicotomia entre macro e microeconomia, podemos perceber o ponto de encontro dessas abordagens na capacidade da governança chinesa em intervir na realidade de forma quase imediata e prever as contradições adiante, propondo novas soluções, com desdobramentos igualmente imediatos.

Demanda-se, assim, uma teoria do socialismo renovada e adaptada à nossa época, com novos dispositivos conceituais e, mesmo, uma nova gramática, capazes de absorver as transformações em curso na China como formação econômico-social vocacionada a desenvolver novas formas de manejo da realidade e de sua transformação.

Decifrar essas questões representa importante contribuição para que o marxismo alcance novo patamar como teoria das contradições sociais cuja resolução aponta para novos e mais avançados modelos de organização societária. Nesse debate, questões econômicas, políticas, sociais e culturais encontram-se imbricadas. A temática proposta tem o condão de unir esforços das mais diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, com destaque para a Economia, a Ciência Política, a Sociologia, a Filosofia, a História e as Relações Internacionais, entre outras que comparecem nos textos coligidos nesta edição.

Esses textos abordam temas como a definição do conceito de *projetamento*, seja na obra de Ignácio Rangel, seja na de autores mais recentes; as bases epistemológicas e os conceitos filosóficos e sociológicos que têm contribuído para a evolução do conceito de projetamento; as contribuições desse conceito para a construção de uma economia política da transição ao socialismo em meio à ordem econômica capitalista-neoliberal; as relações entre nova economia do projetamento, transição geopolítica e socialismo do século XXI, bem como entre a noção de projetamento e os modelos de planejamento tradicionais (planos quinquenais da experiência soviética, planos de metas de experiências nacional-desenvolvimentistas etc.). Os artigos partilham da preocupação comum em verificar até que ponto a nova economia do projetamento pode ser considerada uma teoria do socialismo para nossa época.

Esta edição de *Princípios* traz ainda dois artigos que, embora não componham o dossiê temático sobre economia do projetamento, de certa maneira o complementam. Um deles parte do conceito de hibridismo conforme elaborado pela escola lukacsiana para analisar o desenvolvimento do capital monopolista e verificar de que forma este se apresenta na atualidade histórica e na realidade chinesa, marcada pela conjugação de distintos modos de produção. Outro texto faz uma análise dos desafios da transição geopolítica em curso a partir do conceito de *policentrismo*, argumentando que essa transição implica necessariamente a busca por caminhos de desenvolvimento soberano em bases populares.

A revista traz ainda reflexões sobre outros temas candentes da atualidade. Um artigo reflete sobre o papel da Petrobras para o desenvolvimento nacional, à luz do debate entre vertentes da teoria da regulação econômica. É apresentada a forma como a política de paridade de preços internacional (PPI), que vigorou de 2016 a 2023, serviu aos interesses dos acionistas privados da companhia, em detrimento do interesse público e da garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Outro artigo apresenta importantes dados sobre a transição demográfica em curso no país, buscando contribuir para a formulação de políticas públicas — principalmente nas áreas de economia, emprego, educação, saúde e previdência social — que sejam de fato eficazes em aproveitar a ocorrência do bônus demográfico (período em que a maior parte da população se encontra em idade economicamente ativa) a fim de avançar no sentido do aumento da renda *per capita* do país.

Uma resenha esmiúça o livro *Closer to heaven: a global nomad's journey through China's poverty alleviation* [Mais perto do céu: a jornada de um nômade internacional acompanhando a campanha de redução da pobreza na China], do jornalista estadunidense Erik Nilsson, agraciado com o Prêmio de Amizade da China. O autor analisa o caráter amplo e multifacetado das iniciativas de erradicação da pobreza lideradas pelo Estado chinês com ampla participação da sociedade, as quais vêm resultando no mais ambicioso e bem-sucedido esforço desse tipo em toda a história moderna.

Ainda como parte da seção dedicada à divulgação de livros, a revista se encerra com breves resenhas sobre obras recém-lançadas que, acreditamos, são de interesse do público leitor de *Princípios*.

Desejamos uma boa leitura!

A Comissão Editorial

Depositphotos



Montagem busca retratar o papel do conceito de projetamento para a construção de uma teoria da transição ao socialismo em meio à ordem econômica neoliberal

DOSSIÊ

Socialismo e nova economia do projeto

Organizador:
Elias Jabbour
(Uerj)



Uma nova formação socioeconômica?

Reflexões filosóficas sobre a “nova economia do projetamento” da China

A new socioeconomic formation?

Philosophical reflections on China’s “new projectment economy”

roland boer*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.002>

Depositphotos/@jehoede



Ao fundo, o distrito de Pudong, às margens do rio Huangpu, visto do calçadão Bund, em Xangai, China. Novembro de 2018

RESUMO

Este artigo busca fornecer uma estrutura filosófica mais abrangente para o modelo de “nova economia do projetamento” na China. Desenvolvida por uma equipe de pesquisa composta de economistas políticos e cientistas sociais, a “nova economia do projetamento” oferece uma estrutura teórica inovadora para interpretar a realidade da China. No entanto, é necessária uma análise filosófica mais extensa do que está em jogo. Nesse sentido, o presente artigo é subdividido em duas seções principais. A primeira fornece uma crítica geral acerca da mudança do *antigo projetamento* — como inicialmente proposto pelo economista brasileiro Ignácio Rangel —, bem como os pontos-chave do “novo projetamento” da China. A segunda seção pretende conectar a proposta da equipe de pesquisa com a análise filosófica marxista chinesa, em termos do desenvolvimento da análise de contradições, da reconstrução da história econômica da China desde 1949 e da transformação dialética (*Aufhebung*) tanto do planejamento quanto do mercado na nova era. Destaca-se, por fim, que o próximo passo deve ser um maior envolvimento da equipe de pesquisa do chamado “projetamento” com acadêmicos e formuladores de políticas públicas chineses, pois isso levaria ao progresso mútuo por meio da complementaridade e da diferença.

Palavras-chave: Nova economia do projetamento. China. Pensamento marxista chinês. Análise de contradições. Transformação dialética.

ABSTRACT

This article seeks to provide a more comprehensive philosophical framework for the proposed model of a “new projectment economy” in China. Developed by a research team of political economists and social scientists, the “new projectment economy” offers an innovative theoretical framework to interpret facts on the ground in China. However, what is needed is more extensive philosophical analysis of what is at stake. Thus, the article has two main sections. The first provides a critical overview of the move from the “old projectment” as initially proposed by the Brazilian economist Ignácio Rangel, as well the key points of the “new projectment” in relation to China. The second main section turns to connect the proposal of the research team with Chinese Marxist philosophical analysis, in terms of the development of contradiction analysis, a reconstruction of China’s economic history since 1949, and a proposed dialectical transformation (*Aufhebung*) of both plan and market in the new era. Further engagement by the “projectment” research team with Chinese scholars and policy-makers should be the next step, for this would lead to mutual enrichment through complementarity and difference.

Keywords: New projectment economy. China. Chinese Marxist scholarship. Contradiction analysis. Dialectical transformation.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo oferece reflexões filosóficas acerca da hipótese de que a China está em processo de estabelecimento de uma nova formação socioeconômica, que em seu desenvolvimento mais recente ficou conhecida como “nova economia do projetamento”. Certos termos nessa frase de abertura precisam de explicação adicional. Para início de conversa, a “nova economia do projetamento” é um modelo desenvolvido por uma equipe de pesquisadores para explicar o que eles consideram a fase mais recente de uma formação socioeconômica qualitativamente nova¹, que começou a aflorar na China em 1978. Inicialmente, essa formação foi chamada *economia socialista de mercado*, e continua a ser assim descrita por muitos acadêmicos e estudiosos do desenvolvimento chinês. O conceito de *nova economia do projetamento* é distinto, no sentido de que fornece um modelo para entender a manifestação mais recente dessa formação socioeconômica. A base teórica da “nova economia do projetamento” é o trabalho inicial do filósofo e economista brasileiro Ignácio Rangel, que oferece um novo vocabulário e, de fato, uma nova estrutura teórica para entender evidências decorrentes da prática concreta. Para aqueles pesquisadores, as categorias existentes são inadequadas,

sejam elas advindas da economia política neoclássica, heterodoxa ou mesmo marxista².

Quanto às pre-ocupações filosóficas, há uma série de razões para abordar a temática sob essa ótica. Em primeiro lugar, alguns estudos recentes produzidos pelos pesquisadores do “projetamento” dedicam-se explicitamente a questões filosóficas, especialmente na busca por entender a incapacidade constitutiva dos acadêmicos ocidentais de compreender o “de-

envolvimento chinês” (e global) e por produzir um novo modelo para desvendar o que vem acontecendo na China. Além disso, questões filosóficas estão implícitas em todo o projeto, principalmente porque os próprios estudos de Rangel da década de 1950 foram produto de considerações econômicas e filosóficas. Finalmente, a filosofia — e especialmente a filosofia

¹ Para uma análise detalhada da categoria *formação socioeconômica* e sua relação com o *modo de produção*, ver Gabriele e Jabbour (2022, p. 45-60).

² Exemplos disso são as hipóteses de que a China: está passando por uma prolongada Nova Política Econômica, como a da União Soviética na década de 1920; ainda está no longo estágio de transição de um sistema capitalista para um sistema socialista; ou — numa perspectiva mais rebelde — de que o país instituiu desde 1978 um tipo de “capitalismo de Estado”.



Depositphotos

Gestão da pandemia de covid-19 na China incluiu *lockdowns* severos

marxista — está à frente e no cerne da análise chinesa do desenvolvimento. Nesse ponto, posso indicar por que o projeto inicialmente chamou minha atenção e por que estudei o material com interesse: em trabalhos anteriores, empreendi algumas pesquisas meticulosas sobre o desenvolvimento chinês desde 1978, e o fiz principalmente com base nos resultados de pesquisas em língua chinesa. À medida que minha pesquisa progredia, ficava claro que a filosofia marxista é a 看家本领 *kānjiā-běnlǐng*, a habilidade especial ou recurso para cuidar do lar (China). Isso diz respeito não apenas a especialistas em filosofia, mas também a economistas, sociólogos, formuladores de políticas públicas e agentes econômicos. De fato, uma agenda implícita em todo este estudo é a necessidade de que a equipe de pesquisa engajada na elaboração do conceito de *projetamento* se envolva de maneira mais profunda com pesquisadores chineses³.

Além desta introdução, o presente estudo contém duas seções principais, seguidas de uma conclusão. A próxima seção diz respeito a uma crítica geral dos desenvolvimentos que conduzem do *antigo projetamento*, conforme proposto por Ignácio Rangel, à *nova economia do projetamento*. O detalhamento daquela seção é necessário, pois é importante compreender a proposta da forma mais completa possível. Ao mesmo tempo, procuro extrair as dimensões mais filosóficas com vistas à seção subsequente. Nela, a preocupação é com a análise de contradições, conforme se desenvolveu nos círculos chineses, com o propósito de relacioná-la às propostas dos pesquisadores do “projetamento”. Essa tarefa envolve uma visão geral da história teórica da análise de contradições, sua implementação para explicar o desenvolvimento econômico chinês desde 1949 e, em seguida, uma argumentação de que a integração das duas formas institucionais ou componentes de um sistema socialista, “planejamento” e “mercado”, levou ao que Marx e Engels descreveram como *Aufhebung* (扬弃 *yángqǐ*) de ambos: a transformação dialética que negou os termos anteriores e os modificou em um nível e para uma forma qualitativamente novos. A conclusão deste artigo enfatiza a importância de um engajamento ativo entre os pesquisadores do conceito do “projetamento” e os acadêmicos e formuladores de políticas públicas chineses, uma vez que tal engajamento seria frutífero⁴.

2. DESENVOLVENDO UM NOVO MODELO TEÓRICO: A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO

Nesta seção, o foco será descrever como a proposta de uma “nova economia do projetamento” se originou. Isso envolve expor uma visão geral da proposta inicial de Ignácio Rangel e das ferramentas analíticas adotadas pelos pesquisadores do “projetamento”. Segue-se então uma apresentação do modo pelo qual tais pesquisadores veem os principais avanços econômicos na China desde meados da década de 1990 e especialmente desde 2008, uma vez que estes os levaram a propor o novo modelo. No decorrer da seção, procuro extrair as implicações filosóficas com vistas a uma análise a ser desenvolvida no resto do artigo.

3 Essa “equipe de pesquisa” é composta por economistas políticos e cientistas sociais brasileiros (cujos nomes podem ser encontrados nas referências) e tem uma série de tarefas: fornecer aconselhamento bem fundamentado à presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (Brics Bank), sediado em Xangai; permitir que pesquisadores e formuladores de políticas públicas no Brasil cheguem a uma compreensão científica e devidamente informada do principal parceiro comercial do Brasil e, decerto, global — por meio do Brics11 e do BRI (Belt and Road Initiative, ou Nova Rota da Seda) —, diretamente envolvido nas mudanças qualitativas que estão ocorrendo no mundo hoje, e, finalmente, reverter a decrescente qualidade da análise científica disponível no que resta do Ocidente.

4 Os pesquisadores do “projetamento” também estão envolvidos numa tarefa relacionada, a redefinição do socialismo. Ainda que o tema seja de grande interesse, está além do escopo do presente estudo.

Rangel estava interessado em como os “táticos do desenvolvimento” gerenciam a realidade dos desequilíbrios. Para ser claro, desequilíbrios não devem ser evitados, pois o desenvolvimento ocorre justamente após a introdução de causas de novos desequilíbrios

2.1. PONTO DE PARTIDA: A ANTIGA ECONOMIA DO PROJETAMENTO

A identificação da “nova economia do projetamento” pode ser vista como o resultado de novos dados empíricos que pedem pela elaboração de uma estrutura teórica adequada. Na sintaxe linear das sentenças escritas, é um tanto difícil expressar a natureza dinâmica da interação constante entre teoria e prática: os pesquisadores do “projetamento” argumentam que, dada a construção de uma formação socioeconômica historicamente nova na China, a teoria científica deve ser constantemente renovada para compreendê-la. Ambas (teoria e prática) estão em um processo constante de transformação, e é tarefa dos acadêmicos não apenas produzir teorias novas e adequadas para orientar a ação, mas também levar em conta todo o processo em si⁵.

Ao considerarem os termos, conceitos e categorias existentes inadequados, os pesquisadores envolvidos no estudo do “projetamento” foram atraídos pela proposta inicial de Ignácio Rangel (2005), que chamam de “antigo projetamento”⁶. Os fundamentos empíricos da proposta de Rangel vieram de três desdobramentos pós-Segunda Guerra Mundial: as mudanças qualitativas que surgiram com o planejamento em larga escala na União Soviética desde a década de 1930, o que lhe permitiu não apenas arcar com o fardo mais pesado da derrota imposta à Alemanha nazista mas também se recuperar e dar um salto à frente em inovação científica; o surgimento do keynesianismo na Europa, à medida que o continente buscava a reconstrução do pós-guerra, e o uso do capital financeiro para arcar com projetos e bens públicos de larga escala, tal como no Estado de bem-estar social. Para Rangel, a “economia de projetamento” foi resultado da intersecção desses três vetores.

⁵ Rangel utiliza uma versão única dos conceitos kantianos de fenômeno e nûmeno para falar dessa dinâmica: o desenvolvimento econômico prático se torna o fenômeno, enquanto teorias e categorias para analisá-lo e orientá-lo se tornam o nûmeno. Ambos se desenvolvem em interação um com o outro ao longo do tempo (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2023, p. 515-516).

⁶ A análise que se segue é baseada em várias fontes com diferentes graus de intersecção e ênfase (Jabbour; Capovilla, 2023a, p. 16; Jabbour; Dantas; Espíndola, 2023, p. 515-518; Jabbour *et al.*, 2023, p. 771-776; Jabbour; Moreira, 2023, p. 556-558).

Vários conceitos-chave inter-relacionados surgem nessa proposta inicial: custo-benefício; razão ou racionalidade no que se refere a emprego e ao processo de mudança de um desequilíbrio para outro, e uma nova definição de utilidade. Podemos conceber as relações entre esses conceitos em termos de uma série de etapas lógicas. Primeiro, custo-benefício: esse é o ponto de partida em Rangel, e ele procurou definir o termo da forma mais precisa possível. Aqui a questão-chave é: benefício “para quem”? Segundo, no processo de definição da relação entre custo e benefício, a razão deve desempenhar um papel crucial. Terceiro, na interação entre razão e custo-benefício, um denominador comum deve ser encontrado: utilidade ou proveito para a sociedade. Assim, riqueza é definida como a “qualidade que as coisas têm de serem úteis para a sociedade”. E chegamos à resposta para a pergunta acima: benefício “para quem”? Finalmente, esses conceitos e suas interconexões são os componentes centrais do planejamento ou da “economia do projetamento”⁷.

Várias questões de natureza dialética surgem dessa síntese. Em termos de razão ou racionalidade, estou mais interessado na questão do desequilíbrio: como os proponentes do “projetamento” apontam, Rangel estava interessado em como os “táticos do desenvolvimento” gerenciam a realidade dos desequilíbrios. Para ser claro, desequilíbrios não devem ser evitados, pois o desenvolvimento ocorre justamente após a introdução de causas de novos desequilíbrios de um tipo especial (Jabbour *et al.* 2023, p. 776). Para os planejadores, a habilidade envolvida em gerenciar o salto de um desequilíbrio para outro não surge facilmente, e aqui a tecnologia desempenha um papel crucial. Embora seja uma das causas de desequilíbrio (a outra é a distribuição de recursos entre as indústrias), a tecnologia também se torna um instrumento racional para o planejamento de saltos entre desequilíbrios: os projetos conduzem a um planejamento por meio de saltos de um desequilíbrio para outro até o momento em que a tecnologia se torna um instrumento fundamental para a atração que a razão pode exercer sobre o processo de produção (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2023, p. 517; Jabbour *et al.*, 2023, p. 776). Retornarei a esse ponto ao discutir a análise de contradições.

Em termos de utilidade, devemos observar que, enquanto Rangel buscava defender esse conceito das distorções dos economistas neoclássicos, outros aspectos nos interessam mais. Para começar, a utilidade é separada do valor e se torna o objetivo básico de planejamentos e projetos. Essa é outra maneira de falar sobre o valor de uso em contraste com o valor de troca, como podemos ver na maneira como Rangel define utilidade: riqueza é a qualidade que certas coisas têm de serem úteis para a sociedade humana, e a utilidade das coisas é uma relação entre elas e a sociedade ou as pessoas. Elas são úteis quando os seres humanos podem satisfazer suas necessidades por meio delas (Rangel, 2005, p. 267). Segue-se que, com a utilidade como base para cálculos econômicos, o planejamento é realizado de forma consciente e racional com o objetivo de produzir valor de uso para a sociedade como um todo. Mencionamos ainda que os projetos têm o papel de produzir a utilidade na qual a relação custo-benefício é sintetizada na forma da riqueza a ser apreendida socialmente (Jabbour *et al.*, 2023, p. 774).

Além disso, há uma tensão dialética na oposição entre “contabilidade empresarial” e “contabilidade social”. Rangel e os proponentes do “projetamento” enfatizam que a primeira

⁷ Esse parágrafo foi escrito com base na síntese de Jabbour, Dantas e Espíndola (2023, p. 516): as principais características da economia do projetamento dizem respeito ao papel desempenhado pelo planejamento na alocação de fatores e recursos de produção nacionais. Daí o termo *razão* como algo a ser construído na busca de um equilíbrio apropriado entre custos e benefícios por meio da subordinação do projeto às necessidades materiais e espirituais da nação e de toda a população que o projeto afeta.



Painel em praça da cidade de Shenzhen destaca a figura de Deng Xiaoping, líder chinês que comandou o processo de reforma e abertura econômicas na China a partir de 1978. Agosto de 2010.

é caracterizada por retornos de curto prazo para seus acionistas e lucro para a empresa, com pouca preocupação com o benefício social, ao passo que a segunda está preocupada com a necessidade de planejamento de longo prazo e cálculo do benefício para a sociedade — além do benefício para o meio ambiente, devemos acrescentar. Existem duas maneiras de entender essa contradição: uma abordagem enfatiza a necessidade de se afastar da “contabilidade empresarial” para se concentrar na “contabilidade social”. Em um contexto capitalista, em que a “contabilidade empresarial” é dominante, talvez se possa entender essa ênfase, mas ela leva a uma ênfase desequilibrada no valor de uso e na contabilidade social, e à consequente definição unilateral do socialismo em termos de propriedade dos meios de produção. Uma maneira mais dialética de abordar a contradição é encontrar a maneira em que ambos os tipos de contabilidade desempenhem um papel. Aqui, faço apenas um apanhado geral sobre as relações entre planejamento e mercado, e então deixarei essa discussão para depois. No entanto, é importante enfatizar que, no meu entendimento, até mesmo o “antigo projetamento” trilhou um caminho que incorporava ambos os tipos de cálculo.

Em resumo, nesta subseção inicial, procurei apresentar as principais características do “antigo projetamento”, que se originou de três vetores após a Segunda Guerra Mundial e que enfatizou o custo-benefício, a lógica e a utilidade como pedras angulares de um novo tipo de planejamento. Os aspectos dialéticos da proposta de Rangel também foram enfatizados, já que ele era, sob muitos ângulos, filósofo e economista, ou melhor, um economista-filósofo dotado de notável abordagem dialética. Por exemplo, Rangel observava que “o projetamento é, ao mesmo tempo, macro e microeconomia, é teoria e é prática; é apreciação do particular no geral, do concreto no abstrato, e verificação do abstrato no concreto” (Rangel, 2005, p. 362).

Há uma
tensão
dialética na
oposição
entre
“contabilidade
empresarial” e
“contabilidade
social”

2.2. DESENVOLVIMENTOS RECENTES: A “NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO”

Precisamos ter em mente que esta pesquisa é um trabalho em andamento. Prova disso é que, em artigo publicado em 2021, os termos *socialismo de mercado* e *nova formação socioeconômica* estão em primeiro plano e muito pouco é dito sobre a *nova economia do projetamento*. Em contraste, em material publicado apenas alguns anos depois, a nova economia do projetamento figura como categoria central (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2023; Jabbour *et al.*, 2023). No geral, a terminologia é mais precisa nos estudos mais recentes.

Os pesquisadores envolvidos no tema chamam o modelo inicial de “antigo projetamento”, pois foi proposto em uma conjuntura histórica específica. Nesta subseção, procuro resumir o “novo projetamento” no que se refere à China⁸. Seus princípios básicos podem ter

sido fornecidos pelos esforços iniciais de Rangel, mas os fatos hoje em foco são bastante novos e, portanto, exigem uma interseção entre os princípios básicos e as realidades concretas. Embora minha principal preocupação seja com o “novo projetamento”, precisamos ser claros sobre o modo como ele se encaixa no contexto histórico. Para a equipe de pesquisa, os passos iniciais em direção a uma nova [formação] socioeconômica começaram em 1978 com a reforma e a abertura (Jabbour; Dantas, 2017; Jabbour; Dantas; Espíndola, 2021). Indo muito além dos experimentos provisórios na Europa Oriental com o “socialismo de mercado” (Boer, 2023a), a China começou nos primeiros anos após 1978 a desenvolver uma “economia socialista de mercado”⁹. No final da década de 1990 e especialmente após 2008, essa nova formação socioeconômica começou a assumir a forma que os pesquisadores chamam de “nova economia do projetamento”. Em outras palavras, a “nova economia do projetamento” é a manifestação mais recente e clara daquela formação socioeconômica. É nessa fase recente que eu centro as minhas atenções, especialmente no que se refere às principais mudanças institucionais na década de 1990, o 11º Plano Quinquenal, de 2006-2010, os pontos de virada de 2008 e 2019 e as conquistas recentes na redução da pobreza, gestão de pandemias, planejamento urbano e regional, implementação de ferrovias de alta velocidade etc.

⁸ Entre o “antigo” e o “novo”, os pesquisadores do “projetamento” veem o período intermediário como um desvio de rota ou passo para trás. O período em questão corresponde ao projeto neoliberal fracassado e ao Consenso de Washington, de triste memória, que vai do final dos anos 1970 até seu ponto mais crítico, na crise financeira de 2008. Para os pesquisadores, esse período foi um grande revés para a atividade científica, a análise acadêmica e o desenvolvimento humano, levando ao irracionalismo filosófico. Quando os contornos do caminho da China voltaram a ser claros, após 2008, o “projetamento” pôde mais uma vez se tornar foco de análise (Jabbour; Capovilla, 2023a, p. 15). Uma análise histórica alternativa é que todo o projeto neoliberal, com suas várias palavras de ordem, foi um esforço desesperado e fracassado para deter o declínio de longo prazo das economias capitalistas desde o final dos anos 1960. Em 2008, elas estavam estagnadas, e as implicações disso estão se tornando cada vez mais óbvias (Freeman, 2023; Lauesen, 2024; Roberts, 2016).

⁹ A terminologia é muito específica, uma vez que o sistema socialista determina a natureza da forma institucional do mercado (ver adiante).

Começamos pela década de 1990¹⁰. O primeiro passo foi dado com o 9º Plano Quinquenal (1996-2000), que determinou reformas nas empresas estatais (*State-owned enterprises* — SOEs)¹¹. A chave era fazê-las sair do ambiente protegido de uma economia rigidamente planejada para se tornarem viáveis em condições de mercado. Com reformas enfatizando melhorias em eficiência e gestão, fusão ou fechamento de empresas não viáveis, restrições orçamentárias rígidas e inovações disruptivas, os contornos iniciais de um novo tipo de planejamento estavam sendo estabelecidos para que as SOEs pudessem se tornar a espinha dorsal da economia nacional. Esse foi apenas o começo de um processo contínuo destinado a garantir que as SOEs fossem impulsionadoras econômicas essenciais e eficientes, *hubs* de inovação com impactos cada vez mais globais, e que sua influência percorresse as artérias e os vasos do sistema econômico¹².

Uma série de etapas se seguiram relativamente rápido. Em 2003, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado (State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council — Sasac) foi estabelecida com a tarefa de gerenciar e continuar as reformas das SOEs industriais à luz dos princípios de uma economia socialista de mercado em prol do bem comum. Não muito depois, o 11º Plano Quinquenal, de 2006-2010, incluiu um projeto para estabelecer um sistema nacional de tecnologia e inovação que incluía SOEs, empresas não públicas, instituições financeiras e centros de pesquisa universitários. Aqui, encontramos não tanto uma forma de planejamento e inovação conduzida pelo Estado (de cima para baixo), mas uma abordagem integrada de toda a sociedade, que surge do caldo de cultura milenar da China. Há quase 20 anos já existiam as bases para inovações profundas em áreas como internet 5G (agora em direção ao 6G), *big data*, inteligência artificial, computação quântica, exploração espacial, indústria aeroespacial e muito mais.

As etapas se sucediam. Na crise financeira de 2008, a China tinha os recursos para alavancar suas SOEs e bancos de desenvolvimento, agora altamente eficientes, lançando um pacote fiscal no valor de 4 bilhões de yuans. Não foi um pacote imprudente, com dinheiro indo para os bolsos daqueles que já tinham mais do que o suficiente. Em vez disso, nessa época já havia a capacidade e habilidade para planejar e coordenar milhares e milhares de projetos ao mesmo tempo e atingir os resultados desejados. Vale mencionar que a ênfase não foi somente na reforma contínua das SOEs¹³, mas também na velocidade e na precisão demonstradas no aproveitamento da tecnologia da informação, especialmente no tocante ao

10 Nesta seção, baseio-me em algumas leituras bastante úteis: Jabbour, Boa Nova e Vadell (2024, p. 7-9); Jabbour e Capovilla (2023a); Jabbour, Dantas e Espíndola (2023, p. 506-514).

11 Essas etapas significativas são encontradas na quarta parte do relatório de trabalho do premiê Li Peng ao Congresso Nacional do Povo, de março de 1996 (Li, 1996). Esse relatório foi precedido pelo 9º Plano Quinquenal, proposto pelo Comitê Central em setembro do ano anterior, com destaque para o parágrafo 26 (CPC Central Committee, 1995).

12 O número de SOEs varia dependendo do critério de contabilização. No início de 2023, havia 131 no total: 98 administradas pela Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado e conhecidas como “empresas centrais” [中央企业 *zhōngyāng qīyè*], 26 administradas pelo Ministério das Finanças, três empresas culturais administradas pelo Escritório de Informação do Estado e quatro empresas funcionais. Cada uma com milhares de subsidiárias.

13 Veja, por exemplo, a importante decisão do Comitê Central, em 2013, sobre o aprofundamento da reforma (CPC Central Committee, 2013, § 7), o guia de 2018 sobre ativos e passivos de empresas estatais emitido pelo Gabinete do Comitê Central e pelo Gabinete do Conselho de Estado, e a reforma das empresas centrais ao longo de três anos, iniciada pela Sasac em 2020 (O gabinete..., 2018; As empresas..., 2023; More..., 2023).

big data e à inteligência artificial¹⁴, e no gerenciamento da pandemia de covid-19, do final de 2019 até o final de 2022 (um desafio muito além da capacidade e habilidade dos países ocidentais). Também vimos a implementação desses novos instrumentos de planejamento para desatar os “últimos nós” em favor da redução da pobreza absoluta até o final de 2020, sob circunstâncias muito difíceis¹⁵. Isso parece ser apenas o começo, especialmente se considerarmos o plano Made in China 2025, lançado em 2015¹⁶, o ambicioso 14º Plano Quinquenal, de 2020-2025 (Jabbour; Moreira, 2023, p. 552-556) e as metas estipuladas para 2035 e 2049.

Claramente, esses avanços relativamente recentes chamaram a atenção da equipe de pesquisa envolvida no conceito de “projetamento”. Por vezes, esses mesmos pesquisadores fornecem estudos de caso específicos, com as estatísticas obrigatórias: o crescimento do número e diversidade de empregos e salários, dado que uma característica central do “antigo projetamento” era o problema de superar o desemprego (Jabbour *et al.*, 2023, p. 778-781); a soberania monetária e o sistema de bancos estatais, que podem emitir crédito e desembolsar fundos com impressionante eficiência e direcionamento (Jabbour *et al.*, 2023, p. 781-784); a implantação de uma infraestrutura abrangente, de estradas por cais costeiros a ferrovias de alta velocidade, estas agora abrangendo uma rede de mais de 40 mil km; um sistema nacional de integração urbana e regional, no qual os quatro principais centros — delta do rio das Pérolas (Grande Área da Baía), delta do rio Yangtze, Grande Chongqing e Pequim-Tianjin-Hebei — estão conectados com centros regionais do país; e o desenvolvimento de novos centros de “modelo socialista”, como Shenzhen e a Nova Área de Xiong’an, que se destacam pelo seu planejamento urbano integrado, desenvolvimento verde, qualidade de vida e novas formas de propriedade socializada (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023, p. 79-89).

Em resumo, esses avanços levados a cabo num período relativamente curto fizeram com que os pesquisadores do “projetamento” retomassem a teoria inicial de Rangel e a reinterpretassem em resposta a dados obtidos em tempo real. Mais de 60 anos após a proposta inicial e à luz das mudanças qualitativas que estão ocorrendo, o modelo obviamente precisa ser revisado e atualizado. Como vimos, a equipe concluiu que a resultante do que vem acontecendo na China desde 1978 é uma nova formação socioeconômica e que sua manifestação mais recente requer um novo modelo e um novo vocabulário. Os pesquisadores também argumentam que esses progressos constituem uma redefinição, à luz da prática concreta, do próprio socialismo, ou, de maneira mais correta, da natureza e direção da via socialista.

3. ANÁLISE DE CONTRADIÇÕES

Até agora, o objetivo deste artigo foi fornecer uma visão geral dos resultados da pesquisa sobre o “projetamento”, sem perder de vista as questões filosóficas a serem abor-

14 Assim como o Estado e as forças produtivas, a ciência e a tecnologia nunca foram vistas com muita suspeita em países sujeitos às privações infligidas pelo imperialismo ocidental. Em vez disso, como enfatizou Losurdo (2008, p. 46-48), estas três sempre foram consideradas chave para o desenvolvimento e saída para a pobreza crônica. Soma-se a isso a identificação — à luz das “quatro modernizações” — da ciência e da tecnologia como forças produtivas em si (Deng, 2008a, p. 86-91). Veja também Jabbour e Capovilla (2023b).

15 Dado esse rápido desenvolvimento, a equipe de pesquisa envolvida no conceito do “projetamento” pode muito bem indicar a concretização das propostas iniciais de Oskar Lange, de uma época bastante diferente, relativas aos cálculos necessários para um planejamento eficiente tendo em vista a inclusão de um “instrumento de mercado” (Jabbour; Moreira, 2023, p. 552; Lange, 1936; 1937). Ver mais em Boer (2023a).

16 Para Jabbour, Dantas e Espíndola (2023, p. 521), se esse plano atingir os seus objetivos, a China provavelmente se tornará a maior potência tecnológica deste século.



Exchange Square, sede da Bolsa de Hong Kong. Abril de 2020

dadas nesta seção. Por exemplo, notei que a abordagem inerentemente dialética de Rangel permite uma conexão com a “análise de contradições”; que o gerenciamento de mudanças de desequilíbrio para desequilíbrio suscita a questão de entendê-las no decorrer dos 75 anos de desenvolvimento econômico na China; e que a contradição entre “contabilidade empresarial” e “contabilidade social” se desdobra na relação entre planejamento e mercado. Nestes e em outros exemplos, as contribuições chinesas podem fornecer diferentes perspectivas. Para saber como isso é possível, precisamos entender a análise de contradições (como desenvolvimento do materialismo dialético) e como ela auxilia na compreensão do desenvolvimento econômico chinês. Essa é a tarefa da seção a seguir, na qual procuro conectar o trabalho dos pesquisadores do “projetamento” com o pensamento marxista chinês.

3.1. UMA VISÃO GERAL SOBRE A ANÁLISE DE CONTRADIÇÕES

A tarefa inicial para entender a relevância da análise de contradições da maneira como ela é feita por acadêmicos e formuladores de políticas públicas chineses passa por considerar sua história: de Marx e Engels, passando por Lênin e o pleno florescimento da filosofia marxista (materialismo dialético) na União Soviética da década de 1930, passando por Mao Zedong e o círculo de estudos em Yan'an em 1935-1937, até a análise de contradições na formulação de políticas públicas dos dias atuais e os avanços da filosofia marxista nas últimas décadas (Boer, 2021b, p. 55-84). No que pode ser um breve sumário, os seguintes pontos são relevantes para a presente análise.

Para Lênin (1985, p. 391), antagonismo e contradição não são a mesma coisa. Sob o socialismo, o primeiro desaparecerá, a segunda permanecerá. Essa distinção inicial é crucial

para entender a tarefa da construção socialista: enquanto o antagonismo — entre classes, entre forças e relações de produção — desaparecerá durante o socialismo, as contradições estarão muito presentes. Em outros escritos de Lênin (1973; 1968) e de filósofos da era soviética que se basearam fortemente em Marx e Engels, as categorias contradições antagônicas e contradições não antagônicas viriam a ser empregadas para analisar a história e a sociedade, bem como para realizar o planejamento¹⁷. A fase importante seguinte ocorreu na Área Vermelha, ao redor de Yan'an, China, em meados da década de 1930. Durante o relativo respiro de 1935-1937, após a Longa Marcha e antes que a Guerra de Resistência Antijaponesa fosse retomada para valer, o círculo em torno de Mao Zedong se lançou ao estudo da filosofia marxista mais madura e bem desenvolvida da época. Isso ocorreu no contexto de numerosas traduções, publicações, palestras e grupos de leitura, muitos dos quais se preocupavam sobretudo em examinar o modo pelo qual a filosofia marxista deveria ser entendida nas condições históricas concretas da China.

Das obras produzidas na época (Mao, 1986; 1991a; 1991b), o que mais nos interessa no momento é o envolvimento de Mao Zedong — documentado em notas e comentários abundantes — com os livros que estudou (Mao, 1988). Desse material, emergem temas relevantes. Primeiro, Mao estava particularmente interessado na universalidade ou abrangência das contradições. Todos os aspectos de uma situação devem ser considerados: começa-se com o todo, e somente dessa forma o problema específico pode ser abordado adequadamente. No entanto, o todo em questão não é de forma alguma unificado, uma vez que envolve múltiplas contradições: os muitos aspectos a serem considerados se relacionam entre si como contradições. Encontramos aqui uma das muitas interseções entre o marxismo e a longa tradição cultural chinesa, que envolve uma realidade histórica em um grande país com longa história, regiões e nacionalidades muito diversas, e o processo revolucionário e de luta contra o imperialismo japonês na época. Essas contradições podem ser entendidas como antagônicas ou não antagônicas (como em Lênin), ou em termos de uma contradição primária e muitas contradições secundárias (como em Mao Zedong). Além disso, as relações entre contradições são um processo dinâmico (Jabbour; Capovilla, 2023b). As contradições não antagônicas podem se tornar antagônicas e vice-versa, a contradição primária muda ao longo do tempo, e a relação entre os aspectos primários e secundários de uma contradição muda dependendo das circunstâncias.

Algumas alusões ilustram como, na visão dos autores, essas formulações aparentemente abstratas davam sentido para o desenvolvimento histórico. A primeira vem da filosofia marxista da era soviética: se no socialismo desenvolvido não houvesse contradições — entre forças produtivas e relações de produção, entre produção e demanda, no desenvolvimento da técnica etc. —, então o desenvolvimento do socialismo seria impossível. Isso significa que somente em virtude das contradições internas da ordem socialista pode haver desenvolvimento de uma fase para outra, de ordem superior (Shirokov; Iankovskii, 1932b, p. 150; 1937, p. 175). A segunda vem da análise de Mao Zedong acerca das contradições sob as primeiras condições do socialismo no poder: a sociedade socialista se torna mais unida e consolidada através do processo incessante de um correto tratamento e resolução das contradições (Mao, 2009, p.

¹⁷ Tudo isso ocorreu no contexto de uma filosofia bem desenvolvida e perspicaz do materialismo dialético e sua aplicação como materialismo histórico. Como amostra de trabalhos da era soviética, cito aqui alguns dos trabalhos estudados por Mao Zedong e seu círculo de estudos em Yan'an (Mitin, 1936; Mitin *et al.*, 1935; Shirokov; Iankovskii, 1932a; 1932b).

213). Se nos lembrarmos da ênfase de Rangel na necessidade de gerir o processo de passagem de um desequilíbrio para outro, então podemos dizer que o autor também pertence à tradição da análise de contradições e talvez seja capaz de propiciar algumas percepções adicionais.

Em segundo lugar, desde o final da década de 1930, a análise de contradições se tornou uma característica crucial da formulação de políticas públicas — o que tem particular relevância para

o foco dos pesquisadores do “projetamento” nos movimentos políticos inovadores desde o final da década de 1990 e especialmente desde 2008¹⁸. Embora Mao Zedong possa ter associado inicialmente, em 1937, a nova contradição primária à mudança da luta contra o Kuomintang para a luta antijaponesa, desde 1949 apenas três contradições primárias foram identificadas. A primeira foi em 1956, a segunda, em 1981 (após a perda de direção durante a “Revolução Cultural”), e a terceira, surgindo 36 anos depois, em 2017: entre o desenvolvimento desbalanceado e inadequado e a expectativa cada vez maior do povo por uma vida melhor [美好生活 *měihǎo shēnghuó*]. Contradições primárias como essas não são produzidas do nada, e exigem análise detalhada e cuidadosa dos muitos aspectos de uma dada situação. Além disso, a contradição primária molda todos os tipos de formulação de políticas, incluindo planejamento de longo prazo, planos quinquenais, novos projetos, adaptação a circunstâncias mutáveis e muito mais. Também devemos observar a data da contradição primária mais recente: ela resulta dos avanços desde 2008 e especialmente da “nova era” iniciada em 2012. Embora a equipe de pesquisa envolvida no conceito de *projetamento* saliente a importância da contradição primária mais recente (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023, p. 72), meu propósito aqui é fornecer uma estrutura teórica para entender como a China chegou a esse ponto.

Em terceiro lugar, uma ênfase distinta, oriunda das incursões iniciais dos filósofos da era soviética na questão da mudança qualitativa, foi bastante desenvolvida por Mao Zedong: o automovimento da mudança qualitativa e as diferenças qualitativas entre distintos processos e suas contradições internas. Em outras palavras, as causas das mudanças qualitativas devem ser encontradas internamente a um processo, que apresenta suas próprias contradições. Mao não nega nem o papel das causas externas nem a dialética interno-externo, mas enfatiza que é a causa interna, e não a externa, que determina a necessidade de mudança

As contradições não antagônicas podem se tornar antagônicas e vice-versa, a contradição primária muda ao longo do tempo, e a relação entre os aspectos primários e secundários de uma contradição muda dependendo das circunstâncias

¹⁸ Para um estudo detalhado das principais contradições desde a época de Mao Zedong até hoje, veja Jin (2017).

A sociedade socialista se torna mais unida e consolidada através do processo incessante de um correto tratamento e resolução das contradições

das coisas (Mao, 1988, p. 201). Além disso, para ele, é somente em função dos atributos intrínsecos de cada estágio que a natureza de um processo se desenvolve (Mao, 1988, p. 49)¹⁹. Embora esse aspecto da análise da contradição viesse a identificar os fundamentos filosóficos das características chinesas, além das condições específicas e a realidade concreta do marxismo na China (Mao, 1991, p. 658-659), no presente artigo meu foco são as implicações para a proposta da “nova economia do projetamento”. Essas implicações ficarão claras na seção 3.3.

Nesta seção, procurei ressaltar que a análise de contradições pressupõe que se lide com todos os aspectos de uma situação²⁰, e que processos sofrem transformação dialética constante. Assim, também dei atenção à formulação de políticas públicas considerando o papel determinante que uma contradição primária desempenha. Esses pontos levam à próxima seção, sobre a história do desenvolvimento econômico na China. Aqui também

enfatizei a natureza interna da mudança qualitativa, que virá à tona na seção que se segue e diz respeito à transformação dialética do planejamento e do mercado em uma nova forma.

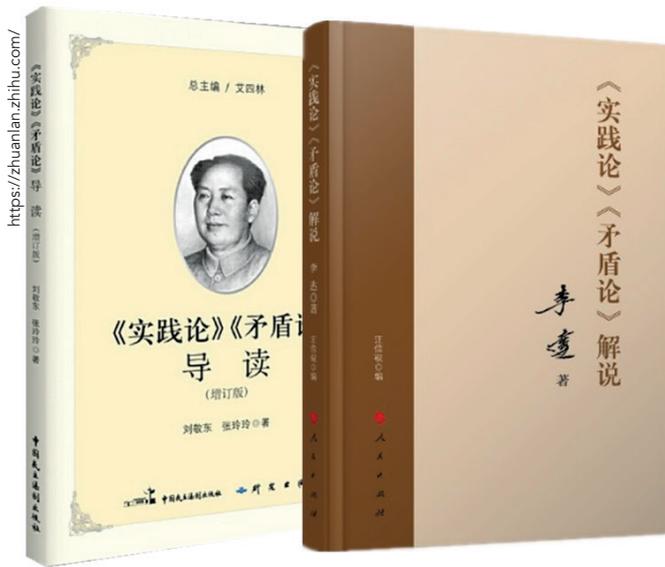
3.2. FILOSOFIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nesta seção, a preocupação é entender o desenvolvimento econômico da China desde 1949 em termos da análise de contradições. Aqui, busco uma conexão explícita com a ênfase de Rangel na necessidade de gerenciar o processo de desequilíbrios ou o que também é conhecido como “destruição criativa”, a necessidade constante de passar por contradições na construção socialista e no que os pesquisadores do “projetamento” descrevem como um “processo constante de reformas sistêmicas” para enfrentar novas contradições, sem precedentes, para a constituição de um novo tipo de poder político (Jabbour; Capovilla, 2023a, p. 19; ver também Jabbour; Dantas; Espíndola, 2023, p. 506-507, 520-521).

Mais especificamente, a base metodológica para o que se segue vem de Marx e Engels, segundo os quais o proletariado usará sua supremacia política para tomar, gradualmente, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção [*Produktionsinstrumente*] nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o total das forças produtivas [*Produktionskräfte*] o mais

¹⁹ No ensaio “Sobre a contradição”, esse ponto viria a ser expresso como a particularidade das contradições (Mao, 1991b, p. 308-20), que enfatiza as condições distintivas em países com longa história cultural.

²⁰ Nessa perspectiva, a equipe de pesquisa do “projetamento” deveria reavaliar a tendência de considerar que o desenvolvimento chinês é conduzido primordialmente pelo Estado, mais especificamente pelo PCCh — os dois não são a mesma coisa (Boer, 2023b, p. 182-183). Em vez disso, o processo é multifacetado e assume um caráter de “toda a sociedade”. São raras as ocasiões em que se menciona a natureza abrangente e integrada da modernização da China (Jabbour *et al.*, 2023, p. 778; Lo, 2020).



Edição chinesa em dois volumes dos textos “Sobre a prática” e “Sobre a contradição”, de Mao Zedong. Os textos refletem a interpretação do marxismo-leninismo desenvolvida por Mao na cidade de Yan’an após a Grande Marcha e têm origem em uma série de conferências dada por ele no Instituto Político e Militar Antijaponês, do Partido Comunista da China

rápido possível (Marx; Engels, 1974, p. 481; 1976, p. 504). Para dar aos pesquisadores do “projetamento” o devido crédito, eles analisam de forma dialética a relação das duas partes²¹ da mal compreendida frase acima — propriedade dos meios de produção e liberação das forças produtivas (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023, p. 71; Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024, p. 10; Jabbour; Capovilla, 2023b)²². Por vezes esses dois aspectos operam juntos, e outras vezes estão em tensionamento um com o outro, exigindo a reforma daquele que evoluiu mais lentamente. Essa interação dialética fornece uma estrutura para interpretar a história do desenvolvimento econômico na China (Boer, 2021a).

Podemos identificar três estágios principais de tal desenvolvimento: de 1949 a 1978, de 1978 a 2012 e de 2012 até o presente. O primeiro estágio teve início com a libertação, em 1949, e debruçou-se sobre transformações dramáticas na propriedade dos meios de produção, a fim de se liberarem as forças produtivas. O modelo seguido foi o da União Soviética pós-1917: a maneira de superar a contradição do capitalismo entre o trabalho socializado e a propriedade privada dos meios de produção foi a socialização destes últimos. Historicamente, esse movimento foi aplicado com sucesso no estágio inicial da construção socialista: a abolição da propriedade privada dos burgueses e latifundiários, a industrialização sob condições econômicas cronicamente subdesenvolvidas, a coletivização agrícola e uma economia centralmente planejada. O resultado foi o “primeiro milagre econômico”, em razão do qual a China deixou de ser um dos países mais pobres do mundo para alcançar um desenvolvi-

21 O entendimento mais desequilibrado é aquele que foca a propriedade dos meios de produção e ignora o aumento das forças produtivas. Além disso, uma abordagem não dialética consiste em julgar tal propriedade como a causa da liberação das forças produtivas.

22 A equipe envolvida no “projetamento” também faz um adendo perspicaz, segundo o qual o “pouco a pouco” da política e o incremento “mais rápido possível” das forças produtivas são as inscrições lógicas das mediações dialéticas necessárias para a construção do socialismo (Jabbour; Capovilla, 2023b).

mento econômico significativo; um aumento da população e da expectativa de vida; melhorias na ciência e tecnologia; o fortalecimento das bases de um sistema econômico industrial e nacional independente; melhorias na educação, cultura e saúde, e o ressurgimento do país no cenário internacional, especialmente nas relações com os países em desenvolvimento (Cheng; Cao, 2019, p. 6-8; Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024, p. 5-6).

O segundo estágio, de 1978 a 2012, é quando o processo de gerenciamento das contradições da construção socialista chega ao auge. As relações de produção, com suas numerosas propriedades públicas e altas taxas de coletivização, juntamente com o planejamento central de estilo soviético, atingiram um ponto-limite quanto à liberação das forças produtivas (Boer, 2023c, p. 375-76). Apesar de todos os avanços, a pobreza ainda era endêmica, e as contradições de classe não antagônicas tornaram-se luta antagônica no final da década de 1960. O desenvolvimento econômico estava estagnado e soluções criativas eram necessárias. A solução para liberar as forças produtivas foi a reforma e abertura. Como Deng Xiaoping (2008b, p. 310-311) apontou, o desenvolvimento das forças produtivas é a revolução fundamental do ponto de vista do desenvolvimento histórico. Para Deng, um “socialismo pobre” não é socialismo, já que este deve desenvolver as forças produtivas, aumentar a força do país e melhorar a vida das pessoas. Para invocar o ponto anterior, sobre a dinâmica da mudança qualitativa interna a um processo, a política de reforma e abertura foi uma resposta às contradições internas. Esse período assistiu à difícil tarefa de combinar planejamento e formas institucionais de mercado no âmbito de um sistema socialista, de propriedades públicas e não públicas e de grandes incentivos para “liberar o pensamento” e a busca por soluções criativas e inovadoras para problemas. Não deveria ser surpresa que a equipe de pesquisa envolvida no conceito de *projetamento* tenha focado grande parte de sua atenção nesse período, inicialmente a partir de 1978 e especialmente a partir de meados da década de 1990. A equipe, juntamente com outros acadêmicos, observou as conquistas significativas da reforma e abertura: ao se deslocar para o centro do cenário mundial, a China contribuiu sobremaneira para a economia global, pois conta com a única cadeia industrial completa, a maior produção industrial e as mais altas reservas monetárias do planeta (Jabbour *et al.*, 2023, p. 781-784). Além disso, o país desenvolveu o maior mercado interno, continuou o longo processo de melhoria de seus sistemas de educação, saúde e bem-estar, e viu Hong Kong e Macau retornarem (Cheng, 2018, p. 2-3).

O terceiro estágio é conhecido como “nova era”, e hoje se considera que tenha tido início em 2012. No entanto, como no estágio anterior, seus problemas começaram um pouco antes. Já na década de 1990, a reforma e a abertura estavam começando a revelar uma série de novas contradições, que podem ser atribuídas a uma ênfase excessiva na liberação de forças produtivas. Em meio ao sucesso econômico da China, problemas amplamente estudados tornaram-se evidentes nos “selvagens anos 1990”, desde a insegurança do trabalho, o crescente contraste entre ricos e pobres e a degradação ambiental até o profundo distanciamento entre o PCCh e as pessoas comuns e a desorientação ideológica sobre o futuro da China (Boer, 2021b, p. 93-97). Essas contradições continuaram na primeira década do século seguinte e não seriam abordadas sistematicamente até a “nova era”, em 2012.

Sobre esse assunto, encontramos uma característica do desenvolvimento desigual ou — citando Bloch (1991, p. 104-117) — da “contemporaneidade da não contemporaneidade” (ver também: Jabbour; Dantas; Espíndola, 2021, p. 24). Como vimos anteriormente, o 9º Plano Quinquenal, de 1996-2000, já havia instigado a primeira de uma série de reformas

das SOEs que lançariam as bases para a nova era. É verdade que a periodização que propus pode ser questionada por ser um pouco rígida demais. Refiro-me aqui a uma implicação da ênfase da equipe de pesquisa do “projetamento” na resposta significativa e inovadora da China à crise financeira global de 2008: pode-se dizer que a nova era começa já naquele ano. No entanto, é nos anos seguintes a 2012 que começamos a ver a clara implantação da análise de contradições: diante das crescentes contradições da reforma e abertura, a resposta não foi voltar no tempo para antes de 1978, mas interpretar as contradições como incidentais em vez de sistêmicas e aprofundar a reforma (CPC Central Committee, 2013). Como resultado, a nova era viu as SOEs se tornarem centros eficientes de inovação, com um papel renovado como espinha dorsal da economia (contribuindo para mais de 50% do desempenho econômico total da China). Outros resultados foram bem documentados: um total de 800 milhões de pessoas foram tiradas da pobreza absoluta, com quase 500 milhões situando-se na faixa de “renda média”; um sistema de bem-estar continua a ser melhorado para atender a 1,4 bilhão de pessoas; o fosso entre ricos e pobres parou de aumentar e agora está diminuindo; o Estado de direito socialista e o sistema democrático foram notavelmente fortalecidos; grandes passos foram dados em direção a uma civilização ecológica; e os resultados da retificação e reforma completas de um PCCh de 96 milhões de pessoas são cada vez mais ostensivos.

Dado o exposto, dificilmente se esperaria que esta fase mais recente assegurasse a resolução final das contradições, pois elas são inerentes ao processo e outras inevitavelmente surgirão. Mas estamos, no momento em que escrevo, num estágio relativamente incipiente desta terceira fase. Muitas são as formulações a respeito dela (Cheng; Cao, 2019, p. 6), mas creio que agora podemos adicionar-lhes o conceito de *nova economia do projetamento* e que os acadêmicos chineses devem se envolver com essa pesquisa. De fato, o propósito do esquema aqui proposto foi fornecer uma estrutura histórica mais ampla acompanhada de uma análise teórica mais profunda, com base nas pesquisas chinesas, para contribuir com as propostas da equipe envolvida no conceito de *projetamento*.

Uma questão permanece: o que há de “novo” na “nova economia do projetamento”? Aqui digo *novo* não em relação ao “antigo projetamento” de Rangel, mas quanto ao futuro da China.

3.3. O *AUFHEBUNG* DO PLANEJAMENTO E MERCADO

O propósito desta seção é mostrar como os debates chineses abrem uma perspectiva distinta sobre a novidade presente na “nova economia do projetamento”. Esses debates foram particularmente notáveis nos anos 1990, que foram ao mesmo tempo os “selvagens anos

Para Deng, um “socialismo pobre” não é socialismo, já que este deve desenvolver as forças produtivas, aumentar a força do país e melhorar a vida das pessoas

1990” e um período que testemunhou os primeiros movimentos, especialmente com o 9º Plano Quinquenal, de 1996-2000, em direção ao que vemos hoje. Os debates giraram em torno do entendimento da relação entre planejamento e mercado — assumindo-se aqui como ponto pacífico que uma “economia de mercado” não deve ser associada exclusivamente à ideia de *economia de mercado capitalista*²³. Para os estudiosos chineses, o planejamento e o mercado são componentes estruturais ou formas institucionais (体制 *tìzhì* ou 体系 *tǐxì*)²⁴ de um sistema abrangente (制度 *zhìdù*) que molda a natureza dos componentes²⁵. Como afirma a influente pesquisa de Huang (1994, p. 5), não existe forma institucional de economia de mercado que seja independente do sistema econômico básico da sociedade²⁶.

No debate sobre as relações entre planejamento e mercado, distinguem-se duas abordagens principais: a que busca um equilíbrio não antagônico entre eles e a que identifica um *Aufhebung* de ambos (esse termo será esclarecido mais à frente). A busca pelo equilíbrio pressupõe uma combinação flexível entre planejamento e mercado (Liao, 2008; Gu, 2019). Algumas propostas anteriores distinguem entre micro e macrogestão, sendo o mercado a base e o macrocontrole nacional o guia (Peng, 1994, p. 14). Para Yang Jinhai, planejamento e mercado significam respectivamente justiça e eficiência, que são como as duas rodas de um carro de boi ou as duas asas de um pássaro (Yang, 2009, p. 175) e precisam funcionar nos termos da unidade de contradições. Para Yang, manter a contradição não antagônica entre justiça e eficiência é uma tarefa contínua (Zhou, 2017, p. 29). Em última análise, a preocupação desses estudos é buscar um equilíbrio ou meio-termo entre planejamento e mercado.

De maior interesse são os estudos que levam a questão mais adiante, baseando-se no argumento de que, para implementar um componente de mercado, devem-se implementar também suas principais facetas (普遍性 *pǔbiànxìng*), especialmente a lei do valor²⁷ e restrições orçamentárias rígidas acerca de entrada e saída e oferta e demanda (Zhang; Zhuang, 1994, p. 5)²⁸. Podemos descrever esse processo como um tensionamento total da contradição

23 Essa equação enganosa foi inicialmente proposta pelo padrinho do neoliberalismo, o conde Ludwig von Mises (1932, p. 142), para quem as alternativas se limitavam a socialismo ou economia de mercado. O engano está na categorização, pois se assume que o socialismo implica uma economia planejada com propriedade socializada, e o capitalismo, uma economia de mercado com propriedade privada. À sua maneira, a equipe de pesquisa do “projetamento” também nota essa questão (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2023, p. 526).

24 Para traduzir 体制 *tìzhì* ou 体系 *tǐxì* como “forma institucional”, usei a terminologia da teoria da regulação (Boyer; Saillard, 2002). A forma institucional é um dentre vários ingredientes ou componentes específicos de um sistema maior.

25 Ao longo da história, houve uma série de economias de mercado qualitativamente distintas, como a antiga economia de mercado militar persa, a economia de mercado escravista greco-romana e a economia de mercado feudal da China, bem como a economia de mercado capitalista.

26 Heilmann (2018) também reconhece que na China o planejamento nunca foi abandonado.

27 Nesse ponto, o leitor pode ficar intrigado com a ênfase da equipe de pesquisa do “projetamento” na substituição da produção de valor de troca pela produção de valor de uso para a sociedade. Aqui, observo que Cheng Enfu e outros buscaram retrabalhar o princípio básico do marxismo referente à teoria do valor-trabalho em favor de uma nova proposta de criação de valor pelo trabalho humano vivo [新的活劳动创造价值假设]. Isso, por sua vez, leva à necessidade de aumentar o “valor social total” [社会价值总量] com vista a um “produto interno bruto de bem-estar” [国内生产福利总值] (Cheng, 2007; Cheng; Wang; Zhu, 2019; ver também Boer, 2023c). Reunir todos os fatores da economia, natureza e sociedade nos daria um abrangente “produto bruto final de bem-estar” [最终福利总值] (Cheng, 2020, p. 101; Cheng; Cao, 2009). A pergunta a ser feita aqui é se isso é simplesmente a elevação do valor de uso ou a integração dialética dos valores de uso e de troca à estrutura de uma teoria marxista do valor-trabalho em um contexto socialista.

28 Estudos sobre as experiências de “socialismo de mercado” realizadas em países socialistas da Europa Oriental observaram uma relutância em aceitar tais facetas (Wang, 1995; Yu, 2011).



Coletiva de imprensa com integrantes da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado para prestar informações à mídia chinesa sobre a promoção do “desenvolvimento de alta qualidade”. Pequim, julho de 2024

entre planejamento e mercado para alcançar a transformação de ambos. Em um documento crucial do Comitê Central do PCCh, de 2013, essa ênfase vem à tona. O componente econômico de mercado no sistema socialista não mais desempenharia um “papel básico” [基础性作用 *jīchǔxìng zuòyòng*], mas um “papel decisivo” [决定性作用 *juédìngxìng zuòyòng*] na alocação de recursos (CPC Central Committee, 2013, § 2). Dado que o mercado é uma “forma institucional” [体制 *tǐzhì*] no “sistema econômico básico” [基本经济制度 *jīběn jīngjì zhìdù*], o texto descreve como o planejamento atingiria um nível qualitativamente mais alto (CPC Central Committee, 2013, § 9-13). Em outras palavras, o planejamento funcionaria com a economia de mercado e por meio dela, enquanto a economia de mercado transformaria o planejamento. Como observa Li (2018, p. 23), a “unidade orgânica” dos dois garante pleno aproveitamento das vantagens do socialismo e da economia de mercado.

Agora é possível compreender como o argumento da transformação dialética tanto do planejamento quanto do mercado chega a uma conclusão. A esse respeito, gostaria de mencionar dois estudos. Conforme o mais recente, a prática da China provou que a combinação de economia de mercado e socialismo é uma nova forma de explorar a prática socialista, que supera as desvantagens de uma economia planejada tradicional e de uma economia de mercado capitalista, e que realiza uma transcendência dupla [双重超越 *shuāngchóng chāoyuè*] (Zhou; Wang, 2019, p. 41; Li, 2018, p. 23). Estudo um pouco anterior, que aborda em grande mesmo o mesmo tema, embora com um refinamento, afirma que a nova forma da prática socialista na China compreende uma dupla *sublation*²⁹ [双重扬弃 *shuāngchóng yángqì*] e transcendência [超越 *chāoyuè*] de uma economia planejada tradicional e uma economia de mercado (Zhang, 2009, p. 139)³⁰. O refinamento aqui é o uso de 扬弃 *yángqì*, que

²⁹ N.T.: o mesmo que *Aufhebung*.

³⁰ Na década de 1990, descobrimos que a *Aufhebung* ou 扬弃 *yángqì* em questão estava restrita à economia planejada tradicional (Ding, 1996).

indica mais claramente a perspectiva tipicamente marxista da proposta, uma vez que essa palavra é a tradução filosófica do alemão *Aufhebung*. Essa é, naturalmente, uma operação metodológica fundamental que Marx e Engels tomaram emprestada de Hegel sem abrir mão de suas bases materialistas: ela implica a transformação completa de uma contradição inicial para negá-la e levá-la a um nível qualitativamente novo³¹. Eu acrescentaria que 扬弃 *yángqǐ* expande o campo semântico de *Aufhebung* para incluir o descarte das impurezas e a absorção da essência. Parece que os estudos chineses têm indicado há algum tempo uma estrutura filosófica que pode contribuir para a proposta de uma “nova economia do projetamento”. Por outro lado, as várias minúcias empíricas desta última também podem contribuir para as considerações filosóficas do material que apresentei.

Encerro esta seção com dois exemplos que ilustram concretamente a transformação dialética em andamento. O primeiro diz respeito ao processo de retificação e reforma (整改 *zhěngǎi*) de empresas. Em 2020, um incidente em particular teve ampla repercussão: em novembro daquele ano, o Ant Financial Services Group declarou que suspenderia sua enorme oferta pública inicial na Bolsa de Valores de Hong Kong³². Por quê? O Ant Group já estava nos estágios iniciais do que se tornaria um processo completo de retificação e reforma. Embora a empresa não estivesse tecnicamente violando nenhuma lei, a avaliação era de que ela vinha, havia algum tempo, forçando os limites das regulamentações governamentais e falhando em termos de responsabilidade ética e social. Como os pesquisadores do “projetamento” diriam — seguindo Rangel —, o Ant Group estava muito focado na “contabilidade empresarial” e falhava na “contabilidade social”. Esse não foi de forma alguma um incidente isolado, pois o Ant Group foi uma das mais notáveis empresas³³ — devido ao seu tamanho e alcance — atingidas por um processo iniciado no começo daquele mesmo ano. Em março de 2020, a Suprema Procuradoria Popular deu início à supervisão das reformas de *compliance*. No início de 2021, foi promulgado um plano geral que incluía um projeto-piloto daquelas reformas, com atualizações subsequentes (Chen, 2023a; 2023b; Gao, 2023). Notavelmente, o processo englobava inspeções detalhadas, revisão de leis e sessões de treinamento para todas as partes envolvidas. A equipe de supervisão incluía os principais especialistas jurídicos, juízes, advogados e o diretor da Sasac da China. É claro que esse é um projeto abrangente e coordenado, perpassando todos os tipos de empresas — estatais e não públicas — a fim de reformar e atualizar práticas e, de fato, melhorar a confiança pública, com uma ênfase notável na ética e na responsabilidade social. À primeira vista, pode parecer que a Suprema Procuradoria Popular estava simplesmente fazendo seu trabalho e exercendo a devida supervisão das empresas. Contudo, se formos mais fundo na questão, revela-se claramente não apenas quem está definindo a agenda, mas também que a “contabilidade social” não é meramente tarefa dos tomadores de decisão governamentais. As empresas devem, ao mesmo tempo, garantir tanto o resultado final quanto a “contabilidade social”. Ou, para recorrer aos termos usados anteriormente: a contabilidade social precisa ser aprimorada por meio da contabilidade da empresa e vice-versa, de modo que busque uma transformação de ambas.

31 Isso também é afirmado pela terceira lei da dialética: a negação da negação (Fang, 2014, p. 63).

32 O Ant Group já havia lançado uma oferta pública inicial na bolsa de valores de Xangai no início do ano, mas a iniciativa foi interrompida em novembro. Muitos são os estudos sobre as implicações da reforma após o incidente do Ant Group. Para uma descrição do que aconteceu e o porquê, veja Cai e Guo (2021).

33 O conglomerado imobiliário Evergrande foi outro foco inicial de retificação e reforma.

Uma “economia de mercado” não deve ser associada exclusivamente à ideia *de economia de mercado capitalista*. Para os estudiosos chineses, o planejamento e o mercado são componentes estruturais ou formas institucionais (体制 *tǐzhì* ou 体系 *tǐxì*) de um sistema abrangente (制度 *zhìdù*) que molda a natureza dos componentes

O segundo exemplo diz respeito à reforma das estruturas do PCCh e seu funcionamento, especialmente nas bases (Boer, 2023b, p. 245-270). Esse processo abrangente está em andamento há uma década e diz respeito a todos os níveis, com particular foco nos dez tipos de ramificação de base do partido e na preocupação com a qualidade do secretariado de cada ramificação, a elevação do nível ideológico dos membros, o fortalecimento das práticas de responsabilidade democrática e o envolvimento mais amplo com organizações de massa e membros não partidários. De particular interesse aqui são as ramificações em empresas não públicas (das quais existem muitos tipos). No passado, supunha-se que a gestão empresarial lidaria com questões relacionadas à empresa, enquanto as sucursais do PCCh lidariam com questões do partido. A mudança notável tem sido o envolvimento mais profundo do executivo de cada ramificação do partido e dos membros do comitê regional na política empresarial na tomada de decisões. O alcance desse envolvimento vem aumentando enormemente, e os temas discutidos envolvem a aplicação das normas do Estado democrático de direito ao local de trabalho, a garantia de trabalho democrático no chão de fábrica para todos os trabalhadores e funcionários, a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e a preservação da saúde econômica da empresa. Claro, isso levanta novas contradições, pois os membros do partido também precisam evitar assumir papéis meramente gerenciais. No entanto, a questão aqui é qual efeito o envolvimento mais profundo dos membros do partido em empresas não públicas tem sobre a natureza delas. É cada vez mais difícil usar o vago termo *privado*, e certamente não se trata de um retrocesso em direção a formas anteriores de propriedade pública. Em vez disso, o que vemos emergir é uma mudança para uma nova forma de propriedade, que vai além da oposição inicial entre “público” e “não público”. Talvez a atitude dos líderes empresariais possa indicar o que está em jogo sob essa nova forma de propriedade. Como observa He (2020), a prática mostra que, quando a construção do partido é sólida, também o são as forças produtivas e motivadoras, e quando ela é forte, também o são a competitividade e a criatividade.

Em suma, nesta seção eu forneci: um esboço da análise de contradições, com ênfase nas características da equipe de pesquisa envolvida no “projetamento”; um relato da história econômica da China desde 1949 à luz da análise de contradições e da ênfase

na gestão das transições entre desequilíbrios; e uma perspectiva marxista chinesa sobre a “nova economia do projetamento” em termos da dialética do *Aufhebung* (扬弃 *yángqì*) entre planejamento e mercado. Este último ponto incluiu dois exemplos concretos: a retificação e reforma de todos os tipos de empresas e os avanços na construção do partido, que podem ser observados ante a emergência de uma nova forma de propriedade.

4. CONCLUSÃO: A NECESSIDADE DE UM ENGAJAMENTO MÚTUO

Para concluir, não farei um apanhado geral, pois o leitor pode consultar o resumo ou a introdução para esse propósito. Em vez disso, alguns apontamentos finais são importantes.

Para começar, a equipe de pesquisa envolvida no conceito do “projetamento” sugere que o desenvolvimento da China constitui uma “nova economia do projetamento”, isto é, o desenvolvimento mais recente de uma nova forma socioeconômica que surgiu após 1978 (Jabbour; Capovilla, 2023b, p. 19; 2023a, p. 19; Jabbour; Dantas; Espíndola, 2023, p. 504, 509-10; Jabbour *et al.*, 2023, p. 20). Junto com a tarefa de refinar a própria definição de socialismo, esse é o cerne do projeto que levou os membros da equipe, à luz de uma imensa quantidade de pesquisas empíricas, a buscar um novo modelo e uma nova gramática cognitiva. Eles chegam ao ponto de perguntar se não estaria a China salvando o marxismo das armadilhas de um pensamento social ocidental em rápida decadência (Jabbour; Capovilla 2023b).

Além disso, até onde sei, tem havido relativamente pouco envolvimento ativo entre pesquisadores do “projetamento” e acadêmicos e formuladores de políticas públicas chineses. Embora a equipe cite pesquisas de acadêmicos chineses, a maioria dessas referências está em inglês, e pouca coisa relacionada à equipe do “projetamento” foi publicada em pesquisas em língua chinesa³⁴. Nesse sentido, seria um grande benefício se a equipe de pesquisa do “projetamento” se envolvesse mais com a escola de pensamento chinesa sobre essas questões e que acadêmicos e formuladores de políticas públicas chineses se envolvessem com pesquisas sobre a “nova economia do projetamento”. Embora esta não faça parte atualmente do vocabulário de acadêmicos chineses, tem o potencial de fornecer uma dimensão adicional — em termos de filosofia e economia política — aos instrumentos com os quais tais acadêmicos vêm tratando a modernização e o desenvolvimento chineses, e, de fato, ela pode fornecer algumas ferramentas adicionais para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas. O resultado implicaria complementaridade e diferença: um terreno comum na busca de modelos para novos avanços na China, ainda que de perspectivas distintas, devido à maneira como tais assuntos são analisados por acadêmicos chineses e pela equipe de pesquisa do “projetamento”. Por essas razões, encorajo a equipe do “projetamento” e os acadêmicos chineses interessados a se envolverem ativamente uns com os outros.

³⁴ A primeira é uma tradução de um artigo de 2017 e a segunda é uma entrevista com Jabbour (Jabbour e Dantas, 2019; He, 2020).

* Australiano, professor na Escola de Filosofia da Universidade Renmin da China, em Pequim. Nos últimos anos, sua pesquisa se concentra nos aspectos filosóficos da construção socialista, com interesse particular na filosofia política marxista e nas dimensões filosóficas da economia política. Suas publicações mais recentes incluem *Socialism with Chinese characteristics: a guide for foreigners* (2021), *Friedrich Engels and the foundations of socialist governance* (2021) e *Socialism in power: on the history and theory of socialist governance* (2023). Seu atual projeto de pesquisa diz respeito à história da filosofia marxista na China de 1978 até o presente.

A versão original em inglês deste texto, publicada em 2024 no periódico *World Marxist Review* (vol. 1, nº 1, p. 77-98), está disponível em: <<https://dx.doi.org/10.62834/rdgm2d20>>.

Tradução gentilmente realizada pelo prof. Cristhiano Duarte (UFBA/Brasil e Chapman University/EUA), membro do Conselho Editorial de Princípios. Revisão de Ramiro Torres e Fábio Palácio.

► Texto recebido em 24 de outubro de 2024; aprovado em 15 de novembro de 2024.

AS EMPRESAS estão operando de forma estável e fazendo progressos, prontas para uma nova onda de reformas. [Em chinês.] **Agência de Notícias Xinhua**, 18 jan. 2023. Disponível em: <www.gov.cn/xinwen/2023-01/18/content_5737661.htm>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BLOCH, Ernst. **Heritage of our times**. Translated by Neville Plaice and Stephen Plaice. London: Polity, 1991.

BOA NOVA, Vítor; JABBOUR, Elias; CAMBUHY, Melissa. A nova economia do projeto como estágio superior de intervenção do estado chinês no território. **Geosul**, v. 38, n. 87, p. 69-83, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e91766>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BOER, Roland. From Belgrade to Beijing: comparing socialist economic reforms in Eastern Europe and China. **World Review of Political Economy**, v. 12, n. 3, p. 296-320, 2021a. Disponível em: <<https://doi.org/10.13169/worldreviewpoliecon.12.3.0296>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

_____. Socialism and the market: returning to the East European debate. **New Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2023a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13563467.2021.1926958>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

_____. **Socialism in power**: on the history and theory of socialist governance. Singapore: Springer, 2023b.

_____. **Socialism with Chinese characteristics**: a guide for foreigners. Singapore: Springer, 2021b.

_____. The philosophical economist: the contribution of Cheng Enfu. In: FOSTER, John Bellamy et al. **Innovative Marxist school in China**: comments by international scholars on Cheng Enfu's academic thoughts. Berlin: Canut, 2023c. p. 367-390.

BOYER, Robert; SAILLARD Yves (Ed.). **Régulation theory**: the state of the art. London: Routledge, 2002.

CAI, Jun; GUO, Mei. The problem of business ethics in the Ant Group incident. [In Chinese.] **Modern Business**, v. 15, p. 10-12, 2021.

CHEN, Ruihua. The principle of proportionality in enterprise compliance rectification and reform. [In Chinese.] **Journal of Comparative Law**, v. 1, p. 49-69, 2023a.

_____. The specialised compliance plan for enterprise compliance rectification and reform. [In Chinese.] **Tribune of Political Science and Law**, v. 1, p. 28-44, 2023b.

CHENG Enfu. Four theoretical assumptions of modern Marxist political economy. [In Chinese.] **Social Sciences in China**, v. 1, p. 16-29, 2007.

_____. Ten Marxist views formed during an academic career. [In Chinese.] **Studies on theories of Mao Zedong and Deng Xiaoping**, v. 5, p. 97-107, 2020.

_____. The great achievements of Marxism and theory of signification on Xi Jinping's theory of socialist economy with Chinese characteristics for a new era. [In Chinese.] **Southeast Academic Research**, v. 5, p. 1-8, 2018.

CHENG Enfu; CAO, Lei. The new China's 70 year economic construction has seen a comprehensive and continuous trend towards prosperity and strength. [In Chinese.] **Contemporary Economic Research**, v. 9, p. 5-13, 2019.

CHENG, Enfu; CAO, Licun. How to construct a gross domestic welfare product system. [In Chinese.] **Economic Review Journal**, v. 3, p. 1-8, 2009.

CHENG Enfu, WANG Guijin, ZHU Zhukui. **The creation of value by living labour**: a normative and empirical study. Berlin: Canut Press International, 2019.

CPC CENTRAL COMMITTEE. **Proposals of the CPC Central Committee on formulating the Ninth Five-Year Plan for National Economic and Social Development and long-term goals for 2010**: adopted at the Fifth Plenary Session of the 14th CPC Central Committee on 18 September, 1995. [In Chinese.] Beijing: CPC Central Committee, 1995.

CPC CENTRAL COMMITTEE. **Decision of the CPC Central Committee on some major issues concerning comprehensively deepening the reform**: adopted at the Third Plenary Session of the 18th CPC Central Committee on 12 November, 2013. [In Chinese.] Beijing: CPC Central Committee, 2013. Disponível em: <www.gov.cn/zhengce/2013-11/15/content_5407874.htm>. Acesso em: 19 nov. 2024.

DENG, Xiaoping. Speech at the opening ceremony of the National Conference on Science (18 March, 1978). [In Chinese.] **Selected works of Deng Xiaoping**. Beijing: Renmin Chubanshe, 2008a. v. 2, p. 85-100.

_____. To build socialism we must first develop the productive forces (April-May, 1980). [In Chinese.] **Selected works of Deng Xiaoping**. Beijing: Renmin Chubanshe, 2008b. v. 2, p. 311-314.

DING Yuan. The institutional form of the socialist market economy should be the sublation of the traditional planned economy. [In Chinese.] **Journal of the Guangdong Mechanical Institute**, v. 9, p. 111-115, 1996.

FANG, Jianguo. Major developments in the CPC's thinking on the economic livelihood of the people: deploying the method of Marxist philosophy as the main analytical approach. [In Chinese.] **Studies on Marxism**, v. 10, p. 58-67, 2014.

FREEMAN, Alan. The 60-year downward trend of economic growth in the industrialized countries of the world. **The Japanese Political Economy**, v. 49, n. 1, p. 1-23, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/329194X.2023.2214594>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GABRIELE, Alberto; Jabbour, Elias. **Socialist economic development in the 21st century: a century after the Bolshevik Revolution**. Abingdon: Routledge and Giappichelli, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781003267355>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GAO, Lili. Research on the path of the rectification and reform of enterprise criminal compliance. [In Chinese.] **Qilu Journal**, v. 5, p. 109-118, 2023.

GU, Yumin. From a traditional planned economy to a socialist market economy with Chinese characteristics. [In Chinese.] **Studies on Marxist Theory in Higher Education**, v. 3, p. 65-71, 2019.

HE, Qin. China's new era and the world: interview with Brazilian expert on China issues, Elias Jabbour. [In Chinese.] **World Socialism Studies**, v. 10, p. 29-40, 2020.

HE, Yong. High quality party building stimulates the vitality of non-public enterprises. [In Chinese.] **Party Building**, n. 18, February, 2018. Disponível em: <www.dangjian.com/shouye/dangjiangongzuo/qiyedangjian/202202/t20220218_6298201.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2024.

HEILMANN, Sebastian. **Red Swan: how unorthodox policy-making facilitated China's rise**. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong Press, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/book58915>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

HUANG, Nansen. The philosophical basis of the theory of the socialist market economy [In Chinese.] **Marxism and Reality**, v. 11, p. 1-6. 1994.

JABBOUR, Elias; BOA NOVA, Vítor; VADELL, Javier. "O caminho chinês": desenvolvimento desigual, projeto e socialismo. **Cadernos Metrôpole**, v. 26, n. 59, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/JJNjcSKg3GSPQHW3Q8h8jnm/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; CAPOVILLA, Cristiano. Challenging Western Marxism: Socialism and "New Projectment" in Today's China. **World Marxist Review**, v. 2, n. 2, p. 1-24, 5 jul. 2024a. Disponível em: <<https://doi.org/10.62834/796ncs38>>. Acesso em 15 nov. 2024.

_____. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n. 3, p. e281848, 2024b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8677647>. Acesso em: 8 nov. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. The political economy of reforms and the present Chinese transition. [In Chinese.] Translated by Yang Xia. **Contemporary World and Socialism**, n. 3, p. 126-131, 2019.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2021.1886147>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. On the Chinese socialist market economy and the "New Projectment Economy". **World Review of Political Economy**, v. 13, n. 4, p. 503-530, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.13169/worlrevipoliecon.13.4.0502>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

JABBOUR, Elias et al. The (New) Projectment Economy as a higher stage of development of the Chinese market socialist economy. **Journal of Contemporary Asia**, v. 53, n. 5, p. 767-88, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00472336.2023.2201825>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

JABBOUR, Elias; MOREIRA, Wallace. From the National System of Technological Innovation to the "New Projectment Economy" in China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 3, p. 543-563, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572023-3455>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

JIN, Zhenglian. The modern evolution of the principle contradiction of Chinese society and the logical relationship with Xi Jinping's "new era". [In Chinese.] **Journal of Yancheng Institute of Technology**, Social Science Edition, v. 30, n. 4, p. 18-22, 2017.

LANGE, Oskar. On the economic theory of socialism: part one. **The Review of Economic Studies**, v. 4, n. 1, p. 53-71, 1936. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2967660>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

_____. On the economic theory of socialism: part two. **The Review of Economic Studies**, v. 4, n. 2, p. 123-142, 1937. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2967609>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LAUESEN, Torkil. **The long transition towards socialism and the end of capitalism**. Leiden: Brill, 2024.

LÊNIN, Vladímir I. Filosofskie tetradi. In: _____. **Polnoe sobranie sochinenii**. Moscow: Izdatel'stvo politicheskoi literatury, 1973. v. 29.

_____. Philosophical notebooks. In: _____. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, 1968. v. 38.

_____. Zamechaniia na knigu N. I. Bukharina "Ekonomika perekhodnogo perioda". In: _____. **Leninski sbornik**. Moscow: Institute of Marxism-Leninism, 1985. v. 40, p. 383-432

LI, Minsheng. The socialist market economy is the comprehensive transcendence and sublation of the capitalist market economy. [In Chinese.] **Red Flag Manuscripts**, v. 1, p. 19-23, 2018.

LI, Peng. **Report on the Ninth Five-Year Plan for National Economic and Social Development and an outline of long-term goals for 2010**: delivered at the Fourth Session of the Eighth National People's Congress on 5 March, 1996. [In Chinese.] Beijing: Renmin Ribao and Xinhua, 19 March, 1996.

LIAO, Xinwen. The transition from the institutional form of a planned economy to the institutional form of a socialist market economy: an exploration of Mao Zedong and Deng Xiaoping concerning the economic structure of China. [In Chinese.] **Literature of the Communist Party of China**, v. 6, p. 50-55, 2008.

LO, Dic. State-owned enterprises in Chinese economic transformation: institutional functionality and credibility in alternative perspectives. **Journal of Economic Issues**, v. 54, n. 3, p. 813-837, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00213624.2020.1791579>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LOSURDO, Domenico. Wie der "westliche Marxismus" geboren wurde und gestorben ist. In: HAHN, Erich; HOLZ-MARKUN, Silvia (Ed.). **Die Lust am Widerspruch: Theorie der Dialektik, Dialektik der Theorie**. Berlin: Trafo, 2008. p. 35-60.

MAO, Zedong. Lectures on dialectical materialism. In: TAKEUCHI, Minoru (Ed.). **Mao Zedong works**. Tokyo: Sōsōsha, 1986. v. 5, p. 187-280.

_____. **Mao Zedong's annotations and commentaries on philosophy**. [In Chinese.] Beijing: Zhonggong Wenxian Chubanshe, 1988.

_____. On contradiction. [In Chinese.] In: _____. **Selected works of Mao Zedong**. Beijing: Renmin Chubanshe, 1991a. v. 1., p. 299-340.

_____. **On dialectical materialism**: writings on philosophy. Armonk: M.E. Sharpe, 1937.

_____. On practice. [In Chinese.] In: _____. **Selected works of Mao Zedong**. Beijing: Renmin Chubanshe, 1991b. v. 1, p. 282-298.

_____. On the correct handling of contradictions among the people (27 February, 1957). [In Chinese.] In: _____. **Selected works of Mao Zedong**. Beijing: Renmin Chubanshe, 2009. v. 7, p. 204-244.

_____. The new stage. [In Chinese.] In: _____. **Selected documents of the CPC Central Committee**. Beijing: Zhonggong Zhongyang Dangxiao Chubanshe, 1991. v. 11, p. 557-662.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifest der Kommunistischen Partei. In **Marx-Engels Werke**. Berlin: Dietz Verlag, 1974. v. 4, p. 459-493.

_____. The manifesto of the Communist Party. In: _____. **Marx and Engels collected works**. Moscow: Progress Publishers, 1976. v. 6, p. 477-519.

MISES, Ludwig von. **Socialism: an economic and sociological analysis**. London: Jonathan Cape, 1932.

MITIN, Mark B. (Ed.). **Outline of the new philosophy**. [In Chinese.] Translated by Siqi Ai and Yili Zheng. Shanghai: Dushu Shenghuo Chubanshe, 1936.

_____. et al. Dialekticheskii materializm. **Bolshaia Sovietskaia Entsiklopediia**, v. 22, p. 45-235, 1935.

MORE reforms to enhance SOEs' effectiveness, grow new pioneers. **China Daily**, January 18, 2023. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/statecouncil/ministries/202301/18/content_WS63c75e6bc6d0a757729e5c4d.html>. Acesso em: 19 nov. 2024.

O GABINETE Geral do Comitê Central do PCC e o Gabinete Geral do Conselho de Estado emitiram os "Pareceres de Orientação sobre o Fortalecimento das Restrições de Activos e Responsabilidades nas Empresas Estatais". [Em chinês.] **Agência de Notícias Xinhua**, 13 set. 2018. Disponível em: <www.gov.cn/zhen-gce/2018-09/13/content_5321717.htm>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PENG Lixun. The philosophical basis of Deng Xiaoping's theory of a socialist market economy. [In Chinese.] **Academic Research**, v. 2, p. 11-16, 1994.

RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projeto (1959). In: _____. **Obras reunidas**, v. 1, p. 355-445. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROBERTS, Michael. **The long depression: Marxism and the global crisis of capitalism**. Chicago: Haymarket, 2016.

SHIROKOV, I.; Iankovskii, R. (Ed.). **A course on dialectical materialism**. [In Chinese.] Translated by Li Da. Shanghai: Bigengtang shudian, 1932a.

_____. (Ed.). **A textbook of Marxist philosophy**. London: Victor Gollancz, 1937.

_____. (Ed.). **Materialisticheskaia dialektika**. Moscow: Partizdat, 1932b.

WANG, Yuyao. On the new contribution of Deng Xiaoping to the question of liberating and developing the productive forces. [In Chinese.] **Literature of the Communist Party of China**, v. 3, p. 49-55, 1995.

YANG, Jinhai. The historical significance of the combination of socialism and the market economy. **Science and Society**, v. 73, n. 2, p. 170-76, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1521/asis.2009.73.2.170>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

YU, Wenlie. The Chinese economic model and the basic characteristics of the Chinese model. [In Chinese.] **Social Science Research**, v. 1, p. 26-30, 2011.

ZHANG, Hui; ZHUANG, Zejun. On the philosophical basis of the socialist market economy. [In Chinese.] **Economy and Management**, v. 1, p. 3-7, 1994.

ZHANG, Xuekui. Three propositions in relation to the philosophical basis of the integration of a market economy and socialism: philosophical and economic reflections on 30 years of the reform and opening-up. [In Chinese.] **Social Science Research**, v. 3, p. 134-40, 2009.

ZHOU, Nan. Historical materialism: the philosophical basis of the political economy of socialism with Chinese characteristics. [In Chinese.] **Journal of Economics of the Shanghai School**, v. 15, n. 4, p. 22-30, 2017.

ZHOU, Zhishan; WANG, Xin. Elucidating the philosophical basis of the political economy of socialism with Chinese characteristics in the new era. [In Chinese.] **Journal of Zhejiang Normal University (Social Sciences)**, v. 44, n. 2, p. 36-43, 2019.

Análise filosófico-econômica do conceito de projetamento no socialismo chinês do século XXI

Philosophical-economic analysis of the concept of projectment in 21st century Chinese socialism

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz*
Elias Jabbour **

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.003>

Xinhua



O presidente chinês Xi Jinping vistoria equipamentos durante visita à China Zhongwang Holdings Limited, na província de Liaoning, no nordeste da China, em setembro de 2018

RESUMO

O estudo tem o objetivo geral de apresentar o conceito de projetamento na obra de Ignácio Rangel (1914-1994) aplicado à análise do socialismo chinês atual. Sabe-se que o economista Rangel pensou o conceito de projetamento para descrever projetos elaborados em economias planificadas, como a União Soviética. Na China socialista, o conceito pensado por Rangel renasce e ganha corpo. O responsável por esse feito é o Partido Comunista da China, que se estabelece desde 1949 como bloco histórico do poder político dominante no país, conseguindo manter uma economia planificada e, conseqüentemente, construindo grandes benefícios para a sociedade no século XXI. Para trazer à luz o conceito revivido no país asiático, é estabelecida uma metodologia exploratória, tendo a pesquisa bibliográfica como apoio fundamental. O artigo se dedica a três objetivos: 1) apresentar a dialética como método filosófico para a compreensão do renascimento do projetamento e da dinâmica da economia política chinesa atual; 2) explicar como a economia do projetamento renasce no socialismo chinês, e quais as particularidades atuais do país asiático que se relacionam com o pensamento rangeliano; 3) comentar a relação do projetamento com o progresso da técnica no socialismo chinês.

Palavras-chave: Nova economia do projetamento. Socialismo. China. Ignácio Rangel.

ABSTRACT

The study aims to present the concept of projectment in the work of Ignácio Rangel (1914-1994) applied to the analysis of current Chinese socialism. It is known that economist Rangel has created the concept of projectment to describe projects developed in planned economies, such as Soviet Union. However, in socialist China the concept conceived by Rangel was reborn and gained momentum. The Communist Party of China is responsible for this deed. The party is ruling the country since 1949 as the historical bloc of the dominant political power in the country, maintaining its planned economy and, consequently, creating great benefits for society in the 21st century. In order to shed light on the revival of Rangel's concept in the Asian country, an exploratory methodology is established, with the bibliographic research as fundamental support. The article is divided into three parts, devoted to: 1) present dialectics as a philosophical method for understanding the rebirth of projectment and the dynamics of the current Chinese political economy; 2) to explain how the projectment economy is reborn in Chinese socialism, and which are the current particularities of the Asian country related to Rangelian thought; 3) comment on the relationship between projectment and technical progress in Chinese socialism.

Keywords: New projectment economy. Socialism. China. Ignácio Rangel.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a forma como o conceito de projeto pensado pelo economista marxista Ignácio Rangel (1914-1994) renasce em solo chinês. Reconhece que a formação histórica atual chinesa apresenta uma característica que se destaca em seu desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, podendo ser traduzida no conceito de economia do projeto.

A metodologia utilizada no trabalho é exploratória, com a pesquisa bibliográfica como apoio fundamental. Volta-se à literatura de Rangel para compreender o conceito de projeto, porém aplicado ao exame da economia política vigente no socialismo chinês atual, utilizando principalmente a obra *Elementos de economia do projeto* (1959), além de elaborações de outros autores.

O trabalho pretende: 1) apresentar a dialética como método filosófico para a compreensão da dinâmica da economia política chinesa atual, o que serve como base para a compreensão do renascimento do projeto; 2) explicar como a economia do projeto renasce no socialismo chinês, e quais as particularidades atuais do país asiático que se relacionam com o pensamento rangeliano; 3) comentar a relação do projeto com o progresso da técnica no socialismo chinês.

2. A DIALÉTICA COMO MÉTODO PARA A COMPREENSÃO DO PROJETO NO SOCIALISMO CHINÊS

Para definir o socialismo chinês, deve-se antes compreender a dialética hegeliano-marxista, que vai além dos métodos das observações positivista e fenomenológica. Nota-se que estas duas últimas correntes filosóficas criam um método de observação com categorias e conceitos definidos nos quais depois se encaixa o objeto. Há dois filósofos não dialéticos com grande influência na observação do mundo de forma fenomenológica e positivista: René Descartes (1596-1650), que parte de uma epistemologia para a investigação ontológica, e Immanuel Kant (1724-1804), que através de categorias e conceitos definidos observa o objeto e (também) o aloca no conceito.

Ambos os filósofos se baseiam na lógica formal e na concepção de um mundo imutável¹, enquanto a dialética marxista parte da realidade tal como ela é e reconhece que o objeto de análise pertence ao mundo, sendo eles (objeto e mundo) caóticos e mutáveis, assim como as categorias e os conceitos, reconhecendo, portanto, que o mundo real, sendo dinâmico, cria as categorias e conceitos também mutáveis, ao passo que nas epistemologias baseadas no formalismo as categorias e os conceitos enquadram os objetos de forma rígida, com características imutáveis e transcendentais.

Nessa linha, é comum pesquisadores e cientistas sociais, ao comentar o sistema econômico político chinês, recaírem em observações apriorísticas e não dialéticas, reforçando a opinião – por exemplo – de que o país pode “quebrar” pelo déficit público ou pela queda da participação da indústria da construção civil na economia do país, além de utilizarem epistemologias predefinidas para dizer sobre o conceito (formal) de liberdade e para apontar um distanciamento do modelo político chinês de tal modelo.

¹ Sobre a relação da lógica formal com Descartes e Kant, ver Passmore (1953) e Kovač (s.d.).

Logo, analisam a realidade já com categorias e conceitos definidos e, assim, julgam que a realidade tal como eles a veem foge do que seria o conceito formal de bem-estar econômico, concluindo de forma equivocada que ali se mostra um sistema político anárquico segundo as convenções dos economistas ocidentais.

Isso é comum, porque o formalismo influenciou a visão de grande parte dos cientistas sociais ocidentais, inspirados no método hipotético-dedutivo² refletido nos estudos atuais de sociedades que são grandes blocos de capitais no mundo, como a chinesa.

Os cientistas sociais ocidentais persuadidos pela lógica formal analisam de maneira linear a história, que para eles se organiza em blocos nos quais os fatos se manifestam apenas de forma abrupta³. A análise de grande parte dos pesquisadores sobre a economia política chinesa, reiterando que ela é capitalista, parte de dados da história analisados de maneira não dialética — não compreendendo o desenrolar materialista chinês. Argumentam que a China não é socialista, pois não rompeu com o *modus operandi* capitalista. Erroneamente tomam a parte pelo todo.

Porém, na visão dialética a história não é linear nem constituída de um conjunto de blocos “atomizados” que se movem de forma “pura”, sem contradições. Por isso a análise da realidade chinesa deve ir além da convencional observação dos economistas ocidentais para compreender a sua natureza complexa. Para tanto, destacam-se conceitos importantes, que são base para o (re)nascimento e funcionamento da economia do projetamento em solo chinês, como: modo de produção dominante, modo de produção prevalente e metamodo de produção; formações econômico-sociais de orientação socialista (Fesos) e economias planificadas de orientação socialista de mercado (Eposm); e bloco histórico do poder político.

Para Jabbour e Gabriele (2021), o modo de produção dominante é aquele que geralmente é imposto aos países de forma global, como foi e é o capitalismo: as nações mais poderosas exercem pressão sobre aquelas economicamente e militarmente mais frágeis para forçá-las a participar da dinâmica política burguesa. Já o modo de produção prevalente refere-se à maneira pela qual ocorrem as relações de produção e de troca em determinado território. Pode ser que o modo de produção dominante e o prevalente em um país sejam o mesmo, mas em outros países não. É o caso de alguns países africanos, que têm o capitalismo como modo de produção dominante — inclusive por terem aderido a políticas liberalizantes no âmbito internacional —, embora grande parte de sua população ainda estabeleça relações sociais de produção e de troca baseadas em formas pré-capitalistas. Um modo não anula

Pode-se dizer que Ignácio Rangel nasceu duas vezes. Uma, no começo do século XX, no Brasil; outra, no século XXI, na China

² O método hipotético-dedutivo é uma metodologia que utiliza modelos matemáticos para a explicação dos fatos. Mostra uma preocupação demasiada em destrinchar a hipótese apresentada através da dedução de dados. Cf. Bresser-Pereira (2009).

³ Marx e Engels (2007, p. 94-95) observam que os empiristas, de forma abstrata, dão a história como fatos mortos, enquanto para os idealistas a história é como uma ação imaginária.



Cartaz de divulgação e plenária do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, realizado em Pequim de 16 a 22 de outubro de 2022

necessariamente o outro, em determinada sociedade eles podem coexistir⁴. Em relação ao metamodo de produção, sabe-se que atualmente existe enquanto modo de produção dominante de forma global, que é o caso do capitalismo⁵.

Identificar a coexistência de modos de produção é necessário para compreender que a própria definição do conceito de formação econômico-social, em sua forma universal, passa pelo crivo do movimento dialético da história. Como exemplo, para Jabbour e Gabriele (2021, p. 76) durante o século XIX o capitalismo já era o modo de produção dominante em termos globais, mas não era prevalente em grande parte dos países nem no Reino Unido. Essa relação é importante, pois demonstra que um modo de produção pode existir concomitantemente e interagir com outro.

Em relação às Fesos, sabe-se que são países que adotaram o sistema socialista e buscam fortalecê-lo como forma predominante. Quanto aos Eposm, são países, como China, Vietnã e Laos, que têm mecanismos de mercado baseados na lei do valor e nos quais o papel do Estado no planejamento e desenvolvimento econômico é mais ativo do que em países capitalistas, pois o socialismo é identificado como um objetivo a ser alcançado no futuro (Jabbour; Gabriele, 2021). Essas caracterizações são importantes para compreender que o próprio processo histórico do socialismo não é homogêneo, apresenta distinções entre países e épocas determinadas — assim como no próprio capitalismo. Portanto, reconhecer o desenvolvimento chinês em sua complexidade não é considerar as formas históricas e conceitos como predefinidos — como fazem os cientistas sociais ocidentais —, mas em um processo dialético.

⁴ Para saber mais sobre os conceitos de modo de produção dominante e prevalente, ver Jabbour e Gabriele (2021, p. 74-76).

⁵ Para Jabbour e Gabriele (2021), o metamodo de produção é uma metaestrutura que opera em nível global, de maneira superior, delimitando os demais modos de produção historicamente existentes. Logo, trata-se de um modo de produção dominante, mas em nível global. Atualmente, ele opera com base nas características capitalistas das relações sociais de produção e troca, além de se fundamentar na vigência da lei do valor.

Sobre os blocos históricos de poder político, Jabbour afirma que o chinês é diferente dos que se apresentam nos países capitalistas. O Partido Comunista da China (PCCh) exerce poder dominante sobre o campo econômico do país, ditando e norteando os investimentos (Jabbour, 2023). Observa-se que bolhas imobiliárias, lobby do petróleo e de armas e diversas outras manifestações recorrentes em países capitalistas não se verificam na China.

Esses pontos, apresentados de forma breve, procuram elucidar como o socialismo chinês se caracteriza, distanciando-se da análise formal consagrada no Ocidente. Consequentemente, reconhece-se no país asiático — com o seu bloco histórico — a capacidade de ditar a sua economia política por um planejamento central, através de projetos — mesmo que pressionado por um metamodo de produção. Engenheiros e economistas têm a função primordial e social de elevar as forças produtivas chinesas de forma que, reconhecendo a realidade tal como ela é, superem o capitalismo, não o negando de forma abrupta, mas superando-o. A superação se dá pelo processo de atingir o ponto mais alto daquilo que se nega, que nesse caso é o capitalismo⁶.

Essa economia planejada e guiada por projetos foi pensada por Ignácio Rangel, que a conceituou como economia do projetamento. Na época, o pensador brasileiro “buscava elencar as lógicas de funcionamento de uma economia de novo tipo que estava surgindo na União Soviética” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 230). Atualmente, uma equipe de pesquisadores liderada por Elias Jabbour utiliza o conceito para explicar o socialismo chinês do século XXI.

3. O (RE)NASCIMENTO DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO NO SOCIALISMO CHINÊS

Para a elaboração de sua obra *Elementos de economia do projetamento*, Rangel fundamentou-se na dialética como método. Conforme o autor: “Para isso, foi escolhido o roteiro consagrado, que manda partir do mais abstrato — que é geral e simples — para o mais concreto — que é particular e complexo.” (Rangel, 2005b, p. 365) O economista brasileiro dividiu a obra em seis capítulos: 1) “As categorias fundamentais do projetamento”; 2) “A medida da utilidade”; 3) “Seleção da técnica”; 4) “Alocação de recursos”; 5) “Assimetria básica do projeto”; 6) “A macroeconomia do projeto”. Uma maneira de esquematizar a aplicação de seu método.

Rangel ocupa-se extensamente com a questão da relação custo-benefício ao longo de seu trabalho. A razão para isso é o tempo histórico em que o custo e o benefício — sendo categorias fundamentais ao conceito de projetamento — se desdobram como instrumentos norteadores de uma economia planejada que prioriza o olhar científico sobre a economia política. Para Rangel (2005b, p. 366): “Toda a teoria do projetamento não passa, em última instância, de um esforço para precisar estes dois termos [*custo e benefício*], para com eles podermos construir uma razão — razão por quociente ou por diferença, conforme a resposta que queiramos obter.”

Nessa equação são dispostas *utilidades marginais de fatores e de produção* e *desutilidades de fatores e de produção*. A fórmula para avaliar o benefício líquido não se limita

⁶ A superação (*Aufhebung*) na dialética hegeliana é a negação da negação, que é negar o ser em seu estado atual, porém preservando elementos essenciais para elevá-lo a um nível superior. Conforme Hegel (2014, p. 24), a flor refuta o botão, assim como o fruto faz isso com a flor, dado que essas formas são diferentes entre si, porém são parte da realidade do todo. Portanto, a contradição (o não ser) é inerente à constituição do ser.

a determinar o que é vantajoso apenas para a empresa, mas também para a sociedade. Fica explícito que só é possível aplicar a teoria do projetamento em economias planejadas, visto que o benefício não virá necessariamente a curto prazo.

Para a mensuração da utilidade marginal dos fatores e da produção, é importante a aplicação direcionada do projetamento, para que do custo sobressaia o benefício. Ademais, o controle da utilização desses fatores permite desenvolver e potencializar projetos que favoreçam não apenas a contabilidade da firma, mas também a economia nacional. Nas palavras de Rangel (2005b, p. 391):

O projetista deve elaborar dois balanços *pro forma*, isto é, construções sintéticas, levantadas a partir das informações colhidas na elaboração do projeto, com o fito de definir posições futuras prováveis da empresa. Uma delas deverá referir-se à saúde da empresa como tal; outra, aos efeitos esperados do projeto sobre o conjunto da economia nacional.

Porém, em uma sociedade capitalista, em que um dos blocos históricos do poder político dominante é o capital financeiro, fica inviável a aplicação do projetamento, pois aquele se utiliza da prática de aplicar o dinheiro de seus acionistas no mercado financeiro para obter lucro imediato, tornando a técnica obsoleta, em vez de aplicar esses recursos na transformação tecnológica da empresa e avançar na fronteira do conhecimento. Um caso evidente em que a contabilidade da firma em busca do lucro sobressai à da economia nacional.

Um exemplo é o Brasil, que tem como um dos blocos históricos de poder político dominante o capital financeiro, o que impede a potencialização do desenvolvimento tecnológico no país. Os rentistas têm um certo grau de controle das finanças do país⁷. Para Silva Júnior, Kato e Ewerton (2018), a órbita do capital financeiro trouxe estagnação do desenvolvimento tecnológico e científico, dificultando o processo de desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente, industrial brasileiro.

Porém, em relação à China, sendo o PCCh um bloco histórico de poder político com orientação socialista, o país consegue desenvolver as suas tecnologias sem ceder ao capital financeiro, ao contrário do que ocorre em âmbito global. Portanto, os ativos na China têm o importante propósito de desenvolver o país.

A China tem um estoque de ativos do setor público que vale 150% do PIB anual; somente o Japão tem algo parecido com esse percentual, 130%. Todas as outras grandes economias capitalistas têm menos de 50% do PIB em ativos públicos. A cada ano, o investimento público da China em relação ao PIB é de cerca de 16%, comparado a 3% ou 4% nos EUA e no Reino Unido. E aqui está o dado arrasador: na China, o estoque de ativos produtivos públicos é quase três vezes maior que o dos ativos do setor capitalista privado (Roberts, 2017, tradução nossa⁸).

O desenvolvimento tecnológico exige o investimento de ativos, além do que a própria economia política chinesa não busca um equilíbrio financeiro nos moldes das escolas clássica e neoclássica, pois é no desequilíbrio provocado que o projeto irá se desenvolver. O

⁷ Sobre o rentismo influenciar diretamente as finanças do Brasil, ver Fattorelli (2023).

⁸ "It shows that China has a stock of public sector assets worth 150% of annual GDP; only Japan has anything like that amount at 130%. Every other major capitalist economy has less than 50% of GDP in public assets. Every year, China's public investment to GDP is around 16% compared to 3-4% in the US and the UK. And here is the killer figure. There are nearly three times as much stock of public productive assets to private capitalist sector assets in China."

Na visão dialética a história não é linear nem constituída de um conjunto de blocos “atomizados” que se movem de forma “pura”, sem contradições. Por isso a análise da realidade chinesa deve ir além da convencional observação dos economistas ocidentais para compreender a sua natureza complexa

fato de a China estar em déficit público desde a década de 1980 resulta do propósito de financiar o funcionamento de sua economia⁹.

Portanto, o déficit público chinês é a encarnação da demanda efetiva da macroeconomia keynesiana. A demanda efetiva cumpre papel crucial em economias planificadas, porém sua aplicação deve levar em conta as particularidades do contexto. Para Rangel (2005a, p. 289), “Keynes não apresenta a sua ‘teoria geral’ como válida para a economia para todas as épocas e circunstâncias, mas como teoria de uma economia monetária”.

Deve-se reconhecer que a teorização de Keynes sobre a demanda efetiva é importante em economias monetárias, como forma de o Estado ser o agente financiador em momentos de crise e manter a taxa de juros atrativa para o financiamento orientado por meio de gastos públicos. Contudo, não se pode resumir a totalidade econômica política chinesa a isso, visto que o seu modelo econômico requer uma participação ativa do Estado no financiamento às novas tecnologias, e não apenas em momentos de *recessão*, pois a “nova economia do projetamento’ funciona em permanente estado de efetivação de demanda” (Jabbour *et al*, 2021, p. 6).

Para Jabbour e Dantas, o modelo de Keynes e o de planificação econômica não estão distantes, mas respondem a necessidades históricas próprias das economias monetárias. “*A planificação econômica, em si, passa a ser o novo paradigma econômico e parte do núcleo da própria teoria econômica.* Assim, Keynes e a Gosplan soviética tornaram-se dupla face de uma mesma moeda.” (Jabbour; Dantas, p. 290, grifos originais)

A importância da demanda efetiva está na ampliação do papel do projetamento na transformação da sociedade chinesa, evidenciando a razão custo-benefício, como na transformação do meio natural em forma útil à sociedade. Um dos exemplos disso é a capacidade do projetamento de conduzir a realidade de infraestrutura chinesa, transformando cenários até então hostis em vantajosos e otimizados.

Rangel ressalta que obras também podem ser construídas em aterros pantanosos, e não somente naqueles mais apropriados, tornando-os úteis, pois até o momento não tinham utilidade

⁹ Sobre o déficit chinês e a sua atuação na economia, ver Lam e Badia (2023).

à sociedade. “O projeto não estará plenamente justificado, entretanto, enquanto não consideremos que o pântano era, em si mesmo, uma *desutilidade*, um estorvo ou uma fonte de malária, e que, portanto, a riqueza do país aumenta pelo simples fato de o fazermos desaparecer.” (Rangel, 2005b, p. 376, grifos nossos)

A urbanização acentuada na China foi através do processo de industrialização, que forçosamente demandava mão de obra urbana, otimizando cidades através da indústria da construção civil. Um dado que comprova esse processo é do World Bank Group (2023), segundo o qual em 1960 a população rural era de 84%, e atualmente está na casa dos 35%. Na China, a própria marcha para o oeste procura otimizar e melhorar a sua logística, como no seu projeto “Um Cinturão, uma Rota”, cujo objetivo é ligar o país ao Oriente Médio¹⁰, modificando cidades e paisagens.

A modernização chinesa nas áreas urbanas e o desenvolvimento industrial se dão pela procura da razão entre custo e benefício. O pensamento de Rangel se mostra vivo e como resistência às adversidades atuais que decorrem dos pressupostos liberais que o Ocidente procurou enfatizar aos países periféricos, como o Consenso de Washington, de 1989, com suas políticas neoliberais, além do ideário dos marxistas ocidentais, que julgam a utilização do Estado pelo PCCh uma forma opressora e burocrática empregada contra a população — mesmo com resultados expressivos pós-revolução, como aumento da expectativa de vida, aumento da qualidade de vida, eliminação da extrema pobreza e ascensão de mais de 800 milhões de pessoas à classe média chinesa (World Bank Group, 2024).

Dois pontos devem ser esclarecidos aqui: 1) a utilização do Estado pela China não se resume a uma forma autoritária, como cientistas sociais ocidentais, juntamente a parte dos seus conterrâneos marxistas, atribuem ao modelo político chinês; 2) o Estado é uma categoria histórica.

Sobre o primeiro ponto, o filósofo italiano marxista Domenico Losurdo (1941-2018) foi profundo ao tecer a crítica de que os marxistas ocidentais não conseguiram (e não conseguem) compreender a gravidade da condição colonial e neocolonial a que o Oriente estava e está submetido. Losurdo observou que o Ocidente, tendo abundância material, profunda influência messiânica e apelo a práticas políticas pacíficas *cristianizadas* pelo horror às duas guerras mundiais a que foi submetido, aderiu ao não conflito que o Oriente procurava como reação ao colonialismo e ao neocolonialismo. Além disso, os marxistas ocidentais não compreenderam a utilização do *Aufhebung*, em que a negação se dá pelo ponto mais alto do objeto, superando-o (Losurdo, 2018). Conforme esse conceito, o Estado é utilizado para a emancipação de um povo que fora subjugado e colonizado.

O segundo ponto é reconhecer que o Estado é uma categoria histórica, portanto sempre deve ser analisado de forma particular. Suas características condizem com a época específica analisada. Assim, deve-se levar em conta que a partir do século XX grandes nações passaram a ver o Estado como um ente importante para planejar o seu desenvolvimento. Segundo Rangel,



O filósofo Domenico Losurdo (1941-2018)

¹⁰ Conforme Porto (2021, p. 24): “A política de ‘marcha para o oeste’ da China, em um momento em que outras potências globais reduziram sua presença ou perderam credibilidade no Oriente Médio (os EUA anunciaram que estão mudando a atenção para a Ásia), oferece a Pequim uma série de possibilidades.”



https://www.artstation.com/nangesfg

Mosaico com desenhos do artista gráfico chinês Fan Wennan. As peças compõem sua coleção de 30 telas de arte digital intitulada China 2098, obra que, preservando “a história de luta da China desde 1949 e incorporando o espírito nacional chinês”, busca retratar o futuro do país

o sinal mais importante do nascimento de uma nação, nesta segunda metade do século XX, é a afirmação categórica da exigência de desenvolvimento, que adjetivamente se manifesta pela vontade de planejar ou programar esse mesmo desenvolvimento. A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida a sua missão (Rangel, 2005c, p. 450).

Negar elementos como o metamodo de produção que cerca e limita a China, além de desconhecer a natureza do bloco histórico do poder político chinês, o PCCh, que organiza e estabelece a escolha da China entre ser uma Fesos ou uma Eposm, é deixar de conhecer a realidade tal como ela é. O Estado chinês, sendo um planejador na economia política, consegue promover e desenvolver projetos.

4. A RELAÇÃO ENTRE O PROJETAMENTO E O PROGRESSO DA TÉCNICA NO SOCIALISMO CHINÊS

O capitalismo, enquanto forma histórica, mostra-se atualmente limitado a conseguir efetivar o progresso da técnica, visto que a sua forma atuante é o keynesianismo militar e o capital financeiro, enquanto na China, mesmo sob sanções econômicas, isso não ocorre. O país asiático é uma nova forma histórica, que se apresenta inovadora no progresso técnico.

O novo projetamento no socialismo chinês proporciona a elevação da técnica em um período em que se estabelece a Quarta Revolução Industrial, com o PCCh construindo as ferramentas para esse processo. Em anos anteriores, a China já tinha a característica de priorizar o desenvolvimento industrial tecnológico — mas obviamente não como agora. Conforme relato de Cassiolato (2013, p. 77):

A implementação de políticas de inovação na China apresentou franca evolução. Nota-se, portanto, o papel ativo do governo central, ator-chave no planejamento e financiamento de atividades econômicas, especialmente no que se refere à provisão de uma

Nessa equação são dispostas *utilidades marginais de fatores e de produção e desutilidades de fatores e de produção*. A fórmula para avaliar o benefício líquido não se limita a determinar o que é vantajoso apenas para a empresa, mas também para a sociedade. Fica explícito que só é possível aplicar a teoria do projetamento em economias planejadas, visto que o benefício não virá necessariamente a curto prazo

infraestrutura básica para o desenvolvimento industrial, à assistência financeira para atividades consideradas estratégicas para o desenvolvimento e à assistência para projetos de desenvolvimento industrial e de infraestrutura no interior do país.

A China, movida pelo seu bloco histórico, o PCCh, na década passada trocou o motor daquilo que era a forma de crescimento exponencial do seu PIB. Se até então se concentrava nas atividades de manufatura *low-tech* e na forte indústria da construção civil, passou às manufaturas e indústrias *high-tech*. Isso só foi possível porque o socialismo chinês tem no seu bloco histórico objetivos de orientação socialistas conforme os quais procura otimizar o desenvolvimento da técnica, sem perdas na economia¹¹.

Observa a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China que em 2021 o governo propôs fortalecer a pesquisa científica em prol do desenvolvimento tecnológico das áreas de “inteligência artificial, informação quântica, circuitos integrados, vida e saúde, ciências do cérebro, reprodução biológica, tecnologia aeroespacial, terra profunda e mar profundo” (China, 2021). Essa nova medida estabelece a busca da razão do benefício pelos projetistas chineses, reconhecendo o *upgrading* industrial como maneira de potencializar as forças produtivas tecnológicas.

Em relação a isso, observe-se a teorização de Rangel. O economista brasileiro estimava que, buscando o benefício com a crescente quantidade de fatores e produtos, alcança-se o ponto máximo de utilidade às firmas e à sociedade, porém decresce também a utilidade deles. Um quesito que o projetista deve ter em mente, não obstante, é que em uma sociedade

¹¹ Nas palavras de Jabbour (2020), não houve perda durante essa transição: “Desde o momento em que o país passou a crescer abaixo dos 8% (2012) até o patamar atual, não se deixou de gerar menos do que 13 milhões de empregos urbanos anuais — o que evidencia um grau de competência no mínimo razoável dos projetistas e planejadores chineses, que conseguem a proeza de operar relacionando as políticas macro e micro com as necessidades mais gerais da sociedade.” Nota-se a influência direta da concepção de benefício à sociedade.



planificada como a chinesa os fatores e os produtos são voltados à necessidade de desenvolver bens materiais e espirituais em prol da nação. Essa atitude previne problemas na contabilidade e possibilita que o projetista encontre alternativas para o desenvolvimento.

Convém ter presente, por outro lado, o fato de que a mesma tendência preside à evolução da utilidade dos fatores. Se o produto, *à medida que cresce a quantidade, decresce de utilidade*, o mesmo ocorrerá com o fator, dado que sua utilidade se refere sempre à do primeiro — seja como utilidade alternativa, seja como utilidade virtual do projeto (Rangel, 2005b, p. 390, grifos nossos).

Portanto, o projetista, sabendo da medida da utilidade, deve elaborar o projeto tendo em vista as utilidades alternativa e virtual. A primeira designa os recursos que irão corresponder de forma mais satisfatória ao custo e ao benefício para a sociedade, enquanto a utilidade virtual irá projetar a possibilidade de retorno em valor potencial, mas para isso é utilizada a contabilidade da firma e da sociedade em conjunto. E na China, atualmente, essa reorientação para o desenvolvimento tecnológico evita cair na desutilidade dos fatores empregados na produção de bens, pois eles podem se saturar e deixar de proporcionar benefícios à sociedade. Diante do exposto, sabe-se que a indústria tecnológica de alta complexidade ainda tem uma utilidade marginal alta.

Refletindo-se sobre esse efeito na China, continuar crescendo 6%, 7% ou 8%, como ocorria, não é necessariamente o ponto central para o país atingir os seus objetivos. A etapa atual consolida o uso da razão na questão da utilidade do benefício, com o uso de tecnologias avançadas que dependem de um prazo mais longo para proporcionar os resultados esperados. Conforme Dunford (2024), as modernizações tecnológicas implicam um compromisso mais acentuado e com maior qualidade. Logo, o seu desenvolvimento é mais lento. Por isso o impacto atual das novas tecnologias não se dará de forma imediata sobre o crescimento do PIB.

Isso só é possível pela planificação econômica chinesa, em razão da qual seu bloco histórico tem o domínio dos meios de produção estratégicos. Os grandes conglomerados

As modernizações tecnológicas implicam um compromisso mais acentuado e com maior qualidade. Logo, o seu desenvolvimento é mais lento. Por isso o impacto atual das novas tecnologias não se dará de forma imediata sobre o crescimento do PIB

empresariais estatais (GCEEs) são um exemplo empírico. Os GCEEs são um dos responsáveis pelo desenvolvimento do socialismo chinês, sendo que, conforme Jabbour e Gabriele (2021, p. 179), nenhum país capitalista conta com um grande número de empresas estatais no núcleo produtivo nacional; 2) não há países capitalistas utilizando o Estado para investir em empresas públicas como a China faz; 3) as empresas estatais são estratégicas para o desenvolvimento industrial e de infraestrutura em nível global; 4) diferentemente dos países capitalistas, na China o “controle sobre este tipo de ativo tem obedecido a critérios puramente políticos e estratégicos em detrimento do lucro puro e simples”.

Para o desenvolvimento e a potencialização dos GCEEs, foi criada a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado (Sasac, na sigla em inglês) em 2003. Sua função é analisar os interesses do Estado e, assim como um acionista, investir nos GCEEs, potencializando seu progresso técnico (Scherer, 2024). Na corrida tecnológica, a Sasac tem a ação de investimento como possibilidade de desenvolvimento tecnológico:

Em 2010, o governo identificou sete setores industriais que seriam apoiados com investimentos da ordem de 8% do PIB em 2015 e 15% em 2020. Entre esses setores estão os de tecnologias de economia energética, proteção ambiental, robótica, biotecnologia, produtos de “próxima geração” (leia-se plataforma 5G) e veículos elétricos (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 225).

A importância da administração e gerência por via da Sasac reflete-se no fato de que, das 500 maiores companhias do mundo listadas pela *Forbes*, mais de cem são chinesas, e “[o] fato mais emblemático é que, entre as empresas chinesas, 89 são grandes conglomerados empresariais estatais (GCEEs). Em 2003, apenas seis GCEEs chinesas estavam listadas na *Forbes 500*” (Jabbour; Dantas, 2021, p. 289). Fica evidente que, após o surgimento da Sasac, houve um aumento exponencial na participação econômica mundial dos GCEEs chineses.

Dado esse fato, o aparato estatal chinês mira o topo da cadeia produtiva tecnológica. O funcionamento das indústrias de base é importante para o desenvolvimento de uma economia. Portanto, os GCEEs fortalecidos dão sustentabilidade à economia política chinesa, promovendo pesquisas e novos desenvolvimentos tecnológicos na corrida da Quarta Revolução Industrial.

Nesse caso, aparece a indústria de semicondutores. China, Japão, Taiwan, Coreia do Sul e Estados Unidos estão nessa disputa. Porém, a expansão chinesa é notável, ocupando o espaço dos demais países. A China abarcava em 2001 apenas 8% do valor agregado global na indústria de semicondutores, mas em 2016 esse número chegou a 36% (Ezell, 2024). Conforme Ezell (2024, tradução nossa),

A China busca alcançar a autossuficiência em todas as facetas da indústria de semicondutores, reduzindo simultaneamente sua dependência de concorrentes estrangeiros e tentando construir empresas competitivas.

[...]

Em 2021-2022, 55% dos pedidos globais de patentes de semicondutores eram de origem chinesa (e o número de pedidos da China foi duas vezes maior que o dos Estados Unidos), enquanto as entidades chinesas ultrapassaram as dos EUA e do Japão em patentes de semicondutores concedidas em 2022.

O desenvolvimento da produção de semicondutores é uma possibilidade para obter a soberania tecnológica e industrial do país. O progresso técnico se mostra como uma arma eficaz contra o capitalismo, em um período em que o próprio metamodo de produção aparece como forma limitante do desenvolvimento tecnológico. Na China socialista há o renascimento do projetamento, em que o economista, utilizando a razão, busca o benefício à sociedade e não somente à firma, como em economias capitalistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento de Rangel renasce no socialismo com características chinesas. O projetamento é uma resposta como teoria e método, que corresponde a uma necessidade histórica, em que o Estado chinês, como ente, procura se desenvolver em prol da nação. A atual planificação chinesa consegue deixar o terreno fértil para o projetista elaborar o seu raciocínio em prol do país. Busca-se o benefício à sociedade, superando problemas que muitas das vezes são naturalizados em economias capitalistas, que buscam o lucro imediato em vez do investimento em tecnologias que darão resultados mais tardios.

Não há receituário para isso, porém a dialética, enquanto corrente filosófica, consegue promover a amplitude de uma cosmovisão em que o objeto não é tido como um ente transcendental, mas como um processo histórico carregado de contradições. Isso quer dizer que a forma histórica do socialismo chinês não é um socialismo idealizado.

Reconhecer o bloco histórico do poder político chinês, o PCCh, é importante, pois permite entender a decisão do núcleo que coordena a economia política da China em transformar o país em uma Eposm. O projetamento só reviveu pela resistência do PCCh, que não cede ao fetichismo do capital e promove, em face de um metamodo de produção limitante, o desenvolvimento e o progresso técnico.

Logo, pode-se dizer que Ignácio Rangel nasceu duas vezes. Uma, no começo do século XX, no Brasil; outra, no século XXI, na China.

* Graduado em Filosofia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Fach-UFMS). *E-mail*: gcamposdalpiaz@gmail.com

** Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-Uerj).

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v. 29, p. 163-190, abr.-jun. 2009. Disponível em: <<https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/475/473>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CASSIOLATO, José Eduardo. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 13, jan.-abr. 2013, p. 65-80. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3347/1/BEPI_n13.pdf#page=66>. Acesso em: 22 out. 2024.

CHINA. **Outline of the Chinese PRC Fourteenth National Economic and Social Development Plan and long-range targets for 2035**. Beijing: National Development and Reform Commission, May 12, 2021. Disponível em: <https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0284_14th_Five_Year_Plan_EN.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

DUNFORD, Michael. China's development path, 1949-2022. **Global Discourse**, v. 14, n. 2-3, p. 316-346, 2024. Disponível em: <<https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/gd/14/2-3/article-p316.xml>>. Acesso em: 27 out. 2024.

EZELL, Stephen. How innovative is China in semiconductors?. **Information Technology & Innovation Foundation**, 19 ago. 2024. Disponível em: <<https://itif.org/publications/2024/08/19/how-innovative-is-china-in-semiconductors>>. Acesso em: 11 out. 2024.

FATTORELLI, Maria Lucia. Brasil: novo arcabouço fiscal mantém teto de gastos sociais para privilegiar gastos com o sistema da dívida. **CADTM**, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cadtm.org/spip.php?page=imprimer&id_article=21541>. Acesso em: 18 set. 2024.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 9. ed. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2014.

KOVAČ, Srećko. Immanuel Kant: logic. In: **Internet encyclopedia of philosophy**. [S.l.]: IEP, [s.d.]. Disponível em: <<https://iep.utm.edu/k-logic/#SH4a>>. Acesso em: 23 out. 2024.

LAM, Waikeli R; BADIA, Marialuz Moreno. Fiscal policy and the government balance sheet in China. **International Monetary Fund**, August 4, 2023. Disponível em: <www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/08/02/Fiscal-Policy-and-the-Government-Balance-Sheet-in-China-536273>. Acesso em: 28 out. 2024.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. São Paulo: Boitempo, 2018.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. A China pode crescer mais?. **Vermelho**, 24 jan. 2020. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2020/01/24/elias-jabbour-a-china-pode-crescer-mais>>. Acesso em: 25 out. 2024.

_____. Estratégia socializante. **A Terra É Redonda**, 17 jan. 2023. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/estrategia-socializante>>. Acesso em: 14 set. 2024.

_____; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a “nova economia do projeto”. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 287-310, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01>>. Acesso em: 11 out. 2024.

JABBOUR, Elias Marco Khalil et al. A (nova) economia do projeto como estágio superior do socialismo chinês. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, n. 2, p. 1-34, mar. 2021. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/66264/41704>. Acesso em: 11 out. 2024.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, [1845-1846] 2007.

PASSMORE, John A. Descartes, the British empiricists, and formal logic. **The Philosophical Review**, v. 62, n. 4, p. 545-553, 1953. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2182460>. Acesso em: 29 set. 2024.

PORTO, Luis Filipe de Souza. Relações China-Oriente Médio: para além do petróleo. **Revista de Geopolítica**, v. 12, n. 3, p. 17-27, 2021. Disponível em: <www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/352/279>. Acesso em: 27 out. 2024.

RANGEL, Ignácio de Mourão. Dualidade básica da economia brasileira (1957). In: BENJAMIN, César (Org.). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1957] 2005a. v. 1, p. 285-354.

RANGEL, Ignácio de Mourão. Elementos de economia do projeto (1959). In: BENJAMIN, César (Org.). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005b. v. 1, p. 355-446.

RANGEL, Ignácio de Mourão. Recursos ociosos e política econômica (1960-80). In: BENJAMIN, César (Org.). **Ignácio Rangel**: obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, [1960-1980] 2005c. v. 1, p. 447-550.

SCHERER, Lucas Mondin. A ascensão global das empresas estatais chinesas: internacionalização e seu impacto global. **Relações Exteriores**, 29 jan. 2024. Disponível em: <<https://relacoesexteriores.com.br/a-ascensao-global-das-empresas-estatais-chinesas-internacionalizacao-e-seu-impacto-global/#:~:text=Em%20nome%20do%20governo%20central,a%20gest%C3%A3o%20dos%20recursos%20produtivos>>. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; KATO, Fabíola Bouth Grello; EWERTON, José Augusto. Americanismo, o novo marco de ciência, tecnologia e inovação: sequestro do fundo público pelo capital financeiro. **Eccos — Revista Científica**, n. 47, p. 171-193, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10757>>. Acesso em: 30 set. 2024

WORLD BANK GROUP. **Rural population (% of total population): China**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=CN>>. Acesso em: 25 out. 2024.

_____. **The World Bank in China**. Washington, D.C.: World Bank Group, Oct 24, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org/en/country/china/overview#1>. Acesso em: 27 out. 2024.

Dialética *versus* iluminopositivismo

O debate filosófico por trás da nova teoria do projetamento

Dialectics *versus* Enlightenment-based Positivism

The philosophical debate behind the new projectment theory

cristiano capovilla*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.004>

Wikimedia Commons



FRONTISPICE DE L'ENCYCLOPEDE.

Detalhe do frontispício da *Encyclopédie* (1772), editada por D'Alembert e Diderot, desenhado por Charles-Nicolas Cochin e gravado por Bonaventure-Louis Prévost. A personagem em destaque representa a Verdade, rodeada por luz intensa — símbolo central do Iluminismo.

RESUMO

Apresentamos um programa de estudos filosóficos que propõe repensar a relação entre teoria e prática operada a partir da nova teoria do projetamento (NTP) e sua elaboração acerca das profundas transformações da experiência socialista chinesa. Por conseguinte, este trabalho tem o objetivo de explicitar e aprofundar os elementos gnosiológicos que sustentam as disposições conceituais da NTP e nelas atuam, reafirmando a necessidade de mobilizar politicamente uma nova gramática metodológica em que o desenvolvimento técnico e a teoria estejam a serviço da prática da libertação social e nacional. Destacamos a exigência da superação da atual legislação epistêmica da cientificidade iluminopositiva por algo mais elevado, redimensionando a relação entre ciência e filosofia. Isso implica dar ênfase às linhas de conexão que mobilizam e atualizam a crítica conceitual de Hegel a Kant, notadamente a que trata da ultrapassagem dialética das estruturas *a priori* do *entendimento* e suas implicações nas noções de *sujeito epistêmico*, *lógica da identidade* e *experiência possível*. Tratamos, pois, do engendramento e operacionalização dialética de categorias que sobrepujam a dicotomia entre o desenvolvimento das forças técnico-científicas e o florescimento das políticas sociais emancipatórias.

Palavras-chave: Nova teoria do projetamento. Iluminopositivismo. Filosofia. Epistemologia. Dialética.

ABSTRACT

We present a program of philosophical studies that seeks to rethink the relationship between theory and practice through the lens of the new projectment theory and its elaboration on the profound transformations within the Chinese socialist experience. This work thus aims to make explicit and deepen the gnosological foundations that sustain and operate within the conceptual architecture of the new projectment theory, reaffirming the political imperative to mobilize a new methodological grammar in which technical development and theory are subordinated to the practice of social and national liberation. We highlight the necessity of overcoming the current epistemic regime of Enlightenment-positivist scientificity in favor of a higher synthesis, thereby reframing the relationship between science and philosophy. This requires emphasizing the lines of connection that animate and actualize Hegel's conceptual critique of Kant—particularly the dialectical overcoming of the *a priori* structures of understanding and its consequences for notions of the epistemic subject, the logic of identity, and the conditions of possible experience. Our concern, therefore, lies with the dialectical engendering and operationalization of categories that transcends the dichotomy between the development of techno-scientific forces and the flourishing of emancipatory social policies.

Keywords: New projectment theory. Enlightenment-based positivism. Philosophy. Epistemology. Dialectics.

1. OS LIMITES DA ATUAL LEGISLAÇÃO EPISTÊMICA ILUMINOPOSITIVISTA

Em recentes artigos (Jabbour; Capovilla, 2024a; 2024b), sugerimos que a nova teoria do projetamento (NTP) apresenta um programa de estudos que propõe repensar a unidade entre teoria e prática em face das transformações operadas pela portentosa experiência socialista chinesa, em que se destaca a necessidade da elaboração de um horizonte compreensivo que supere as atuais estruturas normativas da metodologia científica. Exige-se, portanto, uma atividade teórica em que as formulações conceituais se manifestem no movimento real das sociedades. Nesses termos, o debate tem o mérito de trazer aos países da periferia do sistema a questão da relação entre o processo de desenvolvimento das forças produtivas e técnico-científicas como condição essencial para a libertação social.

Assim como as instituições sociais, também a atividade científica é apegada às suas legislações, procedimentos e costumes. Não é surpresa que novas e disruptivas teorias provoquem grandes resistências, pois que se afastam do senso habitual da comunidade acadêmica, causando certo desconforto e mal-estar, principalmente se forem elaboradas na periferia do sistema. Isso ocorre, em grande parte, porque a ciência tal qual a conhecemos em nosso tempo, sendo fenômeno relativamente novo historicamente, não é isenta de pressupostos.

Tomando por parâmetro que o *corpus* teórico da antiga filosofia natural da Era Moderna torna-se ciência em paralelo com os inovadores arranjos institucionais — como o advento das sociedades e academias científicas — e a nova concepção de universidade — segundo a qual as escolas superiores não deveriam apenas ensinar, mas também pesquisar —, estamos então diante de ocorrência histórica e social datada e localizada, que se consolida na Europa e nos EUA na transição do século XVIII para o século XIX. Desde então, a ciência passa a desenvolver-se de modo normatizado, associada à instituição dos Estados nacionais, ao desenvolvimento dos seus mercados e interesses estratégicos. A ciência, portanto, emerge para a história juntamente com o mundo institucional contemporâneo, sendo a ele intimamente associada.

Isso quer dizer que o desdobrar do atual processo histórico de expansão e domínio global do capital também se deu pelas legislações, instituições e academias tanto do liberalismo político e econômico como do cientificismo. Ambos — liberalismo e cientificismo — são herdeiros do sistema colonialista moderno, cujo centro de poder situa-se nas metrópoles europeias e nos EUA. Do mesmo modo que o poder político legitimou-se através de uma legislação jurídica que normalizou e escamoteou as relações entre classes subalternas e dominantes, constringendo a luta de classes ao escopo das instituições liberais vigentes, também o domínio metodológico e cientificista dos saberes construiu sua própria legislação epistemológica, agenciando a padronização das suas pretensões de universalidade e neutralidade e reprimindo outros pressupostos que atuavam sobre o conjunto das compreensões humanas.

A atividade prática de controle dos meios de produção, tal como divisão e posse privada dos processos do trabalho, encontra seu correlato na esfera teórica através das diretrizes epistêmicas da neutralidade e do objetivismo experimentalista do cientificismo, implicando o ajuste fino entre os interesses daqueles que exploram o trabalho e os que pretendem submeter a natureza. Generalizou-se íntima conexão ideológica entre ambas as legislações, em que muitas das vezes o cientificismo cumpria o papel de revestir da aparência de determina-



A moderna ciência experimental emerge para a história juntamente com o capitalismo e as instituições liberais, sendo a eles intimamente associada. Na foto, laboratório de análises microbiológicas e físico-químicas para controle de qualidade de matérias-primas em indústria alimentícia na cidade de Araras (SP). Março de 2018

ções naturais e de superioridade intelectual e racial o domínio e imposições das metrópoles sobre povos e saberes colonizados (Losurdo, 2006)¹.

A essa hegemonia política e econômica somava-se a supremacia científica baseada no entendimento autárquico das ciências particulares e nas regulamentações epistêmicas e metodológicas “universais” e “neutras”, inferidas de estruturas cognoscitivas *a priori*. A representação de que o progresso científico-técnico se moveria por si só, separado das outras instâncias da racionalidade e mesmo em oposição a elas, alcança seu corolário na exclusividade da sua nomologia epistêmica, na alienação tecnicista e no despotismo dos meios sobre os fins. A prevalência desse pacto ideológico e institucional fez-se norma sobre os outros tipos de saberes, tornando-se expressão positiva da cientificidade, que impôs sua pretensão de domínio exclusivo sobre o campo da teoria. A essa ação deliberada de submeter o todo da racionalidade aos códigos metodológicos científicos particulares, cindindo-o, chamo *compromisso ideológico iluminopositivista*².

Marx e Engels já haviam feito essas críticas em seu respectivo tempo histórico, demonstrando que as inferências acerca da naturalização das leis do capital decorrem da di-

¹ “A consideração segundo a qual a dignidade do conhecer só começa a partir do horizonte instalado pelo Iluminismo (*Aufklärung*) termina por concluir que toda a história progressiva do saber e dos povos não submetidos a essa legislação estaria fora do *contrato civilizatório*, numa espécie de *estado de natureza do conhecimento*. Desse modo se construiu a conjunção entre o *despotismo esclarecido* do absolutismo e a *autocracia racional* do liberalismo.” (Capovilla, 2020, p. 310)

² Chamo iluminopositivismo à ideologia cientificista forjada em combinação com o liberalismo político e econômico e comprometida com o atual *status quo* social por meio da neutralidade. Mobiliza a composição entre formalismo e experimentalismo para a confecção do objetivismo cientificista que, por sua vez, utiliza-se da transposição mecânica de princípios, métodos e técnicas das ciências particulares, notadamente as naturais e formais, para reduzir a teoria racional do conhecimento a simples metodologia científica instrumental, utilizando-a para subjugar epistemologicamente povos e saberes não hegemônicos.

Do mesmo modo que o poder político legitimou-se através de uma legislação jurídica que normalizou e escamoteou as relações entre classes subalternas e dominantes, constringendo a luta de classes ao escopo das instituições liberais vigentes, também o domínio metodológico e cientificista dos saberes construiu sua própria legislação epistemológica, agenciando a padronização das suas pretensões de universalidade e neutralidade e reprimindo outros pressupostos que atuavam sobre o conjunto das compreensões humanas

visão social do trabalho³. A partir da alienação ocasionada pelo entendimento congênito da fragmentação social do trabalho e do saber, a ideologia iluminopositivista, em consonância com a do liberalismo político e econômico, conduziu a institucionalidade científica a constringer a esfera prática do conhecer, nomeadamente seus aspectos políticos.

A pedra de toque passou a ser a neutralidade, pois, ao separar a atividade científica dos seus aspectos sociais, escamoteiam-se suas dimensões culturais e políticas, tornando-a incapaz de incorporar ao fenômeno científico a totalidade complexa do processo cognoscente humano, submergindo seu aspecto histórico, isto é, ontológico, visto agora como metafísico e que, portanto, deve ser evitado. Tudo ocorre de tal forma que os cientistas reais são tomados abstratamente, como sujeitos epistêmicos, tais quais os indivíduos liberais, sendo também aqui encobertos pelo “véu da ignorância” (Rawls, 2008)⁴, afastados de todo e qualquer pressuposto que aja na laboração científica a partir da aceitação do pacto da neutralidade.

3 “O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir.” (Marx; Engels, 2007, p. 38)

4 *Véu da ignorância* é um conceito da filosofia política liberal do pensador estadunidense John Rawls (2008) e diz respeito ao experimento mental em que se lançaria mão desse artifício para impedir que indivíduos, em uma condição hipotética de “posição inicial”, saibam das suas circunstâncias de vida, como *status* social, riqueza, aptidões, religião e concepções de valor, possibilitando escolhas neutras e mais justas na constituição do contrato social.

Na intenção de juízos cognoscentes neutros e puros, o iluminopositivismo privilegiou a concepção de preceitos epistêmicos transcendentais, que são desobrigados de pressupostos adstritos ao tempo histórico e ao espaço social. Sob essa ótica distorcida, o campo do conhecer passou a ser condicionado tão somente por disposições regulatórias. A epistemologia cientificista gira em torno das questões acerca da definição *a priori* do que pode ou não ser conhecido, das demarcações sobre o que é ou não ciência, dos critérios estritos da delimitação de objetos e da instrumentalização do uso dos métodos.

Como consequência, antigos fundamentos filosóficos foram deslocados e reinterpretados; as noções de *objetividade* adequaram-se às prescrições específicas da mensuração experimental; o todo da *linguagem* foi submetido aos domínios exclusivos e particulares das sintaxes lógico-matemáticas; e o significado do verbo *conhecer* ficou restrito ao âmbito da *experiência possível*, pois que refém do adjetivo *científico*. Em conjunto, essas diretrizes constituem parte expressiva daquelas imposições metodológicas e cientificistas. Tudo isso foi acompanhado de outro fenômeno, não menos prejudicial, o estabelecimento de uma única legislação epistêmica, válida por si mesma e com imposição universal, abarcando todos os tempos e lugares, tal qual um axioma matemático ou lei da física, a serviço da mensuração do desenvolvimento cognoscente de comunidades com práticas e conjuntos discursivos diferentes.

De fato, a aplicação das cláusulas da legislação epistêmica cientificista conduziu à pretensão de afastamento dos pressupostos filosóficos do próprio ato do conhecer, afetando principalmente as humanidades, submetendo-as aos interesses exógenos das ciências particulares, como a Física e a Matemática⁵. Essa tentativa de expansão ideológica das ciências naturais e formais para além de si mesmas, numa espécie de controle do todo pelas partes, conformou e submeteu as então nascentes ciências humanas e sociais aos seus critérios de *experiência* e *formalismo*, dissociando-as das suas originalidades históricas, sociais, políticas, éticas e estéticas.

Entretanto, todo esse *constructo*, que tem a ambição de fornecer ideias objetivas e neutras, para além de qualquer horizonte de significação histórica e social, é ele mesmo elemento de determinado horizonte de interpretação histórico-social, a saber, procede da associação ideológica entre o cientificismo iluminopositivista e o liberalismo colonialista, ancilar dos interesses da expansão do capital. Ora, a compreensão apropriada dos desafios do conhecimento deve levar em consideração algo da posição no tempo e espaço e da visão de mundo dos seus intérpretes, e, por esses meios, dos interesses que as próprias instituições políticas e culturais têm a exprimir acerca das suas finalidades. Isso quer dizer que qualquer caracterização científica no mundo contemporâneo tem de considerar a constituição do saber social e nacional construído no horizonte de uma tradição de pensamento.

Neste outro modo de compreensão, portanto, seria plenamente legítimo aceitar o campo do conhecimento para além da legislação epistêmica do Esclarecimento e da justificação científica positiva, uma vez que o fenômeno da compreensão está presente em todas as referências humanas, inclusive nas próprias ciências naturais e formais, não podendo, assim, ser reduzido a metodologias particulares, exógenas às determinações histórico-sociais. Essa

⁵ Não se trata aqui, obviamente, de contestar a validade das ciências físicas e matemáticas, que sempre trouxeram grandes contribuições ao conhecimento humano, mas de salvaguardá-las em seus valores intrínsecos, não as confundindo com os interesses, usos e manipulações que a ideologia iluminopositivista fez prevalecer na contemporaneidade.

resistência em não transformar o todo da compreensão em objeto de ciências particulares baseia-se, por um lado, na aceitação de que as experiências do conhecimento ultrapassam o domínio da instrumentalização das metodologias científicas universalistas e abstratas, estando fincadas em chãos nacionais, e, por outro, de que há interesses políticos e ideológicos por trás da imposição desse modelo epistêmico.

O questionamento acerca das origens históricas das legitimações metodológicas e epistêmicas do próprio saber e o desafio de romper os ditames do entendimento iluminopositivista e liberal são as consequências necessárias dessa posição de resistência teórica e política a uma globalização unilateral do conhecimento e do capital. Essa compreensão é particularmente relevante para países periféricos como o Brasil, por sua formação econômica e social diversa, afeito a universalidades heterogêneas, mas que sempre foi impelido a feroz e impiedosa condição de colonialidade e subalternidade na divisão internacional do saber e do trabalho.

Simultaneamente, por outro lado, toda a demonstração de eficácia da conexão ideológica entre liberalismo e cientificismo na expansão da legislação epistêmica a quaisquer lugares do mundo não está sendo suficiente para evitar a atual crise do modelo de cientificidade. Ocorre que os progressos científicos associados à expansão comercial e, posteriormente, ao desenvolvimento industrial, eram coerentes com os valores iluministas e liberais, mas agora adentramos em novo e distinto horizonte de eventos, determinado pelos desdobramentos erráticos do novo modo de acumulação do capital e congruente com eles. A transição do liberalismo ao neoliberalismo, na esteira da hegemonia do capital financeiro sobre as formas progressas do capitalismo, aprofundou, por suas próprias entranhas irregulares e irracionais, a divergência entre os ideais iluminopositivistas e as crenças da era da pós-verdade⁶. É exatamente nesse ponto de viragem histórica que nos encontramos.

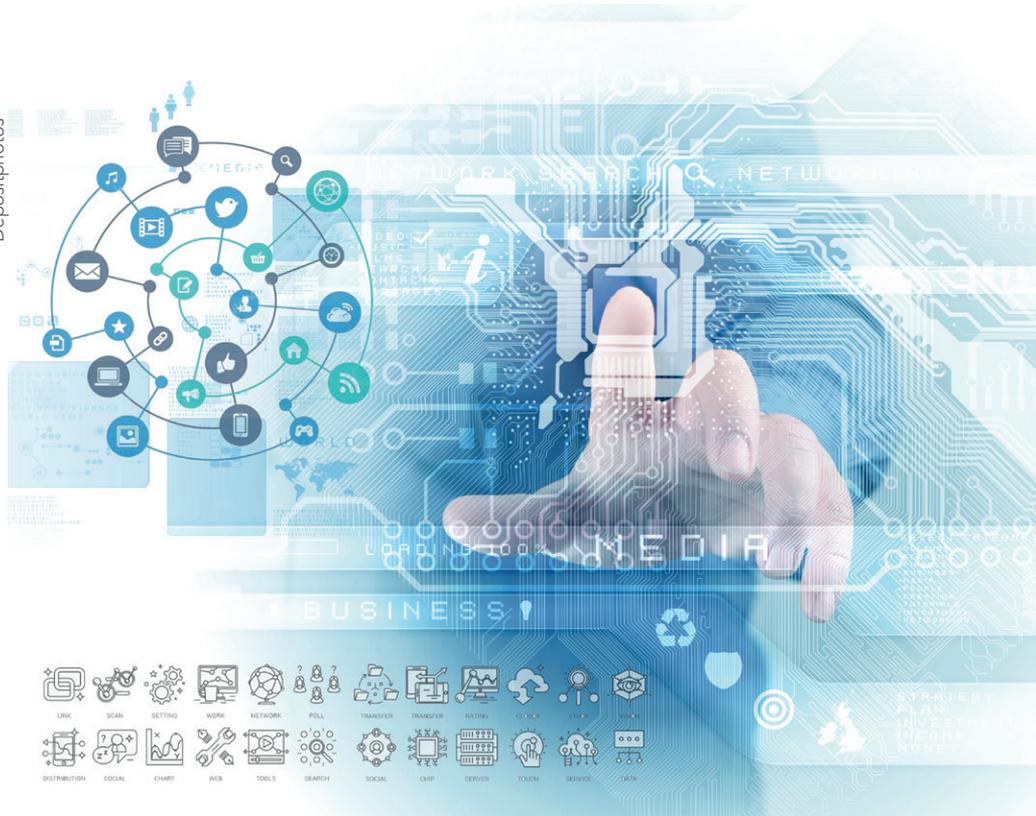
A cultura científica contemporânea, oriunda das universidades e academias e sustentada por valores iluministas, liberais e positivistas, perde relevância, à medida que os interesses ideológicos da nova forma de acumulação do capital financeiro provocam instabilidade, ondulações e crises contínuas, desnudando sua essência irracional. Tudo isso acontece sem, no entanto, o *status quo* abrir mão da execução de agressiva instrumentalização programática das técnicas das *hard sciences* por seus interesses econômicos e políticos, notadamente na aplicação dos campos da informação digital às atividades das megacorporações.

Os desastres social, ambiental e político da globalização neoliberal e o relativismo possibilitado pelos preceitos da pós-modernidade constituem as condições para a atual atmosfera de metástase da pós-verdade. Não sem razão, essa visão de mundo conduziu amplos setores sociais, vítimas da extrema desigualdade e exploração do trabalho pelo capital, a afastarem-se da ação da ciência e da técnica e a negá-la, mesmo na época da pandemia que assolou o planeta. As ciências foram vistas como forças estranhas e manipuladoras, apresentadas como elementos diretos de dominação exógena, pois que alheias às liberdades individuais (Capovilla; Palácio, 2021). Até mesmo setores tradicionais da ciência acadêmica passaram a abrigar o negacionismo, o relativismo e o agnosticismo, apresentando-se com autoridade mesmo no âmbito das consagradas legislações epistêmicas.

No atual estágio da crise da racionalidade ocidental, não se trata de retomar, como muitos pensam, a legislação epistêmica iluminopositivista, mas de superá-la. Argumen-

⁶ "A pós-verdade trouxe à luz um novo equilíbrio cognitivo, caracterizado pela indiferença à verdade em sua dimensão objetiva." (Palácio; Capovilla, 2021, p. 183, tradução nossa)

Depositphotos



tamos no sentido de que as atuais expressões fenomenológicas da profunda ruptura entre as esferas teórica e a prática já estão contidas na raiz dessa epistemologia. Naturalizar essa disjunção é já se posicionar no âmbito das cisões definitivas entre as dimensões humanas teórico-técnicas e prático-emancipatórias, perdendo definitivamente a finalidade da libertação social e nacional.

Essa separação é consequência do agravamento da divisão histórica e social do trabalho e do saber, e sua superação é desafio das próprias lutas das nações, povos e classes, que, compreendidas como lutas políticas, prestam-se à defesa da liberdade e, portanto, da própria teoria racional. As lições do Oriente, apropriadas pela NTP, podem propiciar a países como o Brasil, que possui caráter meso-ocidental, a apreensão de nova visão estratégica e formas de ação políticas mais adequadas a um novo modo de produzir e de se relacionar com a vida social.

2. PRESSUPOSTOS TRANSCENDENTAIS DA LEGISLAÇÃO EPISTÊMICA ILUMINOPOSITIVISTA

Sobrepular a separação estrutural dos atuais parâmetros da legislação epistêmica iluminopositivista implica conduzir o debate ao austero campo das concepções filosóficas, explicitando linhas de conexão que condicionam e reproduzem as dicotomias entre a teoria e a prática, o conhecer e o pensar, que ainda hoje agem sobre nossos projetos e instituições. Essas ideias já estão estabelecidas desde os primórdios da contemporaneidade e aparecem como pressupostos das nossas interpretações. Faz-se necessário, por conseguinte, retomarmos suas origens para perscrutar seus preceitos intelectuais.

No caso em questão torna-se indispensável visitar, ainda que muito brevemente, uma das passagens mais interessantes da filosofia clássica alemã, exatamente o percurso que

compreende a transição do idealismo subjetivo ao objetivo, para mobilizar e atualizar a crítica filosófica de Hegel a Kant, notadamente a que trata da supressão (*Aufhebung*) dialética das estruturas *a priori* do *entendimento* e suas implicações nas noções de *sujeito epistêmico*, *lógica da identidade* e limites da *experiência possível*.

Como sabemos, o empreendimento de Kant acerca do conhecimento foi exposto em sua monumental obra *Crítica da razão pura*, que estabeleceu os procedimentos para o julgamento das capacidades cognoscitivas da própria razão, promovendo o afastamento das pretensões metafísicas de estabelecer discursos diretos sobre as coisas e traçando os limites e separações internas no seu uso e função através do método transcendental⁷.

Essas ideias, expressas por nomenclaturas de fundo jurídico e contratualista, visavam regular as antigas pretensões das teorias filosóficas acerca do poder e alcance da racionalidade. A intenção era examinar criticamente a própria razão submetendo-a ao crivo de novo pacto teórico e livrando-a das manifestações advindas do seu próprio estado de natureza, vistas agora como ilegítimas no campo cognoscitivo. A questão “Como é possível a metafísica enquanto ciência?” (Kant, 2001, p. 77) e as respostas sobre essa possibilidade devem conformar as exigências a todo discurso racional que não quer ser intrinsecamente dogmático ou cético.

Ao esquadrihar as potências da estrutura cognitiva transcendental a partir das relações que a razão estabelece com a realidade, Kant começa por distinguir as diversas *faculdades* que se relacionam no processo do conhecimento, a saber, a *sensibilidade*, o *entendimento* e a *razão*. A *faculdade do entendimento* — também chamada de *faculdade de julgar* ou *intelecto* — é o *conhecer*, pois é a responsável pelos dispositivos que concernem à correspondência, acordo ou conformidade entre sujeito e objeto que ocorrem no seu interior, sempre *a priori* e de modo puramente necessário. A *faculdade de conhecer* transcendental, portanto, deve submeter os objetos à *síntese de representações*, não o contrário, legislando sobre os objetos do conhecimento.

A decomposição da *faculdade de conhecer* é estabelecida pela “doutrina transcendental dos elementos”, que, por sua vez, subdivide-se em *estética* e *lógica* transcendentais. A primeira trata da estrutura que possibilita a ordenação dos registros sensíveis dos fenômenos como condição que delinea a percepção em suas formas *a priori* do *espaço* e do *tempo*. Já o arcabouço exposto na *lógica* conforma o intelecto em sua substância própria, em que os objetos são inteligidos de modo inteiramente *a priori*, sem qualquer recurso à intuição sensível. A *lógica* também se desmembra em duas partes: a *analítica* e a *dialética* transcendentais.

A *analítica* trata da dissecação das capacidades do entendimento em busca dos seus elementos constitutivos. Como resultado dessa decomposição emergem os *princípios* e os *conceitos* que permitem a conjunção das intuições puras de *espaço* e *tempo* — já elencadas na *estética transcendental* — com os modos conceituais inerentes à faculdade de julgar — conforme exposto na *lógica transcendental* —, gerando *síntese de representações* que passam a se referir *a priori* aos *próprios objetos*. Trata-se da exposição das categorias intrínsecas do intelecto, uma vez que a unidade de todas as *representações* pode ser deduzida na forma de juízos ao modo da cópula entre sujeito e predicados para qualquer objeto, sempre satisfazendo o

⁷ “Chamo transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*. Um sistema de conceitos deste gênero deveria denominar-se filosofia transcendental.” (Kant, 2001, p. 79)

princípio da não contradição. Esse é o âmbito da *lógica da verdade transcendental*⁸. Ela expõe os requisitos puramente formais que condicionam a dimensão cognitiva, a partir dos quais são constituídos os *juízos sintéticos a priori*, que são os que interessam à ciência.

Se, por um lado, na relação da *faculdade do entendimento* com a *faculdade da sensibilidade* são expostas as condições de possibilidade da experiência em geral — “a experiência possível” — como sendo as próprias exigências para que a realidade possa ser submetida como objeto do conhecimento aos conceitos, categorias e princípios *a priori*, por outro lado, na relação do *entendimento* com a *razão*, exposta na segunda parte da *lógica transcendental*, chamada de *dialética*, manifestam-se os influxos da *razão* na dinâmica cognoscente. Nesse âmbito, a *razão* cumpre papel limitado, exercendo influência apenas nos mecanismos externos da *faculdade do conhecer*, sem configurá-los no mérito, sem afirmar nada a respeito dos objetos, mas apenas supondo que esses produtos advindos da síntese das *representações* participam de um sistema geral. Isso quer dizer que, na circunscrição do conhecimento, a *razão* é auxiliar das operações provenientes do *entendimento*.

Em seu clássico trabalho acerca da filosofia crítica, Deleuze (1994, p. 17) ratifica essa interpretação de submissão da *razão* ao entendimento quando afirma que “[a] célebre resposta de Kant é que só o entendimento legisla na faculdade de conhecer ou no interesse especulativo da razão. Não é, pois, a razão que vela, aqui, pelo seu próprio interesse: ‘a razão abandona tudo ao entendimento’”. Afirma ainda o mesmo autor que é “o entendimento que legisla na faculdade de conhecer. Se a razão é assim levada a abandonar ao entendimento o cuidado do seu próprio interesse especulativo, é porque ela não se aplica aos fenômenos e forma Ideias que superam a possibilidade da experiência” (Deleuze, 1994, p. 31).

Ora, a *razão* delega ao *entendimento* suas capacidades especulativas, transferindo seu próprio interesse metafísico ao juízo das disposições cognoscentes, abdicando, com isso, de qualquer ascendência efetiva sobre a esfera teórica. A relação da *razão* com o *entendimento* ocorre como se a primeira cedesse sua liberdade natural pela segurança conformada pelas leis do conhecimento. A partir do contrato transcendental, a *razão* abandona suas pretensões naturais e, portanto, ilegítimas, sendo *civilizada* para o ambiente da teoria pela legislação do *entendimento*. O saber judicioso, ao legislar teoricamente, cria as regulamentações epistêmicas que submetem e, em certo sentido, inabilitam a própria razão, circunscrevendo-a ao seu domínio prático. O *entendimento* é o novo poder cognoscente na teoria transcendental.

Quando a *razão* tenta contrariar o horizonte da *experiência possível* para conhecer algo de positivo, abandonando a atribuição lógica de *cânone* para tornar-se *órganon*⁹, ela é penalizada, caindo em erros e equívocos, como o paralogismo e as antinomias. Essa pretensão cognoscente da *razão* seria um devaneio metafísico que Kant chamou de “lógica da ilusão” ou “dialética”¹⁰. Por conseguinte, o que fica como consequência da doutrina dos

8 “Assim, a parte da lógica transcendental que apresenta os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios, sem os quais nenhum objeto pode, em absoluto, ser pensado, é a analítica transcendental e, simultaneamente, uma lógica da verdade. Porque nenhum conhecimento pode contradizê-la sem que perca, ao mesmo tempo, todo o conteúdo, isto é, toda a relação a qualquer objeto e, portanto, toda a verdade.” (Kant, 2001, p. 121-122)

9 *Órganon* (do grego ὄργανον) significa “instrumento” ou “ferramenta” e é o nome tradicionalmente dado ao conjunto das obras sobre lógica de Aristóteles (2005). A ideia subjacente ao argumento é que o *órganon* opera como instrumento para as ciências, enquanto o *cânone* serve apenas como modelo.

10 “Com efeito, dado que o uso transcendental da razão não é válido objetivamente, não pertence, portanto, à lógica da verdade, ou seja, à analítica; antes requer, como lógica da aparência, uma parte especial da doutrina escolástica, denominada dialética transcendental.” (Kant, 2001, p. 201)

A partir do contrato transcendental, a *razão* abandona suas pretensões naturais e, portanto, ilegítimas, sendo *civilizada* para o ambiente da teoria pela legislação do *entendimento*. O saber judicioso, ao legislar teoricamente, cria as regulamentações epistêmicas que submetem e, em certo sentido, inabilitam a própria razão, circunscrevendo-a ao seu domínio prático

elementos da lógica transcendental é a jurisprudência cognitiva que legitima a distinção definitiva entre o *entendimento* — que tem por escopo o conhecimento do finito e do condicionado, estando sujeito ao cânone lógico — e a *razão* — que pode pensar silogisticamente o infinito e o incondicionado, mas não os conhecer, pois assim estaria sujeito às penalidades da aparência ou dialética. No primeiro, localiza-se o conhecimento da ciência positiva, na segunda, a metafísica e a filosofia.

Ao estabelecer o recuo da razão diante de si mesma, restringindo o escopo do conhecer somente ao resultado da inferência da dedução transcendental da experiência, autoconfigurando a *experiência possível* conforme as condições dadas pela estrutura interna do *entendimento*, terminamos por só experimentar os objetos que nossa própria estrutura interna nos oferece como fenômeno. Ocorre que, tanto ao intuir fenômenos quanto ao perscrutar a própria razão a partir das condições dadas pelo aparelho subjetivo do *entendimento*, sempre nos escaparão suas naturezas, em si mesmas *nomênicas*. As coisas em si (*noumenon*) surgem como resultado necessário da análise da lógica transcendental e, embora o sujeito possa pensar sobre elas, jamais poderá conhecê-las. O âmbito das coisas em si não admite nenhuma legitimidade epistêmica, sendo apresentado como uma esfera vazia de conteúdos, exercendo tão somente uma limitação ao conjunto dos conhecimentos.

Em que pese Kant articular uma lógica transcendental que em tese forneceria as condições canônicas da cognoscibilidade *a priori* dos objetos pela *experiência possível*, ela entrega como produto a pressuposição da separação definitiva entre *coisas para nós* e *coisas em si*. A lógica da *faculdade de julgar* afasta-se tanto das *coisas em si* mesmas quanto das disposições naturais da razão, ficando constrangida, enquanto *lógica da verdade*, entre essas duas sombras ininteligíveis, espremida entre dois *nômenos* incognoscíveis.

Esses são os pontos-chave da tradição do pensamento crítico que reverberam nas legislações epistêmicas até os dias atuais. Por óbvio, as premissas originais expostas na *Crítica da razão pura* foram reinterpretadas segundo as condições contemporâneas, notada-

mente pela corrente filosófica do neokantismo¹¹, dando continuidade, por assim dizer, às contribuições ao projeto crítico de Kant. Interessam-nos os desenvolvimentos da herança transcendental no campo epistemológico, em particular da negação da metafísica, dos desdobramentos da lógica, das ciências e da confecção da estrutura do sujeito epistemológico, distinto do psicológico, que possibilitaria a teoria do conhecimento.

Destaco, portanto, quatro pontos da teoria do conhecimento transcendental que se perpetuam na atual legislação epistêmica contemporânea. São eles:

a) *O normativismo teórico transcendental*. A ideia de que o *entendimento* impõe graus de jurisdição cognoscente, enquanto *lógica da verdade* e, por isso, detém o monopólio do conhecimento. Com efeito, emerge, a partir da filosofia transcendental, o arcabouço da jurisprudência cognitiva responsável pela submissão de todo e qualquer conhecimento a uma legislação prévia e necessária, *a priori*, que antecede ao próprio ato de conhecer. Por essas características teoréticas, tal legislação tem por finalidade estabelecer limites, restrição de objetos e demarcações epistêmicas.

b) *O sujeito epistêmico transcendental*. Embora Kant, na *Crítica da razão pura*, não adote a ideia de um *eu* como substância nos moldes de Descartes, desenvolve um pensar do mecanismo sobre as próprias faculdades que chama de *apercepção originária*. É ela que garante e configura a forma do intelecto, pois executa o princípio subjetivo da “*unidade transcendental da autoconsciência*” dos conceitos, em que repousa a forma lógica de todos os juízos, constituindo o princípio supremo de todo o conhecimento, tal qual um sujeito epistêmico. Esse seria, pois, na linguagem posterior, o *sujeito transcendental*. É essa unidade que possibilita a ligação necessária do pertencimento das categorias e princípios com as sínteses das representações das intuições e conceitos, como ato de pura espontaneidade, e constitui a fonte primordial da autoconsciência tanto do entendimento quanto da razão, perfazendo em seu interior uma unidade ao mesmo tempo analítica e sintética. A esse respeito, Kant (2001, B 132-133) faz referência a “*Eu penso*”, “*apercepção originária pura*” ou “*unidade transcendental da autoconsciência*”¹².

c) *A verdade do conhecimento como lógica da identidade*. A ideia de que o conhecimento está determinado pelos aspectos lógico-formais do *entendimento*, e não por características psicológicas, conduziu a compreensões logicistas acerca da validade do conhecimento científico.

d) *A experiência possível*. A concepção de que as evidências, dados e experiências científicas advêm da legislação *a priori* do entendimento, prescrevendo os limites do conhecimento tanto para os fenômenos quanto para a *razão*.

11 O *neokantismo* ou *neocriticismo* foi uma influente corrente filosófica desenvolvida na Alemanha que ganhou notoriedade a partir da segunda metade do século XIX até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Desenvolveu-se principalmente, mas não exclusivamente, em duas grandes vertentes: a *escola de Baden*, que tendia a enfatizar os estudos acerca da lógica e da ciência, portanto mais centrada na análise e interpretação da *Crítica da razão pura*, e a *escola de Marburgo*, que influenciou o surgimento do historicismo e da fenomenologia, resgatando e reinterpretando principalmente a *Crítica da razão prática* e a *Crítica da faculdade do juízo*.

12 “A unidade sintética da *apercepção* é o ponto mais elevado a que se tem de suspender todo o uso do *entendimento*, toda a própria lógica e, de acordo com esta, a filosofia transcendental; esta faculdade é o próprio entendimento.” (Kant, 2001, p. 159) “O primeiro conhecimento puro do entendimento, sobre o qual se funda todo o seu restante uso, e que é também totalmente independente de todas as condições da intuição sensível, é, pois, o princípio da unidade originária sintética da *apercepção*.” (Kant, 2001, p. 162-163)

3. ELEMENTOS DIALÉTICOS PARA A CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO TRANSCENDENTAL

Como estamos tentando demonstrar, a legislação epistêmica vigente, longe de ser neutra e objetiva, está em grande parte enlaçada por linhas ideológicas e conceituais ainda provenientes da poderosa formulação da *Aufklärung* kantiana. Será no âmbito da filosofia clássica alemã que também encontraremos os pressupostos e avaliações que conduzem à superação das imposições transcendentais. Aos olhos de hoje, Hegel talvez tenha sido o filósofo que melhor traduziu os méritos e os dilemas da filosofia clássica alemã, em especial a complexa passagem do idealismo subjetivo ao objetivo.

Resgataremos, ainda que sucintamente, a interpretação de três excertos em que o filósofo dialético expõe as condições conceituais e sistemáticas para a superação de pontos cientificistas e subjetivistas da filosofia transcendental no âmbito da teoria do conhecimento. São eles: sua obra de estreia acadêmica, *Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling*¹³, de 1801 — especialmente a crítica às filosofias que adotam um princípio fundamental (*Grundsatz*) como alicerce dos seus sistemas; a *Fenomenologia do espírito*, de 1807 — especificamente os parágrafos referentes à extensão da experiência do conhecimento; e a *Ciência da lógica*, de 1812, notadamente exposições acerca da *doutrina do ser*.

O desafio hegeliano foi estabelecer como a razão, contrariando as formas epistêmicas da reflexão e do entendimento transcendentais, pode unificar sujeito e objeto numa única compreensão sistemática e lógica — chamada por ele de *absoluta* — sem retroagir à velha metafísica dogmática, ou seja, como assimilar os desenvolvimentos do idealismo sem cair no subjetivismo, dicotomias e ceticismo. Somos da interpretação de que vários elementos apontados nas obras de Hegel são sempre retomados na configuração dinâmica do seu sistema; no caso em questão, interessa-nos destacar a crítica aos postulados do *entendimento*, em particular à unilateralidade da *lógica da verdade* como aplicação do *princípio da identidade* e seus reflexos na configuração da *experiência possível*.

O pano de fundo ante o qual se desenrolam os argumentos hegelianos de 1801 será a superação da cisão proposta por Kant entre razão e sensibilidade como condição para o reestabelecimento da conexão entre o infinito e o finito, o incondicionado e o condicionado, entre o *Sein* (ser) e o *Dasein* (ser determinado). A consideração a ser feita é estabelecer como a razão — contrariando as formas da reflexão e do entendimento — pode unificar sujeito e objeto numa mesma compreensão absoluta sem retroagir à antiga metafísica. O caminho percorrido no *Differenzschrift* até levá-lo à crítica da concepção de um “princípio de uma filosofia na forma de uma proposição-de-fundo absoluta” (Hegel, 2003, p. 49) — como o *cogito*, o *princípio de razão suficiente*, o *Eu = Eu* etc. — estava baseado no fato de que as filosofias pós-críticas ainda não tinham superado o *entendimento* como estrutura subjetiva responsável pela unidade originária e suprema das categorias do conhecimento, dado que é a origem e a produtora das identidades abstratas e cisões cognoscíveis.

O princípio do sistema de Fichte, que pretendia suplantiar o subjetivismo do sistema kantiano por meio da identidade entre o sujeito e o objeto através do “Eu absoluto”, continuava sendo, para Hegel, “o puro pensar de si mesmo”, o *Eu = Eu*, reproduzindo resultados iguais ao postulado que subjaz à dedução das categorias transcendentais. Isso porque, em ambos os autores, permanece a abdicação da razão pelo entendimento e a transferência da especu-

¹³ A partir de agora *Differenzschrift*.



Monumento em homenagem ao filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), fundador da filosofia clássica alemã, em praça de Kaliningrado, Rússia. Outubro de 2015

lação para a cadeia das finitudes da consciência. O entendimento só consegue compreender o infinito como o somatório das suas limitações, não conseguindo, por isso, constituir-se em verdadeira identidade do particular com o processo da totalidade.

Para Hegel, a ideia de um fundamento último (*Grundsatz*) das capacidades cognoscíveis, tal qual o *entendimento transcendental*, apresenta insuficiências pelo fato de sua estrutura analítica ser configurada apenas pelo formalismo do *princípio da identidade*. O autor considera, pois, esse mecanismo limitado, uma vez que só possui capacidade de expressar as exigências da totalidade, do infinito e do não determinado no modo formal de proposições sujeito-predicado em um quadro de oposições. Por esse modo de raciocínio, sempre serão constituídas proposições ou de afirmações e ou de negações, conduzindo usualmente a inferências separadas e isoladas, seja como identidade positiva da síntese ou como diferença negativa da antítese, mas sempre como cisão e exclusão do contraditório, do indeterminado e do infinito. Portanto, incapaz de expressar a complexidade racional de uma verdadeira unidade entre sujeito e objeto.

O pensamento reflexivo assume a condição de pura identidade do entendimento, que pode ser correlacionado ao formalismo $A = A$, no qual A é princípio fundamental (*Grundsatz*) — o *entendimento transcendental*, o *Eu penso*, ou $Eu = Eu$ —, que, no choque com a diversidade indeterminada, estabelece composições intrínsecas em que A se irradia *ad infinitum*, como uma infinda reprodução de si mesmo, na qual a aparente multiplicidade das manifestações é apenas consequência da reafirmação da autonomia suficiente do próprio A ¹⁴. Nesse modo de raciocínio, as manifestações de pluralidade e de diversidade são apenas

¹⁴ Formalmente, ficaria assim: se $A = A$ é uma sentença qualquer, então $A = B$, $A = C$, $A = D$, $A = E$... também são sentenças, de modo que todo o universo de discurso da *lógica da verdade* será $\mathbb{U} = [(A = A) \rightarrow (A = B), (A = C), (A = D), (A = E) \dots \infty]$.

formas vazias que devem se encaixar na certeza de que já estão na identidade formal A . O sobrepor da identidade ($A = A$) à multiplicidade ($A = B, A = C, A = D, A = E$ etc.) é o modo pelo qual o entendimento reflexiona sua própria estrutura formal sobre o que lhe é diferente, tornando o outro subalterno à sua subjetividade.

Para Hegel, esse ordenamento é incapaz de proporcionar a compreensão que supere as cisões entre a forma lógica e o mundo sensível. Vai interpretar essa limitação intrínseca da reflexão como uma unidade constituída pela identidade formal do entendimento, restringendo a dinâmica da totalidade a uma opção analítica, em que suas partes fixas e separadas são apenas justapostas, reproduzindo exclusivamente a identidade inicial já contida na estrutura lógica subjetiva.

Entretanto, embora submetido aos ditames do entendimento e da reflexão, o pensamento racional não pode ser expresso unilateralmente, ao modo de uma unidade transcendental abstrata. Por sua natureza própria, a razão almeja sujeitar ao conhecimento o que ficou excluído da pura igualdade, isto é, o seu oposto, a desigualdade. Se a identidade abstrata é a unidade do puro pensar *a priori* de si consigo mesmo, então o seu oposto é o que está fora, justamente a não identidade, a “pura forma do não-pensar” (Hegel, 2003, p. 51).

Para o mero entendimento, a proposição $A = B$ não diz mais do que a primeira [$A = A$]; o entendimento compreende, a seguir, o ser posto de A e de B apenas como uma repetição de A , quer dizer, ele retém somente a identidade e abstrai do fato de que, na medida em que A é repetido ao ser posto em B ou como B , é posto um outro, um *não* A (Hegel, 2003, p. 52).

Em outras palavras, Hegel enfatiza o discernimento qualitativo entre a razão e o entendimento, dado que a identidade que é suficiente para o entendimento só pode acontecer plenamente se ela mantiver fora de si a diferença, isto é, só se caracteriza enquanto tal excluindo o contrário e se reafirmando nessa diferença. Sem esse outro que deve ser excluído, ela não seria o que é, e o que é só se faz valer enquanto identidade e verdade a partir da distinção do que não é. Isso quer dizer que o que marca e define a identidade é exatamente a diferença; a identidade do *entendimento* enquanto *lógica da verdade* só pode realizar-se plenamente se admitir um outro que deve ser negado. A identidade formal precisa diferenciar-se do outro para justificar e fornecer a verdade da identidade. Ora, então justamente esse outro que deveria estar fora da identidade é que constitui os parâmetros para a verdade da identidade formal, uma vez que se mostra necessário a sua própria afirmação, usurpando, em última instância, seus direitos unitários.

O fundamento $A = A$ representa a identidade e exprime a não contradição, mas na medida em que A tem necessidade de relação com um ser que não é o ser de A , com o não A , a contradição aparece como não identidade e se mostra tão necessária quanto a outra. Ambas são equivalentes lógicos na medida em que são interdependentes. Elas são as máximas expressões que se manifestam na forma de antinomias, expressões formais do choque da *razão* com o *entendimento*. De modo inicial, Hegel propõe o que podemos chamar de *bipartição do uno* ou *distinção dos idênticos*, $A = A$ e $A = \text{não } A$. Temos, portanto, a formulação que será retomada na *Ciência da lógica*, de 1812: *a identidade da identidade e da diferença!*¹⁵

¹⁵ Essa é a primeira formulação da identidade da identidade e da diferença: “ $A = A$ contém a diferença de A como sujeito e de A como objeto e, ao mesmo tempo, a identidade, tal como $A = B$ contém a identidade de A e de B , com a diferença entre ambos.” (Hegel, 2004, p. 51-52)

Wikimedia



O filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831)

O que Hegel destaca é que o sujeito social sempre esteve dentro da natureza das coisas, como vida histórica, e que o movimento objetivo da experiência do conhecimento é a resultante da relação sujeito-objeto. Achar que existam objetos realmente afastados, apartados e separados da vida histórica, social e cultural dos sujeitos cognoscentes é que seria uma abstração subjetiva

O erro fundamental pode ser então representado pelo fato de, na consideração formal, não se refletir na antinomia de $A = A$ e $A = B$. A uma tal essência analítica não subjaz a consciência de que o fenômeno puramente formal do absoluto é a contradição: uma consciência que só pode surgir quando a especulação parte da razão e de $A = A$ como identidade absoluta do sujeito e do objeto (Hegel, 2003, p. 53).

O alvo da crítica do jovem Hegel em 1801 é a elaboração do *eu absoluto* de Fichte, mas podem ser incluídos Descartes, Leibniz, Kant ou qualquer expressão que se prende às cadeias formais da reflexão analítica do *entendimento*. Ao dar tratamento lógico e gnosiológico à questão do postulado fundamental (*Grundsatz*), axioma primeiro do *entendimento transcendental*, Hegel procurou, por um lado, responder às objeções quanto ao conhecimento objetivo da totalidade (absoluto); por outro lado, deslocou o problema da unidade sintética do conhecimento *a priori* para o campo da vida cultural concreta. Essa abordagem afasta Hegel dos contemporâneos e funda outra gramática na superação das cisões do conhecimento.

4. O SABER COMO FENÔMENO: A EXTENSÃO DO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO

Talvez o mais resistente artigo da legislação epistêmica iluminopositivista seja o que conforma o todo da compreensão científica somente à *experiência possível*, isto é, a amálgama *a priori* das determinações formais com as evidências, dados e fenômenos empíricos. O predomínio dessa concepção baseia-se na transferência mecânica da definição restrita

da experiência das ciências naturais e formais para as ciências humanas e sociais, ocasionando justamente a supressão de qualquer pressuposto, inclusive o histórico, na busca da objetividade instrumental, particular e abstrata, do fenômeno quantitativo. Na *experiência possível* da atual metodologia científica de cunho formal e naturalista, não há espaço para a historicidade.

O caminho percorrido por Hegel na *Fenomenologia do espírito* (FE) conduziu à transmutação da experiência dos limites concebidos pela estrutura subjetiva do *entendimento* para a vivência coletiva, reconfigurando a própria lógica do conhecimento ao entrelaçá-la aos desdobramentos objetivos da cultura (espírito) ao longo da história. Qualquer experiência do objeto é experiência para nós, isto é, já ocorre no quadro teórico que procede do sensível rumo ao conceitual. O percurso que vai do estranhamento inicial ao reconhecer a si mesmo no *ser do outro*, como próprio e familiar, é reconciliação que constitui o “trabalho do espírito”. Essa atitude coletiva de formação da cultura consiste numa experiência (*Erfahrung*) que experimenta a realidade e é ela própria real.

Na FE, Hegel utiliza o conceito de *consciência* como uma espécie de figuração que pretende exprimir o processo do conhecimento tal qual ocorre na própria compreensão daqueles que conhecem. Não se trata, pois, de qualquer estrutura subjetiva nem de psicologismo individual, mas do coletivo, do *Eu que é um Nós*. A questão-chave que se destaca é o significado para a própria consciência coletiva de experimentar-se nesse outro que é ela mesma. Como nós, que somos seres de linguagem e cultura, experimentamos o mundo objetivo, histórico, também forjado por linguagem e cultura? É essa experiência histórica exposta como fenômeno do próprio conhecer que conduz a investigação hegeliana.

Para Hegel, nesse processo, *a consciência distingue algo de si e ao mesmo tempo se relaciona com ele*. Distinguir, reconhecer-se e relacionar-se já implicam vínculos e nexos entre nós e o mundo. “O aspecto determinado desse relacionar-se — ou do ser de algo para a consciência — é o saber”. Há, porém, outro lado desse saber, o ser em si. “O lado desse Em-si chama-se verdade”. “Se investigarmos agora a verdade do saber, parece que estamos investigando o que o saber é em si” (Hegel, 2001, p. 69). Isso porque a consciência tem nela “dois momentos que incidem no interior do saber [...] conceito e objeto, ser-para-um-outro e ser-em-si-mesmo” (Hegel, 2001, p. 69-70). A verificação diz respeito, portanto, a se o conceito corresponde ao saber. Assim:

Caso os dois momentos não se correspondam nessa comparação, parece que a consciência deva então mudar o seu saber para adequá-lo ao objeto. Porém, na mudança do saber, de fato se muda também para ele o objeto, pois o saber presente era essencialmente um saber do objeto; junto com o saber, o objeto se torna também um outro, pois pertencia essencialmente a esse saber. [...] Esse movimento dialético que a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como em seu objeto, *enquanto dele surge um novo objeto verdadeiro* para a consciência, é justamente o que se chama experiência (Hegel, 2001, p. 71).

A consciência coletiva que quer ter certeza de si mesma tem por objeto o em si, mas o em si só pode ser conhecido tal como se apresenta para a consciência que experimenta. Por conseguinte, a consciência que experimenta faz a experiência: o em si do objeto é em si para nós. Não foi o objeto em si que provocou a mudança para adequar-se ao nosso processo de saber, mas a consciência que se *reverteu* e se modificou para abarcar o objeto para nós. É

Esse absurdo da ciência sem pensamento, sem cultura e sem história, presa exclusivamente às representações permissíveis da experiência abstrata, longe de ser determinado pelos aspectos objetivos do objeto, é na verdade condicionado por estruturas epistêmicas *a priori*, apartadas das verdadeiras exigências do mundo da vida. A evidência sem conceitos e teorias sustenta-se, portanto, em intuições empíricas sem valor de verdade agregada. A rigor, não existe ciência sem teoria, sem processo histórico e sem filosofia

um movimento que a consciência geral realiza consigo mesma, tanto no seu saber quanto no objeto experimentado, e desse movimento dialético um novo objeto verdadeiro surge. Assim, a essência da experiência em Hegel, portanto, é o processo lógico de transformação, de “*reversão da consciência*” coletiva (Hegel, 2001, p. 72), por isso mesmo se constitui num movimento dialético. Esse é o processo lógico da experiência que apreende o fenômeno histórico-social do conhecer.

O outro, o objeto exterior, é sempre algo para nós. A experiência da consciência coletiva é a própria experiência do saber, visto que sempre nos colocamos em relação recíproca com o que não é idêntico, os objetos, de maneira a instituir-nos tanto o instante do saber quanto o do objeto, e, assim, absorvidos nessa relação de simultânea oposição e complementariedade, examinamos a nós mesmos. O processo da experiência que Hegel apresenta é essencialmente negativa, isto é, nos põe diante de algo nunca repetido, sempre algo novo, estranho, alheio, o outro sobre o qual a experiência vai procurar saber. Porém, essa negatividade é produtiva e complementar ao saber. Essa é a experiência dialética.

A experiência que fazemos do novo objeto causa uma negatividade na consciência que altera as duas coisas: nosso saber e o próprio objeto experimentado. O que emerge desse processo é que passamos a compreender melhor a ele e a nós, isso implica que o objeto origi-

nário do qual partiu o processo não se sustentou e o novo objeto passou a conter a *dissolução* do primeiro. O novo objeto contém a verdade do anterior. Reconhecer a si mesmo no outro, essa é a transformação e reversão provocada pela experiência na consciência coletiva. Para Hegel,

o princípio da experiência contém a determinação infinitamente importante de que, para admitir e ter por verdadeiro um conteúdo, o homem mesmo deve estar nele; mais precisamente, a determinação de encontrar tal conteúdo em unidade com a certeza de si mesmo, e associado a ela (Hegel, 1995, p. 46-47).

O que Hegel destaca é que o sujeito social sempre esteve dentro da natureza das coisas, como vida histórica, e que o movimento objetivo da experiência do conhecimento é a resultante da relação sujeito-objeto. Achar que existam objetos realmente afastados, apartados e separados da vida histórica, social e cultural dos sujeitos cognoscentes é que seria uma abstração subjetiva. Ao objetivar a relação da experiência, Hegel destaca vínculos e nexos que não podem ser suprimidos desse processo, sob pena de que se abra mão da verdade da exposição. Supor que podemos experimentar objetos sem conhecê-los, sem as mediações do pensamento, da linguagem, da cultura e da história, “saber antes do saber”, seria como *aprender a nadar antes de arriscar-se na água*, como sentencia o pensador dialético alemão.

Para os fins do nosso estudo, reconhecemos que a descrição dialética da experiência oferece uma contribuição justa, na medida em que possibilita a compreensão da experiência fenomenológica de todos os objetos, inclusive os histórico-culturais, superando os limites do “possível” tal qual determinado pela estrutura da subjetividade transcendental. Também proporciona afastarmos o pressuposto abstrato da neutralidade. O alargamento do conceito de experiência e a superação da ideia da coisa em si corroboram a construção do espaço teórico-linguístico em que os aspectos cognoscentes, éticos, estéticos e políticos se relacionam e ganham a dignidade da sua própria experiência e conhecimento, pleiteando seu lugar no panteão das ciências.

5. CONHECIMENTO E HISTORICIDADE NA *CIÊNCIA DA LÓGICA*

Talvez o elemento de maior repercussão e sucesso da atual legislação epistêmica iluminopositivista tenha sido aquele que separa definitivamente as elaborações das ciências particulares do pensamento filosófico, na esteira das cisões estabelecidas *a priori* entre o entendimento que conhece e a razão que pensa. O conhecimento, para ser científico, teria de se livrar da herança metafísica da filosofia, ou, o que é o mesmo, excluir o tratamento ontológico e privilegiar somente os aspectos epistemológicos, lógicos e metodológicos do conhecer.

Esse procedimento abstraiu da epistemologia a mais poderosa determinação do conhecimento: *o processo histórico como noção e sentido ontológico*. Ao resgatar a história não estamos fazendo referência à ciência particular da historiografia, embora também a perpassemos. Tratamos da história enquanto *ser histórico-social*, horizonte último das ocorrências dos eventos culturais, totalidade concreta da cultura, em que se apresentam as grandes obras do trabalho humano. A ciência, assim como qualquer feito humano em qualquer época, é igualmente trabalho da história, por isso também possui sua dimensão ontológica e, portanto, de interesse da teoria filosófica.

Ao se tornar fenômeno, o socialismo se negou enquanto representação universal abstrata, pois que se realizou no particular, mas, ao fazer esse movimento necessário, apenas executou o que estava determinado por sua lógica subjacente, a saber, exteriorizar-se, desdobrar-se na realidade, efetivar-se historicamente, construindo sua síntese a partir das múltiplas determinações do real

Os conceitos que ainda hoje compõem o domínio da ciência têm muita história, e por isso não é produtivo passar por eles de maneira imediata nem empírica. Há que elevá-los ao pensamento racional para descobrir suas determinações internas e externas. Muitos deles são categorias que surgiram e apareceram ao longo do tempo, estão expressas na história da filosofia e, à vista disso, também são fenômenos culturais objetivos e reais. Não convém serem descartadas como atavismo metafísico, mas podem ser tratadas na forma dialética, configurando a estreita relação da forma lógica com a histórica. Isso quer dizer que os conteúdos da lógica, sua matéria de conhecimento, não são separados dos problemas clássicos da ontologia, ou seja, eles também devem assumir a forma de uma lógica do ser (histórico-social).

Esse absurdo da ciência sem pensamento, sem cultura e sem história, presa exclusivamente às representações permissíveis da experiência abstrata, longe de ser determinado pelos aspectos objetivos do objeto, é na verdade condicionado por estruturas epistêmicas *a priori*, apartadas das verdadeiras exigências do mundo da vida. A evidência sem conceitos e teorias sustenta-se, portanto, em intuições empíricas sem valor de verdade agregada. A rigor, não existe ciência sem teoria, sem processo histórico e sem filosofia.

A *Ciência da lógica* (CL) pretende ser, entre outras coisas, o resgate da questão da cientificidade da ontologia, mas sem retroagir à antiga metafísica dogmática, isto é, deve suspender (*Aufheben*) — negar, conservar, elevar — as definições do entendimento para retomar em estágio superior a conexão entre ciência e filosofia. O pensar, então, como característica da razão, deixa de ser apenas a pura forma alheia ao conhecimento, mas adquire conteúdo e torna-se real à medida que se desloca dos mecanismos subjetivos para as condições históricas da cultura objetiva.

Ao adentrarmos no campo da CL, em que o objeto do saber e o método do conhecer não são distintos, os limites formais do aparelho lógico transcendental são dissolvidos pela dialética, gerando a contradição, que nada mais é que a expressão da totalidade do pensamento racional agindo na cognoscibilidade. Isso não significa que a formulação de juízos proposicionais no modo de sujeito-predicado deva ser abandonada, muito ao contrário. A identidade, a não contradição e a exclusão da terceira possibilidade continuam tendo sua

Qualquer contraposição ao socialismo chinês que alegue eventuais definições metodológicas a priori já declina de antemão do conteúdo realista, histórico e dialético próprio da teoria do socialismo científico

validade pertinente ao âmbito linguístico ao qual pertencem, a saber, o dos enunciados categóricos no quadro das oposições do entendimento. Como vimos, isso é suficiente para o escopo do senso imediato, fixo e comum. Entretanto, como o próprio Kant reconhece, as antinomias aparecem na *dialética transcendental* justamente pela necessidade de uma determinação que está para além das capacidades desse formalismo. Isso quer dizer que lógica formal e dialética não pertencem ao mesmo domínio cognoscente (Müller, 2004).

O domínio da CL é o dialético-especulativo, no qual são produzidas as mediações e interações entre ser e conhecer, objeto e sujeito, necessidade e liberdade, teoria e prática. O desafio é estabelecer, no âmbito do pensar científico convencional, uma lógica que seja prenhe de conteúdos,

permitindo elaborar para além da estrutura da subjetividade, que permita a dissolução do positivo imediato e formal através da relação com a negatividade da contradição, superando, assim, a identidade abstrata. Para Hegel (2017, p. 87-88),

a *contradição* deveria ainda mais ser apreendida e dita em uma proposição: “Todas as coisas são em si mesmas contraditórias”, e precisamente no sentido de que essa proposição, frente às [*sic*] demais, exprime, antes, a verdade e a essência das coisas [...] pois a identidade frente a [*sic*] ela [contradição] é apenas a determinação do imediato simples, do ser morto; mas a contradição é a raiz de todo o movimento e de toda a vitalidade; somente na medida em que algo tem dentro de si mesmo uma contradição, ele se move, tem impulso e atividade.

A nova identidade, dialética, será a *identidade da identidade e da diferença*¹⁶, que relaciona o que estava cindido no entendimento, absorvendo racionalmente as oposições pelo pensar que conhece o positivo em sua relação com a negatividade — e vice-versa —, e ambos desaguam na diversidade, perfazendo a totalidade concreta, o “saber absoluto” que, longe de ser o “saber de tudo”, é apenas o conhecer lógico do processo efetivo, no qual os conceitos se manifestam no real, fornecendo sentido e justificativa a seu próprio saber sistêmico. O percurso dialético que articula o sistema da totalidade concreta é, por sua natureza lógico-conceitual, uma totalidade de contrários, em que as particularidades se identificam nas suas diferenças.

Na terminologia hegeliana, assim como na marxista, o concreto não se reduz ao sensível, mas ao que é efetivo, ao real e, por isso, ao infinitamente múltiplo, à unidade do

¹⁶ “A análise do início daria, assim, o conceito da unidade do ser e do não ser — ou seja, em forma mais refletida, da unidade do ser diferente e do ser não diferente — ou da identidade da identidade e da não identidade.” (Hegel, 2016, p. 76)



Fachada da Universidade de Göttingen, na Alemanha. Fundada em 1734, no auge do Iluminismo, abraçou os ideais do movimento. Maio de 2005

diverso, à síntese de múltiplas determinações¹⁷. Por conseguinte, o conteúdo desse universal não é uma abstração, uma separação, como na tradição metafísica dogmática, ele é o concreto, o infinitamente concreto. Já o particular, por sua vez, é o que foi separado, é o abstrato, mas que contém em si a articulação com o universal, ao modo de identidade de contrários, isto é, como imanência do universal no particular. Será na articulação do particular que devemos encontrar o universal como totalidade concreta. O universal concreto enriquece sua síntese com a variedade e as diferenças dos particulares. Não há impedimentos racionais à conexão entre a riqueza e multiplicidade dos particulares e a abrangência do universal.

Por isso a necessidade de superar os obstáculos a expor esse conteúdo vivo e histórico. Nossas sentenças, orações, argumentos e formulações ainda estão apegadas à arquitetura epistemológica iluminopositivista, reproduzindo as mesmas disposições que não captam a totalidade dos movimentos da lógica da realidade. Essa é uma dificuldade real e reside aí parte das oposições e resistências às mudanças e transformações nas ciências e filosofia. Estamos enfrentando esse obstáculo compreendendo que, ao mudar a compreensão lógica, muda-se a compreensão dos conceitos, propondo, justamente, nova linguagem e gramática para uma nova teoria na exigência de um novo arcabouço epistêmico.

6. CONCLUSÃO

Compreendemos que o socialismo enquanto ideia é uma necessidade que brota das condições objetivas da história atual. Surge, a princípio, na transição do século XVIII ao XIX, com propostas igualitaristas em face dos processos revolucionários político francês e industrial inglês. Aparece, portanto, já integrada ao nascente mundo contemporâneo, repre-

¹⁷ "Um concreto, algo que contém em si diversas determinações." (Hegel, 2016, p. 80) Marx (1982), mais tarde, dirá algo bem semelhante.

A Universidade Renmin da China é a primeira instituição de ensino superior oficial fundada pelo Partido Comunista da China, com participação da prefeitura de Pequim e do Ministério da Educação, que a administra. Foto de janeiro de 2022



sentando as aspirações universais de igualdade e liberdade tão caras à cultura humana. De simples intenção utópica, logo evoluiu para uma teoria filosófica e científica no século XIX. A partir daí, por exigência de sua própria lógica interna, teve de efetivar-se na realidade objetiva, realizando-se e transformando-se em experiências reais e particulares já no século XX.

Essa transfiguração da teoria socialista, de concepção universal da cultura humana para experiências concretas do exercício do poder político, mostra todo o seu valor histórico e cognoscente, pois que trata da efetivação das condições sociais para um novo estado de direito, de propriedade e de vida política para os trabalhadores e cuja finalidade é a constante busca da superação dos limites de classe impostos pelo desgastado modo de vida burguês, abrindo condições para a construção de novas relações econômico-sociais para além do capitalismo. Para os pensadores dialéticos, desde então, interessa apresentar a unidade concreta do conceito de socialismo como síntese das mediações entre a subjetividade das nossas proposições em dado contexto e a objetividade das circunstâncias históricas com a qual nos defrontamos e a que temos de responder.

Isso quer dizer que o socialismo deixou de ser abstração universal e transformou-se em ideia concreta da cultura. Sua determinação fundamental é tornar-se objetiva, ganhar efetividade e existência nas sociedades. Ao se tornar fenômeno, o socialismo se negou enquanto representação universal abstrata, pois que se realizou no particular, mas, ao fazer esse movimento necessário, apenas executou o que estava determinado por sua lógica subjacente, a saber, exteriorizar-se, desdobrar-se na realidade, efetivar-se historicamente, construindo sua síntese a partir das múltiplas determinações do real. O socialismo só pode executar suas potencialidades, isto é, ser ato, na realidade concreta. Sua teoria só se desenvolve na prática social. Sua Ideia só existe na história.

O argumento aqui apresentado vai no sentido de justificar que a experiência histórica do socialismo chinês não deve nada à ideia do socialismo, sendo, ao contrário, o próprio desenvolvimento do seu conceito concreto, pois que opera sua lógica ao construir-se na progressão para a efetividade, e não fora dela. Por esse pressuposto dialético, qualquer contraposição ao socialismo chinês que alegue eventuais definições metodológicas *a priori* já declina de antemão do conteúdo realista, histórico e dialético próprio da teoria do socialismo científico.

Trata-se de questão-chave para compreender a relação teoria-prática e a transição programa-realidade. Em ambos os casos, temos de conjugar a mediação da totalidade das tarefas históricas com a resolutividade dos fenômenos imediatos. Ou o programa socialista aparece por dentro dos modos fenomênicos particulares a cada formação histórico-social, como identidade da totalidade do conceito com o particular das exigências do real, ou será apenas uma simples vontade subjetiva e imediata do puro pensamento abstrato. Ou seja, será a derrota perante o adversário mais poderoso e entranhado no senso comum. O temor das contradições, mediações, transições e conciliações teóricas e políticas só ocorre em sujeitos epistêmicos aquém da dialética e do socialismo científico. Somente forças vulgares e alheias à realidade concreta fantasiam a resolução imediata de questões históricas.

Para Jabbour (2021, p. 120), no Ocidente, o debate sobre a caracterização da economia chinesa como *socialismo de mercado* ou *capitalismo de Estado*

[v]em ocorrendo em um problemático ambiente político e intelectual no qual a lógica dialética e o “historicamente construído” dão lugar a juízos de valor e visões de socialismo muito próximas de formas utópicas e carregadas do chamado “dever-ser” positivista. Nesse aspecto, o debate não ocorre em um ambiente saudável, no qual a rigidez conceitual e histórica é métrica regedora da discussão.

A “rigidez conceitual” não consegue interpretar que conceitos constituintes do atual momento da construção do socialismo chinês, como *socialismo de mercado* e *relação público-privado*, expressam sínteses da sua formação econômica que associam vários modos e relações de produção distintos e que representam diferentes e específicas constituições sociais, em clara unidade de contrários. Quem pensar “socialismo e mercado”, “público e privado” sem levar em consideração a história viva da formação econômico-social do território chinês não vai entender nada nem do socialismo nem de dialética e muito menos do materialismo histórico.

O socialismo, como teoria que se manifesta no movimento real, forjou seu modo histórico na China como exercício do poder político dos trabalhadores que executa as transformações infraestruturais na conformação de avançadas cadeias produtivas, lançando mão de formas superiores de planejamento, como a NTP, que proporciona a superação da dicotomia entre o planejamento centralizado estatal e a descentralização do mercado privado, viabilizando a fusão entre macro e microeconomia e subordinando a contabilidade das firmas a uma nova contabilidade de interesse social — como já preconizava Ignácio Rangel (2005) na primeira teoria do projetamento. Tudo isso possibilita intervenções rápidas, efetivas, eficazes e racionais em todo o território chinês, representando a vultosa compreensão que o poder político socialista tem das mediações entre o social, o trabalho e a natureza.

Somente
forças vulgares
e alheias à
realidade
concreta
fantasiam
a resolução
imediata de
questões
históricas

Assim, por exemplo, a noção de equilíbrio da teoria macroeconômica liberal, conceito esse emprestado das ciências físicas e que reafirma a submissão da economia às ciências naturais e formais — tal qual prevê a atual legislação epistêmica iluminopositivista —, é derogada entre os planejadores chineses. Segundo Jabbour¹⁸, a complexa planificação na grande nação oriental começa por implantar o desequilíbrio para, a partir daí, gerar soluções que em uma situação de equilíbrio abstrato não aconteceriam. A China passa de desequilíbrios a desequilíbrios, sempre aproveitando os fluxos e contrafluxos a fim de antecipar os pontos-chave para prover inovações necessárias. Isso só é possível em uma ciência social em que a lógica da identidade foi restringida e a contradição assumiu o lugar como princípio da racionalidade.

O raciocínio estabelecido pela NTP dispõe de determinações conceituais para superar a cisão entre os ganhos epistêmicos e a libertação social, suplantando a separação entre essas duas dimensões, a teórico-técnica e a prático-emancipatória, questionando as bases “positivas” e de “neutralidade” das ciências ocidentais. Cabe-nos, portanto, tomar as conclusões teóricas que alicerçam a experiência chinesa em proveito das ciências humanas e sociais em nações meso-ocidentais, como o Brasil. Entretanto, para isso necessitamos, antes, de um novo modo de validação científica que exceda os atuais limites da legislação epistêmica ainda vigente.

* Doutor em Filosofia, professor do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (Colun-UFMA) e diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 31 de janeiro de 2025.

18 “O poder político [chinês] pressupõe dialeticamente que o processo de desenvolvimento salta de um ponto de desequilíbrio a outro. [...] Os empecilhos que apareceram no caminho do desenvolvimento só podem ser superados com mais desenvolvimento. As contradições, as negatividades necessárias, são o motor que faz avançar o aprimoramento conceitual e a otimização política do socialismo.” (Jabbour; Capovilla, 2024, p. 19)

ARISTÓTELES. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2005.

CAPOVILLA, Cristiano. Os dispositivos de dominação neocolonial e o ocaso das humanidades. **Princípios**, v. 39, n. 159, p. 307-320, jul.-out. 2020.

_____. PALÁCIO, Fábio. Visões da pandemia: as teses de Giorgio Agamben como idealizações do Ocidente. **Princípios**, v. 40, n. 160, p. 24-59, fev. 2021.

DELEUZE, Gilles. **A filosofia crítica de Kant**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HEGEL, Georg W. F. **Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003.

_____. **Ciência da lógica**: 1. A doutrina do ser. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016.

_____. **Ciência da lógica**: 2. A doutrina da essência. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2017.

_____. **Fenomenologia do espírito**. 6. ed. Tradução Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2001.

JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Challenging Western Marxism. Socialism and “new projectment” in today’s China. **World Marxist Review**, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2024a.

_____. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projetamento na China de hoje. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 3, p. 1-24, 2024b.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo**: entre civilização e barbárie. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 1-132.

MÜLLER, Marcos L. A contradição dialética e a sua resolução no fundamento. In: _____. **Ensaio filosóficos I: entre Marx e Hegel**. Campinas: Phi, 2004. p. 223-245.

PALÁCIO, Fábio; CAPOVILLA, Cristiano. Posverdad: etapa suprema de la postmodernidad. In: MANCINAS-CHÁVEZ, Rosalba; CARDENAS RICA, María Luisa (Coord.). **Medios y comunicación en tiempos de posverdad**. Madrid: Editorial Fragua, 2021. p. 183-203.

RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projetamento. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1, p. 355-446.

RAWLS, Jonh. **Uma Teoria da Justiça**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

Emaranhamento entre valor de uso e valor

Uma teoria do valor para a nova economia do projeto

Entanglement between use value and value
A theory of value for the new projectment economy

Tiago Camarinha Lopes*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.005>



Reprodução/AlitExpress

Sapo da riqueza, tradicional
amuleto da sorte chinês
decorado com moedas
antigas

RESUMO

Um caso especial de planejamento econômico surge quando as metades contraditórias da mercadoria se alinham em uma conexão curiosa e extremamente relevante. Seguindo a abordagem não dogmática de Ignácio Rangel à economia política teórica em seu livro *Elementos de economia do projetamento*, e fazendo uma analogia com o fenômeno físico de emaranhamento quântico, o artigo explica o emaranhamento entre valor de uso e valor resgatando as contribuições de Marx e Aristóteles à teoria do valor. Ao se debruçar sobre o fenômeno do emaranhamento, que leva a uma correlação poderosa, para o bem e para o mal, entre riqueza concreta e abstrata, a abordagem aqui apresentada se caracteriza como uma proposição de teoria do valor para a nova economia do projetamento. O artigo reforça a tese de que tal emaranhamento é uma característica fundamental do projetamento econômico atual da China, mas que ele também está presente no planejamento econômico de natureza capitalista, e, por isso, analisar politicamente como se está controlando a lei do valor é mais importante do que apenas averiguar o grau de controle sobre ela.

Palavras-chave: Ignácio Rangel. Lei do valor. Socialismo. China. Nova economia do projetamento.

ABSTRACT

A special case of economic planning arises when the contradictory halves of a commodity align in a curious and highly relevant connection. Following Ignácio Rangel's non-dogmatic approach to theoretical political economy in his book *Elementos de economia do projetamento* (elements of projectment economics), and drawing an analogy with the physical phenomenon of quantum entanglement, this article explains the entanglement between use-value and value by revisiting Marx's and Aristotle's contributions to value theory. By examining the phenomenon of entanglement, which leads to a powerful alliance, both for good and evil, between concrete and abstract wealth, the approach presented here proposes a value theory for the new projectment economy. The article supports the thesis that this alliance is a fundamental feature of China's current economic planning, but that it is also present in capitalist economic planning. Therefore, to politically analyze how the law of value is being controlled is more important than merely assessing the degree of control over the law of value.

Keywords: Ignácio Rangel. Law of value. Socialism. China. New projectment economy.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de todo o século XX existiram duas linhas de reflexão sobre o planejamento econômico. De um lado, o keynesianismo no Ocidente focava questões de emprego, distribuição de renda e desenvolvimento em termos amplos, sem grandes aprofundamentos sobre a dimensão geopolítica do processo colonizador capitalista, mas de modo muito pragmático em termos de melhoria das condições de vida das massas. De outro, a tradição do pensamento econômico socialista e marxista no Leste também se aprofundou no planejamento econômico, referindo-se a um conceito teórico central mas esquecido da economia política clássica: a lei do valor (Academia de Ciências da URSS, 1961; Engels, *s.d.*; Preobrazhensky, 1972, Stálin, 1952).

O economista maranhense Ignácio Rangel (1914-1994) foi pioneiro em buscar uma conexão entre essas duas linhas, que estiveram separadas ao longo do século XX devido, entre outros motivos, à rigidez ideológica que permeava o campo científico dos sistemas econômicos comparados. Resquícios desse padrão dogmático e excludente explicam, em parte, por que existe ainda hoje tanta resistência à abordagem criativa, eclética e autodidata de Rangel, principalmente quando se trata de teoria do valor, que é o núcleo teórico mais abstrato da luta de classes. Rangel nunca se intimidou com o cerceamento ideológico que brota da ignorância, e por isso buscava aproximações entre elementos que, à vista dos iniciantes, pareciam completamente desconexos.

Mesmo desafiador, o caminho proposto por Rangel vem sendo cada vez mais reconhecido como um dos mais consistentes para dar conta das transformações contemporâneas na economia mundial. Em especial, seu conceito de projetamento tem servido como referencial de base para desenvolver uma visão realista sobre a mudança no ordenamento geopolítico destas primeiras décadas do século XXI, como se depreende da análise sobre o socialismo do século XXI feita por Jabbour e Gabriele (2021). As diversas experiências históricas do planejamento econômico do passado e suas lições estão contidas hoje naquele país que lidera o processo de revolucionamento das forças produtivas no mundo: a China.

O presente artigo segue os passos de Rangel para fazer uma reflexão livre de dogmas sobre a lei do valor e as possibilidades de seu controle ou superação, gerando uma sistematização complexa e aberta cujo intuito é propor uma teoria do valor¹ para a nova economia do projetamento².

A tese deste artigo é que a grande obra teórica de Rangel, *Elementos de economia do projetamento* (Rangel, 1987), contém, em estado embrionário, uma teoria do valor que precisa ser desenvolvida adiante. Esse desenvolvimento é importante para explicar um fenô-

1 Na tradição da economia política marxista, existe uma noção bastante difundida de que a teoria do valor seria exclusividade do sistema de Marx, que remonta a Ricardo e Smith. A abordagem de Rangel, no entanto, reconhece que a vertente neoclássica, que deriva da revolução marginalista, também apresenta uma certa teoria do valor, principalmente quando se abstrai da diferenciação conceitual entre valor e preço. Isso significa que todas as correntes de pensamento econômico têm a sua teoria do valor, com características próprias. Considero essa perspectiva pluralista acertada, inclusive para fortalecer a dimensão de classe na conformação de determinada teoria do valor e preço, que é justamente o ponto crítico enfatizado por Marx. Sobre a metodologia analítica em teoria do valor aplicada aqui, ver Lopes (2022), em que a diferenciação conceitual entre o fenômeno objetivo da “lei do valor” e a apreensão mental sobre tal fenômeno em variadas “teorias do valor” é minuciosamente desenvolvida.

2 Sobre a nova economia do projetamento, ver Jabbour e Dantas (2021), Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), Jabbour, Dantas e Vadell (2021), Jabbour et al. (2020) e Jabbour e Rodrigues (2021).



Fotomontagem com imagens de uma cédula de dinheiro chinesa e de um navio porta-contêineres ilustra os conceitos de valor de uso e valor

meno complexo, que chamamos de *entanglement* (Lopes, 2024), ou seja, “emaranhamento” entre valor de uso e valor. Esse emaranhamento está no âmago de uma modalidade peculiar de planejamento econômico, própria de um sistema econômico misto, no qual o ímpeto de valorização infinita do capital é integralmente dominado por projetos desenvolvidores de forças produtivas que, em um sistema político bem definido, podem ampliar o bem-estar da população trabalhadora e as condições objetivas para sua emancipação.

O termo *emaranhamento* vem da física quântica e se refere a uma situação na qual uma partícula está vinculada a outra de tal modo que, mesmo quando estão separadas por enormes distâncias, o observador de uma partícula consegue obter informações sobre a outra partícula imediatamente. Isso ocorre devido à correlação existente entre elas, que garante uma correspondência complementar de estados entre as partículas emaranhadas. A expressão *emaranhamento* reforça a ideia de que coisas que podem parecer completamente independentes, desvinculadas e apartadas uma da outra estão, na verdade, profundamente conectadas por uma “ação fantasmagórica a distância” (Einstein, 1971, tradução nossa). Nosso exercício de analogia trata o “valor de uso” e o “valor” como as duas partículas que podem estar emaranhadas, no sentido de que, apesar de comporem as metades contraditórias de unidade dialética chamada *mercadoria* e tensionarem sua existência pelo afastamento recíproco, elas também podem reforçar a manutenção desse sistema ao seguirem trajetórias correlacionadas³.

3 Para uma apresentação formal sobre o fenômeno do emaranhamento ou entrelaçamento quântico, ver Novaes e Studart (2016, p. 116-117) e Santos (2006). A expressão “ação fantasmagórica a distância” (*spooky actions at a distance*, do original em alemão *spukhafte Fernwirkungen*) foi usada por Einstein (1971) em uma carta a Max Born em 1947 e é amplamente empregada na divulgação científica para se referir às dúvidas e incertezas que ainda pairam sobre a teoria quântica (Knispel, 2008; Martinelli, 2022). A analogia aqui proposta é apenas um primeiro passo de elaboração exploratória sobre como Rangel concebeu de modo intuitivo e pouco acabado a noção de que, ao amarrar o valor de uso com o valor “com jeito”, poder-se-ia criar uma modalidade de planejamento que usasse a lei do valor como combustível para o incremento de valores de uso do interesse da população trabalhadora. Nesse sentido, o projetamento pode ser interpretado como um nível mais concreto de análise em comparação ao nível mais abstrato que descreve o emaranhamento entre valor de uso e valor.

Focar o emaranhamento entre valor de uso e valor é olhar para o conceito de projeto indutor de utilidade⁴ a partir de um ângulo diferenciado: aquele de um alto nível de abstração que leva a análise para os mistérios profundos do valor, da forma social mercadoria e da alienação, que possibilitam a exploração de seres humanos por seres humanos em sua modalidade capitalista (Marx, 1985).

Compreender o fenômeno do emaranhamento entre valor de uso e valor é fundamental para interpretar o planejamento econômico da realidade conflituosa entre socialismo e capitalismo, sendo particularmente relevante para estudar a realidade empírica do século XXI. A modalidade de planejamento em execução na China hoje é a forma mais avançada de controle sobre a lei do valor já posta em prática em uma economia real e de relevância no cenário global. O conceito de emaranhamento entre valor e valor de uso contribui para demonstrar que pôr a lei do valor sob controle humano por meio do projetamento econômico é uma etapa necessária mas insuficiente para completar a transição do capitalismo ao socialismo.

Além desta introdução, o artigo faz na seção 2 uma apresentação sistemática do conceito de lei do valor partindo da base materialista fisiocrata que subjaz ao modelo de Sraffa (1983)⁵. A seção 3 segue de perto Rangel (1987) para desenvolver a conexão entre as metades dialéticas da mercadoria: valor de uso e valor. Na seção 4, fazendo uma breve menção ao campo da empiria em sistemas econômicos comparados e argumentamos que os resultados do projetamento podem ser muito diferentes, ainda que utilizando basicamente a mesma técnica de emaranhamento, a depender da classe que está no comando de tal técnica.

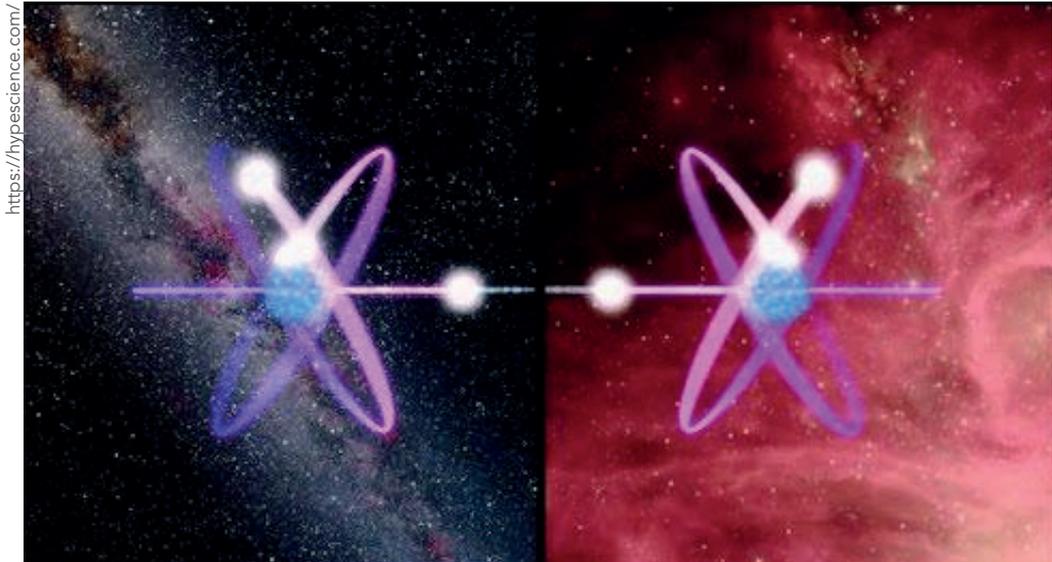
Na conclusão indicamos que o emaranhamento é um procedimento poderoso, e que seu domínio é intensamente disputado na luta de classes. Por isso, a superação do modo de produção capitalista requer um passo além do mero emaranhamento entre valor de uso e valor. O que se busca não é simplesmente um controle *apolítico* sobre a lei do valor por meio do esquema de emaranhamento, mas um crescente controle *por parte da classe trabalhadora* sobre a lei do valor, em seu combate contra o planejamento econômico ditado pela classe capitalista. Essa observação reforça a importância do marxismo como “exercício do poder político” (Jabbour e Capovilla, 2024), já presente nos estudos do socialismo não como um sonho idealizado, mas como um fenômeno objetivo, contraditório e real.

2. LEI DO VALOR E REPRODUÇÃO SIMPLES E AMPLIADA DOS VALORES DE USO

O conceito de lei do valor era um dos mais importantes na literatura da economia política clássica. A partir de uma reelaboração crítica da teoria do valor de Adam Smith e David Ricardo, Marx iniciou uma sistematização definitiva da lei do valor de modo disperso ao longo de todo o seu projeto da *crítica da economia política*.

⁴ O conceito de *projeto indutor de utilidade* vem sendo aprofundado por Jabbour nos últimos anos e apareceu inicialmente como *projeto produtor de utilidade* em Jabbour e Gabriele (2021, p. 233).

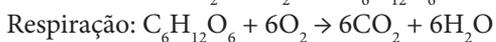
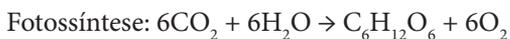
⁵ Castro (2014, p. 206) havia indicado que os fundamentos da obra de Rangel levam o leitor ao modelo do milho ricardiano e de seu desenvolvimento sraffiano, bem como ao capítulo de Marx sobre a mercadoria (o modelo do milho ricardiano se refere a um sistema econômico teórico composto por um único bem, milho, de modo que toda a dinâmica de produção — crescimento da quantidade do milho — e distribuição — como o milho é distribuído na economia — pode ser estudada de forma simplificada, sem as complicações envolvidas no problema de agregação). Concordamos com a observação de Rangel e apresentamos uma conexão passo a passo entre Sraffa e Marx, com a ajuda da reflexão de Aristóteles sobre o valor.



Representação do emaranhamento quântico, fenômeno físico no qual duas partículas se vinculam de modo que, mesmo quando estão separadas por enorme distância, o observador de uma consegue obter informações sobre a outra

Marx buscou seguir a intuição certa de Adam Smith de explicar como os desvios entre valor e preço não são arbitrários, mas seguem uma lógica rigorosa que subjaz à formação da taxa de juros global de uma economia. Ademais, Marx demonstrou que a lei do valor não é apenas um mecanismo de manutenção de valor, mas também de manutenção das condições que permitem a expansão infinita do próprio valor.

A linha Smith-Ricardo e Marx no desenvolvimento da teoria do valor se fundamenta na abordagem do excedente fisiocrata. Essa perspectiva materialista e objetivista pode ser solidamente formalizada, a despeito de desconsiderar completamente as subjetividades dos agentes econômicos, porque os processos físicos, químicos e biológicos que formam a base material de toda formação social humana não dependem desses julgamentos subjetivos. A fotossíntese e a respiração, por exemplo, fazem parte de um processo temporal transformativo da matéria que também possibilitou a emergência dos seres humanos e consequentemente de sua sociedade, história e cultura. Na notação tradicional do balanceamento químico, escrevemos:



O princípio do balanceamento estabelece que valores de uso (no caso, dióxido de carbono, água e gás oxigênio) devem ser combinados em determinadas proporções para garantir a reprodução simples (e ampliada) do sistema. Em princípio, o sistema econômico também pode ser desenhado como processos de transformação da matéria interrelacionados, em que há crescimento do que os economistas chamam de riqueza⁶.

⁶ Nessa primeira etapa, em linha com a forma de exposição de Rangel, o conceito de riqueza é restrito à dimensão puramente material, aproximando-se mais do que Marx chama de “necessidades do estômago”. Em uma segunda etapa, devem-se considerar também as “necessidades da fantasia”, uma vez que essa diferenciação não altera a análise sobre a relação social mercadoria. No exemplo da fotossíntese e respiração, o próximo passo seria escrever o processo de aumento de biomassa para se referir ao crescimento do sistema vivo.

Partindo dessa base materialista, Sraffa (1983) elaborou uma forma de apresentação revolucionária para a teoria do valor. Ele parte de um sistema econômico muito simples composto por apenas dois tipos diferentes de valores de uso — trigo e ferro:

280 arrobas de trigo + 12 t de ferro → 400 arrobas de trigo
120 arrobas de trigo + 8 t de ferro → 20 t de ferro

Essas duas linhas representam um sistema econômico imaginário, composto por dois valores de uso que se combinam para continuar existindo. Os valores de uso selecionados por Sraffa (1983) para iniciar seu modelo se referem às análises clássicas do excedente, que tinham em conta unidades de produção no campo. É importante abstrair nesse momento da maneira como trigo e ferro atendem a necessidades humanas (assim como eles funcionam do ponto de vista físico-químico-biológico para se autorreproduzir). Nesse nível de abstração, não existe ninguém que se apropria do trigo e do ferro. Apesar de o trigo ser uma entidade viva e de o ferro não o ser, o que já aponta para uma hierarquia da relação entre sujeito e objeto, ainda não há necessidade dessa diferenciação. Ou seja, trigo e ferro se apropriam um do outro numa espécie de automatismo reprodutivo inconsciente.

O sistema pode ser expandido ao se adicionar outro valor de uso, porcos:

240 arrobas de trigo + 12 t de ferro + 18 porcos → 450 arrobas de trigo
90 arrobas de trigo + 6 t de ferro + 12 porcos → 21 t de ferro
120 arrobas de trigo + 3 t de ferro + 30 porcos → 60 porcos

Para que o processo se repita, esses valores de uso que formam a totalidade da riqueza material precisam entrar na matriz insumo de acordo com as proporções que possibilitam a mesma produção de 450 arrobas de trigo, 21 toneladas de ferro e 60 porcos.

A inclusão de porcos como terceiro elemento abre uma reflexão curiosa. Anteriormente tínhamos de imaginar uma fazenda em que o trigo era seu próprio cultivador (ou então o ferro, o que seria uma alternativa ainda mais estranha, dado que pelo menos o trigo é um ser vivo e o ferro não). Agora, os porcos, por estarem mais próximos dos seres humanos na escala geoevolutiva, que parte da materialidade da Terra rumo à formação de vida inteligente, podem plasticamente fazer as vezes dos fazendeiros, numa referência implícita à obra *A revolução dos bichos*, de George Orwell. Nessa fábula “srafforwelliana”, 60 porcos estão no comando do sistema, cultivando o trigo e se alimentando dele, consumindo e repondo continuamente suas ferramentas de ferro. As gerações da população estável de 60 porcos vêm e vão, assim como as quantidades de trigo e ferro são circularmente recompostas pela reprodução material que, desse ponto de vista puramente formal, não tem começo nem fim.

Esse modelo de subsistência pode ser escrito de modo geral adicionando-se mais linhas para outros setores, em que cada um se refere a um único tipo de valor de uso:

$$\begin{aligned} A_a + B_a + \dots + K_a &\rightarrow A \\ A_b + B_b + \dots + K_b &\rightarrow B \\ (\dots) & \\ A_k + B_k + \dots + K_k &\rightarrow K \end{aligned}$$

Esse emaranhamento está no âmago de uma modalidade peculiar de planejamento econômico, própria de um sistema econômico misto, no qual o ímpeto de valorização infinita do capital é integralmente dominado por projetos desenvolvidores de forças produtivas que, em um sistema político bem definido, podem ampliar o bem-estar da população trabalhadora e as condições objetivas para sua emancipação

Nesse ponto, Sraffa (1983) converte as linhas descritivas dos setores da economia em equações, enfrentando já o problema de agregação e inserindo no sistema de equações os preços de cada um dos valores de uso (a que ele já se refere como mercadorias). Essa transformação antecipa muitas coisas, uma vez que preços são categorias das mercadorias e não dos valores de uso, entre outros problemas. Manteremos a notação sem preços, para continuar tendo em vista o complexo diagrama de encaixes dos valores de uso que formam o sistema econômico em seu fluxo reprodutivo ao longo do tempo.

Enunciado tal sistema em forma matricial, em que cada item se dispõe espacialmente conforme a sequência anterior, definimos a matriz insumo $q = [A_a \dots K_k]$ e a matriz produto $Q = [A \dots K]$. Essas matrizes se intercalam sucessivamente, representando a sequência produção-distribuição da seguinte forma:

$$\dots \rightarrow q \rightarrow Q \rightarrow q \rightarrow Q \rightarrow \dots$$

Essa economia agora é um sistema autorreprodutivo que se remonta infinitamente. É pertinente problematizar esse padrão. A lógica de distribuição aqui é muito específica. Cada valor de uso da matriz produto retorna para a matriz insumo com a missão de viabilizar o re-começo do processo. Isso quer dizer que as proporções de combinação entre os valores de uso são mantidas para que o sistema possa continuar existindo sem diminuir nem crescer. A ideia por trás dessa lógica é o fluxo circular que garante a existência do sistema ao longo do tempo. Esse exercício é o padrão das reflexões sobre sistemas naturais que possuem propriedades de autorrestauração. Essa dinâmica equilibrada está presente desde a mecânica até a biologia, e na economia política ela aparece sintetizada no *Tableau économique* de Quesnay (1996).

Tudo ocorre de modo que o processo de restauração equilibrada possa acontecer. Tudo deve ser repetido como já ocorreu no passado, como se a lógica respeitasse uma lei da natureza. Essa dinâmica é capturada nas diferentes áreas na forma de leis naturais, pro-

cessos garantidores de regularidades que independem da ação humana. Por exemplo, na física é conceitualizada uma lei da gravidade conforme o sistema de Newton. Na química, é elaborada mentalmente uma lei de conservação da massa conforme o sistema de Lavoisier. Na economia política, aparece de forma dispersa, na literatura transitória entre os clássicos Smith e Ricardo e os socialistas antes de Marx, uma noção de lei do valor.

Até esse ponto, o modelo apresentado é um sistema que permanece com o mesmo tamanho ao longo do tempo. A quantidade total de valores de uso permanece constante. Além disso, está implícito que os coeficientes técnicos de produção também são sempre iguais, significando que a produtividade é constante. Esse tipo de reprodução econômica ainda não representa uma economia capitalista. Ele opera no nível da chamada circulação simples de mercadorias, em que a lei do valor já pode ser percebida como sequência de metamorfoses com manutenção da quantidade total de valor (Wright, 2008).

Só que a realidade diante da qual estamos não é uma economia de subsistência, mas sim uma economia capitalista. À primeira vista, isso parece ser um grande problema, porque é muito difícil garantir os encaixes perfeitos que garantam uma reprodução ampliada sem desajustes, que podem gerar crises. Contudo, operando em alto nível de abstração, pode-se afirmar que a dinâmica inconsciente do mercado cuida para que os diversos capitais em concorrência busquem as maiores taxas de retorno possíveis, gerando um processo equilibrador dos desequilíbrios. Isso gera um padrão de formação de uma taxa média de retorno do capital total do sistema e viabiliza a escrita de um modelo expansivo perfeitamente equilibrado.

Com base nessa realidade empírica da dinâmica econômica de mercado, foi sendo paulatinamente elaborado na economia política o conceito de lei do valor: a lógica de reprodução de um sistema econômico que deveria não apenas contemplar o nível de reprodução simples (mercado, circulação simples de mercadorias: $M - D - M$), mas também o de reprodução ampliada (capitalismo, reprodução ampliada de mercadorias que devem se reproduzir não só como mercadorias, mas também como capital: $D - M - D'$). A formação de excedente cria uma complicação para formalizar o funcionamento da lei do valor para além da reprodução simples de mercadorias.

Ainda sem especificar os detalhes do problema de agregação envolvido na constante alteração da relação entre os valores de uso e sua tendência de deixar de ser itens de consumo e se tornar meios de produção, podemos assumir que a combinação de $A_a, B_a, C_a \dots K_a$ no processo de produção gera o produto A' , uma quantidade maior do valor de uso "a" do que "A" ($A' > A$), e que o mesmo se aplica aos demais setores. O modelo matricial pode ser escrito então assim:

$$\dots \rightarrow Q \rightarrow q \rightarrow Q' \rightarrow q' \rightarrow Q'' \rightarrow q'' \rightarrow Q''' \rightarrow q''' \rightarrow \dots$$

Agora, em vez de escrevermos $D - M - D'$, precisando nos referir ao dinheiro para agregar todo o sistema num único vetor, observamos que esse movimento autoexpansivo do capital pode ser expresso como um conjunto de objetos úteis que se encontram numa trajetória de crescimento que abstrai do dinheiro. Ou seja, temos um sistema de valores de uso em expansão organizada que obedece à lógica da fórmula geral do capital em plena operação na esfera da produção:

$$\dots D - M - D' - M - D'' - M - D''' \dots$$

Isso é um sistema econômico de reprodução ampliada. Supomos que todas as equações de balanço estão mantidas. Além disso, estamos também supondo que as diferenças entre bens de primeira ordem (bens de consumo) e bens de ordem superior (meios de produção) estão sendo desmembradas para viabilizar a comparação intertemporal entre todos os bens⁷. As desproporções que geralmente ocorrem quando um sistema real cresce são evitadas pelas suposições do modelo. Assim, é como se cada setor crescesse com a mesma velocidade que os demais, havendo uma harmonia completa entre todas as partes que formam a totalidade. É também possível imaginar que há uma contínua identidade entre o sistema de valores e o sistema de preços, uma vez que todo acréscimo de valor anotado é diretamente referente à expansão do tamanho do sistema, e não a redistribuições que ocorrem internamente ao sistema. A reprodução capitalista real só consegue atingir esse balanço por meio das crises. É por essa razão que a lei do valor só consegue se manter no capitalismo desregulado por meio de crises.

Como a lei do valor opera agora? Como temos um excedente e estamos adotando a mesma lógica de restauração das condições anteriores, assumimos que o excedente é distribuído entre os diversos setores de modo a manter esse equilíbrio entre eles. Essa é justamente a tendência de manutenção permanente dos desequilíbrios que sustenta o sistema, conforme os exercícios realizados por Marx na manutenção da identidade “soma dos valores = soma dos preços de produção⁸”. O sistema é mantido em equilíbrio por meio de uma redistribuição contínua do excedente entre os diferentes setores. Mesmo que nunca haja um instante em que todos os setores recebam duas rodadas de recursos em idêntico montante, o que caracterizaria uma situação de equilíbrio estacionário, o sistema como um todo pode ser descrito como em equilíbrio dinâmico. Em outras palavras: o equilíbrio geral existe a partir da manutenção de vários desequilíbrios. Esse processo contraditório é descrito em minúcia no capítulo 9 do livro 3 de *O Capital*, em que Marx explica como a lei do valor, enquanto lei geral, impõe-se como tendência dominante. Desse modo, temos um padrão para recomençar o processo produtivo num patamar mais elevado em todos os setores de modo igualitário. É assim que a economia se expande com base na própria lei do valor. A lei do valor não é simplesmente manutenção de determinada quantidade de valor, mas principalmente manutenção das proporções da combinação entre os diferentes valores de uso que formam a totalidade de um sistema expansivo.

⁷ A diferenciação dos bens entre ordens distintas (inferior e superior) é uma classificação oriunda da teoria de Menger (1988). Segunda ela, todos os itens úteis podem ser categorizados numa linha contínua que vai dos bens finais de consumo direto até os bens intermediários mais complexos, como meios de produção e maquinaria e instalações pesadas.

⁸ O problema da transformação dos valores em preços de produção é uma controvérsia longa e registrada na literatura desde o final do século XIX. Para um mapeamento desse debate, ver Lopes (2012).

O projetamento deve ordenar e priorizar os investimentos que tragam o maior aumento possível de utilidade que leve, sem ambiguidades, ao incremento do bem-estar social total

Na reprodução ampliada, além de termos a manutenção do tamanho do sistema no processo circulatório expresso como $M - D - M$, temos também a dinâmica de expansão do tamanho desse sistema, expresso por $D - M - D'$. A lei do valor não é meramente um vetor de manutenção do tamanho total do sistema, mas principalmente um vetor de manutenção das proporções entre as diferentes partes do sistema, o que possibilita seu crescimento quantitativo por meio de ajustes expressos no *crash*. Segundo Rangel, o projeto teria condições de viabilizar essa expansão dos valores de uso (e consequentemente do bem-estar social) sem rupturas e crises.

3. EMARANHAMENTO ENTRE VALOR DE USO E VALOR EM RANGEL

Na introdução de *Elementos de economia do projeto*, Rangel enfatiza que a condução das atividades econômicas no século XX não está circunscrita à lógica de mercado. A figura do empresário, que antes era o agente decisor e que se concentrava na performance de uma única empresa, foi substituída pela do Estado, que “não está interessado no custo de uma empresa em particular, mas no custo suportado pela economia nacional como um todo” (Rangel, 1987, p. 10). Isso significa que o cálculo econômico individual foi substituído pelo cálculo econômico social, no sentido de que o que interessa não é o bem-estar de um único agente na economia, mas sim o bem-estar de toda a coletividade. O Estado, em contraste com o empresário (também chamado de empreendedor ou mesmo de proprietário privado dos meios de produção, sujeito capitalista), é a entidade capaz de fazer essa avaliação entre custo e benefício de projetos do ponto de vista de toda a coletividade. Em uma palavra: o cálculo econômico deixa de ser uma tarefa privada e se torna uma efetiva ação pública, segundo a qual o bem-estar social está no centro da função objetivo de toda decisão de investimento e alocação de recursos (Lopes, 2021, p. 788).

Rangel demonstra que o projeto público, por ser uma novidade no contexto de meados do século XX, precisa de muitos aperfeiçoamentos na área teórica. Uma das deficiências seria justamente o fato de que nos anos 1950 e 1960 as análises das atividades econômicas públicas eram marcadas pela ausência de cálculo econômico (Rangel, 1987, p. 19). De fato, um dos grandes desafios enfrentados pelos economistas socialistas é viabilizar a estrutura de contabilidade num sistema sem propriedade privada dos meios de produção, como bem argumentou, provocativamente, Mises (1935) no artigo *Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen*, que tornou o cálculo econômico socialista um debate mundialmente conhecido. Um dos propósitos da obra de Rangel foi justamente fornecer noções para que esse cálculo econômico social começasse a ser feito.

Rangel inicia a apresentação com a comparação entre duas entidades de enorme importância para o projeto — o custo e o benefício: “Toda a teoria do projeto não passa, em última instância, de um esforço para precisar estes dois termos, para com eles podermos construir uma razão — razão por quociente ou por diferença, conforme a resposta que queiramos obter.” (Rangel, 1987, p. 25)

Isso implica que custo e benefício precisam ser mensurados quantitativamente com um mesmo padrão. Uma única qualidade deve servir como parâmetro para a comparação quantitativa entre custo e benefício. Nesse ponto, Rangel destaca um primeiro fator para viabilizar o projeto: a homogeneidade.



A abordagem de Ignácio Rangel promove um encontro único entre Marx (esq.) e Keynes (dir.), redundando numa visão do conceito de utilidade que une Aristóteles (centro) aos dois autores

Reportando-se ao campo da engenharia, Rangel salienta que as diferentes formas de energia (química, elétrica, mecânica) podem todas ser reduzidas a um denominador comum, e é isso que viabiliza a comparação entre custo e benefício quando se observa a economia a partir da perspectiva da riqueza enquanto objetos que carregam utilidade. Para Rangel, portanto, antes de se falar em quantidade de valor em termos de dinheiro é crucial ter uma noção robusta de quantidade de valor de uso. Esse é um momento desafiador na exposição de Rangel, porque é contraintuitivo em relação à maneira como a apresentação original de Marx sobre a contradição fundamental contida na mercadoria, a oposição entre valor de uso e valor, foi difundida na literatura.

Rangel explicita que a dimensão de riqueza que interessa num primeiro momento é a riqueza como conjunto de coisas que são úteis à sociedade humana e que “[t]odo cálculo econômico visa a pôr em evidência esse atributo das coisas”, de modo que “podemos agora definir benefício e custo como a soma de utilidade contida respectivamente nos produtos e nos fatores” (Rangel, 1987, p. 27).

A questão que emerge aqui é que cada objeto concreto útil apresenta uma dimensão específica para o atendimento de necessidades humanas, que por definição não pode ser diretamente comparada. Uma certa quantidade de minério de ferro serve para construir outros bens de ordem inferior, enquanto um par de sapatos funciona como bem final para proteger os pés. Rangel (1987, p. 28) explica que a utilidade que lhe interessa é o que ele chama de “utilidade abstrata”, que é dada pela vida prática do consumidor conforme ele avalia de que forma os diversos objetos concretos satisfazem-lhe as necessidades. Isso conduz a análise ao campo da psicologia e, conseqüentemente, a uma área da teoria do valor totalmente alheia à tradição objetivista da fisiocracia, à qual pertencem Adam Smith, David Ricardo e Marx.

Rangel deixa subentendido que o processo de abstração das diferentes utilidades e formação de uma única dimensão qualitativa para a utilidade (utilidade abstrata) ocorre na

realidade por meio da interação entre os agentes que formam a sociedade. Esse é o mesmo caminho adotado pelos teóricos do valor subjetivo, como Friedrich von Wieser, Knut Wicksell, Irving Fisher e Friedrich Hayek. Ou seja, a teoria do valor de Rangel parte da perspectiva materialista dos fisiocratas mas não despreza nem desconsidera a dimensão subjetiva de toda a corrente que se consolidou na esteira da revolução marginalista⁹.

Na visão de Rangel, a função do projetamento é viabilizar a execução de obras e empreendimentos cuja diferença entre custo e benefício, do ponto de vista da quantidade de utilidade que seus insumos e produtos fornecem, seja maximizada. Ou seja, o projetamento deve ordenar e priorizar os investimentos que tragam o maior aumento possível de utilidade que leve, sem ambiguidades, ao incremento do bem-estar social total. É nesse sentido que o plano deve buscar uma trajetória de crescimento equilibrada, ponderando todos os efeitos dos projetos e sempre tendo como norte o benefício público.

Isso contrasta fortemente com o paradigma do mercado e da mão invisível. Segundo a filosofia liberal, a economia geraria o maior bem-estar social possível se cada agente individual pudesse perseguir seus objetivos de enriquecimento privado livremente. A obra de Rangel se insere em um período do pensamento econômico em que esse tipo de raciocínio já fora completamente superado. A questão não é mais “Mercado ou planejamento?”, mas sim “Que tipo de planejamento é o mais apropriado para a maximização da utilidade abstrata total?”.

O problema aqui é que, do ponto de vista formal de escrita das matrizes de insumo e produto, não é trivial distinguir entre o planejamento econômico de expansão dos valores de uso e o planejamento econômico de natureza capitalista (Lopes; Neder, 2017). Por quê? Porque a dinâmica de expansão disso que Rangel chama de utilidade abstrata total coincide com a expansão do que Marx chama de riqueza abstrata, ou dinheiro. Nesse sentido, existe uma conexão, um enlace entre as dimensões do valor de uso e do valor que pode explicar como a lei do valor pode ser posta sob o controle do Estado.

O emaranhamento entre valor e valor de uso aponta para a possibilidade formal de transformar o movimento expansivo do capital em um movimento de crescimento das possibilidades de atendimento de necessidades humanas por via da produção de itens úteis. O crescimento da quantidade de dinheiro, ou valor, expresso na acumulação infinita de capital pode estar acompanhado do crescimento da quantidade de utilidade abstrata, na acepção de Rangel, fazendo com que a lei do valor esteja funcionando não com o propósito do movimento $D - M - D'$, mas de um movimento paralelo a esse, que não o suprime completamente, mas o acompanha gerando níveis crescentes de potencial para satisfação de necessidades humanas.

É importante adiantar que o caráter subjetivista das necessidades humanas elevadas (necessidades da fantasia em contraste com necessidades do estômago) abre uma série de

⁹ O princípio da dialética requer que a contradição objetividade-subjetividade esteja presente na teoria geral do valor. Nesse sentido, o chamado de Rangel para buscar a conexão entre as teorias do valor objetivo e subjetivo deve ser prontamente atendido por todos que seguem a metodologia de investigação de Hegel e Marx. O presente trabalho não tem a pretensão de finalizar uma eventual síntese, mas de simplesmente desinterditar o debate acerca das possibilidades dessa aproximação. Sabemos que, no presente estágio do debate teórico em economia, a compatibilidade entre as teorias “objetivas” e “subjetivas” do valor não é óbvia nem livre de críticas, embora um sistema coeso e coerente com Marx, mas inacabado, já tenha sido apresentado nos anos 1960 por Lange (1963). Não se propõe aqui também que tal conexão implique o abandono das respectivas posições políticas, mas sim que é necessário aprofundar e desenvolver extensamente os conceitos apresentados por Rangel, como *utilidade abstrata*, *utilidade abstrata total*, *utilidade pública*, *valor de uso público*. Para um tratamento sistemático e aglutinador de todas as teorias do valor trabalho, ver Lopes (2022).



Como Rangel aponta corajosamente, a divisão da teoria do valor em duas correntes (a da utilidade, para o marginalismo, e a do valor trabalho, para o marxismo) é um erro grave que foca

divergências de superfície apenas. É necessário encontrar a conexão entre essas duas correntes, porque o enfoque na utilidade é absolutamente necessário para a realização do cálculo econômico social, como Rangel argumenta

possibilidades que podem ser fortemente conflitantes do ponto de vista do programa político que está no comando da lei do valor. Por exemplo, a planificação capitalista cria e supre necessidades humanas que reforçam a condição de alienação dos indivíduos, por meio de diversos produtos que são objeto de intenso debate público (drogas, jogos, entretenimento etc.). Ou seja, como as necessidades elevadas se relacionam fortemente com a dimensão da felicidade, não é possível dizer de antemão que o controle sobre a lei do valor equivale imediatamente ao sucesso do processo de transição do capitalismo para o modo de produção sob comando da classe trabalhadora¹⁰.

10 Um dos momentos em que Rangel relembra que o controle sobre a lei do valor é necessário mas insuficiente para o sucesso da transição está no começo do capítulo IV de *Elementos de economia do projetamento*, quando ele retoma a definição do problema de maximização como maximização do benefício em termos de utilidade total contida no produto: “Não basta, portanto, multiplicar a produção de bens, mas produzir bens necessários. O país não enriquece pela simples expansão do volume físico de sua produção, se o acréscimo não corresponder à satisfação de uma necessidade qualquer, se não contiver utilidade.” (Rangel, 1987, p. 91) Ainda assim, Rangel parece não notar que o critério de necessidade adotado por ele é muito vago. No capitalismo, um indivíduo que possua uma enorme quantidade de dinheiro é capaz de entortar toda a economia para produzir bens que são a princípio antissociais. No sistema de mercado, o que define se a coisa é útil ou não é a soberania do consumidor: se ele tiver dinheiro suficiente e quiser encomendar determinado bem, o bem será produzido, por menos socialmente útil que ele seja. O complexo industrial militar ocidental, que age como norteador do planejamento de natureza capitalista e encontra na guerra e na destruição sua única saída, é o exemplo mais nítido desse tipo de maximização de itens úteis em abstrato, cujo efeito concreto negativo sobre a classe trabalhadora é óbvio.

Para visualizar melhor o emaranhamento do valor com o valor de uso, voltemos a atenção para a análise da célula do capitalismo. A mercadoria é unidade de valor de uso e valor, sendo que cada uma dessas metades se desdobra num par dialético qualidade-quantidade. Contudo, seguindo Rangel no capítulo II de *Elementos de economia do projetamento*, vemos que, antes do padrão de análise empreendida pela economia política clássica a respeito da dicotomia entre utilidade e troca, Aristóteles havia indicado que a própria troca pode ser entendida como uma modalidade de uso do objeto: o sapato pode ser usado para calçar, mas também pode ser usado para ser trocado por um outro objeto. O primeiro uso é o “uso próprio”, relacionado com a manutenção da *oikos*, e o segundo é o “uso impróprio”, que, se estiver vinculado à perseguição de mais dinheiro, Aristóteles associa à crematística, “a arte de fazer dinheiro”¹¹.

Rangel afirma que existe uma conexão mais profunda entre valor de uso e valor do que aquela apontada por Marx. Marx simplesmente mencionou que, para haver valor, o objeto deve ser portador de valor de uso (sem especificar a quantidade ou qualidade desse valor de uso). Apesar de Marx explicitamente mencionar que todo valor de uso tem uma dimensão quantitativa e qualitativa, para ele o valor não deriva daí de modo tão direto¹². Em vez desse caminho, Marx busca desde cedo fundamentar a tese de que todos os valores de uso possuem um terceiro elemento em comum, que é o fato de serem produtos do trabalho humano. Essa linha de argumentação se insere num contexto em que os economistas já começavam a abandonar a teoria do valor trabalho, uma vez que ela havia sido sabiamente apropriada pelos socialistas utópicos.

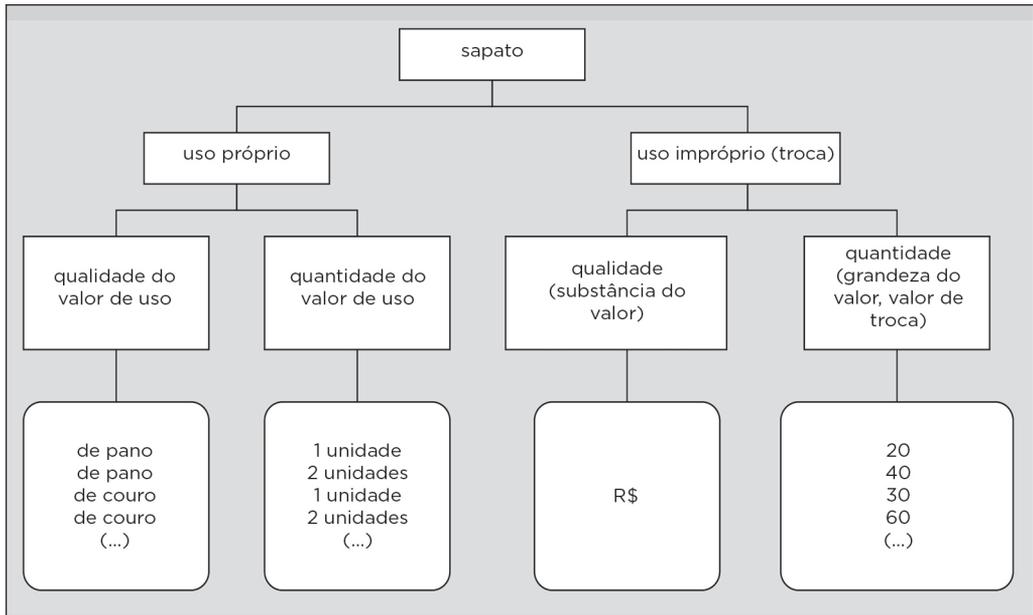
No entanto, como Rangel aponta corajosamente, a divisão da teoria do valor em duas correntes (a da utilidade, para o marginalismo, e a do valor trabalho, para o marxismo) é um erro grave que foca divergências de superfície apenas. É necessário encontrar a conexão entre essas duas correntes, porque o enfoque na utilidade é absolutamente necessário para a realização do cálculo econômico social, como Rangel argumenta.

A figura 1 mostra que existe uma contrapartida direta entre as duas modalidades de uso do sapato, sendo uma alternativa aristotélica de leitura da figura “A mercadoria”, publicada em outro artigo de nossa autoria (Lopes, 2015, p. 708). O uso próprio se refere ao sapato como item com um propósito específico, e assim ele precisa ser descrito qualitativa e quantitativamente. Na primeira linha dos quatro quadros inferiores do diagrama, temos um exemplo de par de sapatos completamente definido: uma unidade de par de sapatos de pano. Na segunda linha temos a mesma qualidade do referido produto, mas agora temos dois pares de sapatos. Na terceira linha temos uma unidade de par de sapatos de couro, ou seja, é um produto de outra qualidade em comparação com o caso das linhas anteriores. A quarta linha mostra duas unidades de pares de sapato de couro. Observando o lado do uso impróprio (troca), vemos que é a mudança na dimensão do uso próprio que explica as diferenças na capacidade do sapato de ser trocado por outros objetos úteis.

11 Para uma análise comparativa entre a economia política de Aristóteles e a de Marx, ver Lima (2011). Esse é um ponto crítico para aprofundamento, porque, conforme Rangel, o projeto socialista indutor de utilidade é o que substitui o projeto capitalista indutor de valor. Para uma apresentação e localização dos escritos de Aristóteles sobre economia, ver Aristóteles (2011).

12 Para uma apresentação sobre a importância do valor de uso na teoria de Marx, Groll (1980, p. 339) explica como valor de uso e tempo de trabalho socialmente necessário estão relacionados, fazendo com que o valor de uso seja importante a ponto de afetar a quantidade de valor. Segundo o autor, Marx só dedica atenção à quantificação do valor de uso quando monta os esquemas de reprodução. Sobre a necessidade de revisar a ênfase na análise da forma valor em detrimento do valor de uso, ver também Keen (1993).

Figura 1 — A divisão da mercadoria em Aristóteles



Na primeira linha, uma unidade de par de sapatos de pano é apreciada no mercado como se valesse R\$ 20. Duas unidades desse mesmo objeto, com os mesmos materiais, valem o dobro, R\$ 40. Essas proporções não precisam ser exatas como no exemplo, mas devem obedecer aos limites que derivam das restrições do processo produtivo que estão relacionados com o âmbito da engenharia. Duas unidades de um mesmo tipo de objeto não podem, em situação de constância das forças produtivas, ter um valor inferior a uma única unidade desse mesmo objeto. No terceiro caso, o par de sapatos de couro vale R\$ 30 e dois pares de sapatos de couro valem R\$ 60. Ademais, existe um fator da demanda pelos itens que também tem de ser levado em consideração para incluir a dinâmica de divergência entre valores e preços. Como Rangel lembra bem, se uma quantidade muito grande de sapatos for produzida, os pares de sapato terão sua capacidade de ser trocados reduzida.

Em resumo, a conexão entre o universo da utilidade e o universo do valor não é direta, numa relação do tipo 1 para 1, mas ela existe e interfere na dinâmica das relações de equivalência entre os diversos itens úteis que formam o sistema econômico.

No raciocínio de Marx, as diferenças quantitativas de valor dos objetos úteis se explicam pelas quantidades diferentes de trabalho envolvidas no processo produtivo. Esse raciocínio também funciona, mas Rangel chama a atenção para o fato de que não haveria necessidade de reduzir a unidade de conta a tempo de trabalho. Poderia ser, por exemplo, a quantidade de energia necessária no processo produtivo, uma vez que energia é um conceito ainda mais abstrato do que trabalho humano. De fato, trabalho na dimensão puramente fisiológica sempre se refere ao *input* de energia que o humano aplica no sistema. Essa seria uma maneira alternativa de desenvolver a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo sem precisar desdobrá-la em trabalho concreto e trabalho abstrato, e que poderia ter hoje uma aceitação muito maior devido à dificuldade dos engenheiros em absorverem catego-

rias criadas devido ao contexto sociopolítico em que as obras teóricas de economia política foram escritas¹³.

Em suma, a mensuração da riqueza de uma sociedade transparece, duplamente, na contagem dos objetos úteis *in natura* e na contagem dos preços que esses objetos adquirem no processo de troca. Em condições especiais, há uma equivalência entre esses dois lados. O eixo quantitativo do universo dos valores de uso e o eixo quantitativo do universo do valor colapsam num mesmo vetor, de modo que todo o ímpeto de incremento de riqueza abstrata (valor) se reflete no incremento de riqueza concreta (valor de uso). Assim, há um enlace, um vínculo, um casamento entre o valor de uso e o valor.

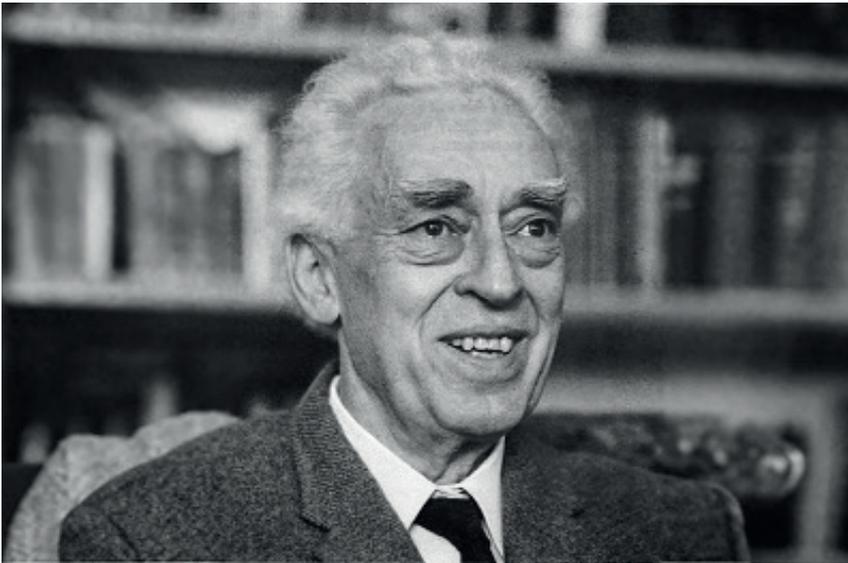
Tal aliança, que remete ao conceito de emaranhamento, pode ser a base de um projeto de enriquecimento de toda a população do Estado-nação. É pertinente, contudo, lembrar que esse tipo de projetamento não precisa ser um sistema de autogestão total, ou seja, não precisa estar completamente sob controle da classe trabalhadora¹⁴. Basta que as massas estejam tendo suas necessidades, tanto de estômago (sem polêmica) como da fantasia (com polêmica), atendidas. Nesse caso, há uma convergência entre o modelo de planificação que pode ser extraído de *O Capital* de Marx e o modelo de planejamento de Keynes, conforme Rangel anota no ponto 39, ao final do capítulo II (Rangel, 1987, p. 64). Nos dois casos, o sistema maximiza a utilidade (bens úteis) e minimiza a desutilidade (trabalho), gerando uma situação de enorme abundância material que tem o potencial, e apenas o potencial, de se converter em abundância espiritual, que se expressaria idealmente na superação da condição de alienação.

É importante notar que esse sistema de planejamento, enquanto projetamento que alinha os dois eixos contraditórios formadores da unidade designada *mercadoria*, permanece sendo uma economia em boa parte do trabalho social que funciona como trabalho assalariado, e, portanto, apesar de o capital estar funcionando segundo um programa deliberado de expansão de riqueza material do qual as massas estão efetivamente participando, ainda há uma evidente separação entre os indivíduos que cuidam do sistema e os indivíduos que “são cuidados” por ele. Ou seja, o problema da alienação não é imediatamente superado pelo mero controle sobre a lei do valor. Em outras palavras: o projetamento e a planificação em geral não são o destino final do processo de transição socialista, mas apenas uma etapa necessária no percurso para a superação da domesticação de seres humanos por outros seres humanos.

Em suma, o projetamento alinha o balanço dos diversos projetos individuais com o balanço global da economia nacional, assegurando que a perseguição de interesses particulares se converta necessariamente em benefícios públicos. O projetamento consciente é o que de fato realiza o sonho liberal de Mandeville (2017) e Adam Smith (1983) de fazer com que os espíritos animais, na expressão de Keynes, na busca pelo autointeresse material, desemboquem na criação de riquezas para toda a coletividade. Com isso emerge a possibilidade, e não a garantia, de superação do capitalismo.

13 Essa é a forma atual de defesa da teoria do valor trabalho pelos teóricos que buscam fundamentá-la empiricamente. Para uma seleção representativa de pioneiros dessa abordagem, ver Cockshott e Cottrell (1997), Petrovic (1987) e Shaikh (1998).

14 Sobre esse ponto, ver a advertência feita por Engels (s.d.) no prefácio da primeira edição alemã de *Miséria da filosofia*. A questão gira em torno do conceito de planejamento econômico em Rodbertus, e Engels explica que a planificação, por si só, não é sinônimo de superação da exploração.



Wikimedia Commons

O economista
Italiano Piero
Sraffa (1898-
1983)

4. CONTRASTE ENTRE CONTROLES DISTINTOS SOBRE A LEI DO VALOR

Quando se permanece em um alto nível de abstração, a teoria do valor que deriva da exposição anterior pode dar a entender que não há diferença substancial entre os planejamentos econômicos capitalista e socialista. Afinal, como nesse patamar de análise trabalhamos com os conceitos de utilidade e riqueza em abstrato, existe uma similaridade formal entre essas duas modalidades de planejamento da economia. Em ambos os casos, a lei do valor opera de modo a atender ao ímpeto de expansão dessa substância indeterminada, gerando um sistema de crescimento.

Essa coincidência é melindrosa e pode levar a uma visão equivocada sobre as realidades contrastantes de sistemas socioeconômicos diferentes. Tal coincidência ocorre porque, do ponto de vista da forma mercadoria, praticamente nada muda: de uma perspectiva não dialética, trata-se do mesmo esquema de reprodução ampliada de mercadorias, ou seja, de capital. Como as relações sociais que configuram esses dois sistemas não são formalmente distintas, emerge a ilusão de que não há qualquer distinção real entre os modos como a lei do valor é controlada no capitalismo e no socialismo.

Esse é o erro fundamental por trás das análises que têm resistência em reconhecer o caráter socialista da China hoje. Quando se complementa o estudo abstrato-teórico com base na realidade da geopolítica concreta, o que é um dos principais trunfos da abordagem metodológica da nova economia do projetamento em contraste com a tradição dos teóricos do valor do marxismo ocidental, descobre-se que o mesmo instrumento-meio, o controle sobre a lei do valor, pode ter resultados-objetivo reais muito diferentes.

Por exemplo, o conjunto de obras e projetos nas últimas décadas na China resultou em uma diminuição da pobreza de escala sem precedentes na história (Liu *et al.*, 2020; Chak; Jianhua; Zhang, 2021). Ademais, a interconexão territorial por meio de uma rede de transportes de alta tecnologia está replicando a história revolucionante da ferrovia dos séculos XVIII e XIX em um patamar muito superior (Jefferies, 2021). Tal desenvolvimento das forças produtivas se traduz, como ficou óbvio no enfrentamento da pandemia de covid-19,

O problema da alienação não é imediatamente superado pelo mero controle sobre a lei do valor. Em outras palavras: o projeto e a planificação em geral não são o destino final do processo de transição socialista, mas apenas uma etapa necessária no percurso para a superação da domesticação de seres humanos por outros seres humanos

em um escudo protetor de saúde pública que é abertamente admirado pela comunidade científica mundial (WHO, 2022). Em relação a indicadores mais próximos daquilo que seria qualidade de vida num nível profundo, aponta-se para um contraste nítido entre a tendência de aumento da taxa de suicídios nos Estados Unidos e a tendência de diminuição dessa taxa na China (Zhang *et al.*, 2022).

Certamente, tais dados não esgotam as possibilidades de análise comparativa, mas eles apontam para uma tendência cada vez mais reconhecida entre os analistas do campo de sistemas econômicos comparados: os resultados em termos de bem-estar social proporcionados pela nova formação econômico-social que caracteriza a China são muito melhores do que aqueles oferecidos pelas potências ocidentais que dominaram a geopolítica internacional até a crise de 2007-2008. Isso significa que a maneira como a lei do valor funciona naquele país contrasta com a operação da lei do valor no restante do mundo, ainda enroscado nas tramas do neoliberalismo. Enquanto, de um lado, o ímpeto de valorização do valor é submetido à execução de projetos conscientemente desenhados para atender às necessidades amplas das massas, do outro, a busca imediatista por lucro e poder descamba em pressão aberta pela guerra (Sachs, 2023). O imperialismo continua se movendo para jogar os povos uns contra os outros na guerra mundial, como fez em 1914, mas agora a transformação geopolítica de cooperação do Sul Global (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024) é um novo dado que pode evitar a opção pela barbárie.

O emaranhamento entre valor de uso e valor não abole a relação social de produção mercadoria, que é a base fundamental do capitalismo. Ou seja, apesar de potencialmente poder eliminar muitos problemas sociais e morais que derivam do mercado como núcleo mandante de todo o sistema, o projeto como concebido teoricamente por Rangel e posto em prática na China hoje não extingue a forma social do produto como mercadoria. Contu-

do, a depender da arquitetura desse emaranhamento, pode-se dizer que o capital permanece existindo não como fim, mas apenas como meio de ampliação de utilidades que servem não apenas ao bem comum como um todo, algo que qualquer economista humanista pode dizer, mas aos interesses e necessidades da classe trabalhadora. Nesse sentido, a transformação que tal arquitetura pode provocar é tão profunda que não poderíamos mais falar em capitalismo, que denota uma era passada, mas sim em uma nova formação socioeconômica, que aponta para o futuro.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

A teoria do valor que se pode extrair de um estudo fundamentado da obra *Elementos de economia do projetamento*, de Rangel, indica que existe uma modalidade de planejamento econômico complexa, que remete ao projetamento e tem consequências profundas para o debate sobre valor em geral. A principal consequência apontada e elaborada inicialmente neste artigo é a viabilidade teórica e prática de enlaçar o ímpeto de acumulação infinita de capital para garantir o aumento contínuo da produção de bens que elevam o bem-estar público em geral, e da classe trabalhadora em particular. O artigo propôs chamar esse fenômeno de emaranhamento entre valor de uso e valor.

Ao afirmar que o emaranhamento entre valor e valor de uso não supera todos os condicionantes que sustentam a relação social da produção capitalista, indicamos que a obtenção do comando sobre a lei do valor é apenas uma das etapas a ser cumprida no processo de transição rumo a um sistema social superior ao capitalismo. Em outras palavras, o controle humano sobre a lei do valor é condição necessária mas insuficiente para a transição socialista, porque, entre outras coisas, é necessário qualificar a dimensão de classe desse controle humano. O capitalismo é há muito tempo um sistema econômico planejado pela classe capitalista para viabilizar a continuidade do próprio sistema. Ou seja, não basta que a lei do valor esteja sob controle humano, esse controle precisa também estar integrado a um programa político específico, cuja meta seja a construção do comunismo e o fim da guerra interimperialista.

Esse arranjo remete, entre outras coisas, à socialização do investimento da qual Keynes (1972) fala (Jabbour; Paula, 2018), que pode culminar naquilo que ele chama de possibilidades econômicas para nossos netos: um cenário maravilhoso de abundância em que todas as pessoas se beneficiam do avanço das forças produtivas e podem, assim, aproveitar a vida. Contudo, como apontado, por si só a socialização do investimento não garante essa construção. Ela apenas alarga o espaço de ação política que pode transformar em realidade esse que é o sonho burguês desde a ascensão da modernidade.

Essa é a grande diferença entre o keynesianismo do século XX e a forma como Keynes renasce no século XXI. Keynes não retorna no Ocidente, como foi propugnado, por exemplo, por Skidelsky (2009), sob proteção da burguesia esclarecida, mas sim na China, subordinado a um programa político muito diferente daquele das grandes potências ocidentais no pós-Segunda Guerra. O renascimento de Keynes no Oriente é expressão ao mesmo tempo do fim da era neoliberal e do começo de uma nova etapa da história econômica mundial. Nesse sentido, defendemos a tese de que o modelo econômico atual da China é a política econômica mais próxima da chamada nova economia do projetamento, em razão da qual a lei do valor está sob controle do Estado chinês e sua instituição-guia, o Partido Comunista da China (PCCh).

O emaranhamento entre valor de uso e valor é um avanço científico de tremendo potencial para a configuração deliberada sobre o sistema econômico, mas, do mesmo modo que tecnologias de alto poder transformativo, como a energia nuclear, ele pode ser usado tanto para o bem como para o mal. Melhor dizendo: em defesa da classe trabalhadora ou contra ela

A abordagem original e corajosa de Ignácio Rangel promove um encontro único entre Marx e Keynes, redundando numa visão do conceito de utilidade que une Aristóteles aos dois autores que representam, ainda hoje, a fronteira científica em economia política. Nesse sentido, o socialismo pode ser entendido como uma economia de transição em que o valor estaria em processo de superação, de longo prazo, não apenas por uma economia planejada de qualquer tipo, mas por uma “na qual o nômeno é o projeto produtor de utilidade” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 233).

A abordagem desenvolvida no presente artigo está de acordo com esse ponto, mas também propõe um passo adiante na reflexão teórica sobre o valor. O emaranhamento entre valor de uso e valor não significa a vitória do primeiro sobre o segundo, como parece ficar subentendido, por exemplo, na abordagem do antivalor realizada por Oliveira (1988). Em outras palavras, a união das metades antagonônicas que formam a mercadoria não significa, ainda, a superação daquela condição alienante que subjaz a essa forma. Por outro lado, é verdade que tal união, chamada aqui de modo mais técnico de emaranhamento, pode, a depender de como for feita, ampliar as condições objetivas para que a população trabalhadora supere essa condição. Tudo depende do desenrolar da luta de classes na prática. Daí a importância do marxismo, não apenas como quadro analítico-interpretativo, mas como efetivo exercício do poder político.

Em síntese: o emaranhamento entre valor de uso e valor é um avanço científico de tremendo potencial para a configuração deliberada sobre o sistema econômico, mas, do mesmo modo que tecnologias de alto poder transformativo, como a energia nuclear, ele pode ser usado tanto para o bem como para o mal. Melhor dizendo: em defesa da classe trabalhadora ou contra ela. Considerando o contraste empírico entre a política econômica ocidental comandada pelas altas finanças, que provoca guerras e violação à soberania dos povos, e o exemplo da

China, que vem agregando nações em torno de um destino comum para a humanidade (Liu; Zhang, 2018), é difícil ficar em dúvida sobre qual modalidade de controle sobre a lei do valor mais se aproxima dos interesses da classe trabalhadora internacional.

* Graduado em Economia pela Goethe-Universität (Frankfurt a.M., Alemanha), mestre e doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua no ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Goiás (UFG) desde 2013 com os temas: “Economia solidária”, “História do pensamento econômico” e “Economia política”. Autor do livro *Law of value and theories of value: symmetrical critique of classical and neoclassical political economy* (Brill, 2022 e Haymarket, 2023). *E-mail*: tiagocamarinhalopes@ufg.br

► Texto recebido em 28 de outubro de 2024; aprovado em 27 de novembro de 2025.

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Vitória, [1954] 1961.
- ARISTÓTELES. Econômicos. Tradução e introdução por Delfim F. Leão. In: MESQUITA, Antônio P. (Org.). **Econômicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Coleção Obras Completas, v. 3, t. 2).
- CASTRO, Márcio H. Elementos de economia do projeto. In: HOLANDA, Felipe M.; ALMADA, Jhonatan; PAULA, Ricardo Z. A. de (Ed.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: Edefma, 2014. p. 202-228.
- CHAK, Tings; JIANHUA, Li; ZHANG, Lilian. Serve the people: the eradication of extreme poverty in China. **Studies on Socialist Construction**, n. 1, July 23, 2021. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/studies-1-socialist-construction>>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- COCKSHOT, Paul Cockshott; COTTRELL, Allin. Labour time versus alternative value bases: a research note. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21, p. 545-549, 1997.
- EINSTEIN, Albert. Letter to Born, 3rd March 1947. In: ATKINS, Paul (Ed.). **The Born-Einstein letters**: correspondence between Albert Einstein and Max and Hedwig Born from 1916-1955, with commentaries by Max Born. New York: Macmillan, 1971. p. 157-158.
- ENGELS, Friedrich. Preface to the first German edition [of The poverty of philosophy]. **Marxists Internet Archive**, [1885] [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/archive/marx/works/1847/poverty-philosophy/pre-1885.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- _____. **Wertgesetz und Profitrate**: Erster Nachtrag zu Buch 3 des Kapitals. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manuskripte und redaktionelle Texte zum dritten Buch des "Kapitals". Berlin: Akademie Verlag, [1895-1896] 2003.
- GROLL, Shalom. The active role of "use value" in Marx's economic analysis. **History of Political Economy**, v. 12, n. 3, p. 236-371, 1980.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Dossiê n. 72**: a agitação da ordem global. [S.l.]: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 23 jan. 2024. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-agitacao-da-ordem-global>>. Acesso em: 25 out. 2024.
- JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281848>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a nova economia do projeto. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 287-310, 2021.
- _____; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.
- _____. Considerações iniciais sobre a "nova economia do projeto". **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 17-42, 2020.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.
- JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35 n. 77, p. 17-48, 2020.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gershenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272217>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- JABBOUR, Elias; RODRIGUES, Bernardo Salgado. A "nova economia do projeto" no combate à covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, p. 1-29, 2021.
- JEFFERIES, William. China's accession to the WTO and the collapse that never was. **Review of Radical Political Economics**, v. 53, n. 2, p. 300-319, 2021.
- KEEN, Steve. The misinterpretation of Marx's theory of value. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 15, n. 2, p. 282-300, 1993.
- KEYNES, John Maynard. Economic possibilities for our grandchildren. In: _____. **Essays in persuasion**. Cambridge: The Royal Economic Society, [1930] 1972.
- KNISPEN, Benjamin. Einstein's unwanted phantom. **Max Planck Institute**, January 7, 2008. Disponível em: <www.aei.mpg.de/189025/einstein-s-unwanted-phantom>. Acesso em: 26 out. 2024.
- LANGE, Oskar. **Moderna economia política**: princípios gerais. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- LIMA, Alexandre. **Economia política em Aristóteles e a perspectiva de Marx**. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96073>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- LIU, Hong; ZHANG, Yuxuan. Building a community of shared future for humankind: an ethnological perspective. **International Journal of Anthropology and Ethnology**, v. 2, n. 7, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s41257-018-0015-1>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

- LIU, Mingyue et al. China's poverty alleviation over the last 40 years: successes and challenges. **Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 64, p. 209-228, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-8489.12353>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- LOPES, Tiago Camarinha. As fases históricas do debate sobre a transformação dos valores em preços de produção. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2, p. 315-335, jun. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000200010>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- _____. Continuidade e ruptura em economia política ou quantidade e qualidade na teoria do valor. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 697-730, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642131>>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- _____. Formal similarity and real distinction between capitalist and socialist economic planning. **Structural Change and Economic Dynamics**, October 11, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.strueco.2024.09.018>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- _____. **Law of value and theories of value**: symmetrical critique of classical and neoclassical political economy. Leiden: Brill, 2022.
- _____. Technical or political?: the socialist economic calculation debate. **Cambridge Journal of Economics**, v. 45, n. 4, p. 787-810, July 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cje/beab008>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- _____; NEDER, Henrique Dantas. Sraffa, Leontief, Lange: the political economy of input-output economics. **Economia**, v. 18, n. 2, p. 192-211, May-August 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.econ.2016.08.001>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas ou Vícios privados, benefícios públicos**. São Paulo: Editora Unesp, [1705] 2017.
- MARTINELLI, Marcelo. **Emaranhamento e o Nobel de Física de 2022**. Instituto de Física, USP, 2022. Disponível em: <<https://portal.if.usp.br/imprensa/pt-br/node/3861>>. Acesso em: 26 out. 2024.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1985.
- MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, [1871] 1988.
- MISES, Ludwig von. Economic calculation in the socialist commonwealth. In: HAYEK, Friedrich A. (Ed.). **Collectivist economic planning**. London: Routledge & Kegan Paul, [1920] 1935. p. 87-130.
- NOVAES, Marcel; Studart, Nelson. **Mecânica quântica básica**. São Paulo: Livraria da Física, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, p. 8-28, 1988.
- PETROVIC, Pavle. The deviation of production prices from labor values: some methodological and empirical evidence. **Cambridge Journal of Economics**, v. 11, n. 3, p. 197-210, 1987.
- PREOBRAJENSKI, Ievguêni. **A nova econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1920] 1972.
- QUESNAY, François. **Análise do quadro econômico**. São Paulo: Nova Cultural, [1758] 1996.
- RANGEL, Ignácio. **Elementos de economia do projetamento**. São Paulo: Bienal, [1959] 1987.
- SANTOS, Daniel Cavalcanti. **Em busca de um entendimento completo acerca do emaranhamento**. 2006. Dissertação (Mestrado em Física) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IACO-6W6SDA>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- SHAIKH, Anwar. The empirical strength of the labour theory of value. In: BELLOFIORE, Riccardo. (Ed.). **Marxian economics**: a reappraisal. London: Macmillan, 1998. v. 2, p. 225-251.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, [1776] 1983.
- SACHS, Jeffrey. US neocons are warmongering around the world to dominate the globe. **International Conference for Peace in Vienna**, June 19, 2023. Disponível em: <www.jeffsachs.org/interviewsandmedia/belligerent-us-foreign-policies>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- SRAFFA, Piero. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural, [1960] 1983.
- STÁLIN, Josef. **Problemas econômicos do socialismo na URSS**. Rio de Janeiro: Vitória, 1952.
- SKIDELSKY, Robert. **Keynes**: the return of the master. London: Allen Lane, 2009.
- ZHANG, Jie et al. Changes and explanations of suicide rates in China by province and gender over the past three decades. **Journal of Affect Disorders**, n. 299, p. 470-474, 2022.
- WHO. **WHO COVID-19 dashboard**. Geneve: World Health Organization, 2022. Disponível em: <<https://covid19.who.int/table>>. Acesso em: 23 out. 2024.
- WRIGHT, Ian. The emergence of the law of value in a dynamic simple commodity economy. **Review of Political Economy**, v. 20, n. 3, p. 367-391, 2008.

A China e o Iluminismo

Do surgimento da ciência da economia política com os fisiocratas à economia do projetamento

China and the Enlightenment

From the emergence of the science of political economy with the physiocrats to the projectment economy

Hugo Thomas de Araujo Albuquerque*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.006>

Divulgação



Cena do game *Chinese frontiers* mostra um aldeão em meio a obras da Muralha da China

RESUMO

François Quesnay, médico da corte do rei francês Luís XV, fundou e liderou no século XVIII a *escola fisiocrática*, que efetivamente criou a *ciência da economia política*, inicialmente uma noção filosófica elaborada no começo do século XVII por Antoine Montchrestien e que teve, ainda, o desenvolvimento de suas principais disciplinas, em fins daquele mesmo século, por William Petty, ainda que sem aquele nome. Essa nova ciência rapidamente se espalhou pela Europa e pelo mundo, influenciando Adam Smith em seu *A riqueza das nações* e, posteriormente, a obra de Karl Marx e Friedrich Engels, dentre muitos outros pensadores que interpretaram o mundo atual. Compreender o processo de transmissão epistemológica da China para a França do século XVIII é, sem dúvida, um ponto fulcral para entender o próprio Iluminismo e seus desdobramentos até os dias atuais. Isso permite estabelecer uma crítica fundamentada ao discurso hegemônico contemporâneo, de corte neoliberal, cuja natureza ideológica encobre ou distorce os fundamentos-chave do pensamento econômico inicial, dentre eles o *laissez-faire*. No presente momento, no qual se verifica uma grande polarização entre o Ocidente, fortemente neoliberal, e a República Popular da China, o pensamento chinês ainda é objeto central de uma grande disputa, na verdade iniciada no Iluminismo, o que se manifesta nos modernos debates sobre a aplicabilidade do conceito de *economia do projetamento* ao seu sistema.

Palavras-chave: Pensamento chinês. Laozi. Confúcio. Marx. Fisiocratas. Economia política. Economia do projetamento.

ABSTRACT

François Quesnay, court physician of the French king Louis XV, founded and led the *Physiocratic School* in the 18th century, which effectively created the *science of political economy*, initially a philosophical notion developed at the beginning of the 17th century by Antoine Montchrestien and whose main disciplines were further developed at the end of that same century by William Petty, although not using that name. This new science quickly spread across Europe and the world, influencing Adam Smith in his *The Wealth of Nations* and, later, the work of Karl Marx and Friedrich Engels, among many other thinkers who interpreted the modern world. Understanding the process of epistemological transmission from China to France in the 18th century is undoubtedly a key point for understanding the Enlightenment itself and its developments to the present day. This allows us to set up a well-founded critique of the contemporary hegemonic discourse, of a neoliberal character, whose ideological nature conceals or distorts the key foundations of early economic thought, including the notion of *laissez-faire*. Today, given the great polarization between the West, strongly neoliberal, and the People's Republic of China, Chinese thought is still a central object of a great dispute, which has begun, in fact, in the Enlightenment. It manifests itself in modern debates about the applicability of the concept of projectment economy to Chinese system.

Keywords: Chinese thought. Laozi. Confucius. Marx. Physiocrats. Political economy. Projectment economy.

1. INTRODUÇÃO: A ECONOMIA POLÍTICA, OS FISIOCRATAS E A HERANÇA — E A QUESTÃO — CHINESA

No nosso tempo, enquanto crises variadas — e terríveis — ocorrem simultaneamente ao longo do globo terrestre, a República Popular da China é um dos raros casos de país, civilização e cultura em ascensão. Paradoxalmente, a China se encontra no centro de uma grande polêmica, na qual seu modelo é submetido a um rigoroso escrutínio da opinião pública global.

A integração mundial decorrente das Grandes Navegações de um lado promoveu trocas de dimensões impressionantes — de ideias, mercadorias, bens culturais, migrações etc. —, e de outro sujeitou o mundo à Europa, o que produziu uma ordem internacional desigual, que, no entanto, remanesce. Assim, é fundamental considerar o apagamento de inúmeras contribuições que os europeus receberam de povos que dominaram.

Um desses casos é o da China, que, *quando é tratada elogiosamente*, é apenas por ter assimilado corretamente as lições da cultura desenvolvida do Ocidente — que lhe teria permitido criar uma ciência para sua libertação e desenvolvimento, uma vez que ela é parte dos *paesi economicamente arretrati* (países economicamente atrasados), como diria um intelectual como Agamben (2020a).

Fica a questão: atraso em relação a quem ou por qual razão? O fato é que a contribuição chinesa para a Europa, e para a cultura global, vai muito além de invenções como o papel, a pólvora ou a bússola: em um momento crucial da história europeia, muito do pensamento e cultura daquele povo oriental foi vertido para o Velho Mundo, tendo uma enorme contribuição para o chamado Iluminismo — ironicamente uma história hoje apagada.

Na Europa de fins do século XVII ao século XVIII, uma revolução aconteceu no pensamento, nas ciências e nas artes, pondo em xeque velhas convenções: o poder absoluto dos reis, o domínio da Igreja Católica sobre os costumes, a ciência e a religião. A França era, àquela altura, o centro do poder e da cultura europeia, embora vivesse às voltas com crises que desembocaram na Revolução de 1789. Era o Século das Luzes, o Iluminismo.

Se esse Iluminismo foi possível pela retomada dos clássicos da Antiguidade ocidental, é de se notar também o intercâmbio com o pensamento chinês por meio dos jesuítas, que nos trouxeram da China o resiliente racionalismo e naturalismo do país — os quais contradizem, *nos seus fundamentos*, a metafísica¹ e a teologia, reinantes desde a Idade Média e cujas incontáveis transformações se estenderam à Idade Moderna.

Nesse contexto, a *economia política* emerge como chave conceitual para compreender o funcionamento das coletividades, ainda no começo do século XVII, com seu desenvolvimento como *ciência* ocorrendo no século XVIII, no eixo franco-britânico. Esse fenômeno gerou uma pouco lembrada embora enorme contribuição da China, cuja duradoura e colossal civilização foi fundamental para a Europa do período.

O termo foi cunhado originalmente como conceito filosófico pelo pensador, dramaturgo e aventureiro Antoine de Montchrestien em seu *Traicté de l'oeconomie politique*

¹ O termo *metafísica* se referia aos livros aristotélicos que se seguiam à física, tornando-se apenas depois o nome da disciplina que trata das causas primeiras e dos conceitos (Chauí, 2002, p. 266) — tratamos desse tema longamente, à luz de Lênin e Mao, que apontam a metafísica e a dialética como tradições antagônicas e perenes no decorrer de um drama histórico-filosófico comum a Ocidente e Oriente, no artigo “Contradição, metafísica e dialética” (Albuquerque, 2023a).

(Tratado de economia política), de 1615 (Montchrestien, 1889, p. 31-32), em um explícito desafio à tradição ocidental, que sempre separara *economia* de *política* — conforme a prescrição explícita de Aristóteles em seu tratado de economia (Aristóteles, *s.d.*(a); *s.d.*(b); 1343a²)³.

Contudo, o que consideramos hoje como os principais temas da ciência da economia política — os juros, a moeda, os tributos etc. — foi sistematicamente estabelecido pelo revolucionário, fundador da Royal Society e cavaleiro da Coroa britânica William Petty, a partir de 1662, com seu *A treatise of taxes and contributions* (um tratado sobre tributos e contribuições), e depois em *Political arithmetick* (aritmética política), de 1676.

A obra de William Petty não mencionou o termo economia política, pois ele mantém a jovem disciplina em um claro-escuro entre estatística e política — o que não impede Marx de considerar Petty como “o pai da economia política” no livro I d’*O capital* (Marx, 2013, p. 344), quando recorre aos escritos de Petty acerca da exploração dos trabalhadores irlandeses em fins do século XVII (Petty, 1899).

Quem unirá a economia política especulativa de Montchrestien às disciplinas da “aritmética política” de Petty, no entanto, serão os *fisiocratas* durante o Iluminismo francês, em meados do século XVIII, a tal ponto de serem chamados *os economistas* — *les économistes* —, até que esse termo se tornasse amplo demais para nomear uma única escola⁴.

Os fisiocratas foram eternizados, desse modo, com o nome do sistema que preconizavam, e liderados pelo cirurgião de Sua Majestade Luís XV, o médico, filósofo, economista e enciclopedista François Quesnay. Segundo Marx, em *Teorias da mais-valia*⁵:

A análise do capital, no horizonte burguês, é essencialmente obra dos fisiocratas. É esse serviço que faz deles os verdadeiros pais da economia política moderna [...]. Nesses dois pontos principais, Adam Smith herdou o legado dos fisiocratas. O serviço dele — nesse contexto — limitou-se à fixação das categorias abstratas, à maior consistência dos nomes de batismo que deu às distinções feitas pelos fisiocratas nas suas análises [...]. Os fisiocratas transferiram a investigação sobre a origem da mais-valia da esfera da circulação para a esfera da produção direta e, assim, lançaram as bases para a análise da produção capitalista (Marx, 1969, p. 44-45, tradução nossa).

Essa antinomia em Marx sobre a paternidade da economia política, contudo, explica-se perfeitamente. Não restam dúvidas de que Petty antecipa as disciplinas que resultarão na economia, inclusive em um pioneiro estudo sobre os trabalhadores e o trabalho, mas a formulação científica e bem-acabada pertence a Quesnay e seus discípulos — sem prejuízo da genialidade de Adam Smith, que tampouco duvidaria dessa assertiva.

Mas há algo de fundo em Quesnay que passa despercebido mesmo a Marx: como o epíteto de Confúcio da Europa atribuído a Quesnay era resultado da intensa atividade sinológica dele — o que se materializa no sistema de Quesnay, esclarecido em *Despotisme de la Chine*

2 Trata-se da notação oficial de páginas do corpo de obras aristotélico, baseado nos manuscritos gregos, tal como chegaram ao nosso tempo.

3 Estudiosos modernos têm posto em dúvida se esse tratado é de autoria de Aristóteles ou de seu legatário e sucessor na chefia do Liceu, Teofrasto. De todo modo, adotamos a tradição de atribuí-la a Aristóteles, lembrando que na Grécia antiga, e isso certamente também vale para a China antiga, as atribuições de autoria eram diluídas na coletividade das escolas.

4 Conforme a nota dos editores do projeto Mega [*Die Marx-Engels-Gesamtausgabe*] inserida à nota 34 do volume I de *O capital* (Marx, 2013, p. 157).

5 Obra que consistia, na verdade, em um projeto para o volume IV de *O capital*.

(despotismo da China), de 1767, publicado originalmente em partes em *Les Éphémérides du Citoyen* (as efemérides do cidadão), jornal fisiocrata, ao longo dos anos 1760.

O pensamento fisiocrata não opta por uma via naturalística em sentido holístico, mas o faz objetivamente por um caminho físico — isto é, ele buscou apreender as leis objetivas de uma natureza não mistificada, situando nela o fenômeno da produção e circulação nas coletividades humanas em seu complexo de relações causais, renegando explicações metafísicas.

Quesnay estabelece uma razão imanente que deriva da perfeição das formas naturais, recusando a transcendência legada pela teologia ocidental. A economia política dos fisiocratas põe no lugar do governo de Deus e da administração do mundo pela Divina Providência o *governo da natureza* — como suscita o próprio termo *fisiocracia*.

É sem dúvida a recepção do confucionismo na Europa iluminista que explica como isso aconteceu — e não qualquer confucionismo, mas o chamado neoconfucionismo, que, em mandarim, chama-se *estudo da razão* ou *do princípio* (*Lixué* [理学])⁶, atual cânone de interpretação dos livros e clássicos confucianos, fixado derradeiramente por Zhuxi, meio milênio antes de Quesnay, mas que alcança os ocidentais no século XVIII.

Sem se analisarem as raízes chinesas do pensamento de Quesnay por meio de uma história das ideias, os caminhos materialistas — e dialéticos — que permitiram estabelecer uma ciência da economia política permanecem enevoados, o que contribui para a apropriação dessas ideias pela metafísica ocidental, em suas constantes atualizações: antes, com o mercantilismo e o absolutismo; hoje, com o neoliberalismo em sua forma mais agressiva.

2. A CHINA SE INSTALA DE VEZ NA FRANÇA ILUMINISTA

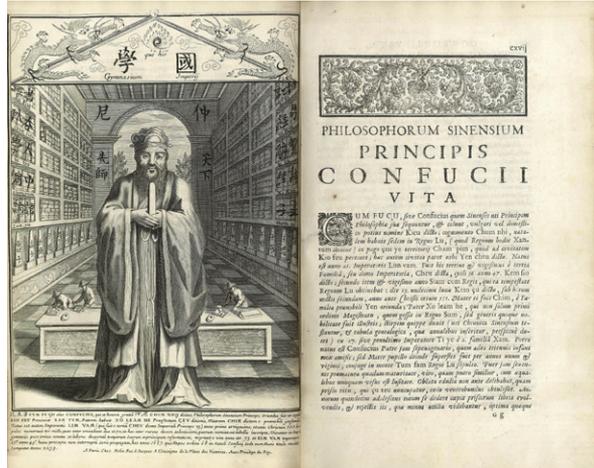
O esquecimento do papel chinês remonta não apenas a um limbo de erros na história das ideias, mas também constitui um efeito deletério — mas jamais aleatório — das ideologias colonialistas, que geraram o chamado *eurocentrismo* — principalmente a partir do século XIX —, quando as potências europeias e os Estados Unidos subjugaram os grandes impérios orientais. Nem sempre foi assim, no entanto.

Entre os séculos XVI e XVIII, o trabalho intelectual da Companhia de Jesus ocupou, sem dúvida, um lugar central na transmissão da cultura chinesa para a Europa (Spence, 1986). Inicialmente em parceria com Portugal e depois com a França, os jesuítas produziram dicionários, fizeram estudos e, assim, apresentaram as primeiras descrições sistemáticas da China e de sua cultura, pensamento, história e geografia para a Europa.

Em seu abrangente estudo-guia acerca da difusão do pensamento chinês na Europa moderna, Gerlach (2005) aponta dois caminhos iniciais para isso, ambos tributários dos jesuítas.

⁶ O termo *li* (理) designa “razão”, embora Leibniz (s.d., p. 8) o tenha traduzido como “princípio”. *LI* (理) consiste na junção dos ideogramas que designam *rei* (*wáng* [王]) e *meio quilômetro* (*lǐ* [里]), o que resulta em uma ideia interseccional à noção de *razão* em português, que, tal como na maioria das línguas europeias, deriva do latim *ratio* — embora parte do seu conteúdo semântico seja derivado do *logos* da filosofia grega, a um só tempo razão, discurso e verbo, e cuja raiz remota produziu o conceito de lei na tradição latina. Se a razão dos latinos era aritmética, a dos gregos era discursiva, gerando a conjunção dessas duas acepções no moderno conceito de razão no Ocidente. Só há uma honrosa exceção relevante nas principais línguas ocidentais, o alemão *Vernunft*, que deriva a razão de uma outra raiz etimológica, embora ela também de natureza discursiva. No caso dos chineses, o fato de a razão ser a “medida [geográfica]-rei”, cuja acepção original também dizia respeito ao processamento das pedras de jade, significa que esse termo tem fundamento geométrico-geográfico naquele contexto cultural.

Wikimedia Commons



Ao lado, ilustração retrata intercâmbio intelectual/cultural entre jesuítas e chineses na China do século XVIII; acima, figura de Confúcio no livro *Confucius sinarum philosophus* (“Confúcio, filósofo chinês”), organizado pelo jesuíta belga Philippe Couplet

O primeiro, pelo comércio com os Países Baixos, que terá influência na cena filosófica local⁷, embora se trate de um país protestante. Mas talvez o mais importante deles seja a chegada da sinologia à França, no final do século XVII.

Destacam-se (i) a tradução de três dos Quatro Livros confucianos para o latim⁸, por Couplet (1687) e sua equipe, em *Confucius sinarum philosophus sive scientia sinensis*, e (ii) os quatro tomos de *Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'Empire de la Chine et de la Tartarie chinoise*, do padre Du Halde (s.d.(a); s.d.(b); s.d.(c); s.d.(d))⁹.

Por meio de *Confucius sinarum philosophus*, os europeus finalmente puderam ter conhecimento de parte das obras canônicas do confucionismo. O prefácio do livro, “Proemialis declaratio” (Couplet, 1687), de 114 páginas, é uma obra à parte, consistindo em uma exposição sistematizada e abrangente do pensamento chinês — não por acaso escrita em latim, ainda língua franca para o pensamento e a ciência na Europa do período.

Já a obra de Du Halde, meio século após *Confucius sinarum philosophus*, foi escrita em francês por força dos novos ventos. Ela apresentava não apenas dados geográficos e his-

7 É por esse motivo que Espinosa menciona os chineses no seu *Tratado teológico-político*, tendo, inclusive, consciência da queda da dinastia Ming ante os “tártaros” — no caso, *manchus* —, ao passo que antevia a inevitabilidade de os chineses recuperarem o controle de seu país (Espinosa, 2004, p. 177-178) — o que realmente aconteceria, mas apenas com a Revolução Xinhai, em 1911. Não que os manchus já não estivessem em grande medida sinizados. Vários autores trataram das possíveis influências chinesas sobre Espinosa (Lai, 2008; Solich, 2011; Tatián, 2011), algo credível em razão da chegada dos debates sobre China aos Países Baixos. Igualmente, não deixa de ser uma enorme coincidência que a razão em Espinosa seja também demonstrada *ao modo geométrico*, como ocorre no país asiático pela própria etimologia de *li* (理), razão em escrita chinesa, como vimos na nota anterior.

8 Os Quatro Livros são *Os analectos* de Confúcio ou *Lúnǔyǔ* (論語) — literalmente, os diálogos (ou provérbios) selecionados [...], *O grande ensino* ou *O grande aprendizado* (*Dà xué* [大學]), *Doutrina do meio* (*Zhōngyōng* [中庸]) e *Mêncio* (*Mèngzǐ* [孟子])” (Albuquerque, 2023b). No caso, o *Mêncio* não foi traduzido para o latim, embora Quesnay (1888, p. 591) fizesse referência a ele.

9 A obra de Du Halde é uma compilação abrangente com milhares de páginas, em quatro tomos, acerca dos relatos de inúmeros jesuítas que estiveram ou moraram na China.

Sem se analisarem as raízes chinesas do pensamento de Quesnay por meio de uma história das ideias, os caminhos materialistas — e dialéticos — que permitiram estabelecer uma ciência da economia política permanecem enevoados, o que contribui para a apropriação dessas ideias pela metafísica ocidental, em suas constantes atualizações: antes, com o mercantilismo e o absolutismo; hoje, com o neoliberalismo em sua forma mais agressiva

tóricos chineses em detalhes, mas novamente o pensamento, tão exótico e próprio, daquela civilização que despertava profundo interesse em uma França ansiosa por mudanças.

É a partir de *Confucius sinarum philosophus* e da constante comunicação por cartas entre os jesuítas instalados na China que pensadores do porte de Gottfried von Leibniz nos legaram a moderna matemática — sobretudo as bases da matemática computacional —, a qual é estruturada a partir de *I Ching*, o famoso *Clássico das mutações*, conforme sua *Explication de l'arithmétique binaire*, de 1703. De acordo com a introdução aos escritos chineses de Leibniz, organizados por Cook e Rosemond Jr. (1994), uma das principais fontes do filósofo alemão — também um grande francófilo e muito bem situado no mundo iluminista francês — foi, precisamente, *Confucius sinarum philosophus* —, além de uma boa parte das correspondências com jesuítas que residiam na China.

É verdadeiramente marcante que o derradeiro escrito de Leibniz tenha sido, não por acaso, uma carta de 1716 ao matemático francês Nicolas de Remond, a qual se tornou o *Discurso sobre a teologia natural dos chineses* (Leibniz, *s.d.*), cujo conteúdo ratifica “Proemialis declaratio”, de Couplet, de 1687 — além de reiterar a exposição sobre a aritmética binária, publicada 13 anos antes, nos *Memoriais da Academia Real da França* (Lopes, 2020, p. 90).

Portanto, o fenômeno deflagrado pela publicação de *Confucius sinarum philosophus* sob o privilégio real de Luís XIV, seguida das obras de Du Halde e de Leibniz já em francês, influenciou uma série dos gigantescos pensadores que iriam protagonizar a cena intelectual da França do século XVIII, dentre eles Voltaire, Montesquieu e, é claro, Quesnay e os fisiocratas.

Fatalmente, Quesnay se perfila com os pensadores iluministas que se punham ao lado da China, como Leibniz, em detrimento de críticos como Montesquieu ou Jaucourt; Quesnay disputa o sentido do termo *despotismo*, entrando em conflito com a visão majoi-

ritária dos demais enciclopedistas — o que também resvala na opinião deles sobre a China —, conforme o verbete do conceito *na Encyclopédia*, assinado por Louis de Jaucourt, que o define como

governo tirânico, arbitrário e absoluto de um único homem: tal é o governo da Turquia, do Mogul, do Japão, da Pérsia e de quase toda a Ásia. Desenvolveremos, segundo escritores famosos, o seu princípio e caráter, dando graças ao céu por nos ter feito nascer sob um governo diferente e onde obedecemos com alegria ao monarca que nos faz amá-lo (Jaucourt, 2012, tradução nossa).

Assim, o despotismo é apresentado como: (i) um regime tirânico e exógeno, estranho à realidade francesa, mais precisamente situado no distante Oriente, e (ii) uma forma possível de governo, mas não a realidade intrínseca do próprio Estado. A ironia suprema é Jaucourt ter escrito isso sob o reinado de Luís XV, defendendo o absolutismo francês como um modelo diferente e *em oposição* ao despotismo. Jaucourt reconhece, no entanto: “O padre Martini afirma que os chineses se convencem de que, ao mudarem de soberano, estão a conformar-se com a vontade do céu [...]” (Jaucourt, 2012, tradução nossa).

Nessa observação, Jaucourt traz, *en passant*, a noção de *mandato do céu* (*Tiānmìng* [天命]), o que produz uma incongruência com seu argumento inicial: com a mesma pena que afirmou os superpoderes do monarca chinês, Jaucourt afirma a tradição chinesa de, eventualmente, tirar seu imperador do poder. Como esse irresistível poder poderia conviver com a possibilidade de efetiva contestação?

A exposição de Jaucourt demonstra, por outras vias e nas entrelinhas, o inverso do pretendido: pelo exame da história da China, o monarca governa o povo de forma imanente, formando com ele os dois polos de uma unidade dialética: assim, o povo obedece, apenas e tão somente, enquanto o monarca segue as regras da razão, que se apoiam na natureza, na qualidade de um complexo de leis físicas, portanto objetivas e materiais.

Por seu turno, Quesnay destaca que Montesquieu afirma que na China “as máximas são indestrutíveis e confundidas com as leis e a moral; os legisladores fizeram ainda mais, eles confundiram religião, leis, moral e costumes” (Quesnay, 1888, p. 602, tradução nossa) — o que confere com as constantes menções de Montesquieu (1824b, p. 199-201) ao tema em *Do espírito das leis*.

Nesse contexto, Quesnay, em *Despotisme de la Chine*, afirma, à luz da teoria chinesa, que o despotismo é um elemento estrutural, e não conjuntural, de todo e qualquer Estado — e não é alheio à França ou à Europa, nem pode ser lido sob lentes maniqueístas. Uma exposição inovadora e, de certo modo, materialista.

Por essa razão, Quesnay argui que existem “os déspotas legítimos e os déspotas arbitrários e ilegítimos”, terminando com a grande questão de *Despotisme de la Chine*, qual seja: “O imperador da China é um déspota; mas em que sentido vamos lhe dar essa denominação?” (Quesnay, 1888, p. 564, tradução nossa). Nesse sentido, não há qualquer apologia a uma forma de governo tirânica.

Apesar das controvérsias acerca do tema, a natureza necessariamente despótica do monarca e do Estado é, em última instância, o reconhecimento da forma econômica, não um elogio à tirania em qualquer lugar que seja, uma vez que é impossível supor a existência de uma unidade política que não seja também unidade econômica sendo o monarca, ao mesmo tempo, um déspota.

Quesnay o faz à maneira da tradição da economia política, e a partir daí contra-ataca com base em uma contestação que afirma um princípio racional-naturalístico, portanto material e contrário a uma noção moral e metafísica do exercício do poder — um discurso que, talvez não por ingenuidade, desloca o problema da tirania para a China e para o Oriente, de uma forma muito conveniente e que se mostrou recorrente ao longo dos séculos.

3. A ECONOMIA POLÍTICA DOS FISIOCRATAS COMO ENCONTRO DO *WU WEI* COM O *LAISSEZ-FAIRE*

Se Quesnay confrontava Jaucourt e o consenso dos enciclopedistas, ele também se choca com Montesquieu sobre a relação entre despotismo e tirania. Do ponto de vista etimológico ele tinha razão, uma vez que se trata de duas coisas distintas. Nesse sentido, é necessário fazer uma digressão sobre a obra de Montchrestien, no início do século XVII, e os primórdios do conceito filosófico de economia política:

Tudo isso se resume a que tanto no Estado como na família é uma alegria mesclada de grande benefício tratar bem os homens segundo a sua inclinação particular e própria. E considerando tal relação que eles têm em conjunto, no que diz respeito à questão da utilidade, juntamente com várias outras razões que levaria muito tempo deduzir, podemos sustentar muito apropriadamente, contra a opinião de Aristóteles e de Xenofonte, que não podemos separar a economia da política sem desmembrar a parte principal do seu todo, e que a ciência da aquisição de bens, que assim chamam, é comum às repúblicas e às famílias (Montchrestien, 1889, p. 31, tradução nossa).

Montchrestien rompe com a divisão clássica entre casa (*oikia*) — lar da família e onde se dava a produção — e cidade (*polis*) — onde se exercia a vida pública, mas também ocorria a circulação do excedente —, duas esferas entre as quais Aristóteles estipulava uma cisão irremediável (Aristóteles, *s.d.* (a); *s.d.* (b); 2006; 1343a)¹⁰. *Economia* significa “normas da casa”, pois se realizava no ambiente doméstico — por isto, entendam-se chácaras urbanas nas antigas cidades-Estado.

Ao postular a inter-relação entre as duas esferas, Montchrestien podia ter razão já em relação ao Mundo Antigo — uma vez que as famílias estavam na pólis —, mas certamente seu raciocínio era facilitado pelo advento da Modernidade, quando a produção passou a se dar em larga escala fora do espaço doméstico ou de espaços habitacionais como o feudo: a fábrica podia ser privada, mas não era ambiente doméstico.

Se o dono da casa na Grécia antiga era chamado *despotes*, literalmente “hospedeiro” ou “anfitrião”, em Roma era chamado *dominus*. *Despotes*, de onde se origina a palavra *déspota*, era o senhor da casa, mas fora dela ele era o *politikon* dos gregos ou o *civens* dos romanos, o cidadão. Conceber uma *economia política*, portanto, era supor que o soberano de uma nação teria uma existência dupla, também na condição de déspota, sem qualquer juízo de valor.

É nesse sentido que Quesnay estabelece em *Despotisme de la Chine* uma distinção que exalta a China como modelo para a França — e embute aí uma crítica ao absolutismo —, defendendo a institucionalidade chinesa, o profissionalismo do seu serviço público — con-

¹⁰ Aristóteles estabelecia quatro divisões da economia no livro II do tratado de mesmo nome, uma delas tratando do nível do rei, das satrapias (províncias) da cidade — política enquanto *da própria urbe* — e dos indivíduos, mas ele supõe isso como partes separadas, no máximo coextensíveis e interseccionais. A segunda e terceira eram feitas à imagem da primeira, mas elas não estavam propriamente conectadas, funcionando em compartimentos separados.



O economista fisiocrata François Quesnay (1694-1774) e o político e filósofo Montesquieu (1689-1755) travaram polêmica sobre a China

jugado com concursos públicos —, seu sistema tributário¹¹ e seus *padrões legais*¹², um tema que é o cerne da polêmica de Quesnay com Montesquieu.

Quesnay contra-argumenta que a China se mantinha estável pois lá preponderava uma lei positiva assentada em uma racionalidade naturalística, a qual se manifestava como descentralização do poder e submetia o próprio imperador¹³, conforme se via na impossibilidade de o monarca impor sua vontade, podendo ser questionado ou persuadido pelos mandarins, os magistrados chineses (Quesnay, 1888, p. 606-607).

11 Quesnay e os fisiocratas sempre defenderam uma reforma tributária, sobretudo para o campo, e o modelo que adotavam era o chinês, conforme exposto no capítulo IV de *Despotisme de la Chine* (Quesnay, 1888, p. 610-613). A esse respeito, Marx aponta como os fisiocratas, inclusive Turgot, ocupando o cargo de ministro da França, antecipam certas modificações muitas vezes creditadas à Revolução Francesa, da abolição das guildas à reforma tributária, embora não faça menção à influência chinesa (Marx, 1969, p. 65-66).

12 O conceito de *Fǎ* (法) consiste não apenas em *lei*, mas também em *método* e, principalmente, *norma*, uma vez que seu significado é a junção do radical equivalente a *água* (*shuǐ* [水]) com o radical correspondente ao verbo *ir* (*qù* [去]) — aludindo à ideia de que, mesmo em um recipiente desnivelado, a água procura o nível perfeito (Fǎ, 2025). Esse é o nome da escola dos idealizadores da unificação imperial da China, a escola dos legalistas, (*Fǎ Jiā* [法家]), os quais encontram sua forma mais madura em Han (1939), que também carrega influências daoístas. Em sua dissertação sobre a ligação dos fisiocratas com a China, Ly (1936, p. 52-54) faz um interessante paralelo entre a doutrina legalista e o conceito moderno de *governo das leis* — o que terá certamente ligação com a China, pela influência da doutrina de governo mais geral do país asiático, por via dos jesuítas, nos iluministas. A China havia séculos funcionava sob a ideia da necessidade de formação de padrões legais que pudessem ser reproduzidos em várias escalas de poder, diferentemente do que preponderava na França absolutista do século XVIII, na qual o poder era centralizado de forma pessoal e arbitrária.

13 O monarca, seja ele um rei ou um imperador, na China se sujeitava à ordem racional, a qual deriva da cosmologia antiga, já verificada no *Dao De Jing*, cujo capítulo 16 diz: “Uma vez rei, [modela-se pelo] céu” (*Wáng nǎi Tiān* 王乃天), na tradução de Sinedino (Laozi, 2016, p. 128-129). Sublinhamos que, literalmente, o termo *nǎi* (乃), quando usado como verbo, é uma forma arcaica do verbo *ser*, embora na contextualidade radical da língua chinesa também corresponda ao advérbio *então* e tenha um uso mais antigo como pronome da segunda pessoa do singular, inclusive na forma possessiva: em todos os casos ele sugere uma *causalidade recíproca* (Nǎi, 2025). Desse modo, rei e povo têm entre si uma relação de unidade de opostos contraditórios, embora seja fato que, *se o povo pode mudar o seu rei facilmente, a recíproca não é verdadeira*.

Quesnay se perfila com os pensadores iluministas que se punham ao lado da China, como Leibniz, em detrimento de críticos como Montesquieu ou Jaucourt

Enquanto Jaucourt e Montesquieu se atêm às mudanças de dinastia, Quesnay aponta a perseverança da China diante disso, pois ela constitui governos de leis e não de homens — e as mudanças de dinastia não acarretavam uma mudança de Constituição: a descentralização administrativa estava sob o *mesmo fundamento* das eventuais mudanças de dinastia¹⁴, o que representava a preponderância da razão natural sobre os homens, inclusive os monarcas¹⁵.

Mesmo as sanções penais, por vezes draconianas, davam-se mediante um padrão legal que na França daquele período certamente não existia¹⁶, pois naquele país europeu o exercício do poder se dava a título personalíssimo — e encontrava uma boa dose de arbítrio e falta de coesão sistêmica. A moderna sinologia

atesta boa parte dos pontos de vista de Quesnay, embora apontando um grande dinamismo de reformas institucionais (Feng, 2014, p. 40-43).

A leitura de Montesquieu sobre a China certamente padece de dois grandes defeitos, um deles, o de não ter ele o conhecimento de que a passagem da China antiga à China imperial se deu pela elevação do padrão legal à centralidade — mas sob um paradigma natural-racionalista¹⁷ —, e, ainda, o de usar parâmetros ocidentais para compreender a China sem considerar que o *mandato do céu* difere, estruturalmente, da noção de *soberania*.

14 Ou seja, o poder constituinte era atual e não se encerrava no poder constituído, semelhantemente ao modo pelo qual Negri (2015) expunha essa questão: os chineses abraçam a impermanência das coisas para garantir uma continuidade.

15 Edgar Snow narra, surpresa, o *incidente de Xi'an de dezembro de 1936*, quando os generais nacionalistas se rebelam, com o apoio de suas tropas, contra seu generalíssimo Chiang Kai-shek; eles não queriam derrubá-lo, mas o persuadir a seguir o caminho correto, isto é, confrontar os invasores japoneses em vez de continuar a guerra civil irracional contra os comunistas (Snow, 2023, p. 474). O Ocidente só conhece a *obediência ou a desobediência* ao poder político, nunca uma zona intermediária em relação ao poder, a qual para os chineses consiste no fato de que o povo pode obedecer desobedecendo, e em alguns casos até deve fazer isso, mas sendo fiel a uma ordem última, que é a mesma que submete o monarca ou líder.

16 O primeiro livro europeu moderno sobre o país asiático, *O tratado sobre as cousas da China*, de Gaspar da Cruz, publicado em 1569, narra o episódio de um processo que mercadores portugueses sofreram em uma província chinesa, sendo, ao final, inocentados (Cruz, 1996, p. 139-143). Isso demonstrou que, já ali, havia uma forma de processo legal que poderia levar até mesmo à absolvição de estrangeiros diante dos magistrados chineses. O devido processo legal também foi aplicado no caso dos agressores do jesuíta italiano Matteo Ricci, que foram punidos com base na lei chinesa (Spence, 1986). É preciso lembrar que as regras do devido processo legal, sobretudo no âmbito do direito penal, foram estabelecidas na Europa apenas com o advento do Iluminismo: o clássico *Dos delitos e das penas*, de Cesare Beccaria, é apenas de 1764.

17 Condicionado pela premissa da “imutabilidade” da China, Montesquieu passa por épocas muito distintas e trata como “confusão” a função dos chamados ritos na China antiga — uma questão bastante presente, de diferentes formas, nas obras de Laozi ou Confúcio; o que se tinha ali era um sistema semelhante, *grosso modo*, ao da Roma anterior ao direito civil, na qual direito, moral e ritos religiosos caminhavam juntos. Não havia, portanto, confusão, mas sim um sistema de outra ordem. Esse elemento foi aproveitado mesmo após a unificação imperial chinesa, em 221 a.C., uma vez que essa tradição, sobretudo em seu aspecto daoísta, encontra-se no *legalismo* de Han Fei.

A análise desse aspecto produziu outra leitura extrema, e oposta à anterior, que apresenta Quesnay como um liberal *avant la lettre*¹⁸, o que ganha força graças a uma leitura retrospectiva do mote dos fisiocratas: *laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même* (Deixe fazer, deixe ir, deixe passar, o mundo vai por si mesmo), e sua ressignificação no movimento liberal, embora este só emergja no século XIX.

A origem da expressão foi a polêmica entre o comerciante Legendre e o então controlador-geral da França, Jean-Baptiste Colbert¹⁹, que, diante das queixas dos mercadores ao governo, ouviu de Legendre: “Laissez nous faire!” (Deixe-nos fazer!). A frase, mais tarde lembrada apenas como “Laissez faire!” pelo marquês D’Argenson, foi, por fim, adotada pelos fisiocratas (Guyot, 1896, p. xxx-xxxii).

De tal maneira, autores muito diversos, como Gerlach (2005), Zhang e Wang (2021), Weber (1968, p. 180) ou mesmo Rothbard (1990), observam, cada qual ao seu modo, que o *laissez-faire* está conectado ao — ou é uma tradução do — conceito chinês de *wu wei* (無為)²⁰ — ou melhor, a fórmula confuciana do *wu wei erzhi* (無為而治) (Confúcio, 1687, p. 374; 2015, p. 433)²¹, por intermédio dos fisiocratas.

No entanto, Quesnay não emprega o conceito de *laissez-faire* especificamente em *Despotisme de la Chine*, mas sim adota e defende entusiasticamente a arte de governo chinesa, sua Constituição e leis, que se assentam no *wu wei erzhi* (無為而治), ou como ele era percebido no século XVIII — o que implica dizer que o uso de *laissez-faire* por Quesnay difere de qualquer ideia remotamente anarcocapitalista ou “minarquista”²².

18 Devemos lembrar que não havia liberalismo como movimento político na época de Quesnay e de Smith — ou sequer liberalismo enquanto palavra. O movimento liberal nasce no começo do século XIX (Kirchner, 1988, p. 2), e a aparição mais antiga da palavra *liberalism*, em inglês, data de 1816 (*Liberalism, s.d.*), enquanto *libéralisme*, em francês, é de 1818 (*Libéralisme, s.d.*). Tanto é verdade que nas obras dos fisiocratas, como também n’A *riqueza das nações*, de Smith, a palavra nunca foi mencionada. Embora o liberalismo tenha aspectos fisiocratas e smithianos, dizer que a fisiocracia ou Smith já eram liberais consiste em um *anacronismo*.

19 Colbert (1619-1683) era a mente que personificou o chamado *mercantilismo* — que Marx chama de *protecionismo*, a forma estatista e autoritária própria da gestão econômica nos tempos do absolutismo —, tornando-se um personagem recorrente na sua obra (2013, p. 381, 826) ou na de Smith (2003, p. 358, 514-515) e o grande nêmesis do pensamento econômico iluminista.

20 Essa união dos ideogramas de wú (無 em chinês tradicional, 无 em chinês simplificado: “sem”, “nada”, “não”) e wéi (為 em chinês tradicional, 为 em chinês simplificado: “fazer”, “agir”, “para”) gera um termo sem tradução perfeita para a língua portuguesa, sobretudo pela alta contextualidade da língua chinesa (Wéi, 2025; Wú, 2025). A tradução mais comum é “não agir”, “não fazer” ou “inação”, embora isso nos pareça inexato. Enquanto wú (無) é representado por uma dança no vazio, pois “é o vazio que dá condição ao movimento”, como diria Wang Bi, comentador de *Dao De Jing* e expoente da *escola do mistério* (*Xuanxue* [玄学]), por outro, wéi (為) é uma mão sobre um elefante, dando-lhe *direção*. Nenhum desses conceitos sugere inatividade, e a divergência nos parece decorrer da influência da teologia dos jesuítas na tradução que resultou em *nihil agens* (não agente) para qualificar o modo do imperador Shun de governar, n’Os *Analectos*, uma das obras que integram *Confucius sinarum philosophus* (1687, p. 112), mas esse sentido não está presente nos fisiocratas.

21 Na verdade, os jesuítas traduziram para o latim o termo *de acordo com* a fórmula *wu wei erzhi* (無為而治), que tem várias possibilidades de tradução, uma delas é “pôr as coisas em ordem sem agir” (Sinedino, 2015), mas também pode ser “governar, mas sem agir”, o que no nosso entendimento significa “governar deixando fazer” — em entendimento elogioso dele sobre o imperador Shun, o qual é cultuado pelos confucionistas como modelo de virtude. Esse trecho foi reinterpretado ecleticamente, séculos mais tarde, em *Huainanzi*, escrito por volta de 139 a.C., sob o sábio e longevo imperador Wu de Han, e que traz essa observação lida sob uma ótica “daoista” em um momento em que o “confucionismo” passa a ser concebido como filosofia moral e educacional (*Huainanzi, s.d.*). É esse cânone de interpretação que atravessa os séculos.

22 O termo *minarquista* é um estrangeirismo que vem do inglês *minarchism*, cunhado pelo filósofo canadense Samuel Edward Konkin III nos anos 1970. Konkin III era, ironicamente, um anarquista e apologista de uma “leitura de esquerda” sobre os libertários e muitas noções da escola austríaca. Hoje, o termo é recorrente entre libertários de extrema direita, anarcocapitalistas e neoliberais.

Despotisme de la Chine é uma obra que defende a operosidade, não consistindo em qualquer apologia ao *niilismo*, ao ascetismo ou à contemplação. Isso se constata no capítulo no qual Quesnay trata dos impostos, os quais eram cobrados — sabiamente — sobre a propriedade, não sobre aqueles que produzem na terra (Quesnay, 1888, p. 610), e se destinavam à construção de obras públicas, algumas das quais gigantescas:

Não esqueçamos que uma das maravilhas da China, no relato de despesas com obras públicas, é o Grande Canal Real; ele tem 300 léguas de comprimento e corta a China de Norte a Sul. O imperador Chitsu (Shizū [世祖])²³, fundador da 20ª dinastia, tendo estabelecido a sua corte em Pequim, o centro do seu domínio, tinha um belo canal de 300 léguas para abastecer sua residência²⁴, com tudo o que fosse necessário à sua corte e às tropas que o acompanhavam; sempre havia de 4 mil a 5 mil barcos, muitos dos quais de cerca de 80 tonéis náuticos²⁵, continuamente empregados para fornecer sustento àquela grande cidade: o cuidado de garantir sua manutenção era confiado a inspetores em grande número, que visitavam continuamente tal canal junto com trabalhadores que reparavam imediatamente os danos (Quesnay, 1888, p. 612-613, tradução nossa).

Isso remonta aos relatos sobre os imperadores mítico-históricos da China, que são conhecidos por fazer grandes intervenções nas bacias dos rios Amarelo e Yangtzé, a começar pelo imperador Yao, há mais de 4 mil anos (Wu, 1982, p. 22); as inundações periódicas, que traziam vida, eventualmente geravam ruína e mortes. Mas construir barragens ou canais exige se inserir no ciclo das cheias para não ser, inclusive, morto durante as obras.

As obras públicas eram constantes na China antiga (Quesnay, 1888, p. 612-613) e seguiam uma lógica que exigia que se entrasse no ciclo dos eventos que se buscava evitar, prevenindo-os e intervindo antes que eles acontecessem, de acordo com as regras da natureza — como, por exemplo, uma enchente que, para ser detida, deveria ser antecipada, e a bargagem deveria estar de acordo com as *leis físicas* para se sustentar (Quesnay, 1888, p. 642).

O *wu wei* (無為) nada tinha a ver com indiferença do governo à ação, conforme se nota pela existência dos *três duques* (*Sāngōng* [三公]) (Laozi, 2016, p. 445), auxiliares imediatos dos reis durante os períodos Shang e Zhou²⁶, depois substituídos pelos *Si* (司), um deles encarregado das obras (Sinedino, 2016, p. 447) — atribuição depois designada para diferentes cargos nas diversas formatações institucionais da China imperial (Feng, 2014, p. 40).

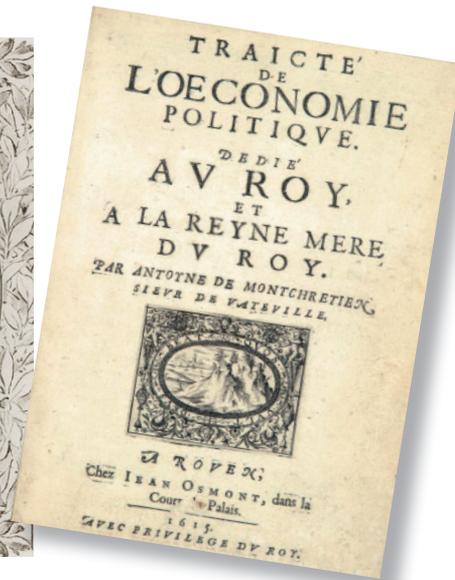
Graças à tradução niilista dos jesuítas para *wu wei* (無為) (Confúcio, 1687, p. 112), perdeu-se a noção de que o termo, na verdade, expressa uma ação consequente como uma cirurgia: a apreensão do ciclo de um organismo vivo para intervir nele com o objetivo de,

23 Quesnay se refere ao imperador Shizū (世祖), nome chinês do líder mongol Kublai Khan (1215-1294), neto de Gêngis Khan e fundador da dinastia Yuan (1260-1368 e, no Norte, até 1635), considerada por Du Halde como a 20ª dinastia (Du Halde, s.d.(a), p. II).

24 O Grande Canal (*Dà Yùnhé* [大运河]) existe até hoje e teve seus primeiros trechos construídos ainda na China antiga, no século V a.C., embora sua conclusão, ligando o país, seja obra da dinastia Sui, no século VII d.C. O Grande Canal sofreu muitas reformas desde então, inclusive no período mongol, com a transferência da capital para Pequim (à época, denominada Dadu, em chinês, ou Khanbaliq, em mongol). É interessante notar que ele já tinha por volta de 370 léguas (1.800 km), e não apenas 300 (1.400 km) nos tempos de Shizu.

25 O termo original é *tonneaux*, isto é, tonéis, uma antiga medida usada na náutica que equivalia a 2 mil libras, isto é, 907,18 kg, inferior à moderna tonelada. Esses barcos pesavam, portanto, cerca de 72 toneladas atuais.

26 Shang e Zhou são duas das três gerações ou eras anteriores à unificação imperial, durante a qual a China funcionou descentralizadamente, o que muitos estudiosos consideram como “feudalismo”.



Wikimedia Commons

Antoine de Montchrestien (1575-1621), soldado, dramaturgo, economista e aventureiro francês, defensor do mercantilismo. Em 1615, ele publicou *Traicté de l'économie politique*. Na história do pensamento econômico, foi a primeira vez que o termo *economia política* foi utilizado no título de um tratado

paradoxalmente, conservá-lo. Ainda que o termo tenha sido empregado por Confúcio, ele só aparece duas vezes n'Os *Analectos*, sendo interpretado, no período imperial, no sentido que Laozi lhe atribui no *Dao De Jing*.

Nesse sentido, considerando o conceito de *projetamento* em Ignácio Rangel, hoje retomado por Jabbour *et al.* (2024), nota-se que essa categoria tem sido empregada para designar a nova formação econômico-social chinesa; ela realmente encontra raízes profundas na China — ou no assim chamado *modo de produção asiático*, que é sobretudo chinês²⁷; isto é, nem o arbítrio ou a noção de intervenção voluntarista nem a inação em sentido estrito são da tradição chinesa. Senão vejamos:

O socialismo com características chinesas é caudatário da experiência soviética, mas também de suas próprias tradições em matéria de Estado nacional, planejamento, burocracia estatal e filosofias civilizatórias, tolerantes e não deístas. É continuidade e ruptura

27 O conceito de *modo de produção* é chave em Marx e já aparece nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, representando a forma pela qual uma coletividade humana produz. Marx a expressa por meio de uma unidade dialética entre as *forças produtivas* — a força de trabalho e os meios de produção — e as *relações de produção* — relações técnicas, jurídicas e políticas no que concerne à produção. Apesar de a tipificação ser cronológica — comunismo primitivo, modo de produção antigo, feudal e capitalista —, Marx (2008) apresenta o *modo de produção asiático*, cuja coordenada é, paradoxalmente, geográfica, em *Uma contribuição à crítica da economia política* (1859). No nosso entendimento, a diversidade de culturas e formas de organização no continente asiático não nos autoriza a considerar um único modo de produção para aquele populoso e diverso recanto do mundo, embora, no que diz respeito a este artigo, isso não seja um grande prejuízo: de certa forma, o que Marx chama de *modo de produção "asiático"* é, em grande medida, "chinês", em sua generalidade — e pode ser estendido ao Vietnã, à Coreia e, muito relativamente, ao Japão; podemos dizer que Marx (2013, p. 432) nos parece correto ao advogar, n'O *capital*, pela continuidade geral, embora não a "imutabilidade", desse modo de produção; mas, no que diz respeito à China, o fato é que a diferença entre ela e outras partes da Ásia, em termos de complexidade e sofisticação do seu modo de produção, ajuda-nos a entender os caminhos muito diferentes que ela e o resto do continente tomaram ao serem, em maior ou menor grau, submetidas ao colonialismo europeu e à imposição do capitalismo, na qualidade de fenômeno exógeno.

A China surge e depois se unifica sob a forma imperial, sob um paradigma de organização, planejamento, investimento e realização de obras públicas, não de inação ou niilismo político. O moderno projetamento chinês é ao mesmo tempo a continuidade dessa tradição e a ruptura com ela

com o modo de produção asiático, incluindo formas históricas mercantis e não mercantis de controle de preços. A planificação como “domínio político” na China tem ganho novos contornos. Desde a planificação central de tipo soviético, passando por uma *market-based planning*, e hoje transitando a uma *project-oriented planning*, já em casamento com inovações tecnológicas disruptivas, abrindo caminho a uma forma histórica nova de socialismo que chamamos de “nova economia do projetamento” (Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024, p. 392)

À maneira de Ignácio Rangel (1956; 2005), Jabbour *et al.* (2022) definem a China atual como uma “nova economia do projetamento”. A original, na definição de Rangel, seria a experiência soviética, sendo a China e seu “socialismo de mercado” o novo tipo de ocorrência dessa categoria, uma vez que ela apresenta características que atualmente a diferenciam do modo de produção capitalista:

Sobre a diferença de *nômeno* entre uma economia capitalista e a *economia do projetamento*, o *nômeno* de uma economia capitalista reside no *mercado* como impulso e base da construção de riquezas, tendo o *valor* como referência fundamental. Em uma economia do projetamento, a *mercadoria* como núcleo da sociedade e dos sistemas social e de valores *morais* e *moralizantes* (por exemplo, o *fetichismo da mercadoria* como estado de consciência de uma sociedade) é superada por outra, onde [*sic*] seu *nômeno* é o *projeto* produtor de utilidade onde [*sic*] a síntese da relação custo/benefício é sintetizada sob a forma de *riqueza a ser apreendida de forma social* (Jabbour; Dantas, 2021, p. 300).

Interessante notar que um dos elementos essenciais dessa categorização é, precisamente, a singularidade chinesa, como a estrutura das *relações de produção* — mas também o *design das forças produtivas*, em razão de elementos como hidrografia, relevo, geologia etc. E é justamente disso que trata o presente estudo.

Assim, o que vinculou o *cirurgião vascular* Quesnay ao pensamento dos chineses não é nenhuma devoção ascética ou propensão ao niilismo, mas o reconhecimento de que a tradição chinesa oferece não apenas uma doutrina racional, mas também prática, para a intervenção. As soluções que os chineses encontraram em seu contexto poderiam ao menos em parte ser reproduzidas no Ocidente, e é essa causa que Quesnay defende, elemento indelével da ciência da economia política.

Ou seja, a conexão conceitual entre *wu wei* (無為) e *laissez-faire* realmente existe, mas sob o plano mais geral do sistema de pensamento dos fisiocratas quando se apropriaram do chiste de Legendre, elevando-o a conceito por meio do *eruditismo racionalista* dos chineses — e não por meio da metafísica. A arte de governo chinesa assenta em uma *ação cirúrgica* — o que souo bem para Quesnay, um médico — que se afasta tanto do niilismo quanto da ação forçosa e voluntarista.

A China surge e depois se unifica sob a forma imperial, sob um paradigma de organização, planejamento, investimento e realização de obras públicas, não de inação ou niilismo político. O moderno projetamento chinês é ao mesmo tempo a continuidade dessa tradição e a ruptura com ela (Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024, p. 392), ou, se nos é permitido dizer, uma *inversão dialética* desse modo de produção, como Marx (2013) fez com o pensamento de Hegel²⁸.

4. CONCLUSÃO: A CHINA CONTRA O NEOLIBERALISMO — OU A DIMENSÃO ANTI-ILUMINISTA DO PARADIGMA ECONÔMICO TARDIO DO OCIDENTE

Tanto os fisiocratas quanto a monarquia chinesa não teriam fracassado em seus respectivos projetos sendo suplantados, ironia das ironias, pelo mesmíssimo Império Britânico? Na verdade, não. Os fisiocratas deixaram um grande legado, tanto na ciência que estabeleceram quanto na gramática racionalista que nos transmitiram, mas se supõe que isso seja fruto apenas da genialidade europeia ou da retomada dos clássicos europeus, sem o papel chinês.

Muito mais importantes do que as conclusões em si, ou os métodos pioneiros de abordar e estudar a economia — como no caso do *Tableau économique* (Quesnay, 1888, p. 305-328) —, são uma concepção adequada de Estado enquanto forma despótica — em uma análise racional e não moral — e um metamétodo que substitui formas teológicas ou metafísicas pela análise da causalidade natural, com um sistema dialético pressuposto.

²⁸ O próprio Marx trata dessa questão precisamente no posfácio à segunda edição do livro *I d'O Capital*, de 1873 (Marx, 2013, p. 89-91), no qual responde a um crítico que o acusa de “hegeliano”, e Lênin (2011) disserta, com brilhantismo, sobre o mesmo assunto: não custa lembrar que o marxismo é da ordem da práxis, e sua diferença para o hegelianismo não se restringe ao campo da “filosofia”; uma vez vertido em doutrina política, como o próprio Marx preconizava, o pensamento marxista na China produz uma inversão dos pressupostos conceituais do modo de produção chinês, o que produziu efeitos no campo das relações de produção. Há um longo debate sobre o tratamento dado ao conceito de modo de produção pelo Partido Comunista da China, mas é certo que a dinâmica das *relações de produção* naquele país, como em qualquer parte, está em função de aspectos culturais que são expressão da disseminação do pensamento local na forma de cultura. E, como defendemos em outra oportunidade (Albuquerque, 2023a), o pensamento chinês em sua generalidade já tinha caráter dialético, no sentido que Hegel e Marx apontam, embora ainda em estágio primário. Uma particularidade do marxismo na China foi aplicar esse pressuposto, mas invertendo sua dialética tradicional no pensamento, na cultura e, por fim, no próprio modo de produção. A “continuidade e ruptura” das quais falam Jabbour, Boa Nova e Vadell nos parecem ser isso: inversão, no sentido da tradição marxista-leninista.

É evidente que Marx abordará as mesmas questões com o aporte de um sistema dialético sofisticado e moderno, mas só houve “crítica à economia política” pois antes havia uma ciência da economia política — que unia os estudos da produção e da circulação sob parâmetros racionais, nos quais lhe interessavam leis físicas e materiais para explicar os feridos fenômenos.

Adam Smith aponta, na esteira dos fisiocratas, o fracasso das “leis sanguinárias” de Portugal e Espanha contra a venda de ouro e prata, que deveriam ser acumulados sistematicamente a despeito da possibilidade de ganhos econômicos com sua venda (Smith, 2003, p. 334-446); não se trata de uma negação à intervenção do Estado, mas sim do reconhecimento de que uma lei deve ter conexão racional mesmo com os fenômenos que ela pretende alterar.

Não é estranho que Marx jamais tenha acreditado na ideia de abolição do Estado *em ato*²⁹ — e é essa justamente a grande objeção dele contra os anarquistas (Tible, 2020, p. 191), em meio a polêmicas épicas com troca de acusações. Não se trata da negação da revolução, mas do entendimento de que, para conservar a metáfora jurídica, a revolução só é possível enquanto *processo*:

A classe trabalhadora não exigia milagres da comuna. Não é necessário introduzir utopias prontas por *plebiscito* [*Volksbeschluss*]. Ela sabe que, para concretizar a sua própria libertação — e, com ela, aquela forma de vida superior à qual a sociedade contemporânea tende irresistivelmente, por meio do seu próprio desenvolvimento econômico —, terá de passar por longas lutas, toda uma série de desafios históricos, *processos* por meio dos quais as pessoas e as circunstâncias são completamente transformadas (Marx, *s.d.*, tradução nossa).

Assim, Marx incorpora, aperfeiçoa e em grande medida supera o racionalismo dos fisiocratas, fundado em uma racionalidade de leis imanentes e dialéticas que permanecia pressuposta — e a se desenvolver — em Quesnay. Ainda assim, questões como o naturalismo dos fisiocratas são postas e desenvolvidas por Marx, por exemplo, no conceito de *metabolismo*:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*] (Marx, 2013, p. 255).

É evidente que a tentativa fisiocrata de reforma da monarquia francesa fracassou, ainda que por razões geopolíticas — a dilapidação do erário na Guerra dos Sete Anos, contra os britânicos — e políticas — o bem-sucedido levante do terceiro estado —, mas a visão realista dos fisiocratas acerca do Estado, considerado como máquina econômica e política regendo a extração de mais-valia no campo da produção, permitiu vislumbrar a revolução e o comunismo.

²⁹ Usamos o termo *abolição* como tradução para *Aufhebung*. Embora ressalvando-se que o verbo *aufgehoben* não tenha tradução exata para o português, essa é a tradução clássica — e apesar de recentes traduções, como “suprassunção”, é sempre fundamental lembrar que *Aufhebung* é também um termo jurídico, que se traduziria em nossa língua por uma variedade de verbos de negação, tais como *abolir*, *revogar*, *rescindir*, *anular*, *ab-rogar* etc; já que o próprio Marx usa uma série de metáforas jurídicas em *A guerra civil na França*, como a oposição entre *plebiscito* e *processo*, optamos por manter o paralelismo jurídico e estabelecer *abolir*, uma vez que esse é o verbo próprio para cancelar um instituto jurídico, inclusive o maior deles, o Estado. As discussões sobre se Marx propôs uma *abolição* ou uma *superação* do Estado são menos importantes em termos práticos, uma vez que o cerne da discussão é que ele propõe uma *abolição processual* e não em ato.

Inicialmente em parceria com Portugal e depois com a França, os jesuítas produziram dicionários, fizeram estudos e, assim, apresentaram as primeiras descrições sistemáticas da China e de sua cultura, pensamento, história e geografia para a Europa

No sentido oposto, nos fenômenos do neoliberalismo (Friedman, 1951) e dos chamados anarcocapitalismo e libertarianismo, o mercado surge como forma perfeitamente capaz de atribuir, *teologicamente*, a justiça, agindo de forma misteriosa, conforme a qual sofrimentos e infortúnios como fome e desemprego são merecidos, e até necessários, conforme vemos nas várias “terapias de choque” recentes (Klein, 2008; Weber, 2021)³⁰.

As doutrinas do mercadismo radical, embora reivindicuem uma precedência em Quesnay ou Smith, marcharam historicamente em compasso com o *fascismo*³¹ e com tiranias como a do general Augusto Pinochet no Chile (Klein, 2008, p. 12-13) —, o que vai além de alianças táticas: isso é perfeitamente coerente com o neoliberalismo e derivados, segundo os quais um fundamento econômico irracional é estabelecido pela *razão da autoridade* e não pela *autoridade da razão*.

Desse modo, se o neoliberalismo consiste em um mercantilismo às avessas, no qual o mercado — impessoal, coletivo e “automático” — toma o lugar do soberano personalíssimo — que atua de forma mecanicista —, por outro lado, medidas de intervenção e resgate de setores em larga escala, como também sanções contra adversários e concorrentes geopolíticos — não por mera coincidência, contra a China —, aparecem juntas e misturadas.

Esse fenômeno, no caso das atuais sanções comerciais dos Estados Unidos à China (Swanson, 2023), resulta em ramos inteiros da economia americana prejudicados em nome da manutenção da hegemonia no médio e longo prazo. Seria isso *laissez-faire*? Possivelmente não, nem mesmo segundo a duvidosa interpretação espontaneísta que foi gestada após Quesnay pelos liberais.

30 Não é nenhum exagero afirmar isso, uma vez que o atual presidente argentino chegou a afirmar que “[a] venda de órgãos (humanos) é um mercado a mais” (Milei..., 2023) e tem implementado políticas que produzem fome e pobreza em massa, com números que já abarcam mais da metade da população (Hernández, 2024).

31 *Neoliberalismo* aparece, pela primeira vez, como um rótulo irônico criado pelo economista francês Charles Gide (1847-1932) contra a ala direita do bloco liberal italiano, direcionado em especial a Maffeo Pantaleoni (1857-1924). Isso se dá no contexto da polêmica na qual Gide defende o *princípio da cooperação*, enquanto Pantaleoni o refuta por considerá-lo aumento de custos (Gide, 2015). Não é de estranhar que Pantaleoni tenha aderido ao fascismo no final da vida, e que o tenha feito em companhia de outras figuras célebres do liberalismo italiano, como Vilfredo Pareto (1848-1923) ou mesmo o ministro das Finanças inicial de Benito Mussolini, Alfredo de Stefani (1879-1969). Mais tarde, Friedman (1951) irá repetir o caminho, ao aderir à ditadura de Pinochet, o laboratório do neoliberalismo concreto, tornando-se seu conselheiro (Klein, 2008, p. 12-13).

O neoliberalismo tardio fomenta uma disputa que muitas vezes leva à ascensão de uma extrema direita que compartilha a arena política com rivais que são partidos “autenticamente neoliberais” ou “progressistas”, enquanto as esquerdas ocidentais vivem às turras com a dificuldade de obter espaço equitativo nas chamadas democracias e, assim, apresentar um programa que realmente possa superar a crise do capitalismo.

De outro lado, a China aparece com uma enorme eficiência no manejo dos recursos e no combate à fome³², no enfrentamento da covid-19 ou mesmo no esporte olímpico³³, no qual ela é o único país emergente a rivalizar com as potências capitalistas centrais — gerando uma série de reações de propaganda do Ocidente, o que é acompanhado por manifestações extremadas, e às vezes até espontâneas, de sua própria *intelligentsia*.

Enquanto mesmo o Ocidente rico deixava sua população à própria sorte na pandemia de covid-19, filósofos do nível de Agamben (2020a; 2020b) e Han (2020), para ficar só em dois nomes, lançavam ataques às medidas chinesas que salvaram milhões de vida — Agamben, diga-se, foi magistralmente contestado por Capovilla e Palácio (2021)³⁴, enquanto o caso de Han é profundamente irônico³⁵.

Nas duas ocorrências, e isso é digno de nota, medidas sanitárias de emergência se tornam demonstrações de “totalitarismo”, a nova fantasmagoria que toma o lugar do “despotismo oriental”, o que tendia a levar o público a concluir que deixar pessoas morrerem — como fizeram Donald Trump nos Estados Unidos ou Jair Bolsonaro no Brasil — seria a personificação da liberdade a cavalo.

A China, apontada como parte do grupo de “países economicamente atrasados” (Agamben, 2020a), ironicamente salvou mais vidas do que a Itália de Agamben, ainda que

Do ponto de vista do pensamento e da cultura, a polaridade atual repete alguns temas das polêmicas iluministas, sobretudo acerca da própria China

32 Segundo o relatório de 2022 do *Global food security index*, publicado pela insuspeita revista *The Economist*, a China está na 25ª colocação no ranking de segurança alimentar, à frente de países ricos como Itália ou Coreia do Sul. Entre os anos de 2012 e 2022, a China foi o segundo país que mais evoluiu nesse ranking, perdendo apenas para Omã e ficando à frente de Vietnã e Bolívia. A título de comparação, o Brasil é apenas o 51º colocado no geral, tendo a 16ª pior evolução no mesmo período — isto é, a 97ª “melhor” evolução (*Economist Impact*, 2022, p. 28).

33 Conforme artigo de opinião de nossa lavra, a China é o único país emergente entre as atuais potências olímpicas, isto é, o grupo que conseguiu mais do que nove medalhas de ouro nos Jogos Olímpicos de Paris (Albuquerque, 2024).

34 Em síntese, os autores cotejaram os escritos de Agamben ao longo de 2020, os quais se aproximam bisonhamente da extrema direita, apontando-os como expressão da herança ocidental na sua obra.

35 Como, por exemplo, em *Shanzhai* (Han, 2023), trabalho escrito originalmente em 2011, no qual o filósofo coreano radicado na Alemanha expõe muito bem particularidades da tradição chinesa na apreensão e cópia no mundo da arte e do pensamento, o que mostra uma capacidade antropofágica ímpar daquela cultura — mas tudo isso é relegado a um segundo plano nas suas análises do combate à covid-19 pela China.



Despotismos: o rei da França, Luís XV (1710-1774), e o imperador da China, Kangxi (1662- 1722), da dinastia Qing

o país europeu possua muito mais recursos do que o país asiático, gerando no mínimo uma estranha inquietação sobre o porquê de a China ser, nesse contexto, o país “totalitário” da história, se foi ela que otimizou melhor seus recursos para salvar vidas³⁶.

Esses episódios ilustrativos do topo da filosofia pós-moderna ocidental, contudo, nada mais são do que releituras do que é dito sobre a China desde o século XVIII, o que se encontra possivelmente no mesmo contexto de disputas que já comportaram muitos capítulos e reviravoltas — e é, ainda, o contexto de um mundo que já enfrentou duas grandes guerras e parece disposto a partir para a terceira.

Menos do que intervenções individuais e desvios de conduta, o estado da arte da intelectualidade ocidental em relação à China repete Montesquieu e Jaucourt, o que, em outras palavras, consistia já naquele tempo em uma defesa da metafísica e de suas implicações políticas, produzindo uma visão xenofóbica e racista sobre a China, que veio a legitimar a violência colonial, sobretudo no século XIX.

A tese do despotismo oriental, ao modo de Montesquieu, sempre serviu para exteriorizar o fenômeno despótico, naturalizar as relações de poder na própria França e legitimar uma investida sobre o Oriente — ou, como Jaucourt, *aclamar Luís XV com a mesma pena com que maldizia os soberanos orientais*. Algo que se repete, talvez como farsa, em pleno século XXI — no qual déspotas ou totalitários são sempre líderes não ocidentais.

36 A China, até 13 de julho de 2022, registrou uma taxa de 10 mortos por covid-19 a cada milhão de pessoas, embora em 2021, auge da pandemia, o PIB per capita chinês em paridade de poder de compra equivalesse, segundo o Banco Mundial, a apenas 40,8% do italiano, 28,5% do americano e fosse somente 15% maior do que o brasileiro. Ou seja, estamos falando de uma diferença de *centenas de vezes em mortes*, não de um detalhe entre as chamadas economias avançadas e um membro dos “países atrasados” — portanto, o sistema chinês tem como destaque algo para além de produzir um crescimento maior ou permitir à China alcançar o topo de certas áreas da tecnologia, ainda que com menos recursos. Na verdade, estamos falando de uma capacidade superior da China em *otimizar os recursos existentes*, o que pode se converter, no futuro, também em superioridade quantitativa, mas talvez isso sequer importe, em razão da mudança de referenciais que pode ser operada.

<https://www.britannica.com>



William Petty (1623-1687), pioneiro da economia política, fundador da Royal Society e cavaleiro da Coroa britânica

O marxismo reinventou a China no século XX, revertendo o declínio severo registrado no colapso de sua derradeira dinastia — o que teve contribuição imensa da agressão liderada pelo Império Britânico no século XIX —, mas o fato é que o marxismo igualmente foi reinventado no país oriental, primeiro em sua conceitualidade (Albuquerque, 2023a), depois na sua práxis e aplicação (Jabbour; Gabrielle, 2021), sobretudo nos últimos anos.

Se o capitalismo foi imposto à China de fora — provindo das potências europeias e aliadas lideradas pelo Império Britânico — para dentro — desequilibrando o modo de produção milenar chinês —, por outro lado essa dominação imperialista nunca chegou a ser uma total colonização, como no caso da Índia — o que se explica pela própria natureza resiliente do modo de produção local³⁷.

A passagem ao socialismo equivaliu a uma resistência dupla ao capitalismo, pois este caminhou na China junto com a dominação estrangeira. Como resultado, a resistência nacional chinesa só poderia se dar na forma do movimento comunista que respondeu a essa complexa tarefa (Snow, 2023, p. 494-506). O resultado prático não foi apenas um socialismo como, ainda, um *socialismo com características chinesas*³⁸.

Essa nova economia do projetamento, que se insinua como fase superior do “socialismo de mercado” (Jabbour; Gabrielle, 2021), termina por ser uma formação que opera no mercado global capitalista, embora conserve elementos estratégicos socialistas sob o comando do Partido Comunista, o qual operacionaliza, por inversão, as reminiscências desse modo de produção chinês, atingido no *Século de Humilhação*.

Por essas razões, a China exerce um duplo antagonismo que é convergente: em direção à abolição do capitalismo no futuro e, já agora, contra a ordem imperialista, *sob o marco do globalismo neoliberal*, ao inverter dialeticamente o *modo de produção chinês*, inserindo-o no arranjo global sem permitir que ele seja simplesmente *desmanchado no ar impalpável* — produzindo uma subversão à ordem tal como estabelecida nos fins do século XIX.

37 Ainda que de um jeito exótico, por uma comparação entre o confucionismo e o puritanismo, Max Weber (1968) concluiu que a China jamais havia desenvolvido o capitalismo pois o confucionismo teria impedido que isso acontecesse. Ainda que essa tese seja demasiado idealista, se realizarmos a análise do aspecto cultural em sua dimensão material, de fato as “características chinesas”, que vão além da herança de Confúcio, criaram um sistema que não engendrou uma passagem ao capitalismo e rejeitou a sua aplicação.

38 E, apesar de o termo ser de autoria do ex-líder chinês Xiaoping (1984), é preciso notar que o socialismo local, já nos anos 1930, não é reprodução da experiência soviética, como nota Snow (2023, p. 270-288) ao visitar a base revolucionária de Yan’an, que já era uma manifestação da perseverança do modo de produção chinês invertido, sob hegemonia comunista.

Mesmo a China dos tempos do “modo de produção asiático”, entretanto, foi quem forneceu elementos centrais para compor as estruturas racionais da *economia política* nascente, a máxima expressão do Iluminismo — exposta à crítica e superação em Marx, que a própria China adotou em 1949 e hoje aplica de forma original, escapando em grande medida às armadilhas que se abateram sobre a gestão econômica da União Soviética e do Leste Europeu.

Assim, o marxismo surge como continuidade e superação do *Iluminismo*, isto é, da economia política e do racionalismo de um modo geral, que, como demonstramos, são tributários das influências chinesas. Não à toa, do ponto de vista do pensamento e da cultura, a polaridade atual repete alguns temas das polêmicas iluministas, sobretudo acerca da própria China, pois, no fundo, estamos em mais um ato do mesmo drama histórico ainda em aberto.

* Bacharel e mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Editor e curador do selo “Longa Marcha”, da editora Autonomia Literária, sobre assuntos chineses, que lançou em 2023 a edição brasileira de *A estrela vermelha brilha sobre a China (Red star over China)*, de Edgar Snow.

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

AGAMBEN, Giorgio. Capitalismo comunista. **Quodlibet**, 15 dicembre 2020a. Disponível em: <www.quodlibet.it/giorgio-agamben-capitalismo-comunista>. Acesso em: 22 ago. 2024.

_____. L'invenzione di un'epidemia. **Quodlibet**, 26 febbraio 2020b. Disponível em: <www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ALBUQUERQUE, Hugo. A geopolítica das Olimpíadas e o projeto esportivo socialista. **Opera Mundi**, 18 ago. 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opinia/a-geopolitica-das-olimpiadas-e-o-projeto-esportivo-socialista>. Acesso em: 26 ago. 2024.

_____. Contradição, metafísica e dialética: o maoísmo como produto do intercâmbio filosófico entre Oriente e Ocidente. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 192-207, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.011>. Acesso em: 13 jan. 2025.

_____. **Nota 152**. In: SNOW, Edgar. A estrela vermelha brilha sobre a China. São Paulo: Autonomia Literária, 2023b. p. 153.

ARISTÓTELES. Economics. **Perseus Digital Library**, [séc. IV a.C.] [s.d.(a)]. Disponível em: <www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0048>. Acesso em: 4 jan. 2024.

_____. Oeconomica. **Internet Archive**, [séc. IV a.C.] August 1, 2006. Disponível em: <https://archive.org/details/oeconomica01arisuoft/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 25 ago. 2024.

_____. Οικονομικά [Economia]. **Perseus Digital Library**, [s.d.(b)]. Disponível em: <www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0047>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

CAPOVILLA, Cristiano; PALÁCIO, Fábio. Visões da pandemia: as teses de Giorgio Agamben como idealizações do Ocidente. **Princípios**, v. 40, n. 160, p. 24-59, 2021. <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.002>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

CONFUCIANISM. In: CHINA Text Project. [S.l.]: China Text Project, [s.d.]. Disponível em: <https://ctext.org/confucianism>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Tradução Giorgio Sinedino. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015.

_____. **Confucius sinarum philosophus sive scientia sinensis**. Tradução, notas e prefácio Philip Couplet et al. Paris: Daniel Horthemels, [séc. V. a.C.] 1687. Disponível em: <https://archive.org/details/confuciusinarum00conf_0/page/n5/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 4 jan. 2024.

COOK, Daniel J.; ROSEMOND JR., Henry. Introduction. In: LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Writings on China**. Chicago: Open Court, 1994. p. 1-44.

COUPLET, Philip. Proemialis declaratio. In: CONFÚCIO. **Confucius sinarum philosophus sive scientia sinensis**. Tradução, notas e prefácio Philip Couplet et al. Paris: Daniel Horthemels, [séc. V. a.C.] 1687. Disponível em: <https://archive.org/details/confuciusinarum00conf_0/page/n5/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 04 jan. 2024.

CRUZ, Gaspar. **Tratado sobre as cousas da China**. Macau: Museu Marítimo de Macau, [1569] 1996. Disponível em: <https://purl.pt/26733>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DAO De Jing. In: **CHINA Text Project**. [S.l.]: China Text Project, [s.d.]. Disponível em: <https://ctext.org/dao-de-ying>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DENG, Xiaoping. Building socialism with a specifically Chinese character. **Marxists Internet Archive**, June 30, 1984. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1984/36.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

DU HALDE, Jean-Baptiste. Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'Empire de la Chine et de la Tartarie chinoise. **Gallica**, [1735] [s.d.(a)]. t. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54962623>. Acesso em: 14 fev. 2024.

_____. _____. Paris: **Gallica**, [1735] [s.d.(b)]. t. 2. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56991284>. Acesso em: 14 fev. 2024.

_____. _____. Paris: **Gallica**, [1735] [s.d.(c)]. t. 3. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5699174c>. Acesso em: 14 fev. 2024.

_____. _____. Paris: **Gallica**, [1735] [s.d.(d)]. t. 4. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56995399>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ECONOMIST IMPACT. **Global food security index 2022**. [S.l.]: The Economist Group, 2022. Disponível em: <https://impact.economist.com/sustainability/project/food-security-index/reports/Economist_Impact_GFSI_2022_Global_Report_Sep_2022.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ESPINOSA, Baruch. **Tratado teológico-político**. Tradução, introdução e notas Diogo Aurélio Pires. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, [1670] 2004.

- FĂ. In: BAIDU. Beijing: Baidu, 2025. Disponível em: <<https://baike.baidu.com/item/%E6%B3%95/34274>>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- FENG, Tianyu. Society of imperial power: reinterpreting China's "feudal society". Tradução Hou Pingping e Zhang Wenzhen. **Journal of Chinese Humanities**, n. 1, April 24, p. 25-50, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/23521341-01010003>>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- FRIEDMAN, Milton. Neo-liberalism and its prospects. **Farmand**, February 17, p. 89-93, 1951.
- GERLACH, Christian. **Wu-Wei in Europe: a study of Eurasian economic thought**. London: London School of Economics and Political Science, 2005. (Working Paper n. 12/05). Disponível em: <<https://eprints.lse.ac.uk/22479>>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- GIDE, Charles. Has co-operation introduced a new principle into economics?. **The Economic Journal**, v. 8, n. 32, [December 1898] May 3, 2015, p. 490-511. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/1449661>>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- GUYOT, Yves. Introduction. In: _____. **Quesnay et la physiocratie**. Paris: Guillaumin, 1896.
- HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã. **El País**, 22 mar. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofista-byung-chul-han.html>>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- _____. **Shanzhai: desconstrução em chinês**. Tradução Daniel Guilhermino. Petrópolis: Vozes, 2023.
- HAN, Fei. **The complete works of Hanfeizi: a classic of Chinese legalism**. Tradução W. K. Liao. Londres: Arthur Probsthain, [séc. III a.C.] 1939.
- _____. Hanfeizi [韩非子]. **The Project Gutenberg**, [século III a.C.] December 27, 2007. Disponível em: <www.gutenberg.org/cache/epub/24049/pg24049.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- HERNÁNDEZ, Nicolás. A pobreza aumenta e cada vez mais argentinos são deixados nas ruas. **Brasil de Fato**, 28 jun. 2024. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2024/06/28/a-pobreza-aumenta-e-cada-vez-mais-argentinos-sao-deixados-nas-ruas>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- HUAINANZI. In: CHINA Text Project. [S.l.]: China Text Project, [s.d.]. Disponível em: <<https://ctext.org/huainanzi>>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- JABBOUR, Elias; BOA NOVA, Vítor; VADELL, Javier. "O caminho chinês": desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo. **Cadernos Metrôpole**, v. 26, n. 59, p. 377-399, jan.-abr. 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5917>>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a "nova economia do projetamento". **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 2, pp. 287-310, maio-jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01>>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projetamento como estágio superior do socialismo chinês. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, n. 2, p. 1-34, 2022. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/66264> Acesso em: 3 jan. 2024.
- JABBOUR, Elias; GABRIELLE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JAUCOURT, Louis de. Despotisme. In: **Encyclopédie**. Wikisource, [1751] 7 juillet 2012. Disponível em: <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/DESPOTISME>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- KIRCHNER, Emil J. **Liberal parties in Western Europe**. New York, Estados Unidos: Cambridge Press, 1988.
- KLEIN, Naomi. **Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LAI, Yuen-ting. The linking of Spinoza to Chinese thought by Bayle and Malebranche. **Journal of the History of Philosophy**, n. 23, p. 151-178, 2008.
- LAOZI. **Dao De Jing**. Tradução Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- LEIBNIZ, Gottfried von. Discours sur la théologie naturelle des Chinois. **Wikisource**, [1716] [s.d.]. Disponível em: <https://fr.wikisource.org/wiki/Discours_sur_la_th%C3%A9ologie_naturelle_des_Chinois>. Acesso em: 7 out. 2023.
- _____. **Writings on China**. Tradução D. J. Cook e H. Rosemond Jr. Chicago: Open Court, 1994.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Tradução José Paulo Neto. Rio de Janeiro: Pensamento Crítico, [1915] 2011.
- LY, Syou-Yi. **Les grands courants de la pensée économique chinoise dans l'Antiquité (du VIe au IIIe siècle avant J.-C.) et leur influence sur la formation de la doctrine physiocratique**. Paris: Jouve & Cie, 1936.
- Ĺ. In: BAIDU. Beijing: Baidu, 2025. Disponível em: <<https://baike.baidu.com/item/%E7%90%86/2710918>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LIBERALISM. In: OXFORD English Dictionary. Oxford: Oxford University Press, [s.d.]. Disponível em: <www.oed.com/dictionary/liberalism_n?tl=true>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LIBÉRALISME. In: LAROUSSE Encyclopédie. Paris: Larousse, [s.d.]. Disponível em: <www.larousse.fr/encyclopedie/divers/lib%3%a9ralisme/65750#329968>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOPES, Frederico José Andries. Leibniz e a aritmética binária. **Revista Brasileira de História da Matemática**, v. 11, n. 22, p. 89-94, 2020. Disponível em: <www.rbhm.org.br/index.php/RBHM/article/view/132>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MAO, Zedong. Máodùn lùn 矛盾论 [Sobre a contradição]. **Marxists Internet Archive**, [1937] [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/chinese/maozedong/marxist.org-chinese-mao-193708.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.

_____. **Sobre a prática & sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, [1937] 2009.

MARX, Karl. Der Bürgerkrieg in Frankreich [A guerra civil na França]. In: _____. ENGELS, Friedrich. **Marxists Internet Archive**, [1871] [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1871/05/30-bur-fr.htm>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, [1844] 2006.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

_____. **Theories of surplus-value**: part 1 (Volume IV of Capital). Tradução Emile Burns. London: Lawrence A. Wishart, [1863] 1969.

_____. **Uma contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MILEI por Milei, as frases mais polêmicas do candidato ultradireitista na Argentina. **UOL**, 17 ago. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/08/17/milei-por-milei-as-frases-mais-polemicas-do-candidato-ultradireitista-na-argentina.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MONTCHRESTIEN, Antoine. **Traité de l'oeconomie politique**. Paris: Plon, [1615] 1889. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k106383n/f120.item>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

MONTESQUIEU. **De l'esprit de lois**. Paris: Mme. Veuve Dabo, [1748] 1824a. t. 1. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9691133s>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

_____. _____. Paris: Mme. Veuve Dabo, [1748] 1824b. t. 2. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9752620b>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

NÁI. In: BAIDU. Beijing: Baidu, 2025. Disponível em: <<https://baike.baidu.com/item/%E4%B9%83/779011>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Tradução Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

PETTY, William. A treatise of taxes and contributions. In: HULL, Charles Henry. **The economics writings of Sir William Petty**. Cambridge: Cambridge University Press, [1662] 1899. v. 1, p. 1-97.

_____. Political arithmetick. In: HULL, Charles Henry. **The economics writings of Sir William Petty**. Cambridge: Cambridge University Press, [1676] 1899. v. 1, p. 233-313.

_____. The political anatomy of Ireland. In: HULL, Charles Henry. **The economics writings of Sir William Petty**. Cambridge: Cambridge University Press, [1672] 1899. v. 1, p. 1-97.

QUESNAY, François. Analyse du tableau économique. In: _____. **Oeuvres économiques et philosophiques de François Quesnay, fondateur du système physiocratique**. Paris: Peelman, [1758] 1888. p. 305-328. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k72832q.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

_____. Despotisme de la Chine. In: _____. **Oeuvres économiques et philosophiques de François Quesnay, fondateur du système physiocratique**. Paris: Peelman, [1767] 1888. p. 563-660. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k72832q.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

_____. **Essai sur l'économie animal**. Paris: Guillaume Covelier, 1736. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k829070.image>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

_____. Evidence. In: D'ALEMBERT, Jean le Rond; DIDEROT, Denis (Ed.). **L'Encyclopédie**. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, [1751] 5 octobre 2019. t. 6, p. 146-157. t. 6. Disponível em: <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/EVIDENCE>. Acesso em: 4 fev. 2024.

_____. et al. Fermier. In: D'ALEMBERT, Jean le Rond; DIDEROT, Denis (Ed.). **L'Encyclopédie**. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751, p.527-541. t. 6. Disponível em: <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/FERMIER>. Acesso em: 4 fev. 2024.

_____. et al. Grain. In: D'ALEMBERT, Jean le Rond; DIDEROT, Denis (Ed.). **L'Encyclopédie**. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1757. t. 7, p. 812-833. Disponível em: <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/GRAIN>. Acesso em: 4 fev. 2024.

- RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais**, n. 9, jan.-jun. 1956.
- _____. Elementos de economia do projetamento. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005.
- ROTHBARD, Murray. Concepts of the role of intellectuals in social change toward laissez faire. **The Journal of Libertarian Studies**, v. 9, n. 2, p. 43-67, 1990.
- SINEDINO, Giorgio. Comentário sobre Wuwei erzhi. In: CONFÚCIO. **Os Analectos**. Tradução Giorgio Sinedino. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. p. 434.
- _____. **Nota 7 ao capítulo 62**. In: LAOZI. *Dao De Jing*. Tradução Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p 447.
- SPENCE, Jonathan. **O palácio da memória de Matteo Ricci**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SMITH, Adam. **The wealth of nations**. New York: Bantam Dell, [1776] 2003.
- SNOW, Edgar. **A estrela vermelha brilha sobre a China**. São Paulo: Autonomia Literária, [1937] 2023.
- SOLICH, Matias. Hacer o no hacer: esa es la virtud resonancias ético-ontológicas entre Spinoza y el taoísmo filosófico. In: EZCURDIA, José et al. (Org.). **Spinoza**: VII Coloquio. Córdoba: Brujas, 2011. p. 217-225.
- STATISTA. **Coronavirus (COVID-19) deaths worldwide per one million population as of July 13, 2022, by country**. [S.l.]: Statista, July 2022. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1104709/coronavirus-deaths-worldwide-per-million-inhabitants>>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- SWANSON, Ana. The contentious U.S.-China relationship, by the numbers. **The New York Times**, July 7, 2023. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2023/07/07/business/economy/us-china-relationship-facts.html>>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- TATIÁN, Diego. Potencia de lo arcaico. Spinoza y los chinos. In: EZCURDIA, José et al. (Org.). **Spinoza**: VII Coloquio. Córdoba: Brujas, 2011. p. 227-244.
- TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. 4. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- ZHANG, Xu; WANG, Tianjiao. Critical examination and source-tracing in China of economic thought of François Quesnay from the perspective of the construction of socialist political economics with Chinese characteristics. **China Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 186-200, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/CPE-06-2021-0007>>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- XENOFONTE. **Memorabilia, oeconomicus, symposium & apology**. Tradução E. C. Marchant e O. J. Todd. Cambridge: Loeb Classical Library, 1997.
- WEBER, Isabella. **How China escaped shock therapy**. New York: Routledge, 2021.
- WEBER, Max. **Religion of China**. New York: The Free Press, [1915] 1968.
- WÉI. In: BAIDU. Beijing: Baidu, 2025. Disponível em: <<https://baike.baidu.com/item/%E4%B8%BA/779148>>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- WU, Kuo-cheng. **The Chinese heritage**. New York: Crown, 1982.
- WÚ. In: BAIDU. Beijing: Baidu, 2025. Disponível em: <<https://baike.baidu.com/item/%E7%84%A1/4550>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

Estrutura e superestrutura na nova economia do projeto

Base and superstructure in the new projectment
economy

caio henrique cirillo*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.007>

Montagem



Gramsci (1891-1937) e Lênin (1870-1924), pensadores que aprofundaram o entendimento da relação estrutura-superestrutura

RESUMO

O presente trabalho analisa, pela perspectiva materialista, a nova economia do projetamento. Esta apresenta-se como a atual etapa do socialismo chinês e tem como características principais a planificação econômica, a racionalização da produção e a diversidade teórica de seu arcabouço técnico-científico. Para analisá-la, foram utilizadas as contribuições de célebres autores da teoria marxista acerca da superestrutura, de sua relação com a estrutura e de seu papel em um processo histórico revolucionário. A síntese dessas contribuições foi aplicada ao caso chinês, com foco no período posterior às reformas de Deng Xiaoping iniciadas em 1978, como forma de compreender as bases materiais que determinaram o desenvolvimento da nova economia do projetamento e o papel histórico desse novo conceito.

Palavras-chave: Nova economia do projetamento. China. Superestrutura.

ABSTRACT

This paper analyzes, from a materialist perspective, the new projectment economy. This represents the current step of Chinese socialism and is characterized primarily by economic planning, production rationalization, and the theoretical diversity of its technical-scientific framework. To analyze it, contributions from renowned authors of Marxist theory were mobilized regarding the superstructure, its relationship with the structure, and its position in a revolutionary historical process. The synthesis of these contributions was applied to the Chinese case, with a focus on the period following Deng Xiaoping's reforms, initiated in 1978, in order to understand the material foundations that determined the development of the new projectment economy and the historical position of this new concept.

Keywords: New projectment economy. China. Superstructure.

1. INTRODUÇÃO

A teoria marxiana se tornou, desde sua fundação, um importante paradigma para analisar processos históricos e, principalmente, movimentos revolucionários. A partir dela, Marx compreendeu que os processos históricos possuem caráter materialista, o que significa que a base material da vivência humana determina sua superestrutura. Por superestrutura, entende-se a totalidade de ideais, crenças, comportamentos, sistemas jurídicos e políticos, isto é, a soma dos elementos imateriais de uma sociedade.

O que Marx constatou, a partir dessa perspectiva, é que um processo revolucionário ocorre quando as contradições contidas na esfera material atingem um nível de intensidade suficiente para alterar a superestrutura instituída. Caberia então aos oprimidos superar as bases materiais de sua opressão e assim alterar a superestrutura controlada por seus opressores. As contribuições de Marx, assim como as de seus adeptos, fundamentaram parte significativa dos processos revolucionários observados no século XX.

Em 1949, uma revolução de caráter marxista fundou a República Popular da China. Desde então, avanços econômicos e sociais transformaram uma nação essencialmente agrícola (Nogueira, 2019) na superpotência industrial observada no século XXI. A expectativa de vida da população chinesa, que em 1950 era de apenas 43 anos, saltou para 77 anos em 2024, superando em 1 ano a expectativa de vida da população estadunidense (World Bank Group, 2024). O produto interno bruto per capita, por sua vez, saltou de US\$ 90 mensais em 1960 para US\$ 12.270 mensais em 2022 (World Bank Group, 2022).

Esses indicadores demonstram que a experiência socialista chinesa obteve êxitos significativos tanto no âmbito econômico quanto no âmbito social. Não se deve, porém, considerar que esse processo teve como único marco histórico a vitória do Partido Comunista Chinês liderado por Mao Zedong. Pelo contrário: ele foi marcado por uma série de aperfeiçoamentos técnicos e teóricos, cuja complexidade espelha a diversidade da própria sociedade chinesa. Merecem destaque, nesse sentido, as reformas instituídas por Deng Xiaoping a partir de 1978.

Tais reformas foram responsáveis por acelerar enormemente o processo de modernização chinês, instituindo inovações tecnológicas no campo e na indústria, dinamizando a economia e criando as bases institucionais para a China contemporânea. Destaca-se, nesse sentido, a criação de zonas econômicas especiais, que permitiram a entrada de indústrias multinacionais em território chinês, assim como a criação de mercados internos em determinados setores da economia, como o agropecuário.

Castells (2001) define esse processo como uma fusão entre o Estado comunista fundado em 1949 e um emergente modelo de Estado desenvolvimentista. Nesse modelo, o aparato estatal do Partido Comunista Chinês foi capaz de coordenar a abertura da economia do país, condicionando sua nova economia de mercado à planificação econômica. O trecho abaixo apresenta essa fusão de forma clara:

Por outro lado, ao se apresentar como um “modelo” de Estado desenvolvimentista, uma linha quase reta liga o materialismo histórico de Marx e Engels como ponto de partida e acrescido de todo [o] acervo teórico já existente elaborado ao longo do tempo pelo campo da heterodoxia econômica: desde os clássicos da economia política (Smith e Ricardo), passando pelo institucionalismo de Thorstein Veblen, [pel]os “pioneiros do desenvolvimento” (Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Alexander Gers-



Deng Xiaoping liderou as reformas econômicas na China a partir de 1978, um período conhecido como "Reforma e Abertura"

chenkron etc.) [e] pelas contribuições de dois economistas burgueses nada vulgares (Keynes e Schumpeter) (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020, p. 35).

A partir dessa análise, a principal característica das reformas de Deng Xiaoping pode ser localizada precisamente em sua diversidade conceitual. O marxismo guiou o processo revolucionário chinês, que agora faz uso de instrumentos teóricos diversos para avançar rumo ao desenvolvimento econômico e social. Como forma de compreender a natureza, a complexidade e a magnitude desse processo, Elias Jabbour classificou o modo de produção chinês como uma “nova economia do projetamento”. Em um de seus artigos, escrito em co-autoria com Alexis Toríbio Dantas e Carlos José Espíndola, esse novo conceito foi definido como “uma nova economia que o processo histórico está desenhando em meio a, e a partir de, novos paradigmas produtivos e tecnológicos e novas e superiores formas de planificação que estão sendo gestadas e executadas em larga escala na China” (Jabbour *et al.*, 2020, p. 20).

A nova economia do projetamento (NEP) se apresenta, portanto, como uma nova etapa do socialismo chinês e das experiências socialistas de forma geral, possibilitada pelo avanço dos paradigmas produtivos e tecnológicos e pelo desenvolvimento dos modelos de planificação econômica. Não se pode, porém, considerar que esses novos paradigmas absorvidos pela NEP interromperam ou modificaram o processo revolucionário maoísta. Como afirmou o próprio Deng Xiaoping, um ano após o início de suas reformas:

Aproveitar os aspectos úteis dos países capitalistas, incluindo seus métodos de operação e gestão, não significa que adotaremos o capitalismo. Em vez disso, utilizamos esses métodos para desenvolver as forças produtivas sob o socialismo. Desde que aprender com o capitalismo seja considerado apenas um meio para um fim, isso não mudará a estrutura do socialismo nem fará com que a China retorne ao capitalismo (Deng, 2014, tradução nossa).

A nova economia do projeto (NEP) se apresenta, portanto, como uma nova etapa do socialismo chinês e das experiências socialistas de forma geral, possibilitada pelo avanço dos paradigmas produtivos e tecnológicos e pelo desenvolvimento dos modelos de planificação econômica

Ocorre que, por seu ineditismo e por sua diversidade teórica, as reformas abarcadas pela NEP são frequentemente consideradas um rompimento com a trajetória iniciada em 1949 e uma negação da teoria marxista. Os argumentos para tais considerações muitas vezes acabam por subestimar a complexidade da experiência socialista chinesa e da perspectiva marxiana e marxista acerca dos movimentos dialéticos que caracterizam as revoluções e outros processos históricos.

Dito isso, este artigo tem como objetivo discutir o conceito da NEP a partir da teoria marxista, com foco no conceito de superestrutura e em sua relação com os modos de produção. Pretende-se com isso demonstrar que as transformações iniciadas por Deng Xiaoping e ultimadas na NEP não representam um enfraquecimento do processo revolucionário de 1949, mas sim uma nova etapa dele.

Para tanto, é necessário em primeiro lugar analisar as contribuições de Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Althusser acerca da superestrutura. Em seguida, esse arcabouço levantado será aplicado ao caso chinês. A NEP será então abordada enquanto reflexo e concretização da potencialidade histórica da experiência socialista chinesa.

Não se pretende aqui um estudo pormenorizado do atual estado da economia chinesa, mas sim um experimento teórico que visa testar a aderência da NEP, enquanto construto teórico, aos pressupostos do materialismo histórico-dialético.

2. O MARXISMO E A QUESTÃO DA SUPERESTRUTURA

O materialismo histórico-dialético é um elemento fundamental para a teoria marxiana e para a literatura marxista subsequente, e se baseia na divisão das sociedades humanas em dois níveis: a estrutura, ou base (*Basis*), composta pela materialidade da vida social, e a superestrutura (*Überbau*), composta pelos elementos imateriais da vida social.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels expõem a maneira pela qual esses níveis se relacionam entre si ao criticar uma perspectiva idealista da história, na qual as ideias teriam autonomia ante o mundo material:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvol-

vimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real (Marx; Engels, 2007, p. 94).

É a infraestrutura de uma sociedade, portanto, que determina a sua superestrutura, pois as representações e as ideias humanas são produzidas por indivíduos, e estes, por sua vez, são condicionados pela materialidade de seu respectivo momento histórico. Dito de outra forma, todos os elementos imateriais da sociabilidade humana derivam de sua base material, sendo esse o fundamento do materialismo marxista.

O que deve ficar claro, nesta altura, é que tal base material responsável por determinar a superestrutura não se limita ao modo de produção vigente em determinada sociedade. São os “homens reais, ativos”, que constroem as representações e as ideias em uma sociedade, de forma que é a sua realidade e a sua atividade material que determinam, em última instância, a sua consciência. Essa amplitude do que Marx considera como a infraestrutura talvez fique mais clara em outro trecho de *A ideologia alemã*:

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica etc. de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias etc. (Engels; Marx, 2007, p. 93)

A superestrutura, portanto, é a “linguagem da vida real” dos homens, uma emanção de seu “comportamento material”, e não somente de seu modo de produção. É a complexidade da vida social, real, dos indivíduos que determina suas manifestações religiosas, jurídicas etc. Por esse motivo, cada sociedade se manifesta de uma maneira única, mesmo que seu modo de produção seja idêntico ao de suas vizinhas.

Os elementos da superestrutura de uma sociedade são determinados pelo cotidiano de seus cidadãos, que constroem suas representações e suas ideias a partir da maneira pela qual se relacionam entre si e com a natureza, com o mundo ao seu redor.

Infelizmente, Marx e Engels não se aprofundaram na discussão sobre a superestrutura, restringindo suas contribuições à formulação de um contraponto às perspectivas idealistas. Quem constatou essa ausência foi o próprio Engels, em uma de suas cartas a Franz Mehring:

Aliás, só falta ainda um ponto que, porém, também não foi suficientemente posto em relevo regularmente nas coisas de Marx e minhas e em relação ao que nós os dois temos igual culpa. Designadamente, nós os dois pusemos — e tínhamos de pôr —, primeiro, o peso principal na dedução [*Ableitung*] das representações ideológicas — políticas, jurídicas e outras — e das ações [*Handlungen*] mediadas por essas representações, [a partir] dos fatos econômicos fundamentais. Ao fazê-lo, negligenciamos o lado formal relativamente ao do conteúdo: a maneira como essas representações etc. acontecem (Engels, 1985a, p. 556).

As reformas abarcadas pela NEP são frequentemente consideradas um rompimento com a trajetória iniciada em 1949 e uma negação da teoria marxista. Os argumentos para tais considerações muitas vezes acabam por subestimar a complexidade da experiência socialista chinesa e da perspectiva marxiana

Essa “confissão” de Engels ocorreu uma década após o falecimento de Marx, o que denota que o autor renano nunca chegou, de fato, a desenvolver o tema da superestrutura em seu “lado formal”. Como o autor da carta afirma mais adiante no documento, seria necessário analisar também os movimentos que os elementos superestruturais desempenham após sua determinação originária:

Com isto se prende também a representação disparatada dos ideólogos de que, porque denegamos às diversas esferas ideológicas que desempenham um papel na história um desenvolvimento histórico autônomo, lhes denegamos também toda a eficácia histórica [*historische Wirksamkeit*]. Está aqui subjacente a representação não dialética ordinária de causa e efeito como polos rigidamente contrapostos um ao outro, o absoluto esquecimento da ação recíproca. Os senhores esquecem, frequentemente, quase de propósito, que um momento histórico, logo uma vez posto no mundo por outras causas, finalmente econômicas, reage também sobre aquilo que o rodeia [*Umgebung*] e pode mesmo retroagir sobre as suas causas (Engels, 1985a, p. 557).

Se Marx e Engels não realizaram esse esforço de análise, parte da tradição marxista tampouco se dedicou a fazê-lo: apesar da importância das “representações” para a história, a maneira como elas “acontecem” e seu “papel na história” foram muitas vezes negligenciados. A crítica a essa distorção teórica pode ser encontrada, novamente, em Engels, agora numa carta a Joseph Bloch:

A situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura — formas políticas da luta de classe e seus resultados, ou seja, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa depois de uma batalha bem-sucedida etc., formas jurídicas, e até mesmo os reflexos de todas essas lutas práticas nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, opiniões religiosas e seu desenvolvimento em sistemas de dogma — também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, são preponderantes na determinação de sua forma (Engels, 1985b, p. 547).

Raymond Williams, em seu importante estudo sobre o tema, credita essa negligência à maneira pela qual as categorias estrutura e superestrutura foram absorvidas pela



O filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918-1990)

tradição marxista. O autor entende que elas foram originalmente utilizadas com propósito ilustrativo, para representar em duas dimensões o predomínio das condições materiais sobre as representações e as ideias humanas. Posteriormente, porém, foram entendidas enquanto conceitos precisos e descritivos:

Na transição de Marx para o marxismo, e em seguida no desenvolvimento de formulações expositivas e didáticas, as palavras usadas na argumentação original foram projetadas, primeiro, como se fossem conceitos precisos, e, segundo, como se fossem termos descritivos para “áreas” observáveis da vida social (Williams, 1979, p. 78).

Felizmente, alguns dos mais célebres autores do pensamento marxista dedicaram sua atenção para compreender a relação entre estrutura e superestrutura. As contribuições desses autores se complementam para formar uma perspectiva ampla sobre o papel da superestrutura na história, e por isso serão brevemente apresentadas.

A primeira dessas contribuições advém de Vladímir Ilitch Uliianov, ou Lênin. Por sua posição de liderança do movimento que culminaria na Revolução Russa, Lênin foi capaz de observar os fenômenos dessa experiência concreta. Apesar de não se aprofundar no tema da superestrutura, o autor forneceu importantes considerações sobre ele a partir dos problemas práticos que sua realidade lhe impunha, como ocorreu em sua análise sobre o escritor Fiódor Pávlovitch Elénev, conhecido como Skáldine:

Um populista olharia Skáldine provavelmente com altivez e diria simplesmente: ele é um burguês. Sim, efetivamente Skáldine é um burguês, mas é um representante de uma ideologia burguesa progressista, ao passo que o populista representa uma ideologia pequeno-burguesa e, numa série de pontos, reacionária (Lênin, 1977a, p. 8).

Essa consideração de Lênin revela traços interessantes sobre sua perspectiva acerca da ideologia, e da superestrutura de modo geral. Em primeiro lugar, observa-se que em sua

visão as ideologias derivam fundamentalmente da classe social que as criou, o que fica claro quando Skáldine é apresentado como representante de uma “ideologia burguesa”. O mais interessante, porém, é que Lênin não a descarta por seu caráter burguês, pois a considera uma “ideologia burguesa progressista”.

Nota-se então que, na perspectiva fortemente pragmática de Lênin, uma ideologia não deve ser descartada apenas por ter sido criada por uma classe exploradora. O autor inclusive considera a perspectiva de Skáldine, um representante da ideologia burguesa, como útil para representar a classe camponesa: “Quanto aos interesses práticos e reais dos camponeses, que coincidiam e coincidem com as exigências do desenvolvimento social no seu conjunto, este ‘burguês’ sabia defendê-los ainda melhor que um populista!” (Lênin, 1977a, p. 8)

O pragmatismo de Lênin com relação à ideologia demonstra a importância desta para um processo revolucionário. Não é cogitado, em sua obra, descartar a superestrutura capitalista em sua totalidade, pois determinados elementos dela podem e devem contribuir para o movimento revolucionário. O autor deixa isso claro quando afirma que

um movimento incipiente num país jovem só se pode desenvolver com êxito desde que aplique a experiência de outros países. E para isso não basta simplesmente conhecer essa experiência ou copiar simplesmente as últimas resoluções: para isso, é preciso saber assumir uma atitude crítica perante essa experiência e comprová-la por si próprio. Quem imaginar o gigantesco crescimento e ramificação do movimento operário contemporâneo compreenderá que reserva de forças teóricas e de experiência política (assim como revolucionária) é necessária para o cumprimento desta tarefa (Lênin, 1977b, p. 96).

Há em Lênin a necessidade de o movimento socialista se apoderar de todos os campos do conhecimento produzidos pelos modos de produção pretéritos. Essa necessidade só pode ser totalmente saciada quando as forças produtivas desse movimento estiverem devidamente libertas da exploração:

Sem dúvida, há ainda a experiência coletiva, muito mais vasta, da humanidade, inscrita na história da democracia internacional e da social-democracia internacional e fixada pelos representantes avançados do pensamento revolucionário. É a essa experiência que o nosso partido vai buscar os elementos da sua propaganda e da sua agitação diárias. Mas, enquanto a sociedade estiver edificada sobre a opressão e a exploração dos milhões de trabalhadores, são raros os que [poderão se] aproveitar diretamente das lições dessa experiência (Lênin, 2007, p. 146).

A aptidão de uma sociedade socialista para absorver a experiência coletiva advém, assim, da maturidade do processo revolucionário. Libertos das relações de exploração, os trabalhadores tornam-se capazes de absorver os elementos progressistas da ideologia advinda de outros modos de produção, aperfeiçoando assim sua própria superestrutura.

Uma possível síntese para esse processo pode ser encontrada em Jean Fréville, escritor e membro do Partido Comunista Francês, que parece convergir para a perspectiva de Lênin:

A revolução proletária que liquida com os privilégios de classe e os particularismos nacionais, permite — como acentuou Stálin — o desenvolvimento de uma cultura nacional na forma e socialista pelo conteúdo. Ela dá livre curso à atividade das massas, estimula o esforço coletivo e a solidariedade internacional, anuncia a verdadeira demo-

cracia, a cultura proletária é uma cultura de combate. Põe fim ao desperdício econômico e à anarquia da produção, abre possibilidades imensas de trabalho, apela para a energia criadora das massas. Apoia-se na técnica a mais aperfeiçoada que lhe legou o capitalismo, na ciência desprezada e amordaçada pela burguesia, tornando essa ciência sua melhor aliada (Fréville, 1945, p. 34).

Nota-se novamente uma relação entre o desenvolvimento das forças produtivas no socialismo e a apropriação que este promove de elementos superestruturais externos. A liquidação dos privilégios de classe e a criação da “verdadeira democracia”, aberta à participação ativa dos trabalhadores, incentiva a “energia criadora” das massas, que passam então a se apropriar da mais avançada ciência burguesa, a libertá-la das limitações do capitalismo e, assim, a torná-la socialmente útil.

Por seu papel como líder revolucionário, Lênin nunca chegou a elaborar uma teoria completa sobre a superestrutura, e sua contribuição ao tema se encontra principalmente em análises pontuais sobre os acontecimentos de seu momento histórico. Nesse sentido, a contribuição de Gramsci funciona como excelente complemento à obra leninista.

Antonio Gramsci talvez tenha sido o autor marxista que mais se preocupou com a questão da superestrutura. Sua contribuição mais famosa nesse sentido é, definitivamente, destacar a importância do âmbito ideológico na luta de classes, identificando nos intelectuais o importante papel de sobrepor à ideologia da classe dominante a ideologia da classe revolucionária.

A perspectiva gramsciana é, porém, muito mais ampla do que uma mera dicotomia entre ideologias revolucionárias e opressoras. O autor considerou que as ideologias podem ser divididas em dois grupos:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas etc. (Gramsci, 1978, p. 63)

As ideologias orgânicas seriam, assim, aquelas derivadas da vivência coletiva de uma sociedade, e que perduram historicamente por seu papel social de organizar as massas e os movimentos dos homens. Logo, nessa classificação é possível observar a importância que Gramsci confere à superestrutura: ela não é apenas uma ilusão, uma abstração da materialidade, mas é o “terreno” em que a humanidade atua — motivada, obviamente, por suas condições e contradições materiais.

O autor não se limita a essa observação primária: pelo contrário, analisa a maneira pela qual essas ideologias orgânicas são criadas no interior de uma determinada disposição de classes:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empre-



A cidade costeira de Shenzhen é um exemplo de zonas econômicas especiais (ZEEs), que permitiram a entrada de multinacionais em território chinês

sário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual) (Gramsci, 1982, p. 3-4).

O autor entende, portanto, que cada campo do conhecimento é construído de acordo com as necessidades do grupo social que o concebeu. Essa conclusão por si só já se apresenta como um avanço em relação à teoria marxiana, pormenorizando o movimento de determinação da superestrutura a partir da vivência social dos indivíduos. Ela se torna, porém, ainda mais importante quando lida em conjunto com outro trecho de Gramsci: “Também os senhores feudais eram detentores de uma particular capacidade técnica, a capacidade militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde o monopólio da capacidade técnico-militar que se inicia a crise do feudalismo.” (Gramsci, 1982, p. 4)

Quando lidos em conjunto, esses trechos revelam um movimento curioso. Um determinado conhecimento técnico (elemento superestrutural) foi gestado pela classe dos senhores feudais para organizar e manter a sociedade medieval. Quando, porém, o monopólio desta classe sobre aquela superestrutura foi perdido, iniciou-se um processo revolucionário que culminou na ascensão da burguesia como nova classe dominante e na instituição de um novo modo de produção.

Observa-se, portanto, que determinado elemento da superestrutura não foi abandonado com a superação das bases materiais que o construíram. Na realidade, sua apropriação foi um fator importante para o próprio processo revolucionário.

Lênin compreendeu corretamente a necessidade dos movimentos socialistas de se apropriarem do conhecimento mais avançado produzido pela humanidade. Gramsci, por sua vez, demonstrou que essa necessidade se dá pelo papel da superestrutura em organizar

Lênin compreendeu corretamente a necessidade dos movimentos socialistas de se apropriarem do conhecimento mais avançado produzido pela humanidade. Gramsci, por sua vez, demonstrou que essa necessidade se dá pelo papel da superestrutura em organizar a sociedade

a sociedade. Dessa importância resulta que as ideologias orgânicas, criadas para suprir as necessidades humanas, tendem a perdurar na história, de forma que o controle sobre elas é um importante elemento da luta de classes.

Coube então a Louis Althusser, importante marxista do círculo francês, uma terceira contribuição importante para a compreensão da superestrutura. Para o autor, o Estado, enquanto elemento principal da superestrutura, tem como função garantir a reprodução material de sua sociedade e é composto por dois conjuntos de elementos: os aparelhos repressivos de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado. Enquanto o primeiro desses grupos abarca as instituições públicas que utilizam majoritariamente a violência para garantir essa reprodução, como a polícia e o Exército, o segundo abarca “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (Althusser, 1983, p. 68), cuja ferramenta de dominação tende mais à ideologia do que à violência. Como exemplos das instituições pertencentes aos aparelhos ideológicos de Estado, podem-se citar tanto as escolas quanto as igrejas.

É por meio de um aparelho ideológico de Estado que uma ideologia existe, pois é ele que regulamenta e uniformiza as crenças e as ideias individuais. É, portanto, a partir do aparelho ideológico de Estado que uma ideologia é efetivamente praticada:

O indivíduo em questão se conduz de tal ou qual maneira, adota tal ou qual comportamento prático, e, o que é mais [importante], participa de certas práticas regulamentadas que são as do aparelho ideológico do qual “dependem” as ideias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito (Althusser, 1983, p. 90).

A realização efetiva de uma ideologia é condicionada à prática dos sujeitos e mediada por um aparelho ideológico de Estado. Como exemplo mais direto, pode-se mencionar a instituição da igreja como mediadora entre a religião e o indivíduo religioso, que pratica

sua crença, tornando-a real, por meio de sua liturgia. É a partir dessa esquematização que Althusser fornece sua contribuição mais disruptiva para o estudo da superestrutura:

Diremos, portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito (Althusser, 1983, p. 91).

A superestrutura só existe, então, quando praticada pelos sujeitos, e quando isso ocorre ela necessariamente adquire uma existência material indissociável do restante da vida material, ativa, de uma sociedade. Resulta disso, portanto, que a manutenção de uma superestrutura depende de um processo contínuo de aceitação e reforço por parte de seus adeptos.

É possível, agora, traçar um panorama satisfatório sobre a superestrutura. Trata-se da imaterialidade que emana da vida material dos homens e que se materializa em sua práxis cotidiana; de um conjunto de elementos subjetivos que, mediados pela institucionalidade historicamente posta, objetivam-se na reprodução social de seu respectivo modo de produção. Durante uma revolução, porém, transformam-se: de um monopólio da classe dominante, tornam-se o mais importante espólio da classe oprimida e, representando a experiência social acumulada, alicerçam na empiria das massas a potencialidade do vanguardismo revolucionário.

3. A ECONOMIA DO PROJETAMENTO E A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO

A partir do panorama construído sobre a superestrutura e seu papel em um processo revolucionário, agora é possível analisar corretamente o fenômeno da NEP, o que demanda um esforço inicial de compreensão sobre o conceito original de economia do projetamento.

O termo *projetamento* foi cunhado por Ignácio Rangel, célebre intérprete do Brasil, a partir de suas ideias sobre uma convergência de fenômenos históricos a ele contemporâneos: a planificação econômica executada pela experiência soviética, o surgimento e a aplicação do keynesianismo e o desenvolvimento da economia monetária. Para Rangel, esses acontecimentos denunciavam o surgimento de uma nova fase de intervenção consciente do homem em sua própria realidade, derivada do avanço da técnica observado tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas: “O homem, nos dois casos, intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes se fazia por si, pois a sociedade que não garantir essas condições entra e crise e perece.” (Rangel, 2005, p. 291)

Nessa etapa “amadurecida” da economia, portanto, a razão autoconsciente passa a guiar a produção, o que levou Jabbour *et al.* (2020, p. 36) a definirem o projetamento como “um modo de produção caracterizado — no fundamental — pela racionalização máxima do processo de produção cujo ‘projeto’ serviria como um ente mediador entre a sociedade e o planejamento central”.

A economia do projetamento é, portanto, a emergência de um novo modo de produção, no qual a razão incide na materialidade da esfera produtiva de maneira absoluta e constante.

Tal racionalidade, como visto, não é instituída unicamente pela ação de um ente planejador central, pois ceder o controle da produção a uma liderança apartada da realidade da esfera produtiva geraria invariavelmente uma coordenação alienada e ineficiente. O projeto

É possível observar a importância que Gramsci confere à superestrutura: ela não é apenas uma ilusão, uma abstração da materialidade, mas é o “terreno” em que a humanidade atua — motivada, obviamente, por suas condições e contradições materiais

assume, então, o papel de conectar o planejamento central à sociedade e à concretude de sua reprodução social, o que por sua vez torna possível a “racionalização máxima do processo de produção”. A figura do projetista surge, então, como encarnação desse processo de racionalização: “O projetista, ao decidir entre duas técnicas, deve sentir-se agente da sociedade, o que exige que nada aceite sem exame. Sua ação deve ser orientada por um plano-mestre geral.” (Rangel, 2005, p. 405)

A produção racionalizada passa então a produzir valores de uso enquanto valores de uso, isto é, a produzir de acordo com as necessidades da sociedade, de forma que o próprio cálculo econômico é transformado: “O modo de produção [a] que ele propõe existência palpável é algo guiado de forma consciente e racional; é voltado à construção de valores de uso. A utilidade é a nova base para o cálculo econômico.” (Jabbour *et al.*, 2020, p. 27)

O projetamento seria, portanto, um novo modo de produção, racionalizado e voltado para a produção de utilidade. Esta, por sua vez, é entendida por Rangel como a propriedade que uma coisa manifesta ao satisfazer uma necessidade humana (Rangel, 2005, p. 367).

Rangel via na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a maior manifestação do projetamento. O fim dessa experiência socialista não significou, porém, a obsolescência do conceito. Elias Jabbour identificou na experiência socialista chinesa uma nova versão da economia do projetamento:

Como extensão renovada da economia do projetamento elaborada por Ignácio Rangel, é antítese ao neoliberalismo e alternativa ante a financeirização e suas formas de dominação sobre povos e países. Sua cristalização é fruto do processo histórico iniciado com as reformas econômicas (1978), onde [*sic*] desde então o país se transformou em um verdadeiro campo de experimentações (Jabbour *et al.*, 2020, p. 33).

A NEP então se configura como uma atualização da economia do projeto à luz do processo histórico chinês e do contexto global contemporâneo. Mantém-se, do constructo teórico de Rangel, sua essência, isto é,

a possibilidade de uma economia superar a produção de valores (de troca e de uso) regulado pelo mercado por outra, onde [sic] a utilidade, precedida pela produção, racional e consciente, em massa de valores de uso, passa a ser a reguladora do sistema. A China é a sociedade no mundo de hoje onde esta transição ocorre (Jabbour *et al.*, 2020, p. 30).

Essa continuidade entre a economia do projeto e a NEP também se manifesta na relação entre a técnica e a atividade econômica, de forma que se mantém “uma lógica fundamental do processo de desenvolvimento: com a técnica elevando a patamares superiores a divisão social do trabalho, mudando — assim — a face do sistema” (Jabbour *et al.*, 2020, p. 30).

4. NEP: A PARTICULARIDADE E A POTENCIALIDADE DA HISTÓRIA DO POVO CHINÊS

Do exposto até o momento, tem-se que:

- 1) a superestrutura deve ser entendida como um conjunto de elementos imateriais que derivam da vida social, que se sustentam ao longo da história pela adesão e pela prática material dos indivíduos e que podem ser apropriados no processo da luta de classes;
- 2) a NEP apresenta-se como um modo de produção plenamente racionalizado, conectado à sociedade e constantemente alterado pelo avanço da técnica.

A união dessas duas conclusões aponta para uma única direção: a NEP, enquanto modo de produção no qual a totalidade da sociedade coordena a produção a partir da mediação do projeto e do projetista, foi capaz de se apropriar plenamente da superestrutura coletiva, da experiência social da humanidade. Dito de outra forma, o desenvolvimento das forças produtivas do socialismo chinês permitiu a esse sistema incorporar as mais avançadas técnicas produtivas concebidas pelo homem, selecionando-as pelo Estado enquanto planejador central e adaptando-as à realidade chinesa a partir de uma gestão autoconsciente das massas sobre sua própria reprodução social.

Em qualquer outra conformação social, um planejamento central seria ineficaz: suas diretrizes comporiam uma superestrutura descolada da vivência dos cidadãos e imposta a eles, um mero reflexo da alienação sofrida pelo trabalhador na esfera produtiva. Suas etapas planejadas, por sua vez, não seriam integralmente atingidas pois não encontrariam aceitação popular na reprodução social nem sustentação histórica na prática material dos indivíduos. Retomando a contribuição de Fréville, o socialismo, por outro lado,

[p]õe fim ao desperdício econômico e à anarquia da produção, abre possibilidades imensas de trabalho, apela para a energia criadora das massas. Apoiar-se na técnica a mais aperfeiçoada que lhe legou o capitalismo, na ciência desprezada e amordaçada pela burguesia, tornando essa ciência sua melhor aliada (Fréville, 1945, p. 34).

A NEP nada mais é, portanto, do que o estágio em que o socialismo alcança seu máximo potencial. A racionalização da produção encerra o “desperdício econômico”, ao passo



Igrejas, meios de comunicação e escolas: aparelhos ideológicos do Estado; Exército e polícia: aparelhos repressivos do Estado

que o planejamento central supera a “anarquia da produção”, uma vez que agora são produzidos valores de uso com a finalidade de saciar as necessidades humanas. A técnica “mais aperfeiçoada que lhe legou o capitalismo” é absorvida e aplicada pela mediação do projetista e a partir dos desígnios das massas, cuja “energia criadora” a adapta, aperfeiçoando-a e destruindo o desprezo e a mordaza com os quais a burguesia trata a ciência.

Não se pode, porém, considerar que tal conquista deriva unicamente de um desenvolvimento “natural” do socialismo marxista. Sendo este próprio uma teoria, uma abstração pertencente à superestrutura, só pôde efetivar-se e desenvolver-se na China pois encontrou sustentação na vida ativa dos homens chineses, em sua prática material. Quem reconhece isso é o próprio Mao Zedong:

A razão pela qual o marxismo-leninismo desempenhou um papel tão importante na China desde sua introdução é que as condições sociais da China o exigiam, que ele foi vinculado à prática real da revolução do povo chinês e que o povo chinês o compreendeu. Qualquer ideologia — mesmo a melhor, até mesmo o próprio marxismo-leninismo — é ineficaz se não estiver ligada às realidades objetivas, se não atender às necessidades objetivamente existentes e se não for assimilada pelas massas populares (Mao, 2013, p. 335, tradução nossa).

A NEP se apresenta, portanto, como o novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas chinesas. Nela, a tomada de poder pela classe trabalhadora manifesta-se na superestrutura pelas figuras do planejador central e do projetista e pela absorção da técnica legada pelo capitalismo, mas também na própria relação entre estrutura e superestrutura, ao tornar possível um modo de produção dinâmico, racionalizado e permeável ao aprimoramento constante.

Como demonstrou Gramsci, a superestrutura que garante a hegemonia de uma classe pode ser conquistada por uma classe insurgente durante um processo revolucionário. Na NEP, a superestrutura é conquistada pela totalidade da sociedade, de forma que esta última pode usufruir plenamente do patrimônio imaterial da humanidade. Vigotski, célebre pensador soviético, parece intuir esse processo ao discorrer sobre a ciência em uma dinâmica socialista:

Ser donos da verdade sobre a pessoa e da própria pessoa é impossível enquanto a humanidade não for dona da verdade sobre a sociedade e da própria sociedade. Pelo contrário, na nova sociedade [a sociedade socialista], nossa ciência se encontrará no centro da vida. “O salto do reino da necessidade ao reino da liberdade” formulará inevitavelmente a questão do domínio de nosso próprio ser, de subordiná-lo a nós mesmos (Vigotski, 1991, p. 406).

Compreende-se assim que o domínio da classe trabalhadora sobre a produção é condição *sine qua non* para a NEP, uma vez que somente por meio dele é possível conceber tal relação entre a ciência e a produção. Numa sociedade em que a massa participa da decisão sobre a técnica, torna-se possível planejar a produção por meio de uma ligação direta com a vida social dos cidadãos.

Essa participação dos trabalhadores inaugura, então, uma nova dinâmica de reprodução social, em que eles passam a atuar na produção (e na história) enquanto indivíduos singulares, dotados de autonomia e libertos das limitações impostas por uma divisão de classes:

[A] relação coletiva em que entraram os indivíduos de uma classe e que era condicionada por seus interesses comuns diante de um terceiro foi sempre uma coletividade à qual os indivíduos pertenciam apenas como indivíduos médios, somente enquanto viviam nas condições de existência de sua classe; uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membros de uma classe. Ao contrário, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam sob seu controle suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade, dá-se exatamente o inverso: nela os indivíduos participam como indivíduos (Marx; Engels, 2007, p. 66).

O fenômeno antecipado por Marx é precisamente a base material do que Jabbour *et al.* (2020, p. 27) definem como uma produção racional e consciente de valores de uso: é a gerência dos trabalhadores sobre sua própria reprodução material. A produção dos valores de uso que, por sua utilidade, atenderão às necessidades da coletividade substitui assim a hegemonia do mercado observada no capitalismo.

É esse mercado, o mesmo que coordena as relações sociais no capitalismo, que foi absorvido pela NEP e transformado em um instrumento do planejamento econômico racional. Nas palavras de Deng Xiaoping:

A superioridade do socialismo deve ser demonstrada com um maior desenvolvimento das forças produtivas, por isso devemos continuar fazendo uso de alguns métodos capitalistas úteis. Está claro agora que o caminho certo é se abrir para o mundo, combinar uma economia planificada com uma economia de mercado e introduzir reformas estruturais (Deng, 1994, tradução nossa).

Essa estratégia está plenamente alinhada à NEP: ela assume a utilização de “métodos capitalistas” para desenvolver as forças produtivas chinesas, sem com isso abandonar o socialismo e a planificação econômica. O mercado torna-se, portanto, um instrumento para o desenvolvimento da sociedade, enquanto no capitalismo essa relação é precisamente a inversa: é a sociedade que serve de instrumento para o desenvolvimento do mercado.

Poder-se-ia argumentar que tal perspectiva acerca do mercado advém unicamente das necessidades imediatas da economia chinesa, incluída em um mundo dominado pelo modo de produção capitalista. Porém, o próprio Marx antecipou-a já na década de 1840, o que atesta sua legitimidade enquanto desenvolvimento lógico do socialismo:

Ou como se explica que o comércio, que não é mais do que a troca de produtos de indivíduos e países diferentes, domine o mundo inteiro por meio da relação de oferta e procura — uma relação que, como diz um economista inglês, paira sobre a terra igual ao destino dos antigos e distribui com mão invisível a felicidade e a desgraça entre os homens, funda e destrói impérios, faz povos nascerem e desaparecerem —, enquanto com a superação da base, da propriedade privada, com a regulação comunista da produção e, ligada a ela, a supressão da relação alienada dos homens com seus próprios produtos, o poder da relação de oferta e procura reduz-se a nada e os homens retomam seu poder sobre a troca, a produção e o modo de seu relacionamento recíproco? (Marx; Engels, 2007, p. 39).

A superação da base material que mantém a hegemonia do mercado sobre a sociedade, isto é, o próprio modo de produção capitalista, permite assim que ele possa ser apropriado enquanto instrumento sob a “regulação comunista da produção”. A utilização do mercado pela NEP é, novamente, demonstrativo do desenvolvimento das forças produtivas chinesas, e não o contrário.

Em suma, a diversidade instrumental da NEP aparece ao materialismo histórico-dialético fundado por Marx e Engels como uma manifestação do desenvolvimento das forças produtivas chinesas. A participação da classe trabalhadora no planejamento econômico, mediada pelo projeto, possibilita a elaboração de uma superestrutura racionalizada e popular, dotada de uma relação dinâmica com a estrutura que permite a ambas, estrutura e superestrutura, o aperfeiçoamento constante.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como antecipado na introdução, o objetivo deste artigo não foi discutir o estágio atual da economia chinesa em seus pormenores. Tratou-se de uma análise teórica, elaborada a partir das contribuições de célebres autores do marxismo e da NEP.

O diálogo entre essas duas correntes não é, de nenhuma maneira, inédito. Ignácio Rangel foi muito influenciado pelo marxismo, e o mesmo pode ser dito dos seguidores de sua vertente intelectual. Ocorre que, em todas as obras encontradas na revisão sistemática de literatura que precedeu este trabalho, a NEP foi analisada por meio do conceito de formação econômico-social.

Apesar de se tratar de um importante instrumento para a análise marxista, ele não é a única maneira de compreender a NEP de forma materialista. Como se pretendeu demonstrar, uma análise da categoria de superestrutura aponta para o mesmo sentido: a emergência

de um socialismo desenvolvido o suficiente para utilizar, na plenitude de seu potencial histórico, os instrumentos técnicos da superestrutura legada pelo capitalismo e por qualquer outro modo de produção realizado pela humanidade.

A aplicação de uma nova abordagem marxista para a análise da NEP é uma importante contribuição para o fortalecimento desse conceito, cuja relevância para a compreensão do processo histórico chinês torna necessárias novas agendas de pesquisa para sua investigação. Nestas, a multidisciplinaridade analítica e a atenção aos determinantes materiais da realidade histórica são fortemente recomendadas.

* Bacharel em Ciências Econômicas e doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp; Unicamp). Pesquisador em nível de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 27 de novembro de 2024.

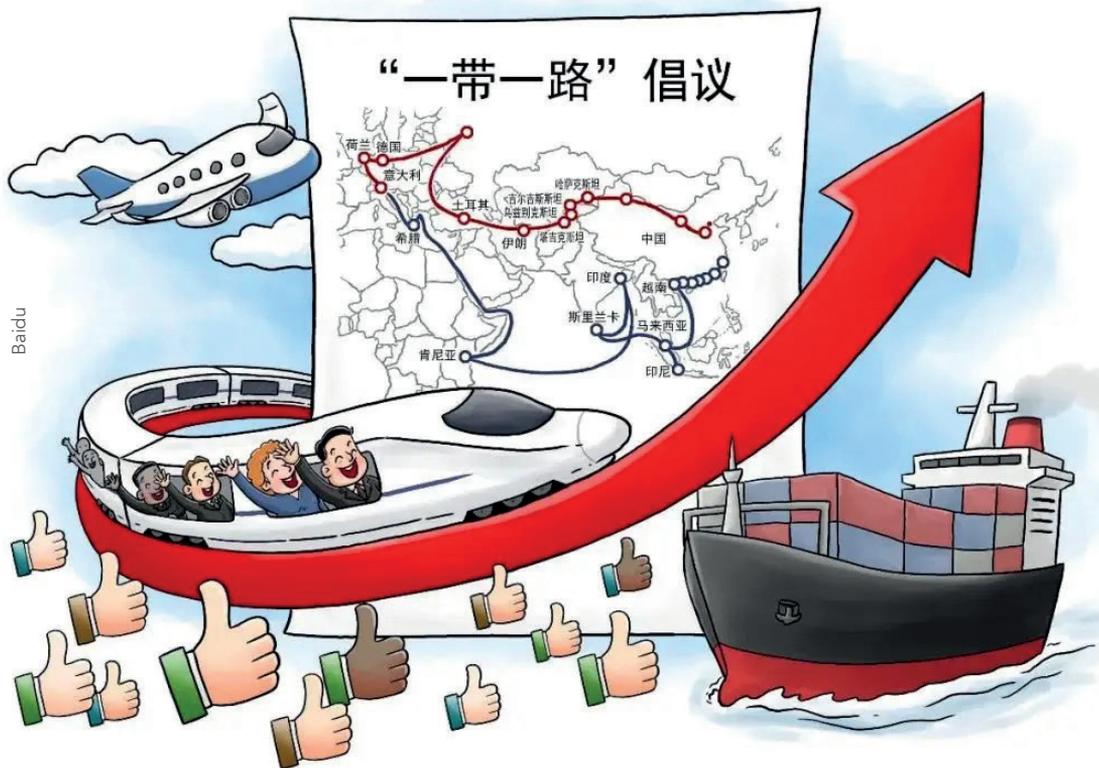
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, society and culture**. 2. ed. New York: Wiley-Blackwell, 2001. v. 3: End of Millenium.
- DENG, Xiaoping. There is no fundamental contradiction between socialism and a market economy. *In: _____*. **Selected works of Deng Xiaoping**. Beijing: Foreign Languages Press, 1994. v. 3, p. 99-101.
- _____. We can develop a market economy under socialism. **Selected works of Deng Xiaoping**. Beijing: Foreign Languages Press, 2014. v. 2, p. 169-173.
- ENGELS, Friederich. Carta a Franz Mehring. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1985a. v. 3, p. 556.
- _____. Carta a Joseph Bloch. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1985b. v. 3, p. 547-549.
- FRÉVILLE, Jean. **Trechos escolhidos de Marx, Engels, Lênin e Stálin sobre literatura e arte**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945. (Coleção de Estudos Sociais).
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos J. Considerações iniciais sobre a nova economia do projetamento. **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 73-42, 2020.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projetamento à globalização insti-tuída pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.
- JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projetamento: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020.
- LÊNIN, Vladímir I. A que herança renunciamos?. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1977a. v. 2, p. 505-550.
- _____. A revolução educa: 26 (13) de julho de 1905. *In: _____*. **Marxists Internet Archive**, maio 2007. Tradução José André Lôpez Gonçalves. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1905/07/26.htm>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- _____. O que fazer: problemas candentes do nosso movimento. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1977b. v. 1, p. 79-214.
- MAO, Zedong. The bankruptcy of the idealist conception of history. *In: _____*. **Selected works of Mao Tse-Tung**. Oxford: Pergamon, 2013. v. 4, p. 447-450.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, distribuição e estratégia sob Mao: legados do maocismo para o desenvolvimento da China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 27-51, 2019.
- RANGEL, Ignácio. **Elementos de economia do projetamento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WORLD BANK GROUP. **Data: life expectancy at birth**. Washington, D.C.: World Bank Publications, 2024. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>>. Acesso em: 20 out. 2024.
- _____. **Four decades of poverty reduction in China: drivers, insights for the world, and the way ahead**. 1. ed. Washington, D.C.: World Bank Publications, 2022.

O papel da nova economia do projeto para uma ordem multipolar

The role of the new project economy for a multipolar order

Rui Miguel da Cunha Campos*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.008>



Charge chinesa destaca possibilidades de cooperação internacional da China

RESUMO

A partir do conceito de hegemonia, este artigo procura relacionar a dinâmica multipolar na ordem internacional com o projeto chinês de desenvolvimento nacional. O objetivo é descrever a situação interna chinesa — com a nova economia do projetamento — e encontrar uma síntese para a noção de hegemonia no atual contexto internacional. Pretende-se, com este exercício, dar um contributo para o aprofundamento do conhecimento teórico sobre o socialismo. Será feita uma breve contextualização histórica do processo chinês de desenvolvimento e, posteriormente, o artigo procurará introduzir um conjunto de conceitos de forma que seja possível encontrar uma síntese. Com esta contribuição, pretende-se acrescentar, ou iniciar, uma reflexão em torno do conceito de hegemonia nesta nova era multipolar. Conclui-se que existe espaço para uma análise mais aprofundada, que faça uso do método teórico-prático a partir de dados econômicos e militares, que são os pilares da hegemonia no espaço internacional.

Palavras-chave: Hegemonia. Multipolaridade. Socialismo.

ABSTRACT

Based on the concept of hegemony, this article seeks to relate the multipolar dynamics in the international order with the Chinese project of national development. We intend to describe the Chinese internal situation — with the new projectment economy — and find a synthesis for the concept of hegemony in the current international context. Our purpose is to contribute to the deepening of theoretical knowledge about socialism. A brief historical contextualization of the Chinese development process will be made in an initial section. Subsequently, the article will seek to introduce a set of concepts so that it can be possible to find a synthesis. With this contribution we intended to add, or begin, a reflection around the concept of hegemony in the new multipolar era. It is also concluded that there is possibility for a more in-depth analysis that combines the theoretical-practical method based on economic and military data, which are the pillars of hegemony in international space.

Keywords: Hegemony. Multipolarity. Socialism.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos, coletivamente, uma época de transição histórica em que crescem as tensões e contradições, de consequências imprevisíveis, mas na qual existe espaço para a superação dialética. Chamemos-lhe época da transição multipolar. O que significa isso? Em primeiro lugar, pode-se afirmar que a hegemonia estadunidense tem perdido a sua capacidade absoluta no plano econômico, militar e, até certo ponto, político-cultural (Desai, 2015). A multipolaridade constitui-se, portanto, a partir do declínio relativo da ordem atlântica.

Em segundo lugar, outros países — entre eles a China — assumem um papel de destaque no plano internacional, algo intrinsecamente ligado à formação da multipolaridade. A República Popular da China, país que historicamente integra o Sul Global, tem construído o seu processo de desenvolvimento nacional num contexto internacional que, desde a fundação do país, foi-lhe adverso. Em decorrência de decisões de âmbito interno e do aproveitamento das contradições do sistema internacional, a China é hoje uma potência regional e, cada vez mais, um país com peso global.

A multipolarização é um processo. A ordem multipolar que está em construção não é homogênea e não encontra apenas na China os seus motores. Corresponde, sim, à necessidade objetiva que os países do Sul Global, mas não só eles, têm de afirmar os seus projetos nacionais e a sua soberania. Não é homogênea porque encontramos, nessa nova ordem em construção, uma variedade de projetos nacionais, cada um com a sua historicidade e contradições.

Em todo o caso, é possível encontrar uma universalidade em todas essas particularidades. Essa universalidade é, pois, a procura de desenvolvimento. A multipolarização constitui-se com base em um projeto de desenvolvimento nacional, em contradição com o modelo ainda hegemônico de periferação do Sul Global.

Este artigo pretende oferecer uma concepção sobre o papel da hegemonia num quadro mundial marcado pela multipolarização, e considerando as características da formação social complexa da China e do metamodo de produção. É objetivo central do artigo discutir o conceito de hegemonia sob uma perspectiva dialética e revolucionária.

2. NOÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO

A trajetória da China, enquanto país do Sul Global, é enquadrada historicamente naquilo que foi o Século da Humilhação, mas também no longo processo que culminou com a Revolução de 1949. Desde a entrada de tropas estrangeiras em seu território e a imposição de tratados desfavoráveis até a tomada de poder pelo Partido Comunista Chinês, a história do país pode ser observada a partir das diferentes contradições que existiam na sociedade chinesa. A dominação estrangeira (Mühlhahn, 2019, p. 91-94) e seus efeitos iniciaram-se com as Guerras do Ópio. Entre 1839 e 1860, a China enfrentou duas guerras de invasão e foi forçada a assinar acordos de rendição com condições extremamente desfavoráveis.

Duas guerras, e a subsequente pilhagem estrangeira de recursos e soberania, que tiveram consequências econômicas, sociais e políticas. Com uma classe dominante estagnada, incapaz de promover as mudanças necessárias, o país passou por uma fase marcada por um conjunto de conflitos (a Rebelião Nian, a Rebelião de Taiping, a consequente guerra civil) que contribuiu para o agravar da situação nacional.



Ilustração retrata uma batalha das Guerras do Ópio (1839-1860), dois conflitos entre a Grã-Bretanha e a China que resultaram no declínio do Império Chinês

Após esse período, o país entrou numa época um pouco mais estável, ainda que as contradições se mantivessem vivas, com a China a sofrer os efeitos de um conjunto de tratados que estipulavam obrigações desiguais e de um modelo político-econômico que não permitia o rompimento com as cadeias imperialistas, além das sucessivas guerras e conflitos locais. O contato, ainda que de uma forma colonial e imperialista, com a tecnologia ocidental, permitiu à China concluir que precisava se modernizar não só no plano material, mas também nas concepções teóricas que orientavam o Estado e a sociedade. Nesse sentido, o contributo de Bastid-Bruguière (1980) é importante para compreender as transformações que foram ocorrendo na sociedade chinesa durante o período final da dinastia Qing (1636-1912). A autora fala de mudanças no plano militar — modernização de equipamento e de métodos e substituição e renovação de lideranças —, que foram impulsionadas, ainda mais, pela Guerra Sino-Japonesa e a consequente derrota da China, que novamente foi forçada a ceder partes do seu território, recuperadas apenas após a Segunda Grande Guerra. No plano econômico, a autora refere também o aparecimento de um conjunto de novos atores que se encontram inicialmente ligados aos comerciantes estrangeiros, mas que progressivamente adquirem uma dinâmica própria e até autonomia. Ainda assim, refere Lasek (1980) que a burguesia, enquanto classe, só aparece nos últimos cinco anos da dinastia.

A jovem república herdou um país dividido, sob o jugo de tratados neocoloniais e com uma economia largamente feudal, onde o capitalismo ainda dava os seus primeiros passos. Esse período fica marcado, no plano internacional, pelo eclodir das duas grandes guerras e também pela Revolução Bolchevique, que servirá de inspiração para a formação do Partido Comunista Chinês, uma das principais forças nascidas nesse período republicano, ao lado do Kuomintang.

A sociedade chinesa pós-1911 passou por um conjunto de mudanças quantitativas e qualitativas. A estrutura econômica, apesar de ter mantido a sua configuração semifeudal, permitiu o crescimento de alguma indústria nas zonas urbanas. Os movimentos populares e dos trabalhadores começaram a assumir um papel mais ativo, ainda que as suas reivindicações fossem sobretudo econômicas, não fazendo a ligação com a luta mais geral e política. Ao mesmo tempo, proliferaram focos de tensão e rebelião. O momento histórico que se seguiu fica marcado pela existência de diversos focos de poder militar (Fairbank; Feuerwerker, 1986; Wasserstorm, 2022). Apesar das mudanças políticas e sociais, no plano econômico a situação não sofreu alterações particularmente significativas. Persistiam os problemas que acompanhavam a China havia várias décadas, e em alguns casos — como na produção agrícola — verificou-se um agravar da situação. O baixo nível de produtividade agrícola, argumentam Grove e Esherick (1980), não permitiu, por sua vez, que fosse criado o excedente necessário para financiar a industrialização. No geral, a estrutura econômica — com a concentração de terra nas mãos de uma pequena minoria —, o baixo desenvolvimento tecnológico e a consequente produtividade aquém do necessário fomentaram uma situação que não só não permitia o desenvolvimento como também criava dificuldades de enorme envergadura para satisfazer as necessidades básicas da população. Durante esse período também teve início a Primeira Guerra Mundial, uma guerra para a qual a China foi atirada por pressão imperialista, e da qual saiu bastante prejudicada. Em face do que consideravam ser uma atitude passiva e de submissão, movimentos liderados por estudantes — o Novo Movimento Cultural e o Movimento Quatro de Maio¹ — reclamavam mudanças estruturais. A traição ocidental, a agressão japonesa e a inação do governo nacional eram a base para justificar uma rejeição do caminho seguido até então (Wasserstorm, 2022, p. 138-140).

A luta por poder e a tentativa de unificar o país marcaram grande parte da primeira metade do século XX no país. Diversos senhores da guerra passaram a exercer o poder nas regiões que controlavam, e a autoridade do governo central foi severamente diminuída. É também durante essa época que os dois grandes movimentos que visavam unificar a China nascem: o Kuomintang (KMT) e o Partido Comunista da China (PCCh), fundados em Xangai em 1919 e 1921, respectivamente. Política e militarmente, esses dois partidos enfrentaram-se de forma quase ininterrupta ao longo de sua história. Os períodos de trégua foram a guerra de libertação nacional e a Segunda Guerra Mundial, quando os dois polos de poder aceitaram cooperar, algo que encontrou o seu limite após a derrota do imperialismo japonês, com o KMT a procurar eliminar de vez o PCCh, o que acabou, na verdade, por resultar na vitória do Partido Comunista e a fuga de Chiang Kai-shek para a ilha de Taiwan.

Esta introdução muito breve à história da China anterior à Revolução de 1949 serve como base para compreender o longo processo de desenvolvimento nacional que essa interrupção histórica iniciou. A partir de 1º de outubro de 1949, tem início a construção do socialismo.

O texto “Sobre a democracia nova”, em larga medida, serve de guia para a política que foi construída nos primeiros anos da república. Tratava-se, efetivamente, de pôr em prática um projeto que fosse capaz de modernizar o país, de capacitá-lo no plano material e de afirmar sua soberania. Nesse sentido, como refere Bramall (2008, p. 86), a política socializante foi sendo aplicada de forma gradual. Não houve coletivização da agricultura e as nacionalizações também não avançaram a um ritmo acelerado. Durante os primeiros anos

¹ Sobre o Movimento Quatro de Maio, cf. Chow (1969).

As lições que se podem retirar do processo chinês são valiosas e podem ajudar também a repensar o funcionamento das sociedades ocidentais e a relação que estas têm com o restante do mundo. É paradigmático que, enquanto a China procura estabelecer uma cooperação internacional baseada em ganhos mútuos, o Ocidente se preocupa em fomentar guerras, golpes de Estado e terrorismo para manter a sua hegemonia

da revolução, entre 1949 e 1953, o Estado chinês conseguiu conter a inflação e lançar as bases para a transformação socialista da economia (Naughton, 2007, p. 64-65). O 1º Plano Quinquenal, de inspiração soviética, vigorou entre 1953 e 1957, e durante esse período, como explica Naughton (2007, p. 67), apesar da notória influência soviética, que se fazia sentir não só nas políticas, mas também pela ajuda material que ia chegando ao território, a economia da China ainda funcionava de uma maneira mista, havendo bastante produção privada, sobretudo no meio rural. É já no final do plano quinquenal, em 1956, que a política socializante se acentua, com um conjunto de medidas que visavam à coletivização e à nacionalização da produção industrial e rural.

Durante esse período, importa referir, tem lugar a Conferência de Bandung, e dela nasce o Movimento dos Não Alinhados. Um evento que terá profundo impacto naquilo que é a política externa da RPC e cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir. Essa primeira fase não gerou os resultados desejados pela liderança do PCCh, o que motivou o Grande Salto para a Frente (GSF). Tal estratégia correspondeu ao desejo do PCCh, sob a liderança de Mao, de aumentar a produção industrial. Isso implicou a redução na produção de bens de consumo, bem como a transferência de mão de obra rural para o setor industrial, o que por sua vez levou à redução da produção agrícola. Os resultados dessa linha política são sobejamente conhecidos. Entretanto, no decorrer do GSF, deu-se a cisão sino-soviética, o que significou o fim da cooperação entre a China e a URSS, mas também da ajuda financeira e sobretudo técnica que o país dos soviéticos prestava à RPC.

Essa aceleração do processo acabou por ter o efeito contrário ao pretendido, e em 1961, após visitas de inspeção por parte de altas lideranças do PCCh, acaba a política do GSF. Apesar de, no geral, ter sido um falhanço, como afirma Bramall (2008, p. 139), a GSF permitiu que milhões de agricultores tivessem acesso a ferramentas e técnicas de produção industrial, um fator que irá ter importância a partir dos anos 1970 e, sobretudo, a partir das reformas de Deng Xiaoping (Cheng, 1971, p. 4). Nos anos subsequentes, assistiu-se a uma

reorientação política que permitiu, por exemplo, a abertura de mercados, dando a possibilidade aos produtores de vender. Fecharam-se fábricas ineficientes e instituíram-se ferramentas de incentivo material para os trabalhadores, como forma de aumentar a produção, numa lógica oposta à do voluntarismo anteriormente posto em prática. A China já não podia contar com a assistência soviética para o seu desenvolvimento, e a situação internacional comportava um conjunto de riscos, em particular a Guerra do Vietnã, com envolvimento do imperialismo estadunidense. Com o objetivo de proteger a soberania do país, e aproveitando as experiências do GSF, desenvolveu-se uma política — a Terceira Frente — de criação de indústrias em zonas montanhosas do interior.

Ainda durante essa fase foi posto em prática o Movimento de Educação Socialista, antecessor da Revolução Cultural. Esse movimento, como nota Meisner (1986, p. 273-277), foi uma tentativa, por parte de Mao, de combater aquilo que considerava serem “desvios burocráticos e capitalistas”. A Revolução Cultural foi uma nova tentativa de acelerar o processo de transformação social. A particularidade desse movimento foi a ênfase dada à questão cultural. Em outras palavras, era preciso construir o homem novo ao mesmo tempo que se construíam as forças materiais que libertariam o homem. Na ótica maoista, não era necessário esperar pelas condições objetivas. Em vez disso, as massas deveriam, a partir da sua subjetividade, impulsionar a transformação social.

A década de 1970 também foi palco de um conjunto de movimentações políticas internas, com disputas por poder e ensaios golpistas. Em 1972, a China restabelece relações diplomáticas com os EUA, sendo que, no ano anterior, já tinha recuperado o seu lugar nas Nações Unidas. É por essa altura que a política de abertura ao exterior se começa a desenhar, muito por iniciativa de Zhou Enlai e, mais tarde, Deng Xiaoping, antes de este ser afastado, em 1976. Efetivamente existia uma disputa pelo poder entre as facções do PCCh. Venceram os reformadores, e em dezembro de 1978, no 3º Plenário do 11º Comitê Central, é consagrado Deng Xiaoping como o novo líder máximo.

A nova liderança do PCCh considerou como tarefas fundamentais o desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento do socialismo. É, pois, frequente considerar que na China, após 1978, deu-se um processo de restauração capitalista e que o “milagre” econômico se deve à ação do mercado e não do Estado. Porém, ao contrário do que é induzido pelo pensamento dominante, esse foi um processo liderado pelo Estado chinês:

Retornando, assim, à contramão do pensamento hegemônico da grande maioria política, ideológica e acadêmica, acreditamos numa caracterização socialista do processo em curso na China. [...]al processo é caracterizado pela centralidade de uma superestrutura de poder diferente das existentes no centro e periferia capitalista do sistema, capaz de concentrar, pelo menos, duas ferramentas vitais à superação da anarquia da produção, a saber: (a) a propriedade sobre os setores estratégicos e com alto grau de monopólio da economia nacional; e (b) o planejamento (Jabbour, 2010, p. 33).

Apesar do processo de liberalização, da criação de um mercado, das privatizações e da abertura ao capital estrangeiro, o Estado manteve-se no comando da economia (Bramall, 2008, p. 463). Essa política é continuada por Jiang Zemin, sucessor de Deng Xiaoping. O seu período de governação fica marcado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001 — após a implementação de medidas que permitiram sua entrada na organização —, mas também pela recuperação de Hong Kong, em 1997,



Cerimônia de fundação da nação, de Dong Xiwen, pintura que retrata a proclamação da República Popular da China na praça da Paz Celestial, em 1º de outubro de 1949

e de Macau, em 1999, dois momentos de grande importância histórica para a China, que dava assim mais um passo para recuperar territórios que haviam sido roubados por forças imperialistas.

O aprofundar dessas políticas gerou, naturalmente, novas contradições no seio da sociedade chinesa. Essas novas contradições começarão a ser enfrentadas ainda durante a presidência de Jiang Zemin, mas é com a ascensão de Hu Jintao que nascem novas respostas aos problemas materiais do povo chinês — desigualdade social, poluição, corrupção — e às contradições relacionadas à necessidade de continuar no caminho do desenvolvimento. Isso significa, portanto, que o processo é ao mesmo tempo a causa e a solução das questões referidas.

Contradições como a dilapidação ambiental (Chen, J., 2007; Dong *et al.*, 2017; Fu *et al.*, 2007), a desigualdade de renda, a disparidade entre campo e cidade e a corrupção podem ser apontadas como as principais ameaças ao processo chinês na viragem do milênio e na chegada de Hu Jintao ao poder. Sucessivas mudanças quantitativas, que começaram a conhecer os seus limites históricos e exigiam, agora, mudanças qualitativas. Essas mudanças qualitativas encontraram uma expressão em ideias-chave como *sociedade socialista harmoniosa* ou *desenvolvimento científico*. Hu Jintao, no seu relatório ao 17º Congresso do PCCh, fala da importância de continuar o processo de desenvolvimento, mas com a acrescida necessidade de esse desenvolvimento ser feito de uma forma sustentável (Hu, 2007).

O governo de Hu Jintao dura até 2013, altura em que Xi Jinping assume o comando dos destinos da nação. No plano interno, a governação manteve e aprofundou o caminho para a sustentabilidade, e, quando se fala em desenvolvimento sustentável, não deve ser considerada apenas a questão ecológica, mas também, e sobretudo, a questão socioeconômica. Não poderá haver desenvolvimento sustentável sem a manutenção do crescimento quantitativo e qualitativo da economia.

Como devemos compreender as transformações que vêm tendo lugar? Partilhamos da opinião de Elias Jabbour e de outros, de que o que ocorre na China em termos de organi-

zação política, econômica e social corresponde a uma nova etapa da humanidade, e que, para compreender essa nova realidade material, são necessárias novas contribuições teóricas. As lições que se podem retirar do processo chinês são valiosas e podem ajudar também a repensar o funcionamento das sociedades ocidentais e a relação que estas têm com o restante do mundo. É paradigmático que, enquanto a China procura estabelecer uma cooperação internacional baseada em ganhos mútuos, o Ocidente se preocupa em fomentar guerras, golpes de Estado e terrorismo para manter a sua hegemonia.

3. NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E TRANSIÇÃO PARA UMA ORDEM MULTIPOLAR

3.1. HEGEMONIA: UMA INTRODUÇÃO

O propósito central deste artigo, na sua humilde contribuição, é procurar a relação entre a atual fase do processo de desenvolvimento da China, a política externa do país e o mundo multipolar. Para isso, integrar-se-á a este estudo uma reflexão acerca do conceito gramsciano de hegemonia.

Para Gramsci (1971), a hegemonia constitui-se na combinação entre o consentimento e a coerção. Para descrever essa dualidade do poder, o pensador italiano utiliza a alegoria do centauro – o ser híbrido da mitologia, mistura de homem e cavalo. Na visão de Lorenzo Fusaro (2019, p. 59), não se trata de afirmar a preponderância da coerção ou do consenso, mas sim de entender a natureza dialética desse centauro.

O centauro de Gramsci não deve ser conceituado como “meio homem, meio animal”, mas como uma síntese dialética entre os dois. [...] A hegemonia reconhecida como unidade dialética entre liderança e dominação não pode ser entendida como um oposto à dominação, nem a hegemonia pode ser entendida como possível “adição” à dominação.

Como mostra Gramsci, o processo de formação da hegemonia passa por diferentes etapas. Vejamos como o autor italiano procura traçar a evolução de um processo de formação de hegemonia e conquista do poder político à escala nacional:

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unir até que sejam capazes de se tornar um “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada com a da sociedade civil e, portanto, com a história dos Estados e grupos de Estados. Portanto, é necessário estudar: 1. A formação objetiva dos grupos sociais subalternos, pelos desenvolvimentos e transformações que ocorrem na esfera da produção econômica; sua difusão quantitativa e suas origens em grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e objetivos eles conservam por um tempo; 2. Sua filiação ativa ou passiva às formações políticas dominantes, suas tentativas de influenciar os programas dessas formações para pressionar reivindicações próprias e as consequências dessas tentativas na determinação do processo de decomposição, renovação ou neoformação; 3. O nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, destinados a conservar o consentimento dos grupos subalternos e a manter o controle sobre eles; 4. As formações que os próprios grupos subalternos produzem para pressionar reivindicações de caráter limitado e parcial; 5. Essas novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas dentro do antigo quadro (Gramsci, 1971, p.52, tradução nossa).

Não se trata de caracterizar a multipolarização como o fim do poderio estadunidense, mas como uma reconfiguração do espaço internacional em torno de novas centralidades. Essa reconfiguração tem levado, e continuará a levar, ao aumento das tensões entre os países emergentes e os países dominantes, que, perante uma crescente incapacidade em enfrentar as suas contradições internas, procurarão uma saída para as crises através do conflito e da guerra

Conforme podemos depreender, a hegemonia amadurece atravessando diferentes fases. Num primeiro momento, as classes subalternas se encontram sob influência não só política, mas também ideológica das classes dominantes. Algo a que alude Palácio de Azevedo (2025, p. 45):

Quando chegamos ao mundo, já pertencemos a um grupo social particular. Junto a ele, adquirimos ideias, práticas, valores e convicções, que são também de todos os indivíduos inseridos no mesmo modo de vida. Essa dimensão simbólica, contudo, é atravessada pelas assimetrias de classe que marcam a vida social. Os segmentos hegemônicos conseguem elaborar sua consciência de maneira mais sólida e menos fragmentada. Em primeiro lugar, porque sua experiência assenta-se em longa trajetória. Além disso, os grupos dominantes têm à sua disposição um enorme volume de recursos, incluindo quadros nas mais diversas áreas.

Em outras palavras, as contradições do modo de produção capitalista são a força dos grupos dominantes, mas são essas mesmas contradições que possibilitam a superação dialética do estado de coisas, desde que as classes subalternas tenham a capacidade de se constituir como poder político, aliando a evolução das condições objetivas à elevação de sua própria subjetividade. Isso nos leva a integrar à análise outro conceito: o de *bloco histórico*. Como refere Leandro Galastri (2009, p. 81), “o ‘bloco histórico’ de Gramsci [...] assume-se como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico”. É a partir deste bloco histórico hegemônico que se gera, pelas contradições, a possibilidade de um bloco histórico contra-hegemônico. Serafettin Yilmaz (2014) faz uma interessante transposição do conceito em sua ótica original para o espaço internacional, ao elencar as diferentes etapas do processo

hegemônico (corporativo, classista e político), ligando-as ao momento histórico contemporâneo no plano global.

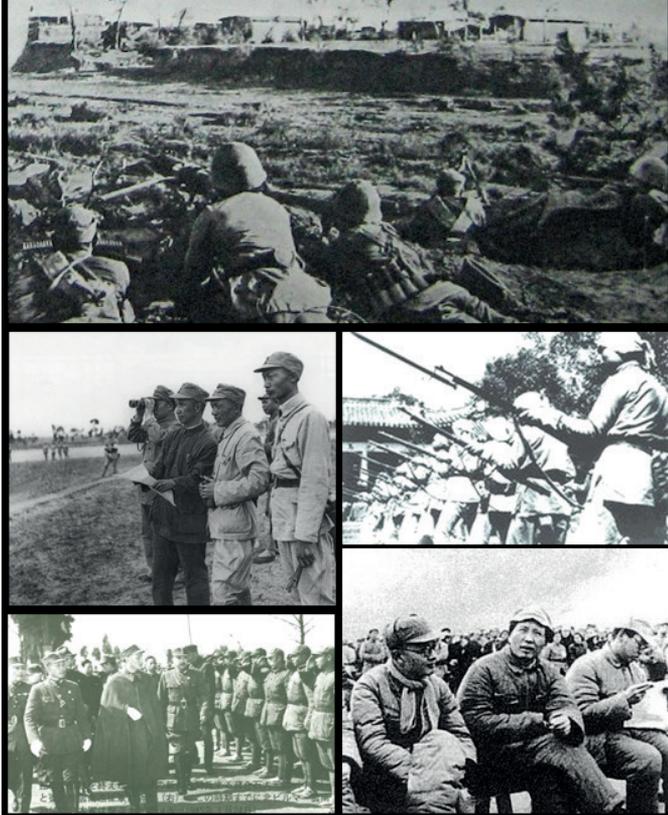
Sobre a relação entre os planos nacional e internacional, importa indagar qual deles teria precedência na constituição da hegemonia. Nesse aspecto, a obra gramsciana é objeto de diferentes interpretações. Autores como Antoniades (2008; 2018); Bieler, Bruff e Morton (2015); Femia (2005); Ives e Short (2013); Fusaro (2019); Gil e Law (1993); Morton (2003; 2007) e Shilliam (2004) variam, na sua análise, entre um foco na transnacionalidade ou na centralidade da nação no processo de formação da hegemonia, havendo ainda espaço para trabalhos que procuram consensualizar ambas as visões. Haverá uma base nacional ou, na era da globalização capitalista, estaremos perante a pura transnacionalidade da hegemonia, à semelhança do que afirmam Hardt e Negri (2001)?

Seja como for, o fato é que, a propósito das classes dominantes e subalternas, Gramsci considera que, mesmo em caso de rebelião, as classes subalternas estão condicionadas à atividade das classes dominantes (1971, p. 55). Se extrapolarmos essa visão para a esfera internacional, verificaremos que os países, mesmo empreendendo processos soberanos e independentes, encontram-se condicionados ao modo de produção dominante. Não basta, portanto, apesar de ser esta uma condição essencial, que um país ou nação encete um caminho alternativo. É preciso superação, numa escala maior, da subordinação inerente às relações de tipo capitalista e imperialista. E essa superação é um processo previsivelmente demorado², que envolve diferentes fases, como veremos adiante.

Na visão de Cox (1983), a hegemonia, no plano internacional, é uma ordem no âmbito de uma economia mundial e com um modo de produção dominante, e este influencia de forma determinante todos os países. O termo *príncipe moderno*, que na concepção de Gramsci se referia ao partido revolucionário, capaz de levar adiante a política historicamente necessária, mobilizando as forças sociais existentes e atribuindo-lhes um caráter revolucionário, pode ser utilizado nas relações internacionais? Não existe, no momento presente ou como perspectiva, um partido ou uma organização que agregue um conjunto suficiente de forças sociais capaz de assumir o poder político no espaço internacional. Como alternativa, propomos falar de uma multiplicidade de príncipes modernos, de índole diversa e até contraditória, que, pela sua natureza e posição histórica, constituem-se objetivamente favoráveis à reformulação da ordem internacional.

Partimos do pressuposto de que a época atual é marcada pela necessidade de transição a um modelo de desenvolvimento que inclua a questão do planejamento na lista de prioridades. Essa necessidade torna-se mais evidente se considerarmos os diversos problemas que assolam a humanidade, com particular incidência sobre os povos do Sul Global. Aos príncipes da era moderna cabe a tarefa política, de grande envergadura, de conseguir a mobilização de forças sociais e de as dirigir com sucesso. Não é concebível uma fórmula política capaz de agregar países que, apesar da unidade objetiva, têm realidades bastante diferentes e perspectivas distintas sobre o modelo de sociedade a construir internamente. A unidade possível é aquela que diz respeito à estrutura da ordem internacional e à dinâmica de luta de classes, e é nesse sentido que o combate político, o combate pela hegemonia é travado.

² Gramsci (1971, p. 177, tradução nossa) refere: “Dois princípios devem orientar a discussão: 1) nenhuma sociedade deve impor-se tarefas para cuja realização as condições necessárias e suficientes não existam ou ao menos não comecem a surgir e a desenvolver-se; 2) nenhuma sociedade se desagrega e pode ser substituída antes de ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações internas.”



Cenas da Guerra Civil Chinesa, conflito que ocorreu na China entre 1927 e 1949, envolvendo o Partido Nacionalista Chinês (KMT), liderado por Chiang Kai-shek, e o Partido Comunista Chinês (PCC), liderado por Mao Zedong. Foi um período de intensa luta e violência, com diferentes fases e períodos de guerra e paz, que culminou na vitória comunista e na formação da República Popular da China

Enquanto processo, a hegemonia passa por diferentes fases até alcançar a fase de maturação, se assim quisermos chamá-la. Argumenta Fusaro (2019, p. 83) que esse processo começa com a transformação em nível nacional, com o alcançar de poder político, o que reforça a ideia do estudo das particularidades de cada Estado na compreensão da sua política externa. Posteriormente, continua o autor, no espaço internacional a hegemonia torna-se fundamental para a continuação da acumulação de capital e segue um conjunto de fases — econômica, militar e política — até se tornar uma hegemonia plena. Mas o que caracteriza um Estado hegemônico? Fusaro, a partir de Gramsci, põe em evidência pontos importantes para determinar a hierarquia de poder entre Estados: a extensão do território, considerando-se a população de um país; o poderio econômico; o poder militar, que é uma síntese dos dois anteriores; finalmente, a posição ideológica que um país assume diante da história, ou seja, se ele representa as forças progressistas (Fusaro, 2019, p. 78).

Fusaro, na sua exposição sobre hegemonia, procura integrar também o conceito de imperialismo. Argumenta o autor que um Estado hegemônico é um Estado imperialista (Fusaro 2019, p. 130). Se a hegemonia é necessária para a reprodução capitalista, então como poderemos situar a China em termos de modelo econômico-social? Para o autor, a China é uma economia capitalista com hegemonia regional. Seguindo a lógica de Fusaro, de que a China é uma economia capitalista, chegaremos a uma situação de classificar o país, em última análise, como imperialista, pois é essa a última etapa de um país capitalista. Será essa a única possibilidade de análise?

Considerando o parágrafo anterior, é possível utilizar uma outra perspectiva para analisar a questão. Jabbour, Dantas e Vadell (2021), num artigo publicado recentemente, dão-nos uma pista importante para iniciar a pesquisa ao relacionarem o surgimento de uma “nova formação econômico-social” — o socialismo de mercado — com a Nova Rota da Seda. Fazendo a tal correspondência entre o aspecto nacional da política e seu reflexo internacional, os autores procuram demonstrar que a China entra numa nova fase do seu

processo de desenvolvimento e que, no plano internacional, a grande evidência disso é a Nova Rota da Seda.

Conforme essa corrente de análise, ou perspectiva teórica, e com particular atenção ao caso da China, as obras analisadas consideram a questão da hegemonia a partir de alguns pontos: a formação de hegemonia começa no campo econômico, e só depois passa para a seara política e militar; a hegemonia é uma questão nacional, ou seja, é exercida no plano nacional primeiramente, e só depois, se houver as condições para tal, é que haverá um exercício na esfera internacional. Enquadramos tanto o trabalho de Rucki (2011) como o de Fusaro (2017) nesse campo. A par da formação de hegemonia, encontramos, em ambos os trabalhos, uma atenção particular à questão do modelo de desenvolvimento da China. É esse, aliás, um dos pontos em que acreditamos que pode ser dado um novo contributo. Trata-se, portanto, de definir uma formação social que, pela sua complexidade, obriga-nos a repensar determinados conceitos e ideias. E é nesse ponto que aqueles dois trabalhos acabam por entrar em esquemas binários de análise, ao optarem por fechar a questão em conceitos como *capitalismo de Estado*. Outro ponto importante, mencionado por ambos, diz respeito à caracterização da ordem internacional e ao papel que a China tem nessa ordem. De um lado, Rucki (2011) questiona se a crise capitalista de 2008 foi o prelúdio para a constituição de uma nova ordem. Fusaro (2017), por sua vez, considera que a China ainda está longe de se tornar uma potência hegemônica em termos mundiais, e que goza desse estatuto no plano regional. Essa discussão deverá levar-nos a procurar entender melhor a relação dialética entre o desenvolvimento nacional da RPC, a sua integração na ordem liberal e a consequente formação de uma outra ordem, paralela à dominante, multipolar. Li e Zhang (2018) consideram, por exemplo, que a problemática é mais bem entendida se usarmos o conceito de hegemonia interdependente, com base no qual encontramos, na ótica dos autores, uma relação de competição-cooperação da China e de outros países emergentes com os países que ainda mantêm uma hegemonia relativa, e não absoluta.

3.2. A ORDEM INTERNACIONAL

As relações de hegemonia entre Estados-nação estabelecem-se numa ordem internacional concreta, como vimos anteriormente. São consequência de um conjunto de leis do próprio modo de produção, como a tendência à concentração de riqueza e a consequente desigualdade ou a necessidade constante de expansão que o capitalismo tem — primeiro internamente, e mais tarde para fora das fronteiras do Estado, na sua fase imperialista. É também a partir das contradições do capitalismo e das suas crises que nascem oportunidades de superação do atual sistema hegemônico. Tal não significa, como também já aqui vimos, que a contradição é automaticamente uma condição para o progresso. Existem diversas formas de gerir contradições, e nem todas passam pela superação dialética e transformadora: a realidade capitalista trata de demonstrar que o próprio sistema tem encontrado diversas formas³

3 “Algo de semelhante se poderia acrescentar — adito em 2011 —, no que toca à identidade na diferença, correspondente aos novos desenvolvimentos decorrentes da reentronização remoçada do paradigma liberalista de um manchesterismo agora achicagaçado, da implosão do socialismo como bloco organizado de efetivo poder (abrindo as asas aos mais ousados voos de uma imaginação reencontrada), das reconfigurações expansivas (na ordem mundial) um traço constitutivo do capitalismo que, com larga antecipação, já Marx não deixara de entrever, mesmo no *Manifesto*, sob as roupagens engalanadas da ‘globalização’, das guerras pelo hegemonismo em clave de unipolaridade ordenante [...].” (Moura, 2012, p. 179-180)

— pela via da coerção também — de sobreviver. Esse fato, porém, não apaga as contradições, nem as resolve. A expansão constante do capitalismo é, dialeticamente, uma condição que dita, através da tendência da taxa de lucro em cair, a impossibilidade de expansão. Além disso, devemos mencionar que a concentração de riqueza e a pauperização da classe trabalhadora e demais classes não monopolistas leva, progressivamente, a uma situação de crise do capitalismo (Marx, 1997, p. 715-717). A literatura identifica alguns fatores fundamentais, e que se encontram inter-relacionados, para explicar e compreender a natureza das crises do sistema capitalista: superprodução e subconsumo, tendência da taxa de lucro em diminuir e anarquia da produção (Chattopadhyay, 2016; Giacché, 2011; Maniatis, 2012).

3.3. MULTIPOLARIDADE E METAMODO DE PRODUÇÃO (MMP)

Kellogg (2015) avança com uma proposta bastante interessante para se entender o que é a multipolarização e quais as bases desse processo. Entende o autor que a base do processo é a economia e que a análise deve ser feita através da teoria do desenvolvimento desigual e combinado formulada por Leon Trótski e ressuscitada por Radhika Desai⁴. Desai (2015), por sua vez, considera que a multipolaridade, ou pluripolaridade, é consequência da dialética entre o desenvolvimento desigual e o combinado, em que o último prevalece. Esse longo processo desenrolou-se ao longo de diferentes ondas, tendo como marcos fundamentais a Revolução de Outubro e, mais tarde, a Revolução Chinesa. É a partir do desenvolvimento combinado, afirmou Trótski, que os países em busca de desenvolvimento podem assimilar as técnicas mais avançadas sem a repetição dos ciclos e padrões do passado capitalista⁵. O mundo multipolar, enquanto realidade e processo, é caracterizado pela emergência de novos polos de poder, mas também pela manutenção dos polos existentes, nomeadamente as potências ocidentais. Não se trata de caracterizar a multipolarização como o fim do poderio estadunidense, mas como uma reconfiguração do espaço internacional em torno de novas centralidades. Essa reconfiguração tem levado, e continuará a levar, ao aumento das tensões entre os países emergentes e os países dominantes, que, perante uma crescente incapacidade em enfrentar as suas contradições internas, procurarão uma saída para as crises através do conflito e da guerra.

Enquanto realidade, a multipolaridade resulta de décadas de desenvolvimento quantitativo e qualitativo, mas também, como afirma Desai (2015), da incapacidade do Ocidente — influenciado por correntes neoliberais — em resolver as grandes contradições do capitalismo. Enquanto processo, que é sempre parte integrante da realidade, a multipolaridade encontra diferentes expressões em iniciativas de âmbito regional e global, sendo que a

⁴ “Conforme o desenvolvimento desigual e combinado [*uneven and combined development* — UCD], o desenvolvimento capitalista é inerentemente desigual, concentrado em países e regiões específicos. Assim como o capitalismo cria desigualdade de classes nas sociedades, ele cria desigualdade entre regiões, e assim, tal como a luta de classes na política interna, também há luta entre nações. Ao contrário de formulações banais de relações internacionais “realistas” sobre as eternas lutas interestatais, de acordo com o UCD a luta internacional é especificamente capitalista. As nações capitalistas mais avançadas procuram manter e ampliar as desigualdades e, portanto, sua capacidade de externalizar as consequências das contradições do capitalismo. Isso é, com efeito, o imperialismo. No entanto, o desenvolvimento combinado determina que essa não seja uma estrutura constante e imutável.” (Desai, 2015, p. 5-6, tradução nossa)

⁵ “O privilégio do atraso histórico — e tal privilégio existe — permite, ou melhor, impõe a adoção de tudo o que estiver pronto antes de uma determinada data, pulando toda uma série de etapas intermediárias.” (Trótski, 2000, p. 2, tradução nossa)

Nova Rota da Seda (NRS) é o exemplo maior, mas não único.

A NRS poderá desencadear profundos avanços para os países do Sul Global, numa lógica de desenvolvimento desigual e combinado, aprofundando dessa forma a multipolarização e, por consequência, a democratização do espaço internacional. Esse desenvolvimento combinado, como vimos, poderá se beneficiar dos profundos avanços no campo da ciência e tecnologia, permitindo aos países que foram historicamente condenados ao subdesenvolvimento não só recuperar com relativa rapidez a sua soberania, mas também encetar avanços quantitativos e qualitativos de grande importância. A multipolarização, enquanto processo de democratização do espaço internacional, apenas terá consequências se for capaz de pôr no centro a questão do desenvolvimento, a superação do valor e o progressivo aumento da produção voltada para a utilidade.

Ainda a propósito da ordem internacional, cremos ser importante referir a interpretação que supõe a existência de um metamodo de produção. É nessa proposta, de Elias Jabbour e Alberto Gabriele, que encontramos uma caracterização mais profunda da realidade contemporânea. Proposta essa que oferece um campo teórico dialético e histórico que permite situar o atual processo multipolar e o processo chinês de desenvolvimento. Está claro para ambos os autores que o modo de produção dominante é o capitalismo. Paralelamente a esse modo de produção (MP), existe uma “estrutura social parecida com um MP, embora mais abstrata e longeva historicamente do que o próprio MP capitalista” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 96). Essa situação histórica é caracterizada pela existência de um MP dominante em escala planetária e a coexistência de dois ou mais MPs em alguns países. A prevalência de um sobre o outro é algo indefinido e aplica-se também à escala global; o grau de liberdade de que cada MP desfruta é limitado pela prevalência do MP dominante (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 129). Os autores caracterizam o metamodo de produção (MMP) como a “produção de mercadorias e relações de produção e troca; a vigência da lei do valor e a existência de mercados; a extração, acumulação e investimento de excedente e a existência mutuamente compatível e complementar de dois macrossetores: o produtivo e o improdutivo” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 129). Pela lógica marxista, os modos de produção são historicamente determinados. Sua existência e superação são dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas, não num sentido mecanicista, mas dialético, havendo assim espaço para a construção de alternativas internas ao MMP⁶.

4. CHINA: A PARTICULARIDADE

A mediação entre o singular e o universal é feita pela particularidade do Estado chinês. Demos conta do processo histórico que culminou com a Revolução de 1949 e abordamos, ainda que de forma breve, alguns desenvolvimentos já durante o período revolucionário. O Estado chinês, sob a liderança do PCCh, tem procurado continuar o processo

⁶ “O MMP, fundado no mercado e na LV [lei do valor], não será superado no futuro previsível, pois corresponde intrinsecamente ao grau histórico e à forma de desenvolvimento das RSPT[s] [relações sociais de produção e troca] em nível global e da relação dos seres humanos com a natureza. No entanto, dizer que o MMP se baseia no mercado não quer dizer que ele seja sinônimo de capitalismo (muito menos da variante neoliberal). De fato, várias formas alternativas de sistemas sociais podem se desenvolver no âmbito do MMP, como fruto de vários fatores, inclusive análise científica e ação coletiva consciente. A experiência histórica confirma isso. Atualmente, as relações capitalistas de produção e troca e, portanto, de poder de classe, são dominantes ou hegemônicas em todo o mundo, mas a dominação não é completa, incontestável ou inevitável.” (Jabbour; Gabriele, 2022, p. 132)

Montagem



Os presidentes da China, Xi Jinping (acima), e dos EUA, Donald Trump (ao lado). Enquanto os Brics prosperam, investindo na indústria de alta tecnologia, a economia norte-americana patina, com queda nas bolsas e risco de recessão

desenvolvimentista e aprofundar a construção do socialismo, num quadro internacional que é marcado pela hegemonia do modo de produção capitalista, mas também pela emergência de novos polos de poder, com particular destaque para a China socialista. Importa, assim, também com o intuito de enquadrar a política externa chinesa, clarificar alguns pontos sobre a natureza do Estado chinês.

Se é natural que se fale em períodos diferentes do processo chinês, não devemos confundir essa distinção com caracterizações que tratam do período da reforma e abertura sem considerar o período maoísta. De um ponto de vista histórico e dialético, é certo que a atual fase do processo chinês decorre das políticas de industrialização iniciais, da reforma agrária, do fortalecimento do Exército, mas também da criação de um mercado de índole socialista, da abertura à tecnologia, financiamento externo e progressiva inserção na arena internacional. Foram sucessivas contradições que exigiram superação e que, em muitas questões, ainda se encontram numa mediação dialética com vista à sua superação.

É nesse ponto que pretendemos referir e utilizar o conceito de nova economia do projetamento (NEP). Importa, pois, traçar as origens da NEP, indo ao encontro de Ignácio Rangel e seu livro *Elementos de economia do projetamento*. Ao longo dessa obra, publicada em 1959, o autor, como referem Jabbour e Dantas (2021), demonstra a preocupação em encontrar a mediação entre custo e benefício. Ele próprio afirma que a “missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício/custo” (Rangel, 2012, p. 430). O projetamento aparece, assim, numa lógica de racionalização da economia que consiste em atribuir utilidade a “coisas que não a tinham, ou acrescentar utilidade a coisas que já a tinham” (Rangel, 2012, p. 431). A utilidade⁷, em Rangel, é conceptualizada a partir da perspectiva de que uma coisa é útil quando permite sa-

⁷ Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), sobre Rangel e sua noção de utilidade, dizem: “O modo de produção [a] que ele propõe existência palpável é algo guiado de forma consciente e racional; é voltado à construção de valores de uso. A utilidade é a nova base para o cálculo econômico. Seus meios principais são o plano e o projeto.”

tisfazer as necessidades humanas, direta ou indiretamente: “Todo o cálculo econômico visa a pôr em evidência esse atributo das coisas, e podemos agora definir benefício e custo como a soma de utilidade contida respectivamente nos produtos e nos fatores.” (Rangel, 2012, p. 431) Em primeira e última instância, o projetamento deve procurar, a partir dessa noção de utilidade, introduzir constantes desequilíbrios:

Convém acentuar a noção — absolutamente indispensável para um projetamento com essa finalidade — de que os efeitos de cada projeto são, ao mesmo tempo, globais e específicos. É através de mudanças introduzidas no modo de operação de todas as unidades preexistentes que se alcança o efeito global, e essas mudanças representam, para todas e cada uma das empresas do sistema, um convite à mudança. O projeto de desenvolvimento é aquele que, por si e pelas mudanças induzidas nos outros, conduza ao resultado buscado da elevação da utilidade per capita. Não é, pois, perseguição do equilíbrio, mas introdução de causas de novos desequilíbrios de natureza especial (Rangel, 2012, p. 441).

Ainda a propósito do avanço tecnológico:

O progresso da técnica permite-nos vislumbrar a possibilidade de uma sociedade onde as coisas úteis sejam tão abundantes que não mais tenham utilidade marginal — isto é, não mais tenham valor. Mas isso ocorreria precisamente em consequência da abundância de utilidades ao dispor da sociedade (Rangel, 2012, p. 482).

Essa afirmação de Rangel é particularmente relevante para compreender o surgimento da NEP na China e a importância do progresso da técnica. “É implícito que a China é parte deste esforço internacional para alcançar a fronteira da tecnologia. E a nova economia do projetamento tem essa distinção, pois sua existência é condicionada à absorção e à produção da técnica mais avançada existente no mundo.” (Jabbour; Dantas, 2021) A superação da produção voltada para o valor é, nessa consideração, uma questão intrinsecamente ligada ao nível de desenvolvimento das forças produtivas:

De forma menos abstrata, podemos conceber que o projeto chega ao planejamento [por] via [de] saltos de um desequilíbrio a outro até o momento em que a tecnologia se transforma em instrumento fundamental à atração que a razão pode exercer sobre o processo produtivo. Mantém-se uma lógica fundamental do processo de desenvolvimento: com a técnica elevando a patamares superiores a divisão social do trabalho, mudando — assim — a face do sistema (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

É precisamente a partir dessas observações centrais que a economia do projetamento é resgatada sob a forma da nova economia do projetamento. Seguindo a velha máxima de que às mudanças materiais devem corresponder mudanças no campo da teoria, encontramos na NEP, a partir da dinâmica do socialismo de mercado, uma resposta teórica que procura sintetizar a realidade sempre em mudança. O conhecimento do processo chinês de desenvolvimento nacional, à luz de novos conceitos — como o de nova economia do projetamento —, permite, por sua vez, que se considere a própria política externa chinesa em uma perspectiva anticolonial e popular (Silva, 2018). A política do governo de Hu Jintao marca o início de uma nova etapa para a China, que, nas palavras de Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), materializa-se na nova economia do projetamento,



<https://www.archdaily.com>

Com o objetivo de proteger a soberania do país, e aproveitando as experiências do Grande Salto para a Frente, desenvolveu-se na China uma política — a Terceira Frente — de criação de indústrias em zonas montanhosas do interior

uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos em quatro décadas de reformas econômicas. É linha de continuidade com [sic] as orientações intrínsecas às políticas — surgidas desde o mandato de Hu Jintao — de minoração das desigualdades sociais e regionais e de busca de conformação de um Estado de bem-estar social com características chinesas.

Portanto, a NEP surge como resposta às contradições. Ela é o resultado d planejamento central de 1949, mas também das reformas iniciadas em 1978. É uma síntese dialética de uma formação econômica e social de outro tipo, ou, se quisermos, de orientação socialista (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 24), na qual convivem diferentes modos de produção e o socialismo — a partir do poder político hegemônico do PCCh — conserva grande capacidade de decisão e influência.

Se considerarmos, por exemplo, a questão da utilidade e da racionalização dos processos produtivos, verificaremos que a partir da governação de Hu Jintao tem início um conjunto de políticas — sob a insígnia de “Olhar científico sobre o desenvolvimento” — que visam, precisamente, à renovação do modelo de desenvolvimento. É aquilo que Jabbour, Dantas e Espíndola (2020) identificam como destruição criativa:

A planificação da destruição criativa é uma poderosa categoria explicativa, base fundamental desta “nova economia do projetamento” que emerge na China. Eleva-se a divisão social do trabalho em todos os sentidos, subsumindo a circunstância do desemprego [por] via [da] ação humana de *planners* e milhares de profissionais envolvidos em grandes projetos dos mais variados tipos e disposição [sic].

Sucessivos desequilíbrios são introduzidos pelo avanço da técnica e a partir do planejamento. O encontro entre a economia do projetamento de Rangel e o processo que ocorre na China contemporânea reflete-se também naquilo que é a política externa do Estado

Pela natureza do metamodo de produção — em disputa, diga-se — a China é obrigada a adotar uma guerra de posição, isto é, a acumular forças produtivas e outros meios (a hegemonia, portanto), numa perspectiva de longo prazo e de forma gradual

chinês. A lógica inerente ao processo da RPC é formada historicamente no Sul Global, num país cercado, desde o primeiro momento, pelo imperialismo. Tal questão se tem mantido de forma consistente e ganha relevância renovada nos dias de hoje.

Importa também ter presente que a NEP é uma nova fase daquilo que é o socialismo de mercado⁸. Ela é, nas palavras de Jabbour, Dantas e Vadell (2021), uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos em quatro décadas de reformas econômicas. É,

portanto, num quadro de aprofundamento do processo de desenvolvimento nacional, motivado por contradições internas e fatores externos, que

a economia da NFES está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de financeirização, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos (abrindo amplos desafios e possibilidades à planificação) e das novas e superiores formas de planificação sendo gestadas e executadas em larga escala na China (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

A NEP é, assim, uma nova fase na construção socialista que não só mantém as características fundamentais — herdadas de 1949 — do planejamento central, como busca desenvolver novas capacidades e marcos institucionais de âmbito interno e externo. O Estado chinês aparece, assim, como uma formação econômica e social de novo tipo, algo que também se reflete na sua política externa:

Os movimentos recentes chineses, como “Um Cinturão, Uma Rota”, indicam a projeção e alcance internacional da nova economia do projetamento — sob a forma de execução e financiamento de dezenas de milhares de projetos em infraestruturas em todos os quadrantes do mundo — como contraponto progressista à financeirização e barbárie que acomete o mundo ocidental (Jabbour *et al.*, 2020).

Gramsci considerou que as mudanças nacionais precedem as mudanças no espaço internacional. Observou também, além da questão econômica e militar, que um país que represente o progresso no plano internacional pode se tornar hegemônico. A nossa tentativa

⁸ Sobre isso, Jabbour e Gabrielle (2021, p. 25) consideram que o socialismo de mercado, ou economia planificada de orientação socialista de mercado, apresenta: “mecanismos de mercado” baseados nos preços e na lei de valor; o papel relativo do planejamento e do controle estatal direto e indireto; e uma identificação, por parte do governo, da construção socialista a longo prazo.

de encontrar uma síntese visa precisamente relacionar as mudanças nacionais, o espaço internacional, a hegemonia e a multipolaridade. Vejamos, por partes.

5. EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

É a partir da particularidade do Estado chinês — sua natureza de formação social complexa, de orientação socialista — que encontramos a mediação entre a universalidade do modo de produção dominante e a singularidade da sua política externa, com destaque para a iniciativa Uma Rota, Um Cinturão, ou Nova Rota da Seda.

A questão universal é o metamodo de produção. É nessa realidade histórica que a China constrói o seu processo de desenvolvimento nacional. O tipo de formação socioeconômica que existe na RPC é uma particularidade histórica que vem sendo construída desde 1949 e corresponde a uma utilização das potencialidades que o mercado oferece combinada com o papel central dado ao planejamento econômico através do controle político. Podemos, assim, considerar a NRS como uma questão que só se torna compreensível se observada tanto pela ótica particular como pela universal. O processo chinês de desenvolvimento faz a mediação entre a NRS, ou a política externa chinesa, e o metamodo de produção.

No campo marxista, a hegemonia tem sido trabalhada como uma categoria de análise sobre o capitalismo e os Estados capitalistas. O caráter particular do Estado chinês deve levar à reflexão sobre como analisar a hegemonia, isto é, as relações que se estabelecem entre uma formação social complexa de novo tipo num quadro universal que é dominado pelo capitalismo. Uma hipótese é que esteja em formação, por parte de um Estado contra-hegemônico, um bloco histórico alternativo, visando à substituição da atual ordem internacional por outra. E, nesse caso, o bloco histórico seria constituído pela China e por outros países — nomeadamente os Brics+. É com base nessa questão que o conceito de nova economia do projetamento nos dá pistas importantes sobre futuras pesquisas em torno da política externa chinesa. Vale lembrar que as mudanças no espaço internacional são precedidas de mudanças no campo nacional. A consolidação da NEP na China poderá gerar mudanças progressivas no espaço internacional que gravita em seu torno. Mudanças nacionais de tal ordem⁹ têm naturalmente reflexo na realidade global. O estudo, portanto, deve prosseguir atentando para a evolução da NEP, das suas expressões internacionais e do processo multipolar em curso.

Guerra de posição ou guerra de movimento?¹⁰ Pela natureza do metamodo de pro-

9 O surgimento dos primeiros sinais de uma nova economia de projetamento indica uma mudança qualitativa na natureza da capacidade estatal da China de governar a economia nacional e impulsioná-la poderosamente por um caminho curto e holístico de desenvolvimento econômico e humano. Planejar torna-se cada vez mais uma ferramenta racional coletiva para harmonizar o presente e o futuro, prestando o devido respeito aos sinais do mercado de curto prazo, mas também moldando e construindo os mercados futuros, a fim de torná-los aliados eficazes no enfrentamento dos grandes desafios que não podem ser simplesmente identificados e pagos pelo preço imposto pelo mercado, entre eles a preservação do meio ambiente.

10 A fim de ressaltar a importância, para a política moderna, de movimentos, organizações civis e demais instrumentos de consenso, Gramsci recorre a metáforas militares, comparando-os com o papel desempenhado, na guerra moderna, pelos elementos não diretamente marciais: a situação econômica e demográfica de um país, a capacidade de sua diplomacia, seus meios de difusão de ideias e valores etc. Para o italiano, esses elementos cresciam de importância na guerra moderna, fazendo com que a guerra de movimento, mais pródiga na utilização de recursos militares, desse lugar à guerra de posição, em que mais importa o conjunto dos recursos que garantem a força e o prestígio de um país. Esses mesmos elementos de consenso também teriam ganho força nos processos políticos no interior das esferas nacionais.

dução — em disputa, diga-se — a China é obrigada a adotar uma guerra de posição, isto é, a acumular forças produtivas e outros meios (a hegemonia, portanto), numa perspectiva de longo prazo e de forma gradual. A expansão de um Estado capitalista para fora das suas fronteiras tem o nome de imperialismo, mas não procuramos descrever o Estado chinês como tal. E ainda que haja, de fato, uma expansão do Estado chinês, ela não obedece aos parâmetros que se verificaram ao longo da expansão capitalista de outros países. Afirma Kosik (1977, p. 198) que

a economia é o mundo objetivo dos homens e dos seus produtos sociais, e não o mundo objetivado do movimento social das coisas. O movimento social das coisas, que mascara as relações sociais dos homens e dos seus produtos, é uma forma determinada de economia, historicamente transitória. Enquanto existe tal forma histórica da economia, ou seja, enquanto a forma social do trabalho cria o valor de troca, existe também a mistificação real, prosaica, pela qual determinadas relações — nas quais entram os indivíduos no curso do processo produtivo da sua vida social — mostram-se sob um aspecto subvertido, como qualidades sociais das coisas.

Concebemos, a partir dessa passagem, mas também do conjunto da obra desse autor e de outros que aqui foram referenciados, a história a partir da sua transitoriedade e do fator fundamental que é a existência histórica, logo transitória, da lei do valor. A partir da lei do valor, da mais-valia, do lucro, da exploração do trabalho e das crises de superprodução e superacumulação capitalista, procuramos traçar um quadro geral do modo de produção capitalista. Referimos, também, que a multipolaridade se constituiu a partir dessas contradições e que o declínio da hegemonia ocidental é uma consequência direta da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Partimos também da ideia de que as contradições não são um entrave ao progresso. Elas constituem, em unidade dialética, um motor para a superação. A luta de classes é a expressão real e concreta da unidade dialética dos contrários e tem reflexos na ordem internacional. Essa unidade dialética de contrários encontra expressão naquilo que é apelidado de metamodo de produção (Jabbour; Gabrielle, 2022, p. 21-21), como uma realidade espaçotemporal em que capitalismo e socialismo disputam a hegemonia. As suas expressões concretas são diversas, sendo que uma delas é precisamente a Nova Rota da Seda — uma iniciativa que corporiza a formação social chinesa e transporta-a para um plano global. Mas a NRS é o resultado de um processo nacional de desenvolvimento. É o Estado chinês, com as suas características historicamente construídas (num país integrante do Sul Global), que se assume como uma mediação dialética. A fase atual do Estado chinês, como uma economia de planejamento, ou, como apelida Jabbour, nova economia do projetamento, corresponde, segundo nossas considerações, a uma nova racionalidade que é marcada pelo reconhecimento da tridimensionalidade do tempo humano¹¹.

A racionalização das relações internacionais, por via da hegemonia multipolar ou da multipolaridade, corresponde a uma consequência histórica do processo chinês de desen-

¹¹ Kosik (1977, p. 209) afirma que “só um ser que no trabalho supere o niilismo do desejo animal descobre o futuro como dimensão do próprio ser, no próprio ato em que se domina e se contém. No trabalho e por meio do trabalho o homem domina o tempo (enquanto o animal é dominado pelo tempo), pois um ser que é capaz de resistir a uma imediata satisfação do desejo e a contê-lo ‘ativamente’ faz do presente uma fundação do futuro e se serve do passado, isto é, descobre no seu agir a tridimensionalidade do tempo como dimensão do seu ser.”

Montagem



Cadernos do cárcere, obra em que o marxista italiano Antonio Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia

volvimento nacional. Por via da NRS, mas não só dela, o mundo multipolar constitui uma oportunidade para aprofundar o longo processo de transição, num quadro em que a lei do valor ainda guarda importância determinante. É a partir dessa nova racionalidade, fundada em questões objetivas e concretas, que a disputa por uma nova ordem internacional tem lugar. Uma nova racionalidade segundo a qual a mediação dialética — a luta de classes e suas expressões internacionais — ditará o rumo dos acontecimentos. A transição multipolar será apenas o início de uma longa jornada rumo a uma etapa de progresso e cooperação entre os povos. Caberá a um novo bloco histórico, em construção, a tarefa de edificar novas estruturas sobre a obra da “velha sociedade”.

Partimos do pressuposto de que no mundo atual as relações de hegemonia estão mantidas e não há previsão de que sejam extintas tão logo. Afinal de contas, elas têm origem na própria natureza do modo de produção capitalista. Perfilhamos o entendimento de que a China, pela sua história concreta e características particulares, constitui parte integrante de um conjunto de países que advogam uma ordem internacional multipolar, algo que é confirmado pelos discursos e comunicados do Estado chinês (Wang, 2024). Essas características particulares, herdeiras de uma tradição popular e anticolonial, como já referido, ganham um fôlego novo com o lançamento de grandes iniciativas, como a Nova Rota da Seda, que podem servir de base, e em grande parte já o fazem, para a construção de uma nova ordem internacional. Trata-se, assim, de um processo de conquista de hegemonia que aponta para uma multipolaridade que é, naturalmente, contra-hegemônica. Ela constitui-se a partir das contradições existentes para negar a velha ordem, procurando uma superação dialética que permita um espaço global mais democrático e justo, dando corpo às reivindicações do Sul Global que o espírito de Bandung não deixa esquecer.

Falamos em hegemonia multipolar por duas razões: 1) as características particulares¹² do Estado chinês não permitem antever que este venha a praticar uma política impe-

12 É nessa particularidade do Estado chinês que se encontra também a resposta a teorias que apontam para a substituição da hegemonia dos EUA pela da RPC. Na verdade, a prática concreta ou discursiva permite refutar esse tipo de conclusão. Os dirigentes chineses têm reiterado, por diversas vezes, que a China é contra políticas hegemônicas.

Trata-se, assim, de um processo de conquista de hegemonia que aponta para uma multipolaridade que é, naturalmente, contra-hegemônica. Ela constitui-se a partir das contradições existentes para negar a velha ordem, procurando uma superação dialética que permita um espaço global mais democrático e justo, dando corpo às reivindicações do Sul Global que o espírito de Bandung não deixa esquecer

rialista que advogue a unipolaridade que tanto tem caracterizado a política estadunidense; 2) a própria natureza do mundo contemporâneo e os constrangimentos que o MMP cria não permitem que nenhum país reclame para si a capacidade de se impor aos outros. Mas as relações de hegemonia, como temos dito, ainda se mantêm, e a luta de classes em escala global¹³ é um fator fundamental a ter em conta. Assim, os partidários da multipolaridade e da ordem global democrática devem formar um bloco histórico e obter a hegemonia no espaço internacional para, por fim, negarem a velha ordem. Essa é uma consideração especulativa, mas que, à luz do caráter mutável do metamodo de produção, não deve ser desconsiderada.

Como referem Jabbour e Gabrielle (2022, p. 99), a superação da lei do valor não é algo previsível no momento, mas o MMP permite a existência de formações sociais de orientação socialista, e se estas — com destaque, atualmente, para a China — conseguirem progressivamente alcançar novos avanços, então será possível começar a falar na hegemonia do socialismo¹⁴, mas o momento atual é o da multipolaridade democrática.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta contribuição para o estudo do socialismo real, procurou-se explorar o conceito de hegemonia a partir de uma leitura da nova economia do projetamento. O objetivo foi procurar uma aproximação teórica que permita conceber as relações de hegemo-

13 O cerco imperialista, cuja intensidade tem aumentado em relação à China, e não só contra ela, é expressão máxima dessa luta em escala global.

14 “As fundações duradouras, baseadas no mercado, do sistema internacional contemporâneo de relações comerciais e financeiras não impedem, por si sós, a exploração de caminhos de desenvolvimento não capitalistas. Do ponto de vista teórico, o progresso em direção ao socialismo é conceitualmente possível em um contexto em que as interações do mercado e a lei do valor mantêm substancialmente seu papel e validade, mesmo que percam progressivamente a hegemonia autoritária de que gozam atualmente.” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 50)

nia nesta época de transição multipolar, partindo da particularidade do processo chinês de desenvolvimento nacional. O estudo poderá ser aprofundado, no futuro, a partir da análise concreta de dados econômicos, militares e políticos — aquilo que se designa como *hard power* e *soft power* —, que compõem o centauro conhecido como hegemonia. Seria também pertinente uma análise mais profunda sobre o papel dos Brics, grupo que se amplia rapidamente, de forma a entender com maior precisão a multipolaridade nas suas contradições e totalidade.

* Doutorando em Ciência Política – ramo de Relações Internacionais – no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Mestre em Estudos Internacionais pelo ISCTE. Bolseiro de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM, China).

► Texto recebido em 23 de novembro de 2024; aprovado em 30 de janeiro de 2025.

ANTONIADES, Andreas. From “theories of hegemony” to “hegemony analysis” in international relations. **49th ISA Annual Convention**, San Francisco, v. 28, 2008.

_____. Hegemony and international relations. **International Politics**, v. 55, n. 5, p. 595-611, 2018.

BASTID-BRUGUIÈRE, Marianne. Currents of social change. In: FAIRBANK, John; LIU, Kwang-Ching. **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. v. 11, n. 2, p. 1800-1911.

BIELER, Andreas; BRUFF, Ian; MORTON, Adam David. Gramsci and “The International”: past, present and future. In: MCNALLY, Mark (Ed.). **Antonio Gramsci**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 137-155.

BRAMALL, Chris. **Chinese economic development**. New York: Routledge, 2008.

CHATTOPADHYAY, Paresh. **Marx’s associated mode of production: a critique of Marxism**, London, Palgrave Macmillan, 2016.

CHEN, Jie. Rapid urbanization in China: a real challenge to soil protection and food security. **Catena**, v. 69, n. 1, p. 1-15, 2007.

CHEN, Liding. Soil and water conservation on the Loess Plateau in China: review and perspective. **Progress in Physical Geography**, v. 31, n. 4, p. 389-403, 2007.

CHENG, Chu-yuan. **The economy of communist China (1949-1969)**. Michigan: Center for Chinese Studies, 1971.

CHOW, Tse-tung. **The May Fourth Movement: intellectual revolution in modern China**. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

COX, Robert. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

DESAI, Radhika. Geopolitical economy: the discipline of multipolarity. **Valdai Papers**, v. 24, 2015.

DOMENICO Losurdo, filósofo da história, geógrafo do anticolonialismo. **Fundação Maurício Grabois**, 16 jul. 2018. Disponível em: <www.grabois.org.br/portal/artigos/154501/2018-07-16/domenico-losurdo-filosofo-da-historia-geografo-do-anticolonialismo>. Acesso em: 29 set. 2024.

DONG, Kang-Yin et al. A review of China’s energy consumption structure and outlook based on a long-range energy alternatives modeling tool. **Petroleum Science**, v. 14, n. 1, p. 214-227, 2017.

FAIRBANK, John; FEUERWERKER, Albert A. (Ed.). **The Cambridge history of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FEMIA, Joseph. Gramsci, Machiavelli and international relations. **The Political Quarterly**, v. 76, n. 3, p. 341-349, 2005.

FU, Bo-jie et al. Feature: environmental problems and challenges in China. **Environmental Science & Technology**, v. 41, n. 22, November 2007.

FUSARO, Lorenzo. **Crises and hegemonic transitions: from Gramsci’s “Quaderni” to the contemporary world economy**. Boston: Brill, 2019.

FUSARO, Lorenzo. Why China is different: hegemony, revolutions and the rise of contender states. In: ISHIKURA, Masao; SEONGJIN, Jeong; LI, Minqi. **Return of Marxian macro-dynamics in East Asia**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. p. 185-223.

GALASTRI, Leandro. A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas Sociais**, n. 23, p. 80-92, 2009.

GIACCHÉ, Vladimiro. Marx, the falling rate of profit, financialization, and the current crisis. **International Journal of Political Economy**, v. 40, n. 3, p. 18-32, 2011.

GILL, Stephen; LAW, David. Global hegemony and the structural power of capital. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 475-499, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci**. New York: International Publishers, 1971.

GROVE, Linda; ESHERICK, Joseph W. From feudalism to capitalism: Japanese scholarship on the transformation of Chinese rural society. **Modern China**, v. 6, n. 4, p. 397-438, 1980.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. London; Cambridge: Harvard University Press, 2001.

HU, Jintao. **Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China**. The Chinese Embassy in Nepal, October 15, 2007. Disponível em: <http://np.china-embassy.gov.cn/eng/Features/200711/t20071104_1579245.htm>. Acesso em: 14 fev. 2025.

- IVES, Peter; SHORT, Nicola. On Gramsci and The International: a textual analysis. **Review of International Studies**, v. 39, n. 3, p. 621-642, 2013.
- JABBOUR, Elias. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-18012011-103155>>. Acesso em: 12 set. 2024.
- _____; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos José. Considerações iniciais sobre a “nova economia do projeto”. **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 17-42, 2020.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instaurada pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 3, p. 90-105, 2021.
- JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- KELLOGG, Paul. Geographies of capital accumulation: tracing the emergence of multi-polarity (1980-2014). In: DESAI, Radhika. **Theoretical engagements in geopolitical economy**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2015.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Lisboa: Dinalivro, 1977.
- LASEK, Elizabeth. Imperialism in China: a methodological critique. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, v. 15, n. 1, p. 50-64, 1983.
- LI, Xing; ZHANG, Shengjun. Interdependent hegemony: China’s rise under the emerging new world order. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 4, n. 2, p. 159-175, 2018.
- MANIATIS, Thanasis. Marxist theories of crisis and the current economic crisis. **Forum for Social Economics**, v. 41, n. 1, p. 6-29, 2012.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro, tomo III. Lisboa: Edições Avante, 1997.
- MEISNER, Maurice. **Mao’s China and after: a history of the People’s Republic**. New York: The Free Press, 1986.
- MORTON, Adam David. Social forces in the struggle over hegemony: neo-Gramscian perspectives in international political economy. **Rethinking Marxism**, v. 15, n. 2, p. 153-179, 2003.
- _____. Waiting for Gramsci: state formation, passive revolution and The International. **Millennium**, v. 35, n. 3, p. 597-621, 2007.
- MOURA, José Barata. **Totalidade e contradição: acerca da dialética**. Lisboa: Edições Avante, 2012.
- MÜHLHAHN, Klaus. **Making China modern: from the Great Qing to Xi Jinping**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
- NAUGHTON, Barry. **The Chinese economy**. Cambridge: MIT Press, 2007.
- PALÁCIO DE AZEVEDO, Fábio. Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e ilusão de desintermediação. **SER Social**, Brasília, v. 27, n. 56, p. 39-62, 2025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/55611. Acesso em: 22 mar. 2025.
- RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projeto. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. p. 419-507.
- RUCKI, Sheila M. Global economic crisis and China’s challenge to global hegemony: a neo-Gramscian approach. **New Political Science**, v. 33, n. 3, p. 335-355, 2011.
- SHILLIAM, Robbie. Hegemony and the unfashionable problematic of primitive accumulation. **Millennium**, v. 33, n. 1, p. 59-88, 2004.
- TRÓTSKI, Leon. Peculiarities of Russia’s development. In: _____. **The history of the Russian Revolution**. [S.l.]: Marxists Internet Archive, 2000. v. 1.
- WANG, Yi. The historic step from peaceful coexistence to a shared future for humanity. **Ministry of Foreign Affairs the People’s Republic of China**, July 17, 2024. Disponível em: <www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202407/t20240717_11455444.html>. Acesso em: 21 out. 2024.
- WASSERSTORM, Jeffrey. **The Oxford history of modern China**. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- YILMAZ, Serafettin. China, historical blocs and international relations. **Issues and Studies**, v. 50, n. 4, p. 191-222, 2014.

Elementos de economia do projeto

Key elements of project economy

marcio henrique monteiro de castro*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.009>



Ignácio de Mourão Rangel (1914-1994), advogado, economista e escritor brasileiro

RESUMO

A ideia deste artigo, escrito por ocasião do centenário de nascimento de Ignácio Rangel, em 2014, é a de lançar luzes sobre a origem do conceito de *projetamento* e discutir a atualidade de uma obra que já ultrapassa meio século. Destacamos neste resumo que o objetivo do artigo já fora alcançado com a frutificação da categoria de projetamento, que recuperou vivacidade e dinamismo no estudo dos problemas de nosso tempo. A leitura do texto enseja a ideia de que o objeto da economia de projetamento tinha saído de nosso horizonte histórico. Como afirma um trecho, “essa economia do projetamento está historicamente superada ou, pelo menos, em agudo retrocesso”. Os trabalhos atuais desmentiram nossa hipótese. Pesquisadores como Elias Jabbour e colaboradores enfrentaram a tarefa de pensar a experiência chinesa testando, com êxito, a ideia de economia de projetamento, e provando sua atualidade. Cabe ainda registrar que a crise econômica e ambiental moveu o mundo capitalista, principalmente seu núcleo americano, no sentido de desenvolver planos e programas no velho corte keynesiano. Sinal de que o planejamento econômico, em suas diversas formas, segue na ordem do dia. A visão de Rangel, que procuramos sintetizar neste artigo, continua valendo: a história sem fim desenvolve a quatro mãos a economia do projetamento.

Palavras-chave: Ignácio Rangel. Projetamento. Teoria econômica. Desenvolvimento. Socialismo.

ABSTRACT

The article, written in 2014 to mark the centenary of Brazilian thinker Ignácio Rangel, explores the origins of the concept of *projectment* and discusses the enduring relevance of a work that is now more than half a century old. This summary emphasizes that the article’s goal has already been fulfilled, as the concept of *projectment* has regained its vibrancy and dynamism as a theoretical tool for addressing contemporary issues. At first glance, the text suggests that the projectment economy has vanished from our historical horizon. As it states: “The projectment economy is historically outdated or, at least, in sharp decline.” However, recent studies have clearly disproven this hypothesis. Notably, researchers such as Elias Jabbour and his collaborators have undertaken the task of analyzing the Chinese experience through the lens of the projectment economy, thereby demonstrating its continued relevance. It is also worth noting that the ongoing economic and environmental crises have prompted the capitalist world — particularly its American core — to adopt plans and programs aligned with traditional Keynesian principles. This indicates that economic planning, in its various forms, remains highly relevant today. It seems that Rangel’s vision, summarized in this article, still holds: the ongoing development of the projectment economy continues, shaped by both historical forces and human agency.

Keywords: Ignácio Rangel. Projectment economy. Economic theory. Development. Socialism.

1. ADVERTÊNCIA

Escrevo este artigo como um convite aos estudiosos de economia para participar de tarefa de destrinchar esse livro do professor Rangel (2005d). Livro esquisito, lido a partir dos dias atuais! É teoria, mas é muito diferente das questões teóricas com as quais nos defrontamos. Em determinados momentos somos induzidos a fazer analogias com as teorias citadas, mas, para o leitor formado em economia, é visível um uso original por parte de Rangel da herança teórica que maneja. Maior esclarecimento sobre a obra dependeria de um estudo sobre os interlocutores intelectuais que estão presentes no texto. Não dispondo de tempo para tanto, deixamos a ideia com a esperança de que, se realizada, ilumine problemas que não conseguimos esclarecer neste trabalho.

Não devemos nos iludir com a falsa simplicidade de *Elementos de economia do projeto*. A forma, quase singela, se deve a sua função imediata — ser material didático para um curso na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1958.

A leitura de seu conteúdo revela o objetivo do autor: construir, a partir do acervo da Ciência Econômica, com todas as suas escolas e distintas abordagens, uma teoria econômica da economia do projeto, entendida esta como a economia que o processo histórico estava desenhando no século XX, a partir do capital financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética.

A ambição intelectual do livro encontra paralelo indiscutível em seu *Dualidade básica da economia brasileira* e indica o inconformismo de Rangel com as teorias e interpretações existentes no trato das questões de sua contemporaneidade.

Mas o livro não provocou nenhuma reação por parte de seus possíveis interlocutores, sendo ignorado até por aqueles que acompanharam mais de perto a obra rangeliana¹. Se isso se deveu a uma imediata rejeição ao projeto teórico do livro ou a uma superficial avaliação de que se tratava de mero material didático, não sabemos, mas devemos concordar que não existe urgência em responder a essa questão.

Ao contrário, avaliar se a tentativa de síntese teórica de Rangel tem algum sentido e se a busca de uma nova teoria para uma pretensa nova etapa dos modos de produção é um programa de pesquisa válido são questões que merecem atenção dos profissionais de economia.

O artigo que se segue objetiva, quando muito, incentivar a leitura e a avaliação de um texto que foi mantido hibernado pela ausência de debate. Não pretende fazer um estudo exaustivo do livro. Destaca dos seis capítulos que o compõem, afora a introdução, algumas passagens e aspectos, que incentivarão uma aprofundada investigação do legado rangeliano.

Peço desculpas ao leitor pelo excesso de citações e reproduções do texto original, mas, dado o caráter polêmico, ou original, dos enunciados, preferi esconder-me nas palavras do autor. Também abusei da utilização de colchetes e parênteses não só para abreviar com minhas palavras as inúmeras citações, como é usual, mas como um recurso para explicitar ideias mais íntimas, buscando num cochicho com o leitor alguma cumplicidade.

¹ Devemos registrar como exceção a conferência proferida pelo professor Milton Santos no “Seminário Ignácio Rangel e a Conjuntura Econômica”, em 10 de novembro de 1997, no anfiteatro da Geografia-USP.

2. DUAS CARACTERÍSTICAS DA ABORDAGEM RANGELIANA

A originalidade da análise exposta na obra de Rangel — marca reconhecida pelos comentadores do autor — é resultado de ecletismo teórico desinibido e de uma profunda concepção historicista. Esta última, derivada de sua visão marxista de mundo².

Para ele, a especificidade da sociedade brasileira, ou de qualquer sociedade, impugna uma apropriação particular das teorias que, por serem históricas, “definem o comportamento da realidade em *certas circunstâncias* e valem apenas enquanto estas perduram [...]. A ciência econômica [...] varia com o *modo* de produção e este muda ininterruptamente” (Rangel, 2005b, p. 287-288, grifos do autor). Devemos, portanto,

admitir que o homem varie em seu ser e em sua consciência segundo a realidade social e telúrica em que surge e cresce. [...] Devemos ainda] admitir a modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não há como negá-la no tempo (Rangel, 2005b, p. 288).

Continuando na abordagem historicista, Rangel (2005b, p. 289) relata: “[E]m meus estudos sobre a economia brasileira, parto da historicidade das leis em ciência”. Avesso à incorporação acrítica dos modelos importados — marxistas ou não —, sinaliza:

[O] que importa é conhecer como a sociedade concreta se comporta em sua vida econômica [...] A] economia política “clássica” é certamente o ponto de partida de todo e qualquer estudo. Mas é preciso compreender que não é a única ciência e que suas verdades nem são universais nem eternas. (Rangel, 2005b, p. 289)³.

Apesar do ecletismo teórico e do relativismo historicista, a obra tem unidade lógico-teórica, muitas vezes desconsiderada por seus interlocutores. O papel da teoria da dualidade básica como “princípio organizador básico de seu pensamento”, ressaltado por Bielschowsky (1988, p. 249), até então tinha sido pouco valorizado por seus interlocutores, o que provocou manifestações de Rangel para esclarecer sua importância⁴.

Um dos aspectos de sua obra que merece maior atenção é seu ecletismo teórico⁵. E,

2 “A obra de Rangel corresponde a um original ensaio de adaptação do materialismo histórico e da teoria econômica à análise do caso brasileiro.” (Bielschowsky, 1988, p. 248) “O método utilizado por Rangel para analisar a economia brasileira sempre foi essencialmente histórico. Sua origem marxista é evidente. Mas Rangel usa Marx com absoluta liberdade.” (Bresser-Pereira; Rego, 1998, p. 18) “Rangel era o menos conhecido [...] apesar de ser o mais criativo e original dos economistas brasileiros.” (Mamigonian, 1998, p. 129)

3 Reforço o argumento com outras citações: “A economia é uma ciência histórica por excelência [...]. Quer isso dizer que está submetida a um duplo processo evolutivo: o fenomenal e o nomenal. [...] O conceito vulgar admite explicitamente apenas a evolução fenomenal da economia.” (Rangel, 2005a, p. 204) Para Rangel, “tudo flui — no campo da coisa representada como no campo da representação da coisa”. Com a Revolução Russa, “o planejamento econômico tornou-se possível e tivemos as teorias que correspondem à nova problemática.” (Rangel, 2005b, p. 206)

4 “A ideia central da dualidade [é] fecunda para explicar a evolução econômica, social e política do Brasil [...] embora surgissem [aqueles] que julgavam poder concordar comigo em numerosas coisas [...] sem aceitar a ideia central da dualidade. [...] Trata-se, evidentemente, de um equívoco, visto como toda a minha contribuição ao esclarecimento da problemática brasileira pode ser definida como aplicação do marxismo ao entendimento da economia e da sociedade brasileiras, [...] sem me privar] de utilizar outras contribuições, com especial atenção para as teorias econômicas ‘ocidentais’, destacando-se, aí, Marshall e Keynes [...]. E a teoria da dualidade foi, precisamente, a chave para isso.” (Rangel, 2005c, p. 634)

5 Ecletismo ressaltado por Bresser-Pereira e Rego (1998) e por Santos (1997). Cf. também a nota de rodapé anterior.



A experiência chinesa tem provado a atualidade da ideia de economia do projetamento. Na foto, passageiros de trens de alta velocidade desembarcam na Estação Leste de Yichang durante o feriado do Dia Nacional na cidade de Yichang, província central de Hubei, na China, em 7 de outubro de 2016

aqui, nosso autor é réu confesso. Podemos transcrever inúmeras e provocativas passagens em que sua visão sobre as diferentes abordagens teóricas aparece sem nenhum disfarce. Vamos a algumas delas.

O ponto de partida é a já apresentada historicidade da economia, enquanto processo real e expressão teórica desse processo. No nosso caso histórico, o caso brasileiro, para sermos exatos, a historicidade da teoria é ainda mais relativizada, na medida em que a formação social é *dúplice*, ou seja, uma dualidade. Passemos a palavra ao autor:

Que dizer de uma economia que seja ao mesmo tempo *moderna e antiga*? De uma economia onde subsistam virtualmente, lado a lado e agindo umas sobre as outras, todas as formas que a história clássica registra? Aí, evidentemente, todas as leis da economia, as bem pesquisadas, como as do capitalismo, e as imperfeitamente estudadas, podem ter validade objetiva (Rangel, 2005b, p. 291, grifos do autor).

Quer isso dizer que somos, ao mesmo tempo, antigos e modernos, que nosso nômene é *dúplice* e que, portanto, nosso fenômeno também deve sê-lo [...]. Isso significa que devemos estar preparados para usar alternadamente o instrumental keynesiano, o neoclássico, o clássico e até o fisiocrático, segundo as circunstâncias (Rangel, 2005a, p. 207, grifo do autor).

Ainda no mesmo livro encontramos uma argumentação didática que apresenta justificativa para o ecletismo e o historicismo, na qual está contemplada a evolução do nômene, ou seja, a história, e do fenômeno, a teoria:

A história do desenvolvimento capitalista apresenta duas etapas muito bem definidas. Uma em que o sistema tende espontaneamente a, por meio de flutuações cíclicas, produzir mais procura efetiva do que oferta. [...] Outra em que a tendência espontânea do

sistema é para a estagnação por falta de procura efetiva suficiente. [...] Os economistas “clássicos” estudaram precipuamente os problemas de uma economia cujo produto se limita pelo lado da oferta. Os “modernos” (keynesianos e neoclássicos [...]) voltam-se especialmente para os problemas da procura [...] Se ampliarmos um pouco a perspectiva histórica, para abarcar tanto o período anterior ao capitalismo — uma produção baseada no artesanato, na “pequena produção” não capitalista de mercadorias — quanto o que o sucede — o socialismo —, encontraremos duas situações que, díspares de todos os pontos de vista, têm isto de comum: que, como na situação descrita pela lei de Say, a oferta e a procura tendem a tornar-se *efetivas no mesmo momento* e são *iguais*. (Rangel, 2005b, p. 237, grifos do autor)

Com desenvoltura pragmática em relação à ciência econômica, Rangel reafirma o historicismo e ecletismo numa passagem exemplar de *Dualidade básica da economia brasileira*: “[A] fora a técnica de tratamento dos fenômenos econômicos — que é algo que progride sempre e constitui um fundo comum —, tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada” (Rangel, 2005b, p. 293). Podemos, para sublinhar o processo de evolução da teoria, retomar a já citada passagem que sinaliza uma nova problemática teórica com o planejamento soviético⁶.

É com esse espírito que Rangel se afastará do estudo da realidade brasileira e partirá para uma de suas mais ambiciosas obras: *Elementos de economia do projetamento*. É pela história, portanto, que ele chega à teoria. Vale sublinhar que o objetivo dessa obra era construir uma teoria econômica para um novo modo de produção que estava tomando corpo com as transformações do capitalismo do século XX e, principalmente, com a economia planificada soviética.

3. AS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DO PROJETAMENTO

Rangel começa o livro por um capítulo falsamente trivial. Quem já está acostumado com as tretas do autor fica de sobreaviso. Fala mansamente que as *categorias fundamentais do projetamento* são o *custo* e o *benefício*. E que “projetar consiste, em última análise, em ordenar o emprego de certa quantidade de recursos, com vistas a obter outra quantidade de recursos. [...] Toda a teoria do projetamento [...] é um esforço para precisar estes dois termos” (Rangel, 2005d, p. 366).

Seria imprópria uma analogia com os clássicos, e mais precisamente com Marx? Duas concepções vêm logo à cabeça: o modelo ricardiano do trigo e seu desenvolvimento sraffiano e o capítulo sobre a mercadoria de Marx. Assim como a célula da sociedade capitalista (mercantil) é a mercadoria, o específico de uma economia do projetamento é o projeto produtor de utilidade, que se exprime no quociente custo/benefício expresso em riqueza, entendida esta última como a “qualidade que têm certas coisas de serem *úteis* à sociedade humana” (Rangel, 2005d, p. 367, grifo do autor), ou seja, como um conjunto de utilidades.

Uma questão analítica similar à questão do valor aparece quase imediatamente. Como homogeneizar recursos para podermos construir uma razão benefício/custo? “A missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum.” (Rangel, 2005d, p. 366)

⁶ Cf. nota de rodapé nº 3.

Um parêntese. O leitor que leu com atenção a introdução do livro está informado de que o projetamento é uma prática que se desenvolve em paralelo com uma teoria que evolui no tempo e se alimenta com os problemas enfrentados e soluções dadas por aproximações sucessivas e sistematizando, quando possível, experiências dos analistas que, naturalmente, são de diferentes escolas teóricas e de diferentes profissões.

Mas vamos em frente, de onde paramos: a busca de uma denominação comum para a razão custo/benefício. Antecede essa busca uma citação esclarecedora do pensamento do autor sobre o caráter provisório e relativo do conhecimento teórico:

Dezenas de teorias foram e serão construídas com essa finalidade e conduzem a aproximações mais ou menos aceitáveis, segundo as condições de sua aplicação. Preliminarmente, cabe advertir que todas essas teorias, e os critérios de prioridade que nelas assentam, por um lado não podem conduzir senão a aproximação e, por outro, sua validade é objetivamente limitada por circunstâncias específicas. Todas estão subordinadas à cláusula *coeteris paribus*, a qual pode esconder circunstâncias acessórias ou essenciais, definindo validade ou invalidade relativas do critério (Rangel, 2005d, p. 366-367).

O que têm de comum o custo e o benefício “é a qualidade que esses objetos ou forças [... têm] de construir riqueza”, e, como mencionamos acima, riqueza é a qualidade pela qual certas coisas são úteis ao ser humano. Continua o texto:

[P]odemos agora definir benefício e custo como a soma de *utilidade* contida respectivamente nos produtos e nos fatores. O objetivo da unidade produtiva ou do projeto é produzir, e produzir é, muito estritamente, conferir o atributo de utilidade a coisas que não o tinham, ou acrescentar utilidade a coisas que já a tinham (Rangel, 2005d, p. 367, grifo do autor).

Devemos concordar que, em termos de heterodoxia e ecletismo, Rangel apresenta-se sem disfarces. Faz reengenharia de questões da economia clássica com soluções próximas do neoclassicismo. Veremos no segundo capítulo a combinação Marx-Marshall determinando o valor da força de trabalho pela utilidade marginal.

E, para não deixar dúvidas com relação à naturalidade de suas composições teóricas, explica: “É mister advertir que não cogitamos aqui da antiga polêmica em torno do valor. Os fatores e produtos devem, a rigor, ser medidos enquanto *recursos*, *riqueza*, portadores de utilidade.” (Rangel, 2005d, p. 368, grifos do autor) Nas duas prestigiosas escolas, a riqueza, uma quantidade de utilidade, “pode ser diferente da soma dos valores de bens e serviços” (Rangel, 2005d, p. 368).

Talvez seja oportuno abrir outro parêntese para esclarecermos um aspecto central. A economia do projetamento é um modo de produção que está em desenvolvimento no Ocidente e no Oriente, para usar palavras do autor. Seu objetivo é produzir valor de uso (como é universal na atividade econômica, qualquer que seja o modo de produção) regulado pela vontade consciente e racional, através de um cálculo econômico. A categoria utilidade, apesar de seus problemas de medida, é a nova base para o cálculo econômico. Plano e projeto, através de seleção de técnicas e alocação de recursos, são seus instrumentos fundamentais. Isso difere do capitalismo, no qual a produção de valores de uso é regulada pelo mercado através do valor, seja ele explicado pelo trabalho, para os clássicos, ou pela utilidade marginal, para os neoclássicos.

Tendo se afastado da categoria valor e chegado à utilidade como a homogeneizadora dos recursos, Rangel tem como próximo passo chegar à utilidade abstrata, “que se exprime no fato de que todos os objetos úteis atendem a uma necessidade humana e social” (Rangel, 2005d, p. 368). Por que construir a categoria utilidade se afastando da categoria valor? O valor, como nômene, e a categoria teórica valor, como fenômeno, estão relacionados a uma economia mercantil. A economia do projetamento, que começa a tomar corpo, é o devir, está relacionada a outro momento histórico, outro nômene, portanto. A utilidade está relacionada com essa problemática.

Mais uma passagem reforça o ecletismo do autor e sua visão da práxis humana: “A conversão da utilidade concreta em abstrata é missão do consumidor [...]. [A] utilidade dos fatores e produtos se determina socialmente, através das opções dos consumidores e superiores [no caso de uma economia socialista]” (Rangel, 2005d, p. 368).

Definida a utilidade abstrata, é possível começar o estudo do projeto, que é o criador da utilidade que só existiria anteriormente ao projeto em termos virtuais. Rangel define algumas categorias operacionais e suas relações para analisar projetos e vai enfrentar a questão da contribuição dos fatores para a utilidade do produto. Descarta a fatoração, a contribuição isolada de cada fator para a utilidade virtual, e trabalha com o “total indiviso” (Rangel, 2005d, p. 371). E adverte que a atribuição desse acréscimo a um dos fatores, e sua apropriação por parte de “pessoas detentoras de certas posições de comando no processo produtivo, sujeito a condições institucionais, isto é, externas ao projeto [...], é um fato de *distribuição* da riqueza criada, que interessa à economia política, sem dúvida, mas não no que concerne ao problema que ora nos ocupa” (Rangel, 2005d, p. 371, grifo do autor).

O problema da medição da utilidade dos fatores leva Rangel a lançar mão do conceito de utilidade marginal para contabilizar o custo alternativo do fator:

Em certas condições, a sociedade cria um mecanismo pelo qual fica ordinariamente excluído o emprego menos produtivo de quantos tenha o fator, ou *emprego marginal*. É pela utilidade total do fator nesse emprego — utilidade marginal — que devemos contabilizá-lo como custo. [...] O custo, portanto, pode ser *redefinido como a soma algébrica das utilidades marginais alternativas dos fatores empregados pelo projeto*. [...] O] *benefício*

A percepção da discrepância entre salário e utilidade marginal do trabalho, que está na base da visão keynesiana, explica o desenvolvimento da economia do projetamento, na medida em que não podemos garantir que o melhor emprego dos fatores para a firma seria o melhor emprego para a sociedade

pode, pois, ser redefinido como a soma algébrica das utilidades marginais dos produtos do projeto, menos o custo tal como acima foi definido (Rangel, 2005d, p. 372-373, grifos do autor).

A ponte entre a microeconomia e a macroeconomia começa a ser superada ao se mostrar como o projeto afeta o sistema da economia nacional pela modificação da utilidade marginal dos produtos e dos fatores, que interagem com as demais unidades através dos respectivos mercados. “O efeito líquido sobre *todo o sistema da economia nacional* encontra sua expressão característica [...] e se exprime através de variações da *utilidade per capita* (que encontra expressões aproximativas como *produto per capita* e *renda per capita*).” (Rangel, 2005d, p. 377, grifos do autor)

As relações entre projeto e economia nacional geraram polêmicas em torno da validade ou mesmo viabilidade de projetar e planejar. Rangel, entretanto, não se deixa enredar nessas polêmicas. Adverte que os fatos desmentem os argumentos. O projetamento está evoluindo e planos e projetos estão se aperfeiçoando. Unindo as duas práticas, temos a

circunstância já apontada de que o efeito global — seja do projeto, seja do plano — encontra sua expressão mensurativa na referência da *utilidade total* dos fatores a um só desses fatores. Ora, esse efeito pode ser investigado *no nível de cada projeto específico*. É graças a isso que podemos e devemos abordar confiadamente a tarefa de *chegar ao plano pelo projeto* (Rangel, 2005d, p. 378, grifos do autor).

Como “os efeitos de cada projeto são, ao mesmo tempo, globais e específicos”, o projeto de desenvolvimento será aquele que, por suas inter-relações, “conduza ao resultado buscado da elevação da utilidade *per capita*” (Rangel, 2005d, p. 378). Como conclui Rangel, desenvolvimento não é “perseguição do equilíbrio, mas introdução de causas de novos desequilíbrios de natureza especial” (Rangel, 2005d, p. 378). Essas mudanças têm duas causas: progresso tecnológico e realocação de recursos.

4. A MEDIDA DA UTILIDADE

Uma vez definido que os recursos — fatores e produtos — devem ser expressos em utilidade e que esta deve ser entendida como utilidade abstrata, a questão da medida da utilidade deve ser enfrentada.

Rangel começa descartando o valor de uso como a explicação para as relações de troca. E assinala que “os clássicos referiram o valor à quantidade de trabalho necessária à produção” (Rangel, 2005d, p. 379). Mas, apesar da afinidade com a economia política clássica marxista, registra que a discordância com os marginalistas, a outra grande escola dominante do pensamento econômico contemporâneo, “gira em torno de fatos de superfície, e que é chegado o momento de levar adiante o trabalho encetado por economistas da estirpe de Schumpeter, para recolher os frutos do pesado labor levado a efeito de parte a parte” (Rangel, 2005d, p. 380).

Adiante, a questão da “contabilidade da riqueza em termos de trabalho [que,] em certas condições, pode mesmo ser a única possível” é ponderada com o fato de que os três fatores se combinam em todo o ato de produção para produzir nova utilidade — utilidade virtual. Mas, apesar disso, opta por usar o trabalho, pois “a redução à mesma denominação é um recurso contábil” (Rangel, 2005d, p. 380).



O economista marxista polonês Michał Kalecki (1899-1970)

Nos próximos passos, seguindo Ricardo, é feita a redução da contribuição da terra em termos de trabalho e capital, com o que é possível fazer uma redução do capital ao trabalho⁷, definido este como a medida da utilidade: “Por trabalho, devemos entender aqui a utilidade alternativa da mão de obra — da força de trabalho, na sistemática marxista. Por capital, os instrumentos e materiais usados, medida sua utilidade alternativa na mão de obra que, em diferentes combinações, entrou em sua produção.” (Rangel, 2005d, p. 382) Portanto, conclui, o trabalho é a medida de todas as utilidades alternativas dos fatores absorvidos pelo projeto. E, para não deixar dúvidas quanto à sua posição, encerra o argumento dizendo que “o trabalho é a medida natural da contabilidade econômica” (Rangel, 2005d, p. 382).

Como o trabalho concreto é heterogêneo, tem diversas utilidades, chegou a hora de buscarmos a utilidade do trabalho nas condições menos produtivas, a utilidade marginal do trabalho. Que, segundo a escola marginalista, é para onde

tende o salário, isto é, o preço do trabalho como fator, como mão de obra. Consequentemente, teríamos, nesse suposto, não apenas a unidade natural da utilidade, mas também sua expressão monetária, o que facilita seu emprego como medida de todas as utilidades contidas nos fatores e nos produtos. Obtida essa expressão monetária, podemos abandonar sua primitiva forma natural, e medir simplesmente a utilidade marginal de todos os fatores pelo seu preço (Rangel, 2005d, p. 383).

A partir da relação marginalista entre salário e utilidade marginal da mão de obra, Rangel faz ponderações mostrando que nas condições de desemprego ou de subemprego a igualdade entre salário e utilidade marginal do trabalho não ocorreria. Para a empresa,

⁷ A solução rangeliana em termos formais lembra a redução ao trabalho datado, realizada por Sraffa. Afirma que podemos fazer redução semelhante a partir de qualquer insumo da matriz de insumo-produto.

“O progresso da técnica permite-nos vislumbrar a possibilidade de uma sociedade onde as coisas úteis [utilidades] sejam tão abundantes que não mais tenham utilidade marginal [valor].”

base da visão keynesiana, explica o desenvolvimento da economia do projetamento, na medida em que não podemos garantir que o melhor emprego dos fatores para a firma seria o melhor emprego para a sociedade.

Mas, apesar de todas essas ponderações sobre o construto neoclássico, Rangel afirma que os problemas sinalizados pela diferença entre utilidade marginal e total não impossibilitaram o marginalismo de “instruir a solução de numerosos problemas de economia da empresa e, de passagem, refinar grandemente os instrumentos de análise, que provavelmente nos permitirão em breve retomar as teses abandonadas provisoriamente dos clássicos, para reformulá-las” (2005d, p. 385).

As páginas se sucedem apresentando a ideia de que o esforço de construção da Ciência Econômica deve continuar e, para isso, todas as heranças — a ocidental e a oriental — são válidas. Discorrendo sobre essa questão, o autor comete uma ironia fina ao afirmar que, quando os socialistas chegaram ao poder, tiveram de lançar mão

dos métodos ocidentais de contabilidade, que refletiam muito da contribuição teórica do marginalismo. Isso, entre parênteses, não os impediu de continuarem a cultivar cuidadosamente a ignorância mais completa de todos os aspectos teóricos dessa elaboração — do que, de resto, eram pagos na mesma moeda pelos economistas ocidentais (Rangel, 2005d, p. 387-388).

Além da convergência teórica na construção de uma teoria da economia do projetamento, meio e finalidade do livro, duas ideias dominam a parte final do segundo capítulo. A primeira delas é o reconhecimento do “defeito fundamental do trabalho como medida da utilidade” (Rangel, 2005d, p. 389). A expressão monetária da utilidade do trabalho, o salário, depende dos preços — o que também implicaria uma circularidade, argumento que não foi explorado pelo autor —, mas os preços expressam a utilidade marginal e não a utilidade média, que se relaciona com a utilidade total. Com o tempo, a utilidade marginal diminui, e, com ela, a média. A não consideração desse aspecto pode levar a uma superestimação do produto total expresso em utilidade.

entretanto, o salário igualaria a utilidade marginal da mão de obra empregada, que seria diferente da utilidade marginal da mão de obra total. Da mesma maneira, a utilidade total do produto é diferente da receita da empresa, que expressa a utilidade marginal que determina o preço. Tudo isso indica que “a contabilidade da firma não registra o efeito total do projeto sobre a economia nacional” (Rangel, 2005d, p. 385).

A percepção da discrepância entre salário e utilidade marginal do trabalho, que está na

Continuando a ponderação sobre o trabalho como medida da utilidade, Rangel levanta a hipótese de que “os graves desequilíbrios ultimamente denunciados no seio da economia dos países socialistas podem estar perfeitamente relacionados com esta limitação do trabalho como medida de riqueza, isto é, de utilidade”. Mas, apesar do reconhecimento desse problema, afirma logo em seguida que “é lícito supor [...] que esta deficiência do trabalho, como medida de utilidade, não seja suficientemente grave para inutilizar de vez o instrumento” (Rangel, 2005d, p. 389). O autor conclui que “o problema capital do projetamento, a medida da utilidade, continua pendente, por falta de um padrão realmente representativo.” (Rangel, 2005d, p. 390)⁸

A segunda ideia foi expressa em duas frases lapidares: “É indispensável trabalhar para construir uma contabilidade da firma que se refira diretamente à contabilidade social, e *vice-versa*” (Rangel, 2005d, p. 391, grifo do autor). Enquanto não se alcança esse objetivo, devem ser elaborados balanços separados: “O primeiro balanço deverá definir o que se convencionou chamar de *rentabilidade da empresa*; outro, o efeito esperado sobre a *produtividade per capita*, da nação.” (Rangel, 2005d, p. 391, grifos do autor)

5. SELEÇÃO DE TÉCNICA

Rangel inicia o terceiro capítulo de *Elementos de economia do projetamento* pon-do um ponto-final na questão da medida da utilidade, com um pragmatismo emblemático: “Embora informados de que a mensuração desse atributo comum [utilidade] é problema que não comporta senão soluções tópicas e aproximativas, o fato de que, em casos particulares, tal solução é eventualmente possível autoriza-nos a considerá-lo resolvido.” (Rangel, 2005d, p. 392)

Trata-se, agora, de analisar os fatores em sua heterogeneidade, ou seja, em seu valor de uso, aquele que reflete as “limitações de ordem técnica” (Rangel, 2005d, p. 392).

Rangel cria um conjunto de exercícios conforme os quais um mesmo produto pode ser produzido com diferentes funções de produção. A escolha entre elas é orientada pela melhor razão benefício/custo. Esse resultado nos permitirá escolher a técnica. Além da substituição imediata de fatores, poderá haver uma substituição com a interposição de uma produção intermediária que resolverá possíveis estrangulamentos de recursos, o que é feito em algum intervalo de tempo. A busca de soluções com produção intermediária, quando esta for a escolha técnica, pode ser mais viável no projetamento.

O passo seguinte é discutir a relação entre seleção de técnica e desenvolvimento econômico. O autor inicia afirmando que “o desenvolvimento econômico pode ser conceituado como aumento do produto *per capita*” (Rangel, 2005d, p. 399). O produto é “o fluxo total de utilidades geradas em cada ano no país” e difere da renda porque contém a produção de autoconsumo. E “o objetivo do projetamento econômico é promover o desenvolvimento e, portanto, a expansão” do produto *per capita* (Rangel, 2005d, p. 400).

Avançando na explicação da seleção de técnicas, Rangel demonstra que, no pleno emprego, o aumento do produto *per capita*, ou seja, o desenvolvimento, só poderá ocorrer devido a funções de produção que substituam trabalho por terra (recursos naturais): “Podemos, pois, conceituar o desenvolvimento *como fruto de uma série de mudanças na técnica de produção tais*

⁸ Esse problema será mencionado diversas vezes ao longo do texto.

que resultem em combinações de fatores onde [sic] o trabalho participe cada vez menos e a terra participe cada vez mais.”⁹ (Rangel, 2005d, p. 400-401) Quando existe desemprego, é possível elevar o produto *per capita* independentemente da conversão de trabalho em terra. O objetivo do projetamento nessa situação, portanto, será buscar o emprego de toda a mão de obra.

Rangel conclui o capítulo dizendo que o projetista deve ser orientado por um plano-mestre geral, mesmo que este não esteja formulado. E “se há desemprego, deve trabalhar para induzir o emprego pleno; alcançado este, deve buscar a gradual retirada do trabalho dentre os fatores de produção” (Rangel, 2005d, p. 405).

6. A ALOCAÇÃO DE RECURSOS

No capítulo anterior foi discutido como seriam produzidos os bens. Agora devemos definir o que deverá ser produzido.

Essa questão levou ao estudo da demanda. Inicia-se por uma discussão sobre necessidade e suprimento dos bens nas quantidades necessárias, o que configura uma estrutura de demanda, que deverá ser atendida por uma estrutura de oferta. “Qualquer discrepância entre as duas significa que não se está obtendo toda a utilidade possível dos fatores usados — significa que está havendo desperdício.” (Rangel, 2005d, p. 406)

Dado que a projeção de demanda reflete o passado, o que é verdadeiro para o projetista e menos verdadeiro para o planejador, e o projeto está voltado para o futuro, o esforço do projetamento será para compatibilizar as duas estruturas. No projetamento complexo — *do planejamento* —, a relação entre os diferentes projetos e a demanda derivada de bens de capital formata uma opção consciente, inteiramente subordinada aos imperativos da técnica. O equilíbrio formal por via de preços pode ser aparente, pois “a análise da contabilidade das indústrias, tomadas estas isoladamente, poderá revelar desequilíbrios, sob a forma de razões benefício/custo diferentes” (Rangel, 2005d, p. 410). E o autor adverte que o equilíbrio microeconômico pode diferir do verdadeiro equilíbrio do sistema:

[O] sistema não estará operando ao seu maior rendimento a menos que as razões benefício/custo *consolidadas* de todas as indústrias tenham o mesmo valor [...] qualquer discrepância [...] implica desperdício de recursos, isto é, significa que a sociedade não está obtendo toda a utilidade a que pode aspirar (Rangel, 2005d, p. 410).

Rangel constrói um exercício para apresentar o argumento, questionando

se não seria possível obter uma razão consolidada melhor para as duas indústrias [do exemplo apresentado], tomadas conjuntamente, independentemente de melhoramento da técnica, assunto que foi objeto do capítulo anterior. Noutros termos, trata-se de saber se não poderíamos melhorar dita razão consolidada pela transferência de recursos de uma indústria para outra (Rangel, 2005d, p. 411).

Isso é possível no socialismo, em que os recursos podem ser alocados levando-se em conta a razão benefício/custo consolidada das indústrias; no capitalismo, cada empresa cuida apenas de sua própria razão e a igualação ocorre entre as empresas independentemente das indústrias.

⁹ Podemos pensar em alguma analogia com a elevação da composição orgânica do capital.



Rangel corrobora o entendimento kaleckiano segundo o qual, na sociedade capitalista, como o gasto dos empresários independe até certo ponto de seus lucros, estes ganham o que gastam; já os trabalhadores, dependentes de seus salários, gastam o que ganham

Em resumo, o desenvolvimento, o aumento do produto *per capita*, depende da técnica selecionada e da alocação de recursos (mas a alocação de recursos pressupõe uma ordenação, entre as unidades produtivas, mais complexa e abrangente do que a seleção de técnicas, que na maioria dos casos pode ser feita pela empresa individualmente)¹⁰.

A partir desse ponto duas questões são explicitadas. A primeira mostra que, pela expansão de diferentes indústrias, podemos nos aproximar “da combinação social de maior benefício”, mas essa aproximação é feita através de projetos marginais, ou, nas palavras do autor, “desde que nos possamos apoiar nos resultados relativos dessas últimas empresas” (Rangel, 2005d, p. 415).

A segunda questão gira em torno das “correlações entre as razões das últimas empresas e as razões consolidadas das indústrias” (Rangel, 2005d, p. 415). Aqui irão aparecer significativas diferenças entre economia capitalista, na qual a razão consolidada por indústria não tem sentido, pois as empresas tendem a igualar as razões, e o “regime socialista, onde [*sic*], em princípio, é possível operar à base do balanço consolidado, [e] a exigência da identidade das razões das últimas empresas pode ser abandonada” (Rangel, 2005d, p. 416), desde que a razão consolidada seja considerada. “Mas ainda aí [no regime socialista], a regra prática deve ser a identidade das razões *marginais* benefício/custo de todas as empresas a criar, isto é, de todos os projetos” (Rangel, 2005d, p. 416). São visíveis as relações entre micro e macroeconomia, bem como entre projeto e plano.

¹⁰ Será que encontramos nessa passagem a diferença entre capitalismo e socialismo no que se refere à inovação? Até que ponto o planejamento atrasou a incorporação no aparelho produtivo dos avanços tecnológicos?

Rangel retoma a diferença entre a receita da empresa e a utilidade criada, (diferença que é a renda do consumidor), para discutir a diferença entre a contabilidade da firma e os efeitos totais do projeto sobre a economia. Mas frisa que, sob certas circunstâncias, a contabilidade da firma tende a impelir os investimentos privados “no sentido geral da combinação do maior benefício” (Rangel, 2005d, p. 419).

Mas nem sempre as decisões privadas levarão ao equilíbrio. Essa seria uma das razões para a intervenção do Estado na economia. O que não se faz sem problemas: “A intervenção do Estado na economia apresenta problemas absolutamente novos [... e] todas as soluções até aqui oferecidas [...] são soluções parciais e contingentes — inclusive o planejamento soviético, o mais exaustivo de todos.” (Rangel, 2005d, p. 420)

7. A ASSIMETRIA BÁSICA DO PROJETO

Como a riqueza social se mede pela utilidade e não pelo valor, é “útil conservar a antiga distinção dos clássicos entre valor e utilidade” (Rangel, 2005d, p. 420). A questão da medida da utilidade, a discrepância entre valor (utilidade marginal) e utilidade, reaparece na abertura do quinto capítulo de *Elementos de economia do projetamento* para apresentar outra questão: “O progresso da técnica permite-nos vislumbrar a possibilidade de uma sociedade onde as coisas úteis [utilidades] sejam tão abundantes que não mais tenham utilidade marginal [valor].” (Rangel, 2005d, p. 421)

“Vimos que essa marcha no sentido da abundância resulta de inovações tecnológicas [...] cuja essência está no fato de permitirem a progressiva substituição do fator trabalho pelo fator terra, único meio de elevar o produto *per capita*.” (Rangel, 2005d, p. 421) Entretanto, a inovação só se efetivará através de novos projetos, “o que implica subordiná-la à condição de tempo” (Rangel, 2005d, p. 421).

Essa “condição de tempo” será a principal questão tratada nesse capítulo. Ela parte de ideias simples. A descoberta, no tempo, de utilidade nova para coisas já existentes é “fonte de enriquecimento [...] independente da técnica de produção” (Rangel, 2005d, p. 421). Mas a partir do tempo, e por causa dele, Rangel começa a estudar o papel do capital na produção (e faz uma análise do que poderíamos chamar de *fetichismo do capital*). Ele adverte que a participação do capital no processo produtivo deve ser analisada com cuidado. Na aparência, “o que parece acontecer é a participação cada vez mais decisiva do capital, enquanto os *dois outros fatores declinam*” (Rangel, 2005d, p. 422, grifos do autor). Mas, como já foi visto, “no aumento líquido de capital não vamos encontrar senão terra e trabalho como fatores” (Rangel, 2005d, p. 422).

A resultante da acumulação de capital, portanto, é o aumento do produto *per capita* e da razão terra/trabalho. O capital abaixo da superfície, o que só pode ser visto através de análise, é apenas o meio para substituir o trabalho humano pela natureza, ou seja, “o meio objetivo para poupar o fator limitado — o trabalho — nos quadros do processo de desenvolvimento” (Rangel, 2005d, p. 422).

Mas, na aparência, o fetichismo se impõe de forma que os méritos da combinação terra-trabalho, os dois outros fatores, “são atribuíveis ao capital” (Rangel, 2005d, p. 422). Essa questão explica por que, no capitalismo, os detentores do controle do capital têm o comando do processo produtivo e podem se apropriar de uma parcela do produto. Mas, vale prestar atenção, “essas considerações dizem respeito à *distribuição* da utilidade criada, escapando,



Para Rangel, os economistas do século XIX, de Menger a Marx, não aprofundaram o estudo sobre a taxa de juros. “A construção de teorias mais específicas surgirá como reflexo da evolução do capitalismo, com o surgimento de um novo capital financeiro, e pela construção do socialismo”

assim, a nossas presentes cogitações” (Rangel, 2005d, p. 423, grifo do autor). Como mencionado anteriormente, a *distribuição* é assunto da economia política.

Rangel segue o caminho para ligar tempo e capital. Para ele, o mais importante é compreender que, seja qual for o regime — capitalista ou socialista —, o capital sempre haverá de ter custo diferente daquele dos fatores empregados, pelo fato de que implica *imobilização*. “É como *custo de imobilização* que, em economia de projetamento, devemos estudar o custo do capital”, afirma Rangel (2005d, p. 423, grifos do autor). Nessa perspectiva, o investimento é um *aprazamento do consumo*.

Noutros termos, a utilidade alternativa contida nos fatores usados para a produção do bem de capital será transitoriamente *esterilizada*, pois [... decorrerá um] lapso de tempo, mais ou menos longo, entre o momento em que é produzido o bem de capital e aquele em que a sociedade receberá como produto final a utilidade (Rangel, 2005d, p. 423).

Vamos tentar explicitar algumas diferenças entre a economia política e a economia do projetamento. Supondo que o processo de desenvolvimento (aumento do produto *per capita*) prossiga, haverá o aumento da relação terra/trabalho, conforme a qual “qualquer redução relativa da participação do trabalho implica declínio do custo de produto para a sociedade — implica aumento da *produtividade*” (Rangel, 2005d, p. 424, grifo do autor). E, agora, atenção:

O preço da terra é um fato de *distribuição* [economia política], que significa que as pessoas detentoras exclusivas de certos recursos naturais eventualmente se colocam em condições de cobrar ao resto do corpo social certa parcela das utilidades produzidas. Mas, para a sociedade como todo, a terra é rigorosamente gratuita, de modo que o aumento relativo de sua participação representa redução de custo (Rangel, 2005d, p. 424, grifo do autor).

A diminuição de salário em condições de desemprego levaria à redução da demanda global em vez de ao aumento de investimentos

tudo sobre a taxa de juros. A construção de teorias mais específicas surgirá como reflexo da evolução do capitalismo, com o surgimento de um novo capital financeiro, e pela construção do socialismo (Rangel, 2005d, p. 426-427). A separação entre a gestão do capital e a propriedade, fato típico do capitalismo avançado, provocará uma distinção entre lucro — utilidade virtual dos fatores — e juros — preço do fator capital (Rangel, 2005d, p. 427), que é a *eficácia marginal do capital*. Como qualquer preço, ela varia inversamente à quantidade ofertada. Dessa forma, “o juro tem [...] fundamento material, relacionado — como na moderna concepção dos economistas soviéticos — ao processo real de crescimento. É a expressão monetária da utilidade marginal dos *bens de capital*.” (Rangel, 2005d, p. 427, grifos do autor)

A visão dos economistas modernos de que a taxa de juros seria determinada no mercado monetário levaria a uma distinção entre taxa monetária e taxa natural de juros. Rangel, entretanto, afirma que, “para a aferição do efeito do projeto sobre o produto *per capita*, não nos interessa senão a taxa real dos juros, para o efeito de desconto, e [...] a única maneira de pesquisá-la é a referência ao ritmo de crescimento do produto *per capita*” (Rangel, 2005d, p. 428).

A taxa monetária não é um instrumento válido para a avaliação dos valores através do tempo. Ela deverá ser considerada nas projeções financeiras, “mas, aí, sem qualquer preocupação quanto aos seus fundamentos reais” (Rangel, 2005d, p. 428). Adiante, Rangel (2005d, p. 431) retorna ao tema e reforça a conclusão de que “a taxa corrente de juros pode discrepar da taxa natural por estar presa muito mais às vicissitudes da moeda [...] do que à taxa real de crescimento”. Nesse sentido, é de fundamental importância “relacionar os valores futuros com os presentes por um fator que exprima o crescimento esperado da economia” (Rangel, 2005d, p. 431-432).

Em sendo o projeto, do ponto de vista das projeções dos custos e benefícios no tempo, um fluxo de utilidades (semelhante a um fluxo de caixa) marcado por uma assimetria estrutural, a determinação do fator, que relacione as utilidades no tempo, é fundamental. Esse fator corresponde à taxa de crescimento do produto *per capita*, que codifica a redução do custo social medido em trabalho. É nesse fator, e não na taxa monetária de juros, que temos uma fundamental diferença entre o cálculo econômico do projetamento e o do capitalismo.

Voltemos à questão do tempo. Como o capital é produto “e, como tal, cristaliza certa soma de utilidade [...] e] tem um custo, que é expresso no emprego de certa quantidade de trabalho” (Rangel, 2005d, p. 424), seu custo diminui no tempo desde que ocorra aumento da produtividade, ou seja, com o desenvolvimento econômico. Dessa maneira, deverá ser paga uma diferença entre o menor custo futuro, quando do consumo, e o custo maior efetivado no momento de produção. A questão da valoração do capital no tempo põe em relevo a taxa de desconto, isto é, a taxa que atualiza os valores futuros, que assume a forma de taxa de juros.

Para Rangel, os economistas do século XIX, de Menger a Marx, não aprofundaram o es-

Mas esse fator afeta o perfil dos investimentos e a seleção de técnicas, pois, quanto maior a taxa de crescimento, que se projetará na taxa de desconto, maior a depressão dos valores futuros, o que será “fator tendente a dar preferência — *ceteris paribus* — aos projetos de vida mais breve” (Rangel, 2005d, p. 432), e introduz uma dialética na adoção de novas técnicas, na medida em que a inversão, que mobiliza nova técnica, também a imobiliza, e, uma vez realizada, impede, ordinariamente, inovação subsequente. As consequências dessa dialética da técnica — do congelamento fruto do investimento, com uma estabilização temporária da função de produção, e adiamento de novas inovações, fruto da não depreciação do investimento recente — atuarão nos ciclos e no desemprego. Questões que serão tratadas no último capítulo de *Elementos de economia do projetamento*.

“A análise do custo social de um projeto pode obrigar-nos a investigações em atividades sem qualquer conexão imediata com esse projeto”

8. A MACROECONOMIA DO PROJETO

O desenvolvimento, crescimento do produto *per capita*, no longo prazo, depende do progresso técnico, isto é, de “novas combinações de fatores que, em última instância, viabilizem a substituição de trabalho por terra [recursos naturais] no processo produtivo” (Rangel, 2005d, p. 433). Porém, ironiza Rangel, “para usarmos o dito chistoso de Keynes, ‘no longo prazo todos estaremos mortos.’” (2005d, p. 433)

É dessa maneira que Rangel introduz o último capítulo, intitulado “A macroeconomia do projeto”, que versa sobre a estratégia do desenvolvimento diante de uma economia com desemprego. Pois, diante dessa circunstância, “o projetista, como tático do desenvolvimento, deve ajustar seus critérios” (Rangel, 2005d, p. 433).

Para tratar desse problema, o autor combina a abordagem keynesiana com a visão de projetamento, mas, nesse arranjo, diante do desemprego, recupera a ideia desenvolvida no capítulo IV de que o crescimento do produto *per capita* pode ocorrer pela realocação de recursos, sem intensificação da técnica (elevação da razão terra/trabalho):

O desemprego dos fatores limitados [trabalho e capital] representa a possibilidade de expansão do produto total e *per capita* independentemente de mudança nas combinações de fatores. Noutros termos, o produto pode crescer inclusive nos quadros de certa reversão tecnológica (Rangel, 2005d, p. 435).

No início do capítulo, Rangel aborda as dificuldades que têm os mecanismos de mercado para engendram uma solução para o desemprego. Descarta a flexibilização dos preços (hipótese pré-keynesiana) como forma de promover o pleno emprego e observa que “as empresas não dispõem de tamanho grau de liberdade na modificação de suas combinações de fatores” — rigidez das combinações de fatores da indústria moderna (Rangel, 2005d, p. 436). O que faz com que, “no curto prazo, a demanda de fatores [seja] consi-

Estamos diante de uma antropologia filosófica que pensa o homem em sua afirmação racional, sem fetiches e sendo senhor de seu destino

sua própria demanda” (Rangel, 2005d, p. 437, grifo do autor). Duas ideias são combinadas para esclarecer a questão. A primeira é a já apresentada *assimetria do projeto*, que nada mais é do que o reconhecimento de que “o fluxo dos pagamentos aos fatores (custo) é forte no início e débil no fim da vida do projeto, ao passo que o fluxo de produtos (benefício) pesa mais para o fim” (Rangel, 2005d, p. 437) — ideia análoga ao argumento do economista polonês Michał Kalecki sobre a defasagem entre criação de demanda e de capacidade produtiva. Essa assimetria estará na explicação dos movimentos cíclicos, como se lê na seguinte passagem: “[É] graças a essa característica, que se torna cada vez mais acentuada, à medida que a técnica progride, que, em vez de uma tendência continuada para a depressão ou para a prosperidade, temos a alternatividade de depressão e de prosperidade” (Rangel, 2005d, p. 438). Mas, apesar do movimento cíclico, “o capitalismo tende, no longo prazo, a uma situação de emprego menos que pleno por causa do modo como se distribui a renda” (Rangel, 2005d, p. 438). E, citando palavras kaleckianas encontradas em Kaldor (1956), dado que “o gasto dos capitalistas é (relativamente) independente de seus lucros correntes, ao passo que o gasto dos trabalhadores depende de seus salários, os capitalistas, como classe, ganharão o que gastarem, enquanto os trabalhadores gastarão o que ganharem” (apud Rangel, 2005d, p. 438). Isso significa que “a demanda global varia segundo os capitalistas encontram ou não interesse em gastar além de suas necessidades correntes de consumo — vale dizer, na medida em que descubram interesse em inverter” (Rangel, 2005d, p. 438).

A diminuição de salário em condições de desemprego levaria à redução da demanda global em vez de ao aumento de investimentos. Por um lado, a rigidez da técnica impede a substituição dos fatores, por outro, o barateamento do trabalho com relação à terra e ao capital (que pode ser decomposto em terra e trabalho) levará a “um esforço por parte dos capitalistas para intensificar o emprego do fator mais barato — o trabalho — e que, portanto, *diminuirá a procura de bens de capital*. [...] Trata-se do desenvolvimento de diante para trás, do inverso do desenvolvimento” (Rangel, 2005d, p. 439).

deravelmente inelástica [em relação] ao preço” (Rangel, 2005d, p. 436).

Em seguida, Rangel levanta a questão do mercado para o produto das empresas. Resgata o argumento fundamental de que “a fonte última que nutre [o] poder de compra são os pagamentos feitos pelas empresas aos fatores de produção” (Rangel, 2005d, p. 436) — enunciado inequívoco de demanda efetiva, que encontramos em Keynes (1978). Dessa forma, uma diminuição dos salários afetaria negativamente “o volume das vendas e, consequentemente, a produção” (Rangel, 2005d, p. 436). E conclui, citando a lei de Say numa provocação expositiva, “que a demanda dos produtos do projeto determina-se, em última instância, no interior do próprio projeto” (Rangel, 2005d, p. 436).

Por esse chiste, para usarmos uma palavra grata ao autor, imediatamente, ele se vê obrigado a explicar “o modo como *realmente* o projeto cria

Mas a demanda de mão de obra diminuiria em função da queda dos investimentos. E nada levaria os capitalistas a investir “se a produção corrente não é vendida” (Rangel, 2005d, p. 440). A crise, portanto, “não pode cessar por efeito de ilusórios aumentos de inversão induzidos por uma queda no salário, mas por algo que provoque independentemente, com relação a este, um aumento geral nas compras” (Rangel, 2005d, p. 440).

Podemos esperar, para os países de capitalismo pouco desenvolvido, uma espontânea saída da crise. O setor pré-capitalista de subsistência sustenta níveis absolutos de salário e consumo. Com a quebra das empresas mais débeis, “a demanda efetiva aos preços vigentes [...] torna-se maior do que a oferta, criando-se clima para o lançamento de novos projetos” (Rangel, 2005d, p. 440). Mas o caso geral é diferente: “Nos países de capitalismo desenvolvido esse mecanismo de sustentação do salário pela via do emprego alternativo na produção para autoconsumo perde sua importância relativa.” (Rangel, 2005d, p. 441) Pela doutrina keynesiana, “a luta contra a crise passa a ser encargo obrigatório do Estado”, para o qual “a essência da política anticíclica [...] é a sustentação do preço do trabalho, relativamente ao do capital” (Rangel, 2005d, p. 441-442).

A variável chave é o preço do capital, que pode ser entendido como “duas coisas distintas: a) o preço dos *bens de capital*; b) a *taxa de juros*” (Rangel, 2005d, p. 442, grifos do autor). Mas a preferência pela liquidez pode impedir a queda da taxa de juros ou mesmo elevá-la e, com isso, também o preço do capital. Aqui encontramos papel para a política econômica:

A manipulação do poder emissor pode satisfazer a sede de liquidez do público e, por esse meio, deixar as autoridades financeiras em condições de fixar livremente a taxa de juros. [...] Desta maneira, o capital pode tornar-se relativamente mais barato que o trabalho e induzir combinações de fatores propendentes a enfatizar o emprego do capital e a reduzir o emprego de trabalho (Rangel, 2005d, p. 443).

No curto prazo, o aumento do investimento provoca a expansão do emprego. Nas palavras de Rangel, “a demanda de mão de obra aumenta quando os capitalistas decidem poupar mão de obra, pelo emprego intensivo de capital” (Rangel, 2005d, p. 443, grifos do autor). E com essa observação ele introduz outra problemática, observando que, “iludido pelas



Brigadeiro-General da Força Aérea Pat Ryder durante coletiva de imprensa no Pentágono em 20 de outubro de 2022

O keynesianismo armamentista dos norte-americanos se distanciou da convergência, esperada por Rangel, para a produção de utilidades por meio de uma política de emprego

aparências, o planejador ou o projetista de país subdesenvolvido ou de país em depressão pode sentir-se inclinado a preferir técnicas que enfatizem diretamente o emprego de mão de obra, no nível do *projeto primário*” (Rangel, 2005d, p. 443, grifos do autor), o que não seria atitude sábia.

Mas Rangel informa que, embora nem sempre isso ocorra, excepcionalmente há um caso em que a escolha do projeto tecnicamente mais primitivo “assegura a maior demanda total de mão de obra” (Rangel, 2005d, p. 444). É quando a demanda derivada de um “projeto mais avançado do ponto de vista tecnológico (mais poupador de mão de obra)” é atendida por unidades produtivas localizadas fora da economia em questão. Em outras palavras, é necessário um estudo sobre aspectos espaciais do efeito multiplicador dos investimentos.

Rangel conclui o capítulo chamando a atenção para as possíveis formas de utilização dos fatores locais na formação de capital. Como a construção civil, principalmente na época da elaboração do livro, tendia a empregar fatores locais, a questão incidia sobre os equipamentos. Estes poderiam ser fabricados localmente ou comprados por recursos locais que seriam materializados em produtos de exportação ou de substituição de importações. Seguindo a ponderação, Rangel adverte que, no caso do financiamento do bem de capital, passa a existir um intervalo de tempo entre o investimento e um possível efeito no emprego de recursos locais. E conclui que “a análise do custo social de um projeto pode obrigar-nos a investigações em atividades sem qualquer conexão imediata com esse projeto” (Rangel, 2005d, p. 445).

9. PALAVRAS FINAIS

Gostaríamos de concluir este artigo com algumas observações pontuais. A primeira é o reconhecimento de que *Elementos de economia do projetamento*, ao contrário das outras obras de Rangel, foi livro pouco comentado. Registramos com alegria as palavras de Milton Santos, que considerava esse livro o mais importante trabalho de Rangel, e acrescento, numa pouco usual confiança biográfica, que o autor me confidenciou algo semelhante.

A segunda, explicitamente observada por Santos (1997), é sobre a importância filosófica da categoria utilidade. A noção está ligada à definição de necessidades e carregada de juízos de valor. Pois estamos diante de uma antropologia filosófica que pensa o homem em sua afirmação racional, sem fetiches e sendo senhor de seu destino. A crença no progresso e os traços prometeicos na relação com a natureza completam uma visão que tem raízes no racionalismo clássico. O socialismo não é um fato fortuito, é o devir esperado que está sendo construído historicamente.

A terceira refere-se ao hoje inexistente objeto teórico principal do livro: a economia do projetamento, que, quando da elaboração da obra, estava em construção e tinha no planejamento soviético sua mais notável expressão.

Essa economia do projetamento está historicamente superada ou, pelo menos, em agudo retrocesso. A *perestroika*, o fim da URSS e a transição acelerada para o capitalismo dos países da antiga Cortina de Ferro eliminaram, naquelas plagas, qualquer elemento de uma economia de projetamento. Da mesma forma, o keynesianismo armamentista dos norte-americanos se distanciou da convergência, esperada por Rangel, para a produção de utilidades por meio de uma política de emprego. Por último, a conversão da China em oficina do

mundo, com empresas globais — estrangeiras ou nacionais — e a afirmação da economia de mercado atuam em sentido contrário a qualquer coisa próxima a uma economia de projetamento, pois já deve estar claro que a existência de planos, quinquenais ou não, é insuficiente para definir o projetamento produtor de utilidades.

A economia do projetamento também entrou em colapso em nosso Terceiro Mundo. A forma foi a integração financeira e produtiva mediante o processo de globalização contemporâneo. Os Estados perderam a capacidade de programar os investimentos e definir a utilização dos fatores nacionais. Os bancos de desenvolvimento se transformaram em bancos de investimento. O projeto, como instrumento de avaliação de investimentos e alocação de recursos, cedeu a vez para operações de mercado pelas quais os usos e as fontes são desprezados tendo em vista as perspectivas de valorização fictícias. Nas palavras kantianas de Rangel, poderíamos falar que o nômene deixou de existir tirando o substrato histórico da teoria.

* Economista. Mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente dos departamentos de Economia (1979-1980) e de História (1985-1997) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ex-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ). Funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 1973 a 2010; em parte desse período trabalhou como assessor direto de Ignácio Rangel.

Este texto foi originalmente publicado no livro *Ignácio Rangel: decifrador do Brasil*, organizado por Felipe Macedo de Holanda, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de Almada e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula. A edição, já esgotada, é da Editora da Universidade Federal do Maranhão (São Luís: Edufma, 2014). Revisão técnica de Elias Jabbour, Fábio Palácio e Ramiro Torres.

► Texto recebido em 22 de outubro de 2024; aprovado em 30 de janeiro de 2025.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *In*: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 13-38.

KALDOR, Nicholas. Evolução capitalista à luz da teoria keynesiana. **Econômica Brasileira**, v. 2, n. 3, p. 107-120, 1956.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **Keynes**. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 106-124.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. *In*: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 129-137.

MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v. 1, p. 203-283.

_____. Dualidade básica da economia brasileira. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. 1, p. 285-353.

_____. Dualidade e escravismo colonial. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005c. v. 2, p. 623-636.

_____. Elementos de economia do projetamento. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005d. v. 1, p. 355-446.

SANTOS, Milton. O pensamento de Ignácio Rangel. *In*: SEMINÁRIO IGNÁCIO RANGEL E A CONJUNTURA ECONÔMICA, 1997, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Geografia-USP, 10 nov. 1997.

Evolução do conceito de nova economia do projetamento

Evolution of the concept of new projectment economy

rafael bernardo silveira*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.010>



"A nova economia do projetamento emerge como resposta às limitações das teorias econômicas tradicionais, propondo soluções para crises contemporâneas, como a financeira de 2008 e a causada pela pandemia de covid-19"

RESUMO

Este trabalho realiza uma revisão bibliográfica da gênese e evolução do conceito de nova economia do projetamento, fundamentado nas ideias de Ignácio Rangel, que enfatiza a importância do planejamento estatal na economia. O objetivo principal é analisar como essa nova abordagem se desenvolveu a partir de 2018, especialmente em relação ao contexto econômico da China pós-reformas de 1978. A pesquisa é realizada por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, que inclui a análise de artigos publicados por Elias Jabbour e coautores, destacando a integração de elementos do capitalismo financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética. Os principais resultados indicam que a nova economia do projetamento emerge como resposta às limitações das teorias econômicas tradicionais, propondo soluções para crises contemporâneas, como a financeira de 2008 e causada pela pandemia de covid-19. A análise revela que a China, ao adotar um modelo de “socialismo de mercado”, reflete as características da nova economia do projetamento, permitindo uma integração mais eficaz entre planejamento e mercado. As conclusões ressaltam que essa nova abordagem não apenas atualiza as ideias de Rangel, mas também oferece um quadro teórico robusto para enfrentar os desafios econômicos atuais, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. A continuidade das investigações nessa área é considerada essencial para aprofundar a compreensão das interações entre teoria econômica e prática social.

Palavras-chave: Nova economia do projetamento. China. Socialismo de mercado. Nova formação econômico-social.

ABSTRACT

This paper aims to undertake a comprehensive bibliographic review of the genesis and evolution of the new projectment economy, a concept based on the theoretical framework provided by Ignácio Rangel, an author whose work emphasizes the significance of state planning within the economic sphere. The main research's objective is to analyze the development of the novel theoretical approach since 2018, particularly in which concerns to China's economic landscape after the reforms implemented in 1978. The adopted methodology involves an extensive bibliographic review, encompassing an analysis of articles authored by Jabbour and his collaborators, thereby highlighting the integration of elements derived from financial capitalism, Keynesian economics, and Soviet-style planning. The findings suggest that the new projectment economy emerges as a critical response to the inadequacies of traditional economic theories, offering potential solutions to contemporary crises, including the financial crisis of 2008 and the covid-19 pandemic. The analysis shed light on the fact that China's “socialist market” model exemplifies the characteristics of the new projectment economy, facilitating a more effective synthesis of planning and market mechanisms. In conclusion, we emphasize the fact that the new approach not only revitalizes Rangel's theoretical contributions but also furnishes a robust theoretical framework capable of addressing current economic challenges, thereby fostering a more inclusive and sustainable development paradigm. The ongoing exploration of this field is deemed essential for enhancing the understanding of the intricate interactions between economic theory and social practice.

Keywords: New projectment economy. China. Socialist market. New economic-social formation.

1. INTRODUÇÃO

A economia do projetamento, segundo Rangel (2005), refere-se a uma abordagem que enfatiza a importância do planejamento e da intervenção estatal na economia. Rangel argumenta que a ciência econômica deve ser entendida como uma prática histórica e social sensível às transformações dos modos de produção. O autor compreende o planejamento como uma ferramenta essencial para organizar a produção e a distribuição de recursos, permitindo que a sociedade escolha o ritmo e a direção de seu desenvolvimento.

Rangel destaca também que a economia do projetamento não se limita a uma mera aplicação de técnicas, mas envolve uma compreensão profunda das relações sociais e econômicas, buscando um equilíbrio entre diferentes modos de produção e a necessidade de transformação social. Essa abordagem é vista como uma resposta às limitações do capitalismo e uma forma de construir um futuro mais equitativo e sustentável.

Tendo como base conceitual a economia do projetamento de Rangel, no ano de 2018 Jabbour e Dantas publicam artigo na revista *Princípios* (ed. 155 — julho/agosto) denominado “Na China emerge uma nova formação econômico-social”, em que realizam uma análise das características do sistema econômico chinês, especialmente no período pós-reformas de 1978.

Ainda sem utilizar o termo *nova economia do projetamento*, os autores apontam para a necessidade de compreender o que de fato se desenvolve na China do século XXI, advogando que o sistema econômico chinês pode ser classificado como um “socialismo de mercado”, que é visto como uma nova formação econômico-social que difere do capitalismo de Estado, do capitalismo liberal e do socialismo real do século XX, caracterizando-se por uma complexidade que envolve a convivência de diferentes modos e relações de produção. O “socialismo de mercado” é descrito como um modo de produção que não é puro, mas sim uma combinação de várias estruturas sociais e econômicas (Jabbour; Dantas, 2018).

Além disso, eles afirmam que a economia chinesa é marcada por um planejamento consciente e racional, que a diferencia do capitalismo, no qual a produção é regulada principalmente pelo mercado. O planejamento é visto como um meio auxiliar fundamental para a produção de valor de uso.

No mês de agosto de 2020, Jabbour, Dantas e Espíndola publicam artigo na revista *Geosul* (vol. 35, nº 75, p. 17-42, maio-agosto) em que pela primeira vez a expressão *nova economia do projetamento* é utilizada pelos autores, relacionando-a com a economia do projetamento de Ignácio Rangel. Com o título “Considerações iniciais sobre a nova economia do projetamento”, o trabalho analisa a evolução da teoria econômica em face das transformações sociais e políticas contemporâneas, especialmente no contexto do “socialismo de mercado” da China (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020). Os autores propõem a “nova economia do projetamento” como uma abordagem que integra elementos do capitalismo financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética, visando legitimar um corpo teórico que possa explicar as crises atuais e oferecer soluções para elas. Eles destacam a importância da financeirização e da coordenação dos investimentos, além de criticar a ineficácia das teorias econômicas tradicionais em abordar os desafios contemporâneos, propondo uma reflexão sobre a necessidade de novas formas de planificação e desenvolvimento econômico (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

Posteriormente, em dezembro de 2020, Jabbour, Dantas, Espíndola e Vellozo publicam artigo na *Geosul* (vol. 35, nº 77) sobre a mesma temática, aprofundando a concepção

de que na China se desenvolve uma nova formação econômica e social. Os autores definem então a nova economia do projetamento como um estágio superior de desenvolvimento do modo de produção dominante que emergiu na China como resultado das reformas econômicas iniciadas em 1978. Essa nova economia é caracterizada pela possibilidade de superar a produção de valores regulada pelo mercado, priorizando a utilidade e a produção racional e consciente de valores de uso. Além disso, a nova economia do projetamento é vista como uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos em quatro décadas de reformas econômicas, buscando a minoração das desigualdades sociais e regionais e promovendo um Estado de bem-estar social com características chinesas (Jabbour *et al.*, 2020).

A partir daquele trabalho, outros nove artigos são publicados entre janeiro de 2021 e setembro de 2024 por Jabbour e outros autores, brasileiros e estrangeiros, conforme é detalhado no desenvolvimento deste trabalho. Ao longo desse período de quase quatro anos, é perceptível que o próprio conceito de nova economia do projetamento foi se metamorfoseando, porém a definição de que se trata de uma nova formação econômica e social segue tônica, ainda que caracterizada por uma racionalidade científica aberta e dialética, que busca transformar a realidade social e econômica por meio do conhecimento e da inovação.

O objetivo principal deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica da evolução histórica do conceito de *nova economia do projetamento*, elaborado em 2018 por Jabbour e Dantas e posteriormente desenvolvido em parceria com outros autores ao longo de 12 diferentes publicações.

O desenvolvimento deste artigo decorreu de trabalho teórico, utilizando-se dos procedimentos de revisão da literatura existente, de qualidade e de forma abrangente, dentro das limitações impostas a um trabalho teórico. Assim, quanto aos procedimentos adotados, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica.

Realizada a recolha das informações, o material foi tratado seguindo a sequência: contextualização das fontes — análise do material captado — síntese — considerações do autor.

Para além desta introdução, este trabalho conta ainda com o seu desenvolvimento, e por fim são apresentadas as considerações finais do autor.

2. NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO E SUA APLICAÇÃO PARA COMPREENDER A CHINA CONTEMPORÂNEA

2.1. A GÊNESE DO TERMO ENQUANTO CONCEITO EM DIÁLOGO COM RANGEL

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, o conceito de nova economia do projetamento é desenvolvido a partir de um artigo publicado no ano de 2018 por Jabbour e Dantas (*Princípios*, ed. 155 — julho/agosto) no qual, apesar de ainda não utilizarem tal termo, eles resgatam a economia do projetamento de Rangel (2005) buscando explicar o sistema econômico chinês contemporâneo, em especial pós-reformas de 1978 e durante seu desenvolvimento no século XXI, constatando que na China há uma nova formação econômico-social se consolidando.

Esse primeiro artigo analisa o sistema econômico da China, propondo a classificação de “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. Os autores argumentam que, desde 2009, o crescimento do setor estatal na economia chinesa tem se dis-

A economia do projeto de Rangel refere-se a um modelo em que o planejamento estatal desempenha um papel crucial na organização e regulação da economia, algo que efetivamente decorre na China, em contraste com os sistemas baseados predominantemente no mercado

tanciado dos modelos tradicionais de capitalismo de Estado e capitalismo liberal, concluindo que o “socialismo de mercado” deve ser entendido como “um modo de produção complexo, que combina diferentes relações de produção e estruturas sociais” (Jabbour; Dantas, 2018).

Ao longo do trabalho os autores enfatizam a importância de adaptar o materialismo histórico às particularidades da formação social chinesa, reconhecendo que as condições econômicas variam significativamente entre países e ao longo do tempo. A análise se baseia na premissa de que os critérios analíticos da economia política não podem ser universalizados, e que a China apresenta uma singularidade que deve ser estudada em seus próprios termos.

O artigo também discute as contradições e tensões que emergem desse modelo, como a desigualdade social e regional, mas argumenta que a capacidade do Estado chinês de enfrentar esses desafios é uma característica distintiva do “socialismo de mercado”. Os autores ressaltam que, ao contrário do que muitos críticos afirmam, a China tem demonstrado um crescimento econômico contínuo e uma habilidade notável de implementar políticas de “socialização do investimento”:

Existe uma regularidade neste processo cíclico de reorganização de atividades entre os dois setores. O crescimento do setor privado não ocorre em detrimento de uma diminuição do papel do Estado. Existe, no concreto, uma recolocação estratégica do Estado. A reação chinesa à crise de 2008 demonstrou que houve um processo caracterizado pela construção de um Estado que reúne a capacidade tanto para agenciar políticas de socialização do investimento quanto de investidor e empregador, não prescindiu [sic] somente da indução à existência de um setor privado concomitante. Foi além, promovendo deslocamento e concentração de seu próprio setor produtivo em indústrias-chave, que combinam alta produtividade com grandes retornos em escala. Já o setor privado, longe de ser o protagonista do processo, não passa de um setor ancilar das corporações estatais (Jabbour; Dantas, 2018, p. 80).

Além disso, o planejamento é destacado como um elemento central do sistema econômico chinês, permitindo uma regulação consciente da produção, em contraste com o capitalismo, em que o mercado desempenha um papel predominante. A partir dessa análise, os autores utilizam a teoria do projetamento de Rangel buscando compreender o sistema econômico chinês.

A economia do projetamento de Rangel refere-se a um modelo em que o planejamento estatal desempenha um papel crucial na organização e regulação da economia, algo que efetivamente decorre na China, em contraste com os sistemas baseados predominantemente no mercado, demonstrando que essa relação tem se manifestado de várias maneiras ao menos nas últimas duas décadas, das quais os autores destacam: planejamento centralizado; reestatização e controle estatal; flexibilidade e adaptação; e inovação e desenvolvimento tecnológico.

Em suma, o artigo pioneiro propõe uma reavaliação do sistema econômico chinês, defendendo a tese de que o “socialismo de mercado” não é apenas uma abstração, mas uma realidade concreta que desafia as classificações tradicionais e exige uma nova abordagem teórica para sua análise, utilizando as bases de Rangel para buscar tal avaliação.

Em agosto de 2020, Jabbour, Dantas e Espíndola publicam artigo na revista *Geosul* (vol. 35, nº 75, maio-agosto) denominado “Considerações iniciais sobre a nova economia do projetamento”, no qual pela primeira vez tal expressão é utilizada pelos autores para se referir ao sistema econômico chinês contemporâneo.

O trabalho explora a transformação do “socialismo de mercado” em uma nova formação econômico-social (NFES), com foco nas dinâmicas econômicas emergentes, especialmente no contexto da China. Os autores argumentam que a atual fase de desenvolvimento econômico mundial é caracterizada por um processo de financeirização, imperialismo continuado e emergência de novos paradigmas produtivos e tecnológicos, que exigem uma reavaliação das teorias econômicas existentes.

O conceito de *nova economia do projetamento* é proposto como resposta a essas transformações, inspirado na economia do projetamento desenvolvida por Ignácio Rangel na década de 1950. Essa nova abordagem busca integrar elementos do materialismo histórico de Marx e Engels às contribuições da heterodoxia econômica, reconhecendo que a ciência econômica deve evoluir em consonância com as mudanças no modo de produção dominante. Os autores afirmam que “a própria ciência econômica muda e varia com o modo de produção, que, por seu turno, está em constante transformação” (Jabbour *et al.*, 2020).

O artigo é estruturado em várias seções, nas quais os autores discutem as principais transformações em andamento no mundo, as condições que propiciaram a formação da nova economia do projetamento e as implicações teóricas dessa nova abordagem. Eles destacam que a história do desenvolvimento capitalista apresenta duas etapas bem definidas: uma de expansão e outra de estagnação, o que altera a dinâmica econômica e as ferramentas científicas necessárias para a análise.

Além disso, criticam a incapacidade das teorias econômicas tradicionais de explicar os fenômenos contemporâneos, sugerindo que a noção de nova economia do projetamento deve ser vista como uma “caixa vazia” que ainda precisa ser preenchida com novas teorias e práticas. Eles concluem que a construção dessa nova economia é uma exigência histórica que deve ser enfrentada pelos economistas, enfatizando a necessidade de novas formas de planejamento e coordenação econômica que respondam aos desafios atuais (Jabbour *et al.*, 2020).



Capa da revista *Princípios* nº 155 (jul./ago. 2018) e frontispício do artigo “Na China emerge uma nova formação econômico-social”, em que Elias Jabbour e Alexis Dantas pela primeira vez empregam a categoria rangeliana de projetamento na análise da experiência chinesa, especialmente no período pós-reformas de 1978

Os autores concluem que dois fatores no mundo atual devem ser considerados: a persistência de uma crise sistêmica para a qual não há perspectivas de superação no médio prazo e o contínuo crescimento da China, que, há mais de 40 anos, apresenta uma média anual superior a 9%. Dessa forma, ressaltam que esse desempenho não pode ser explicado por modelos econômicos anteriores, como o japonês, mas sim por uma construção histórica conhecida como “economia socialista de mercado”, que desde 2009 evoluiu para uma nova formação econômico-social, a qual passam a denominar de nova economia do projetamento.

Posteriormente, em dezembro de 2020, Jabbour, Dantas, Espíndola e Vellozo voltam a publicar artigo (*Geosul*, vol. 35, nº 77) sobre a mesma temática, aprofundando a concepção de que na China se desenvolve uma nova formação econômico-social, a qual já havia sido denominada nova economia do projetamento no trabalho anterior. O trabalho inicia-se resgatando a essência original do conceito de *economia do projetamento*, desenvolvido por Ignácio Rangel na década de 1950. Destacam que a economia do projetamento se baseia na ideia de que a razão deve prevalecer sobre o processo de produção, promovendo uma abordagem mais racional e planejada para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, procuram explicar como a economia do projetamento se relaciona com a realidade atual da China, enfatizando a importância de categorias como a superação da incerteza keynesiana, a planificação da “destruição criativa”, a utilização consciente da soberania monetária e o “pacto tácito de adesão”. Cada uma dessas categorias é apresentada como um elemento fundamental que sustenta a nova abordagem econômica (Jabbour *et al.*, 2020).

Os autores argumentam que a planificação e a intervenção estatal são essenciais para criar regularidades que permitam a superação de incertezas e a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado. A “destruição criativa” é vista como um motor de inovação, enquanto a soberania monetária é crucial para garantir a estabilidade econômica. O “pacto tácito de adesão” é interpretado como uma forma de cooperação entre o Estado e a sociedade, que busca alinhar interesses e promover um desenvolvimento mais inclusivo. Em suma,

os autores resgatam o conceito de economia do projetamento, relacionando-o com as novas determinações que emergem na China contemporânea, e argumentam que essa abordagem oferece uma base teórica sólida para entender as transformações econômicas e sociais em curso no país.

Na seção final do trabalho, os autores discutem tais novas determinações da economia do projetamento no contexto da China contemporânea, buscando justificar a sua classificação como “nova” economia do projetamento. Eles afirmam que teorias e conceitos econômicos são construções históricas e que a economia do projetamento não foge de tal realidade:

Teorias, conceitos e categorias são construções históricas — em grande medida, datáveis. Com a “economia do projetamento” originalmente concebida por Rangel não é diferente. Seu núcleo não muda, ou seja, a possibilidade de uma economia superar a produção de valores (de troca e de uso) regulado [sic] pelo mercado por outra, onde a utilidade, precedida pela produção, racional e consciente, em massa de valores de uso, passa a ser a reguladora do sistema. A China é a sociedade no mundo de hoje onde esta transição ocorre. O papel do analista passa a ser o de identificar as regularidades e determinações em marcha que sustentam nossa hipótese (Jabbour *et al.*, 2020, p. 14).

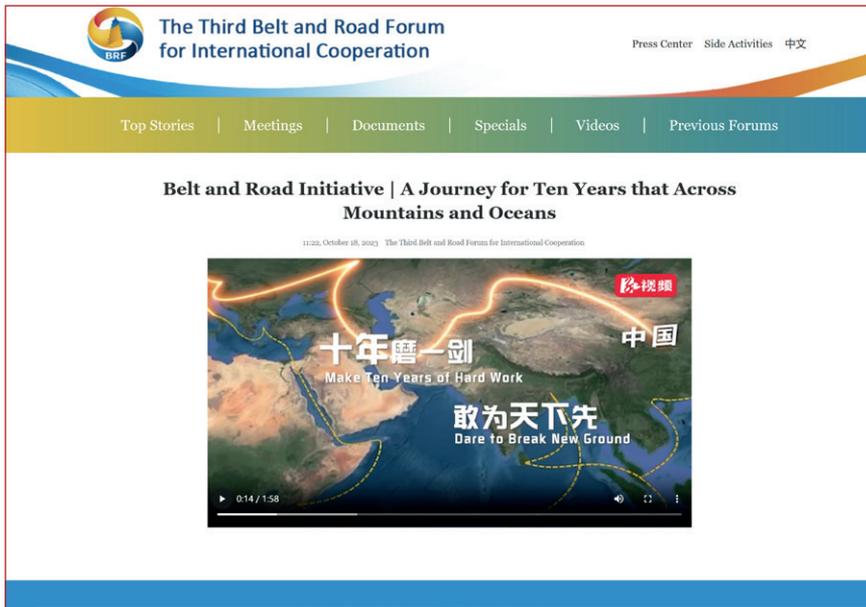
Por fim, concluem que a nova economia do projetamento, ao elevar o papel da razão no processo de produção, oferece novas possibilidades teóricas para compreender o desenvolvimento econômico da China. Compreendem que essa abordagem não apenas responde aos desafios contemporâneos, mas também propõe um modelo que integra planejamento estatal e justiça social, superando as limitações do capitalismo tradicional. Assim, a nova economia do projetamento se apresenta como uma alternativa viável para enfrentar as contradições do desenvolvimento econômico, promovendo um crescimento mais equilibrado e inclusivo.

Através desses três trabalhos iniciais, Jabbour e os demais autores aqui citados desenvolveram a compreensão de que o “socialismo de mercado” chinês havia se transformado em uma nova formação econômico-social, a qual nomeiam de nova economia do projetamento, conforme demonstrado, em amplo diálogo com as ideias de Ignácio Rangel e sua economia do projetamento. Desde então, tal conceito foi aprimorado pelos próprios autores até aqui mencionados e outros que se juntariam ao grupo, além de servir de base para a realização de outras pesquisas sobre a China contemporânea, conforme é demonstrado na sequência deste trabalho.

2.2. CONSOLIDAÇÃO DO CONCEITO E SUA APLICAÇÃO PARA COMPREENDER A CHINA

Ao longo do ano de 2021, quatro novos trabalhos são publicados por Jabbour em parceria com outros autores: Dantas, Espíndola, Rodrigues, Vadell e Vellozo. Dois deles têm a função de aprofundar o conceito elaborado nos trabalhos anteriores, e os outros dois aplicam o conceito de nova economia do projetamento para compreender o que decorre na China nos tempos atuais, especificamente sua reação à epidemia de covid-19 e a nova globalização baseada em “características chinesas”.

O artigo “Ignácio Rangel na China e a nova economia do projetamento”, escrito por Jabbour e Dantas, é publicado na revista *Economia e Sociedade* (vol. 30, nº 2, maio-julho de



Site do Terceiro Fórum da Iniciativa Cinturão e Rota para Cooperação Internacional

2021), tendo como objetivo principal analisar a emergência na China de uma nova formação econômico-social, que se caracteriza pela nova economia do projetamento. Os autores argumentam que essa nova economia surge em resposta às contradições do desenvolvimento chinês e se fundamenta em inovações institucionais e tecnológicas, especialmente no contexto pós-crise financeira de 2008 (Jabbour; Dantas, 2021). O artigo aprofunda a compreensão, já presente nos trabalhos anteriores, de diálogo entre a “antiga” economia do projetamento de Rangel e o novo conceito que aqui retratamos.

O trabalho realiza a análise do papel dos grandes conglomerados empresariais estatais (GCEEs) e da importância da planificação econômica como instrumento para maximizar a ação do Estado sobre o território. Os autores argumentam que a nova economia do projetamento é uma resposta às necessidades materiais e espirituais da população, ao buscar um equilíbrio entre custo e benefício nos projetos de desenvolvimento. Eles também ressaltam que essa nova abordagem é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos, como a desigualdade social e a crise ambiental (Jabbour; Dantas, 2021).

Conforme já apontado em trabalhos anteriores, os autores ressaltam que as teorias econômicas tradicionais, tanto ortodoxas quanto heterodoxas, têm se mostrado insuficientes para interpretar as transformações atuais, uma vez que foram desenvolvidas em contextos históricos diferentes:

Tendo em vista o paralelismo histórico, acrescido da dificuldade de se encontrar uma saída à presente crise sistêmica do capitalismo, que são [sic] indícios de insuficiência das teorias de caráter tanto ortodoxo quanto heterodoxo de interpretar e perceber o surgimento de um novo modo de produção (cujo nome científico podemos batizar de nova economia do projetamento) que surge na China — tendo como núcleo os 97 GCEE[s] —, o objetivo deste artigo é demonstrar que essa nova economia do projetamento surge em meio, e como núcleo, de [sic] uma NFES cujos contornos ficam mais evidentes a partir do grande papel desempenhado pelas GCEE[s] no pós-crise financeira interna-

cional de 2008. Trata de uma nova economia que o processo histórico está desenhando em meio a, e a partir de, novos paradigmas produtivos e tecnológicos e das novas e superiores formas de planificação que estão sendo gestadas e executadas em larga escala na China (Jabbour; Dantas, 2021, p. 290).

Ao final do estudo, Jabbour e Dantas (2021) concluem que a nova economia do projeto não apenas oferece uma alternativa viável ao modelo econômico vigente, mas também apresenta novas possibilidades para a humanidade em termos de acumulação e bem-estar. A ressignificação de conceitos marxianos, como formação econômico-social e modo de produção, é vista como uma necessidade para compreender essa nova realidade. Assim, o artigo traz uma reflexão profunda sobre o futuro das economias contemporâneas e a relevância do planejamento na construção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Em agosto de 2021, Jabbour e Rodrigues publicam aquele que é o primeiro trabalho a utilizar o conceito de nova economia do projeto como suporte teórico para estudar um fenômeno que decorria na China, no caso, o combate à pandemia de covid-19 (*Revista de Economia Contemporânea*, vol. 25, nº 2, maio-agosto de 2021). O artigo “A nova economia do projeto no combate à covid-19” (Jabbour; Rodrigues, 2021) analisa como as transformações institucionais na China ocorridas ao longo das últimas quatro décadas possibilitaram uma resposta rápida e eficaz à pandemia de covid-19. Os autores argumentam que a emergência de uma nova forma de planejamento econômico, denominada nova economia do projeto, é resultado de um processo histórico que fortaleceu as capacidades estatais e a coordenação econômica no país. O estudo destaca que essas capacidades estatais foram fundamentais para a implementação de políticas de contenção das perdas causadas pela pandemia e recuperação econômica durante a crise sanitária.

O trabalho demonstra que a nova economia do projeto não apenas representa um estágio superior do socialismo de mercado chinês, mas também serve como um modelo de planejamento econômico que pode ser aplicado em contextos de crise. Os autores enfatizam que «o controle parcial e total sobre a produção é um ponto positivo em momentos de crise, que possibilita uma regulação da economia através de um sistema híbrido entre [sic] capitalismo e economia planejada” (Jabbour; Rodrigues, 2021). Essa abordagem permitiu à China mitigar os impactos negativos da pandemia, utilizando uma combinação de medidas fiscais e monetárias para estimular a economia.

Não é o objetivo deste trabalho analisar o conteúdo em si do trabalho, e sim a aplicação da nova economia do projeto como suporte teórico à pesquisa, contudo os autores demonstram factualmente que a resposta da China à covid-19 foi facilitada por um sistema econômico que integra planejamento estatal e flexibilidade adaptativa. Jabbour e Rodrigues (2021) advogam a tese de que a pandemia atuou como um catalisador das transformações já em curso, o que reforçou a posição da China como ator político e econômico relevante no cenário internacional, e concluindo que a nova economia do projeto, ao ser um produto de inovações institucionais, poderia servir como modelo para países que enfrentarão crises semelhantes no futuro.

Em dezembro de 2021, Jabbour, Dantas e Vadell publicam trabalho na revista *Estudos Internacionais* (vol. 9, nº 4) denominado “Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China”. Tal trabalho “propõe uma interpretação da ascensão da China a partir de uma síntese entre economia política internacional e geopolítica e tem como ob-



Visitantes chineses avaliam folhetos de um projeto imobiliário durante feira na cidade de Suzhou, leste da província de Jiangsu, em março de 2009

jetivo decifrar dois processos políticos que se entrecruzam. Um de caráter doméstico, outro, global” (Jabbour *et al.*, 2021).

Na questão doméstica, os autores se debruçam sobre o surgimento da nova economia do projetamento na China, fundamentada em valores civilizacionais que se desenvolveram ao longo de 5 mil anos de história. Essa nova economia emerge como uma alternativa geopolítica à globalização neoliberal, liderada pelos Estados Unidos e grandes instituições financeiras. Já o processo de caráter global é a própria “globalização instituída pela China”, que se configura como um modelo institucional e multidimensional, consolidado pela Iniciativa do Cinturão e Rota.

Ao longo do trabalho e nas suas conclusões, os autores ressaltam que a China está emergindo como um ator central na nova ordem global, impulsionada por uma abordagem de planejamento estatal que integra tecnologias avançadas e responde a demandas sociais e ambientais. O estudo enfatiza a transição da economia chinesa de um foco em valores de troca para uma ênfase em valores de uso, promovendo a criação de bens públicos e uma maior responsividade do governo às contradições sociais acumuladas.

Além disso, a Iniciativa do Cinturão e Rota é apresentada como um elemento crucial na globalização promovida pela China, que busca expandir sua influência internacional e desafiar as estruturas liberais ocidentais. O artigo conclui que essa nova economia do projetamento não apenas transforma a estrutura econômica interna da China, mas também redefine as interações globais, contribuindo para a formação de um sistema multipolar que pode alterar as dinâmicas de poder no século XXI.

Por fim, também em dezembro de 2021, Jabbour, Dantas, Espíndola e Vellozo publicam o artigo “A (nova) economia do projetamento como Estágio Superior do Socialismo Chinês” na *Revista Desenvolvimento & Civilização* (vol. 2, nº 2). Tal trabalho (Jabbour *et al.*, 2021) teve como objetivo principal analisar e recontextualizar o conceito de economia do

projetamento de acordo com as novas realidades econômicas da China contemporânea. Os autores buscaram enriquecer a discussão sobre esse conceito, propondo novas determinações e critérios de validação que se adequassem ao fenômeno em curso na China, especialmente em decorrência das reformas econômicas iniciadas em 1978. A intenção foi demonstrar a relevância teórica da economia do projetamento no contexto atual, destacando o potencial de sua aplicação ao desenvolvimento econômico.

No desenvolvimento do artigo, os autores discutem a relação entre a utilidade e o valor, enfatizando que a “utilidade está relacionada com essa problemática” de um novo momento histórico, quando a criação de valor se torna menos central para o sistema econômico. Essa mudança de foco reflete uma evolução nas forças produtivas e sugere que o projetamento pode ser visto como um novo modo de produção que emerge das regularidades entre as economias soviética e capitalista. A análise se aprofunda na ideia de que o projetamento não é apenas uma prática, mas também uma teoria que evolui com o tempo, alimentando-se das experiências e soluções encontradas por diferentes escolas teóricas (Jabbour *et al.*, 2021).

Os autores também abordam a questão da “soberania monetária” e como a economia do projetamento pode servir como um mediador entre a sociedade e o planejamento central. Eles argumentam que a racionalização do processo de produção, característica da economia do projetamento, é fundamental para entender as dinâmicas econômicas atuais da China. A pesquisa destaca a importância de um arcabouço teórico que permita compreender as novas determinações e categorias que emergem nesse contexto, sugerindo que a prática do projetamento deve ser vista como uma resposta às complexidades do desenvolvimento econômico contemporâneo.

Ao final do estudo, os autores concluem que a nova economia do projetamento oferece uma perspectiva valiosa para a análise do desenvolvimento econômico chinês, destacando a necessidade de continuidade das pesquisas sobre o tema. Eles afirmam que “a linha de raciocínio em torno do projetamento enquanto elevação do papel da razão sobre o processo de produção mostrou-se fundamental” (Jabbour *et al.*, 2021, p. 30). Essa conclusão reforça a ideia de que a racionalidade e a sistematização são essenciais para enfrentar os desafios econômicos atuais, propondo um caminho promissor para futuras investigações na área.

2.3. O USO DO CONCEITO DE NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO NAS PESQUISAS SOBRE A CHINA

Dando continuidade à revisão bibliográfica da nova economia do projetamento, nesta subseção do trabalho são analisados outros cinco artigos publicados entre o ano de 2023 e setembro de 2024 por Jabbour em parcerias com Boer, Cambuhy, Capovilla, Gomes, Boa Nova e Vadell; três deles têm características mais teóricas, de desenvolvimento e aprimoramento do conceito da nova economia do projetamento, e os outros dois utilizam o conceito como suporte teórico para a realização de uma pesquisa.

O artigo “A nova economia do projetamento como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território” é de autoria de Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, foi publicado em agosto de 2023 na revista *Geosul* (vol. 38, nº 87) e teve como objetivo principal compreender a evolução do planejamento urbano-regional na China, analisando suas características

A relação entre a nova economia do projetamento e a China pós-reformas é fundamental para entender as dinâmicas econômicas contemporâneas. Desde as reformas de 1978, a China tem se distanciado dos modelos tradicionais de capitalismo, adotando um “socialismo de mercado” que reflete uma nova formação econômico-social

e peculiaridades e o contexto político que o envolve, em diálogo com o conceito de nova economia do projetamento. Os autores buscaram entender como o planejamento se articula sob o modelo de socialismo de mercado chinês, que combina a inserção da China no sistema capitalista internacional com a manutenção de um planejamento estatal consciente e racional (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023).

Ao longo do estudo, os autores destacam a importância da nova urbanização e do desenvolvimento regional coordenado, conceitos que eles passaram a adotar em 2012. Conforme o artigo, “para isso foi lançado em 2014 o Plano Nacional da Nova Urbanização, para o período até 2020, identificando seis focos principais” (Boa Nova *et al.*, 2023). Esses focos incluíam a integração da urbanização com a indústria e a modernização da agricultura, a formação de *city clusters* (agrupamento de cidades geograficamente próximas e interconectadas) e a promoção de um desenvolvimento ecológico. A análise revela que o planejamento urbano na China não é apenas uma questão técnica, mas também uma ferramenta de controle social e econômico, que visa racionalizar a produção e circulação de mercadorias.

O estudo conclui que a nova economia do projetamento representa uma forma de intervenção estatal que busca não apenas o crescimento econômico, mas também a construção de bens públicos e a melhoria da qualidade de vida urbana. Os autores argumentam que essa abordagem pode deslocar a métrica econômica tradicional do valor de troca para uma nova base de cálculo econômico centrada na utilidade. Assim, o planejamento urbano-regional na China se configura como um campo dinâmico e estratégico, que reflete as tensões entre o controle estatal e as forças de mercado, moldando o futuro das cidades chinesas.

O artigo “O caminho chinês: desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo” foi publicado em abril de 2024 na revista *Cadernos Metrópole* (vol. 26, nº 59), com autoria de Jabbour, Boa Nova e Vadell. No trabalho os autores analisam a trajetória de desenvolvimento da China, destacando como o país passou de economia agrária para potência global em diversas áreas, incluindo tecnologia e comércio, em pouco mais de 70 anos. São ressaltadas as particularidades do modelo chinês, que desafia as classificações tradicionais de economia de mercado e mesmo de socialismo. O objetivo principal do estudo é explorar as categorias de

A nova economia do projeto não apenas resgata e atualiza as ideias de Rangel, mas também oferece um quadro teórico robusto para enfrentar os desafios econômicos atuais

desenvolvimento desigual, projeto e socialismo para oferecer uma nova perspectiva sobre o fenômeno chinês, considerando as complexidades e contradições que permeiam esse processo (Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024).

No trabalho fica demonstrado que a China apresenta um “socialismo de mercado” que opera sob as restrições do capitalismo global, disso resultando um desenvolvimento desigual que impacta profundamente a economia e a sociedade. Os autores argumentam que a introdução de formas não públicas de propriedade e a operacionalidade da lei do valor em um contexto socialista geram um desenvolvimento desigual característico, que se reflete nas disparidades regionais e sociais. Eles afirmam que “a construção de um ‘socialismo de mercado’, cujo desenvolvimento ocorre sob os marcos e restrições impostas pelo capitalismo em escala global e seu ‘metamodo de produção’, demanda o

levantamento de questões e respostas que escapam a noções apriorísticas sobre a natureza do socialismo” (Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024).

O trabalho destaca a relevância do projeto como uma ferramenta fundamental para a planificação econômica e a execução de grandes projetos, refletindo a importância desse conceito no contexto do desenvolvimento chinês:

A emergência de formas históricas que proveram o ser humano de domínio, no que concerne aos ciclos econômicos, sobre o seu próprio destino abriu possibilidades para a planificação econômica se espalhar enquanto instrumento de governo e para o ato de elaboração e execução de grandes projetos se afirmar como expressão desse mecanismo (Jabbour; Boa Nova; Vadell, 2024, p. 8).

Por fim, o estudo conclui que a análise do desenvolvimento chinês deve considerar a interação entre os modos de produção e as especificidades históricas do país. A pesquisa sugere que o modelo chinês pode oferecer lições valiosas para outros países em desenvolvimento, especialmente em relação à importância do planejamento econômico e da adaptação às condições globais. Os autores enfatizam que a compreensão do desenvolvimento desigual é crucial para desvendar as dinâmicas sociais e econômicas da China, destacando a necessidade de uma abordagem teórica que vá além das análises convencionais.

Em junho de 2024, Jabbour e Boer publicam o artigo “Ignácio Rangel: thinker of scientific socialism, originator of the ‘project economy’” (Ignácio Rangel: pensador do socialismo científico, criador da “economia de projeto”) na revista *International Critical Thought* (vol. 14, nº 2). O documento inicialmente analisa a obra de Ignácio Rangel, apresentado pelos autores como um economista brasileiro que adaptou o materialismo dialético e histórico às condições socioeconômicas do Brasil. Rangel é destacado por sua crítica às abordagens tradicionais do marxismo, especialmente em relação à dualidade da economia

brasileira, que ele considera “a lei fundamental da economia brasileira” (Jabbour; Boer, 2024). O estudo enfatiza a importância de compreender as especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, que não podem ser totalmente explicadas pelas teorias econômicas universais. Também lembra que, para Rangel, a realidade econômica deve ser analisada em seu contexto particular, o que leva a uma nova interpretação das categorias marxistas.

Além disso, o texto discute a influência de Lênin no pensamento de Rangel, ressaltando que as divergências deste com outros marxistas contemporâneos, como os marxistas da dependência e os estruturalistas, baseiam-se na percepção de que a agricultura brasileira, longe de ser um obstáculo, pode ter um papel dinâmico no desenvolvimento industrial. Rangel critica a visão pessimista que vê a agricultura como um setor que atrasa o progresso econômico, propondo uma análise mais profunda das interações entre os setores produtivos (Jabbour; Boer, 2024).

Na quarta seção do trabalho, faz-se uma abordagem sobre a nova economia do projetamento na China contemporânea, destacando como as ideias de Rangel podem ser aplicadas para entender as transformações econômicas que ocorreram no país desde as reformas iniciadas em 1978. Os autores argumentam que a abordagem de Rangel, que enfatiza o planejamento estatal e a adaptação das teorias marxistas às realidades locais, é relevante para analisar o desenvolvimento chinês.

O texto explora como a China, ao implementar um modelo de desenvolvimento que combina planejamento centralizado com elementos de mercado, reflete aspectos da teoria do projetamento de Rangel. Essa nova forma de organização econômica é vista como uma resposta às necessidades específicas do país, permitindo uma integração mais eficaz entre os setores produtivos e a promoção de um crescimento inclusivo. A seção conclui que a nova economia do projetamento não apenas se manifesta na prática econômica da China, mas também oferece um quadro teórico que pode enriquecer o debate sobre socialismo e desenvolvimento em contextos globais (Jabbour; Boer, 2024).

Nas conclusões os autores voltam a ressaltar a importância da obra de Rangel como base para a compreensão da China contemporânea. Afirmam ainda que a adaptação das teorias marxistas às realidades locais, promovendo um planejamento estatal que considere as particularidades de cada contexto, é essencial para enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico atual. Além disso, a interseção entre filosofia e economia política presente no trabalho de Rangel é vista como uma chave para abrir novas possibilidades teóricas e práticas no campo do socialismo, sugerindo-se que suas ideias podem oferecer *insights* valiosos para a construção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Também em junho de 2024, Jabbour e Gomes publicam o trabalho “Do planejamento soviético à nova economia do projetamento” (*Revista Pesquisa e Debate*, vol. 36, nº 1), que teve como objetivo principal discutir a evolução do planejamento econômico estatal, destacando sua relevância ao longo do século XX e analisando a transição do modelo soviético para a abordagem contemporânea da China. No trabalho é explorado como o planejamento econômico se tornou uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios sociais e econômicos, especialmente em contextos de disrupção tecnológica e mudanças globais (Jabbour; Gomes, 2024).

Ao longo do estudo, os autores argumentam que a experiência soviética e as reformas econômicas na China oferecem lições valiosas para a construção de um sistema econômico mais eficiente e adaptável. Eles enfatizam a importância do “balanço de materiais” como um sistema de planejamento que pode ser aplicado em economias modernas, permi-

tindo uma melhor coordenação entre oferta e demanda. A análise também aborda a necessidade de um planejamento centralizado para lidar com problemas como a superprodução e a automatização crescente da economia, que podem levar a um aumento do desemprego e à ineficiência econômica.

A seção do artigo intitulada “Da formação de uma economia socialista de mercado aos megaprojetos” discute a transição da China de modelo econômico baseado em empresas estatais para economia socialista de mercado, iniciada com as reformas econômicas de 1978. Os autores observam que, antes dessas reformas, a maioria das empresas era pública e operava em um contexto de economia doméstica, o que resultava em ineficiências e distorções econômicas semelhantes às do modelo soviético. Com as reformas, a China começou a desenvolver empresas não capitalistas orientadas ao mercado (Encoms), que permitiram uma maior resiliência e sustentabilidade econômica.

A transformação do complexo produtivo urbano e rural foi crucial, com foco inicialmente no setor agrícola, e depois na industrialização e serviços. Essa mudança levou a uma redução do papel do setor público, que, no entanto, recuperou protagonismo nas últimas duas décadas. O texto destaca que a evolução das Encoms e outros arranjos institucionais foram fundamentais para o crescimento econômico da China, permitindo a emergência de megaprojetos que utilizam tecnologias avançadas e planejamento econômico moderno. Essa nova abordagem é vista como uma resposta às demandas de um mercado globalizado e à necessidade de inovação contínua.

As conclusões do artigo ressaltam que a nova economia do projetamento representa uma evolução significativa do planejamento econômico, incorporando elementos de inovação e tecnologia. Os autores afirmam que “o modelo pensado não prevê nenhum mecanismo para reaproveitamento do mesmo” (Jabbour; Gomes, 2024), indicando a necessidade de desenvolver estratégias que garantam a reintegração da força de trabalho em um cenário de crescente automação. Assim, o estudo conclui que, para que o planejamento econômico seja eficaz, é fundamental que ele se adapte às novas realidades do mercado e às necessidades sociais, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O último trabalho analisado nesta revisão bibliográfica é de autoria de Jabbour e Capovilla, tendo sido publicado em setembro de 2024 na revista *Economia e Sociedade* (vol. 33, nº 3) com o título de “Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projetamento na China de hoje”. O trabalho explora a evolução da economia do projetamento, especialmente no contexto da China contemporânea. Os autores argumentam que a nova economia do projetamento emerge como uma resposta às crises econômicas e sociais, como a crise financeira de 2008 e a pandemia de covid-19, propondo uma nova forma de entender a relação entre teoria econômica e prática social. O objetivo principal do estudo é desafiar as categorias analíticas tradicionais e propor uma nova gramática cognitiva que permita uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas na China (Jabbour; Capovilla, 2024).

Os autores destacam a importância de uma abordagem dialética e científica na construção do socialismo, enfatizando que a criatividade e a inovação são essenciais para a transformação social. Eles argumentam que a economia do projetamento deve ser vista como uma ferramenta que integra a micro e a macroeconomia, permitindo uma análise mais abrangente das interações sociais e econômicas. Através de uma revisão histórica, o artigo mostra como o projetamento se desenvolveu a partir de experiências passadas, como a Revolução Russa, e como essas lições podem ser aplicadas na China atual.



O geógrafo Elias Jabbour (esq.) vem liderando uma equipe de pesquisadores que analisam a experiência chinesa à luz do conceito de projetamento, originalmente elaborado pelo economista Ignácio Rangel. Na foto, ao lado de Renato Rabelo, ele participa em São Paulo, em dezembro de 2019, do lançamento de um de seus livros: *China, socialismo e desenvolvimento: sete décadas depois*

O trabalho também enfatiza que o desenvolvimento das forças produtivas não deve ser visto como um processo linear ou imediato, mas sim como resultado de práticas revolucionárias que conectam fenômenos particulares a determinações históricas mais amplas. Os autores citam a necessidade de uma mediação entre teoria e prática, destacando que a verdadeira essência do socialismo reside na capacidade de adaptar-se e responder às demandas sociais e econômicas em constante mudança.

Ao final do estudo, os autores concluem que a nova economia do projetamento não apenas oferece uma nova perspectiva sobre a economia, mas também propõe uma reavaliação das relações de propriedade e do papel do Estado na economia. Eles afirmam que «o projetamento é, ao mesmo tempo, macro e microeconomia; é teoria e prática; é apreciação do geral no particular, do concreto no abstrato e verificação do abstrato no concreto» (Jabbour; Capovilla, 2024). Essa citação encapsula a essência do projetamento como uma abordagem que busca unir diferentes dimensões da economia, promovendo uma compreensão mais integrada e dinâmica das realidades sociais e econômicas.

3. CONCLUSÃO

Através desta revisão bibliográfica, ficou demonstrado que a economia do projetamento, proposta por Ignácio Rangel, representa uma abordagem inovadora que enfatiza a importância do planejamento estatal e da intervenção na economia. Rangel argumentava que a simples aplicação de modelos de mercado não era suficiente para enfrentar as complexidades do desenvolvimento econômico, especialmente em contextos em que as desigualdades sociais e as crises econômicas eram predominantes.

Apresentou-se o conceito de nova economia do projetamento, que surge a partir da análise crítica das limitações das teorias econômicas tradicionais, especialmente em face das transformações sociais e políticas contemporâneas. Jabbour, Dantas e Espíndola introduzem essa denominação em 2020, propondo uma integração de elementos do capitalismo financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética. Essa nova perspectiva busca legitimar um corpo teórico que possa oferecer soluções para as crises atuais, enfatizando a importância da financeirização e da coordenação do investimento.

Ficou demonstrado que a relação entre a nova economia do projetamento e a China pós-reformas é fundamental para entender as dinâmicas econômicas contemporâneas. Desde as reformas de 1978, a China tem se distanciado dos modelos tradicionais de capitalismo, adotando um “socialismo de mercado” que reflete uma nova formação econômico-social. A nova economia do projetamento se apresenta como uma ferramenta teórica para analisar e compreender essas transformações, destacando como o planejamento estatal pode coexistir com elementos de mercado para promover um crescimento inclusivo e sustentável.

Desde sua introdução em 2018, o conceito de nova economia do projetamento tem se desenvolvido significativamente, com a publicação de diversos artigos que o aplicam e aprofundam. Jabbour e colaboradores têm explorado as implicações desse conceito em diferentes contextos, incluindo a resposta da China às crises econômicas e sociais, como a pandemia de covid-19. Essa evolução teórica reflete a adaptabilidade do conceito às realidades contemporâneas, propondo novas formas de entender a relação entre teoria econômica e prática social.

Em suma, a nova economia do projetamento não apenas resgata e atualiza as ideias de Rangel, mas também oferece um quadro teórico robusto para enfrentar os desafios econômicos atuais. Ao integrar planejamento e inovação, essa abordagem se mostra promissora para a construção de um desenvolvimento econômico que considere as particularidades de cada contexto, promovendo um futuro mais inclusivo e sustentável. A continuidade das pesquisas nessa área é essencial para aprofundar a compreensão das interações entre teoria e prática na economia global contemporânea.

* Graduado em Geografia pela Universidade da Região de Joinville e em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Assuntos Europeus pela Universidade Aberta de Lisboa (Portugal). Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutor em Geografia pela UFSC. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, *campus* Rio do Sul. Pesquisador nas áreas de Geopolítica e Geoeconomia. *E-mail*: rafael.silveira@ifc.edu.br

Este trabalho foi realizado com auxílio financeiro do CNPq.

► Texto recebido em 26 de novembro de 2024; aprovado em 11 de dezembro de 2024.

BOA NOVA, Vitor Vieira Fonseca; JABBOUR, Elias Marco Khalil; CAMBUHY, Melissa Caroline. A nova economia do projetamento como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 69-93, maio-ago. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/91766>>. Acesso em: 24 set. 2024.

JABBOUR, Elias; BOA NOVA, Vitor; VADELL, Javier. O caminho chinês: desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 377-399, jan.-abr. 2024. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/63037>>. Acesso em: 20 set. 2024.

JABBOUR, Elias; BOER, Roland. Ignácio Rangel: thinker of scientific socialism, originator of the “projectment economy.” **International Critical Thought**, v. 14, n. 2, 303-321, May 11, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2024.2365122>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projetamento na China de hoje. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 3, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/gCFhWYnwZmPdd5y5BDzM3w/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 set. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Na China emerge uma nova formação econômico-social. **Princípios**, v. 37, n. 155, p. 72-88, jul.-ago. 2018.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a nova economia do projetamento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 287-310, maio-jul. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8666451>>. Acesso em: 24 set. 2024.

JABBOUR, Elias; ESPÍNDOLA, Carlos José. Considerações iniciais sobre a nova economia do projetamento. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, maio-ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p17>>. Acesso em: 21 set. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 90-105, dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/25823>>. Acesso em: 23 set. 2024.

JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projetamento como estágio superior do socialismo chinês. **Revista de Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, n. 2, p. 1-34, jul.-dez. 2021. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/66264>. Acesso em: 22 set. 2024.

JABBOUR, Elias et al. A nova economia do projetamento: o conceito e suas novas determinações na China. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77609>>. Acesso em: 20 set. 2024.

JABBOUR, Elias; GOMES, Willian Thompson Silva. Do planejamento soviético à nova economia do projetamento. **Revista Pesquisa e Debate**, v. 36, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/issue/view/2974/501>>. Acesso em: 26 set. 2024.

JABBOUR, Elias; RODRIGUES, Bernardo Salgado. A nova economia do projetamento no combate à covid-19. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, e212525, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/47649/25694>>. Acesso em: 21 set. 2024.

RANGEL, Ignácio. O desenvolvimento econômico do Brasil. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1954] 2005. p. 39-128.

Um prelúdio para o regresso do capital monopolista

O hibridismo de Lukács na construção da alternativa chinesa ao sistema do capital

A prelude to the return of monopoly capital

Lukács' hybridism in the construction of the Chinese alternative to the capitalist system

samuel spellmann*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.011>

<https://www.aiib.org/>



Fachada da sede do AIIB (Asian Infrastructure Investment Bank, ou Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura), em Pequim, setembro de 2024

RESUMO

O papel da atuação estatal na economia tem sido redescoberto ao longo dos últimos anos. Embora o circuito do capital seja acelerado através das políticas anticíclicas dos bancos centrais do centro do capitalismo, não há adiamento perpétuo das contradições subjacentes à reprodução capitalista. O capital não pode se tornar, por um mero ato de ofício, mais capital. Se a reprodução capitalista depende necessariamente da continuidade da expansão dos capitais, é também verdade que essa mesma reprodução não se desprende da materialidade, embora busque perpetuamente dela afastar-se. A transição ao socialismo na China toma a forma do socialismo de mercado. Este artigo relaciona o conceito de hibridismo de Lukács e a sua relação com a transformação da economia chinesa. O texto se divide em dois grandes tópicos. O primeiro deles traz o hibridismo enquanto conceito marxista. O outro centro magnético é uma abordagem da atualidade histórica do capital monopolista. Caracterizá-lo implica necessariamente uma revisão do desenvolvimento teórico do conceito, para, na sequência, se poder abordar a raiz central do texto: uma vez que o hibridismo de modos de produção se expressou já na primeira natureza do capital monopolista, resta saber de que forma se apresentaria na atualidade histórica.

Palavras-chave: Hibridismo. China. Capital monopolista. Lukács. Socialismo com características chinesas. Nova era.

ABSTRACT

The role of state intervention in economy has been rediscovered over recent years. Although the capital circuit is accelerated through the countercyclical policies of central banks in the heart of capitalism, there is no perpetual postponement of the contradictions underlying capitalist reproduction. Capital cannot become, by mere bureaucratic action, more capital. If capitalist reproduction necessarily depends on the continuous expansion of capitals, it is also true that this same reproduction cannot detach itself from materiality, though it perpetually seeks to distance from it. China's transition to socialism takes the form of market socialism. This paper relates Lukács' concept of hybridity to the transformation of the Chinese economy. The text is divided into two main topics. The first addresses hybridity as a Marxist concept. The second focuses on the approach developed here concerning the historical relevance of monopoly capital. Characterizing it necessarily involves a review of its theoretical development in order to, subsequently, address the central issue of the text: since hybridity between modes of production was already expressed in the initial nature of monopoly capital, it remains to be seen how it presents itself in the current historical context.

Keywords: Hybridism. China. Monopoly capital. Lukács. Socialism with Chinese characteristics. New era.

Evidentemente, mesmo a parte da burguesia que aceita a economia planificada não a concebe da mesma forma que o proletariado: compreende-a como a última tentativa de salvar o capitalismo através do acirramento extremo de sua contradição interna. No entanto, mesmo assim abandona sua última posição teórica.

Georg Lukács, *História e consciência de classe*, p. 170

Todos nós vivemos, dizem, no mesmo planeta e compartilhamos um destino comum. Essa afirmação óbvia leva à conclusão de que a interdependência impõe a subordinação dos planos de todas as sociedades do planeta ao mesmo critério de racionalidade que governa a expansão mundial do mercado? Essa opinião, embora prevalente nos dias de hoje, não é apenas completamente equivocada, mas também infinitamente perigosa.

Samir Amin, *Delinking*, p. vii, tradução nossa

1. INTRODUÇÃO: O ESTADO NA REINVENÇÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA

O papel da atuação estatal na economia tem sido redescoberto ao longo dos últimos anos. Nos países do capitalismo central, essa conhecida dinâmica tem voltado a ser tratada como corriqueira, necessária e mesmo desejada, desempenhando mais uma vez a sua função histórica na recuperação econômica após crises capitalistas. As principais rotas assumidas pelas correntes neokeynesianas dominantes atravessam a aquisição estatal de ativos e o fornecimento de crédito por via da criação de moeda, que logo é transferida diretamente ao grande capital privado. Traços dessa mudança de entendimento podem ser vistos na atuação da liderança do banco central dos EUA desde o início dos anos 1990 (Brenner, 2003, p. 235-252). Ben Bernanke famosamente declarou que “o problema com a *quantitative easing* é que ela funciona na prática, mas não em teoria”, ao passo que Alan Greenspan foi ao ponto de dizer que “não há nada que impeça o Governo Federal de criar tanto dinheiro quanto queira e dá-lo a alguém” (Kuchler, 2022, p. 232, tradução nossa).

Entretanto, embora o circuito do capital seja acelerado através das políticas anticíclicas dos bancos centrais do centro do capitalismo, não há adiamento perpétuo das contradições subjacentes à reprodução capitalista. O capital não pode se tornar, por um mero ato de ofício, mais capital. Se a reprodução capitalista depende necessariamente da continuidade da expansão dos capitais, é também verdade que essa mesma reprodução não se desprende da materialidade, embora busque perpetuamente dela afastar-se¹. Entender que uma hora

¹ A obra de Marx a todo momento nos relembra disso: “O mais-valor não pode ter origem na circulação, sendo necessário, portanto, que pelas suas costas ocorra algo que nela mesma é invisível.” (Marx, 2017, p. 223-253)

“todas as contradições vêm à superfície” (Mészáros, 1995, p. 446, tradução nossa²) implica também aceitar que o papel do Estado capitalista carrega em si os limites do sistema do capital. O limite teórico-prático da expansão monetária, descrito por Bernanke e Greenspan, localiza-se na dependência do sistema econômico estadunidense da supremacia do dólar e do seu sistema anexo de controle dos fluxos de valor em escala mundial, amparados pela hegemonia multiforme capitalista centrada nos Estados Unidos e por eles sustentada (Amin, 2018).

É nesse sentido que se questiona aqui a aceção de que o amparo financeiro emergencial das potências capitalistas seja uma resposta capaz de religar o funcionamento interno do sistema. Essa nova ignição carrega em si toda a provisoriedade assumida desde cedo por Keynes, isto é, ela posterga a resolução da crise, de novo alinhamento em novo alinhamento (Feldmann, 2020). Suas consequências aparecem no médio e longo prazo. Em 2022, o pacote de resposta emergencial à crise provocada pela covid-19 implicou, na forma do *quantitative easing* de 2020-2021, uma retomada global da inflação, perpassando tanto o centro como a periferia do sistema capitalista (Desai, 2022a; Desai, 2022b; Riley; Brenner, 2022).

Parte dessa resposta veio na forma de um ajuste geral do sistema, provocado pelo aumento da taxa de juros estadunidense. A recessão subjacente ao núcleo atlântico do capitalismo (Desai, 2022b), que já se projetava no final de 2022 (Khadan; Hill, 2023), emerge como uma incompatibilidade entre o regime neoliberal de longo prazo estabelecido há décadas e as necessidades atuais da reprodução capitalista. Esse regime é fundado na coexistência entre o ínfimo crescimento no núcleo do sistema capitalista, a contenção inflacionária provocada pela baixa demanda, a manutenção prolongada de taxas de juros próximas de zero e a continuidade ininterrupta das transferências de valor entre periferia e centro globais — sem as quais, como visto em 2020, o mercado mundial capitalista entra em colapso (Desai, 2022a). O mecanismo criado a partir daí alterna o amparo direto ao lado emergencial da crise econômica com o posterior retorno à dinâmica deflacionária própria da austeridade sob o capitalismo. Não se sabe, entretanto, até quando funcionará essa ligação direta do aporte produtivo do capital.

Conclusões apressadas sobre a resposta estadunidense à crise econômica desencadeada pela covid-19 povoaram o debate público na virada para a década de 2020. Sugeriu-se amplamente o fim do neoliberalismo, que seria substituído por um novo engajamento estrutural dos fatores de produção do capitalismo, alterando consigo a estrutura da reprodução social experimentada desde o início dos anos 1970 (Saad-Filho, 2020; Hameiri, 2021). Sua matriz teórica seria baseada numa reunião de fundamentos econômicos de escolas diversas (Riley; Brenner, 2022). De fato, há tempos se defende a retomada de alguma forma de política industrial e de uma nova atuação estatal no núcleo do capitalismo (Aiginger; Rodrik, 2020; Bonvillian, 2021; Chang; Andreoni, 2020; Siripurapu; Berman, 2022), que responderia ao desafio central da época: a competição com a China. Como observou ainda em 2019 o senador estadunidense Marco Rubio, “as apostas não poderiam ser mais altas, porque o seu resultado definiria o século XXI” (Rubio, 2019, p. 13, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, essas concepções não têm particularmente nada de novo. Desde antes da crise de 2008 a resistência social ao neoliberalismo já projetava respostas teóricas na

² No original, “alle Widersprüche zum Prozess kommen”. Na tradução de Castanheira e Lessa (Mészáros, 2011): “todas as contradições entram em jogo”.



Participação norte-americana no conflito russo-ucraniano é também uma expressão da persistência do keynesianismo de guerra nos EUA

literatura, sugerindo novas possibilidades de reformismo para o sistema³. O que se seguiu, particularmente nos últimos três anos, foi a mobilização de fatores de produção por via de crédito público nos países do capitalismo central, na direção de um amparo selecionado ao capital privado, em vias de promover a recuperação do aparato produtivo doméstico e a inovação industrial, como os marcos legais estadunidenses: U.S. Inflation Reduction Act (2022); CHIPS Act (2022); United States Innovation and Competition Act (2022); Endless Frontier Act (2022); Strategic Competition Act (2021).

Apesar disso, os problemas no processo de reprodução capitalista ligados à esfera da produção continuam a existir. O funcionamento regular das estruturas econômicas que permeiam o neoliberalismo exige, de um lado, a criação e o consumo de mercadorias em bases constantes, sem súbitas mudanças de aceleração, bem como a manutenção do padrão de acumulação esperado pela burguesia internacional. A crise causada pelo Sars-CoV-2 provou que isso vai de encontro à realidade das crises sanitárias globais (Desai, 2022).

A resposta dos EUA apontou não só para novos limites do engajamento do Estado na economia capitalista. A expressão política desse engajamento indica um abandono da tentativa de manutenção do padrão social da população do país central do sistema capitalista. Sob o aspecto da crise humanitária provocado pelo Sars-CoV-2, a rápida suspensão dos pacotes de ajuda governamental e o silêncio a respeito da formalização de qualquer estrutura centralizada de política pública de saúde contrastaram com o direcionamento do excedente para três setores específicos da atividade econômica: os setores mais especulativos da alta finança; os mercados financeiros dos EUA; e, em última análise, a indústria bélica (Foster,

³ O que explica parcialmente o revival de Karl Polanyi em meados dos anos 2000, como em Arrighi (2008).

2022a). É nesse sentido que vários apontaram: a emergência da Guerra Russo-Ucraniana revelou, na participação dos países do capitalismo central no pretense esforço de guerra liderado pelos EUA, a continuidade do militarismo como principal adereço da política econômica dos Estados Unidos, o keynesianismo de guerra (Desai, 2022a; Dunford, 2022; Foster, 2022b; Spellmann, 2022).

Como se sabe, a guerra no Leste Europeu foi antecedida por uma significativa queda na lucratividade dos ativos (Roberts, 2019). Em 2019, com uma recuperação econômica parcial, o núcleo do capitalismo foi lembrado pelos principais sinais da estagnação de que crises similares às das décadas anteriores se avizinhavam (Kotz, 2018). Tratando dos anos iniciais da década de 2010, Foster e McChesney (2012) localizam precisamente na estagnação do capitalismo⁴ a atualidade histórica da obra de Baran e Sweezy (1966).

Década após década, o capital monopolista tem produzido resultados de crescimento menores, com progressiva subutilização da capacidade instalada, e um deslocamento do excedente para a financeirização. Décadas atrás, Foster (1986), em *The theory of monopoly capitalism*, já indicava o potencial de reestruturação da economia ao redor da ampla financeirização da sociedade anônima sob o capital monopolista. Essa mudança profunda tomou a forma de uma transformação no regime de acumulação do sistema, que sobreviveria progressivamente ao redor do lucro financeiro em detrimento do crescimento econômico ou do desenvolvimento das forças produtivas.

Essa razão econômica não mudou com o surgimento de novas tecnologias. Como constatam Foster, McChesney e Jonna (2011), ainda que novos mercados apareçam a partir de avanços tecnológicos — certamente os setores de telecomunicações, eletrotécnica, fabricação de microchips e softwares ligados a redes sociais —, proporcionando aos seus criadores um momento propício para a obtenção de lucros monopolistas, esses setores rapidamente são harmonizados perante a tendência geral de monopolização. Roberts (2019) assinala inclusive que, embora ocorram ganhos de produtividade em setores-chave, eles não afetam a queda geral de lucratividade dos ativos experimentada na economia estadunidense. O que se tem, na verdade, é a esperada integração dos novos setores ao capital monopolista existente sem que se altere o funcionamento do sistema.

Esses pontos indicam que a dinâmica de concentração e centralização da acumulação capitalista é também regulada pelo Estado, mas esse Estado não necessariamente é o Estado capitalista central. Amparadas numa razão estatal própria que disponha dos fatores necessários à construção de processos de desenvolvimento autônomos, resistências localizadas podem ser erguidas — sobretudo no contexto da erosão da hegemonia estadunidense. Artner (2020; 2023a) vai justamente nessa direção, tratando dos limites e condições de uma reinserção autônoma da periferia global no capitalismo.

Essas considerações são uma derivação da linha defendida por toda a obra de Samir Amin, que apresenta sua defesa do *desligamento* enquanto postura macroeconômica adaptável aos países que buscam uma trajetória de superação do capitalismo através do desenvolvimento autônomo das forças produtivas. Em sua apresentação à edição em língua inglesa de *Delinking*, Amin (1990) recupera argumentos trazidos em nota separada sobre o conceito (Amin, 1987), ressaltando que o termo sugere não uma autarquização do Estado nacional perante a economia mundial, mas uma postura geoeconômica que propõe a recon-

⁴ Essa estagnação também expressa em si os sinais tardios de um imperialismo em sua faceta decadente (Foster, 2019).

O sentido materialista histórico atribuído à reprodução capitalista indica que será sempre conforme os parâmetros existentes que novas estruturas econômicas surgirão

dução da interdependência na direção do desenvolvimento autônomo⁵. Para Amin (1990), essa seria a postura principal para o enfrentamento das condições restritivas impostas à construção de uma alternativa socialista no sistema internacional atual.

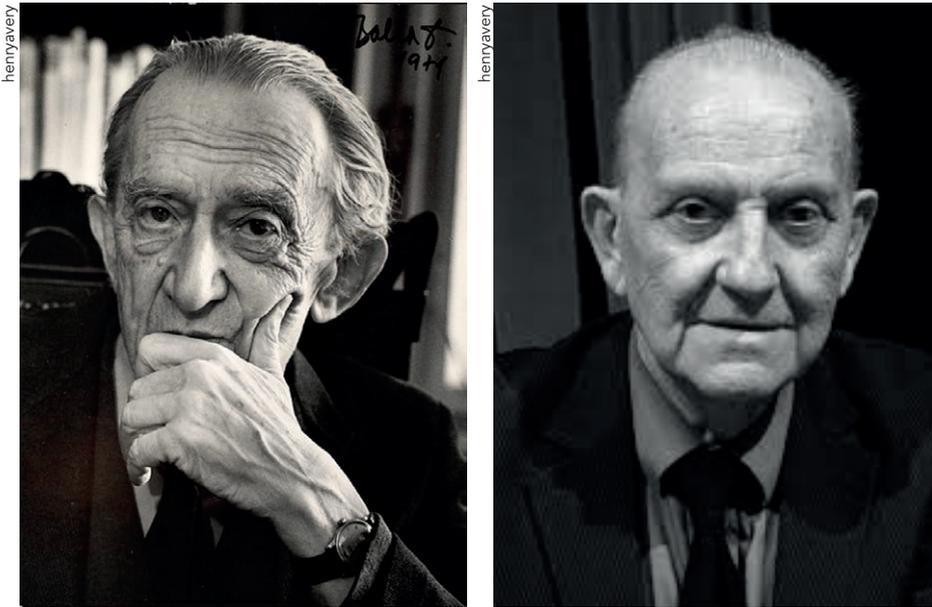
Considerar a China nesse processo não é tarefa fácil. Amin (2004; 2013) em diversas ocasiões posiciona-se no sentido de questionar o enquadramento do país asiático como um Estado socialista. A inserção de um espaço na reprodução capitalista em escala global, o seu relacionamento com o modo de produção dominante e a tendência de adesão aos mecanismos hegemônicos de controle econômico global são peças centrais na abordagem do autor acerca da República

Popular. Em “China 2013”, Amin (2013) define o país como um capitalismo de Estado, e recupera em “China, market socialism, and U.S. hegemony” (Amin, 2005) o tema das condições para se falar em transição ao socialismo. A questão central para Amin parece ser a tendência de integração da China ao capitalismo global. Na primeira metade dos anos 2000, as contradições inerentes a esse processo aparentavam direcionar o país socialista para uma adesão paulatina ao capitalismo, com as reservas próprias da tensão entre o domínio burguês estrangeiro da acumulação na China e a tentativa assumida de se construir uma iniciativa desenvolvimentista autônoma.

Embora tratada como algo definido por diversos autores, a questão da transição socialista da China seguiu em aberto, e foi abordada por seus sucessores em diversas ocasiões. A contradição entre a função do mercado no socialismo e a inter-relação entre aquele e uma possível queda do regime socialista na China são retratadas em diversos textos de Annamária Artner, seja quando comparam o sistema de planejamento chinês à experiência do socialismo real húngaro (Artner, 2021), seja em sua interpretação sobre o poder transformativo da China no mundo e sua inter-relação com a classe burguesa no plano internacional (Artner, 2020). Desai (2013; 2022a) sugere que já tenha havido a superação do capitalismo na China pela forma de socialismo de mercado, de maneira tal que o novo modo de produção abarcaria em si uma nova tentativa de superação do capitalismo, distinta do processo soviético, e que a poria em rota de colisão com o sistema mundial controlado pelos EUA⁶. Esta última condição, na verdade, seria a razão da refundação de todo um campo científico, a geopolítica econômica (Desai, 2015).

⁵ A edição em língua inglesa de *Delinking* foi acompanhada do novo subtítulo *Toward a polycentric world* — “rumo a um mundo policêntrico” — (Amin, 1990), ficando para trás o indicativo da versão original, *Pour sortir du système mondial* — “para escapar do sistema global” — (Amin, 1985), cujas implicações poderiam trair o sentido de *delinking*, isto é, a desconexão do sentido atribuído ao desenvolvimento nacional pelo império do sistema capitalista.

⁶ Essa colisão ressuscitaria inclusive o temor atômico próprio do rearmamento proposto pela estratégia estadunidense de contenção. Ver Desai (2022c), Foster (2022b) e Spellmann (2022).



Os filósofos húngaros György Lukács (1885-1971) (esq.) e István Mészáros (1930-2017)

Em linhas gerais, o sistema internacional parece gravitar ao redor do relacionamento sino-norte-americano, que guarda em si a tensão entre socialismo e capitalismo. Ela irradia-se, atingindo o núcleo do sistema imperialista em sua fase tardia (Foster, 2019; 2022b), o que necessariamente atravessa o seu centro: a unipolaridade estadunidense (Artner, 2023a). Os EUA não passam ao largo dessa questão sem se contrapor à crise da sua hegemonia. Essa resposta vem na forma tanto da escalada do engajamento militar contra a Rússia — que aparenta ser interpretada como o nexos mais frágil da cadeia de resistência anti-hegemônica — como da reestruturação econômica doméstica dos EUA e do acirramento da competição interimperialista no núcleo do capitalismo global. A tensão gerada ao redor desse processo contamina, portanto, as demais áreas, mostrando-se como contradição central do processo histórico corrente.

Do outro lado, como lembra Artner (2023a, p. 8), Amin (2016) concorda com a conclusão de Mao Zedong sobre a luta anti-imperialista: ela seria uma porta para o socialismo, caso fosse guiada pelos comunistas. O processo de desenvolvimento da China, com suas implicações internas e regionais, representa em nosso tempo histórico essa alternativa. É ao que Desai (2022a, p. 1, tradução nossa) se refere como “o resumo da história, o retorno da escolha”. O relacionamento íntimo entre superação do capitalismo e desenvolvimento socialista implica, portanto, a abordagem do relacionamento entre formações econômico-sociais distintas durante a transição ao socialismo.

Isso requer uma consideração generalizante, tendo em vista as conexões internacionais entre capitais no mercado mundial, condicionadas às demais formas históricas do capital existentes. O sentido materialista histórico atribuído à reprodução capitalista indica que será sempre conforme os parâmetros existentes que novas estruturas econômicas surgirão. Na tentativa de completar a obra de Marx, a aproximação feita por Amin (2018) em *Modern imperialism, monopoly finance capital, and Marx's law of value* apresenta uma teoria atualizada da lei do valor operando numa reprodução capitalista em escala global. No mesmo traba-

lho, Amin (2018) centraliza a originalidade teórica de Baran e Sweezy (1966) em sua linha de desenvolvimento teórico acerca do capital monopolista⁷. Em meados dos anos 1970, Amin (1974) afirmava que a generalização dessa forma capital deveria ser descrita como o seu momento tardio. Como se sabe, a ubiquidade do monopólio eleva o potencial da terceirização produtiva de modo a substabelecer ramos completos da indústria a subsidiárias ou empresas contratantes, na medida em que o controle do preço, do crédito e da oferta de mercadorias pode ser projetado intraempresa, levando o capital monopolista a denotar limites de rentabilidade considerados estáveis. A isso é atribuído certo potencial de escape marginal da lei de tendência geral de queda da taxa de lucro (Haveli, 1985; Foster, 1986). Amin (2018, p. 193) assevera que sua obra em parceria com Frank apresentava desde cedo inclusive as tendências posteriormente interpretadas como autoevidentes: a ampliação do controle centralizado dos monopólios sobre a economia; a financeirização como um processo em evolução, e o aprofundamento daquilo que se entendia como globalização.

Esses são os fundamentos sobre os quais se pode considerar a superação do capitalismo desde os seus capitais. A forma monopolista e financeira do capital não foge à regra: em si ela carrega o potencial da sua própria superação. Lênin (2002, p. 329-365) interpreta a construção de um capitalismo de Estado na União Soviética como possibilidade de obter os avanços necessários ao desenvolvimento das forças produtivas na Rússia, agora sob o comando do proletariado. As condições para evitar o perigo do regresso do mando burguês seriam a manutenção do controle completo do sistema de transportes e o controle da indústria de grande escala. Em *Lênin*, Lukács (2012) aborda com certo otimismo o aspecto progressivo de resposta à crise pela via da intervenção direta do Estado capitalista no capital monopolista. Os anos 1920 já demonstravam os limites dessa forma, apontando não para uma reforma contínua em direção ao fim do capitalismo, tal qual Kautsky e Bernstein propunham em seu reformismo, mas para um teto potencial da expansão dele, determinado por seus próprios limites históricos. Emergia aqui a prevalência dos “ajustes híbridos” enquanto forma do capital na teorização sobre a transição ao socialismo. Será de ajuste em ajuste que se percorre a transição.

À parte a introdução e a conclusão, este artigo tem dois núcleos centrais. O primeiro deles traz o hibridismo enquanto conceito filosófico na tradição marxiana de Lukács e Mészáros. O outro centro magnético é uma abordagem da atualidade histórica do capital monopolista⁸. Caracterizá-lo implica necessariamente uma revisão do desenvolvimento teórico do conceito, para, na sequência, se poder abordar a raiz central do texto: uma vez que o hibridismo entre modos de produção se expressou já na primeira natureza do capital monopolista, resta saber de que forma ele se apresentaria na atualidade histórica.

2. HIBRIDISMO E OS CONTORNOS DO CAPITAL

Um dos aspectos centrais do desenvolvimento burguês diz respeito ao potencial de readaptação do capitalismo ao longo do tempo. A generalização desse modo de produção impõe, a partir da continuidade dos mecanismos de acumulação, a dispersão do capital enquanto forma histórica pelo globo. Como se sabe, da mesma maneira que o capitalismo se expande, o conflito entre capital e trabalho também se propaga, espraiando sua principal

⁷ Essa linha está melhor descrita em Sweezy (1970) e em Foster (1986).

⁸ Ou capital financeiro monopolista, como referido por Foster (2006).

A derrota soviética implicou não a criação de uma janela de oportunidade para um novo socialismo, mas para o encerramento de uma era histórica em que se disputava um mundo melhor

contradição interna na dinâmica do mundo (Mészáros, 1995, p. 365-367). Nesse ínterim, a série de tendências dominantes do sistema do capital também se manifesta, acompanhada por suas contradições objetivas, as quais podem, por vezes, interromper, integrar ou sustar o vetor do movimento real, o que implica uma mudança no direcionamento até então experimentado pelo modo de produção, atingindo a forma histórica do capital (Mészáros, 1995, p. 443-359).

Como relação social, o capital é afetado inexoravelmente pelo agir intelectual humano sobre si. Este é, afinal, um dos sentidos da sua designação como trabalho morto por Marx (2013, p. 306-307) — o capital é, ele próprio, um trabalho cessado, materializado, desenvolvido. Em linhas gerais, a luta de classes encampa os ajustes estratégicos realizados pela burguesia e pelo proletariado (Mészáros, 1995, p. 366). Isso atravessa também as formas pelas quais o capital se apresenta na materialidade, na medida em que seus contornos são produto da totalidade de relações sociais que o rodeiam (Mészáros, 1995, p. 365). Uma série de exemplos é trazida por Mészáros para indicar a pluralidade de tendências contrapostas afetando o capital. Pode-se ver que

a tendência irreprimível do capital ao *monopólio* é efetivamente contrabalanceada (de formas diferentes em diferentes fases do desenvolvimento capitalista, o que vale também para as outras) pela *competição*; do mesmo modo, a *centralização* pela *fragmentação*, a *internacionalização* pelos *particularismos* nacional e regional; a *economia* pela extrema *perdularidade*; a *unificação* pela *estratificação*; a *socialização* pela *privatização*; a tendência ao *equilíbrio* pelas outras contratendências que *quebram o equilíbrio* etc. (Mészáros, 2011, p. 446, grifos originais)

Anteriormente se comentou o papel desempenhado pela mudança de consciência burguesa em face da persistência dos limites absolutos do capital e do problema proposto pela existência de armas atômicas ante as tendências de conflito armado no capitalismo. A elevação da consciência burguesa sugerida por Mészáros (1995, p. 443-359; 2011, p. 540-560) se apresenta como um avanço necessário, que está acima da intenção de reinício do conflito bélico, atravessando as expressões do militarismo do centro capitalista, enquanto propõe a sua limitação, ainda que parcial. Ela foi essencial para a sobrevivência humana durante a Guerra Fria. Como indicado também em Mészáros (1995), esse ajuste, tal como qualquer outro, é sempre provisório. Ele não faz cessar, por exemplo, as tendências ao mili-

tarismo, mas condiciona suas expressões aos limites históricos próprios do desenvolvimento capitalista. Esse não é, entretanto, o único ajuste derivado das limitações absolutas ao capital.

A tendência de monopolização do capital é algo premente. Desde cedo os movimentos de concentração e centralização povoam a reprodução capitalista (Marx, 2013, p. 820-829), e a sua apreensão é inafastável para a devida compreensão do capitalismo como sistema sociometabólico. A monopolização daí derivada altera o funcionamento interno do sistema a partir da sua generalização. Esse processo ocorre, em linhas gerais, da última terça parte do século XIX em diante (Lênin, 2011, p. 118-137), demonstrando-se ainda hoje. A transformação do capital concorrencial em capital monopolista altera a dinâmica experimentada pelo capitalismo, abrindo espaço para a emergência do imperialismo. Este surge como categoria histórica e culmina, paralelamente, na “partilha do mundo entre grandes potências” (Lênin, 2011, p. 200-2015), na eclosão do conflito armado nucleado em território europeu e na eventual reestruturação da ordem internacional.

Materialmente, enquanto culminância, a Primeira Guerra Mundial arrefeceu o potencial econômico das potências capitalistas. Para além da vitória revolucionária na Rússia ou de processos semelhantes desencadeados pelo globo, tem-se que a recuperação econômica no pós-guerra esteve aquém da retomada que se esperava, da paz que se alcançara ou dos desejos de reparação propostos. Em *História e consciência de classe*, Lukács (2003, p. 167-168) assevera o caráter “trágico” e “fatal” pelo qual o inconsciente do burguês individualizado é levado à aceitação da socialização produtiva. O autor húngaro de fato recupera Marx (2017, p. 189-206) ao assinalar o caráter inerentemente social da sociedade anônima, indicando as mudanças ideológicas necessárias à adequação da mentalidade burguesa em sua coletividade para a aceitação da nova condição de reprodução capitalista e do mando cada vez mais restrito do burguês atomizado no sistema de produção (Lukács, 2003, p. 156-170). O autor vê nisso uma “capitulação” da consciência de classe burguesa perante o poder proletário emergente na passagem dos anos 1910 para os anos 1920. Lukács (2003, p. 170) chega a dizer que “toda a existência da classe burguesa e a cultura burguesa como sua expressão entram numa crise muito grave”. Ficava para trás a primazia do burguês atuante no processo produtivo. Diluído é o burguês no monopólio, aproximando-se cada vez mais do anonimato da socialização.

A crítica incisiva proposta por Mészáros (1995, p. 364-384; 2011, p. 445-468) em *Para além do capital* ao quadro “cor-de-rosa” (Mészáros, 2011, p. 468) descrito por Lukács (2003) repõe no centro do debate a experiência histórica do século XX. A destruição das experiências do socialismo real nas décadas de 1980 e 1990 contrastava com o otimismo presente nas ideias de Lukács escritas 70 anos antes. A classe burguesa provava-se hábil em readequar sua consciência de modo a dirigir o mando do capital para a sua sobrevivência futura. Em sua “prática mediadora”, essa classe identificara no deslocamento das contradições para a periferia e para o futuro a condição necessária para a sobrevivência do regime sociometabólico prevalente. Isso ocorreu sem maiores retoques, inclusive com adequações que provisoriamente respaldaram vitórias dos movimentos de trabalhadores. Mészáros assevera que

[a burguesia] estará sempre mais do que disposta a ajustar (e, em larga medida, tem capacidade para tanto) suas estratégias — tanto nacionalmente, se pensamos na “economia mista”, no “Estado de bem-estar social”, na “política do consenso” etc., como internacionalmente, na aceitação das assim chamadas relações “não ideológicas” entre Estados, no lugar das antes abertamente buscadas guerras intervencionistas da “Guerra

Fria” — quando a alteração na correlação de forças assim o exigir, para modificar em benefício próprio as tendências que surgem (Mészáros, 2011, p. 446).

A crítica que Mészáros (1995) faz à acepção lukácsiana atinge em cheio as expectativas do reformismo gradualista do início do século XX. Com o amparo da história, sabe-se hoje que as readequações feitas no núcleo do capitalismo pretendiam responder à ameaça revolucionária global. Como tal, a ideologia reinante abriu espaço para alternativas que propusessem ajustes provisórios da realidade econômica mundial. Esse é o lugar histórico do keynesianismo, daí derivando a série de ajustes provisórios encampados ao longo das décadas subsequentes (Mészáros, 2002, p. 21-26).

A esse respeito, o conceito de hibridismo toma lugar central na obra de Mészáros (1995). Relacionando-se à convenção sobre o papel estatal na reestruturação do sistema do capital, o caráter híbrido expresso pela readequação das instituições de Estado permitiu uma transformação provisória das formações sociais, dilatando no tempo o sistema sociometabólico dominante, ainda que este fosse transpassado a todo momento por suas limitações materiais. Isso seria feito através de certa adequação mútua entre sistemas, apontando para o binarismo intrínseco a essa ideia. O Estado capitalista faria uso de ferramentas administrativas costumeiramente atribuídas à política econômica socialista. A plumagem do planejamento disfarçaria as novas figuras da administração, dando margem ao aparecimento de instrumentos públicos capazes de interagir com a reprodução capitalista, e permitindo o prolongamento da sobrevivência do sistema burguês.

A experiência do hibridismo político-econômico foi abandonada nos anos 1960, cerca de 40 anos depois da publicação de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), com o despertar da crise estrutural do capital, deixando em evidência a corrente ideológica liberal austríaca radicada em Chicago. Essa marcha à ré histórica na passagem da década de 1970 para a de 1980 reorientou a ofensiva burguesa. O funcionamento econômico dos Estados do núcleo capitalista, em especial a “tríade imperialista” composta pelos Estados Unidos, Japão e Europa, passou a se direcionar para o enfrentamento aberto com a URSS. O país alvejado por essa ofensiva está, ao mesmo tempo, em seu momento de maior liberdade de projeção externa, mas suas bases econômicas não se adaptam às necessidades de crescimento da sua população, às transformações tecnológicas exigidas pela competição internacional nos setores das telecomunicações e, sobretudo, à transformação produtiva que se fazia premente perante o toyotismo. O resultado é aquele conhecido: a derrota soviética implicou não a criação de uma janela de oportunidade para um novo socialismo⁹, mas para o encerramento de uma era histórica em que se disputava um mundo melhor.

Mas a crítica mézárariana à proposição de Lukács (2003) também está, ela mesma, inserida na história. Da mesma maneira que novas proposições sobre a construção de um socialismo no século XXI povoaram o pensamento de Mészáros no que concerne às condições efetivas para uma nova alternativa ao capitalismo em sua roupagem neoliberal, também fica aberta a possibilidade do surgimento de novas hipóteses de organização social na esteira do socialismo. Isso fica claro a todo tempo nos escritos e entrevistas do autor, nos quais se vê refletida não só uma expectativa nas experiências venezuelana e boliviana, como também um ímpeto residual relativo aos sucessos do processo de reforma e abertura. Ainda que se

⁹ Com o otimismo de Davies (1990) com as reformas de Gorbachev ou as perspectivas de revolução pós-soviéticas de Miliband (1991).

possa enxergar algo de contraditório entre a defesa do socialismo e a adequação à dinâmica do capitalismo global, Mészáros enxerga aí uma nova tentativa de ímpeto revolucionário (Kanellis, 2000). Ao mesmo tempo, é transparente que o autor húngaro considera que nem mesmo a China escapa à crise estrutural (Mészáros, 2013).

Cabe, portanto, a proposição do hibridismo enquanto conceito que traduz a forma histórica das instituições criadas pelas experiências de transição ao socialismo na atualidade. Nas últimas décadas, fazer surgir o socialismo implica necessariamente conviver com a dominância do capitalismo e com a hegemonia dos EUA como Estado que orienta o funcionamento desse modo de produção (Artner, 2023a). Adequar-se às estruturas de dominação e consenso implica necessariamente, para além da mera coexistência, uma busca constante pela construção de uma visão geopolítica (Desai, 2022c) que consolide relações exteriores bilaterais, minilaterais e multilaterais condizentes com o momento presente, que vise ao estabelecimento de iniciativas favoráveis de relacionamento econômico no mercado mundial (Vadell; Jabbour, 2024) e que funde um marco legal adequado aos anseios domésticos por desenvolvimento e por melhora da qualidade de vida ante as condições globais da reprodução capitalista (Staiano, 2023). Entender o problema da governança do Estado nesse patamar implica não só o redesenho de políticas econômicas (Dunford, 2022). No limite, isso também reconstrói o planejamento estatal, que agora passa a retratar o mesmo hibridismo próprio das relações sociais que o circundam.

Por essa perspectiva, uma releitura das experiências socialistas no contexto da ofensiva neoliberal se faz necessária. Como se sabe, o processo de reforma e abertura iniciado em 1978 foi amplamente criticado por seu aspecto reformista. Deng Xiaoping e a liderança do PCCh foram acusados de capitular perante o mando burguês ao reintroduzirem o capitalismo na China (Harvey, 2005; Panitch; Gindin, 2013). Em que pese boa parte dos escritos, discursos e entrevistas de Deng anteverem questões relevantes e responderem a essas críticas (Deng, 1979a; 1979b; 1985b; *s.d.*; 1987), e em que pese a longa tradição chinesa de discussão teórica a esse respeito antes mesmo dos anos 1970 (Dunford, 2022), o consenso formado anteriormente a partir da questão do socialismo de mercado e da participação do capital privado na economia nacional influenciou o pensamento de orientação marxista por várias décadas, sendo reexaminado em maior grau somente em meados da década de 2010.

Entretanto, já há algum tempo o processo de crescimento econômico experimentado pela China também passou a ser observado com maior cuidado. O período da liderança coletiva de Xi Jinping (2012-2017) ressaltou no debate público hegemônico o caráter centralizador do Estado chinês. Mas, a partir disso, chegou-se a uma reavaliação do que era o sistema de controle público do capital na China. Mesmo entre autores de cunho teórico orientado ao exame das instituições, como Naughton (2014) e Heilmann (2018), já se podia notar o ressaltar feito pela academia dos aspectos centrais desse sistema: a centralização do aparato empresarial público federal na forma da Comissão Estatal para a Supervisão e Administração dos Ativos do Estado (State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council — Sasac); o federalismo redistributivo orçamentário; o planejamento central *sui generis*; e a dinâmica particular entre capital público e privado. Portanto, a nova compreensão das instituições chinesas iluminou o aspecto central do processo de reforma e abertura: a China propunha-se a ser um país de adequação constante ao sistema do capital sem, entretanto, tornar essa integração o sentido da sua reforma.



No monopólio, uma empresa controla um mercado, explorando-o sem concorrentes

Examinando essa questão em perspectiva, pode-se ver que não só as instituições domésticas criadas conforme esse hibridismo representarão a forma histórica de transição ao socialismo experimentada na China, mas também que isso atravessará em alguma medida as estruturas multilaterais desenhadas pelo Estado chinês. É necessário sublinhar que esse mesmo caráter híbrido povoa também o capital monopolista chinês, cujo estado atual nucleia esta seção, bem como as instituições internacionais criadas pelo país. Por fim, essa mesma condição atravessa o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank — AIIB) como vértice entre o estado atual do capitalismo — pautado pela necessidade de financiamento público ao desenvolvimento e a operação da China no mercado mundial —, agora em etapa de extroversão do seu capital, e o relacionamento interestatal na contemporaneidade — pautado pela latente tensão própria da disputa pela posição central no modo de produção capitalista.

Como bem observa Foster (2022a), a China tem escapado até aqui das “armadilhas do capital monopolista”. Sabe-se, entretanto, que o país dispõe de uma ampla gama de grandes empresas multinacionais, com uma série de grandes conglomerados sustentados por um amplo arcabouço jurídico que permite o redesenho constante das formas de propriedade, recusando-se as aceções até aqui prevalentes sobre o comportamento de entidades privadas e públicas. A proposição aqui apresentada é que a China consubstancia um capital monopolista próprio a partir das diversas formas de propriedade pública e não pública derivadas da continuidade e do aprofundamento do seu processo de reforma e abertura¹⁰, e em relacionamento direto com a atuação empresarial do Estado e com uma burguesia doméstica ora

¹⁰ O processo de reforma e abertura é aqui interpretado como uma continuidade de políticas públicas, que permanecem sendo executadas até hoje (Xi, 2022).

Cabe, portanto, a proposição do hibridismo enquanto conceito que traduz a forma histórica das instituições criadas pelas experiências de transição ao socialismo na atualidade. Nas últimas décadas, fazer surgir o socialismo implica necessariamente conviver com a dominância do capitalismo e com a hegemonia dos EUA como Estado que orienta o funcionamento desse modo de produção

cultivada, ora podada. Esse mecanismo é utilizado como alternativa para o desenvolvimento sob as condições atuais de crise estrutural do capital e sob a hegemonia estadunidense no sistema capitalista global. A seção a seguir recobra os fundamentos da teoria do capital monopolista, como antessala para uma discussão sobre a formação e o desenvolvimento do capital monopolista na China.

3. A FEIÇÃO ATUAL DO CAPITAL MONOPOLISTA

A teoria do capital monopolista (TCM) é uma variante teórica do marxismo que foca a particularidade da formação do capital monopolista, dividindo sua atenção com a dinâmica deste em uma economia capitalista em particular e sua concomitante interação com o mercado mundial. Como exposto classicamente por Lênin (2011) em *O Imperialismo* e desenvolvido por Sweezy (1970) em *Teoria do desenvolvimento capitalista*, capital monopolista é o nome atribuído à categoria que reúne as diversas formas históricas tomadas pela reunião entre capital bancário e capital industrial. Essa nomenclatura é elaborada por Lênin (2011, p. 217) quando ele destaca a ubiquidade do caráter monopólico atingido pelo capital no início do século XX. Essa característica foi primeiro descrita por Hilferding (1981) em sua análise do capital austro-alemão antes da Primeira Guerra Mundial, sendo desde logo relacionada ao aparecimento daquilo que se consolidou como uma das principais características do imperialismo.

Em 1942, passadas duas décadas e meia, Sweezy (1970) se debruça sobre a questão daquela nomenclatura atribuída por Lênin (2011). A oportuna revisão compara o desenvolvimento capitalista estadunidense ao das potências centrais. O caminho para a formação do capital monopolista traçado pelos EUA distinguia-se sobremaneira do austro-alemão, de modo que não apresentava a natureza de dominância do capital bancário sobre o industrial já num primeiro momento. Essa condição fundamental levou Paul Sweezy a optar pelo de-

envolvimento conceitual de monopólio capitalista, destacando a principal faceta do capital daí resultante¹¹.

O aparecimento do capital monopolista também desencadeou a superação da empresa familiar como forma organizacional da sociedade empresarial e do estágio concorrencial do capitalismo. O caráter competitivo, intrínseco ao capitalismo, fora por fim suplantado na última terça parte do século XIX pela tendência ao monopólio. A sociedade acionária, forma jurídica da propriedade burguesa acerca de cujas aparentes fragilidade e decadência Lukács (2003) parece ter guardado certo otimismo, torna-se o meio prevalente de controle empresarial e de repartição de lucros e dividendos (Foster, 2019).

A TCM analisa a concentração e a centralização de riqueza através do controle por empresas multinacionais (*multinational companies* — MNCs) de ativos, vendas e empregabilidade, entre outros fatores inseridos nas cadeias globais de valor. As multinacionais representam o capital monopolista *vis-à-vis* a financeirização do capitalismo. Diante da crise estrutural do capital, o capital monopolista dirigiu-se cada vez mais para a acumulação de capital pela criação e circulação de capital fictício. Isso levou ao aumento da atividade em mercados financeiros e à alta volatilidade do valor dos ativos. A centralização recorrente também implica a concentração geográfica da acumulação de capital nos países de capitalismo central (Foster; McChesney; Jonna, 2011).

A partir da análise de Hilferding emergiu uma discussão sobre o controle do Estado pelo capital monopolista, o que foi mais bem discutido por Lênin (2011, p. 217) em *O Imperialismo*. Ainda que o autor de *O Estado e a revolução* tenha assinalado que, “se fosse necessário dar uma definição a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”, nem ele nem Hilferding (1981) examinaram as condições subjacentes ao estabelecimento de monopólios de escala global para a teoria da acumulação. Nesse sentido, como apontado por Foster, McChesney e Jonna (2011), uma integração da TCM ao marxismo também deveria envolver a análise da dinâmica do capital monopolista em termos da concentração e centralização do capital, bem como a crise do capital e os debates sobre os esquemas da reprodução do capital segundo Marx.

O primeiro a unir ambos esses segmentos foi o economista polonês Michal Kalecki. Kalecki fundiu uma análise da dinâmica de classes derivada de Marx e de Rosa Luxemburgo ao exame de um novo fenômeno, o do crescente grau de monopólio, que se relacionava ao conceito de mais-valor de Marx. O resultado foi uma teoria unificada da acumulação sob o capital monopolista. O monopólio aparecia, tal como em Marx, como uma consequência da competição em uma economia capitalista (Foster, 2018). Esse argumento foi continuado por Steindl (1983) em *Maturidade e estagnação do capitalismo americano*, que explorou as causas da Grande Depressão ao identificar que a crescente monopolização ampliava as margens de lucro nas principais indústrias. Steindl indica que esse fenômeno funcionava como uma contratendência, balanceando a tendência geral de queda da taxa de lucro, permitindo assim ao capital monopolista escapar da desaceleração geral do crescimento na economia. Como consequência, um sintoma comumente identificado nas indústrias-chave era o aparecimento da capacidade excedente. A razão para isso era que as grandes empresas protegiam suas margens de lucro em momentos de enfraquecimento da demanda, o que era feito através

¹¹ Para uma leitura sobre a particularidade do desenvolvimento teórico acerca do capital monopolista e do embate entre a designação desenvolvida por Hilferding a respeito do capital financeiro e a adequação leninista desse conceito, ver Spellmann e Leite (2019, p. 201-210).

da redução do uso dessa capacidade, em vez de uma intervenção no preço das mercadorias (Sweezy, 1990).

Paul Baran e Paul Sweezy deram continuidade ao trabalho de Steindl e Kalecki em *Capital monopolista*. Para Baran e Sweezy (1966), a tendência de queda da taxa de lucro dava lugar, durante o estágio do capital monopolista, à lei da tendência de crescimento do excedente. *Capital monopolista* focou os problemas ligados à absorção do excedente, identificando-os como o principal aspecto da contradição entre capital e trabalho no presente estágio do capitalismo. Os principais métodos para a absorção do excedente são três: ele pode ser consumido, investido ou destruído.

Segundo a TCM, a tendência para a estagnação do capital monopolista poderia ser adiada ou evitada pelo desenvolvimento tecnológico de inovações importantes, como o motor a vapor. Esse processo não estava livre de suas próprias contradições. Por definição, essas inovações requeriam, primeiramente, um investimento significativo em pesquisa e desenvolvimento, com as pesadas demoras inerentes a sua maturação. Seus resultados também podem ser julgados insuficientes. Autores como Chesnais (2005) e Duménil e Lévy (2011) lembram-nos de que uma análise que tenha em perspectiva a estrutura da acumulação atual apontará necessariamente para a financeirização como um dos aspectos-chave para entender o desestímulo à inovação no capitalismo. Os longos períodos entre a realização dos investimentos e os seus retornos são normalmente indesejáveis, uma vez que esses ativos se desvalorizam com o tempo. A partir disso, como apontam Foster e McChesney (2012), a tendência para a estagnação presente no capitalismo é reforçada pelo capital monopolista.

Ainda assim, períodos de rápido crescimento ocorrem na economia capitalista. Ao analisarem a expansão econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, Baran e Sweezy (1966) presenciaram uma maré alta do desenvolvimento capitalista, na qual as taxas de crescimento e o superávit das contas domésticas permitiram aos países do capitalismo central a construção do Estado de bem-estar social. Como apontado por Magdoff e Foster (2003), essa expansão não ocorreu sem movimentos contraditórios. As campanhas de venda, o gasto militar e a expansão financeira foram todos fatores que geraram a tendência à estagnação nos países do centro capitalista em geral e nos EUA em particular. Como apontado na seção anterior, foi a necessidade de manter os efeitos desses aspectos limitadores que levou à ampliação das contradições, ao passo que a economia estadunidense se tornava mais dependente do gasto militar e de um regime de consumo mais acelerado, enquanto sofria com a drenagem de recursos para o mercado financeiro. Ainda que o keynesianismo promettesse uma melhora nas condições macroeconômicas nacionais, Baran e Sweezy (1966) demonstraram que esse modelo já era entendido como insustentável desde a origem, e suas contradições logo vieram à superfície, no início dos anos 1970¹².

Apesar da sua ampla recepção (Tarback, 1995), a teoria do capital monopolista foi duramente criticada durante os anos 1970 e 1980. Dois dos principais aspectos criticados foram o tratamento da multinacionalização das empresas e os efeitos dessa transformação no funcionamento da hegemonia dos EUA. A partir dos anos 1980, a multinacionalização, descrita como o processo de diversificação dos ativos empresariais através de titularidades entre nações, passou a ser tratada enquanto etapa formativa de uma nova burguesia internacional. Isso encerraria, portanto, a estrutura de competição entre burguesias nacionais pelo controle da produção global. Como nos relembra Foster (2019) sobre as considerações de Hardt e Negri em *Império*,

¹² Um entendimento referendado ao longo de várias obras posteriores. Ver Sweezy e Magdoff (1987).

Amin afirma que construir uma dinâmica econômica policêntrica, que comporte a multipolaridade, passa pela dissociação dos Estados que lideram a mudança do sistema. Isso não ocorre, entretanto, com uma autarquização. A reinserção implica, na verdade, uma alteração da dinâmica existente

essa diagramação seria substituída pela diversidade de arranjos de propriedade que atravessam fronteiras, dando lugar a um império do capital que faria caducar o casulo estatal que o criou.

Em outra perspectiva, esses processos também representariam um retorno às economias capitalistas centrais destruídas pela Segunda Guerra Mundial, o que por tabela reduziria o papel dos lucros monopolistas obtidos pelos EUA através de remessas de valor ao núcleo capitalista — seja através de processos de trocas desiguais ou de movimentos de concentração e centralização. A reestruturação produtiva global e o aparecimento dos novos países industrializados, particularmente no Leste Asiático, indicavam a diversificação dos processos de acumulação de capital na semiperiferia, propondo a eventual superação da economia dos EUA. Diversos autores seguiram por esse caminho, seja com remissões ao longo tempo histórico, como na obra de Arrighi (2008) e Frank (1998), ou em perspectivas de curta duração relacionadas ao desenvolvimento japonês, como em Gilpin (1989).

Em resposta, o argumento apresentado pelos teóricos da TCM assinalava a continuidade da concentração e centralização do capital como uma condição global, ocorrendo, portanto, em conjunto com a dinâmica de internacionalização do capital monopolista. Fusões e aquisições permitiam a formação de MNCs maiores, controlando fatias crescentes do mercado mundial (Foster, 1986). Nesse sentido, os ativos e vendas tornaram-se progressivamente mais e mais internacionais. Parte essencial da obra de Foster, McChesney e Jonna (2011), bem como da de John Smith (2016), também demonstrou que o controle de empresas multinacionais sobre a força de trabalho mundial cresceu em linha com a internacionalização.

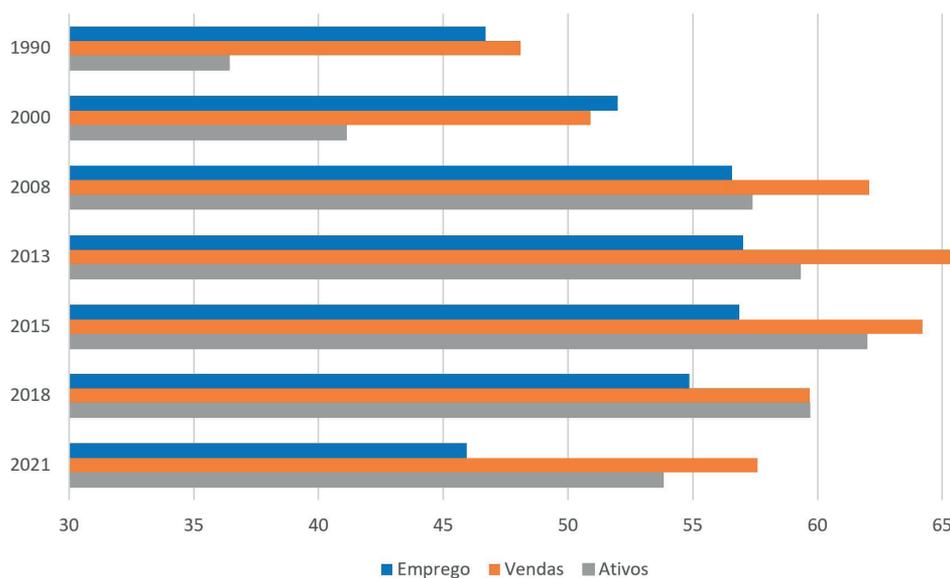
Além disso, uma linha crescente da TCM focou o papel da transformação do processo de acumulação pelo redirecionamento do excedente socialmente produzido para o funcionamento e operação de mercados financeiros (Sweezy; Magdoff, 1987). Disso surgiu a tese de que o capital estaria passando por uma mudança qualitativa, fundamentada na internacionalização e no avanço da financeirização. Como uma ampla gama da literatura marxista aponta, o capital financeiro monopolista experimenta a monopolização, a estagnação e a financeirização como tendências que se reforçam mutuamente, estimulando o crescimento de bolhas financeiras e levando a crises recorrentes.

Essa tendência segue a literatura da TCM até a atualidade. Mesmo após a crise de 2008, Foster e McChesney (2012) apontam a continuidade da orientação financista do pensa-

mento neoliberal e o seu controle da economia política do Estado norte-americano. Decorre daí a persistência da estagnação econômica para o resto da década de 2010. Em linha com Amin (2018), Dunford (2022) e Artner (2023b) também concluem que o principal aspecto atual do capitalismo é a dualidade entre a dominância da economia mundial por oligopólios globalizados, financeirizados e generalizados e a sua íntima relação com a hegemonia dos EUA.

O crescimento continuado da multinacionalização do capital monopolista, assinado por Sweezy (1997) e Foster, McChesney e Jenna (2011), aparenta sinais de retroação já em meados dos anos 2010. Essa queda na multinacionalização do capital transparece no gráfico 1. A parcela obtida por filiais estrangeiras dos ativos empresariais das cem maiores empresas não financeiras alcançou 57,4% em 2008, indicando um crescimento significativo em relação ao registro de 41,1% em 2000. Terminado o período anterior à financeirização, a parcela de ativos detidos por filiais estrangeiras continua a evoluir até 2013. Flutuando ao redor de 60% na década de 2010, essa parcela decresce de 62% em 2015 para 59,7% em 2018. Como aduzido em Spellmann e Leite (2019), o mesmo fenômeno pode ser observado nas parcelas de vendas e empregabilidade geral com referência às filiais estrangeiras. As vendas alcançaram seu ápice em 2013, chegando a 65,5%, e caindo para 59,7% em 2018. Quanto aos valores relativos ao emprego, temos uma flutuação ao redor de 57% no decênio que se seguiu a 2008, acompanhada de uma queda após 2013, chegando a 54,9% em 2018.

Gráfico 1 — Proporção de ativos, vendas e emprego referentes a filiais estrangeiras, dentre as cem maiores empresas multinacionais não financeiras — 1990-2021 (anos selecionados)



Fonte: Unctad (2024): *World investment reports 2010, 2014, 2016, 2019 e 2022*; Foster, McChesney e Jonna (2011).

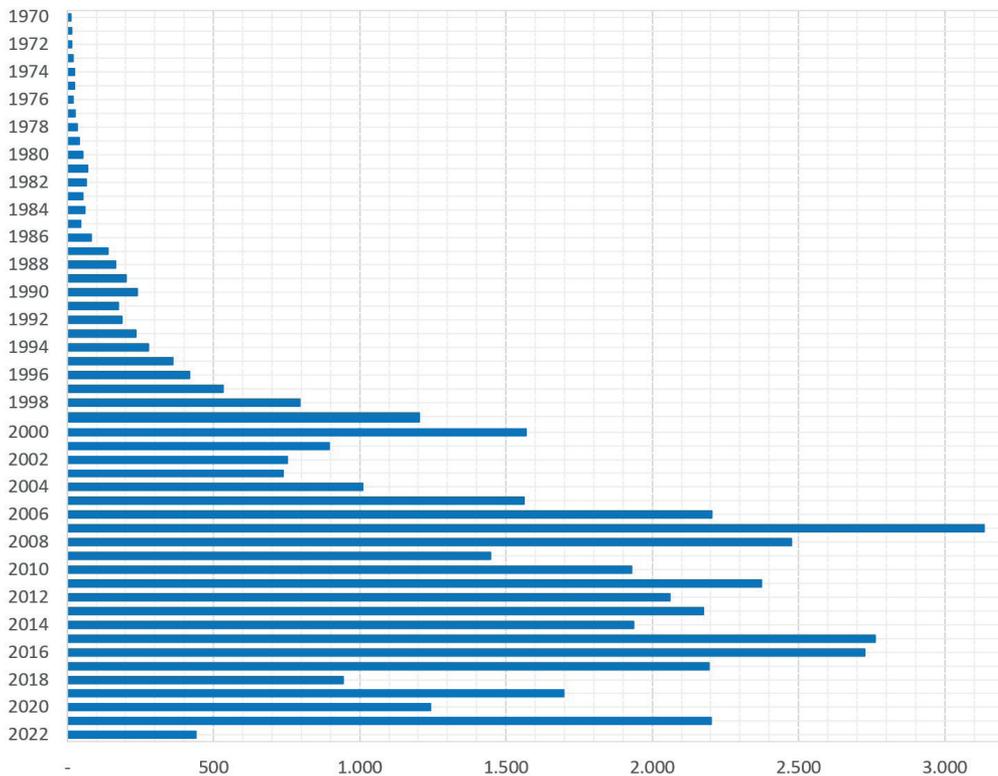
Entretanto, como indicado no gráfico 1, os registros de 2021 apresentam quedas expressivas. A proporção registrada para a parcela dos ativos detidos por filiais estrangeiras de MNCs não financeiras cai de 59,7% em 2018 para 53,8% em 2021, uma redução proporcional que ultrapassa 10% em apenas três anos. A queda se repete nos registros de vendas e de empregabilidade, registrando respectivamente 57,6% e 45,9%. Isso implica reduções de

3,5% na internacionalização das vendas e, de maneira chamativa, 16,4% na formação internacional do emprego.

A evolução desses dados parece apontar para uma queda histórica na dinâmica de multinacionalização do capital monopolista. O retorno deste à sua base nacional coincide com o momento de questionamento da globalização. O momento econômico mundial no final da década de 2010 também foi acompanhado de uma redução significativa no fluxo de investimento externo direto no globo, de turbulências significativas nos mercados financeiros de Xangai (2015-2016) e Nova York (2018), da imposição de restrições comerciais e de investimento entre Estados Unidos e China.

A redução no movimento de internacionalização também casa com a redução do volume de investimento externo direto no globo. Como visto no gráfico 2, o seu teto, atingido nos anos ao redor da crise financeira de 2008, foi seguido por uma alternância entre elevados níveis de investimento e quedas episódicas. Isso aponta para a presença de instabilidades crescentes nos mercados de ativos externos ao longo dos anos 2010, uma realidade que se projeta para o início da década atual. As incertezas quanto à continuidade do crescimento do núcleo global contrastam com a continuidade do crescimento da China nesses primeiros anos, um cenário que ganha maior evidência quando se considera que as expectativas sobre a propagação da covid-19 na China mantinham ligado o sinal de alerta, indicando uma potencial recessão no mercado asiático.

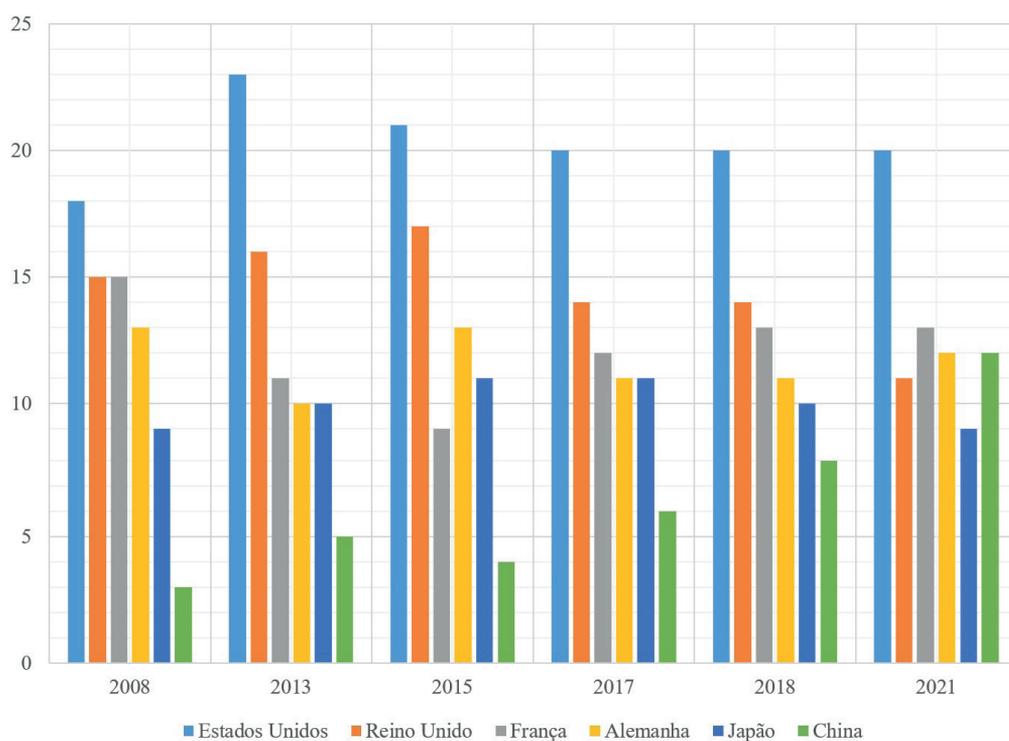
Gráfico 2 — Fluxo mundial de investimento externo direto (US\$ bi correntes em 2022) — 1970-2022



Fonte: World Bank Group (2025).

Esse quadro se completa com os dados a respeito da quantidade de empresas multinacionais não financeiras por país. A internacionalização das empresas chinesas é um movimento lento e gradual. Ainda que a China tenha passado a ocupar a segunda posição entre as principais economias do globo, o país ainda não chegou à segunda posição entre os detentores de MNCs não financeiras. Como demonstrado no gráfico 3, os EUA permanecem na liderança, seguidos dos principais países do capitalismo central. Ao mesmo tempo, a China não está inerte. Entre 2008 e 2021, a rápida evolução da República Popular nos índices indica que talvez no futuro próximo a segunda posição já seja atingida.

Gráfico 3 — Número de empresas multinacionais de países selecionados dentre as cem maiores empresas não financeiras — 2008-2021



Fonte: Unctad (2024): *World investment reports 2010, 2014, 2016, 2019 e 2022*; Foster, McChesney e Jonna (2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados acima devem ser analisados sob a perspectiva das transformações correntes na geopolítica econômica. Pelo que eles indicam, a condição do capital monopolista no globo mudou. O movimento de redução da internacionalização dos ativos aparece como tendência geral a se intensificar nos últimos dez anos. Isso pode significar uma mudança de época no que diz respeito ao *continuum* do processo de internacionalização de ativos. Como visto, esse processo vem ocorrendo em grau crescente desde o início da financeirização. Esse

Não há uma reversão total do padrão de internacionalização que simule algo similar à decomposição do padrão-ouro na transição entre as décadas de 1920 e 1930. No conjunto, a internacionalização aparenta ir na direção da China, ainda que esse movimento seja limitado pela não abertura das contas de capital chinesas

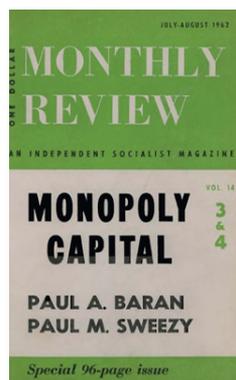
retrocesso, portanto, ainda que provisório, pode apontar para um revés na integração do mercado mundial a partir de meados da década passada.

Evidentemente, isso não significa um retrocesso da globalização. Ainda é significativamente cedo para se afirmar uma afetação ampla e difusa do processo de integração social do mundo. O que se tem, concretamente, é um período cujo movimento de ativos foi afetado por motivos diversos — seja a guerra comercial, seja a aplicação de sanções econômicas, seja a covid-19 —, alterando o transcurso do mercado mundial.

Algo mais deve ser observado nesse panorama. Essa série de aparentes irregularidades não foi feita sem que se reponha o Estado no centro do debate político-econômico. O retorno da competição interestatal aparenta ter mobilizado os Estados do capitalismo central, que respondem no sentido de proteger seus ativos. Esse cenário também encontra tensões geopolíticas significativas, notadamente a guerra na Ucrânia, podendo, portanto, ser alterado a partir da resolução delas.

Deve também ser posta em perspectiva a aparente mudança de direcionamento estratégico do Estado chinês de 2012 em diante. A liderança de Xi Jinping sobre o Partido Comunista da China rapidamente apresentou a materialização dos objetivos do primeiro centenário como prioridade de Estado. Mais ainda: o período viu a consubstanciação do planejamento estatal chinês na forma da elevação de diversas empresas públicas e não públicas ao grau de competidoras multinacionais em setores-chave da economia internacional, partes integrantes da estratégia “China 2025”. Isso, claro, sem abandonar a mudança corrente na postura diplomática internacional da China.

O que os dados representam é, na verdade, o início de uma época de prelúdio. Não há tendência geral que justifique o redirecionamento dos mercados de investimento na direção de um Estado central, o que implica um desestímulo ao investimento externo direto, ainda que provisório. Amin (1990) afirma que construir uma dinâmica econômica policêntrica, que comporte a multipolaridade, passa pela dissociação dos Estados que lideram a mudança do sistema. Isso não ocorre, entretanto, com uma autarquização. A reinserção implica, na verdade, uma alteração da dinâmica existente.



Paul Baran (esq.) e Paul Sweezy, autores do livro *Monopoly capital*, publicado em 1966

Esperado é, portanto, que os prejudicados se movimentem no sentido de aderir à nova dinâmica geopolítica ou de confrontá-la, dadas as circunstâncias. Começam a aparecer discussões sobre a semiperiferização de alguns Estados de capitalismo central, cuja economia seria diretamente afetada para manter a hegemonia dos EUA. Em outro ponto, não por acaso o crescimento da China (gráfico 3) ocorre *pari passu* com a diminuição da presença japonesa. De maneira geral, também não há uma reversão total do padrão de internacionalização que simule algo similar à decomposição do padrão-ouro na transição entre as décadas de 1920 e 1930. No conjunto, a internacionalização aparenta ir na direção da China, ainda que esse movimento seja limitado pela não abertura das contas de capital chinesas.

Para completar a fotografia, uma análise do processo de formação do capital monopolista chinês se faz necessária, na medida em que o nexos que se busca completar é o da materialização do hibridismo na transição socialista chinesa, na forma da sua mimese do capital monopolista financeiro.

* Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Coordenador dos cursos de especialização “China Contemporânea” e “Mudança Global do Clima” e vice-coordenador do Centro de Estudos Globais e China da PUC-Minas.

► Texto recebido em 23 de outubro de 2024; aprovado em 27 de novembro de 2024.

AIGINGER, Karl; RODRIK, Dani. Rebirth of industrial policy and an agenda for the twenty-first century. **Journal of Industry, Competition and Trade**, v. 20, p. 189-207, January 6, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10842-019-00322-3>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

AMIN, Samir. **Accumulation on a world scale: a critique of the theory of underdevelopment**. New York: Monthly Review Press, 1974.

_____. A note on the concept of delinking. **Review**, n. 10, v. 3, p. 435-444, 1987. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40241067>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. China 2013. **Monthly Review**, v. 64, n. 10, 2013. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

_____. China, market socialism, and U.S. hegemony. **Review**, v. 28, n. 3, p. 259-279, 2005. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40241635>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. **Delinking: towards a polycentric world**. London: Zed Books, 1990.

_____. Geopolitics of contemporary imperialism. In: BORÓN, Atílio (Ed.). **New worldwide hegemony: alternatives for change and social movements**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 71-107.

_____. **Modern imperialism, monopoly finance capital, and Marx's law of value**. New York: Monthly Review Press, 2018.

_____. **Russia and the long transition from capitalism to socialism**. New York: Monthly Review Press, 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARTNER, Annamária. A new world is born: Russia's anti-imperialist fight in Ukraine. **International Critical Thought**, v. 13, n. 1, p. 37-55, March 27, 2023a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2023.2186015>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Can China lead the change of the world?. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 11, p. 1881-1899, August 4, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1793664>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Global encirclement and prospects of socialism in the 21st century. **Russia in Global Affairs**, v. 21, n. 4, p. 96-122, October-December 2023b. Disponível em: <<https://doi.org/10.31278/1810-6374-2023-21-4-96-122>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Samir Amin and Eastern Europe. **Review of African Political Economy**, v. 48, n. 167, p. 142-152, March 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03056244.2021.1881769>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Monopoly capital**. New York: Monthly Review Press, 1966.

BONVILLIAN, William B. Emerging industrial policy approaches in the United States. **Information Technology and Innovation Foundation**, October 2021. Disponível em: <<https://www2.itif.org/2021-industrial-policy.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2023.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHANG, Ha-Joon; ANDREONI, Antonio. Industrial policy in the 21st century. **Development and Change**, v. 51, n. 2, p. 324-351, January 11, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/dech.12570>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

DAVIES, Robert William. Gorbachev's socialism in historical perspective. **New Left Review**, v. 179, 1990, p. 5-28.

DENG, Xiaoping. Peace and development are the two outstanding issues in the world today. **Marxists Internet Archive**, March 4, 1985a. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1985/213.htm>. Acesso em: 4 out. 2023.

_____. Speech by chairman of the delegation of the People's Republic of China, Deng Xiaoping, at the Special Session of the U.N. General Assembly. **Marxists Internet Archive**, 2003. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>. Acesso em: 6 jul. 2023.

_____. There is no fundamental contradiction between socialism and a market economy. **Marxists Internet Archive**, October 23, 1985b. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1985/20.htm>. Acesso em: 29 fev. 2024.

_____. To build socialism we must first develop the productive forces. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1980/101.htm>. Acesso em: 29 fev. 2024.

_____. To uphold socialism, we must eliminate poverty. **Marxists Internet Archive**, April 26, 1987. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1987/133.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. Uphold the four cardinal principles. **Marxists Internet Archive**, March 30, 1979a. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1979/115.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. We can develop a market economy under socialism. **Marxists Internet Archive**, November 26, 1979b. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1979/152.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

DESAI, Radhika. **Capitalism, coronavirus and war**. London: Routledge, 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781003200000>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. **Geopolitical economy**: after US hegemony, globalization and empire. London: Pluto Press, 2013.

_____. Geopolitical economy: the discipline of multipolarity. **Valdai Papers**, v. 24, 2015.

_____. Guns without butter. **Sidecar**, May 5, 2022b. Disponível em: <<https://newleftreview.org/sidecar/posts/guns-without-butter>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. The long shadow of Hiroshima: capitalism and nuclear weapons. **International Critical Thought**, v. 12, n. 3, p. 349-369, April 8, 2022c. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2022.2051582>>. Acesso em:

DUMÉNIL, Gerard, LÉVY, Dominique. **The crisis of neoliberalism**. Massachusetts: Harvard University Press, 2011.

DUNFORD, Michael. The Chinese path to common prosperity. **International Critical Thought**. V. 12, n. 1, p. 35-54, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2022.2025561>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FRANK, Andre Gunder. **ReOrient**: global economy in the Asian age. Santa Barbara: University of California Press, 1998.

FELDMANN, Daniel. No curto prazo todos estaremos mortos: apontamentos críticos sobre o novo consenso keynesiano. **Blog da Boitempo**, 27 mai. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/27/no-curto-prazo-todos-estaremos-mortos-apontamentos-criticos-sobre-o-novo-consenso-keynesiano>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FOSTER, John Bellamy. Foreword to China's economic dialectic. **World Review of Political Economy**, v. 10, n. 3, p. 414-420, 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.13169/worlrevipoliecon.13.3.0414>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Late imperialism. **Monthly Review**, v. 71, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/07/01/late-imperialism>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

_____. Monopoly-finance capital. **Monthly Review**, v. 58, n. 7, 2006. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2006/12/01/monopoly-finance-capital>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

_____. "Notes on exterminism" for the twenty-first-century economy and peace movements. **Monthly Review**, v. 74, n. 1, 2022b. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2022/05/01/notes-on-exterminism-for-the-twenty-first-century-ecology-and-peace-movements>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

_____. **The theory of monopoly capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1986.

_____. What is monopoly capital?. **Monthly Review**, v. 68, n. 8, January 1, 2018. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2018/01/01/what-is-monopoly-capital>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

_____; JONNA, R. Jamil. Monopoly and competition in twenty-first century capitalism. **Monthly Review**, v. 62, n. 11, 2011. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2011/04/01/monopoly-and-competition-in-twenty-first-century-capitalism>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

_____; MCCHESENEY, Robert W. **The endless crisis**: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012.

GILPIN, Robert. Where does Japan fit in?. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 18, n. 3, p. 329-342, 1989. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/03058298890180030301>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

HAMEIRI, Shahr. COVID-19: is this the end of globalization?. **Contemporary International History**, v. 76, n. 1, p. 30-41, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020702020985325>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

- HARVEY, David. Neoliberalism “with Chinese characteristics”. In: _____. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 120-151.
- HAVELI, Joseph. The contemporary significance of Baran and Sweezy’s notion of monopolistic capitalism. In: JARSULIC, Marc (Ed.). **Money and macro policy**. Dordrecht: Springer, p. 109-133, 1985. (Recent Economic Thought Series, v. 5). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-94-015-7715-1_6>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- HEILMANN, Sebastian. **Red Swan**: how unorthodox policy-making facilitated China’s rise. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong Press, 2018.
- HILFERDING, Rudolf. **Finance capital**: a study of the latest phase of capitalist development. London: Routledge, [1910] 1981.
- KANELIS, Elias. The need for a radical alternative: an interview with István Mészáros. **Monthly Review**, January 1, 2000. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2000/01/01/the-need-for-a-radical-alternative>>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- KHADAN, Jeetendra; HILL, Sam. The global economic outlook in five charts. **World Bank Blogs**, January 10, 2023. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/global-economic-outlook-five-charts-0>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- KOTZ, David M. Stagnation and institutional structures. **Review of Radical Political Economics**, v. 51, n. 1, 2018, p. 5-30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0486613416673472>>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- KUCHLER, Barbara. Where does money come from?: the dual circuit of money creation. **Social Science Information**, v. 6, n. 2-3, p. 217-244, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/05390184221107319>>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Rio de Janeiro: Navegando Publicações, [1917] 2011.
- _____. Our foreign and domestic position and party tasks. **Marxists Internet Archive**, [1920] 2002. Disponível em: <www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/nov/21.htm>. Acesso em: 29 set. 2023.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.
- _____. **Lênin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo, Boitempo, [1924] 2012.
- MAGDOFF, Harry; FOSTER, John Bellamy. **Imperialism without colonies**. New York: Monthly Review Press, 2003.
- MAGDOFF, Harry; SWEEZY, Paul M. **Dynamics of US capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1972.
- MILIBAND, Ralph. Fukuyama and the socialist alternative. **New Left Review**, v. 193, p. 108-113, 1992.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 — O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3 — O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017.
- MÉSZÁROS, István. **Beyond capital**. New York: Monthly Review Press, 1995.
- _____. Chávez e China são os destaques do século XXI, diz filósofo Mészáros. [Entrevista cedida a] Eleonora de Lucena. **Folha de S.Paulo**, 17 nov. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1372042-chavez-e-china-sao-os-destaques-do-seculo-21-diz-o-filosofo-meszaros.shtml>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Prefácio à edição brasileira. In: _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 21-36.
- NAUGHTON, Barry. China’s economy: complacency, crisis & the challenge of reform. **Dædalus**, v. 143, n. 2, p. 13-25, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/DAED_a_00269>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. The integration of China into global capitalism. **International Critical Thought**, v. 3, n. 2, p. 146-158, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2013.787248>>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- RILEY, Dylan. Brenner, Robert. Seven contradictions on American politics. **New Left Review**, n. 138, 2022. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/ii138/articles/dylan-riley-robert-brenner-seven-theses-on-american-politics>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ROBERTS, Michael. A profits recession?. **The Next Recession**, July 14, 2019. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2019/07/14/a-profits-recession/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

RUBIO, Marco. American industrial policy and the rise of China. **Marco Rubio**, February 11, 2019. Disponível em: www.rubio.senate.gov/public/_cache/files/5922cc54-2966-48a1-8e88-f7b51bbe06/D0E7312935012E-45F20C67A3450DDAFD.ndu-china-industrial-policy.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

SAAD-FILHO, Alfredo. From COVID-19 to the end of neoliberalism. **Critical Sociology**, v. 46, n. 4-5, p. 477-485, May 29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920520929966>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SIRIPURAPU, Anshu; BERMAN, Noah. Is industrial policy making a comeback?. **Council on Foreign Relations**, November 18, 2022. Disponível em: www.cfr.org/background/industrial-policy-making-comeback/. Acesso em: 15 jul. 2023.

SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.

SPELLMANN, Samuel. Mészáros' structural limits to capital and the limits to the war on China. **Critique**, v. 50, n. 2-3, p. 345-363, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03017605.2022.2123607>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. LEITE, Alexandre César Cunha. Is there a Chinese monopoly finance capital?. **Boletim do Tempo Presente**, v. 8, n. 4, 201-227, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/12516>. Acesso em: 5 jul. 2023.

STAIANO, Maria Francesca. **Chinese law and its international projection**: building a community with a shared future for mankind. London: Springer, 2023.

STEINDL, Josef. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1983.

SWEETZ, Paul M. Monopoly capitalism. In: EARWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (Ed.). **Marxian economics**. London: Palgrave Macmillan, 1990. p. 297-303.

SWEETZ, Paul M. More (or less) globalization. **Monthly Review**, September 1, 1997. Disponível em: <https://monthlyreview.org/1997/09/01/more-or-less-on-globalization/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

_____. **Theory of capitalist development**. New York: Monthly Review Press, [1942] 1970.

SWEETZ, Paul M.; MAGDOFF, Harry. **Stagnation and the financial explosion**. New York: Monthly Review Press, 1987.

TARBUCK, Ken. Monopoly capital revisited. **Critique**, v. 23, n. 1, p. 101-125, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03017609508413388>. Acesso em: 11 dez. 2024.

UNCTAD. **World investment report**. Geneva: United Nations Commission for Trade and Development, 2024. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>. Acesso em: 23 out. 2024.

VADELL, Javier; JABBOUR, Elias. Chinese embedded globalization: social-economic formations in dispute in world reordering. **Globalizations**, v. 21, n. 5, p. 931-949, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2024.2302197>. Acesso em: 11 dez. 2024.

WORLD BANK GROUP. **DataBank**: world development indicators. Washington, D.C.: World Bank Group, 2025 Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators/Series/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>. Acesso em: 8 jan. 2025.

XI, Jinping. **Hold high the great banner of socialism with Chinese characteristics and strive in unity to build a modern socialist country in all respects**: report to the 20th National Congress of the Communist Party of China. Beijing: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, October 16, 2022.

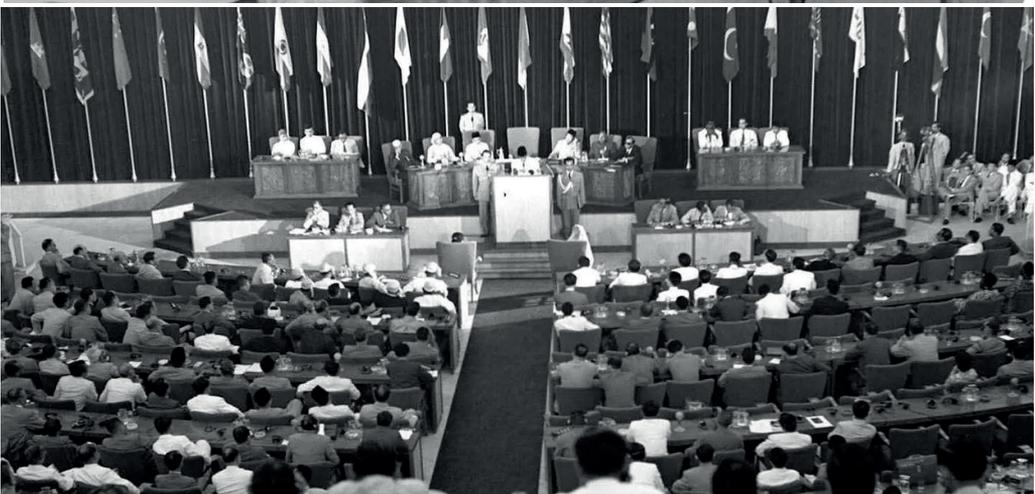
Um mundo policêntrico só será possível pela intervenção da “sexta grande potência”

A polycentric world will only be possible by the intervention of the “sixth great power”

Paris Yeros*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.012>

Diário do Povo/China



Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), da qual participaram delegados de países africanos e asiáticos à época recém-independentes e não alinhados às potências mundiais

RESUMO

A intervenção das forças populares — o que Marx chamou de “sexta grande potência”, em referência às cinco grandes potências europeias de seu tempo — continua sendo fundamental para a atual transição sistêmica. Este artigo busca esclarecer o caráter e a evolução da contradição entre o imperialismo e os trabalhadores do Terceiro Mundo. Baseando-se na noção de *policentrismo* de Samir Amin, argumenta-se que a transição atual, marcada pelo declínio prolongado do sistema capitalista, ainda pressupõe a “desconexão” da lei mundial do valor e a busca por caminhos de desenvolvimento soberano em bases populares. Tal transição só pode ser alcançada por meio da intervenção de trabalhadores e camponeses nas periferias do sistema. Elementos-chave da atual rivalidade sistêmica são discutidos para iluminar os desafios, com foco especial na expansão das reservas de mão de obra e no caráter das formações sociais periféricas hoje.

Palavras-chave: Policentrismo. Multipolaridade. Transição sistemática. Desconexão. Reservas de trabalho.

ABSTRACT

The intervention of popular forces — what Marx called the “sixth great power”, referring to the five European great powers of his time — remains fundamental to the ongoing systemic transition. This article aims to clarify the nature and evolution of the contradiction between imperialism and the working people of the Third World. Drawing on Samir Amin’s notion of *polycentrism*, it argues that the current transition, marked by the prolonged decline of the capitalist system, still requires a “delinking” from the global law of value and a pursuit of sovereign, popular-based development paths. Such a transition can only be achieved through the active participation of workers and peasants in the peripheries of the system. To illuminate the challenges of this transformation, the article examines key elements of contemporary systemic rivalry, with particular emphasis on the expansion of labor reserves and the current character of peripheral social formations.

Keywords: Polycentrism. Multipolarity. Systemic transition. Delinking. Labour reserves.

1. INTRODUÇÃO

A história do século XXI acelera a cada mês e ano que passam. A rivalidade sistêmica entrou numa nova fase com a eclosão da guerra na Europa e o genocídio em Gaza. Há, nesta altura, muita especulação e apreensão sobre a direção da mudança e o caráter da ordem emergente. A nossa tarefa continua a ser a de afiar as nossas ferramentas de análise para que a transição para um sistema alternativo possa ser devidamente iluminada.

Devemos reconhecer, em primeiro lugar, que a contradição histórica entre o imperialismo e os povos trabalhadores do Terceiro Mundo continua a ser a *principal* contradição. Quaisquer que sejam as especulações que possam existir sobre a “multipolaridade”, aquela contradição principal não foi superada. Mas, é claro, ambos os aspectos da contradição continuaram a evoluir. O capitalismo monopolista, na sua forma imperialista coletiva, está em crise permanente desde meados da década de 1960, passando para a sua generalização, globalização e financeirização (Amin, 2019; Yeros; Jha, 2020). Essa crise sistêmica é acentuada pela ascensão da China e por um novo conjunto de alianças anti-imperialistas. A matriz da resistência, no entanto, consiste nos trabalhadores e camponeses do Terceiro Mundo, que constituem a base popular da soberania, ao mesmo tempo que constituem as crescentes reservas de mão de obra do mundo.

As formações sociais periféricas desenvolveram características distintas com o crescimento maciço das reservas de trabalho muito além de qualquer precedente histórico. Essas reservas estão concentradas no Sul do planeta e, ao contrário do que se poderia esperar, não estão transitando para uma situação totalmente proletarizada. A tendência geral é para uma condição de semiproletarização generalizada, um fenômeno duradouro e determinante do caráter de formações sociais inteiras (Yeros, 2022). Uma característica fundamental dessas formações sociais é a polarização social avançada e uma profunda crise de reprodução social. Outra característica é a pressão insurrecional que elas geram. Repetidas vezes, testemunhamos convulsões sociais que atingem as periferias como raios em série, de uma região para outra, mas que são, na sua maior parte, frágeis em orientação ideológica e organização política.

Podemos falar com segurança de uma *situação pré-revolucionária mundial* (Yeros, 2021a; 2021b). Conforme discutido anteriormente (Yeros, 2021a, p. 26), “[podemos] ter certeza agora de que mobilizações em massa e surtos insurrecionais em série ocorrerão ao longo desta década e que representarão muito mais do que uma fase passageira de agitação social”. Testemunhamos pelo menos duas situações revolucionárias nos últimos 25 anos, no Zimbábue e na Venezuela, e outras estão a desenrolar-se hoje no Oriente Médio, no seio do Eixo da Resistência. A insurreição armada em Gaza, mais do que qualquer outra, resume hoje a natureza dessa contradição histórica. É certo que a maturidade da revolução é desigual entre um país ou região e outro. Mas as condições objetivas são essencialmente partilhadas no Terceiro Mundo e a sinergia política opera em escala mundial.

A atual transição sistêmica é geralmente entendida como uma passagem da *unipolaridade* para a *multipolaridade*. Tais termos entraram no nosso léxico político, mas não é inteiramente claro o que significam para nós. Eles exigem adaptação, se é para utilizá-los para os nossos propósitos. Quaisquer que sejam os termos preferidos hoje, a verdadeira tarefa é operacionalizar o que Samir Amin concebeu como uma transição para o “policentrismo” através da “desconexão” nacional e regional (Amin, 1980; 1987; 1990). Mais do que uma

luta entre “grandes potências” pela supremacia mundial, o policentrismo prevê o desenvolvimento soberano e popular para as nações e regiões do Terceiro Mundo na transição para o socialismo. A desconexão implica a separação, ou a supressão, da lei mundial do valor dominada pelo imperialismo coletivo, com o objetivo de forjar caminhos de desenvolvimento autônomos numa base popular.

A noção de *política de grandes potências* entre múltiplos Estados concorrentes é anterior à ascensão do imperialismo sob o capitalismo monopolista. Os pressupostos dessa política informaram as rivalidades europeias e a sua expansão para o exterior, pelo menos desde o século XVII. Mas foi no século XX, durante a Guerra Fria, nas mãos da Ciência Política estadunidense, que tal noção ganhou atenção teórica com base em reivindicações filosóficas específicas e ambições científicas preocupadas em governar as relações entre as “grandes potências” (Mearsheimer, 2001; Morgenthau, 1948; Waltz, 1979). As suas prioridades residiam no “interesse nacional” num estado de “anarquia”, buscando ou um “equilíbrio de poder” entre os maiores atores ou a “revisão” das suas relações.

As limitações de tal pensamento, seja como convenção diplomática ou como pseudociência imperialista, são evidentes. Foram assinaladas há muito tempo por Marx, quando as “cinco grandes potências” disputavam a supremacia. O que realmente importa, afirmou Marx, é a “sexta” grande potência, o proletariado revolucionário. Assim ele escreveu em fevereiro de 1854 (Marx, 1953, tradução nossa):

[N]ão devemos esquecer que existe uma sexta potência na Europa, que em determinados momentos afirma a sua supremacia sobre o conjunto das cinco chamadas “grandes” potências, e as faz tremer, cada uma delas. Essa potência é a revolução. Há muito tempo silenciosa e inativa, é agora novamente chamada à ação pela crise comercial e pela escassez de alimentos.

Pretendemos basear-nos na noção de *policentrismo* legada por Samir Amin para iluminar a transição sistêmica do capitalismo para o socialismo. Amin chegou ao ponto de reescrever toda a história das transições entre modos de produção e de lidar com os desafios das formações sociais periféricas sob o capitalismo (Amin, 1973). O nosso ponto de partida, segundo Amin, é o declínio prolongado do sistema capitalista na sua fase obsoleta (Amin, 2003; Yeros; Jha, 2020). Sob tais condições, a transição sistêmica ainda pressupõe a desconexão da lei mundial do valor no interesse dos trabalhadores e camponeses das periferias. Em última análise, essa deve ser *a nossa* medida de transição.

Os elementos-chave da atual rivalidade sistêmica serão discutidos abaixo, bem como os desafios da transição para o policentrismo. Especial atenção será dada ao crescimento das reservas de trabalho e às formações sociais resultantes nas periferias, que são tanto a *fonte* como a *medida* da transição sistêmica.

2. SOBRE A RIVALIDADE SISTÊMICA: QUEM GANHOU A GUERRA FRIA?

O imperialismo coletivo da Tríade (Estados Unidos, União Europeia e Japão) evoluiu após a Segunda Guerra Mundial sob a liderança dos Estados Unidos para fornecer coerência estratégica à expansão do capital monopolista contra o Leste e o Sul. O seu objetivo era derrotar todos os obstáculos ao capitalismo monopolista, quer fosse socialista ou nacionalista, incluindo o sistema soviético e o Terceiro Mundo emergente. Essa foi a essência



Trabalhadores semiproletarizados: ex-segurança, Ivo hoje tira sua renda da venda de salgados em pontos de ônibus em Cuiabá (MT). Março de 2020

da rivalidade sistemática da Guerra Fria (Amin, 2003; Moyo; Yeros, 2011). As suas origens encontram-se nos dois grandes acontecimentos anti-imperialistas do século XX: a revolução socialista e a libertação nacional.

Ouve-se dizer que, inspirado na teoria da “polaridade”, aquele era um mundo “bipolar” com um componente nuclear adicional. Estrategistas estadunidenses estavam dispostos a encontrar um “equilíbrio” nesse cenário ou, alternativamente, avançar no sentido da derrota total e desmembramento da União Soviética. Os soviéticos sabiam muito bem o que estava em jogo, tendo sido invadidos por vários exércitos após a Revolução de Outubro e depois feito o maior sacrifício na Segunda Guerra Mundial para derrotar o Exército invasor nazista. Mas também os soviéticos, uma vez vitoriosos, passaram a pregar o equilíbrio como “coexistência pacífica” entre os “dois sistemas” durante os anos de Khrushchev. Naquela época, na década de 1950, nem os estadunidenses nem os soviéticos estavam inclinados a reconhecer qualquer outra competição que não a sua.

No entanto, essa ilusão foi derrubada em Bandung, quando os antigos súditos coloniais, ora nações independentes, resolveram tomar para si o seu destino e posicionar-se no interesse dos seus povos. O Terceiro Mundo passou assim a existir entre os povos ex-coloniais, subdesenvolvidos e oprimidos como um projeto político de libertação nacional, solidariedade, desenvolvimento e paz mundial. O avanço dos movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo conduziu o planeta a uma rivalidade sistêmica tripartite, cuja força motriz era precisamente a contradição principal entre o imperialismo e os povos oprimidos do Terceiro Mundo. Por outras palavras, a contradição entre o imperialismo e o anti-imperialismo era muito mais ampla do que as noções de *bipolaridade* admitiriam, na medida em que as lutas de libertação nacional se tornaram a verdadeira força motriz da rivalidade

As formações sociais periféricas desenvolveram características distintas com o crescimento maciço das reservas de trabalho muito além de qualquer precedente histórico. Essas reservas estão concentradas no Sul do planeta e, ao contrário do que se poderia esperar, não estão transitando para uma situação totalmente proletarizada. A tendência geral é para uma condição de semiproletarização generalizada, um fenômeno duradouro e determinante do caráter de formações sociais inteiras

sistêmica do pós-guerra. Estas encontraram na União Soviética um contrapeso sistêmico ao imperialismo, se não também apoio direto, enquanto a própria lógica do conflito Leste-Oeste ficou aprisionada nas lutas de libertação das periferias. Não é por acaso que o confronto nuclear mais perigoso da Guerra Fria ocorreu por conta da Revolução Cubana.

Ouve-se também que o Ocidente “ganhou” a Guerra Fria. Os neoliberais, em seu triunfalismo da década de 1990, assumiram a liderança ao postular o “fim da história”. O mais notório foi Fukuyama (1989), que imaginou a vitória final e permanente do capitalismo e do liberalismo sobre quaisquer outros concorrentes históricos. Enquanto isso, seus *alter egos* “realistas” contemplavam os caminhos e meios de um mundo “unipolar”: seria um “momento” ou uma “estrutura” (Layne, 1993; Wohlforth, 1999)? Estaria ele fadado a regredir à “multipolaridade” (Waltz, 2000)? Seria melhor buscar equilíbrio ou maximizar o poder (Mearsheimer, 2001; Snyder, 2002)? Outros ainda declararam a sua angústia relativamente à “excessiva extensão imperial” das grandes potências ou ao “choque” delas com civilizações não ocidentais (Huntington, 1993; Kennedy, 1987).

Um dos grandes feitos dessa efervescência intelectual foi nos impor seus conceitos. Não só espalharam as suas teorias neoliberais e culturalistas, mas também, cada vez mais, teorias de “polaridade” e “geopolítica”. Eles encontraram interlocutores nos teóricos da “hegemonia”, seja de persuasão “gramsciana” ou “hobbesiana”, para quem cada “ciclo” histórico mundial exigia não um clube de grandes potências, mas uma única potência “hegemônica” para liderá-lo, na ausência da qual o “caos” iria se instalar (Arrighi; Silver, 2001; Gilpin, 1981). Até hoje, essas formulações altamente ideológicas obscurecem muito mais do que revelam (Yeros, 2021b).

A verdade é que não houve uma vitória clara do Ocidente na rivalidade sistêmica da Guerra Fria. O que aconteceu depois da década de 1960 foi uma tentativa retrógrada de res-

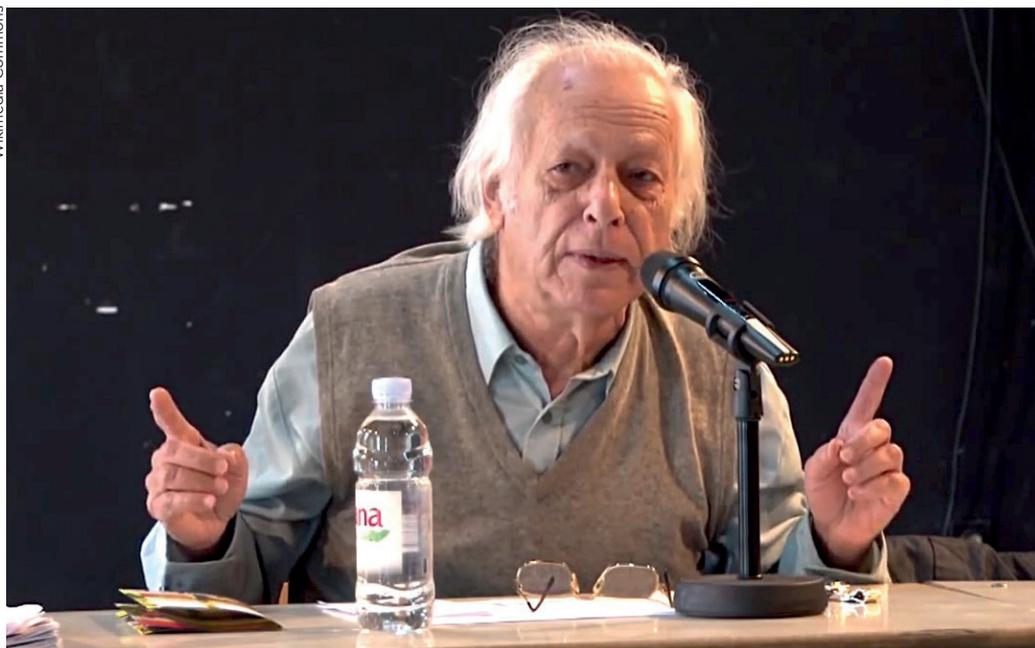
gatar o imperialismo coletivo do seu declínio permanente. A financeirização, a redolarização através do mercado de petróleo, novas ondas de exportação de capitais, a escalada militar e os saltos tecnológicos relançaram o imperialismo coletivo. Certamente, essa revanche consolidou a transição do Terceiro Mundo para o neocolonialismo e empurrou o sistema soviético para além dos seus limites, estando os dois estreitamente posicionados na correlação de forças. No entanto, seria mais apropriado ver nessa fase tardia do neocolonialismo um longo *impasse* na transição sistêmica, pois as contradições básicas do capitalismo monopolista nunca foram resolvidas, e a financeirização, as exportações de capital e a militarização, apesar dos saltos tecnológicos envolvidos, tornaram-se todos elementos do declínio secular.

O saldo líquido da Guerra Fria não foi inteiramente a favor do imperialismo. Apesar de selar a transição neocolonial, com a notável exceção da China, o relançamento do imperialismo coletivo não reverteu a descolonização. Ou seja, não conseguiu derrubar o sistema generalizado de soberania nacional obtida pelos povos do Terceiro Mundo com a ajuda da União Soviética. Mesmo depois de quase meio século de neoliberalismo, o regime de soberania nacional não foi suprimido ou superado. Para ser mais preciso, o regime de soberania nacional está em processo de degradação (Moyo; Yeros, 2011; Yeros; Jha, 2020). Resulta da agressão imperialista constante e de uma crise social profunda, evidente mais claramente no crescimento gigantesco das reservas de trabalho. Isso criou as condições para o surgimento de forças neofascistas internas e até produziu novas situações semicoloniais numa série de países que sucumbiram à invasão imperialista e à fragmentação territorial. Mas permanece o ponto de que o regime geral da soberania nacional não foi derrubado até hoje, e essa é uma vitória consagrada dos povos do Terceiro Mundo.

O fim da Guerra Fria também não pôs fim ao movimento comunista, apesar do colapso e do desmembramento da União Soviética. O movimento comunista recuou, mas também passou por transformações a ponto de avançar espetacularmente, especialmente na China. A experiência de desenvolvimento mais importante que se desenvolveu sem grandes interrupções ao longo dos últimos 70 anos ocorreu sob a liderança de um partido comunista, transformando a China no principal concorrente do imperialismo coletivo. Voltaremos a esse assunto. Basta apresentar mais uma vez a questão óbvia: ainda é possível sustentar que o Ocidente venceu a Guerra Fria?

Seria mais correto dizer que o *impasse* do neocolonialismo tardio está sendo desafiado pelo avanço renovado das forças anti-imperialistas provenientes de várias direções, que desta vez encontram um contrapeso na China. Assim, um enfoque analítico simplista nas “grandes potências” continua a ser inadequado. O nacionalismo nas periferias tem-se radicalizado, e a trajetória da China permanece intimamente ligada ao Terceiro Mundo. Podemos até ser mais enfáticos: o futuro da China, tal como foi o da União Soviética, antes dela, dependerá da sua relação com o Terceiro Mundo e do destino deste último. Como alertou Amin (2014), a China ainda poderá cair na armadilha imperialista se não lidar adequadamente com as suas contradições internas e externas; para evitar a armadilha, a China deve, nas suas palavras,

prosseguir tenazmente no objetivo de reconstruir um sistema político internacional policêntrico, que respeite todas as soberanias nacionais, e, para esse efeito, agir no sentido de reabilitar as nações unidas marginalizadas pela Otan. Enfatizo a importância decisiva deste último objetivo, o que implica a prioridade de reconstruir uma “frente do Sul” (Bandung 2?) capaz de sustentar as iniciativas independentes dos povos e dos Estados do Sul (Amin, 2014, p. 294-295).



O economista Samir Amin (1931-2018)

A transição para um sistema alternativo só pode significar a quebra do atual estrangulamento neocolonial, para que a desconexão possa tornar-se uma possibilidade generalizada para os países e regiões do Terceiro Mundo. A China pode ir longe para desequilibrar as relações neocoloniais inerentes ao atual nexos “dólar-finanças-petróleo”, através de novas parcerias estratégicas.

Mas ainda assim um nexos monetário, financeiro e comercial alternativo não determinará, por si só, o conteúdo e o curso da desconexão dos povos trabalhadores das periferias. Deve ser lembrado que, durante toda esta fase de acumulação primitiva socialista, pela qual a China passou, as reservas de trabalho do Terceiro Mundo continuam a expandir-se. A ascensão da China e a ascensão do Terceiro Mundo não estão automaticamente numa relação positiva. O potencial positivo dessa relação também não pode ser adiado. Os riscos para o Terceiro Mundo são hoje ainda maiores, dado que o aquecimento global acelerou e as alterações climáticas terão o seu maior impacto — na verdade, catastrófico — sobre os povos trabalhadores localizados justamente nas enormes reservas de trabalho concentradas nas regiões tropicais e semitropicais. Isso torna a transição para o policentrismo uma questão urgente e existencial, exigindo a intervenção de ninguém menos que os povos trabalhadores do Terceiro Mundo.

3. A RETOMADA DA GUERRA FRIA

As contradições sistêmicas que levaram ao impasse neocolonial estão agora se intensificando. Se a China foi a força que mais se aproveitou do declínio do imperialismo coletivo e minou a infraestrutura econômica do neocolonialismo tardio, o confronto violento da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) com a Rússia na Ucrânia e a insurreição armada e o genocídio na Palestina são um ponto de inflexão. No geral, a infraestrutura do domínio neocolonial está sob forte pressão.

A China operacionalizou, à sua maneira, o significado original de *capitalismo de Estado*, na forma de “socialismo com características chinesas”, e reafirmou que o capitalismo só pode funcionar para o benefício dos povos das periferias sob o controle de uma força revolucionária, que o Partido Comunista encarna

3.1. O NOVO GRANDE SALTO ADIANTE DA CHINA

A correlação de forças da rivalidade sistêmica apresenta hoje características bastante diferentes das do século XX. A queda da União Soviética foi superada pela ascensão da China, que tem adentrado no terreno próprio da Triade no comércio, nas finanças, nos investimentos e na tecnologia. Recorde-se que a União Soviética não mantinha relações econômicas substantivas com a maior parte do Terceiro Mundo, com as notáveis exceções da China na década de 1950, da Índia e do Egito depois de Bandung até a década de 1970, e de Cuba pós-revolucionária até o fim da União Soviética. No geral, o peso do relacionamento da União Soviética concentrou-se na assistência político-militar às lutas de libertação nacional. A China, pelo contrário, inverteu as prioridades ao situar o investimento e o comércio na vanguarda das suas relações. A China tornou-se o principal parceiro comercial de todos os países do Terceiro Mundo, quase sem exceções. Nesse sentido, a economia mundial transitou para um sistema comercial mediado pela China.

O sucesso da China ao reposicionar-se na divisão internacional do trabalho dessa forma, desenvolvendo as forças produtivas sob um sistema de planificação soberano e tirando o seu povo da pobreza, é o maior feito de qualquer país do Terceiro Mundo. O fato de isso ter ocorrido sob o domínio do dólar e o cerco militar estadunidense é, ao mesmo tempo, a maior ameaça ao imperialismo (Kadri, 2021; Sit *et al.*, 2013; Wen, 2021). A China aproveitou a crise permanente do capitalismo monopolista, abrindo as suas fronteiras às multinacionais da Triade, exportando produtos industriais para satisfazer as necessidades de consumo do Ocidente e reciclando os seus excedentes de volta aos mercados de capitais daquela região. Mas também levantou a possibilidade de minar a centralização e concentração do capital da Triade, que sustenta a renda imperialista. Essa é a verdadeira ameaça ao imperialismo.

A transição policêntrica não dependerá apenas da China — tal como a libertação nacional não dependeu somente da União Soviética

A questão de como a China fez isso continua sujeita a controvérsia. O que é certo é que o imperialismo reconhece com a maior preocupação a vitalidade e a resiliência do sistema chinês, mesmo que não o elogie. A China integrou-se na economia mundial ao mesmo tempo que alavancou inovações institucionais no seu sistema de planificação central para se proteger das piores consequências da integração e manter a sua própria agenda de desenvolvimento. É o país que navegou os desafios da transformação econômica com maior clareza, inovação e agilidade, sem abrir mão dos ganhos essenciais da revolução, especialmente nos seus setores agrícola e estatal, que continuam a ser fundamentais para a trajetória da China (Wong *et al.*, 2020). A China operacionalizou, à sua maneira, o significado original

de *capitalismo de Estado* (Lênin, 1965), na forma de “socialismo com características chinesas”, e reafirmou que o capitalismo só pode funcionar para o benefício dos povos das periferias sob o controle de uma força revolucionária, que o Partido Comunista encarna.

Uma das características mais básicas da estratégia de desenvolvimento soberano da China, como Wen (2021) demonstrou, tem sido a sua capacidade de absorver choques e diversificar-se economicamente sob a contradição institucional da sua dupla estrutura, urbana e rural, herdada da revolução. Nas palavras de Wen (2021, p. 14, tradução nossa):

Em termos de estabilização social, a China rural (compreendendo três dimensões irredutíveis: os camponeses, as áreas rurais e a agricultura, conhecida como *sannong*, os três setores agrários) tem desempenhado um papel importante como amortecedor para as crises econômicas cíclicas (aproximadamente uma a cada dez anos) causadas pelo capital industrial urbano nos últimos 70 anos. Esse tem sido o caso especialmente nos últimos 40 anos de reformas, que viram a China transformar crises em oportunidades.

Desde as reformas, as zonas rurais sofreram um descongestionamento através da transferência ordenada de 400 milhões de trabalhadores para as zonas urbanas. Isso por si só foi um feito extraordinário que apresentou novas oportunidades de transformação econômica e absorção da força de trabalho em novas indústrias e serviços.

No entanto, também apresenta hoje novos desafios para o setor agrário e para a capacidade do país de absorver choques¹. Essas são as novas contradições a serem resolvidas, tal como previsto no partido pela política de revitalização rural. Embora a China tenha tido um desempenho marcadamente melhor do que o de qualquer outro país, não foi poupada da expansão mais geral das reservas de trabalho (Jha; Yeros, 2023b; Prasad; Yeros, 2024) — como veremos na próxima seção. Também não escapou à fase do excesso de capacidade produtiva e à ascensão das altas finanças, juntamente com a formação de reservas de trabalho. É nessas condições que a nova contradição rural-urbana pesará sobre a capacidade da

¹ Para várias dimensões atuais dos sucessos e desafios do desenvolvimento, ver Amin (2014), Cheng (2021), Jabbour e Gabrielle (2021), Kadri (2021), Mohanty (2018), Sit *et al.* (2023) e Wen (2021).

A instrumentalização da Ucrânia através de um golpe de Estado, a promoção de forças neonazistas no aparelho de Estado, a sua tutela pela Otan e o lançamento de uma guerra contra as minorias étnicas russas no Leste do país, em Donbass, foram precisamente um ato de *liquidação* da soberania. A Ucrânia mergulhou numa situação semicolonial simulada, sem estar diretamente ocupada e dividida, mas mesmo assim se reprogramando para lançar uma guerra contra si mesma e para apontar armas contra a vizinha Rússia. Qualquer nova tentativa de incorporar o país à Otan, com tropas e mísseis na fronteira, foi obviamente um *casus belli* para a Rússia

China de manter tanto a sua orientação contra o imperialismo quanto a sua política externa em relação ao Terceiro Mundo.

A questão que enfrenta a atual rivalidade sistêmica está ligada ao futuro das relações econômicas da China com o Terceiro Mundo. A mais recente rodada de acumulação primitiva socialista teve uma dimensão global, também diferente de tudo o que vimos antes. O mínimo que se pode esperar é o que se busca atualmente. A China deve continuar a circular os seus excedentes através da Iniciativa Cinturão e Rota, juntamente com as suas outras iniciativas estratégicas, como os Brics, o *Banco Asiático* de Investimento em Infraestrutura e a Organização para Cooperação de Xangai; construir infraestruturas novas e modernas no Sul; compartilhar tecnologias avançadas, e plantar as sementes da industrialização periférica. Essa estratégia já vem alterando a correlação de forças, principalmente na Ásia, mas também nas outras regiões do Sul.

No entanto, esse não será o assalto decisivo contra o sistema neocolonial. O ataque decisivo não virá da China, mas sim do próprio restante do Terceiro Mundo. A China não deslocará sozinha a lei mundial do valor a ponto de favorecer a industrialização periférica

capitalista generalizada, nem suprimirá a lei do valor fora das suas fronteiras para produzir serviços públicos suficientes para a tarefa de enfrentar a grave crise de reprodução social enfrentada pelo povo trabalhador. A transição policêntrica não dependerá apenas da China — tal como a libertação nacional não dependeu somente da União Soviética.

Essa avaliação foi mais uma vez confirmada pelos acontecimentos recentes que aceleraram a transição sistêmica, nomeadamente a eclosão de guerra na Europa e a insurreição e o genocídio na Palestina.

3.2. ECLOSÃO DE GUERRA NA EUROPA

A Rússia, como principal herdeira da União Soviética — integrando uma grande parte do território, do povo e da memória da URSS, e se beneficiando da capacidade tecnológica, dos recursos energéticos e da energia nuclear da ex-potência —, continuou a ser um obstáculo fundamental à expansão da Otan. O foco da disputa voltou-se para a Ucrânia, que sempre teve um valor estratégico superior nos desígnios da Otan, tal como nos dos nazistas, antes dela. A transformação da Ucrânia na ponta de lança do imperialismo e a resistência da Rússia marcaram uma grande escalada de rivalidade sistêmica, dado que o alvo tem sido nada menos que a Rússia, um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Continua importante compreender a natureza desse conflito. A instrumentalização da Ucrânia pela Otan foi tudo menos um exercício de soberania por parte da Ucrânia. Recorde-se que a autodeterminação nacional é, acima de tudo, uma fórmula anti-imperialista para o exercício do poder popular (Lênin, 1972). A instrumentalização da Ucrânia através de um golpe de Estado, a promoção de forças neonazistas no aparelho de Estado, a sua tutela pela Otan e o lançamento de uma guerra contra as minorias étnicas russas no Leste do país, em Donbass, foram precisamente um ato de *liquidação* da soberania. A Ucrânia mergulhou numa situação semicolonial simulada, sem estar diretamente ocupada e dividida, mas mesmo assim se reprogramando para lançar uma guerra contra si mesma e para apontar armas contra a vizinha Rússia. Qualquer nova tentativa de incorporar o país à Otan, com tropas e mísseis na fronteira, foi obviamente um *casus belli* para a Rússia. A Rússia tinha o direito de intervir.

Essa intervenção crucial foi levada a cabo contra um consolidado eixo Otan-neonazismo. Nos últimos dois anos, uma guerra horrível tem sido travada às custas do povo ucraniano e de jovens de ambos os lados recrutados para a guerra. Longe dos seus supostos ideais liberais, a Otan mostrou mais uma vez que não tem escrúpulos em apoiar forças nazistas fora das suas fronteiras, custe o que custar em vidas humanas, e em patrocinar guerras no exterior, aumentando suas apostas com repasses orçamentais cada vez maiores e transferência de armamento pesado. A Otan também duplicou o tamanho da sua fronteira terrestre com a Rússia com a entrada da Finlândia na aliança, em abril de 2023. Assim, uma extensa frente contra a Rússia tomou forma mais uma vez, com ideologia supremacista. A capacidade da Otan de provocar e escalar conflitos é conhecida, mesmo que haja atualmente um desgaste evidente com a guerra.

O papel da resistência econômica por parte da Rússia também é notável. Além de bloquear o avanço militar da Otan, o país também enfrentou com sucesso o regime de sanções unilaterais, salvaguardando a sua moeda e estabelecendo novas parcerias comerciais. Além disso, as pesadas sanções sofridas e o congelamento de 300 bilhões dos seus ativos em



Nas ruas de Caracas, venezuelanos alinhados com movimentos sindicais e patrióticos defendem a Revolução Bolivariana. Fevereiro de 2014

dólares reforçaram a convergência da Rússia com a China e o Irã. Tal parceria estratégica apresenta hoje novas possibilidades para as relações econômicas e o comércio de petróleo fora do âmbito do dólar e de Wall Street — isto é, fora dos mecanismos operacionais do regime de sanções unilaterais. Essas fissuras também prometem expandir o espaço de manobra para o Terceiro Mundo em termos de finanças, comércio, investimento e tecnologia, especialmente no caso de países sob sanções.

Contudo, cabe uma ressalva. A guerra na Ucrânia também serve de alerta sobre o que acontece quando um país mais vulnerável é incapaz de sustentar uma política de não alinhamento positivo em relação a Estados mais capazes de defender os seus interesses estratégicos. Afinal, essa foi a lição histórica mais importante do Movimento de Bandung: a razão para o não alinhamento positivo foi precisamente a preservação dos Estados mais fracos contra a sua própria incineração num conflito entre as potências maiores.

3.3. INSURREIÇÃO E GENOCÍDIO NA PALESTINA

Se a guerra na Ucrânia é uma extensão da dimensão Leste-Oeste da Guerra Fria, a guerra na Palestina, que eclodiu em 7 de outubro de 2023, é a essência do mesmo conflito Norte-Sul de sempre. Essa é uma situação clássica de colonialismo de povoamento patrocinado pelo imperialismo, uma das últimas questões coloniais não resolvidas do século passado e a mais importante para a transição sistêmica no século XXI. O Estado sionista nunca abdicou da sua função essencial, que é dominar os povos da região, degradar a soberania deles e controlar os recursos energéticos e as rotas comerciais daquela área.

O genocídio contra o povo palestino é a prova cabal da barbárie do imperialismo coletivo liderado pelos Estados Unidos e da natureza fascista dos seus objetivos estratégicos. Assistimos a uma limpeza étnica declarada contra um povo sob ocupação, perpetrada pelo Estado sionista e apoiada pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela União Europeia. No início de janeiro de 2024, quando a África do Sul recorreu ao Tribunal Internacional de Justiça contra Israel, acusando o país de genocídio, mais de 23 mil palestinos tinham perdido a vida nos três meses desde a insurreição de 7 de outubro, 70% sendo mulheres e crianças, mais de 50 mil tinham se ferido nos bombardeios e outros 7 mil, desaparecido sob os escombros. Se ainda existiam esperanças sobre o caráter civilizacional do Ocidente, elas viraram pó nos bombardeios de Gaza.

A insurreição armada em Gaza, na sequência da guerra na Ucrânia, efetuou um salto qualitativo na polarização entre o Norte e o Sul. Intensificou a principal contradição do mundo, quando nenhuma outra ação eficaz para resolver essa questão colonial ou defender os povos da região estava sendo levada a cabo fora do Eixo de Resistência, apoiado pelo Irã. Outras potências semiperiféricas, como as da região que procuraram relações mais estreitas com a China através dos Brics, nomeadamente a Arábia Saudita, o Egito e os Emirados Árabes Unidos, têm buscado efetivamente uma política de “multialinhamento” no decurso dessa crise sistêmica — uma política muito diferente do não alinhamento positivo. Através do multialinhamento, permaneceram no bloco militar do Ocidente e até avançaram para normalizar as relações com o Estado sionista, ao mesmo tempo que inauguraram novas relações econômicas e políticas com o Oriente, incluindo a China, a Rússia e o Irã.

Assim sendo, a insurreição em Gaza também é uma indicação de como a atual rivalidade sistêmica irá provavelmente evoluir: enquanto as potências semiperiféricas procuram jogar em todas as direções do tabuleiro de xadrez global, nesse novo fenômeno de multialinhamento, os povos trabalhadores do Terceiro Mundo, presos e asfixiados em reservas de trabalho, irão se rebelar e forçar a transição sistêmica para a frente. A insurreição em Gaza é, no nosso tempo, a intervenção por excelência da “sexta grande potência” identificada por Marx.

3.4. QUAIS SÃO OS LIMITES DO IMPERIALISMO COLETIVO?

A principal aliança estratégica que organiza o capital monopolista na sua fase de generalização, globalização e financeirização é a Otan. A Otan manteve a sua coesão efetiva e insiste no expansionismo e na agressão, dado que seu único objetivo sempre foi a destruição dos obstáculos ao capitalismo monopolista. Após o colapso da União Soviética, a aliança devorou o Leste Europeu e expandiu as suas operações para África e Ásia. Além das bases militares dos EUA mantidas na Europa, no Japão, na Coreia do Sul e noutros países do Leste e do Sul — somando-se a aproximadamente 800 instalações ao redor do mundo —, um novo pacto de segurança foi forjado pelos Estados Unidos com a Austrália e o Reino Unido (Aukus) para incluir um componente nuclear, paralelamente à expansão da presença naval dos EUA no mar da China Meridional e ao reforço militar em Taiwan. Isso tudo ameaça transformar Taiwan, que tem extensas relações econômicas com a China e os Estados Unidos, numa outra Ucrânia. A política de “Uma só China”, que até agora tem sido a pedra angular das relações diplomáticas entre os EUA e a China, está sendo desrespeitada e já foi praticamente revogada.

A contradição, no entanto, é que a mesma lógica monopolista, uma vez generalizada, globalizada e financeirizada, foi minando os pactos sociais e os pilares materiais da experiência social-democrata, provocando a estagnação dos salários e a supressão da política de pleno emprego. Sob tais condições, o regresso ao fascismo era uma questão de tempo em ambos os lados do Atlântico. Havia até quem acreditasse que o neofascismo criaria uma crise na Otan, que a chegada de Trump poria em xeque a sua essência liberal. Mas o liberalismo nunca foi a razão de ser da Otan, cujo verdadeiro propósito é a generalização do capitalismo monopolista. Caso haja uma divergência tática ou estratégica na Otan, não será devido a um conflito ideológico com o liberalismo, e sim a uma disputa interimperialista.

A única possibilidade de surgirem fissuras debilitantes na Otan é por implosão de um ou mais governos ocidentais sob pressão popular. Não podemos descartar essa possibilidade no nosso tempo, embora o proletariado no Ocidente ainda careça de organização e consciência histórica. Mas a dinâmica neoliberal-neofascista dirigida pelos monopólios nas arenas nacionais tomou conta de todo o Atlântico Norte e o pôs num caminho de declínio e polarização social que alimenta revoltas. A marginalização das comunidades imigrantes de origem africana e asiática acrescenta um fator crucial na condução das revoltas. As manifestações maciças contra o genocídio palestino impulsionaram, em muitos casos, comunidades racialmente oprimidas para a vanguarda da dinâmica política. Essas fissuras irão se aprofundar. A coloração ideológica exata de quaisquer fissuras permanece imprevisível, e sabemos que o fascismo está a atacar a cada passo. Mas, no século XXI, o curso dessa disputa não está predeterminado.

4. AS FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS HOJE

O aspecto mais flagrante do mundo do trabalho nesta fase neocolonial tardia do imperialismo é o crescimento maciço das reservas de trabalho concentradas nas periferias do sistema². Marx foi vindicado nos seus postulados sobre a lei geral da acumulação capitalista que hoje se manifesta no crescimento secular das reservas de trabalho (Marx, 2013, cap. 23). Dada a extensão e durabilidade dessa realidade hoje, que consequências ela tem para as formações sociais periféricas e para a transição sistêmica?

A situação do neocolonialismo tardio prendeu as periferias numa armadilha sistêmica. Produziu formações sociais destinadas a crescer como reservas de trabalho através de um processo generalizado de semiproletarização, em função do qual camponeses e trabalhadores têm se aproximado objetivamente na produção e reprodução social. Conforme definido anteriormente (Yeros, 2022, p. 104),

a condição semiproletarizada [é] aquela em que uma força de trabalho, durante um período significativo de tempo, como uma geração, não vem a depender do emprego assalariado para sua reprodução social, apesar de ter perdido a totalidade ou parte de seus meios de produção, mas mantém ou busca ativamente uma combinação de assalariamento, trabalho autônomo e simples valores de uso, ao lado do trabalho de cuidado e das políticas sociais do Estado.

² A evolução dos sistemas produtivos globais contemporâneos e a criação de reservas de mão de obra foram analisadas detalhadamente: para algumas das principais questões conceituais, consulte Jha, Moyo e Yeros (2017), Jha e Yeros (2021; 2023a), Prasad e Yeros (2024) e Yeros (2022); para trabalhos coletivos empíricos e comparativos sobre os continentes do Sul, ver Jha et al. (2021; 2022), Jha e Yeros (2019; 2022a; 2022b; 2023) e Tsikata, Prasad e Yeros (2024).

Isso marca uma nova e longa fase de acumulação primitiva, em que sociedades inteiras são transformadas ainda mais profundamente pelo capitalismo monopolista: continuam a ser necessárias ao funcionamento dele no que diz respeito às transferências internacionais de valor, porém a sua reprodução social se torna cada vez mais marginal à relação salarial. Uma condição proletária mais plena nas periferias permanece inatingível sob o capitalismo monopolista, mesmo em espaços altamente urbanizados. O significado histórico desse fenômeno ainda precisa ser compreendido. Não é exagero dizer que “o ápice da proletarização em escala mundial foi alcançado no século XX, após o qual o sistema capitalista passou a produzir contingentes cada vez maiores de povos trabalhadores não proletários” (Prasad; Yeros, 2024, tradução nossa). Esta deve ser reconhecida como uma fase distinta e duradoura na formação de sociedades periféricas nesse longo declínio do capitalismo.

As tendências sistêmicas tornam-se evidentes quando olhamos para a evolução do emprego por *status* e setor ao longo dos últimos 30 anos de neoliberalismo, conforme dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2023)³. A tendência geral nos últimos 30 anos diz respeito a uma dramática transição agrícola global, implicando uma rápida evolução das relações intersetoriais entre regiões e a reorganização da estrutura de emprego da força de trabalho⁴. Desde o início da década de 1990 até o início da década de 2020, o período de 30 anos acerca do qual os dados da OIT estão mais acessíveis, a dimensão relativa da população em idade ativa em escala mundial envolvida principalmente na agricultura diminuiu, mas sem absorção significativa na indústria, enquanto a mão de obra foi canalizada para os serviços, mas ainda mais para fora da força de trabalho.

4.1. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERSETORIAIS

Tal como indicado no gráfico 1, no período 1992-2021, o quase 1 bilhão de pessoas da população economicamente ativa — sem considerar os seus dependentes com menos de 15 anos e os idosos com mais de 64 anos — que trabalhavam principalmente na agricultura no início da década de 1990, dos quais 374 milhões eram mulheres, 30 anos mais tarde diminuiu para 872 milhões, com 329 milhões de mulheres. Entretanto, o trabalho industrial aumentou em 274 milhões de ocupados no total, de 484 milhões para 758 milhões (ainda abaixo da agricultura), ao qual apenas 37 milhões de mulheres aderiram no decurso da expansão. Uma mudança muito maior ocorreu nos serviços, em que a mão de obra duplicou em termos globais, de 803 milhões para 1,6 bilhão, para homens e mulheres em igual medida (para mulheres, em números absolutos, de 353 milhões para 760 milhões). Mas o maior movimento, de longe, ocorreu para fora da força de trabalho, de 1,3 bilhão para 2,4 bilhões no total. Essa situação atingiu mais duramente as mulheres, que passaram de 919 milhões para 1,6 bilhão: estão fora da força de trabalho mais de me-

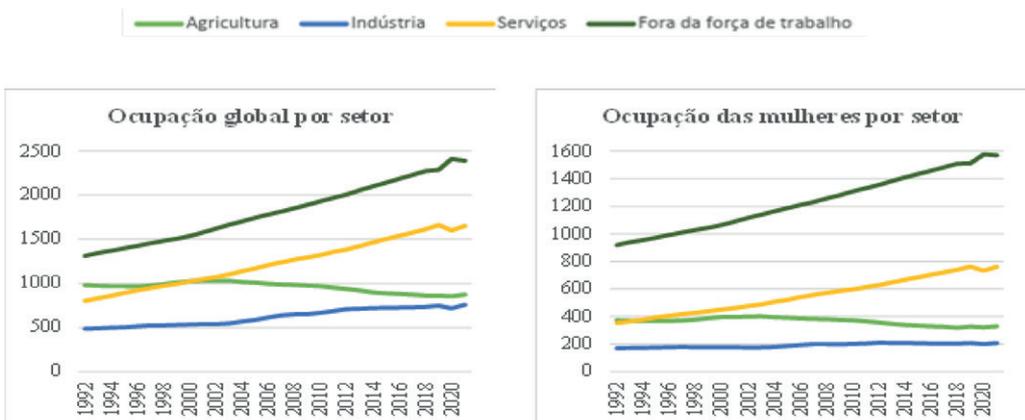
³ As categorias de trabalho identificadas pela OIT dizem respeito à população economicamente ativa (entre 15 e 64 anos) e se resumem a seis: empregadores, trabalhadores assalariados, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares contribuintes, desempregados e pessoas que se encontram fora da força de trabalho — uma categoria heterogênea que abrange aqueles que já não procuram emprego, estudantes, enfermos, pessoas com deficiência e aposentados precocemente e cuidadores do domicílio, de crianças, de idosos e de enfermos. Essas categorias, embora imperfeitas para as nossas necessidades, continuam a ser úteis para captar tendências básicas na formação de reservas de trabalho.

⁴ Os dados e análises a seguir baseiam-se principalmente em Prasad e Yeros (2024).

Um novo pacto de segurança foi forjado pelos Estados Unidos com a Austrália e o Reino Unido (Aukus) para incluir um componente nuclear, paralelamente à expansão da presença naval dos EUA no mar da China Meridional e ao reforço militar em Taiwan. Isso tudo ameaça transformar Taiwan, que tem extensas relações econômicas com a China e os Estados Unidos, numa outra Ucrânia

tade das mulheres em idade ativa do mundo (55%), em comparação com quase um terço (30%) dos homens em idade ativa. Como foi argumentado (Prasad; Yeros, 2024, tradução nossa), “as reservas de trabalho hoje, além da incalculável tragédia humana que marca a sua expansão, também estão claramente convulsionadas pela mobilização de clivagens de gênero em todo o circuito de produção e reprodução social”.

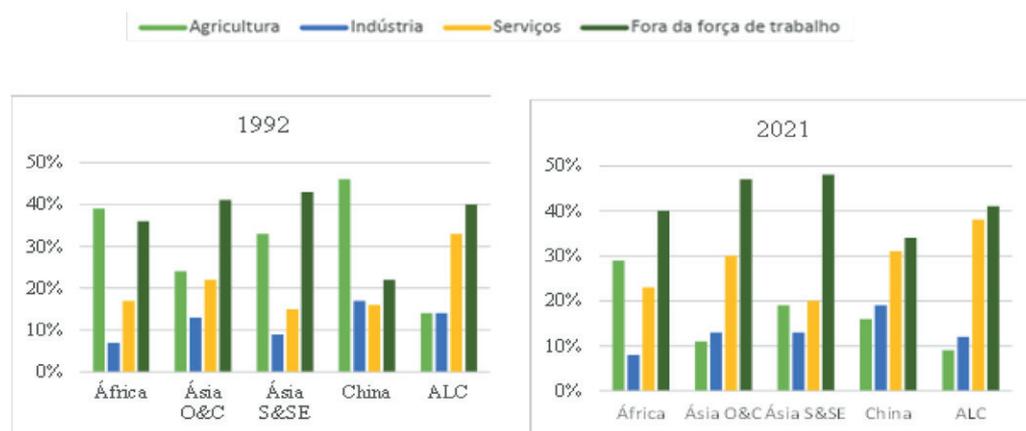
Gráfico 1 – Ocupação global e das mulheres na economia mundial, por setor econômico (milhões) – 1992-2021



Fonte: ILO (2023).

A diferenciação regional ao longo do período de 30 anos é ainda mais interessante para especificar o caráter das formações sociais (gráfico 2). A transição agrícola em África viu o peso relativo da mão de obra envolvida diretamente na agricultura diminuir de 39% para 29%, mas em números absolutos ela aumentou de 144 milhões para 229 milhões de pessoas. A mão de obra na indústria mais do que duplicou em números absolutos, mas o seu peso relativo manteve-se estável, num mínimo de 7% a 8%. Por outras palavras, em relação à população total, a expansão industrial não fez diferença na absorção de mão de obra. As principais mudanças encontram-se nos serviços, em que a mão de obra aumentou de 17% para 23%, uma triplicação em números absolutos, e no contingente de pessoas fora da força de trabalho, que mais do que duplicou em tamanho, para quase 40%⁵.

Gráfico 2 — Ocupação global, por regiões seleccionadas e setor econômico (% da força de trabalho) — 1992-2021



Fonte: ILO (2023).

Nota: Ásia O&C: Ásia Ocidental e Central; Ásia S&SE: Sul e Sudeste da Ásia; ALC: América Latina e Caribe.

No Sul e Sudeste da Ásia, a mão de obra envolvida na agricultura diminuiu em termos relativos de forma ainda mais acentuada, de 33% para 19%, mas em números absolutos a mão de obra agrícola aumentou, de 347 milhões para 369 milhões. A mão de obra industrial quase triplicou em números absolutos, mas em termos relativos foi um salto muito menor, de 9% para 13%. O emprego nos serviços mais do que duplicou, passando de 157 milhões para 388 milhões, mas em termos relativos o salto não foi muito maior, de 15% para 20%. Entretanto, o contingente de pessoas em idade ativa fora da força de trabalho também duplicou, aumentando para 48% do total, sendo que o aumento se deu especialmente para as mulheres, atingindo um patamar dramático de 69%, em 2021.

Na Ásia Ocidental e Central, o peso do trabalho na agricultura diminuiu tanto em números absolutos como em termos relativos, de 24% para 11%. O trabalho industrial aumentou em quantidade, mas permaneceu inalterado em 13% da população em idade ativa, enquanto o trabalho nos serviços duplicou em tamanho absoluto, passando de 22% para 30% da população em idade ativa. Mais uma vez, a transição pesou mais fortemente entre as pessoas em idade ativa expulsas da força de trabalho, que também duplicaram, atingindo 46%.

⁵ Para trajetórias inter-regionais em África, ver Yeros (2022).

Pixabay



Desde 2023 o Estado de Israel promove a destruição de Gaza e o massacre de Palestinos

Entretanto, a América Latina e o Caribe seguiram uma transição agrícola diferente nesse período de 30 anos, durante a qual o tamanho da população em idade ativa envolvida principalmente na agricultura aumentou ligeiramente, de 39 milhões para 41 milhões, mas esta continuou a diminuir em termos relativos, de um *nível* já baixo relativamente às outras regiões para um nível ainda mais baixo, de 14% para 9%. O trabalho industrial aumentou ligeiramente em números absolutos na região, mas proporcionalmente também diminuiu, de 14% para 12%, sendo ela a única que sofreu um declínio real no trabalho industrial. Nesse caso, o setor de serviços absorveu a maior parte da saída da agricultura e da indústria, duplicando de tamanho para 180 milhões e aumentando sua participação de 33% para 38%, seguido pelo contingente fora da força de trabalho, que aumentou para 192 milhões, ou 40% da população ativa da população em geral.

A trajetória da China se destaca claramente das demais, ainda que o país não tenha sido poupado das adversidades da transição agrária. A mão de obra envolvida diretamente na agricultura diminuiu muito acentuadamente, de 380 milhões para 184 milhões de pessoas em idade ativa, o que corresponde a uma queda impressionante em termos relativos, de 46% para 16% da população em idade ativa. A mão de obra industrial aumentou de 141 milhões para 212 milhões, correspondendo a um aumento relativamente pequeno, de 17% para 19% da população em idade ativa, mas ainda à frente de outras categorias — e de todas as outras regiões, em termos proporcionais, em 2021. O emprego no setor de serviços quase triplicou, para 356 milhões, registrando um aumento de 16% para 31%, enquanto a população em idade

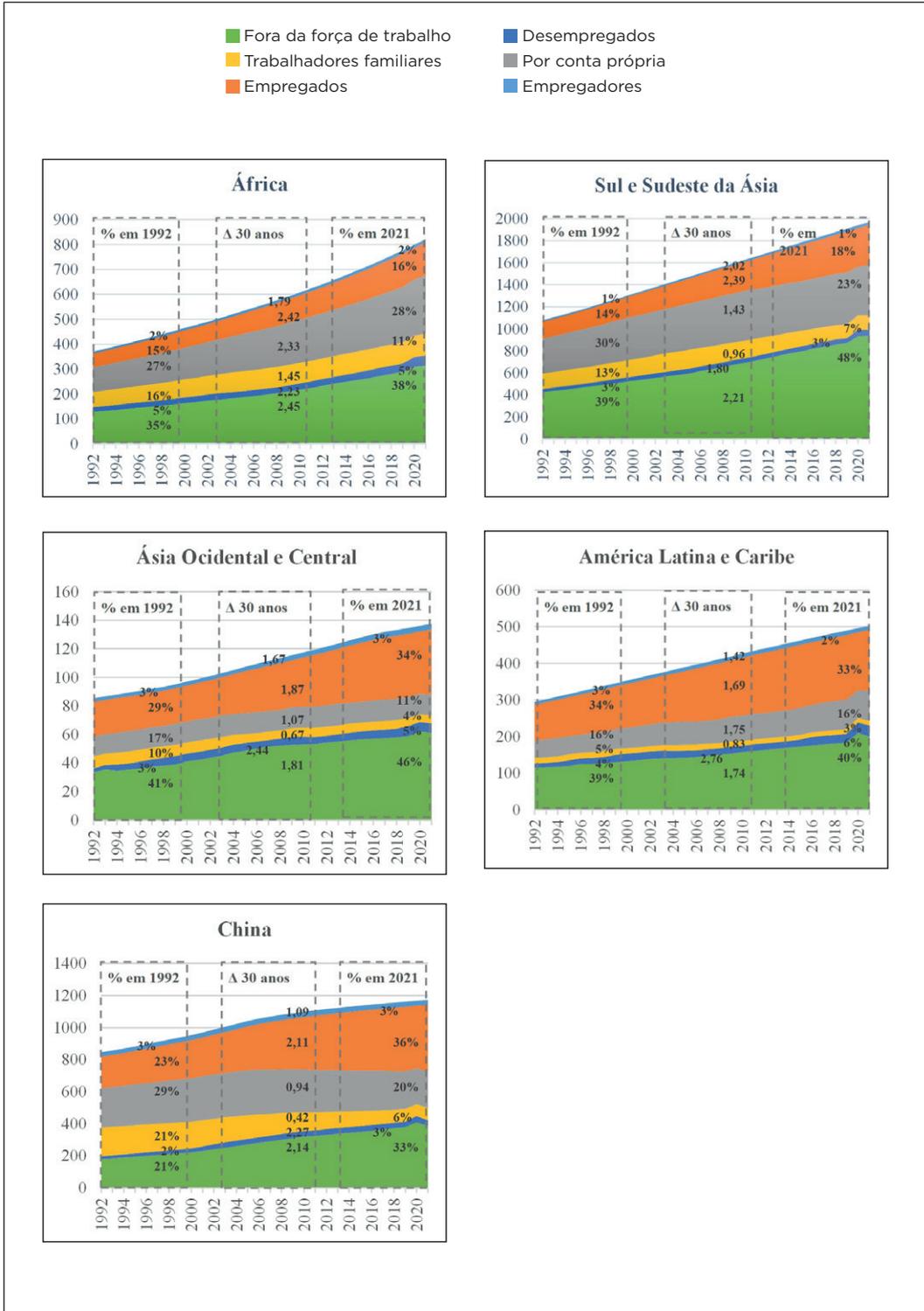
A mesma lógica monopolista, uma vez generalizada, globalizada e financeirizada, foi minando os pactos sociais e os pilares materiais da experiência social-democrata, provocando a estagnação dos salários e a supressão da política de pleno emprego. Sob tais condições, o regresso ao fascismo era uma questão de tempo em ambos os lados do Atlântico

ativa fora da força de trabalho duplicou, passando para 386 milhões, e aumentou de forma bastante acentuada em termos relativos, de 21% para 33% — marcando uma das principais contradições internas da China discutidas anteriormente.

4.2. ESTRUTURA OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

Uma análise da estrutura ocupacional de cada macrorregião contribui para a nossa compreensão das formações sociais periféricas (gráfico 3). Em África, a relação salarial integral abrange uma pequena minoria do povo trabalhador, tão baixa quanto 16% em 2021, e uma minoria ainda mais exígua entre as mulheres, 9%. A proletarianização mais do que duplicou em números absolutos, mas aumentou apenas ligeiramente em termos relativos, 1 ponto percentual global ao longo de 30 anos. Os maiores contingentes de pessoas em idade ativa em geral e de mulheres, especificamente, encontram-se no trabalho por conta própria (28% no geral e 24% para mulheres, especificamente) e fora da força de trabalho, situação na qual 47% das mulheres em idade ativa estavam em 2021. Da mesma forma, no Sul e Sudeste Asiático, a proletarianização cresceu de 14% para 18% (e de 7% para 11% entre as mulheres), registrando mais uma vez um nível muito baixo de proletarianização plena ao longo do período de 30 anos. As categorias que mais recuaram, tanto no geral como entre as mulheres, são as do trabalho por conta própria (de 30% a 23% no total e de 14% para 10% no caso das mulheres) e do trabalho contribuinte familiar (13% para 7% no total e 15% para 8% entre as mulheres). Mais uma vez, a deslocação das mulheres para fora da força de trabalho é, de longe, a realidade mais pronunciada.

Gráfico 3 – Ocupação global, por *status*, nas macrorregiões do Sul (milhões) – 1992-2021



Fonte: ILO (2023).

Nota: Δ 30 anos = taxa de variação no período

Na Ásia Ocidental e Central, a proletarização aumentou mais acentuadamente, de 29% para 34% no geral (20% para 26% entre as mulheres). No entanto, a taxa de expansão global foi semelhante à das pessoas empurradas para fora da força de trabalho, que no caso das mulheres atingiu 58%. Nessa região conjunta, as categorias que mais recuaram, tanto no geral como dentre as mulheres, são as do trabalho por conta própria (de 17% para 11% no total e de 10% para 6% no que respeita às mulheres) e do trabalho contribuinte familiar (10% para 4% no total e 12% a 5% entre as mulheres). Uma diferenciação mais acentuada emerge assim nessa região entre o proletariado propriamente dito e as pessoas situadas fora da força de trabalho, sendo as outras categorias pressionadas no meio.

A região da América Latina e do Caribe encontra-se num nível de proletarização semelhante ao da Ásia Ocidental e Central, e atrás da China. No entanto, a proletarização relativa na verdade recuou nesse período, em geral de 34% para 33%, ao mesmo tempo que avançou entre as mulheres, de 23% para 27%. Isso foi acompanhado também por um declínio do número de mulheres fora da força de trabalho, de 58% para 52%, enquanto, no geral, essa categoria aumentou ligeiramente, de 39% para 40%, o que sugere que um maior número de pessoas do sexo masculino em idade ativa ficou fora da força de trabalho. A tendência mais acentuada nessa região, apesar do retrocesso no trabalho proletário, é a transferência de mulheres para o trabalho assalariado a partir de todas as outras categorias, especialmente de fora da força de trabalho e exceto a categoria do desemprego, que também mais do que triplicou em número, atingindo 6% em 2021.

Finalmente, a China mostra ainda que o proletariado propriamente dito é a maior componente da força de trabalho, com 36%, subindo acentuadamente desde os 23% registrados em 1992. A trajetória das mulheres na proletarização acompanhou de perto a tendência geral, embora a categoria fora da força de trabalho tenha permanecido a maior entre as mulheres e crescido proporcionalmente de 27% para 39%. É ainda notável que, à semelhança de outras regiões da Ásia consideradas acima, as categorias que mais recuaram na China, tanto no geral como para as mulheres, são as do trabalho por conta própria (de 29% para 20% no total e de 19% para 16% entre mulheres) e trabalho familiar contribuinte (21% para 6% no total e de 29% para 9% entre mulheres). A transição agrária na China testemunhou uma saída maciça de mão de obra da agricultura e sua absorção mais equilibrada na indústria e nos serviços, embora não tenha evitado o crescimento da quantidade de pessoas em idade ativa fora da força de trabalho.

4.3. FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS NA TRANSIÇÃO SISTÊMICA

Podemos tirar algumas conclusões provisórias na medida permitida por esses dados macrorregionais. Mudanças rápidas, dramáticas e múltiplas ocorreram no curto espaço de 30 anos. Essas mudanças são sem precedentes, por sua velocidade e magnitude. No geral, não são um bom presságio para os povos trabalhadores das periferias da economia mundial, dado o caráter desse processo de semiproletarização. A trajetória da China permanece num patamar diferente nessa transição agrária, com absorção intersetorial e industrial mais equilibrada, embora também tenha acumulado reservas de mão de obra muito substantivas. Mas as outras formações sociais regionais assistiram a uma rápida transição agrária com uma proletarização lenta, uma absorção industrial lenta, setor de serviços em rápido crescimento com trabalho precário e um grande número de pessoas em idade ativa expulsas da força de

<https://www.nato.int/>



Soldados da Otan em treinamento na Lituânia, novembro de 2024

trabalho. A trajetória das mulheres em idade ativa é, em todos os casos, diferente da dos homens, geralmente em níveis mais baixos de proletarização e de participação em todas as categorias, exceto a de pessoas fora da força de trabalho, na qual a presença de mulheres está concentrada.

Essas tendências deverão continuar, a menos que ocorra uma transição sistêmica significativa. Embora estejam em curso mudanças na correlação de forças, a verdadeira medida da transição sistêmica ao longo da próxima geração, até 2050, será a capacidade de absorver efetivamente os povos trabalhadores do Sul no emprego industrial, tanto nas zonas urbanas como nas rurais, e de reequilibrar as relações intersetoriais e rurais-urbanas numa base sustentável. Acontece, na maioria das regiões, que o desenvolvimento soberano e popular no século XXI exigirá o descongestionamento das áreas urbanas e o reforço das áreas rurais para um nível mais elevado e digno de reprodução social. Seria necessário um plano de revitalização rural em toda parte, juntamente com a reforma urbana. Claramente, um caminho de desenvolvimento soberano e popular é uma questão existencial para os povos trabalhadores do Sul nesta primeira metade do século XXI.

Essas tendências também definirão as lutas da atual geração. Embora toda a gama de formas políticas esteja sempre presente — da progressista à reacionária, da mais organizada à mais difusa, da pacífica à armada —, acontece que as formações sociais semiproletarizadas apresentam tendências ainda distintas. Por um lado, há uma intensa luta pela reprodução social com ou sem relação salarial. Isso assume a forma de lutas pela terra rural e urbana, por acesso a recursos naturais e pelos bens comuns em geral, incluindo os serviços sociais. As mulheres têm uma forte presença nessas lutas, assim como as camadas sociais mais oprimidas segundo as clivagens raciais, de castas e outras clivagens sociais que organizam as relações de classe. Também assume a forma de lutas de pequenos produtores por acesso ao

A erosão da infraestrutura global do neocolonialismo tardio que está em curso hoje não será suficiente para o tipo de transição que é necessário. O fator popular continuará a ser determinante

mercado e a estruturas de preços e acordos de produção regulamentados, especialmente por parte do campesinato, mas também na economia de serviços urbanos, que tem visto a organização de trabalhadores informais e precários por mercados mais regulamentados. Essas lutas, sem dúvida, não excluem os trabalhadores organizados do setor público ou privado e os seus sindicatos, ou os movimentos estudantis, que continuam a ser fundamentais na correlação de forças. Mas são lutas distintas e básicas nessas formações sociais, conforme a maneira pela qual evoluíram. Além disso, são lutas que têm um potencial único para organizar a política, atravessando a divisão rural-urbano à luz dos desafios que a próxima geração enfrentará.

Uma última característica diz respeito às pressões *insurrecionais*, que galvanizam essas formações sociais. A crise social e a insurreição caminharam de mãos dadas na expansão das reservas de mão de obra. As pressões insurrecionais, tanto armadas como não armadas, têm sido constantes e generalizadas nas periferias. Algumas — muito poucas — deram lugar a situações revolucionárias, como no Zimbábue e na Venezuela. Mesmo sem um desfecho revolucionário, as contradições escalaram até o poder estatal, a ponto de confrontarem o imperialismo de forma sustentada. Outras pressões insurrecionais espalharam-se instantaneamente por países, como na Primavera Árabe, para produzir resultados diversos, desde golpes de Estado e repressão até invasões militares, na Líbia e na Síria, e luta armada e radicalização contínua, com a tomada do poder estatal, no Iêmen. Outras lutas de massas organizaram-se em torno de protestos pacíficos organizados, como na Índia, para sustentar um confronto duradouro contra o governo neofascista, em condições difíceis, com vitórias significativas a curto prazo.

Mais recentemente no Sahel, em Mali, Burquina Faso e Níger, o descontentamento das massas encontrou expressão em revoltas no âmbito das Forças Armadas e na mobilização popular em torno delas, com ideologia anti-imperialista e apelo de massas. Outras lutas de massas, como na América Latina e no Caribe ao longo das últimas três décadas, passaram por fases de fluxo e refluxo e permanecem indeterminadas. Nas lutas de massas que levaram a vitórias eleitorais, como no Chile, na Colômbia, no Peru e na Bolívia, a perda de apoio eleitoral em favor de forças reacionárias continuou a ser uma ameaça constante,

inclusive através de golpes de Estado e da intervenção imperialista. Peru, Bolívia e Brasil, entre outros, sucumbiram a golpes, conquanto os dois últimos tenham conseguido revertê-los. O Haiti, que assistiu a lutas sociais maciças durante todo esse período, também foi sujeito a golpes de Estado em série e ocupação estrangeira, permanecendo hoje sob a ameaça de uma nova invasão.

A insurreição armada em Gaza em 7 de outubro de 2023 e a guerra que se seguiu na região são uma continuação das lutas da Primavera Árabe e da Revolução Islâmica no Irã, antes dela, bem como da luta mais duradoura contra o colonialismo de povoamento na Palestina. O Eixo da Resistência, que atravessa o Irã, o Iraque, a Síria, o Líbano, o Iêmen e a Palestina, representa uma nova fase nas lutas anti-imperialistas regionais, com um enorme componente militante e popular entre essas populações também semiproletarizadas. Essas lutas, com todas as suas particularidades, não são diferentes em sua base social ou na crise social da qual surgem.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

A questão permanece: para quem será a transição sistemática? A principal contradição persiste entre o imperialismo e os povos trabalhadores do Terceiro Mundo, isto é, os camponeses e trabalhadores permanentemente semiproletarizados das periferias do mundo. Se e quando o proletariado dos centros imperialistas refutar suas alianças com o imperialismo e a lógica supremacista, uma frente mais ampla poderá começar a ser visualizada.

Mas, até lá, as lutas pela transição sistêmica ao longo da próxima geração deverão significar coisas muito concretas na afirmação da soberania: absorção das enormes reservas de trabalho do Terceiro Mundo por meio da industrialização rural e urbana, estabilização das relações rurais-urbanas por via da reforma agrária e produção em massa de bens públicos para enfrentar a crise da reprodução social. O prazo também é crucial: essa transição deve ocorrer até meados do século, se quisermos reverter o crescimento catastrófico das reservas de trabalho nestes tempos de aquecimento global. Existe realmente alguma outra medida de policentrismo?

Continua a ser verdade que o policentrismo só pode ser obtido através da planificação central e de uma nova combinação de relações de propriedade na base produtiva das periferias. A erosão da infraestrutura global do neocolonialismo tardio que está em curso hoje não será suficiente para o tipo de transição que é necessário. O fator popular continuará a ser determinante na mudança da sorte dos povos trabalhadores no Terceiro Mundo e nos sistemas de planificação que são necessários. A “sexta grande potência”, como nos lembra Marx, é a única fonte, a única medida e a única garantia da transição para o policentrismo.

* Professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC) nos bacharelados em Ciências Econômicas e Ciências & Humanidades e na pós-graduação em Economia Política Mundial. Membro do Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros (Neab-UFABC), pesquisador associado do Instituto Africano Sam Moyo para Estudos Agrários (Zimbábue) e editor do periódico científico internacional *Agrarian South: Journal of Political Economy* (ed. Sage-Índia). Seus interesses de pesquisa incluem África contemporânea e relações agrárias e de trabalho na economia mundial.

Este artigo foi publicado originalmente em inglês na revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 13, n. 1, 2024, p. 14-40. Versões anteriores foram apresentadas na conferência "Movimentos populares contemporâneos na Índia: desafios, perspectivas e solidariedades", Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Déli, 9-10 de junho de 2023; no curso de treinamento da União da Juventude Socialista no painel "A nova ordem global, a emergência climática e o socialismo no mundo: o marxismo ainda é relevante?", Itapecerica da Serra, São Paulo, 6 de dezembro de 2023; e na Escola de Verão do Smaias-ASN, em "Industrialização rural e urbana: rumo a um Grande Salto Adiante", Harare, 5-9 de fevereiro de 2024. Agradeço aos participantes pelos comentários e pela troca de ideias.

► Texto recebido em 25 de novembro de 2024; aprovado em 28 de fevereiro de 2025.

- AMIN, Samir. A China é capitalista ou socialista?. **Argumentum**, v. 6, p. 283-298, 2014.
- _____. A note on the concept of delinking. **Review**, v. 19, n. 3, p. 435-444, 1987.
- _____. **Delinking: towards a polycentric world**. London: Zed Books, 1990.
- _____. **Obsolescent capitalism**. London: Zed Books, 2003.
- _____. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- _____. **O futuro do maoísmo**. São Paulo: Vértice, 1980.
- _____. The new imperialist structure. **Monthly Review**, v. 71, n. 3, July 1, 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/07/01/the-new-imperialist-structure>>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: UFRJ; Contraponto, 2001.
- CHENG, Sam-Kee. Acumulação primitiva socialista na China: uma visão alternativa das anomalias do “capitalismo” chinês. **Princípios**, v. 41, n. 162, p. 265-298, jul.-out. 2021.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history?. **The National Interest**, v. 16, p. 3-18, 1989.
- GABRIELE, Alberto; JABBOUR, Elias. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- HUNTINGTON, Samuel P. The clash of civilizations?. **Foreign Affairs**, v. 72, n. 3, p. 22-49, 1993.
- ILO. **World employment and social outlook**. Geneva: International Labour Organization, 2023. Disponível em: <www.ilo.org/wesodata>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the Global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.
- JHA, Praveen et al. (Org.). **Farming and working under contract: peasants and workers in global agricultural value systems**. New Delhi: Tulika Books, 2022.
- JHA, Praveen; MOYO, Sam; YEROS, Paris. Capitalism and “labour reserves”: a note. In: CHANDRASEKHAR, C. P.; GHOSH, Jayati (Org.). **Interpreting the world to change it: essays for Prabhat Patnaik**. New Delhi: Tulika Books, 2017. p. 205-237.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Contemporary globalisation and value systems: what gains for the developing countries?. In: TEIPEN, Christina et al. (Org.). **Economic and social upgrading in global value chains: comparative analyses, macroeconomic effects, the role of institutions and strategies for Global South**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022a. p. 35-53.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Global agricultural value systems and the South: some critical issues at the current juncture. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 1-17, 2019.
- _____. Global exploitation chains in agriculture. In: SCHERRER, Christoph; GARCIA, Ana; WULLWEBER, Joscha (Org.). **Handbook on critical political economy and public policy**. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2023a. p. 262-278.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Labour questions in the Global South: back to the drawing board, yet again. In: JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the Global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021. p. 19-48.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Rural-urban circuits of labour in the Global South: reflections on accumulation and social reproduction. In: ATZENI, Maurizio et al. (Org.). **Handbook of research on the global political economy of work**. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2023b. p. 137-148.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. The world of work in an age of permanent crisis. **Economic and Political Weekly**, v. 57, n. 42, p. 39-45, 2022b.
- KADRI, Ali. **China's path to development: against neoliberalism**. Singapore: Springer, 2021.
- KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000**. New York: Vintage Books, 1987.
- LAYNE, Christopher. The unipolar illusion. **International Security**, v. 17, n. 4, p. 5-51, 1993.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. The New Economic Policy. In: _____. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1965. v. 33, p. 60-79.
- _____. The right of nations to self-determination. In: _____. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, [1914] 1972. v. 20, p. 393-454.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

_____. Extracts from the New York Tribune on the Crimean War. **Marxists Internet Archive**, [1953] [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/archive/marx/works/subject/russia/crimean-war.htm#17>. Acesso em: 21 dez. 2023.

MEARSHEIMER, John, **The tragedy of great power politics**. New York; London: W.W. Norton, 2001.

MOHANTY, Manoranjan. **China's transformation**: the success story and the success trap. New Delhi: Sage, 2018.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations**: the struggle for power and peace. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. The fall and rise of the national question. In: _____ (Org.), **Reclaiming the nation**: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America. London: Pluto Press, 2011. p. 3-28.

PRASAD, Archana; YEROS, Paris. Patriarchy and the contradictions of late neo-colonialism. In: TSIKATA, Dzo-dzi; PRASAD, Archana; YEROS, Paris (Org.). **Gender in agrarian transitions**: liberation perspectives from the South. New Delhi: Tulika Books, 2024. p. 3-28.

SIT, Tsui et al. The development trap of financial capitalism: China's peasant path compared. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 3, p. 247-268, 2013.

SIT, Tsui et al. Grassroots initiatives for ecological transition in China. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 12, n. 2, p. 139-160, 2023.

SNYDER, Glenn H. "Mearsheimer's world". **International Security**, v. 27, n. 1, p. 149-73, 2002.

TSIKATA, Dzo-dzi; PRASAD, Archana; YEROS, Paris (Org.). **Gender in agrarian transitions**: liberation perspectives from the South. New Delhi: Tulika Books, 2024.

WALTZ, Kenneth N. Structural realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000.

_____. **Theory of international politics**. Long Grove: Waveland Press, 1979.

WEN, Tiejun. **Ten crises**: the political economy of China's development. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.

WOHLFORTH, William. The stability of a unipolar world. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

WONG, Erebus et al. Legacy of China's land revolution of 1949: an unfinished dialogue with Sam Moyo. In: JHA, Praveen; YEROS, Paris; CHAMBATI, Walter (Org.). **Rethinking the social sciences with Sam Moyo**. New Delhi: Tulika Books, 2020. p. 289-305.

YEROS, Paris. Elementos de um novo Bandung: para uma frente de solidariedade internacional. **Agrarian South**, November 17, 2021a. Disponível em: <www.agrariansouth.org/2021/11/17/elementos-de-um-novo-bandung-para-uma-frente-de-solidariedade-internacional>. Acesso em: 28 fev. 2024.

_____. Semiproletarização generalizada em África. **Princípios**, v. 41, n. 165, p. 97-125, set.-dez. 2022.

_____. Um novo Bandung na atual crise. **Agrarian South**, February 16, 2021b. Disponível em: <www.agrariansouth.org/2021/02/16/um-novo-bandung-na-atual-crise1>. Acesso em: 28 fev. 2024.

_____; JHA, Praveen. Neocolonialismo tardio: capitalismo monopolista em permanente crise. **Agrarian South**, May 27, 2020. Disponível em: <www.agrariansouth.org/2020/05/27/neocolonialismo-tardio-capitalismo-monopolista-em-permanente-crise>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Políticas da Petrobras sob a perspectiva da regulação de empresas estatais

Petrobras policies from the perspective of state-owned enterprises' regulation

Alexandre Favaro Lucchesi*

Henrique Brito de Oliveira**

Henrique Pavan Beiro de Souza***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.013>



Banco de Imagens Petrobras

A criação da Petrobras foi resultado da campanha popular que começou em 1946, com o histórico slogan "O petróleo é nosso"; a campanha ganhou as ruas sob a liderança do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, instalado em 21 de abril de 1948, na sede da Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. A presidência de honra coube ao ex-presidente Arthur Bernardes, cuja figura ilustra o painel ao fundo

RESUMO

Este trabalho aborda o papel da Petrobras na economia brasileira a partir de sua histórica função estratégica. Essa discussão é feita a partir de uma sistematização do debate entre visões acerca da teoria da regulação econômica, com destaque para a vertente “positiva” ou anglo-saxã, de um lado, e a vertente “regulacionista” ou francesa, de outro. A discussão das alternativas de regulação teve por objetivo mostrar justamente que é, sim, possível ao Estado atuar por meio de empresas estatais sem prejudicar a dinâmica da concorrência. Argumenta-se que o Brasil, mesmo com produção de petróleo e derivados suficientes para o abastecimento interno, foi impactado pela política de paridade de preços internacional (PPI), de 2016 a 2023, quando se dolarizou o preço dos combustíveis, com reajustes que seguem os preços internacionais, variação cambial e custos de importação. Essa política de preços refletiu muito mais os interesses privados, ou seja, acionistas e agentes importadores de combustíveis, em detrimento do interesse público e da garantia do abastecimento nacional de combustíveis. A Petrobras mostrou-se um exemplo central da necessidade de rever a regulação das estatais.

Palavras-chave: Petrobras. Teoria da regulação econômica. Economia brasileira. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This paper examines the role of Petrobras in Brazilian economic development by focusing on its historically strategic function. The discussion is grounded in a systematization of debates surrounding economic regulation theory, highlighting the contrast between the “positive” or Anglo-Saxon approach and the “regulationist” or French school of thought. By exploring regulatory alternatives, the paper aims to demonstrate that the state can intervene through state-owned enterprises without undermining competitive market dynamics. The paper argues that, despite Brazil’s sufficient domestic production of oil and its derivatives, the country was significantly affected by the international price parity policy implemented from 2016 to 2023. This policy effectively dollarized fuel prices, aligning them with international market rates, exchange rate fluctuations, and import costs. Such a pricing strategy primarily served private interests — namely shareholders and fuel importers — at the expense of the public interest and the assurance of a stable national fuel supply. Petrobras, in this context, stands as a central case illustrating the urgent need to reassess the regulatory framework governing state-owned enterprises.

Keywords: Petrobras. Theory of economic regulation. Brazilian economy. Economic development.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar o papel da Petrobras na economia brasileira a partir de interpretações possíveis da teoria da regulação. Dessa forma, será feita, na próxima seção, a sistematização do debate entre as visões sobre regulação tendo por referência autores relevantes na literatura que versa sobre o tema, com destaque para a vertente “positiva” ou anglo-saxã, de um lado, e a vertente “regulacionista” ou francesa, de outro.

A Petrobras foi e continua sendo uma empresa chave para o Brasil, no protagonismo de políticas energéticas voltadas a resguardar o país da exposição externa e a buscar segurança de abastecimento dos derivados do petróleo. Além disso, foi responsável pela indução de novos fornecedores e pela criação de uma rede nacional de prestadores de serviços e até de produtores de bens industriais. Essa recuperação de elementos históricos da Petrobras será feita com o objetivo de contrastar o momento chamado “desenvolvimentista” com aqueles mais recentes, quando houve uma interrupção dessas políticas pelos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), o que acarretou impactos na renda e no emprego nacional, em grande parte por conta do foco na redução dos investimentos da Petrobras e da venda de ativos. A terceira seção versará sobre aspectos recentes na atuação da empresa.

A quarta seção procurará relacionar a discussão sobre regulação econômica às medidas implementadas na Petrobras à luz das mudanças de política econômica adotadas na mudança de governo em 2016, quando as medidas passaram de uma orientação “novo-desenvolvimentista” ou “social-desenvolvimentista”, conforme a conceituação de Bresser-Pereira (2003), para aquela (neo)liberal.

Ao final, serão trazidas algumas considerações acerca do papel da Petrobras no contexto do debate sobre regulação econômica no Brasil.

2. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A TEORIA DA REGULAÇÃO

2.1. ESCOLA ANGLO-SAXÃ

O conceito de regulação tem diferentes acepções, de acordo com a interpretação de cada escola de pensamento econômico. Do ponto de vista do objeto estritamente econômico, regulação diz respeito à regularidade de preços e de quantidades produzidas, ou ofertadas e demandadas, em que pese a interação dos agentes econômicos, quais sejam, empresas, credores, trabalhadores, consumidores, fornecedores e, por fim, o Estado, que ampara o processo. Essa visão de regulação econômica segue a chamada escola anglo-saxã, cuja linha é mais formal quanto à interpretação dos processos sociais, como a intervenção do Estado em determinados setores da economia, em especial os de infraestrutura. Trata-se de uma acepção que associa regulação a regras e contratos, em grande parte influenciada pelo Iluminismo no século XVII, quando da superação de privilégios da aristocracia pela então burguesia (Negreiros, 2002).

Os fundamentos da intervenção estatal, nessa interpretação, seriam prevenir o abuso do poder econômico em setores não concorrenciais e amparar-se nos fundamentos jurídicos, pelas atribuições legais do Estado para garantir o ambiente institucional. Na tradição do pensamento liberal, esse ambiente preza o livre mercado, a competição e a busca de bem-estar, adequando essas leis fundamentais às necessidades sociais de política pública e serviços

públicos com segmento competitivo. Faz-se menção principalmente à visão microeconômica neoclássica, para a qual a combinação realizada pelo empresário dos fatores de produção, organizados para obter o maior volume possível de produção ou de serviços ao menor custo, reflete a maximização de utilidade. Juridicamente¹, a empresa é o complexo de bens tangíveis e intangíveis utilizados no processo de produção, daí resultando as relações jurídicas que unem o sujeito ao objeto da atividade econômica, ou seja, a produção para consumo.

Tal visão se alinha em grande parte à abordagem teórica chamada “positiva” da regulação, segundo a qual ela responderia, mormente a grupos de interesse que agem para maximizar suas rendas em torno do Estado, a partir da utilização do poder coercitivo deste, ou mesmo por meio de uma organização de grupos pequenos e coesos para lograr benefícios em detrimento daqueles maiores e difusos ou dispersos (Laffont; Tirole, 1993). Então o papel do Estado nesse espectro de interesses se volta para preservar, por via de políticas chamadas “regulatórias”, a distribuição de recursos entre os agentes, em que pesem as alterações de bem-estar e também a capacidade de distribuir riqueza.

Cabe destacar alguns aspectos importantes no escopo “positivo” da teoria da regulação no que concerne à ação das empresas estatais, como a situação de monopólio natural, em que bens públicos têm multiplicação difícil ou muito onerosa. Nessa situação, a produção de um determinado bem é realizada ao menor custo possível apenas se estiver restrita a um único explorador, porque, se houvesse várias empresas competindo, o custo de produção acabaria sendo maior (Baumol, 1977). Os problemas decorrentes do monopólio natural são o risco de subprodução e mesmo o de desabastecimento, quando a empresa produz mais de um item.

A vertente da teoria “econômica” da regulação propõe críticas à teoria “positiva” da regulação, principalmente no que tange ao comportamento empresarial, que muda conforme ganhos são percebidos pelos agentes privados envolvidos (Peltzman, 1976; Stigler, 1971). O Estado é, segundo essa interpretação, “procurado” pelos incumbentes, tornando-se objeto de um processo de exploração econômica. A regulação reflete a atuação de agentes, como o próprio Estado, segundo os interesses deles, ao passo que consumidores demandam menores preços e as empresas buscam maiores lucros. O uso da autoridade governamental e do poder coercitivo do Estado incute grau significativo de delegação de autoridade, ou seja, a transferência da administração de determinado bem público ou empresa estatal para o setor privado sob regulação específica do Estado, tornando possíveis vários arranjos institucionais e mesmo um direcionamento dos agentes privados (Viscusi; Vernon; Harrington Jr., 1995).

Os elementos norteadores da interpretação “econômica” da regulação indicam que a relação entre eficiência (produtiva, alocativa, dinâmica) e os instrumentos de intervenção (preços ao consumidor) produz alguns cenários favoráveis a formatos específicos de regulamentação (Barrionuevo Filho; Lucinda, 2004). Na chamada *yardstick competition*, ou “competição por parâmetros”, os reguladores garantem que as empresas reajam a mudanças no interesse dos consumidores, assim como observam a viabilidade de longo prazo do negócio, de maneira semelhante ao que ocorre em um ambiente competitivo. Já no *price cap*, ou “limite de preço”, é estabelecido um teto para o valor que as empresas de um determinado setor (geralmente serviços públicos e provedores de telecomunicações) podem cobrar pelos serviços. Ademais, pode-se utilizar o mecanismo de medição da taxa de retorno, que denota

¹ Cf. Baumol (1977) para uma discussão sobre as consequências da regulação de empresas e de seus custos quando se elas encaixam na conceituação de monopólio natural em uma indústria multiprodutos.



Vargas visita instalações da futura refinaria de Cubatão (SP), em 1954

o poder de coerção do Estado para controlar justamente a rentabilidade do capital, e não o preço, visando intervir nos ganhos de produtividade. O problema desse tipo de intervenção se dá ao monitorar os instrumentos, pois eleva custos de transação, uma vez que a empresa regulada eleva sua proporção capital/trabalho (Barrionuevo Filho; Lucinda, 2004). Do ponto de vista da abordagem *yardstick competition*, a busca por eficiência para superar *benchmarks* (“padrões” ou “marcos de referência de mercado”) pode levar a um aumento de investimentos em automação e tecnologia, elevando a proporção de capital sobre trabalho, além de incutir pressões para cortar custos operacionais, o que resultaria em menos postos de trabalho ou terceirização de atividades. Da mesma forma, num cenário de *price cap* rígido, o teto de preços pode pressionar a empresa a buscar eficiência operacional para manter margens de lucro, incentivando mais investimentos em tecnologia e infraestrutura.

De uma maneira geral, a visão anglo-saxã apresenta a questão da regulação como um problema da “agência”, devido à configuração entre os interesses do Estado, aquele que detém o comando da empresa estatal, e dos administradores, ou da firma monopolista, ou ainda do gestor privado assim contratado (Motta, 2004). O problema da “agência” é causado pela diferença de objetivos e interesses entre proprietários e administradores, portanto entre os grupos de interesse que se envolvem politicamente para obter vantagens sobre os demais grupos. Na prática, a escola anglo-saxã propõe investigar se interesses particulares se sobrepõem aos públicos (questão *rent seeking*, ou “busca de rendas”). Os organismos regulatórios podem estar próximos dos regulados, favorecendo o risco de interferência e afetando tanto a independência como a qualidade da regulação. Fundamentalmente, essa falha de mercado remete à questão da assimetria de informação, tema explorado em profundidade por Stiglitz e Weiss (1987).

O Estado é, na verdade, essencialmente determinado pela natureza das relações sociais mais amplas nas quais está situado

2.2. ESCOLA FRANCESA

O que aqui chamaremos de escola “regulacionista” francesa é uma síntese de diversas correntes de pensamento econômico apreendida por autores como Aglietta (1976) e Boyer (1978), em que se articulam conceitos do keynesianismo, do marxismo, do institucionalismo americano, do historicismo alemão, entre outros, de modo a oferecer uma noção diferente da ideia de regulação, entendida como a mediação das instituições. O Estado usa seu poder coercitivo, o de autoridade governamental, para efetivamente estabelecer regras e direcionar o campo de desenvolvimento da atividade econômica. Mais do que isso, elabora uma resposta para falhas de mercado, externalidades negativas e anseios da sociedade em dimensão diferenciada, por se tratar de um processo institucional de formação de consenso. Nessa visão, o Estado é responsável pela regulação da atividade empresarial, por ser a instituição capaz de mediar os interesses do mercado, entendida aqui como uma instituição de importância e centralidade na economia capitalista iguais às do mercado (Burlamaqui, 2000).

A tradição pós-keynesiana do pensamento econômico entende que o papel do governo na economia é permanente, e não se limita à mera substituição dos mercados privados pela ação do Estado na determinação do investimento (Carvalho, 1989). As políticas econômicas têm por foco sustentar o nível de demanda agregada, a fim de que o ambiente seja estável e seguro para estimular empresários a realizar novos investimentos, capazes de influenciar, por seu turno, os níveis de emprego e utilização da capacidade produtiva. Para Oreiro e Paula (2012), seria propriamente uma “agenda do Estado” realizar funções que estão fora do âmbito individual, ou seja, tomar decisões que o setor privado não tomará por si próprio.

Em Arienti (2003), é possível investigar o papel do Estado para além do debate pós-keynesiano, em grande parte pelas contribuições schumpeterianas. As mudanças verificadas desde a década de 1970 denotam um processo de reorientação e reestruturação do chamado “Estado fordista” em direção àquilo que o movimento do neoliberalismo alinhou à globalização. Reformas que preconizaram as restrições fiscal e monetária, a abertura comercial e a restituição às empresas privadas da oferta de bens e serviços em linhas gerais traziam a lógica, como observa Arienti (2003), de primar pela rentabilidade privada na produção e de conferir centralidade à regulação mercantil, de modo que a própria existência de empresas estatais passou a ser contestada, conduzindo a uma ampla privatização. A própria característica de regulamentar a concorrência nas atividades relacionadas ao consumo coletivo ou a monopólios naturais encampadas pelas empresas privadas resultou num novo papel do Estado e das formas de intervenção, cada vez mais pelo lado da oferta (Arienti, 2003). Nesse

contexto, a crítica a esse papel evoca elementos da argumentação schumpeteriana na medida em que se propõe uma estrutura que supere a centralização de poder e a concentração de capacidades operacionais típicas do “Estado fordista”. A interpretação apontada por Arienti (2003) é a de Jessop (1993), que emerge nessa nova concepção e trata o Estado não como uma entidade, mas como uma relação social com efeitos estratégicos diferenciais. Ou seja, o Estado não é algo com uma propriedade essencial e fixa, como um coordenador neutro de diferentes interesses sociais, nem mesmo um ator corporativo autônomo com objetivos próprios e interesses burocráticos, porque o Estado é, na verdade, essencialmente determinado pela natureza das relações sociais mais amplas nas quais está situado, especialmente no equilíbrio das forças sociais. O conceito de *hollow state*, ou “Estado oco” (Milward; Provan, 2000), configura uma nova e possível institucionalidade, o que inclui deslocamento de poder — *hollowing out* (“esvaziamento”) do Estado — e descentralização operacional das empresas.

Conforme esse debate, propõe-se o quadro-resumo 1, com uma sistematização das abordagens anglo-saxãs e regulacionistas (francesas), promovendo um diálogo entre os paradigmas, com convergências e tensões.

Quadro 1 — Sistematização dos paradigmas da teoria da regulação

Tema	Escola anglo-saxã	Escola regulacionista
Eficiência versus equidade	Priorização da eficiência econômica e redução de custos	Ênfase em estabilidade social e distribuição equitativa
Planejamento estatal	Papel limitado do Estado, como regulador de mercado	Papel ativo do Estado, como coordenador do desenvolvimento
Ajustes anticrise	Ajustes rápidos, por via de mecanismos de mercado	Ajustes estruturais lentos, baseados em pactos sociais

Fonte: elaboração própria.

3. BREVE HISTÓRICO DA PETROBRAS NA ECONOMIA BRASILEIRA (1953-2014), À LUZ DA TEORIA DA REGULAÇÃO

A origem e a consolidação da Petrobras representam, desde sua criação, em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), uma tentativa de instituir um regime de acumulação baseado na autonomia energética e no desenvolvimento industrial nacional. Detendo o monopólio das atividades petrolíferas, a empresa tornou-se um pilar da política pública brasileira no contexto da substituição de importações (Tavares, 1972). Esse arranjo institucional visava alinhar a Petrobras à estratégia de soberania econômica e redução da dependência externa, caracterizando-se por altos níveis de investimento em infraestrutura e tecnologia, cujos retornos seriam captados no longo prazo. Em 1963, dada a importância de se estabelecer no mercado nacional e mundial de petróleo, a Petrobras criou o Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), a fim de realizar pesquisas sobre novas formas de exploração e produção de

petróleo. A descoberta de reservas no Recôncavo Baiano ao longo daquela década reforçou o papel da Petrobras como uma empresa de vanguarda tecnológica e provedora de excedentes econômicos para o Estado (Lessa, 2000). Essa fase inicial correspondeu a um período de regulação direta pelo governo, com ênfase na expansão da matriz energética como forma de estruturar o desenvolvimento nacional.

Os choques do petróleo de 1973 e 1979 destacaram a importância estratégica da Petrobras no cenário internacional e moldaram sua trajetória. Durante essa fase, a Petrobras foi utilizada como instrumento para mitigar os efeitos das crises externas, com o Estado exercendo forte regulação para sustentar o regime de acumulação industrial (Tolmasquim, 2012). A descoberta da bacia de Campos, em 1974, marcou um ponto de inflexão, aumentando significativamente a produção nacional de petróleo. Sob a perspectiva da teoria da regulação, particularmente a da vertente francesa, podemos entender a Petrobras como um instrumento para estabelecer um regime de acumulação “fordista periférico” (Lipietz, 1989), em que o Estado exerceu uma regulação focada em estabilizar o sistema econômico num contexto de mercado imperfeito, assegurando tanto o fornecimento energético como a industrialização.

Nos anos 1980, os desafios impostos pela crise da dívida e pela premência da reestruturação econômica no Brasil fragilizaram o modelo de regulação vigente, gerando tensões entre a necessidade de investimento estatal e a escassez de recursos públicos. O governo enfrentou restrições fiscais severas, que limitaram sua capacidade de financiar grandes projetos da Petrobras. Isso afetou objetivos como a expansão da infraestrutura e a modernização tecnológica. A Petrobras precisou recorrer a empréstimos externos para financiar suas operações, ampliando sua exposição ao câmbio e aos juros internacionais, o que elevou seus custos operacionais (Sauer; Rodrigues, 2016). Durante a crise, o governo brasileiro buscou reconfigurar sua política energética para lidar com a escassez de recursos e reduzir a dependência de importações de petróleo, quando priorizou o uso de fontes energéticas alternativas, como álcool e gás natural. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), de 1973, foi capaz de reduzir a demanda por derivados de petróleo até a década seguinte, mas a descontinuidade de políticas e o rápido crescimento do mercado de automóveis na década de 1990 reverteram esse movimento, algo que Lessa (2000) vê como um reflexo de falhas estratégicas no planejamento de longo prazo. Além disso, para conter a inflação, o governo impôs controle sobre os preços dos combustíveis, comprimindo as margens de lucro da Petrobras, e isso limitou a capacidade da empresa de investir em novas operações. Apesar de manter o monopólio legal no setor, a Petrobras enfrentou dificuldades para atrair fornecedores e parceiros.

A ascensão da ideologia neoliberal ao poder trouxe consigo uma flexibilização regulatória a partir de 1990 no Brasil, com os governos de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994). A ingerência do governo implicou alterações de diversas ordens ao longo da existência da Petrobras. Um novo modelo, com um novo direcionamento e novas políticas e instrumentos de gestão, caracterizara o primeiro marco regulatório, na década de 1990, por exemplo, mediante a lei nº 9.478/1997, também conhecida como Lei da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou simplesmente Lei do Petróleo, que extinguiu o monopólio da Petrobras e a criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), bem como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com o intuito de regular, contratar e fiscalizar as atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo. Conforme o modelo de concessão praticado naquela época, centenas de empresas adquiriram o direito de explorar áreas de gás natural e petróleo, e com isso passavam a investir no Brasil. De acordo

A origem e a consolidação da Petrobras representam, desde sua criação, em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), uma tentativa de instituir um regime de acumulação baseado na autonomia energética e no desenvolvimento industrial nacional

com o modelo, a empresa estabelecia em leilão um bônus de assinatura, o percentual a pagar pela exploração do local e um programa exploratório mínimo. Dependendo das circunstâncias, as propostas poderiam mudar e se adequar à realidade do campo a ser explorado. No caso de se achar um campo com alto grau de produtividade, fazia parte do acordo o pagamento de tributos incidentes sobre a renda, além dos royalties e as participações especiais, sendo que, após o pagamento, a titularidade de posse era exclusiva dos concessionários (Oddone, 2021). O regime de concessão buscava reduzir os custos e estimular a eficiência do mercado, já que, se não encontrasse bons campos para exploração, a empresa poderia perder o interesse e procurar novos poços, o que reduziria substancialmente o seu bônus de assinatura, por um lado, e, por outro, permitiria focar sua atuação em poços mais lucrativos.

A partir de 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso implantou reformas neoliberais, incluindo a quebra do monopólio da Petrobras com a Lei do Petróleo, o que viabilizou implementar um sistema regulatório baseado na competição com agentes privados. Essa transição pode ser vista como uma tentativa de aplicar o modelo da *yardstick competition*, segundo o qual o desempenho da empresa estatal seria balizado pela concorrência simulada ou real com outros operadores (Bresser-Pereira, 2003). A estatal, contudo, manteve um papel central na estratégia energética nacional. Essa mudança foi acompanhada de maior exposição ao mercado internacional e da assinatura de contratos de exploração com empresas estrangeiras.

Desde a década de 1990, com a abertura comercial e a intensificação da globalização na América Latina, a condução do Estado brasileiro passou a adotar uma perspectiva regulatória mais alinhada ao conceito “puro” de regulação, predominantemente de origem anglo-saxã. Esse modelo enxerga o Estado prioritariamente como garantidor de contratos e regulamentador em última instância. Essa mudança de orientação decorreu do esgotamento do modelo de provisão direta de bens e serviços públicos pelo Estado, evidenciado, na década de 1980, pela crise fiscal dos governos estaduais, pelo baixo crescimento econômico e pela falência do padrão intervencionista do regime militar (1964-1985) (Bresser-Pereira, 2003). Esse regime, fundamentado no “velho-desenvolvimentismo” do planejamento centralizado e na substituição de importações, enfrentou sérias limitações após a crise da dívida externa, agravada pelos choques do petróleo (1973 e 1979) e pela política monetária restritiva dos EUA nos anos 1980. A elevação das taxas de juros globais nesse período aumentou os custos

da dívida, comprometendo a capacidade do setor público brasileiro de sustentar políticas públicas de qualidade e evidenciando os altos custos associados à manutenção da propriedade estatal de empresas (Fiori, 2011).

O Estado regulador que se consolida como orientação principal no Brasil na década de 1990 reflete a influência do pensamento neoliberal sobre os governos de FHC (1995-2002), tanto que, dentre as reformas aplicadas quando de sua ascensão ao poder, destacou-se aquela denominada regulatória, em acordo com os princípios constantes na proposta da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (OECD, 2005): reformas econômica, social e administrativa, tornando o Estado o garantidor de *accountability* e da governança por meio do papel das agências reguladoras (Ramalho, 2009). Esses órgãos, por meio da delegação de poderes, tinham por objetivo “regular”, no sentido de regulamentar e supervisionar, os mercados, principalmente os setores produtivos em infraestrutura, como telecomunicações, energia elétrica, transportes, saneamento e petróleo, gás e biocombustíveis, entre outros, sendo que tal movimento se deu *pari passu* com a política de desestatização. A favor desse movimento, a justificativa seria elevar o comprometimento do poder público graças a uma atuação de agências independentes e especializadas que tivessem credibilidade, aplicando incentivos, restrições e penalidades ao(s) regulado(s), de maneira a impor dificuldades à revisão de regras por parte da ação política desse(s) regulado(s). Predominava a interpretação de que, para garantir estabilidade e transparência, a ação estatal não pode ser direta, mas indireta, caracterizando uma intermediação de interesses sem prejuízo aos cofres públicos, mas sem levar em conta, entretanto, a possível incompatibilidade de uma ação estatal indireta com os objetivos e interesses nacionais. De fato, a Petrobras, desde a ascensão do neoliberalismo ao poder nos anos 1990, não esteve nos planos de privatização devido à falta de apoio da classe política e ao histórico da empresa como ferramenta-chave governamental, de altíssima relevância estratégica, para estimular a economia.

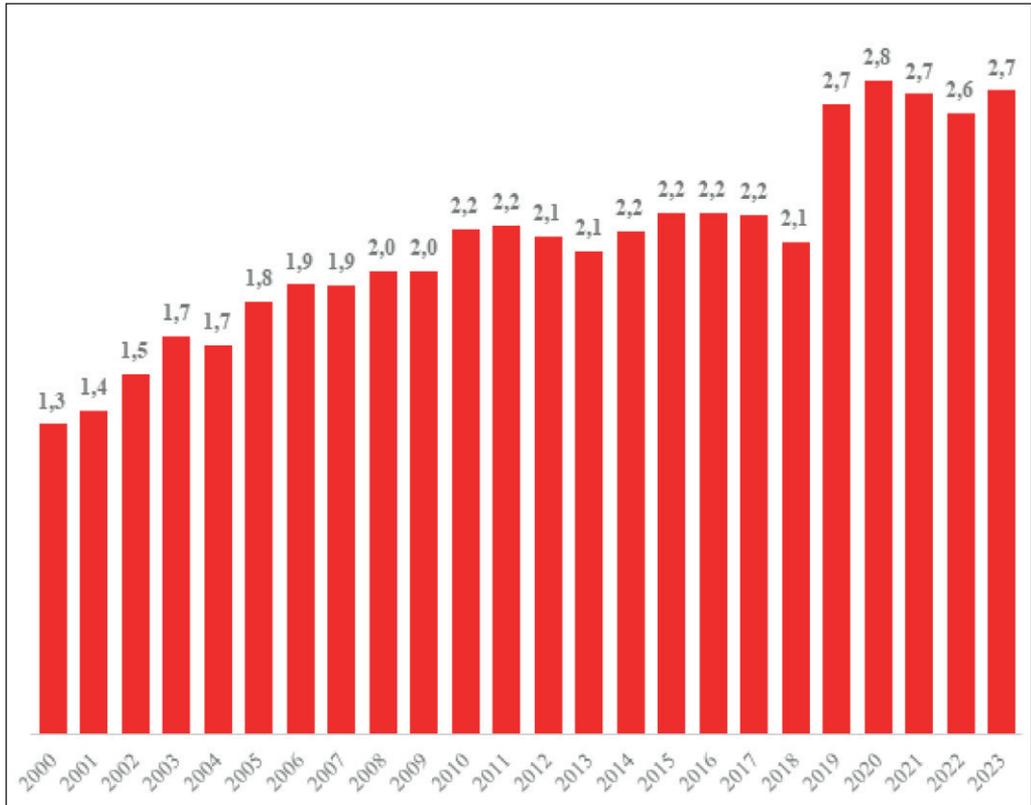
De acordo com Octaviani (2021), as empresas estatais podem, em vez de prejudicar a criação de mercados e de concorrentes, ser, na verdade, parte essencial desse propósito. A beligerância contra as estatais estaria ligada, para o autor, ao discurso da OCDE. Sabe-se que a atuação do Estado se faz necessária, no âmbito econômico, quando não há interesse do capital privado nacional nem do estrangeiro pela assunção do grande risco tecnológico. Às estatais caberia democratizar utilidades básicas diretamente vinculadas à dignidade humana e, mais do que isso, dinamizar a concorrência interna e fomentar a participação no mercado mundial (Octaviani, 2021). A título de comparação, o autor cita o caso da China, onde as estatais seriam “verdadeiros instrumentos de criação do poder econômico chinês, não havendo espaço para a ‘neutralidade competitiva’” (Octaviani, 2021).

No caso do Brasil, o movimento “velho-desenvolvimentista” foi responsável pela criação histórica de ambiente econômico favorável aos mercados pelo planejamento deliberado do Estado. Conforme se avançou no processo de substituição de importações, logrou-se construir o tripé formado por capital privado nacional, capital privado internacional e Estado como suporte do processo. Assim, a conjunção desses três segmentos facultou a diversificação do setor industrial, uma vez que, em mercados na economia periférica, é possível que a competição seja imperfeita, exigindo intervenção e, mais do que meramente a entrada do Estado, a sua mediação institucional.

Com a descoberta do pré-sal em 2006, os governos Lula (2003-2010) adotaram um modelo de regulação para reforçar o papel da Petrobras como instrumento de política pública

voltado para a soberania energética e a dinamização da cadeia produtiva doméstica. Durante esse período, a empresa concentrou seus investimentos no mercado interno, impulsionando setores industriais e tecnológicos, embora o alto nível de endividamento e a exposição à crise financeira internacional de 2008 evidenciassem as limitações do modelo (Machado; Reis, 2011). Conforme o gráfico 1, é possível observar uma mudança de patamar quanto ao volume de petróleo produzido, passando de 1,3 milhão para 2,2 milhões de barris por dia entre 2000 e 2010.

Gráfico 1 — Produção de petróleo pela Petrobras (milhões de barris/dia) — 2000-2023



Fonte: elaboração própria, com base em Petrobras (2024).

No período do “novo-desenvolvimentista” ou “social-desenvolvimentismo dos governos de Lula, foi recorrente a utilização de parte dos lucros das empresas estatais para auferir níveis satisfatórios de superávit primário, mas isso foi acompanhado de programas de distribuição de renda e de medidas de expansão do crédito para consumo. Do ponto de vista das estatais em setores estratégicos, como a Petrobras, a política de preços administrados conteve a inflação, porém a eclosão dos escândalos de corrupção fez com que se formasse consenso na opinião pública por mudança.

O modelo de partilha foi introduzido no Brasil em meados de 2010, conforme explica Gomes (2019), para blocos do pré-sal. Segundo esses contratos, o consórcio ganhador paga um bônus de assinatura e o governo fica com uma porcentagem de 30% em participação e detém o direito a uma parcela do óleo ou gás produzido. O contratado assume o risco pelas atividades de exploração e produção, ou, caso não haja na área de partilha nenhuma

O setor do petróleo foi profundamente alterado em função de uma proposta regulatória de orientação contrária àquela segundo a qual a Petrobras foi concebida, uma vez que, em 2016, as mudanças foram operadas para tirar da empresa a exclusividade na exploração do pré-sal, reduzindo as exigências de conteúdo local, incentivando o avanço das petroleiras estrangeiras por meio de subsídios e ainda aumentando a frequência dos leilões de refinarias

que o modelo anterior, baseado em altos investimentos públicos, foi substituído por uma abordagem voltada para a austeridade financeira e o atendimento aos interesses de acionistas. A redução de investimentos em setores integrados, combinada com a política de desinvestimentos

eventual descoberta que seja viável para exploração, o consórcio não recebe nenhuma indenização da União. Em caso positivo, o consórcio recebe o volume da produção correspondente aos custos empregados na empreitada, chamado de óleo-custo. Além disso, recebe royalties em forma de produção e os divide com a União, consequentemente ainda separando uma parcela para o imposto de renda.

O modelo de cessão onerosa foi um acordo entre União e Petrobras que tinha por objetivo regulamentar a cessão do exercício das atividades de pesquisa e exploração de petróleo, gás natural, derivados e afins (Souza, 2011). O limite proposto foi de 5 bilhões de barris de petróleo ou equivalente; atingida essa quantidade, a Petrobras estava proibida de produzir qualquer quantidade adicional, respeitando os limites dos seis blocos definitivos contemplados com a cessão onerosa: Florim, Franco, Sul de Guará, Entorno de Iara, Nordeste de Tupi e Sul de Tupi, todos com prazo de vigência de 40 anos, podendo ser prorrogado por mais cinco anos. Sendo assim, o modelo permitiu à Petrobras ser dona da produção de gás e petróleo, respeitando-se as diretrizes do contrato, e, por outro lado, ficou responsável por arcar com os custos da exploração, investimentos e riscos que o negócio pode envolver.

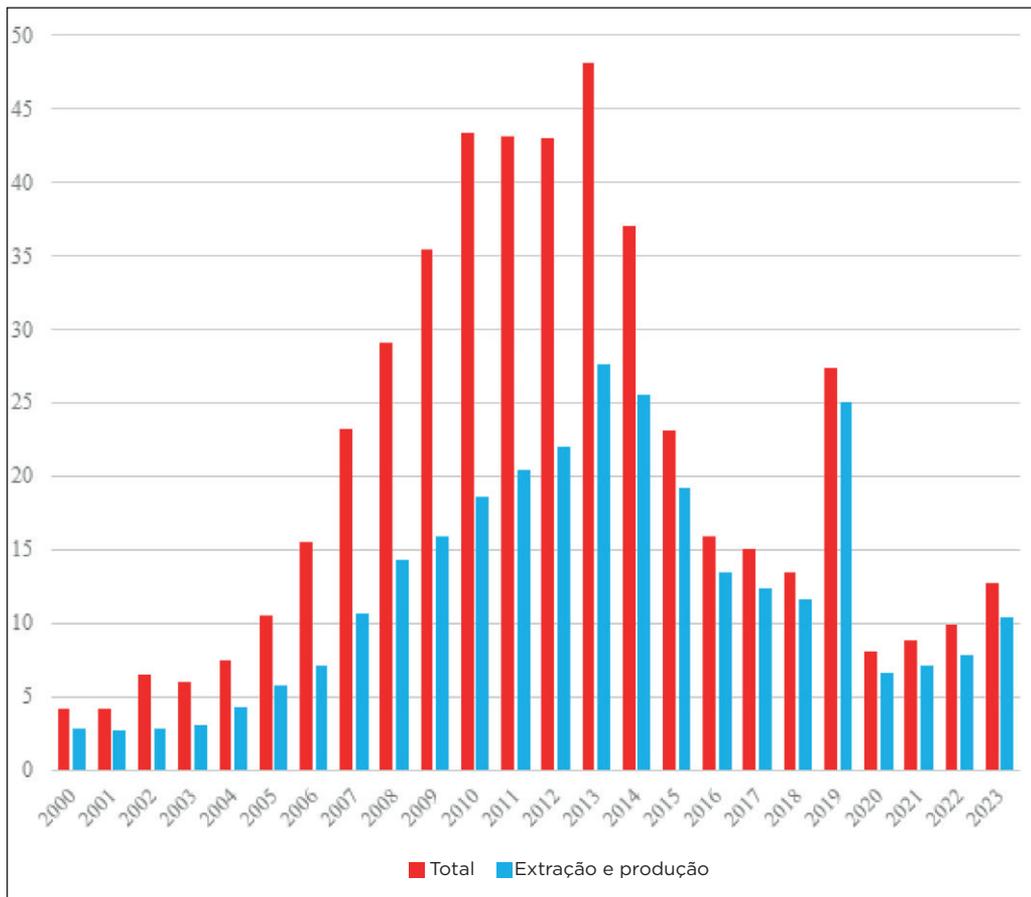
4. A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS ENTRE 2014 E 2023, SOB A ÓTICA DA TEORIA DA REGULAÇÃO

A partir de 2014, a Petrobras enfrentou uma série de desafios, incluindo a Operação Lava Jato e mudanças na política regulatória. Esses eventos podem ser interpretados como uma crise de regulação, em

e preferência pela exploração de pré-sal, marcou uma reconfiguração do regime regulatório, voltado para um maior alinhamento com as demandas do mercado global. Essa transição gerou impactos significativos na economia brasileira, como a queda no emprego e a retração de setores estratégicos, revelando os custos sociais da nova configuração regulatória.

Conforme mostrado no gráfico 2, entre os anos de 2004 e 2013 houve crescimento dos investimentos, não apenas em exploração e produção, mas também em outras atividades, com exceção de 2010 para 2011, quando houve uma oscilação negativa. Em 2014, foi anunciado novo plano de investimentos, dando continuidade à linha de expansão, mas, em 2015, parte relevante desses investimentos foram cancelados e a Petrobras voltou a investir basicamente em exploração e produção, abandonando o objetivo de se transformar em empresa integrada. Foi nesse período que adotou uma nova política de remuneração dos acionistas e de ampliação do volume de recursos repassado a eles, conforme será visto a seguir.

Gráfico 2 — Investimentos totais e em extração e produção da Petrobras (valores nominais, em US\$ bilhões) — 2000-2023



Fonte: elaboração própria, com base em Petrobras (2024).

Em dezembro de 2014, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), revelou que o Brasil chegou a beirar o pleno emprego, com 4,3% de taxa de desocupação. O país tornou-se um dos maiores produtores mundiais de petróleo, adquirindo protagonismo nessa indústria até então

dominada por poucos países. Segundo o relatório produzido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Operação Lava Jato resultou na perda de 4,4 milhões de empregos e de 3,6% do PIB, sendo que R\$ 47,4 bilhões em impostos e R\$ 20,3 bilhões em contribuições sobre a folha deixaram de ser arrecadados, além de ter reduzido a massa salarial do país em R\$ 85,8 bilhões. Os setores produtivos envolvidos diretamente, como o de petróleo e gás e de construção civil, também foram afetados, em que pese o desenvolvimento de setores econômicos estratégicos para o país. A intervenção policial, que envolveu a atuação relevante do Poder Judiciário, visou ao combate à corrupção em detrimento de preservar a estrutura produtiva, uma vez que pouco se avaliou o impacto das operações sobre o nível de emprego.

Durante muitos anos o preço de referência praticado pela Petrobras foi um mix entre o custo interno, o custo da importação e ainda uma margem de lucros (Nassif, 2022). Algo como a contrapartida do monopólio estatal e dos investimentos públicos de décadas na empresa, sendo que os acionistas nacionais e estrangeiros sabiam perfeitamente da regra. Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), a Petrobras assumiu significativos prejuízos e elevou seu endividamento por não repassar os preços dos combustíveis aos consumidores. Devido à pressão política advinda da deflagração da Operação Lava Jato pela Polícia Federal em 2014, a desaceleração do ritmo de investimentos tomou forma pelos impactos sobre a reputação da empresa, enquanto, no cenário externo, a desvalorização do preço do petróleo aumentou os preços dos combustíveis.

A queda dos preços e a desvalorização cambial implicaram o aumento da dívida da empresa, em dólar, e o não repasse dos aumentos do preço dos derivados criou uma “tempestade perfeita” que abalou a empresa e provocou a perda de bilhões no mercado acionário. A desvalorização do real ante o dólar após 2015 impulsionou ainda mais os preços internos dos combustíveis, enquanto caiu o preço internacional do barril, que em janeiro de 2016 estava na faixa de US\$ 30 — tendo em vista que, na crise de 2008, mesmo com a desvalorização do barril, o preço estava na faixa de US\$ 40. Porém, os preços da gasolina, do etanol, do diesel e do GNV, por exemplo, se mantiveram quase os mesmos, devido à política de grande investimento e alavancagem visando conter os efeitos da crise internacional na economia nacional.

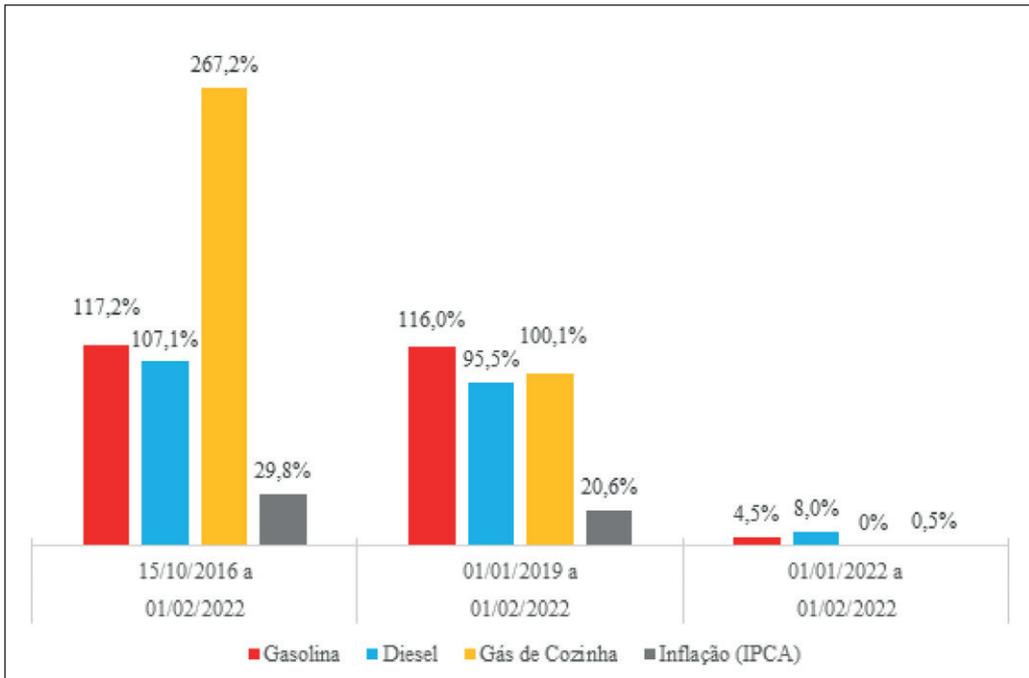
A crise política brasileira resultou no impeachment de Dilma em meados de 2016, o que ocasionou uma mudança na estratégia política que comandava a Petrobras, com o início do governo de seu vice, Michel Temer (2016-2018). Com a nova equipe, liderada por Pedro Parente, em 14 de outubro ficou estabelecida a paridade de preços internacional (PPI), adotada unilateralmente e tendo como base a paridade com o mercado internacional. Pretendeu-se incluir custos como o frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias, mais uma margem para remunerar riscos inerentes à operação, como, por exemplo, a volatilidade da taxa de câmbio e dos preços sobre estadias em portos, e lucro, além de tributos. Ficou definido que não seriam praticados preços abaixo dessa PPI, de modo que a nova gestão manteve seu foco nos propósitos de redução da dívida, desinvestimento, mudança dos marcos regulatórios do pré-sal, privatizações e repasse dos preços ao consumidor doméstico.

A nova forma de cálculo, baseada na política de preços internacionais, ocasionou o aumento dos preços, e a companhia se equiparou a seus concorrentes. Ou seja, agora levando em consideração a taxa de câmbio, os custos de importação, tributo e lucro, a companhia po-

deria reajustar suas margens sem se preocupar com a intervenção do governo. Portanto, percebe-se que, conforme oscilam os preços internacionais, os internos são ajustados nas refinarias, o que acaba encarecendo os combustíveis em cadeia até sua chegada ao consumidor final.

Os gráficos 3 e 4, abaixo, ilustram a intensidade das oscilações sob a política da PPI. De acordo com a FUP (2022), os preços de venda da gasolina e do diesel subiram acima de 100% entre 15 outubro de 2016, dia em que a PPI entra em vigor, e fevereiro de 2022, sendo que o gás de cozinha vendido nas refinarias chegou a 267,2% de aumento no mesmo período. Quanto à gasolina, o aumento nos postos foi de 81,6% desde 2016 até 2022, e o valor cobrado pela Petrobras nas refinarias teve um reajuste ainda maior, de 117,2%, no mesmo período. Ainda entre outubro de 2016 e fevereiro de 2022, o óleo diesel teve alta de 107,1% nas refinarias e de 88,1% nos postos, enquanto o gás de cozinha nas refinarias cresceu 267,2% e o preço cobrado pelo botijão para os consumidores finais se elevou em 84,8%. O estudo constata ainda que, de janeiro de 2019 a fevereiro de 2022, ante uma inflação de 20,6% no período, nos postos a gasolina teve reajuste de 52,8%, o diesel subiu 63,6% e o gás de cozinha, 47,8%. Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, a restrição da oferta de petróleo em todo o mundo agravou-se por conta das sanções aplicadas pelos EUA e UE aos russos, e esse impacto se fez notar imediatamente nos preços nas refinarias, principalmente os da gasolina (4,5%) e do diesel (8%).

Gráfico 3 — Variação dos preços de combustíveis selecionados, nas refinarias — 2016-2022

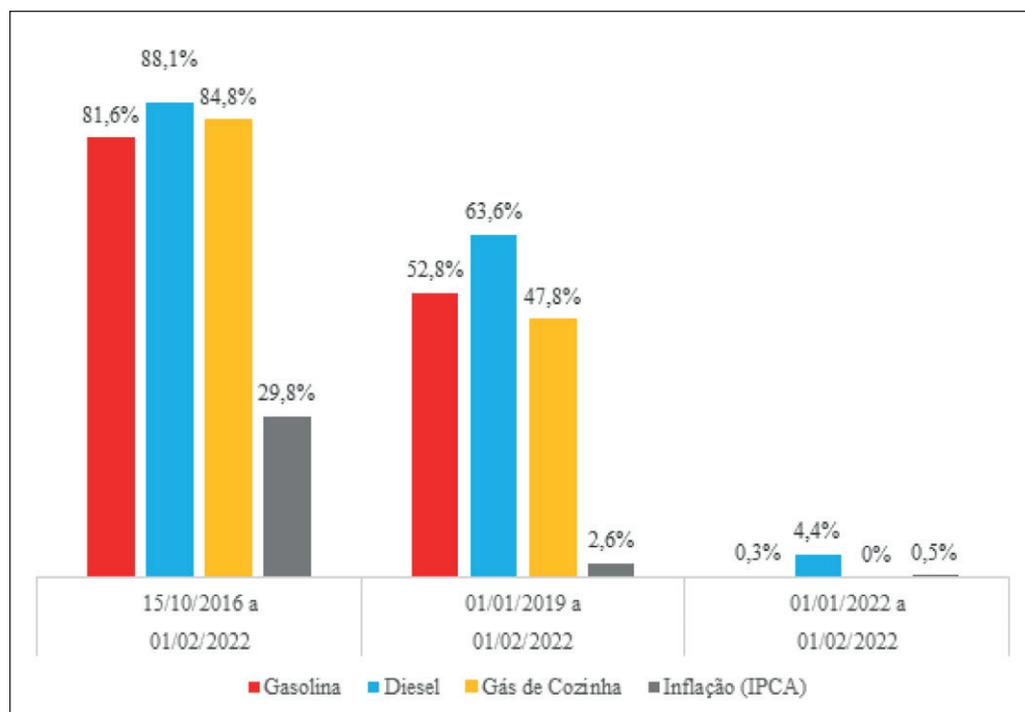


Fonte: elaboração própria, com base em FUP (2022).



A Petrobras atua em todas as etapas da cadeia de combustíveis, desde a extração e refino até a distribuição final

Gráfico 4 — Variação dos preços de combustíveis selecionados, nos postos — 2016-2022



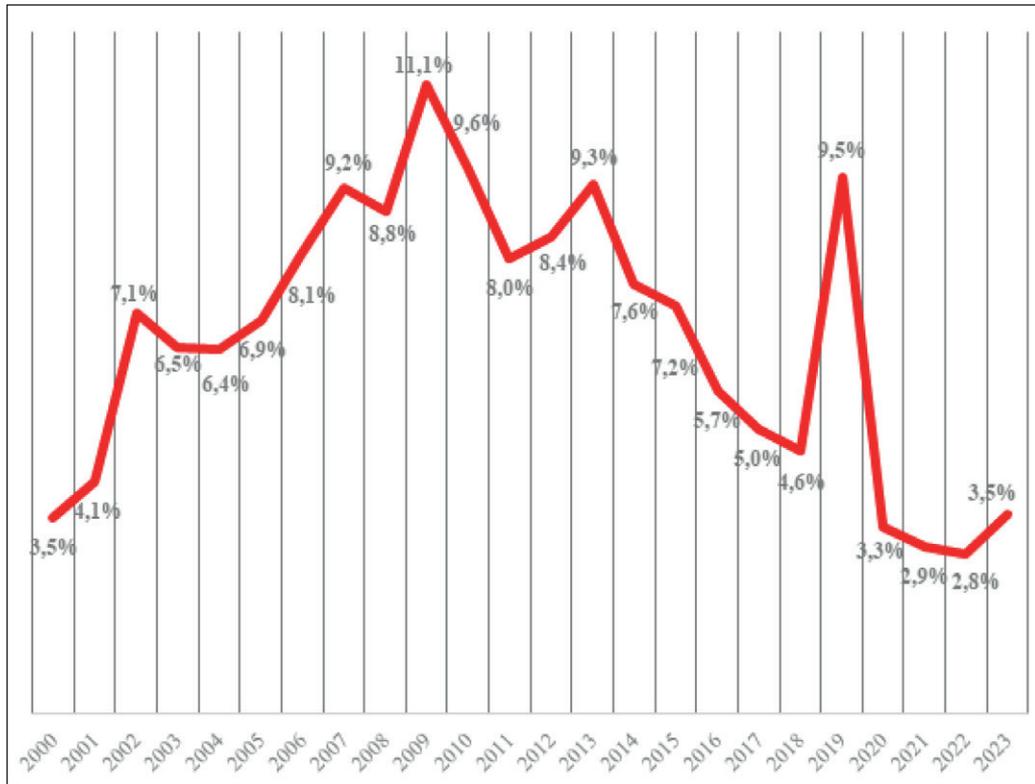
Fonte: elaboração própria, com base em FUP (2022).

Pinto (2020, p. 156-158) demonstra como o setor do petróleo foi profundamente alterado em função de uma proposta regulatória de orientação contrária àquela segundo a qual a Petrobras foi concebida, uma vez que, em 2016, as mudanças foram operadas para tirar da empresa a exclusividade na exploração do pré-sal, reduzindo as exigências de conteúdo local, incentivando o avanço das petroleiras estrangeiras por meio de subsídios e ainda aumentando a frequência dos leilões de refinarias. Essa retirada da Petrobras de funções para as quais foi desenhada impactou trabalhadores, com a perda de empregos (de 70.370 postos

ocupados na exploração de petróleo para 55.684, e de 26.144 postos ocupados no refino para 23.208, entre 2013 e 2016), e a população em geral, com a elevação dos preços ao consumidor por consequência da exposição às frequentes oscilações na cotação internacional.

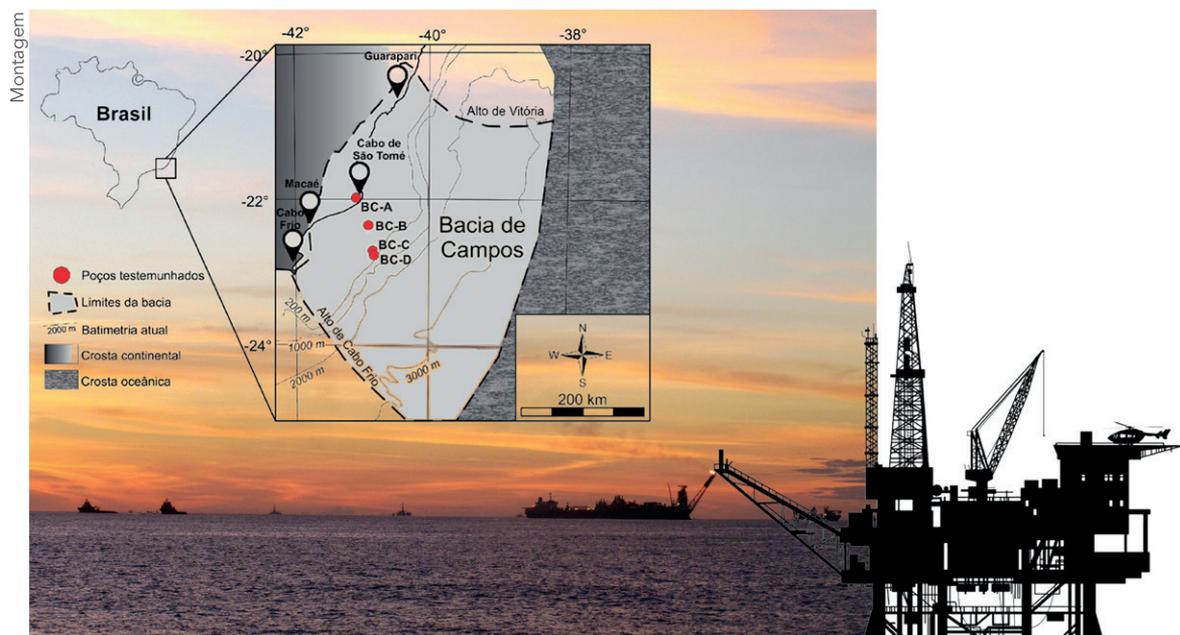
Conforme indica o gráfico 5, o volume de investimentos realizados pela Petrobras chegou a representar 11,1% da formação bruta de capital fixo total do Brasil em 2009, caindo para 2,8% em 2022.

Gráfico 5 — Proporção dos investimentos da Petrobras na formação bruta de capital fixo total do Brasil — 2000-2023



Fonte: elaboração própria, com base em Petrobras (2024) e IBGE (2024).

A política da PPI, com que se dolarizaram os preços dos combustíveis mediante reajustes atrelados aos preços internacionais, à variação cambial e aos custos de importação, refletiu muito mais os interesses privados do que efetivamente um formato apropriado de regulação da empresa estatal, pois interessava aos acionistas a distribuição de dividendos e diretamente ao segmento de importadores de combustíveis (Tokarski, 2022). Os anseios por atender à eficiência de mercado terminaram por prejudicar a atuação de uma organização estratégica da economia brasileira, de modo que, em 2022, ainda se percebiam as consequências de uma “não intervenção” nesse mercado específico, dado que a troca de presidentes da Petrobras totalizou quatro ocorrências durante o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022) e caracteriza uma gestão, no mínimo, açodada e errática, que traz uma evolução totalmente incondizente com aquela que se esperava após as críticas contumazes realizadas aos governos petistas.



A bacia de Campos viveu seu auge nas décadas de 1980 e 1990, com a descoberta de extensas reservas de petróleo em águas profundas da área

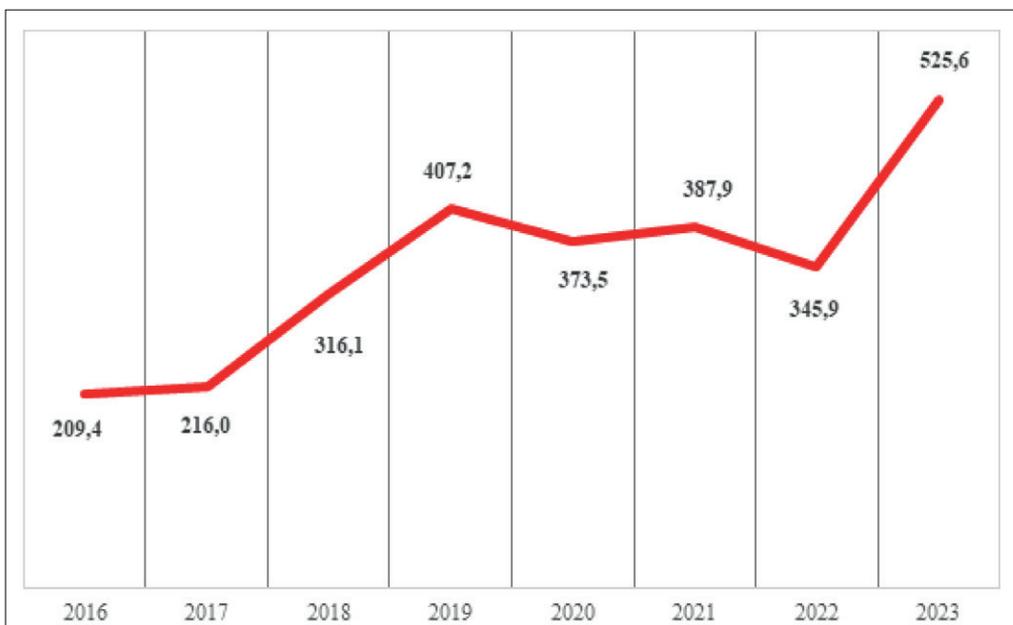
Em maio de 2023, já no terceiro governo Lula, nas vozes do então presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, aprovou-se uma estratégia comercial para definir os preços do diesel e da gasolina comercializados por suas refinarias utilizando referências de mercado como o custo alternativo do cliente (valor a ser priorizado na precificação) e o valor marginal. O primeiro pondera as principais alternativas de abastecimento, sejam fornecedores dos mesmos produtos ou substitutos, enquanto o segundo se baseia no custo de oportunidade, dadas as diversas alternativas para a empresa, quais sejam, produção, importação e exportação do produto ou dos óleos utilizados no processo de refino. O ponto principal é que reajustes continuarão a ser feitos sem periodicidade definida, evitando o repasse aos preços domésticos da volatilidade cíclica dos preços internacionais e da taxa de câmbio. Tal estratégia está ancorada em preços competitivos por polo de vendas, em equilíbrio com os mercados nacional e internacional, levando em consideração a melhor alternativa acessível aos clientes, de modo que permite à empresa competir de forma mais eficiente, tendo em conta a sua quota de mercado, a otimização dos seus ativos de refino e a rentabilidade, de forma sustentável.

O anúncio da nova estratégia indicou um movimento para implantar medidas de diminuição do impacto das oscilações internacionais nos postos brasileiros. Em nota oficial, a Petrobras afirmou que a medida traria maior flexibilidade, visando a preços mais competitivos para o mercado, não obstante, evitaria a estagnação desses preços e, também, reajustes sucessivos. A medida tem enfrentado a crítica de que, a longo prazo, pode trazer problemas de caixa para a estatal e para os acionistas, consistindo numa política sem transparência. Num contexto de recrudescimento do risco por conta dos conflitos armados na região de Israel e Faixa de Gaza, porém, o “amortecimento” dos preços pretendido pela nova política já tem apontado para uma suavização das altas dos preços, impedindo maiores impactos na inflação, de maneira que se tornam factíveis ações para ampliar a competitividade no merca-

do interno. Por exemplo, iniciativas do governo como a Comissão Mista BNDES-Petrobras propõem acordos quanto a inovação, transição energética e reindustrialização a partir da sincronização de planos de investimento (Lacerda, 2023). O governo Lula busca resgatar uma agenda desenvolvimentista voltada à redução das desigualdades, criação de empregos e estímulo ao crescimento econômico. A Petrobras e o BNDES são vistos como instrumentos estratégicos nessa tarefa. Durante os dois primeiros governos Lula (2003-2010), houve um esforço de coordenação entre bancos públicos, estatais e outras agências governamentais para impulsionar investimentos em infraestrutura e energia. A comissão mista é um reflexo dessa tradição, mas atualizada para os desafios do século XXI.

A Petrobras perdeu R\$ 84,8 bilhões em capitalização de mercado desde que foram anunciados os resultados do segundo turno das eleições presidenciais em 2022 até dezembro de 2023, um cálculo que não leva em conta os dividendos pagos aos acionistas. Na média, o valor de mercado da companhia foi de R\$ 387,9 bilhões em 2022 para R\$ 363,9 bilhões em 2023, mas, apesar da queda, as ações ordinárias subiram 1,62%, e as ações preferenciais, 3,45%. Isso refletia a incerteza no mercado quanto à política que seria adotada por Lula, declaradamente a favor de alterar a PPI. Conforme o gráfico 6, o valor de mercado da Petrobras atingiu R\$ 525 bilhões em 2023 (outubro), enquanto as ações PETR4 (ações preferenciais da Petrobras na B3, bolsa de valores brasileira), acumulavam uma valorização de 92% no ano, como reflexo da tendência de subida nos preços do barril de petróleo, diante dos cortes na produção de petróleo na Arábia Saudita e na Rússia e do conflito no Oriente Médio.

Gráfico 6 — Evolução anual do valor de mercado da Petrobras (última cotação do ano, em R\$ bilhões) — 2016-2023



Fonte: elaboração própria, com base em Petrobras (2024) e IBGE (2024).

Conforme o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), entre maio de 2023 e maio de 2024 os preços praticados nas refinarias da Petrobras foram, em média, 11,6% menores para a gasolina e ficaram praticamente estáveis para o diesel, com variação positiva de 0,5%, e, em contraste, os preços de referência da PPI, calculados pela ANP, aumentaram 9,3% para a gasolina e 13,1% para o diesel no mesmo período (Inep, 2024). Pelo gráfico 7, percebe-se, ao longo do período analisado, que a estratégia adotada pela Petrobras após renunciar à PPI tem obtido resultados mais estáveis, em termos de preço da gasolina e do diesel, ante as oscilações internacionais do petróleo Brent, principalmente desde setembro de 2023.

Gráfico 7 — Evolução do preço da gasolina e do diesel (em R\$) e do barril de petróleo Brent (em US\$) — 2017-2024, meses selecionados



Fonte: elaboração própria, com base em ANP (2025).

De acordo com Dantas (2023), a partir de dados da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a Petrobras vendeu gasolina a 13% abaixo da PPI e diesel s-10 a 12% abaixo da PPI desde que mudou sua política de preços. Por um período muito curto de tempo, a Petrobras “abrasileirou” os preços, porém ainda manteve uma relevante conexão com preços internacionais. Essa política somente será plena, para Dantas (2023), se for possível à Petrobras reassumir o papel de garantidora do suprimento de combustíveis do país, importando aquilo que não consiga produzir e invertendo assim a lógica de mercado, que propõe maximizar os ganhos pelo preço.

Não se pode descolar o próprio papel da mudança da política de preços do acirramento do debate político nacional, de maneira que a empresa permanece hoje como reflexo de uma estratégia desencontrada de desenvolvimento econômico, pois a aposta dos governos de Temer e Bolsonaro no neoliberalismo prescindiu da ativação dos dispositivos diferenciados da Petrobras para dinamizar a economia brasileira

Cabe notar, por fim, que as mudanças lideradas por Prates com o intuito de reverter as políticas da Petrobras resultaram, em 2023, no anúncio de investimentos direcionados tanto para a exploração e produção de petróleo quanto para projetos de transição energética e sustentabilidade, e também na redução do pagamento de dividendos aos acionistas e no programa de recompra de ações para aumentar o valor daquelas remanescentes e beneficiar os acionistas de longo prazo. Para Tokarski (2024), essa reformulação não foi bem-sucedida porque o sistema de governança da Petrobras continuou dominado por interesses privados, negligenciando os objetivos da política energética nacional e a função social da empresa.

O movimento do governo Lula, assim, não evitou desgaste pela alegação, por agentes de mercado e da mídia, de que a abordagem seria mais intervencionista. Em maio de 2024, Prates foi demitido por Lula devido a desentendimentos públicos com o ministro Alexandre Silveira, e deu lugar a Magda Chambriard, ex-diretora da Agência Nacional de Petróleo (ANP), como sua sucessora. A saída de Prates ocorreu após meses de tensão por conta do debate sobre a política de dividendos e o papel da Petrobras na economia brasileira, sendo que Chambriard trouxe a visão de explorar novas fronteiras de petróleo e aumentar o investimento em refino doméstico. Para Tokarski (2024), embora o Plano de Negócios 2025-2029 da Petrobras seja de investimentos de US\$ 111 bilhões, com cerca de 70% destinados à exploração e produção de petróleo, o foco recai na rentabilidade financeira, prejudicando a função social da estatal e os objetivos de longo prazo da política energética nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se elencar os conceitos fundamentais da teoria da regulação para demonstrar que o papel das empresas estatais não pode ser confundido com o papel do Estado. A regulação de determinados setores econômicos por empresas estatais é um modelo possível, segundo uma visão mais ampla e crítica da teoria da regulação, uma vez que a intervenção estatal, se restrita a elementos meramente formais ou mesmo ao formato das agências reguladoras, não é capaz de dar conta da complexidade de demandas e necessidades

O Proálcool foi criado em resposta ao primeiro choque do petróleo, que gerou uma crise energética global e aumentou os custos de importação para o Brasil. A iniciativa visava diversificar a matriz energética do país, reduzindo a dependência do petróleo



da sociedade. A discussão das alternativas de regulação teve por objetivo mostrar justamente que é, sim, possível ao Estado atuar por meio de empresas estatais sem prejudicar a dinâmica da concorrência, pois um movimento não prejudica o outro e, mais do que isso, pode bem ocorrer uma interação positiva entre a presença do Estado na atividade econômica por intermédio de empresas estatais e o fomento à dinâmica competitiva no setor privado.

Deve-se, sim, estabelecer um marco preciso para as estratégias. Nos governos de FHC, o Poder Executivo caminhou sob a orientação de liberalizar o Estado e de mediar a atuação empresarial nos setores com as agências reguladoras. Nas administrações de Lula, advogou-se a retomada das empresas estatais como forma direta de condução e de articulação. A trajetória recente do crescimento brasileiro está intimamente associada às políticas postas em prática ainda nos anos 1990, momento no qual a ascensão do neoliberalismo ao poder no Brasil visou a reformas estruturais. O processo de integração da economia brasileira na globalização priorizou a abertura comercial e a desregulamentação do investimento direto, sem que houvesse, porém, políticas de natureza discricionárias tais como escolha de setores industriais prioritários, definição de padrões de concorrência e sustentação de níveis de investimento público.

De outra forma, poderia ter havido crescimento muito maior quando o contexto externo era favorável. Isso está fortemente relacionado às políticas de governo, pois, para diversificar a estrutura produtiva, teria sido necessário realizar uma política industrial que identificasse esses segmentos prioritários, com utilização de instrumentos creditícios, tarifários e fiscais para incentivá-los. Mas a agenda neoliberal deixou isso de lado, sem, contudo, esclarecer como a ausência do investimento público no Brasil seria suprida pela iniciativa privada. Portanto, verifica-se uma estagnação em termos de infraestrutura, mais um obstáculo para o crescimento sustentado. O Estado brasileiro ainda precisa debater melhor uma política de regulação, de concentração e de concorrência. Como referencial para uma agenda de pesquisa, resta o exemplo dos países emergentes asiáticos, que induziram suas empresas a uma estratégia de conglomeração.

A Petrobras, como empresa estatal de maior fôlego desde a era desenvolvimentista brasileira, mostrou-se capaz de dinamizar setores e, por outro lado, de impactar a economia de diversas formas, sendo a Operação Lava Jato um marco histórico negativo de como a influência política pode ser prejudicial, não apenas pela corrupção em si, mas também pela forma como é combatida, em razão da ânsia punitivista de encontrar culpados sem ponderar as

consequências econômicas da perseguição e punição dos envolvidos. Não se pode descolar o próprio papel da mudança da política de preços do acirramento do debate político nacional, de maneira que a empresa permanece hoje como reflexo de uma estratégia desencontrada de desenvolvimento econômico, pois a aposta dos governos de Temer e Bolsonaro no neoliberalismo prescindiu da ativação dos dispositivos diferenciados da Petrobras para dinamizar a economia brasileira.

* Graduado e doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor visitante de Relações Internacionais no Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (Cecs-UFABC), com pesquisa sobre integração financeira na América Latina. Tem interesse em teoria pós-keynesiana, principalmente na visão de Minsky e em temas da conjuntura macroeconômica nacional e internacional, economia do setor público e políticas públicas. Tem contribuições acadêmicas e publicações na área de economia monetária e financeira, incluindo o livro *Integração financeira e regulação bancária na Zona do Euro entre 1999 e 2016* (menção honrosa de 2º lugar no XXX Prêmio Brasil de Economia do Conselho Federal de Economia, em 2024). *E-mail*: alfa.lucc@gmail.com

** Bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) de São Paulo, onde desenvolveu sólida base teórica e analítica em economia política. Durante sua formação acadêmica, destacou-se por sua dedicação à pesquisa científica, tendo realizado uma iniciação científica que aprofundou sua compreensão sobre a dinâmica econômica e o papel estratégico da Petrobras no Brasil. Tem compromisso com a produção de conhecimento crítico e interdisciplinar, voltado para compreender os desafios estruturais da economia nacional. *E-mail*: britto.henrique11@gmail.com

*** Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP) e em Ciências Econômicas pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e doutor em Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em Economia, Desenvolvimento e Sociedade, pela UFABC. Durante o doutorado, realizou pesquisa no International Institute of Social Studies, na Holanda, financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Capes (PDSE-Capes). Docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Seus interesses de pesquisa abrangem temas como moedas sociais e complementares, teoria monetária, história do pensamento monetário, desenvolvimento socioeconômico, economia solidária, economia política do trabalho e história econômica. *E-mail*: hpbsouza@gmail.com

► Texto recebido em 4 de janeiro de 2024; aprovado em 18 de dezembro de 2024.

AGLIETTA, Michel. **Regulación y crisis del capitalismo**: la experiencia de los Estados Unidos. Madrid: Siglo XXI, 1976.

ALMEIDA, Mansueto; LIMA-DE-OLIVEIRA, Renato; SCHNEIDER, Ben Ross. **Política industrial e empresas estatais no Brasil**: BNDES e Petrobras. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2013).

ANP. **Série histórica de preços de combustíveis e de GLP**. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 6 mar. 2025. Disponível em: <www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-abertos/serie-historica-de-precos-de-combustiveis>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 4, p. 604-621, out.-dez. 2003.

BALBINO E SILVA, Abraão. **A teoria da regulação econômica**: apresentação ao MPF/PGR. Brasília: Superintendência de Competição, 2017.

BARRIONUEVO FILHO, Arthur; LUCINDA, Cláudio R. Teoria da regulação. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 47-71.

BAUMOL, William J. On the proper cost tests for natural monopoly in a multiproduct industry. **American Economic Review**, v. 67, p. 809-822, 1977.

BOYER, Robert; MISTRAL, Jacques. **Accumulation, inflation, crises**. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

BURLAMAQUI, Leonardo. Evolutionary economics and the economic role of the state. In: BURLAMAQUI, Leonardo; CASTRO, Ana Célia; CHANG, Ha-Joon (Ed.). **Institutions and the role of the state**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2000.

CARVALHO, Fernando Cardim. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, Edward J. (Ed.). **Ensaios sobre economia política moderna**: teoria e história. São Paulo: Marco Zero, 1989.

CUT; DIEESE. **Implicações econômicas intersetoriais da Operação Lava Jato**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 16 mar. 2021. Disponível em: <www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DANTAS, Eric Gil. O que significou o aumento de preços pela Petrobras?. **A Hora do Povo**, São Paulo, 22 ago. 2023.

FERREIRA, Francimar Cunha. A privatização da Petrobras. **Geografares**, n. 31, 17 dez. 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/geografares/886>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FIORI, José Luís. Para ler o “velho desenvolvimentismo”. **Assecor**, 28 dez. 2011. Disponível em: <<https://assecor.org.br/2011/12/28/para-reler-o-velho-desenvolvimentismo-jose-luis-fiori>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FUP. **Em três anos, preço de combustíveis sobe cinco vezes mais que inflação**. Federação Única dos Petroleiros, 15 fev. 2022 Disponível em: <<https://fup.org.br/em-tres-anos-preco-de-combustiveis-sobe-cinco-vezes-mais-que-inflacao/#:~:text=A%20FUP%20denuncia%20sistematicamente%20os,pre%C3%A7os%20gerados%20por%20essa%20pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GOMES, Ieda. Partilha vs. concessão. **Brasil Energia**, 15 nov. 2019. Disponível em: <<https://editorabrazilenergia.com.br/partilha-vs-concessao>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

IBGE. **Contas nacionais**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

INEEP. **Nova política de preços da Petrobras completa um ano e cumpre seu papel de mitigar a volatilidade dos preços aos consumidores**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 24 maio 2024. Disponível em: <https://ineep.org.br/nova-politica-de-precos-da-petrobras-completa-um-ano-e-cumpre-seu-papel-de-mitigar-a-volatilidade-dos-precos-aos-consumidores/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 10 mar. 2025.

JESSOP, Robert. Toward a Schumpeterian welfare state?: preliminary remarks on post-Fordist political economy. **Studies in Political Economy**, v. 40, 1993. DOI: <<https://doi.org/10.1080/19187033.1993.11675409>>. Acesso em: 3 mar. 2025.

LACERDA, Antônio C. BNDES, Petrobras e a reindustrialização. **Correio Braziliense**, 8 ago.2023. Disponível em: <www.correio braziliense.com.br/opiniaio/2023/08/5115135-artigo-bndes-petrobras-e-a-reindustrializacao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LAFFONT, Jean-Jacques; TIROLE, Jean. **A theory of incentives in regulation and procurement**. Cambridge: MIT Press, 1993.

_____. **Regulation and development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LESSA, Carlos. **Autoestima e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.

MACHADO, Mônica S.; REIS, Ciro M. A Petrobras na nova configuração energética global. **Geo Uerj**, v. 22, n. 2, p. 362-378, jul.-dez. 2011.

MILWARD, H. Brint; PROVAN, Keith G. Governing the hollow state. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 10, n. 2, p. 359-380, 2000.

MOTTA, Massimo. **Competition policy: theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NASSIF, Luís. O preço de paridade internacional da Petrobras, o golpe da década. **Jornal GGN**, 2 maio 2022. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/coluna-economica/o-preco-de-paridade-internacional-da-petrobras-o-golpe-da-decada-por-luis-nassif>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

OCTAVIANI, Alessandro. Estatais e concorrência. **A Terra É Redonda**, 15 out. 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/estatais-e-concorrenca>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ODDONE, Décio. Passado e futuro do marco regulatório do petróleo. **Eixos**, 29 nov. 2021. Disponível em: <<https://epbr.com.br/passado-e-futuro-do-marco-regulatorio-do-petroleo-por-decio-oddone>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

OECD. **Guiding principles for regulatory quality and performance**. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development, 2005.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. **O novo desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social: macroeconomia do desenvolvimento — ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica**. Recife: Editora da UFPE, 2012.

PELTZMAN, Samuel. Toward a more general theory of regulation. **The Journal of Law and Economics**, v. 19, n. 2, p. 211-240, 1976.

PETROBRAS. **Conheça o Cenpes, o centro de pesquisas da Petrobras**. Rio de Janeiro: Petrobras, [s.d.]. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/inovacao-e-tecnologia/centro-de-pesquisa>>. Acesso em 10 mar. 2025.

_____. **Relatório da administração 2023**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2024.

PINTO, Eduardo Costa. Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: a retomada interdita. **Oikos**, v. 19, n. 1, p. 142-163, 2020.

PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele (Org.). **10 anos da Operação Lava Jato: a desestabilização do Brasil**. 2. ed. Bauru: Canal 6, 2024.

RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (Org.). **Regulação e agências reguladoras**. Brasília: Anvisa; Casa Civil da Presidência da República, 2009.

SAUER, Ildo L.; RODRIGUES, Larissa Araújo. Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 185-229, 2016.

SOUZA, Francisco José Rocha de. **A cessão onerosa de áreas do pré-sal e a capitalização da Petrobras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

STIGLER, George J. The theory of economic regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, p. 3-21, 1971.

STIGLITZ, Joseph; WEISS, Andrew. Macro-economic equilibrium and credit rationing. **NBER Working Paper**, n. 2164, February 1987. DOI: <<https://doi.org/10.3386/w2164>>. Acesso em: 3 mar. 2025.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*:

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TOKARSKI, André Pereira R. A política de preços dos combustíveis, o mercado interno e o interesse público. **Princípios**, nº 164, mai./ago.2022.

_____. Foco em rentabilidade ofusca função social da Petrobras. **Le Monde Diplomatique Brasil** On-line, 16 dez.2024. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/foco-em-rentabilidade-ofusca-funcao-social-da-petrobras/>> Acesso em 20 mar.2025

TOLMASQUIM, Maurício. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 26, p. 247-260, 2012.

HARRINGTON, Joseph E.; VERNON, John M.; VISCUSI, W. Kip. **Economics of regulation and antritrust**. 23. ed. Cambridge: MIT Press, 1995.

WARDE, Walfrido. **O espetáculo da corrupção**: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. 1. ed. São Paulo: LeYa, 2018.

Transição demográfica e janela de oportunidade no Brasil

Demographic transition and window of opportunity in
Brazil

José Alderir da Silva*

William Gledson e Silva**

Thiago Geovane Pereira Gomes***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.014>

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da transição demográfica e ao mesmo tempo verificar a ocorrência da janela de oportunidade, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas, principalmente no que se refere a educação, saúde e previdência social. Os dados utilizados compreendem um período de 60 anos, entre 1960 e 2020. O método adotado para analisar a transição demográfica e identificar o bônus demográfico será o definido por Ralph Hakkert e José Eustáquio Diniz Alves. Os resultados mostram que o Brasil se encontra na terceira fase da transição demográfica, com a ocorrência do bônus demográfico, ou seja, com a maior parte da população em idade ativa.

Palavras-chave: Políticas públicas. Bônus demográfico. Razão de dependência.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the evolution of the demographic transition and to assess the occurrence of the window of opportunity, with the aim of contributing to the formulation of public policies, particularly in the areas of education, health, and social protection. The data span a 60-year period from 1960 to 2020. The method used to analyze the demographic transition and identify the demographic bonus follows the approach proposed by Ralph Hakkert and José Eustáquio Diniz Alves. The results indicate that Brazil is currently in the third phase of the demographic transition, characterized by the presence of a demographic bonus — that is, a majority of the population being of working age.

Keywords: Public policies. Demographic bonus. Dependency ratio.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a esperança de vida ao nascer era de 30 anos em 1900, passou para 50 anos em 1950, chegou nos 73 anos em 2000, e em 2020 chegou a quase 77 anos. Assim, o tempo médio de vida do brasileiro aumentou mais de 2,5 vezes em um período de 120 anos. A esperança de vida deve continuar crescendo, mas em um ritmo cada vez menor, a exemplo dos últimos anos.

Esse envelhecimento da população não é restrito a países em desenvolvimento como o Brasil e não ocorre de forma homogênea entre países e regiões. Por exemplo, em países como França, Suécia e Reino Unido, passou-se mais de um século para que aumentasse a proporção de idosos de 14% para 28% da população total. Por outro lado, esse processo foi mais rápido em países como China, Japão e Coreia do Sul, levando cerca de 50 anos. O Brasil é parecido com esses países asiáticos, tendo um aumento exponencial no percentual da população com mais de 65 anos.

Essa mudança demográfica tem sido observada ao longo da história e se intensificou no mundo a partir do século XIX, diante da melhoria de qualidade de vida das pessoas. Durante os séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial provocou um aumento significativo da produção de bens e serviços, que permitiu aumentar o bem-estar da sociedade, com isso aumentando a expectativa de vida e, portanto, gerando o crescimento da população.

Nesse período, os clássicos da teoria econômica passam a se preocupar com as questões demográficas e populacionais. Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus defendem a tese de que o crescimento populacional pode ser um problema para o desenvolvimento econômico, uma vez que a demanda por alimentos e recursos seria maior que a oferta.

Em sua obra *An Essay on the Principle of Population* (1798), Malthus argumenta que, na ausência de controle, a população tende a crescer em progressão geométrica, enquanto os recursos necessários para sustentá-la aumentam em progressão aritmética. Essa disparidade inevitável entre o crescimento populacional e a disponibilidade de recursos, segundo o autor, só pode ser suprida por meio de fenômenos como a miséria, a fome e as doenças, que funcionam como mecanismos de equilíbrio natural.

Fica evidente a preocupação de Malthus com o crescimento populacional e suas consequências sobre a qualidade de vida das pessoas. No entanto, o processo de transição demográfica mostrou que essa hipótese não tinha fundamento, pois, à medida que a população cresceu, o desenvolvimento tecnológico permitiu uma maior produção de alimentos e recursos. No mesmo sentido, a queda na taxa de natalidade provocou uma diminuição da pressão sobre a oferta de alimentos, e os avanços tecnológicos permitiram o aumento da produtividade e do crescimento econômico, sem a restrição de oferta de fatores de produção.

Na verdade, a história mostrou que o processo de transição demográfica abre uma janela de oportunidade para que todos os países busquem o desenvolvimento econômico durante o período do bônus demográfico, no qual a força de trabalho é jovem e proporcionalmente maior que a população de dependentes.

Esse período pode persistir por várias décadas e acelerar o crescimento econômico, reduzindo a desigualdade social e econômica da sociedade. Todavia, caso não aproveite essa oportunidade única, a sociedade pode enfrentar alguns problemas econômicos e sociais difíceis depois de passada a fase do bônus demográfico, como a pressão sobre o sistema de seguridade social, o baixo crescimento econômico e o aumento da pobreza.



O economista Thomas Malthus (1766-1834), pai da teoria conhecida como malthusianismo, que propugna o controle do crescimento populacional

Portanto, aproveitar essa janela de oportunidade é fundamental para o Brasil alcançar o desenvolvimento econômico e evitar problemas futuros com o envelhecimento da população. Segundo Wong e Carvalho (2005), não se trata de garantir apenas o bem-estar da geração atual, mas também o equilíbrio de toda a sociedade.

Assim, o objetivo do presente trabalho será analisar a evolução da transição demográfica e, concomitantemente, verificar a ocorrência da janela de oportunidade, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas, principalmente no que se refere a educação, saúde e previdência social. Além disso, pretende-se analisar alguns indicadores econômicos para averiguar até que ponto o país está aproveitando essa janela de oportunidade.

Para alcançar o objetivo, este artigo está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. A segunda seção faz uma discussão acerca dos clássicos, Malthus, Adam Smith, Ricardo e Marshall, relacionando suas teorias com a questão do crescimento populacional. Na seção seguinte é abordado o tema da transição demográfica e da janela de oportunidade, definindo conceitos e indicadores. A terceira seção realiza uma breve revisão dos principais casos de transição demográfica no mundo. Em seguida, a quarta seção tem por objetivo analisar os principais indicadores da transição demográfica e definir o período de incidência do bônus demográfico. Por fim, as considerações finais.

2. OS CLÁSSICOS E A TEORIA DA POPULAÇÃO

Uma das discussões mais destacadas entre os autores clássicos concerne à ideia de população, pois os autores ligados à teoria econômica, mais particularmente, demonstram notável preocupação com o tamanho populacional, a produção de alimentos e as consequências da relação entre essas questões sintomaticamente fundamentais e com repercussão na atualidade.

Inicialmente, Malthus (1961) apresenta os fundamentos teóricos de sua compreensão acerca da população, isto é, o autor argumenta que os operários (classe pobre) apresentam comportamentos bastante preocupantes no sistema econômico e o aumento do número de pobres impacta na produção de alimentos, prejudicando significativamente a sociedade.

Acrescente-se que o autor sustenta a necessidade de medidas governamentais, como o controle de natalidade, e a inevitabilidade de ações protetivas para as camadas menos favorecidas, como políticas de distribuição de renda. Assim, os controles preventivo e positivo devem operar a fim de tornar semelhante cenário mais adequado socialmente, pois Malthus pensa a economia como um ambiente para favorecimento das classes capitalistas.

A prova da busca pela conservação da ordem social pode estar na aplicação de um controle preventivo de natalidade marcado pela tentativa de inibir o aumento da prole entre os pobres, ao passo que, se esse tipo de controle não for eficiente, deve operar aquele de caráter positivo, por meio de guerras, pestes, não oferta de meios para evitar mortes, sendo que, no limite, pode incluir parcela representativa de pobres a enfrentar a fome, regulando-se assim o contingente populacional.

Malthus (1961) sugere que a desproporcionalidade do crescimento da população *vis-à-vis* a produção de alimentos é ponto central da discussão, sendo pertinente avançar nessa compreensão, dado que os princípios ganham nuances não desprezíveis em outros autores clássicos, como Smith e Ricardo.

Smith (1983) afirma, dentre inúmeros conceitos fundamentais da teoria econômica que encontram ressonância na atualidade, necessariamente, haver indivíduos que vivem de aluguéis (proprietários de terra), lucros (capitalistas) e salários (trabalhadores), denotando um esquema analítico central para a compreensão da dinâmica do sistema econômico.

Assim, Smith reconhece que a classe trabalhadora, a rigor, é a que tem capacidade de gerar valor para o produto social, especialmente no tocante aos processos de divisão técnica do trabalho, a fim de elevar o volume de bens a serem ofertados em atendimento à demanda correspondente ao tamanho do mercado. Em outras palavras, a produtividade do trabalho deve ser ampliada através da divisão técnica (especialização da força de trabalho segundo a destreza individual) para aumentar a oferta do produto socialmente.

Entretanto, o autor clássico supracitado observa que capitalistas e trabalhadores se articulam em classes antagônicas, ou seja, empregadores buscam rebaixar os salários a serem pagos aos trabalhadores, não havendo, no entanto, uma inibição estatal capaz de atenuar esse desajuste social favorável aos capitalistas (dotados da capacidade de suportar por mais tempo conflitos diante dos trabalhadores, em detrimento desses).

Smith (1983) deixa transparecer que o trabalho produtivo é fundamental ao desenvolvimento econômico capitalista e entende que as relações de mercado mostram no número de trabalhadores um importante aspecto a ser considerado, como volume de força de trabalho passível de emprego. Esse aspecto modifica, através das relações entre demanda e oferta de trabalho, o valor do salário natural, cujas variações decorrem das forças de mercado.

Do ponto de vista clássico, prevalece a concepção teórica de Ricardo (1982), em consonância com a de Smith (1983), segundo a qual os movimentos de oferta e demanda de trabalho determinam a variação nos salários pagos aos trabalhadores. Nesse contexto, o salário necessário para garantir as condições mínimas de subsistência dos indivíduos, indispensável para a reprodução social, corresponde ao denominado salário natural.

Fica evidente a preocupação de Malthus com o crescimento populacional e suas consequências sobre a qualidade de vida das pessoas. No entanto, o processo de transição demográfica mostrou que essa hipótese não tinha fundamento, pois, à medida que a população cresceu, o desenvolvimento tecnológico permitiu uma maior produção de alimentos e recursos. No mesmo sentido, a queda na taxa de natalidade provocou uma diminuição da pressão sobre a oferta de alimentos, e os avanços tecnológicos permitiram o aumento da produtividade e do crescimento econômico

Assim, Ricardo (1982) faz uma explicitação acerca de consequências populacionais bastante sintomáticas, voltando a se comparar a Malthus e Smith na medida em que introduz a teoria da renda da terra e sua formalização correspondente, segundo a qual o crescimento populacional requer mais alimentos e determinado conjunto de elementos deve ser observado.

Com efeito, o modelo ricardiano de renda da terra prevê uma ordenação decrescente da fertilidade dos solos, cuja diferenciação altera o modo de preparação dos terrenos a fim de garantir a produção agrícola, de sorte que há um impacto não desprezível no custo de produção nas terras com fertilidade inferior e, conseqüentemente, passa-se a cobrar uma renda (aluguel) sobre aquelas terras mais férteis.

Nesse contexto, o esquema delineado por Ricardo pressupõe uma relação fundamental entre o tamanho da população e a produção de alimentos, evidenciando o desafio econômico de garantir os meios necessários à reprodução social em termos populacionais e ao mesmo tempo atender aos interesses do capital. Ademais, o modelo ricardiano demanda aprimoramentos explicativos no que se refere à dinâmica dos lucros sobre o capital.

De fato, os clássicos, diante do cenário populacional e das condições produtivas, precisariam ter adequado sua compreensão acerca do valor das mercadorias fundamentais, a fim de realçar como o volume de produção pode ser inserido no circuito das trocas, tal como fez Ricardo (1982), que lança mão da ideia de incorporação do tempo de trabalho na valoração das mercadorias.

Uma restante questão decorre da consideração do denominado coefi-



"O processo de transição demográfica abre uma janela de oportunidade para que todos os países busquem o desenvolvimento econômico durante o período do bônus demográfico, no qual a força de trabalho é jovem e proporcionalmente maior que a população de dependentes"

ciente técnico do trabalho, de importância substancial na descrição das relações comerciais internacionalmente. Ricardo (1982) afirma que o tempo médio necessário para a produção de uma unidade de bem permite mensurar a produtividade da mão de obra e, portanto, viabiliza a comparação entre países mais ou menos robustos economicamente.

De forma mais clara, a leitura anterior realça que o mercado de trabalho amalgama agentes com níveis de produtividade distintos. Em outras palavras, a percepção ricardiana torna sintomática a observação de que trabalhadores com maior produtividade ampliam as possibilidades de ganhos comerciais, fortalecendo a hipótese da diferenciação da força de trabalho pelo prisma da produtividade.

Neste ponto faz-se necessário recuperar Marshall (1996), um dos principais expoentes da teoria econômica, que sucede os autores apontados e é entendido como formulador da chamada corrente marginalista, de orientação marcada pela admissibilidade da utilidade marginal decrescente. Esse autor parte da ideia de que a família é a unidade da qual surgem ofertantes de trabalho e consumidores de bens e cujo princípio de racionalidade move as decisões individuais, tanto na aquisição dos bens quanto na oferta de unidades de trabalho.

As ideias de Marshall (1996) trazem uma contribuição sintomática, na medida em que o autor defende a tese de que é pertinente a incorporação de agentes no mercado de trabalho, o que é proveniente da relação entre a desutilidade marginal do trabalho e o salário real, isto é, os indivíduos escolhem ofertar mais ou menos trabalho de acordo com o salário real e não com as necessidades de reprodução social.

Nesses termos, a abordagem de Ricardo e Smith não abrange plenamente a perspectiva marshalliana, que se fundamenta na escolha racional, considerando se o salário real, em relação ao produto marginal do trabalho, incentiva a oferta de trabalho ou a preferência pelo lazer. Essa visão gera uma importante problematização teórica e introduz uma conceituação

distinta das apresentadas anteriormente, com potenciais impactos nas relações de produção de alimentos e na dinâmica populacional.

Esta breve explicitação sobre a teoria clássica e alguns de seus inúmeros autores pretendeu evidenciar elementos consagrados na literatura, sendo pertinente na seção seguinte prosseguir com os apontamentos fundamentais deste artigo.

3. TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E JANELA DE OPORTUNIDADE

Segundo Alves (2008), a transição demográfica ocorre simultaneamente ao processo de desenvolvimento urbano-industrial e é um fenômeno único em cada país. A transição demográfica se caracteriza pela passagem de uma sociedade rural, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para uma sociedade urbana industrial, com baixas taxas de natalidade e mortalidade.

Nesse processo, existem fases de desequilíbrio demográfico em que inicialmente se tem uma queda nas taxas de mortalidade em relação às taxas de natalidade, gerando o crescimento da população. Conforme as taxas de natalidade forem caindo, esse desequilíbrio será resolvido, resultando, no final desse processo, em uma estabilização ou decréscimo da população.

Diversos trabalhos (Alves, 2008; 2020) mostram pelo menos duas explicações para essa queda nas taxas de mortalidade: i) melhoria do padrão de vida da população; ii) avanço das inovações na área de medicina, maior acesso a saneamento básico e outras melhorias relacionadas com a higiene pessoal.

No mesmo sentido, ocorre a redução da natalidade, mas, por via de regra, de forma voluntária. Essa queda não ocorre em meio à crise econômica ou a políticas malthusianas de controle da população, mas acontece diante de um aumento do padrão de vida e em um ambiente de liberdade de escolha, que se inicia entre as camadas com níveis de escolaridade maiores e se expande progressivamente para o restante da sociedade.

A teoria da transição demográfica assegura que o desenvolvimento econômico estaria por trás das mudanças nas taxas de mortalidade e natalidade verificadas nos países europeus. No entanto, o desenvolvimento econômico não é condição *sine qua non* para que ocorra a transição demográfica. Existem diversas explicações para as mudanças nas taxas de mortalidade e natalidade, tais como o tempo de transição até a estabilidade do crescimento populacional, que pode variar entre algumas décadas e mais de um século.

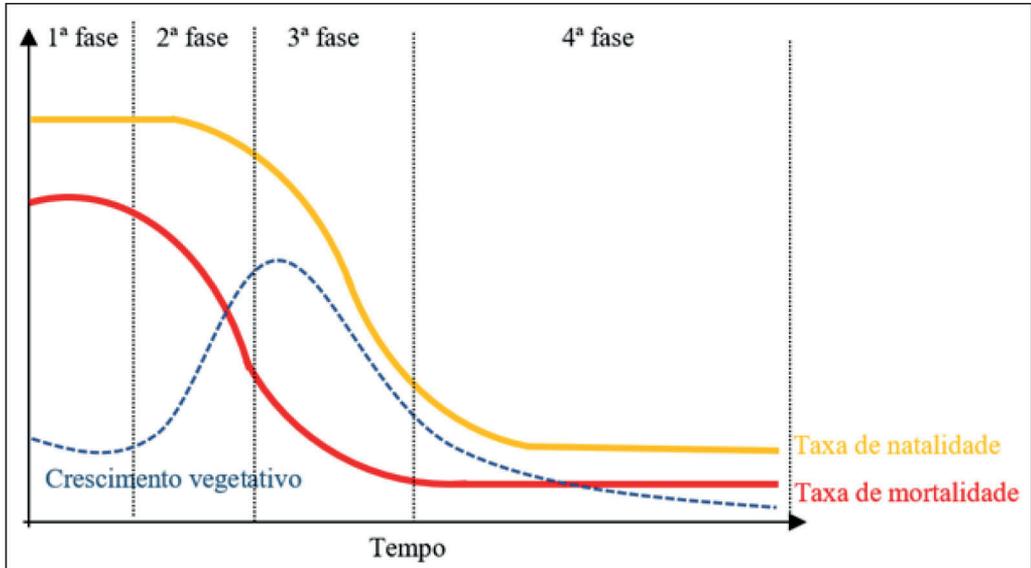
Assim, a teoria da transição demográfica explica o comportamento da população ao longo do tempo, buscando identificar a mudança no perfil demográfico, caracterizada por quatro fases, pelas quais todos os países devem passar ao longo do tempo.

A primeira fase é chamada de pré-transição, em que ocorre um baixo crescimento vegetativo como resultado das altas taxas de mortalidade e natalidade. Na fase seguinte, a taxa de natalidade se mantém elevada, mas a taxa de mortalidade começa a cair, o que resulta em um explosivo crescimento vegetativo, acelerando-se, portanto, o crescimento da população, composta em grande parte por crianças.

Depois da transição da mortalidade, ocorre a terceira fase, a transição da natalidade. Nessa fase, a queda na taxa de fecundidade provoca a redução da natalidade, com a taxa de mortalidade baixa, e tem-se também a queda do crescimento vegetativo. Essa fase é aquela em que a maior parte da população se encontra em idade ativa. Por fim, na quarta fase, há a

estabilização demográfica causada pelo baixo crescimento das taxas de natalidade e mortalidade, o que resulta em um crescimento vegetativo próximo de zero ou negativo. Essa fase está relacionada com o envelhecimento da população.

Gráfico 1 — Fases da transição demográfica



Fonte: elaboração própria.

Portanto, a transição demográfica provoca uma mudança na estrutura etária da população. No período de pré-transição, quando há altas taxas de natalidade e de mortalidade, o crescimento vegetativo é baixo e a estrutura etária é jovem. Com a queda da mortalidade, a estrutura se torna ainda mais jovem na primeira fase da transição demográfica.

Na fase seguinte, com o início da queda da taxa de natalidade e a persistente queda na taxa de mortalidade, inicia-se o processo de envelhecimento da população e se observa um aumento da população em idade ativa. Isso porque a taxa de fecundidade cai rapidamente, mas a parte idosa da população é relativamente pequena.

Na fase final, com a queda das taxas de natalidade e mortalidade, o crescimento da população se estabiliza, ocorrendo uma diminuição da população em idade ativa e um maior envelhecimento da estrutura etária.

Na segunda fase de transformação da estrutura etária da população, ocorre o que a literatura (Carvalho; Wong, 1995; Huang, 2004) denominou de *janela de oportunidade* ou *bônus demográfico*. Conforme Turra e Fernandes (2020), o *bônus demográfico* é definido como um período no qual a estrutura etária apresenta menos idosos, crianças e adolescentes e mais pessoas com idade economicamente ativa, de forma que essas condições demográficas permitem ao país obter uma taxa de crescimento econômico maior e, portanto, ampliar o bem-estar social.

O *bônus demográfico* é considerado uma oportunidade para o crescimento econômico, dado que uma maior proporção da população em idade ativa pode resultar em aumento da produção e da oferta da mão de obra e contribuir para redução da pobreza e aumento da renda *per capita*. Todavia, isso não ocorre de forma automática: é um potencial único, que pode ser aproveitado ou não pelos países durante o processo de transição demográfica. Para

O desenvolvimento econômico não é condição *sine qua non* para que ocorra a transição demográfica. Existem diversas explicações para as mudanças nas taxas de mortalidade e natalidade, tais como o tempo de transição até a estabilidade do crescimento populacional, que pode variar entre algumas décadas e mais de um século

que a janela de oportunidade seja aproveitada de forma eficiente, devem ocorrer investimentos em educação com o objetivo de capacitar profissionais para que a população em idade ativa alcance o máximo de produtividade.

Portanto, o resultado do bônus demográfico vai depender de vários fatores, como os econômicos, institucionais, relativos ao comportamento da família etc., bem como do sucesso das políticas sociais, educacionais e macroeconômicas, no sentido de criar meios para o melhor aproveitamento dessa janela de oportunidade (Alves, 2020; Mason *et al.*, 2015; Rios-Neto, 2005; Wong; Carvalho, 2005).

Não obstante, o bônus demográfico é um fenômeno único e temporário, de modo que, conforme a população envelhece, tem-se um aumento da dependência econômica, que exige investimentos nas áreas de saúde e previdência social para garantir o bem-estar dos idosos. Por isso, é importante que as políticas públicas considerem esse fenômeno e sejam planejadas de forma a garantir a sustentabilidade econômica e social no longo prazo.

Se por um lado existe um relativo consenso de que esse bônus demográfico é real e temporário, o mesmo não se observa no que diz respeito à forma de identificá-lo, existindo diversos meios e critérios para medir a extensão temporal do dividendo demográfico, como também é conhecido.

De acordo com Hakkert (2007), o início do bônus demográfico ocorre quando a percentagem da população de crianças e adolescentes (0-14 anos) fica abaixo de 30%, e o fim dele ocorre quando a percentagem da população idosa (65 anos ou mais) fica acima de 15% da população total do país.

Uma terceira forma de medir a extensão temporal do bônus demográfico, conforme Alves (2008), é comparar o percentual da população em idade ativa (PIA) com a razão de dependência (RD). A RD é um indicador demográfico que mede a proporção de indivíduos considerados economicamente dependentes em relação à população potencialmente ativa. Esse indicador é calculado a partir da razão entre a população que se encontra fora da idade ativa (crianças de 0 a 14 anos e idosos com 65 anos ou mais) e a população em idade ativa (população entre 15 e 64 anos). O início do bônus acontece quando a percentagem da população de 15 a 64 anos é igual ou superior à RD e termina quando a percentagem da PIA for igual ou inferior à RD.

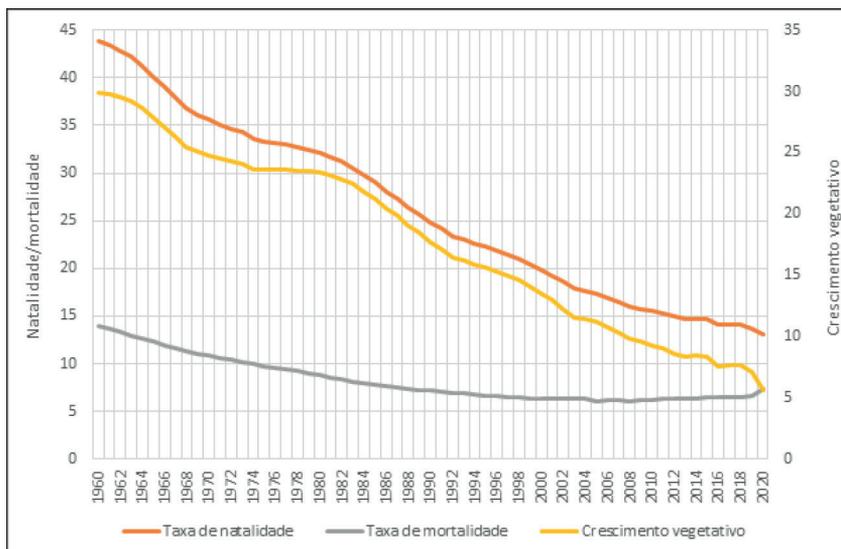
Independentemente da forma de calcular a extensão temporal do bônus demográfico, dada a maior percentagem da população em idade ativa e a menor percentagem da população idosa durante algumas décadas, espera-se que, ao se fechar a janela de oportunidade de um país, ele tenha alcançado um estágio de desenvolvimento econômico e social suficiente para custear os gastos com a crescente população idosa em face de uma parcela pequena e decrescente de jovens.

4. O BÔNUS DEMOGRÁFICO NO BRASIL

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da transição demográfica e ao mesmo tempo verificar a ocorrência da janela de oportunidade. Os dados utilizados compreendem um período de 60 anos, entre 1960 e 2020.

Como visto na terceira seção, a transição demográfica se caracteriza por quatro fases, mas vamos analisar a situação do Brasil a partir da terceira fase, uma vez que o país já passou pela fase de elevadas taxas de mortalidade e natalidade e também pela fase do *baby boom*. Assim, como pode ser observado no gráfico 2, em 1960 o Brasil ainda apresenta uma taxa de natalidade alta, com uma taxa de mortalidade em queda, o que indica a ocorrência da terceira fase da transição demográfica. Todavia, essas taxas tiveram trajetória de queda. Em 1960, a taxa de natalidade era de 43,86, enquanto a taxa de mortalidade era de 14,02, ambas por mil habitantes. Em outras palavras, isso significa que em 1960 ocorreram em média 44 nascimentos e 14 óbitos a cada mil pessoas. Já em 2020, as taxas caíram para 13,08 e 7,42, respectivamente, sendo a maior queda na taxa de natalidade. Diante disso, a taxa de crescimento vegetativo também caiu, provocando a redução do ritmo de crescimento populacional. Esses resultados indicam que o Brasil se encontra no final da terceira fase, e em direção à quarta fase da transição demográfica.

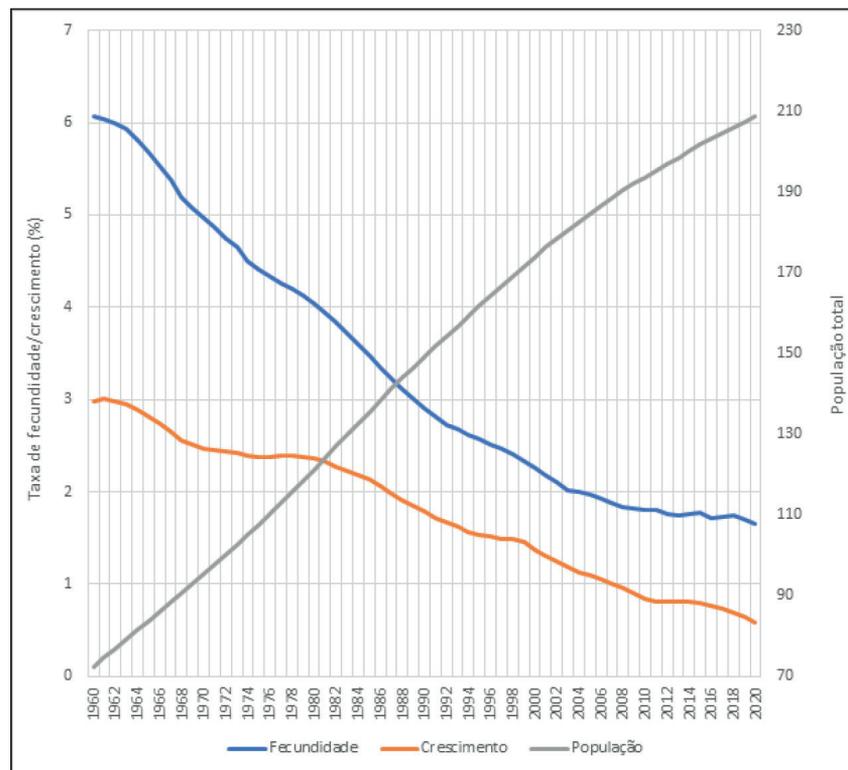
Gráfico 2 — Taxas de natalidade e mortalidade (nascidos vivos/óbitos por mil habitantes) e crescimento vegetativo no Brasil — 1960-2020



Fonte: World Bank Group (2024).

Essa queda brusca da taxa de natalidade no Brasil se deve à queda da taxa de fecundidade. O gráfico 3 mostra que a taxa de fecundidade era de 6,1 nascimentos por mulher em 1960 e passou para 1,6 em 2020. Como resultado, observa-se um crescimento da população, mas um crescimento cada vez menor ao longo do tempo. A taxa de crescimento da população, que era de 3% em 1960, também caiu, sendo de apenas 0,5% em 2020.

Gráfico 3 — Taxa de fecundidade (nascidos vivos por mulher) e de crescimento da população (%) e população total no Brasil — 1960 a 2020



Fonte: World Bank Group (2024).

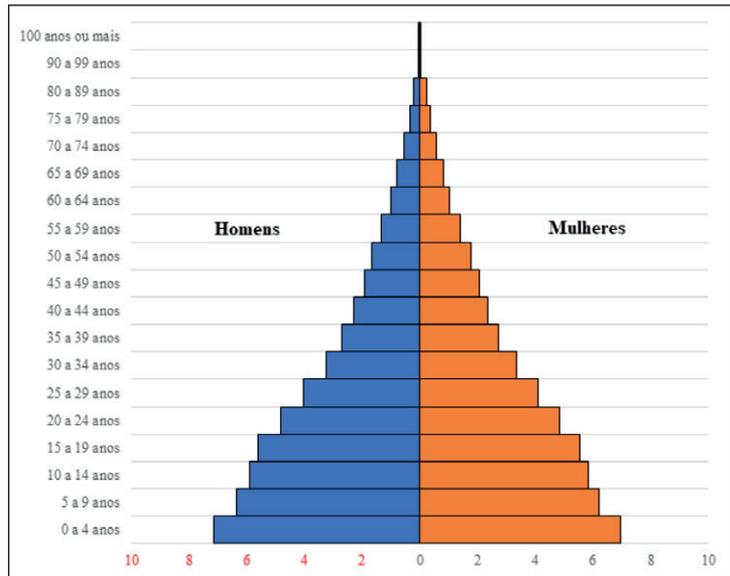
Como resultado, observa-se que entre 1980 e 1990 a população no Brasil aumentou em 28 milhões de pessoas, entre 1990 e 2000 ocorreu um incremento de 25 milhões, entre 2000 e 2010 houve um acréscimo de 20 milhões, e entre 2010 e 2020 existiam 17 milhões a mais de brasileiros. Ou seja, a queda na taxa de fecundidade, ao reduzir a taxa de natalidade, tem reduzido o crescimento da população no país, sendo este menor a cada ano. Caso esse processo continue, a tendência é que a população no Brasil pare de crescer e comece a diminuir, ocorrendo um aumento da participação da população idosa em relação ao total.

Nessa terceira fase da transição demográfica, acontece o bônus demográfico, que se pode conceituar como um período em que a estrutura etária de uma população é composta por um maior número de pessoas em idade economicamente ativa em relação à quantidade de dependentes. É possível identificar o bônus demográfico analisando-se a transformação das pirâmides etárias da população brasileira, uma vez que a transição demográfica é sempre acompanhada de uma mudança na estrutura etária da população (Alves; Cavenaghi, 2012).

Os gráficos 4, 5, 6 e 7 mostram a evolução da estrutura etária da população do Brasil no período de 1960 a 2020; neles é possível identificar a janela de oportunidade conforme os conceitos definidos na terceira seção. Em 1960, a participação das crianças e adolescentes era de 44,09% da população, o que mostra que o bônus demográfico ainda não tivera início. Esse percentual passou para 38,42% em 1980, ficando abaixo de 30% nos anos 2000.

Em 1960, havia 12 milhões de crianças de 0 a 4 anos de idade, sendo 6,5 milhões de meninos e 6,4 milhões de meninas. Esse grupo representava 17,7% da população total, enquanto havia 3,2 milhões de idosos com 60 anos ou mais, representando 4,3% da população brasileira (gráfico 4).

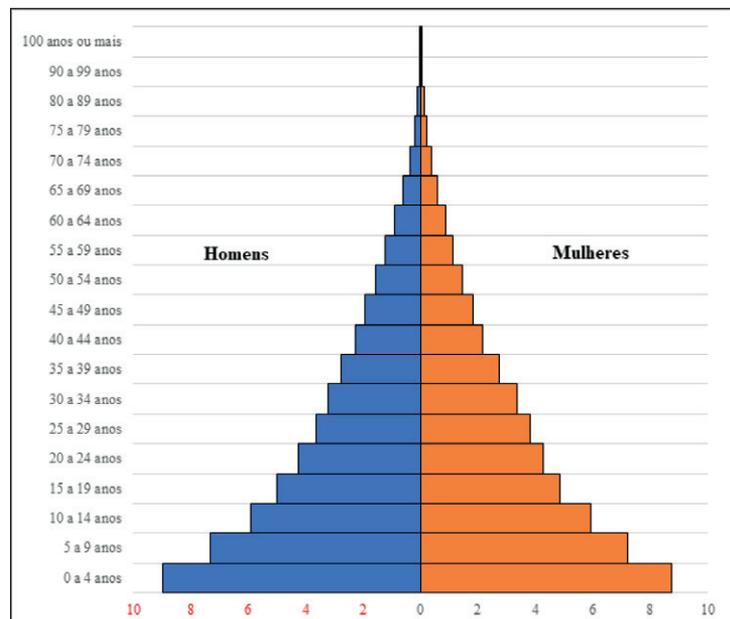
**Gráfico 4 —
Pirâmide etária do
Brasil — 1960**



Fonte: IBGE (s.d.).

Em 1980, havia no país pouco mais de 17 milhões de crianças de 0 a 4 anos, representando 14% da população, sendo 8,7 milhões de meninos e 8,5 milhões de meninas. No mesmo ano, havia 7,2 milhões de idosos, que representavam 5,8% da população (gráfico 5).

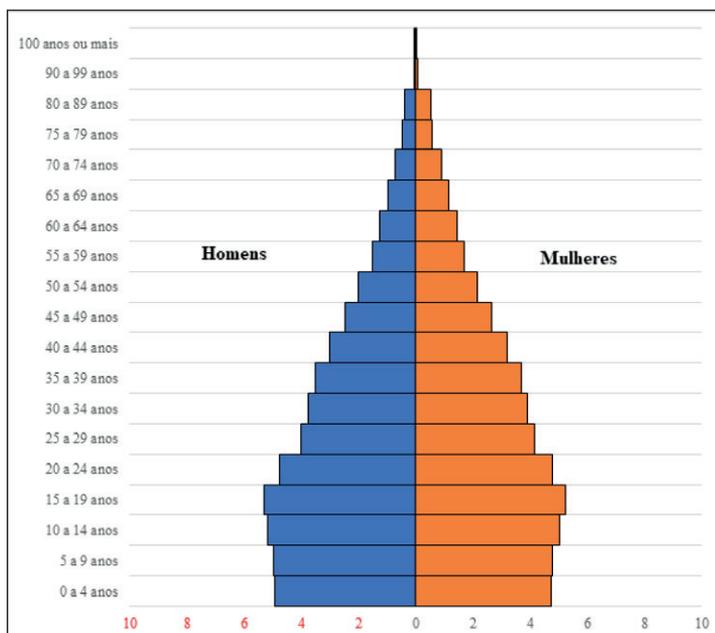
**Gráfico 5 —
Pirâmide etária do
Brasil — 1980**



Fonte: IBGE (s.d.).

No ano de 2000, o total de crianças foi de 16,3 milhões, mas em termos relativos caiu para 9,6% da população total, sendo 4,9% de meninos e 4,7% de meninas. Por outro lado, a população idosa chegou a 14,5 milhões de pessoas, representando 8,5% da população brasileira (gráfico 6).

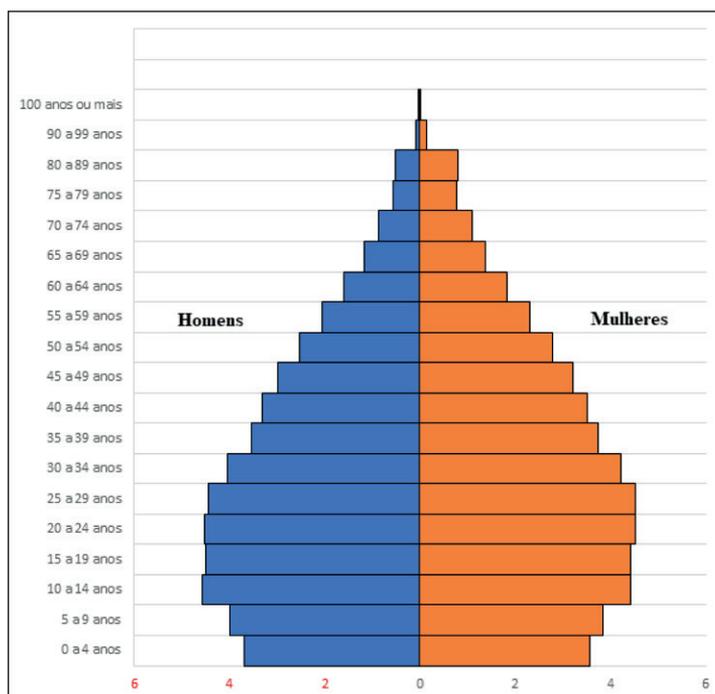
**Gráfico 6 —
Pirâmide etária do
Brasil — 2000**



Fonte: IBGE (s.d.).

Em 2010, a população idosa aumenta para 20 milhões de pessoas, representando 10,8% da população total, enquanto ocorreu uma redução do número de crianças para 13,7 milhões, reduzindo-se sua participação para 9,2% (gráfico 7).

**Gráfico 7 —
Pirâmide etária do
Brasil — 2010**

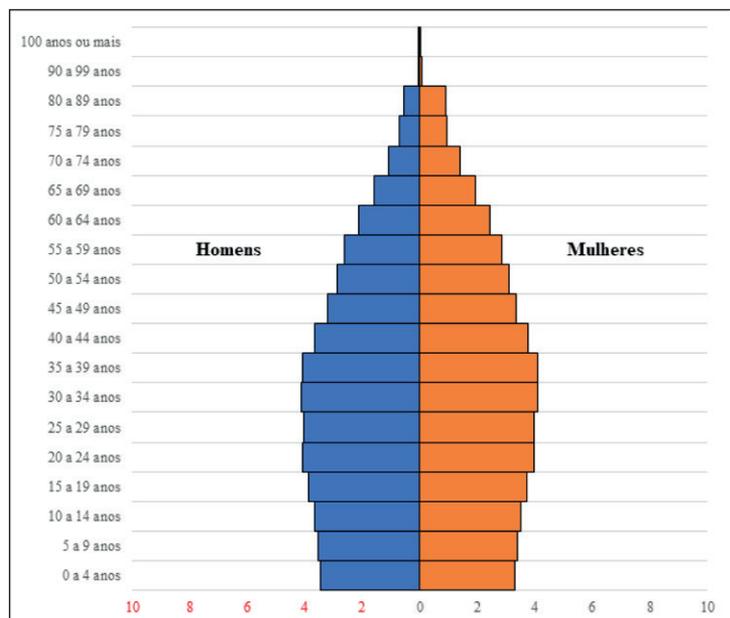


Fonte: IBGE (s.d.).

O bônus demográfico é considerado uma oportunidade para o crescimento econômico, dado que uma maior proporção da população em idade ativa pode resultar em aumento da produção e da oferta da mão de obra e contribuir para redução da pobreza e aumento da renda *per capita*. Todavia, isso não ocorre de forma automática: é um potencial único, que pode ser aproveitado ou não pelos países

Em 2020, embora se tenha um aumento do número absoluto de crianças de 0 a 4 anos para 14,4 milhões, sua participação continua em queda, passando para 6,7% da população total. Já a população de idosos com 60 anos ou mais cresce para quase 30 milhões de pessoas, aumentando sua participação para 13,8% da população total do Brasil (gráfico 8).

**Gráfico 8 —
Pirâmide etária do
Brasil — 2020**



Fonte: IBGE (s.d.).

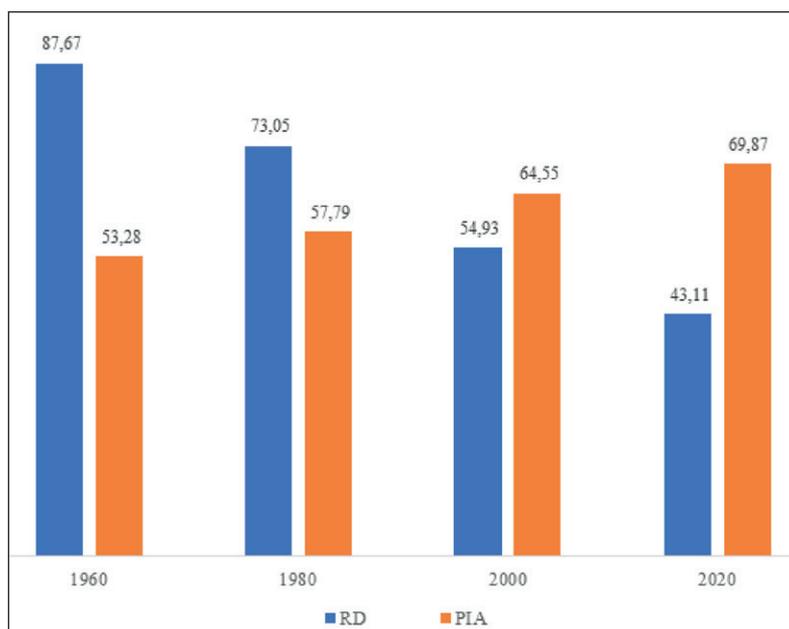
Segundo Alves (2008), estima-se que em 2100 a base da pirâmide será menor que a base de 1960, mas o topo deverá ser muito maior, indicando o rápido processo de envelhecimento da estrutura etária da população brasileira.

Essa mudança na composição da população pode ser percebida visualmente nas pirâmides etárias da população brasileira, cujas bases se tornam cada vez menores até que, no

ano de 2000, a participação das crianças e adolescentes chega a 29,6%, sinalizando o início do bônus demográfico no país, de acordo com o critério de Hakkert (2007).

Segundo Alves (2008), o início do bônus demográfico ocorre quando o percentual da população em idade ativa é igual ou superior ao indicador de razão de dependência. No gráfico 9, encontram-se os dados da PIA e da RD que permitem identificar o início do bônus demográfico. Pelo critério definido em Alves (2008), o bônus demográfico também teve início no Brasil no ano 2000, quando a PIA foi maior que o indicador de razão de dependência: 64,55% e 54,93%, respectivamente.

Gráfico 9 — Razão de dependência (RD) e população em idade ativa (PIA) — Brasil, 1960-2020



Fonte: elaboração própria, com base em World Bank Group (2024).

Porém, o fim da janela de oportunidade ainda parece um pouco distante segundo ambos os critérios, uma vez que, pelo critério de Hakkert (2007), a participação da população com mais de 65 anos está abaixo dos 15%, e, pelo critério de Alves (2008), o indicador de razão de dependência é inferior à PIA. Isso significa que o Brasil ainda tem oportunidade de aproveitar essas condições de sua estrutura etária para obter um nível de renda *per capita* maior e alcançar uma situação econômica de país desenvolvido.

Para Alves (2008), esse alargamento dos horizontes de sobrevivência é uma condição essencial para investimentos em educação, ampliação do capital humano e, portanto, para o desenvolvimento econômico e a melhoria do bem-estar da população.

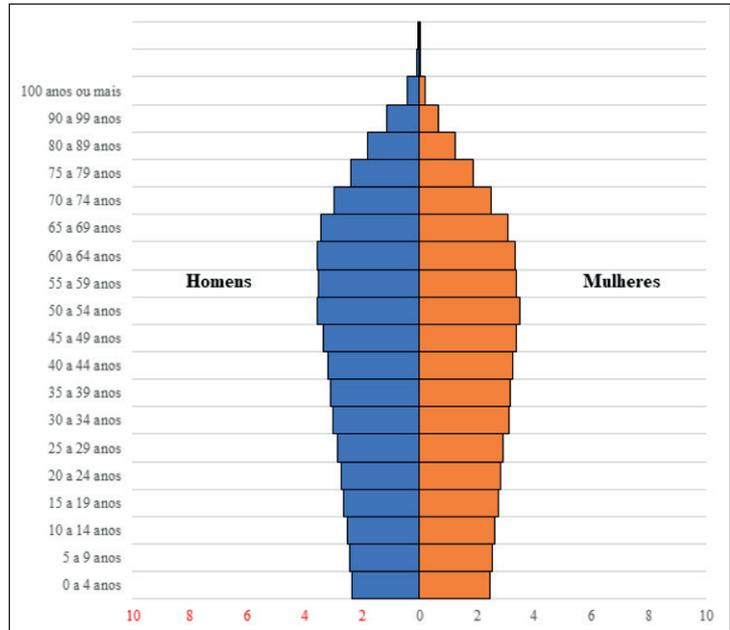
O problema é que essa dinâmica populacional pode gerar um efeito negativo relevante na economia brasileira, já que, se não forem postas em prática políticas econômicas e sociais adequadas, o país pode perder uma grande oportunidade de se desenvolver durante o processo de transição demográfica.

Com o fim da janela de oportunidade, a população jovem e em idade ativa diminui, enquanto a população de idosos aumenta. No ano de 2050, espera-se que ocorra uma queda

do número de crianças de 0 a 4 anos para 11 milhões e um aumento para 66,4 milhões de idosos com 60 anos ou mais. Em 2100, a participação das crianças de 0 a 4 anos será de apenas 4%, e a de idosos será de quase 40% do total da população brasileira.

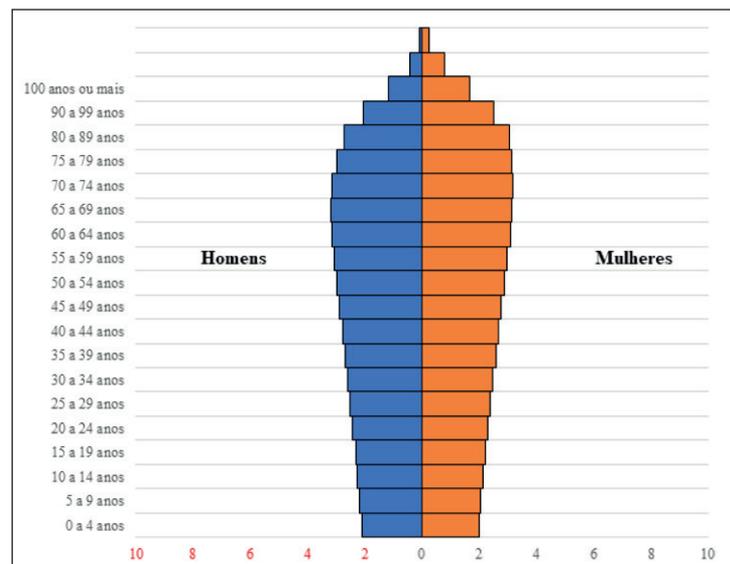
Como pode ser visto nas pirâmides etárias de 2050 e 2100 (gráficos 10 e 11), construídas a partir de projeções das Nações Unidas, a tendência é de diminuição da base da pirâmide e aumento do seu topo, decorrendo disso que ela assumiria um formato de pão, indicativo do predomínio de população idosa (United Nations, 2024).

**Gráfico 10 —
Pirâmide etária do
Brasil — 2050**



Fonte: United Nations (2024).

**Gráfico 11 —
Pirâmide etária do
Brasil — 2100**

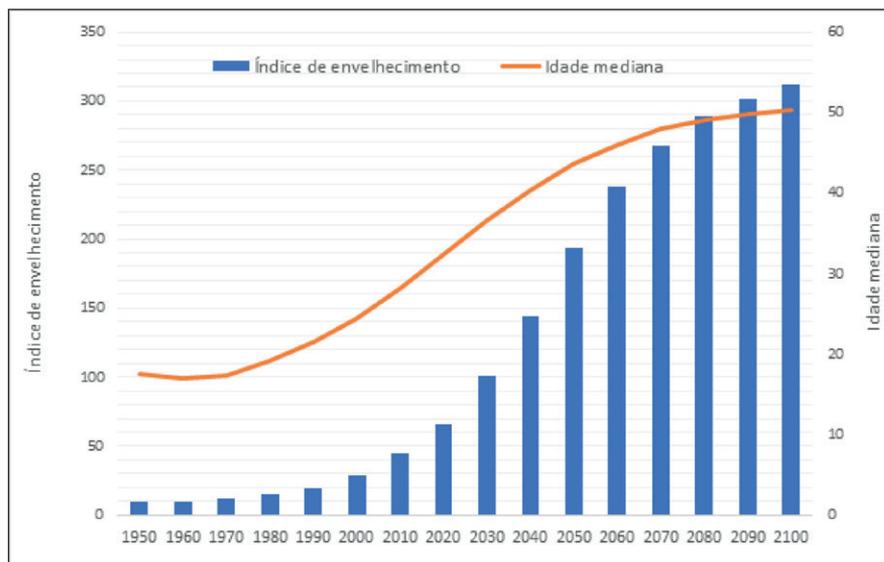


Fonte: United Nations (2024).

Esse contínuo processo de envelhecimento da população brasileira também pode ser observado pelo índice de envelhecimento e pela idade mediana. O índice de envelhecimento mostra a razão entre o número de idosos (com 60 anos ou mais) e o número de crian-

ças e adolescentes (0 a 14 anos), multiplicado por 100. Isto é, o índice de envelhecimento mostra a razão entre o topo e a base da pirâmide etária, ou seja, mostra a proporção de idosos para cada 100 crianças e adolescentes. O gráfico 12 mostra a evolução desse indicador desde 1950, incluindo projeções até 2100.

Gráfico 12 — Índice de envelhecimento e idade mediana da população brasileira — 1950-2100



Fonte: United Nations (2024).

Em 1950, o índice de envelhecimento mostra que existiam 9,4 idosos para cada 100 crianças e adolescentes. Em 2020, essa proporção aumentou para 66,32, e em 2030 espera-se uma proporção de 100,62 idosos para 100 crianças e adolescentes. Para 2050, esse indicador quase dobra, 193,33, e em 2100 haverá 312,31 idosos para cada 100 crianças e adolescentes, ou seja, as projeções indicam que a população de idosos será mais do que o triplo da população de crianças e adolescentes, existindo 3 idosos para cada criança.

A idade mediana é uma medida que apresenta o ponto de corte entre a metade superior e a metade inferior da estrutura de idade. O gráfico 12 também mostra a evolução e projeções desse indicador. Em 1950, a mediana mostra que metade da população estava abaixo dos 18 anos, portanto 50% da população era menor de idade. Em 2000, a mediana passou para 24 anos, e em 2020 chegou a 32 anos. As projeções indicam que em 2050 metade da população terá abaixo de 44 anos, e em 2100 mais de 50% da população estará com mais de 50 anos — sendo que em 1950 essa parte da população correspondia a 9% do total da população brasileira.

A população brasileira está envelhecendo, mas, diferentemente de outros países, como Japão e Coreia do Sul, esse envelhecimento não está sendo acompanhado de enriquecimento. O Brasil ainda não resolveu os problemas de uma sociedade jovem, como saneamento e educação básicos, e vai precisar resolver problemas de uma população idosa, como previdência e saúde. E, caso não consiga aproveitar a janela de oportunidade atualmente aberta, as dificuldades serão ainda maiores.

O problema é que essa dinâmica populacional pode gerar um efeito negativo relevante na economia brasileira, já que, se não forem postas em prática políticas econômicas e sociais adequadas, o país pode perder uma grande oportunidade de se desenvolver durante o processo de transição demográfica

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a evolução da transição demográfica, como também verificar a ocorrência da janela de oportunidade, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas, principalmente no que se refere a educação, saúde e previdência social. De maneira específica, analisou alguns indicadores econômicos para verificar até que ponto o país está aproveitando essa janela de oportunidade. A metodologia adotada foi a definida por Hakkert (2007) e Alves (2008).

Quanto aos resultados, é possível destacar alguns pontos. Em 1960, ocorreram 44 nascimentos e 14 óbitos a cada mil pessoas. Já em 2020, essas taxas caíram para 13 e 7 por mil habitantes, sendo maior a queda da taxa de natalidade. Diante disso, a taxa de crescimento vegetativo também caiu, refletindo a diminuição do crescimento populacional. Esses resultados indicam que o Brasil se encontra no final da terceira fase da transição demográfica e em direção à quarta fase.

Outro ponto que merece destaque é a relação entre a taxa de fecundidade e a de natalidade. De maneira geral, para a amostra analisada, o Brasil apresentou uma redução em ambas. Isso implica, *coeteris paribus*, a estagnação do crescimento da população brasileira e o aumento da participação da população idosa no total de habitantes.

A análise da evolução da estrutura etária da população brasileira entre 1960 e 2020 permitiu identificar a janela de oportunidade através do critério de Hakkert (2007). Destaca-se uma mudança na composição das pirâmides etárias da população, com um afunilamento da base e uma participação de crianças e adolescentes de 29,6% no início dos anos 2000.

O estudo realizado por Alves (2008) também sinalizou que o bônus demográfico brasileiro se iniciou no ano 2000, com uma PIA igual a 64,55% e o indicador de razão de dependência próximo de 55%. Assim, os dois critérios permitem inferir que o fim da janela de oportunidade do Brasil está um pouco distante. Isso significa a existência de oportunidades para aproveitar as condições da estrutura etária que permitam alcançar um maior nível de renda *per capita* e um maior e melhor desenvolvimento econômico.

E, por fim, as projeções da United Nations (2024) mostram o estreitamento da base da pirâmide e o alargamento do seu topo, de maneira que deve ocorrer um aumento da população idosa entre 2050 e 2100. Também é válido analisar o índice de envelhecimento e a idade mediana. Ambos sinalizam o crescimento da população de idosos em relação à quantidade de crianças e adolescentes.

Portanto, é urgente o aproveitamento do bônus demográfico, conciliado com políticas de qualificação dos trabalhadores em idade econômica ativa junto com a melhoria institucional do ambiente de negócios. A aplicação de políticas macroeconômicas de estímulo ao aumento da produtividade e do estoque de capital humano possibilitará o aumento do setor formal e, conseqüentemente, maior crescimento econômico e aumento de bem-estar das atuais e futuras gerações.

* Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bacharel e mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Departamento de Engenharias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Denge-Ufersa). Líder do Laboratório de Estudos Populacionais e Desenvolvimento Sustentável (Lepds-Ufersa). *E-mail*: jose.silva@ufersa.edu.br

** Bacharel e mestre em Economia e pós-doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). Membro do Lepds. *E-mail*: williangledson@gmail.com.

*** Bacharel e doutor em Economia pela UFPB, mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor adjunto I do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande (CCTA-UFCEG). Membro do Lepds. *E-mail*: thiagogeovanep@gmail.com

► Texto recebido em 9 de maio de 2023; aprovado em 8 de janeiro de 2025.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, p. 1-18, 2020.

_____. **Como medir o tempo de duração do bônus demográfico**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008.

_____; CAVENAGHI, Suzana. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, n. 2, 2012.

BLOOM, David; CANNING, David; SEVILLA, Jaypee. Economic growth and the demographic transition. **NBER**, Working Paper n. 8685, 2001.

CARVALHO, José Alberto Magno de; WONG, Laura Rodríguez. **A window of opportunity**: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 1995.

HAKKERT, Ralph. The demographic bonus and population in active ages. **Research Paper**, v. 7, p. 1-44, 2007.

HUANG, Rongbing. **Testing the windows-of-opportunity theory of capital structure**. Gainesville: University of Florida, 2004.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [s.d.]. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 22 jan. 2024.

LEE, Ronald. Age structure, intergenerational transfers, and economic growth: an overview. **Revue Économique**, v. 21, n. 6. p. 1129-1156, 1980.

_____; MASON, Andrew. What is the demographic dividend?. **Finance and Development**, Washington, D.C., v. 43, n. 3, 2006.

MALTHUS, Thomas. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**: ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural, 1961.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia tratado introdutório**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASON, Andrew. **Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries**. Mexico, D.F.: United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implication of Changing Population Age Structures, 2005.

_____ *et al.* **Aging and the changing nature of intergenerational flows**: policy challenges and responses. Washington, D.C.: NTA; World Bank Project, 2015.

QUEIROZ, Bernardo; TURRA, Cassio. **Window of opportunity**: socioeconomic consequences of demographic changes in Brazil. Washington, D.C.: NTA, 2010.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 22, p. 371-408, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

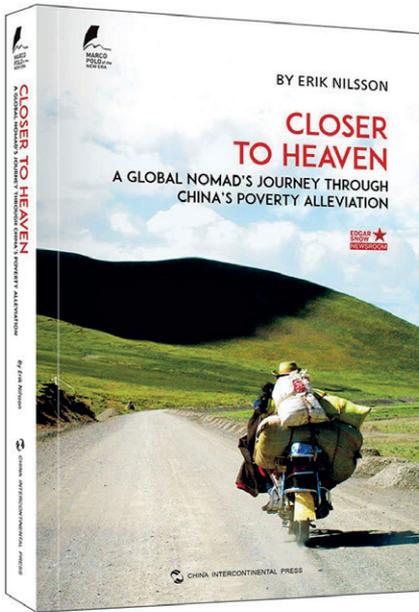
TURRA, Cassio. Os ajustes inevitáveis da transição demográfica no Brasil. In: ANDRADE, Mônica Viegas; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta (Ed.). **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. Cedeplar-UFMG, 2018. (Coleção População e Economia). p. 184-307.

_____; FERNANDES, Fernando. Demographic transition: opportunities and challenges to achieve the sustainable development goals in Latin America and the Caribbean. **Project Documents**, ECLAC-United Nations, 2020.

UNITED NATIONS. **World population prospects**. New York: United Nations, 2024.

WONG, Laura Rodríguez; CARVALHO, José Alberto Magno de. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil. In: IUSSP GENERAL POPULATION CONFERENCE, 25., 18-23 July 2005, Tours, France. **Anais...** Tours: IUSSP, 2005.

WORLD BANK GROUP. **Population estimates and projections**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2024. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/population-estimates-and-projections/Type/TABLE/preview/on#>>. Acesso em: 22 jan. 2024.



NILSSON, Erik.

Closer to heaven: a global nomad's journey through China's poverty alleviation.

Pequim: China Intercontinental Press, 2021.

363 p.

Um panorama detalhado sobre o sucesso da erradicação da pobreza na China

A detailed overview about China's successful poverty eradication

Andrea César López*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.015>

O sucesso das iniciativas de redução da pobreza empreendidas pela República Popular da China tem atraído atenção cada vez maior de estudiosos em todo o mundo. Ao longo das últimas quatro décadas, a China foi responsável por cerca de 70% dos avanços na redução da pobreza global (Cf. Liu *et al.*, 2009). Tais esforços tiveram origem nas políticas públicas implementadas pelo Partido Comunista da China após o triunfo da revolução em 1949, impulsionadas e aprimoradas ao final da década de 1970 e chegando ao seu apogeu no século atual (China, 2021). O impacto dessas políticas não apenas transformou as condições de vida de centenas de milhões de pessoas, mas também redefiniu o papel da China no cenário global como um exemplo de sucesso em desenvolvimento socioeconômico. Além disso, o modelo chinês de redução da pobreza oferece lições valiosas para outros países em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à implementação de estratégias governamentais eficazes e de longo prazo.

Em *Closer to heaven: a global nomad's journey through China's poverty alleviation* [Mais perto do céu: a jornada de um nômade internacional acompanhando a campanha de redução da pobreza na China], Erik Nilsson, jornalista estadunidense agraciado com o Prêmio de Amizade da China, empreende uma análise acerca da ampla jornada que realizou ao longo do território chinês, fruto das atividades desenvolvidas pelo autor por cerca de 20 anos. O livro de Nilsson oferece uma visão abrangente sobre a multifacetada campanha de erradicação da pobreza em curso na China, trazendo importantes contribuições para o entendimento dos mecanismos e impactos profundos das iniciativas dirigidas pelo governo chinês. Através de seus relatos e avaliações, o autor entrelaça uma miríade de experiências e conexões interpessoais acumuladas durante as viagens e investigações feitas no interior do país.

Um dos momentos fundamentais narrados por sua obra diz respeito ao terremoto de 12 de maio de 2008, que tirou a vida de milhares de habitantes de Wenchuan localizado na província de Sichuan. Nilsson ilumina o espírito indomável e a resiliência da população local em meio ao caos, enquanto também investiga as medidas proativas tomadas e as lições valiosas aprendidas no rescaldo dos acontecimentos. Dessa forma, ele ilustra não só a importante e eficiente participação do Estado na reconstrução da região, mas também a mobilização maciça da sociedade em prol da consecução dos objetivos coletivos.

O autor oferece um exame sutil das dinâmicas sociais nas comunidades do planalto Qinghai-Tibet, onde a introdução de painéis solares em 2011 catalisou um aumento significativo de oportunidades educacionais e econômicas. Esse empreendimento transformador, aliado às iniciativas governamentais voltadas para o desenvolvimento infraestrutural, demonstra a profunda metamorfose socioeconômica vivenciada por comunidades de Qinghai.

No terceiro capítulo da obra, intitulado “Da pobreza à prosperidade”, o autor inicia suas observações com uma comovente declaração de Huang Dafa, um cidadão comum chinês: “Não devemos esperar que as coisas aconteçam. Décadas da minha vida poderiam ter passado sem nada acontecer.” (Nilsson, 2021, p. 263) Essas palavras encapsulam os sentimentos desse cidadão enquanto contribuía incansavelmente para a abertura de um canal através dos penhascos para abastecer de água Caowangba, nos arredores da cidade de Zunyi, província de Guizhou. Sua narrativa sintetiza a busca coletiva pelo bem comum e o poder da união em direção a um objetivo compartilhado. Nesse capítulo, Nilsson também explora o processo de adaptação vivenciado pelos habitantes de Yikoudao, um assentamento localizado no condado autônomo Yanhe Tujia, também em Guizhou, após sua realocação para

China Daily



Erik Nilsson, jornalista estadunidense agraciado com o Prêmio de Amizade da China, empreende uma análise acerca da ampla jornada que realizou ao longo do território chinês

O livro de Nilsson oferece uma visão abrangente sobre a multifacetada campanha de erradicação da pobreza em curso na China, trazendo importantes contribuições para o entendimento dos mecanismos e impactos profundos das iniciativas dirigidas pelo governo chinês

Tongren, uma cidade-prefeitura situada no Sudoeste da China, como parte de iniciativas de redução da pobreza através dos reassentamentos. Além do mais, são detalhadas histórias cotidianas do povo chinês envolvendo a busca por empregos e moradia, adaptação a idiomas diferentes, transição de ferramentas agrícolas tradicionais para outras computadorizadas e várias outras questões fundamentais.

Essas narrativas servem para demonstrar a ampla variedade de experiências que abrangem o processo de erradicação da pobreza e desenvolvimento do país, destacando a percepção chinesa de que, “para prosperar, é preciso primeiro preparar o terreno” (Nilsson, 2021, p. 283). Nesse sentido, são detalhadas as iniciativas envolvendo a utilização de energia solar no interior e nas zonas rurais, na condição de recurso fundamental para populações que residem em regiões afetadas por temperaturas extremas. Esses recursos são utilizados para gerar renda adicional através do estabelecimento de fazendas solares e estufas, resultando em soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável diante de condições ambientais desafiadoras.

Aprofundando sua análise, o autor investiga três princípios profundos defendidos pelo líder visionário da China, Deng Xiaoping: “A pobreza não é socialismo”, “Ser rico é glorioso” e “Deixemos que algumas pessoas enriqueçam primeiro”. Esses princípios estão intrinsecamente relacionados com os locais que ele retrata como exemplos de desenvolvimento. Nilsson relata vivamente a utilização cotidiana de tecnologias de ponta pela população, envolvendo até mesmo drones e robôs, bem como suas visitas a grandes portos e plantas industriais. Fiel à essência do livro, a narração de tais episódios mescla perfeitamente a perspectiva única de Nilsson com as experiências vividas pelas pessoas ao seu redor, detalhando também sua jornada ao lado dos *bangbang porters* de Chongqing, carregadores tradicionais que usam varas de bambu para transportar mercadorias pelas íngremes ruas da cidade, dentre outras passagens mencionadas durante seu percurso por diversas regiões banhadas pelo imponente rio Yangtzé.

A obra em questão não só descreve meticulosamente a ampla gama de iniciativas sociais empreendidas pelo governo, mas também demonstra empiricamente o impacto tangível do projeto nacional de desenvolvimento da China na melhoria da vida de seu povo e a

constante mobilização e adesão da sociedade chinesa aos objetivos gerais daquele projeto. O reconhecimento concedido pela China a Nilsson e seu trabalho sublinha a natureza transcendente da obra na análise dos esforços para a erradicação da pobreza no país.

Em suma, a obra de Erik Nilsson apresenta uma detalhada análise empírica das estratégias de erradicação da pobreza implementadas pela China, oferecendo uma perspectiva única sobre os mecanismos que levaram à transformação socioeconômica do país. Ao combinar relatos pessoais com dados históricos e contextuais, Nilsson contribui significativamente para a compreensão dos complexos processos por trás do desenvolvimento chinês, ao mesmo tempo que exemplifica como as políticas públicas bem executadas podem gerar impactos duradouros. Seu livro não apenas serve como uma valiosa referência para estudiosos das áreas de desenvolvimento e políticas sociais, mas também como um modelo inspirador de práticas governamentais eficazes no combate à pobreza em escala global.

* Mestranda em Linguística Aplicada na Universidade de Xangai (上海大学).

► Texto recebido em 12 de fevereiro de 2024; aprovado em 13 de janeiro de 2025.

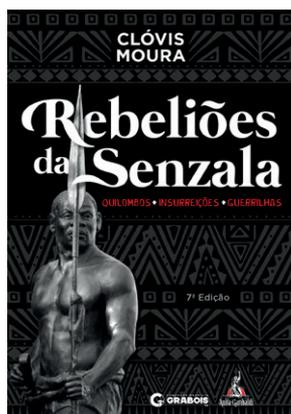
Referências bibliográficas

CHINA. The State Council Information Office of the People's Republic of China. **Poverty alleviation: China's experience and contribution**. Beijing: Foreign Language Press, 2021.

LIU, Mingyue et al. China's poverty alleviation over the last 40 years: successes and challenges. **Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 64, n. 1, p. 209-228, 2019.

NILSSON, Erik. **Closer to heaven: a global nomad's journey through China's poverty alleviation**. Beijing: China Intercontinental Press, 2021.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas

Clóvis Moura

Editoras: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois

Formato: 23 × 16 cm

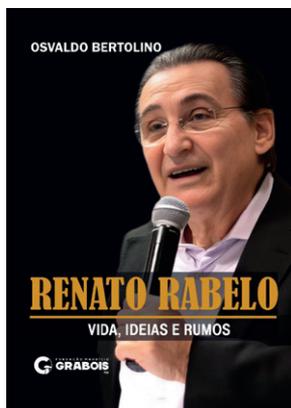
7ª edição, 2025

Preço: R\$ 96

460 páginas

O lançamento desta sétima edição revisada do clássico livro de Clóvis Moura foi motivado pelas comemorações dos cem anos de nascimento desse celebrado sociólogo e historiador piauiense. A nova edição foi ampliada com resenhas acerca da sua relevância intelectual.

“Primeira obra na historiografia brasileira a tratar da questão das rebeliões negras de maneira sistemática, mostrando com fatos históricos o alastramento desse fenômeno em todo o território brasileiro. Clóvis Moura foi sem dúvida o pioneiro e o primeiro a desmistificar a ideia do negro submisso, que não se importava com sua situação de cativo, e a colocar em pauta a questão de sua participação no processo abolicionista e libertário, habilitando-o como sujeito de sua história e da história do Brasil e tirando-o da posição de mero objeto de pesquisa acadêmica.” (Kabengele Munanga, professor do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP)



Renato Rabelo: vida, ideias e rumos

Osvaldo Bertolino

Editoras: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois

Formato: 23 × 16 cm

1ª edição, 2025

Preço: R\$ 80

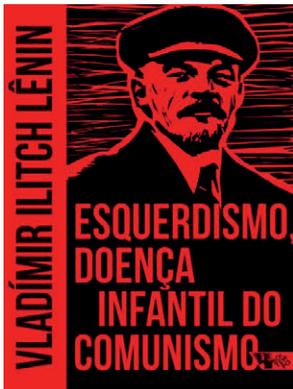
848 páginas

A primeira das três partes nas quais se subdivide esta biografia do líder político Renato Rabelo chama-se “O desbravador” e trata dos primeiros anos de sua vida, do início da militância estudantil nos anos 1950, de sua trajetória como dirigente da União dos Estudantes da Bahia e da UNE e de sua atuação na Ação Popular e no PCdoB, cuja direção passou a compor.

“O ideólogo”, segunda parte da obra, concentra-se nas atividades de Rabelo na elaboração do programa do PCdoB e da nova luta pelo socialismo, revelando a importância de suas contribuições teóricas e políticas para o pensamento tático e estratégico, bem como suas atividades como formador de quadros do partido.

A última parte, denominada “O construtor”, enfoca a trajetória de Rabelo no PCdoB ao longo dos governos Lula e Dilma, a resistência ao golpe contra a presidenta e o combate ao lavajatismo e ao bolsonarismo.

Com texto fluente e riqueza de detalhes, cenários e circunstâncias, o trabalho se sustenta em entrevistas com Rabelo e também em pesquisas e fontes, algumas delas até então inéditas.



Esquerdismo, doença infantil do comunismo

Vladimir Ilitch Lênin

Editora: Boitempo

Formato: 16 × 15 cm

1ª edição, 2025

Preço: R\$ 55 (versão impressa) / R\$ 46 (e-book)

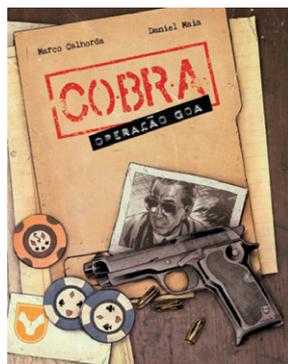
208 páginas

Com tradução direta do russo, este oitavo volume da coleção “Arsenal Lênin” é um clássico ensaio escrito às vésperas do II Congresso da Internacional Comunista e publicado pela primeira vez em 1920, após o fim da Primeira Guerra Mundial e em meio à Guerra Civil Russa.

A obra tornou-se então um guia para as forças políticas que pretendiam fazer parte da Internacional. Lênin, líder bolchevique e chefe de Estado soviético, aborda aqui as condições da política de alianças e acordos com as diversas tendências políticas e a participação das organizações revolucionárias nos parlamentos burgueses, fornece as diretrizes para o futuro da revolução e critica o que chama de “esquerdismo”, tendência dogmática de alianças que advoga uma transição linear para o comunismo, defendida por várias tendências de partidos comunistas europeus e repudiada pelo autor.

Lênin trata de temas candentes nos tempos atuais, como o modo pelo qual o sentimento de revolta pode produzir um cenário contrário ao esperado, como no caso do fascismo na Itália dos anos 1920: “O pequeno burguês ‘enfurecido’ pelos horrores do capitalismo é, tal como o anarquismo, um fenômeno social característico de todos os países capitalistas. A instabilidade desse revolucionarismo, a sua esterilidade, a característica de se transformar rapidamente em submissão, em apatia, em fantasia, mesmo num entusiasmo ‘furioso’ por uma ou outra corrente burguesa ‘da moda’ – tudo isso é de conhecimento geral”.

A obra conta com o anexo “Sobre a doença infantil do ‘esquerdismo’ e o espírito pequeno-burguês”, texto de 1918 que antecipa a argumentação de Lênin sobre o assunto.



CoBra: Operação Goa

Marco Calhorda e Daniel Maia

Editora: Quadriculando

Formato: 27 × 21 cm

1ª edição, 2025

Preço: R\$ 85

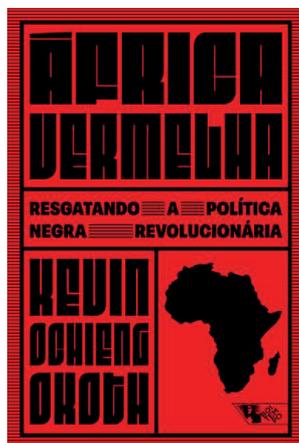
68 páginas

Com argumento de Marco Calhorda e desenhos de Daniel Maia, esta HQ lusitana apresenta-nos vários aspectos da história de Portugal, sobretudo no contexto da ocupação do país na Índia, no intuito de examinar a ambição e redenção humanas.

A narrativa centra-se nas ações da agência secreta CoBra (Comissariado contra a Brutalidade Animal) para abrir canais de comunicação entre os vários atores dessa história e forçar os poderes políticos, incluindo Portugal, a abandonarem considerações imediatistas e oportunistas e, por fim, engendrar o repatriamento dos prisioneiros portugueses detidos em Goa. Portugal tinha dificuldade crescente em defender esse remoto território. Por um lado, os recursos materiais e humanos eram escassos; por outro, o governo português, sob Salazar, não admitia se adaptar aos novos tempos.

Em contraposição à precariedade das suas condições operacionais, o CoBra contava com criatividade e técnicas pouco ortodoxas, empregadas no planejamento e execução de uma série de atividades clandestinas extremamente audazes, tudo com o intuito de fortalecer a fraca posição de Portugal nas futuras negociações com a Índia acerca do futuro de Goa.

Neste livro, Casara demonstra como, mediante uma lógica binária rígida, os afetos mobilizadores da idiossujetivação neoliberal constituem a base ideológica tanto da paródia democrática quanto do fascismo. O autor examina o presente para encontrar alternativas à lógica neoliberal que leva a humanidade a reproduzir uma vida não apenas estúpida, mas profundamente infeliz.



África Vermelha: resgatando a política negra revolucionária

Kevin Ochieng Okoth

Editora: Boitempo

Formato: 21 × 14 cm

1ª edição, 2025

Preço: R\$ 61 (versão impressa) / R\$ 48 (e-book, a partir de 16 de junho)

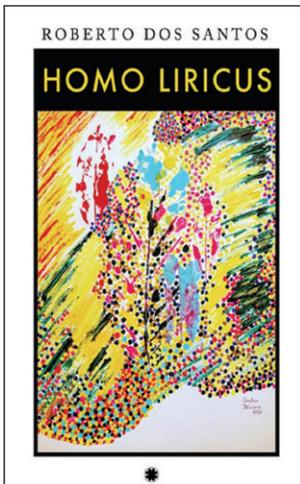
200 páginas

No intuito de reabrir no presente os horizontes da emancipação humana, este livro convida o leitor a revisitar ideias que forjaram as lutas do passado. Para o autor da obra, Okoth, escritor e pesquisador, as discussões contemporâneas sobre radicalismo negro abandonaram as principais preocupações dos militantes e intelectuais do século XX.

A obra articula eventos históricos africanos com a trajetória e a formação política e intelectual de figuras centrais do pensamento negro e anticolonial, abrindo caminhos para repensar as lutas do presente sob uma perspectiva marxista.

Por meio de uma minuciosa investigação sobre as experiências de emancipação do século XX, Okoth questiona os limites das abordagens teóricas predominantes no século XXI — como o afropessimismo e a decolonialidade —, que, segundo ele, descartam a crítica da economia política e reduzem o marxismo a uma ciência eurocêntrica e obsoleta.

O livro apresenta uma veemente crítica ao esvaziamento do marxismo e das políticas radicais de transformação, e propõe um resgate da tradição intelectual marxista anticolonial e do projeto político revolucionário da África Vermelha como trajetória para a emancipação dos povos do Sul global.



Homo liricus

Roberto dos Santos

Editora: Trevo

Formato: 21 × 14 cm

1ª edição, 2025

Preço: R\$ 35

72 páginas

Além de temas existenciais universais, como a consciência da finitude e da morte, a loucura, a infância e a ansiedade, o livro aborda a relação entre o tempo e o amor, entre escritor, leitor e a própria poesia, fala do movimento moroso da rua visto da calçada e de uma série de outros assuntos que oscilam entre o cômico e

o sério, o profundo e o banal, mostrando que a poesia pode estar presente em qualquer lugar para o qual a curiosidade se direcione.

A obra também se caracteriza por jogos verbais, trocadilhos e invenções poéticas que lançam mão de neologismos, em formatos textuais diferentes e em um tom que não se furta ao exercício do humor.

Os poemas revestem-se de existencialismo lírico e, por vezes, melancólico, mas não depressivo, e expressam reflexões do autor sobre o estado de coisas, as relações íntimas ou mesmo o imponderável da existência.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415788-8 e no E-ISSN 2675-6609

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios>

E-mails: principios.revista@gmail.com (redação)

principios@revistaprincipios.com.br (avaliação)

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer e Theófilo Rodrigues

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandré Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Laércio D'Angelo Ribeiro e Cláudio Gonzalez

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

▶ João Amazonas (1912-2002)

Editores

▶ Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editores-executivos

▶ Nilson Weisheimer e Theófilo Rodrigues

Comissão Editorial

▶ Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Theófilo Rodrigues, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Secretário de redação

▶ Ramiro Torres

Conselho Editorial

Analúcia Danilevicz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Péricles de Carvalho (Geografia e Economia/Ufal/Unifesp); Crístiano Duarte (Matemática e Física/University of Leeds); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/Uerj); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/Ufal); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovicí (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/Uerj); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Paris Yeros (Economia e RRII/UFABC); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvio Almeida (Administração/FGV); Táki Cordás (Psiquiatria/USP); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio González, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima (*in memoriam*), Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy (*in memoriam*), Lécio Morais, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens (*in memoriam*), Walter Sorrentino.

Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiato (Ciência Política e RRII/UFRRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/Unirio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/Uerj); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisangela Lizardo de Oliveira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Ernesto Valença (Teatro/Ufop); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/UnB); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPel); Luciano Rezende Moreira (Ciências Agrárias/IFDF); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Mariana de Moura Souza (RRII e Energia/Unifesp); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFRRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Rita Coitinho (Museu Víctor Meirelles/Ibram); Robson Câmara (Eape/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/Iesa-UFG); Saulo Pinto (Economia/UFMA); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/Ufam); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/Uerj); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).



NA PRÓXIMA EDIÇÃO DE

REVISTA

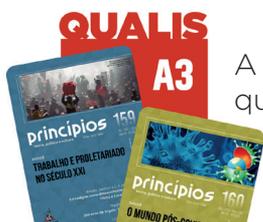
princípios

edição
173



DOSSIÊ INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E NOVAS TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS: UM OLHAR CRÍTICO

ORGANIZADORES: professores doutores Olival Freire Júnior (UFBA), Cristhiano Duarte (Chapman University), Cristiano Capovilla (UFMA) e Hugo Valadares (UTFPR/Ibict)



A revista *Princípios* é um periódico científico quadrimestral de teoria, política e cultura classificado pela Capes como A3 no Qualis Periódicos (2017-2020).



Anita Garibaldi

Todas as edições estão disponíveis em PDF no site: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>



BRASIL: 40 anos de redemocratização

(1985-2025) Em 1985, o país encerrava 21 anos de ditadura militar com a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Tinha início a redemocratização. Com a trágica morte de Tancredo, José Sarney assumiu e conduziu o processo, que culminaria na Constituição Cidadã de 1988. A transição garantiu direitos e liberdades; não obstante, revelou insuficiências como a persistente desigualdade social. Quatro décadas depois, é preciso seguir na luta para preservar avanços e superar os desafios que ainda nos separam de uma democracia plena.

